



Renata Guimarães Quelha de Sá

**Narrativas históricas e dever de memória:
Uma ANTi-History dos processos de transformação
do DEOPS/SP e do DOPS/RJ em lugares de memória
de resistência**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas do Departamento de Administração da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^ª. Alessandra de Sá Mello da Costa

Rio de Janeiro
Setembro de 2022



Renata Guimarães Quelha de Sá

**Narrativas históricas e dever de memória:
Uma ANTi-History dos processos de transformação
do DEOPS/SP e do DOPS/RJ em lugares de memória
de resistência**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof^a. Alessandra de Sá Mello da Costa

Orientadora

Departamento de Administração - PUC-Rio

Prof. Amon Narciso de Barros

EAESP/FGV

Prof^a. Denise Franca Barros

UNIGRANRIO

Prof^a. Fernanda Ferreira Pradal

PUC-Rio

Prof. Marcelo Almeida de Carvalho Silva

UFRJ

Prof. Marcos Wilcox Hemaís

PUC-Rio

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Renata Guimarães Quelha de Sá

Mestre em Administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IAG/PUC-Rio) na área de Organizações. Bolsista CNPq no mestrado e CAPES no Doutorado, ganhei o prêmio de melhor dissertação do IAG - Escola de Negócios da PUC-Rio em 2018. Sou graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e em Administração de Empresas (2022) e atuo como professora de graduação e de pós-graduação em cursos das áreas de Gestão em diferentes instituições de ensino. Tenho como temas de interesse de pesquisa: Pesquisa Histórica em Estudos Organizacionais; História e Memória Organizacional; Estudos de Memória; Lugares de Memória; Violação dos Direitos Humanos; Violência e Crimes Corporativos; Ética e Corrupção nas Organizações.

Ficha Catalográfica

Sá, Renata Guimarães Quelha de

Narrativas históricas e dever de memória : uma ANTi-History dos processos de transformação do DEOPS/SP e do DOPS/RJ em lugares de memória de resistência / Renata Guimarães Quelha de Sá ; orientadora: Alessandra de Sá Mello da Costa. – 2022.

388 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Administração, 2022.

Inclui bibliografia

1. Administração – Teses. 2. Pesquisa histórica. 3. Lugar de memória. 4. Justiça de transição. 5. Ditadura civil-militar. 6. ANTi-History. I. Costa, Alessandra de Sá Mello da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Administração. III. Título.

CDD: 658

Às mulheres da minha vida, Giovana e Marilena, que me ensinam todos os dias a verdadeira dimensão do amor incondicional repleto de generosidade, altruísmo e liberdade.

Agradecimentos

Agradeço à minha querida orientadora, Profa. Alessandra de Sá Mello da Costa, pela parceria, orientação, cumplicidade, generosidade, paciência, carinho e atenção desde o mestrado. Alezinha, obrigada por acreditar em mim e me ensinar tanto. Foi uma honra trilhar este caminho com você até aqui e poder seguir ao seu lado na carreira acadêmica.

Ao grande amor da minha vida e minha melhor parte, Giovana, agradeço por me dar esperança e forças para seguir em frente. Obrigada, minha filha, por me mostrar sempre o que realmente importa e me inspirar a ser uma pessoa melhor. Te amo além, Matusca.

À minha mãe, Marilena, por absolutamente tudo. Não chegaria até aqui sem seu apoio e amor incondicionais. Sou o que sou porque você sempre acreditou em mim. Te devo o mundo, minha pequenina gigante.

Ao Herman, meu parceiro de vida, rizomas, risadas e lágrimas. Obrigada por nunca soltar a minha mão, mesmo nos momentos mais complicados e esquisitos que só um doutorado pode proporcionar. Sou melhor quando estou com você.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Histórica em Administração, minha rede de apoio, minha mais profunda gratidão. Em especial aos amigos Rafael Cuba Mancebo, Marcelo Almeida, Cynthia Adrielle, Paula Furtado Hartmann, Ana Bauer, Fernanda Tarabal, Patricia Hodge e Talita Trindade, que sempre se fizeram presentes ao longo de todo o processo. Lindeuso, Boss, Menina Cynthia, Paulinha/Sra. Paula, Aninha, Fer, Pati e Twin, todo meu amor e afeto para vocês.

A todos os meus amigos e familiares que me acompanharam nessa jornada e entenderam os (muitos) momentos de ausência. Em especial à Didi, meu orgulho e paixão e às amigas Mana, Clone e Lica, irmãs que a vida me deu. Aos queridos amigos da ETFQ e da vida, Marieta, Jacomo, Vivi, Amiga Gil e Sal, amo e admiro demais cada um de vocês. Seguimos juntos!

Agradeço ao Núcleo de Preservação da Memória Política, em especial ao Maurice Politi, cuja energia, força e história de luta tão inspiradoras me motivaram e contribuíram imensamente para esta pesquisa.

Agradeço à Fernanda Pradal, Felipe Nin e a todos os membros do Ocupa DOPS e Coletivo RJ MVJ que me cederam materiais e disponibilizaram seu tempo para que essa pesquisa fosse possível. A todas as pessoas entrevistadas, meu muito obrigada. Cada conversa significou muito para mim enquanto pesquisadora e cidadã.

Às minhas queridas Teresa e Gisele, meus anjos protetores no IAG, meu muito obrigada por todo cuidado, carinho e torcida.

Eu não teria chegado ao fim sem a rede de apoio, afeto e acolhimento construída ao longo de todos esses anos. Muita coisa aconteceu, mortes, doenças, divórcio, partidas e chegadas, modificando a rede com vales muito profundos e caminhos tortuosos. Mas cada vale, pico, ruptura, (re)conexão e amassado nesse lenço que forma a trama da rede da qual faço parte, me transformou no que sou hoje. O fim do ciclo do mestrado e do doutorado é muito significativo, simbólico e importante, mas mais importante ainda é ter a dimensão do que me tornei no caminho. A cada ator dessa rede, meu muito obrigada.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Sá, Renata Guimarães Quelha de; Costa, Alessandra de Sá Mello da. **Narrativas históricas e dever de memória: Uma ANTi-History dos processos de transformação do DEOPS/SP e do DOPS/RJ em lugares de memória de resistência.** Rio de Janeiro, 2022. 388p. Tese de Doutorado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo teve como objetivo compreender, à luz da ANTi-History, como ocorreram os processos de constituição de lugares de memória de resistência de dois espaços físicos usados pela polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira: os prédios do DEOPS/SP e do DOPS/RJ. Ao investigar o “como” relacionado à trajetória de cada espaço e da rede inter-organizacional constituída a partir da análise conjunto dos dois processos, foi possível trazer à tona toda a complexidade de disputas, negociações e movimentações, antes subjacentes, tornando transparentes as relações sociopolíticas dos diversos atores envolvidos, bem como a performatividade do contexto. A investigação dos processos de transformação dos espaços de violência, cuja ordenação dos vestígios encontrados permitiu a elaboração de narrativas históricas, evidenciou a característica dinâmica e contingente de um sociopast formado por atores-rede. Por seu caráter relacional e perfil crítico-emancipatório, a teórico-metodologia ANTi-History tornou possível identificar as conexões de forma posicionada e localizada, dissonante da hegemonia positivista e das histórias universais, permitindo que as movimentações sociopolíticas dos atores se tornassem visíveis ao remover o aparente véu de simplicidade de um status quo binário. Os lugares de memória servem ao propósito orientacionista do dever de memória ao submeter o passado a uma consciência reflexiva. São medidas concretas, instrumentos de suporte de memória que ao se tornarem “visíveis” sob a forma de organizações, como centros de memória ou memoriais, reivindicam o reconhecimento dos acontecimentos do passado e das vivências dos sobreviventes, criando referências para as gerações futuras com a necessária autocrítica com os erros do passado.

Palavras-chaves

Estudos Organizacionais; Pesquisa Histórica; Lugar de memória; Justiça de Transição; Ditadura civil-militar; ANTi-History

Abstract

Sá, Renata Guimarães Quelha de; Costa, Alessandra de Sá Mello da (Advisor). **Historical narratives and duty of memory: An ANTi-History of the processes of transformation of DEOPS/SP and DOPS/RJ into sites of memory of resistance.** Rio de Janeiro, 2022. 388p. Tese de Doutorado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study aimed to understand, in the light of ANTi-History, how the constitution processes of sites of memory of resistance occurred in two physical spaces used by the political police during the Brazilian civil-military dictatorship: the buildings of DEOPS/SP and DOPS/RJ. By investigating the "how" related to the trajectory of each space and the inter-organizational network constituted from the joint analysis of the two processes, it was possible to bring to light all the complexity of disputes, negotiations, and movements previously underlying, making transparent the sociopolitical relations of the various actors involved, as well as the performativity of the context. The investigation of the transformation processes of the spaces of violence, performed by ordering the traces found, allowed the elaboration of alternatives historical narratives and evidenced the dynamic and contingent characteristic of a sociopast formed by network-actors. By its relational and critical-emancipatory facets, the ANTi-History approach made it possible to identify the connections in a positioned way, dissonant from the positivist mainstream hegemony and universal histories, allowing the actors' sociopolitical movements to become visible by removing the apparent veil of simplicity of a binary *status quo*. Sites of memory serve the orientationist purpose of the duty of memory by subjecting the past to a reflexive consciousness. They are concrete measures, instruments of memory support that by becoming "visible" in the form of organizations, such as memory centers or memorials, claim recognition of the events of the past and the experiences of survivors, creating references for future generations with the necessary self-critique with the mistakes of the past.

Keywords

Organization Studies; Historical research; Site of memory; Transitional Justice; Civil-military dictatorship; ANTi-History

Sumário

Prólogo	16
1. Introdução	18
1.1 Objetivo Geral	25
1.2 Objetivos Específicos	26
1.3 Relevância	26
2. Referencial Teórico	31
2.1 Estudos Organizacionais e Pesquisa Histórica	31
2.1.1 Percurso histórico: o afastamento (e a reaproximação) entre Estudos Organizacionais e História	31
2.1.2 O chamado para a Virada Histórica: a oportunidade para uma compreensão mais profunda dos fenômenos organizacionais	33
2.1.3 A importância da consciência histórica nos Estudos Organizacionais	35
2.1.4 O resgate do perfil crítico emancipatório	38
2.1.5 Passado e História como conceitos ontologicamente diferentes	42
2.1.6 A relevância do contexto	45
2.1.7 Considerações finais da seção	52
2.2 Memória nos Estudos Organizacionais	54
2.2.1 Conceitos iniciais	54
2.2.2 Organizational Memory Studies (OMS): a memória instrumentalizada	58
2.2.3 <i>Social Memory Studies</i> (SMS): a pluralidade das memórias coletivas	60
2.2.4 Comunidades Mnemônicas	64
2.2.5 Memórias em disputa: o poder nas relações e narrativas	66
2.2.6 Memórias subterrâneas	69
2.3 Justiça de Transição e Lugares de Memória de Resistência	72
2.3.1 Lugares de Memória	72
2.3.2 Dever de Memória e Lugares de Memória de Resistência	76
2.3.3 A Justiça de Transição brasileira	89
2.3.4 O acesso aos arquivos da repressão: uma luta que não terminou	98
2.3.5 A Comissão Nacional da Verdade (CNV)	102

2.3.6 Considerações finais da seção	108
2.4 ANTi History	110
2.4.1 Origem e relação com a Virada Histórica	110
2.4.2 Aportes	112
2.4.3 Teoria Ator-Rede (TAR) ou <i>Actor-Network Theory</i> (ANT)	116
2.4.4 Premissas ontológicas e epistemológicas da ANTi-History	146
2.4.4.1 Passado e história: o conceito “past-as-history” ou como o passado se configura em história	147
2.4.4.2 Sociohistorical past: o conceito de sociopast	149
2.4.4.3 O conceito da narrativa histórica enquanto um ator-rede	152
2.4.4.4 Caráter relacional: o foco no in-between e o trabalho de mediação	155
2.4.4.5 Narrativa histórica performada: o fazer história para (re)contar o passado	157
2.4.4.6 Multiplicidade de versões possíveis	159
2.4.4.7 Ontological politics: qual versão será performada como história?	160
2.4.5 O arquivo: lugar e princípios	162
2.4.6 Considerações finais da seção	166
3. Procedimentos Metodológicos	169
3.1 Etapas trilhadas na pesquisa	169
3.2 Premissas da ANTi-History	170
3.3 Percurso de coleta e seleção de dados para a pesquisa	175
3.3.1 A pesquisa na pandemia	176
3.3.2 Trajetória e etapas da coleta de dados	177
3.4 Delimitação da pesquisa	184
4 Análise das trajetórias históricas e elaboração das narrativas	186
4.1 <i>Turning Points</i> e a não-linearidade da malha temporal	187
4.2 De volta à ARO: usando o rizoma	188
4.3 Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP)	190
4.3.1 MRSP: um caso (raro) de sucesso	190
4.3.2 O prédio e o porquê da luta para transformá-lo em um lugar de memória da resistência	192
4.3.3 1º <i>Turning Point</i> - O tombamento do edifício como Ponto de Passagem Obrigatória (PPO)	194

4.3.4 2º <i>Turning Point</i> – A importância do papel das mobilizações sociais: a constituição do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo	198
4.3.5 3º <i>Turning Point</i> – Atores mobilizados em posições-chave: início da ocupação e gestão do prédio pela Pinacoteca do Estado de São Paulo	207
4.3.6 4º <i>Turning Point</i> – Móvel imutável como Polia de Arquimedes: lançamento do livro “Direito à Memória e à Verdade”	216
4.3.7 5º <i>Turning Point</i> – Um novo olhar sobre o espaço de violência: início da implantação do Projeto Museológico	221
4.3.8 6º <i>Turning Point</i> – a aparente simplicidade do Black-box: a inauguração do MRSP	229
4.3.9 <i>Zones of Intense Dispute</i> (ZIDs): períodos marcados por intensas disputas e recorrentes (des)mobilizações de múltiplos atores	232
4.4 Departamento de Ordem Política e Social - DOPS/RJ	235
4.4.1 Rua da Relação, nº 40. Lapa, Rio de Janeiro: um prédio símbolo de 112 anos de disputas e 1º <i>Turning Point</i> da Malha.	237
4.4.2 <i>Turning Points</i> e ZIDs: a malha proposta para o processo do DOPS/RJ	243
4.4.3 2º <i>Turning Point</i> - O contexto na busca pela verdade, justiça e reparação: o papel das mobilizações sociais e a criação do GTNM/RJ	245
4.4.4 3º <i>Turning Point</i> - Ponto de Passagem Obrigatória: o tombamento do prédio. Uma disputa de narrativas invisibilizada	255
4.4.5 1ª ZID (1999 a 2002): A luta política de Jessie Jane Vieira no APERJ e a guerra territorial	267
4.4.6 4º <i>Turning Point</i> - Início do 1º Reinado da Polícia Civil e a desmobilização do APERJ	291
4.4.7 5º <i>Turning Point</i> - A entrega do prédio à Polícia Civil: a decisão da Governadora coloca fim à disputa?	299
4.4.8 6º <i>Turning Point</i> - Novos ventos sopram: criação do Coletivo RJ, Memória, Verdade e Justiça	307
4.4.9 2ª ZID (2012 a 2016) - A mobilização social no contexto da justiça de transição: uma nova possibilidade de transformação do espaço?	314
4.4.10 7º <i>Turning Point</i> - Novo Reinado da Polícia Civil: tudo como antes	336
4.4.11 8º <i>Turning Point</i> - Vida pós-pandemia: 2022, o ano em que tudo pode mudar	341
4.5 A rede inter-organizacional	345
5 Conclusões	358

6	Referências bibliográficas	363
7	Anexos	383

Lista de Figuras

Figura 1 - Aportes teóricos da ANTi-History	113
Figura 2 : Os quatro pares do social no pensamento moderno segundo Latour	120
Figura 3 : Desenho esquemático de um rizoma	144
Figura 4 : Ilustração conceitual de células neurais	144
Figura 5 : Facetas da ANTi-History por Gabrielle Durepos	147
Figura 6 : O passado ordenado enquanto história (performada e mediada pelo pesquisador)	148
Figura 7 : A história como um ator-rede simplificado ou black box	153
Figura 8 : Malha com Turning Points do processo de constituição do MRSP.	191
Figura 9 : Foto do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP)	192
Figura 10 : Ponto de Passagem Obrigatória (PPO) no processo de constituição do MRSP, adaptado de Callon (1999, p.71). Elaboração própria	198
Figura 11 : Modelo simplificado do ator-rede formado pelos atores Mobilizações Sociais.	206
Figura 12 : Ator-rede formado na busca pela reparação moral e econômica.	207
Figura 13 : Ator-rede formado para ressignificação do prédio.	210
Figura 14 : Ator-rede formado no contexto receptivo à justiça de transição de 2006-2008.	220
Figura 15 : Ficha Técnica do Projeto de Exposição de Longa Duração apresentada no livro oficial do MRSP.	224
Figura 16 : Ator-rede constituído na implementação do Projeto Museológico do MRSP.	228
Figura 17 : Captura de tela do site oficial: destaque para os atores Pinacoteca do Estado de São Paulo e Secretaria da Cultura (Site Oficial do Memorial da Resistência de São Paulo.	231
Figura 18 : Malha expandida com as Zones of Intense Dispute (ZIDs) identificadas no processo de transformação do DEOPS/SP em MRSP.	234
Figura 19 : Foto do antigo prédio do DOPS/RJ	237
Figura 20 : 1º <i>Turning Point</i> : constituição do <i>black box</i> DOPS/RJ.	240
Figura 21 : Site da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ)	243
Figura 22 : Site da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ)	243

Figura 23 : Malha com <i>Turning Points</i> e <i>ZIDs</i> do processo de transformação do DOPS/RJ.	245
Figura 24 : Ator-rede das mobilizações sociais.	249
Figura 25 : Tela de consulta sobre tombamento do antigo prédio do DOPS/RJ	256
Figura 26 : Memorando do Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Polícia Civil de 10/03/1987	257
Figura 27 : Memorando da Secretaria de Polícia Civil de 11/03/1987 assinado por Nilo Batista para o Secretário de Estado de Cultura	258
Figura 28 : Capa do Processo de Tombamento No E-18/300.071/87 iniciado em 11/03/1987	260
Figura 29: Ofício do INEPAC do processo de tombamento no E-18/300.071/87 iniciado em 11/03/1987	261
Figura 30 : Recorte do Jornal do Brasil de 11/03/1987	262
Figura 31 : Recorte do Jornal do Brasil de 11/03/1987	263
Figura 32 : Ponto de Passagem Obrigatória (PPO): O tombamento do prédio.	266
Figura 33 : Tombamento provisório em 07/05/1987	266
Figura 34 : Histórico do APERJ. Site oficial do APERJ	272
Figura 35 : Notícia do jornal Estado de São Paulo de 13/11/1999	274
Figura 36 : Notícia do jornal Diário do Grande ABC de 12/11/1999	275
Figura 37 : Capa e contracapa da programação do evento organizado pelo APERJ com apoio da FAPERJ de 10 a 15/09/2000	279
Figura 38 : Capa e contracapa “Arquivos da Relação” – APERJ	280
Figura 39 : Convite para cerimônia de assinatura do termo de cessão do antigo prédio do DOPS/RJ para o APERJ	281
Figura 40 : Matéria sobre a mudança do APERJ para o antigo prédio do DOPS/RJ publicada em 08/04/2001 no jornal O Globo	282
Figura 41 : Matéria sobre protestos de Policiais Civis contra cessão do antigo prédio do DOPS/RJ para o APERJ publicada em 18/04/2001 no jornal O Globo	285
Figura 42 : Ator-rede constituído até a cerimônia de cessão do prédio ao APERJ	286
Figura 43 : Ator-rede constituído com a desmobilização de Jessie Jane APERJ	290
Figura 44 : Ator-rede constituído com a desmobilização total do APERJ	298
Figura 45 : Ator-rede constituído com a entrega do prédio à Polícia Civil em 22/09/2006	304
Figura 46 : Malha Expandida com a 1ª ZID do processo de transformação do prédio do antigo DOPS/RJ	306
Figura 47 : Grupos e organizações da sociedade civil mobilizados no Coletivo RJ MVJ	309
Figura 48 : Exemplos de movimentações do Coletivo RJ MVJ	311
Figura 49 : Matéria publicada no Jornal O Globo em 26/09/2010 com denúncia sobre a falta de preservação do antigo prédio do DOPS/RJ	312

Figura 50 : Matéria publicada no Jornal O Globo em 16/12/2012 sobre projeto da Polícia Civil para uso comercial do prédio	315
Figura 51 : Convite para Seminário DOPS: Ocupar a memória – um espaço em construção	321
Figura 52 : Matéria publicada no Jornal O Globo em 04/11/2013 sobre o Seminário realizado em frente ao prédio	322
Figura 53 : Convite para lançamento da Campanha Ocupa Dops em 13/12/2013	325
Figura 54 : Ator-rede constituído na formação dos atores GT-DOPS e Ocupa Dops	329
Figura 55 : Matéria publicada em 02/10/2014 sobre as incertezas quanto ao destino do prédio	333
Figura 56 : Matéria publicada em 12/12/2016 sobre a apresentação da proposta de transformação do antigo prédio do DOPS em Espaço Memória e Direitos Humanos	335
Figura 57 : Mensagem de remoção do blog da Associação de Amigos do Museu da Polícia Civil	337
Figura 58 : Perfil do Facebook da Associação de Amigos do Museu da Polícia Civil	338
Figura 59 : Site da PCERJ com informação sobre o Museu da Polícia	339
Figura 60 : Malha Expandida com a 2ª ZID do processo de transformação do prédio do antigo DOPS/RJ	344
Figura 61 : Malhas da rede inter-organizacional com móveis imutáveis e movimentações dos atores que causaram choques de narrativas	349

Lista de Quadros

Quadro 1 : Legislação relacionada aos arquivos (1997 – 2002)	100
Quadro 2 : Legislação relacionada aos arquivos (2003 – 2009)	100
Quadro 3 - Resumo Documentos DOPS/RJ	183

*Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão*

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar*

*Quando chegar o momento
Esse meu sofrimento
Vou cobrar com juro, juro
Todo esse amor reprimido
Esse grito contido
Este samba no escuro
Você que inventou a tristeza
Ora, tenha a fineza
De desinventar
Você vai pagar e é dobrado
Cada lágrima rolada
Nesse meu penar*

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Inda pago pra ver
O jardim...*

(Música Apesar de você - Chico Buarque, 1969)

Prólogo

Por que estudar a transformação de espaços de tortura e violação dos direitos humanos em lugares de memória? Fato que são organizações, portanto se encaixam no campo de Estudos Organizacionais em Administração (a despeito dos questionamentos e da necessidade de defender a escolha para alguns colegas), mas tal constatação não justifica a motivação da minha pesquisa. A verdade é que a escolha transcende qualquer explicação mais simplista e é resultante da minha formação como cidadã e pesquisadora, das minhas vivências, inquietações, dissabores e aprendizados de minha trajetória acadêmica até esse momento.

O mergulho nas diversas fontes me transformou profundamente. Lembro quando minha querida Alê, lá no mestrado ainda, me perguntou se eu tinha certeza de que queria entrar nesse tema e estudar espaços de tortura. Eu respondi que sim e naquele momento, ingenuamente, não compreendi a profundidade da pergunta. Não tinha ideia de como a pesquisa me transformaria. Não poucas vezes chorei ao ler relatos dos familiares de pessoas assassinadas ou desaparecidas forçadas, tal era o sofrimento contido naquelas palavras. Outras vezes, uma onda de ódio e incredulidade me assoberbava. Mas, ao mesmo tempo em que me sentia angustiada e triste, tive oportunidade de ler e ouvir depoimentos repletos de companheirismo, altruísmo e coragem daqueles que se opuseram ao silenciamento forçado e à retirada de direitos, que sobreviveram à tortura para contar sua história e lutar pelo direito à narrativa na construção da nossa memória coletiva. Esses relatos me acalentavam a alma e me davam força para continuar a pesquisa. É pelos resistentes que sigo. Pelos desaparecidos políticos forçados, assassinados, torturados. Por seus filhos, por seus pais e demais familiares. E é por nós, enquanto sociedade, que não fomos capazes de lidar com o passado de violência e violação dos direitos humanos. Esse mesmo passado que hoje bate em nossa porta sob a forma de revisionismo ideológico sem qualquer respeito ao método científico, do mais puro negacionismo à pauta central e urgente de direitos humanos, fundamento sobre o qual todas as demais pautas democráticas são construídas.

Reconhecer e compartilhar que fomos – e continuamos sendo - capazes de cometer atos tão cruéis, abjetos e torpes tornou-se fundamental para mim. Me parece que não aprendemos nada com os erros cometidos e isso não pode ser naturalizado, mas combatido e corrigido diariamente por meio de políticas de memória e cidadania. Tampouco refletimos adequadamente acerca das consequências perversas de uma sociedade inerte, indiferente, passiva e sem mobilização social contra as violências que ficaram impunes e permanecem como práticas até o presente. Olho o passado não com uma postura revanchista, mas sim com o dever de memória e o firme objetivo de contribuir, mesmo que marginalmente, com a criação de uma consciência sobre o legado nefasto de um período sombrio, que estende seus silenciamentos até os dias atuais ao negar o direito à memória e à verdade de muitos brasileiros. Ao negar esse direito a alguns, nega-se o direito à verdade a toda uma sociedade em todas suas gerações. As que viveram e as que poderiam (e deveriam) aprender com as vivências e lutas dos resistentes.

Dessa forma, se uma agenda política de esquecimento e negacionismo ameaça a democracia ao enterrar as lembranças dos que se opuseram a um governo ditatorial, torna-se fundamental criar marcas de memória nos espaços onde as violências do Estado foram perpetradas para combater o silenciamento e desenvolver uma cultura de cidadania. Assumindo a função orientacionista, os lugares de memória de resistência, associados a uma política de educação em direitos humanos, nos permitem lembrar e construir o futuro a partir das lições do passado, atuando como elementos de referência e marcas de memória para as próximas gerações com a necessária autocrítica aos erros do passado.

1. Introdução

Realizar uma pesquisa histórica sobre a transformação de antigos espaços de violência, marcados pela repressão e tortura de opositores ao governo durante a ditadura civil-militar¹ brasileira (1964-1985), em lugares de memória de resistência remete a algo muito mais profundo do que a elaboração de narrativas verossímeis sobre os processos de constituição dessas organizações. As narrativas históricas aqui propostas tornaram transparentes as movimentações sociopolíticas dos diversos atores envolvidos nos processos, suas disputas, negociações e múltiplos reveses durante as trajetórias de transformação. Além disso, foram capazes de trazer à tona as tentativas de silenciamento das memórias das vítimas, tornando evidentes o impacto perverso de uma cultura de esquecimento pavimentada na ausência de punições dos agentes de Estado causadores das violações dos direitos humanos.

No contexto brasileiro e latino-americano de regimes ditatoriais, vários edifícios públicos ou clandestinos foram utilizados como locais para violação dos direitos humanos por agentes de um governo que considerava a tortura como um meio legítimo para obtenção de informações sobre seus opositores (Magalhães, 1997; Arquidiocese de São Paulo, 1985). Assim, “detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções e desaparecimentos forçados foram práticas rotineiras, que obedeceram a uma política de Estado” (Brasil, 2014, p.728), sendo feitas de forma recorrente e sistemática. A transformação destes espaços em locais de memória dedicados à resistência, quando bem-sucedida, é o resultado de um processo sociopolítico complexo e dinâmico, que envolve uma série de articulações e embates entre atores com interesses muito diferentes, cujas negociações permanecem ocultas aos olhos da maioria (Quelha-de-Sá e Costa, 2019).

Partindo da premissa de que agendas de interesses e circunstâncias do presente são condições determinantes sobre o que se lembra e o que se quer

¹ Sigo a historiografia e adoto a denominação do golpe e da própria ditadura como civil-militar por compreender as relações entre empresários e militares contra o regime constitucional (Brasil, 2014; Silva, 2003).

esquecer, a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais ajuda a construir a memória coletiva sobre uma base comum e inclusiva. É fundamental para a construção do senso de continuidade, da identidade e do que se pretende ser no futuro, que uma sociedade reconheça os eventos ocorridos em tempos anteriores, por mais sombrios ou vergonhosos que sejam. Nesse sentido, é possível afirmar que nos lugares de memória “persiste um senso de continuidade histórica” (Nora, 1989, p.7) e, em se tratando de algo além do meramente concreto do espaço físico, tais lugares possuem relevância social e política para construção de referências em torno de uma lembrança do passado cujo legado permanece até o presente, seja ele reconhecido ou não pela sociedade englobante.

Especialmente em um contexto pós-autoritário e traumático, os lugares de memória de resistência servem a esse propósito orientacionista de dever de memória, inseridos em um contexto de justiça de transição para que a democracia plena seja alcançada (Abrão, 2011). O objetivo não é somente compreender o que ocorreu e esclarecer as condições em que as violências foram cometidas, mas também “reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias (re)formas para *combater as violações em tempo presente*” (Stampa e Rodrigues, 2014, p.253. Grifos de minha autoria), haja vista que “o ato de lembrar submete o passado a uma consciência reflexiva” (Misztal, 2003, p.10).

Não se deve minimizar o efeito pedagógico promovido por um amplo debate combinado com o compartilhamento de experiências para construção de memórias dos indivíduos de uma comunidade consciente de seu passado e comprometida com a não repetição dos erros cometidos (Schmidt, 2007; Neves, 2011). Nessa perspectiva, o processo da justiça de transição resulta da combinação da demanda por justiça com a abertura democrática e “reestruturação de instituições, legislações e tratamento de passados marcados por regimes fundados na violência e na violação de direitos humanos” (Ferreira e Serres, 2018, p.97). Pretende, dessa forma, superar o legado de autoritarismo e efetivar o direito constitucional à reparação dos resistentes, vítimas da violência de Estado, pavimentando o caminho para o futuro também com a reforma das instituições e estruturas mais profundas.

O dever da memória torna-se, portanto, necessário e urgente e transcende o simples resgate de eventos do passado para que ocorra o legítimo apaziguamento social esperado com a justiça de transição. Busca-se, com a responsabilidade de não esquecer o passado, a verdade oculta nas narrativas oficiais envolvendo os

resistentes opositores ao governo, a reconstrução da memória nacional sobre uma base comum e a propagação de valores e princípios éticos e morais para as gerações futuras, obrigando a sociedade a uma autocrítica que confronta a cultura do esquecimento. A este respeito, a pesquisa demonstra a intensa e relevante disputa de poder inerente à memória nacional que é a principal memória coletiva de uma sociedade, o que explica os longos processos e reveses observados quando qualquer iniciativa de resgate relacionada ao período ditatorial brasileiro é realizada, como, por exemplo, para constituição dos lugares de memória. A disputa entre os múltiplos atores identificados na pesquisa evidencia a luta de narrativas entre o resgate das memórias dos resistentes e *transformação* dos espaços de violência em lugares de memória de resistência e o *silenciamento* que deseja manter as memórias dos resistentes circunscritas e subterrâneas ao negar e relativizar as violências cometidas.

Reconhecer a multiplicidade de configurações das memórias recuperadas permite a reelaboração do mundo tal como o entendemos no presente e como o queremos para o futuro. Partindo da premissa de que a construção da memória é processual, infundável e recorrente entre diferentes temporalidades, Nora (1989, p.8-9) ressalta que a memória é “perpetuamente atual”, dinâmica, disputada e múltipla, o que a torna “vulnerável a manipulações e apropriações” por grupos dominantes naquele momento de recordação e construção, de acordo com suas agendas de interesses. Por ser socialmente construída, configura-se como um elo entre o presente e o passado, uma ponte em constante mutação que reflete as transformações do olhar de quem lembra e compartilha, bem como do contexto do qual emerge. Ou seja, a cada ir e vir entre os tempos atual e passado, a constituição da memória se altera, sendo continuamente reformulada (Pollak, 1992).

Nesse sentido, se uma memória é silenciada por grupos dominantes, a narrativa de quem lembra – e é marginalizado - fica circunscrita a grupos sociais menores e não consegue constituir-se como parte legítima e integrante da memória nacional. Trazer à tona as trajetórias históricas dos processos de transformação dos espaços onde ocorreram violações dos direitos humanos e tortura nos dá a chance de resgatar parte das memórias e lutas de atores silenciados e que, ainda assim, não se calaram. Não se trata de uma nova “verdade absoluta”, de um “*inocente storytelling*” (Munslow, 2006, p.15) ou de qualquer tipo de imposição, mas sim de possibilidades de narrativas que podem ampliar a compreensão do fenômeno e que

carregam em si mesmas demonstrações de poder ao serem elaboradas e compartilhadas, tornando-se veículos das narrativas pretendidas por estes grupos. Ou seja, investigar tais trajetórias históricas dos processos de transformação de espaços de violência em espaços de resistência, adquire relevância ao considerar a função identitária e orientacionista que a criação de marcos de referência representa para construção da memória de uma sociedade.

Como defendido no trabalho – e alinhado ao paradigma construtivista social no qual me posiciono – os caminhos percorridos na pesquisa, desde a definição dos objetos de estudo, passando pela escolha da teórico-metodologia até o estilo narrativo de análise refletem o meu posicionamento enquanto pesquisadora crítica e o reconhecimento do meu papel como elemento da rede formada durante a investigação. Dentro dessa linha de pesquisa, adotar a teórico-metodologia ANTi-History me permitiu investigar os vestígios deixados pelos atores em suas manobras e negociações em tempos anteriores ao presente e ordená-los de modo a possibilitar que uma narrativa histórica emergisse a partir da minha interpretação e análise.

Durante a investigação das trajetórias históricas de transformação dos dois espaços, foram identificados *Turning Points*, contribuição desenvolvida durante o mestrado, e *Zones of Intense Dispute* (ZIDs), novo conceito elaborado na presente pesquisa como forma de contribuir com o avanço da abordagem ANTi-History nos Estudos Organizacionais. Ambos os conceitos pretendem auxiliar o pesquisador na construção da narrativa histórica, buscando evidenciar movimentações e disputas de amplo alcance, cujos desdobramentos impactaram significativamente os demais atores envolvidos em momentos fundamentais para a construção daquela trajetória.

Adotando como premissa de que o conhecimento é *construído* e *subjetivo*, a abordagem exige o *posicionamento* ético e reflexivo da pesquisadora enquanto parte da rede investigada na busca em entender “*como*” esses processos constitutivos se desenrolam². Por meio da lente crítica e relacional da ANTi-History, dado que a seleção e recuperação, compartilhamento, difusão e reforço de certos posicionamentos pode corroborar versões da história, narrativas ou memórias

² Alinhada às premissas ontológicas e epistemológicas da ANTi-History, eu, enquanto pesquisadora, me posiciono durante a investigação e busco deixar transparentes as decisões que me levaram a certos caminhos e seleções durante a análise. O uso do pronome na 1ª pessoa do singular reforça a subjetividade da narrativa histórica construída mediada pela pesquisadora e ressalta a postura crítica e emancipatória que a abordagem se propõe.

enquanto silencia outras, o fio de Ariadne (Latour, 2013 [2016]) que constrói a trama do social é desembaraçado para que entendamos os processos de transformação dos lugares de memória de forma profunda e contextualizada. Ressaltar e tornar transparentes as relações sociopolíticas e de poder subjacentes à constituição de organizações como os lugares de memória, considerando o processo contínuo de (re)configuração e ressignificação do espaço corrobora a importância de se investigar intencionalidades associadas ao que foi “resgatado” e das interpretações do passado de acordo com agendas e interesses de determinados atores.

Ao mesmo tempo, reconhecer o papel relevante do contexto como ator performativo e central para compartilhamento ou silenciamento de narrativas históricas, considerando o argumento apresentado por Lubinski (2018) e identificando as conexões estabelecidas pelos atores de forma relacional, que “tornam transparentes os laços com as comunidades das quais elas se originaram” e geram “um forte envolvimento político com o mundo real” (Durepos e Mills, 2017, p.59) torna-se fundamental. Me distancio, dessa maneira, da hegemonia positivista herdada das Ciências Naturais e das histórias universais, examinando os atores envolvidos *localmente*, suas possíveis motivações e propósitos durante as trajetórias que resultaram em diferentes configurações dos atores-rede ao longo do caminho.

Considerando o contexto e o papel desempenhado pela rede de polícias políticas na ditadura, a transformação de seus locais de atuação em lugares de memória de resistência adquire uma relevância ainda mais significativa. Ainda que consideremos que o concreto, a pedra, a edificação por si só não seja condição suficiente para constituição de um lugar de memória sem que haja reconhecimento e uma relação dialógica com a comunidade (Rigney, 2008), transformar o local de torturas tem um peso simbólico bastante significativo para os sobreviventes e familiares no processo de justiça e reparação. Em outras palavras, não é qualquer edificação, mas sim aquelas usadas durante a ditadura para extermínio e silenciamento e que atuam como documentos que atestam a veracidade dos testemunhos dos sobreviventes e fontes encontradas (Neves, 2021), considerando o “espírito da localidade” como uma forma de conexão com os visitantes (Dolff-Bonekämper, 2002, p.1). Tão importante é o espaço físico dessas edificações, que um dos objetivos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) era exatamente

identificar tais localidades, onde funcionaram as instituições e órgãos da polícia política³ e as circunstâncias associadas às práticas de violação, com o propósito de trazer o direito à verdade e as memórias suprimidas criando um marco de referência nesses espaços físicos (Brasil, 2014).

Isto posto configura-se como objetivo principal desta pesquisa investigar os processos de transformação de dois espaços de violência e violação dos direitos humanos em lugares de memória da resistência à luz da abordagem ANTi-History. A tese que proponho é que existem movimentações sociopolíticas, negociações e disputas de memória e de narrativas de múltiplos atores envolvidos na trajetória histórica de processos de constituição de espaços de memória, antes subjacentes, que a ANTi-History ajuda a visibilizar.

Os dois espaços de violência e violação dos direitos humanos estudados aqui localizam-se na região sudeste, mais especificamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Oficiais ou clandestinos, diferentes fontes comprovam a intensa relação entre estas organizações durante todo período da ditadura civil-militar brasileira (Brasil, 2014), o que torna possível afirmar que a repressão política nunca foi exercida por uma única organização, mas por uma rede de agentes distribuídos em múltiplas organizações da polícia política. Havia uma combinação de instituições⁴, com uma preponderância das Forças Armadas, e papéis importantes desempenhados pelas Polícias Civil e Militar, além da participação de civis, que financiaram ou apoiaram ações repressivas. Entre estas organizações estavam os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), presentes em vários estados até sua extinção em 1983. Na presente pesquisa investiguei os processos de transformação dos DOPS de São Paulo e do Rio de Janeiro em lugares de memória de resistência.

³ O termo polícia política adotado no presente trabalho segue o conceito proposto por Kushnir (2009, p.3): "forma de atuação policial direcionada à repressão das ações políticas opositoras ao poder vigente". Utilizando ou não a força armada, sua principal função é a de manter e assegurar a ordem pública".

⁴ Segundo Motta (2021, p.196): "Durante a ditadura, a urgência em combater a esquerda, e de maneira sanguinária, levou à aproximação entre a violência policial comum e os agentes da violência política. [...] Muitas vezes, tratava-se de matadores experientes conectados aos esquadrões da morte, que, aliás, começaram a proliferar sob a cobertura do regime autoritário".

Apesar de serem ambos espaços oficiais da polícia política da ditadura na região sudeste, geograficamente próximos e com um histórico de colaboração em determinados episódios contra os resistentes⁵ (Brasil, 2014, p.112), as semelhanças históricas não garantiram a mesma característica para seus processos de transformação. Para além da conclusão óbvia da principal diferença entre eles, o DEOPS/SP ter sido transformado no Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) em 2009 e o DOPS/RJ ainda estar em processo de disputa, a pesquisa demonstrou trajetórias distintas, não somente nos atores envolvidos e suas movimentações sociopolíticas, mas também no impacto que a performatividade do contexto teve em cada um dos processos.

O caso de São Paulo, ainda que bem-sucedido, levou longos 33 anos, tempo transcorrido entre o 1º pedido de tombamento do prédio em 1976 até a inauguração do Memorial ao público. Marcado por diversas negociações, entradas e saídas e disputas de múltiplos atores, o processo passou por diversos reveses, incluindo a mudança de nome do memorial e de finalidades do espaço que evidenciavam os interesses dos diferentes grupos envolvidos. Em cada fase foram identificados vestígios das movimentações de grupos sociais e de indivíduos em posições-chave para o resgate das memórias de resistência e de luta dos ex-presos e familiares dos mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar brasileira (Quelha-de-Sá, 2018).

O caso do DOPS/RJ está em andamento, a despeito das inúmeras disputas pelo prédio de mais de 100 anos, cujas negociações e movimentações observadas até a data não concretizaram o propósito de criação de um marco de memória no imóvel. O antigo prédio é objeto de verdadeiras batalhas judiciais e territoriais entre vários grupos, incluindo a Polícia Civil, Associação dos Amigos do Museu da Polícia (AAMPOL), Secretaria de Estado da Segurança Pública, Arquivo Público

⁵ Um exemplo de colaboração foi detalhado no relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre o caso de Eduardo Collen Leite, o “Bacuri”, que foi preso no Rio de Janeiro por policiais do DOPS/SP sob comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury. “Eduardo Collen Leite foi levado para um centro clandestino de torturas em São Conrado, no Rio de Janeiro, e depois foi entregue ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar) do Rio de Janeiro. Foi, posteriormente, levado ao DOI-CODI do I Exército (Rio de Janeiro), onde foi visto pela ex-presa política Cecília Coimbra, já quase sem poder andar. De lá, Bacuri foi transferido novamente para um centro clandestino de torturas, depois seguiu para o 41º Distrito Policial de São Paulo, novamente sob os cuidados da equipe do delegado Fleury. Bacuri também voltou ao Cenimar/RJ, onde foi torturado até setembro, quando foi levado novamente a São Paulo, primeiro para o DOI-CODI e, depois, para o DOPS/SP, onde foi morto sob tortura” (Brasil, 2014, p.112).

do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), grupos de movimentos sociais, familiares de mortos políticos e desaparecidos e também ex-presos políticos como Movimento Ocupa Dops, GTNM/RJ e Coletivo RJ MVJ, Secretaria de Estado da Cultura, Comissão de Anistia, CEV-Rio, Secretaria de Estado da Assistência Social e Direitos Humanos, para citar alguns dos atores identificados. Embora o projeto para transformar o antigo prédio do DOPS/RJ em um lugar de memória tenha sido apresentado publicamente em dezembro de 2016, não houve a constituição do lugar de memória até o momento. Infelizmente, o caso do Rio de Janeiro não é exceção no cenário nacional. Há inúmeros processos de constituição de lugares de memória de resistência paralisados no Brasil, seja por disputas entre atores ou devido ao congelamento/suspensão de políticas de memória, intensificadas desde que o governo de extrema-direita assumiu o poder em 2018.

Com base no exposto acima, as perguntas norteadoras da presente pesquisa foram: *Como se constituíram as trajetórias históricas dos processos de transformação dos dois espaços de violência, DEOPS/SP – MRSP e DOPS/RJ, em lugares de memória da resistência? Qual rede inter-organizacional emerge a partir da análise em conjunto dos dois processos, considerando a performatividade do contexto?*

1.1

Objetivo Geral

O objetivo do presente estudo é compreender, à luz da ANTi-History, como se constituíram as trajetórias históricas dos processos de transformação em lugares de memória de resistência de dois espaços físicos usados pela polícia política durante a ditadura para tortura, violência e violação dos direitos humanos.

De forma a responder as perguntas de pesquisa propostas, o estudo foi dividido em duas partes: em um primeiro momento investiguei e busquei compreender separadamente os processos de transformação dos dois espaços, identificando os atores envolvidos e seus movimentos sociopolíticos em disputas e negociações em cada trajetória. Em uma segunda etapa, a partir das narrativas históricas dos processos de transformação das organizações DEOPS/SP – MRSP e DOPS/RJ, analisei aproximações e afastamentos entre as trajetórias, considerando

a performatividade do contexto decomposto em seus aspectos-chave (Lubinski, 2018). Dessa maneira, foi possível apontar os principais atores relacionados em uma rede inter-organizacional constituída a partir dessa análise conjunta. Ao investigar em conjunto as trajetórias de transformação dessas organizações, busquei aprofundar o entendimento sobre as relações de poder entre os múltiplos atores e o impacto da performatividade do contexto durante os processos de forma mais profunda e posicionada.

1.2

Objetivos Específicos

- 1) Investigar como ocorreu o processo de transformação do DEOPS/SP em Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) inaugurado em 2009.
- 2) Investigar como vem ocorrendo o processo de transformação – ainda não finalizado – do DOPS/RJ em um lugar de memória da resistência.
- 3) Identificar e analisar a performatividade do contexto decomposto em seus aspectos-chave nos dois processos de transformação.
- 4) Elaborar e analisar a rede inter-organizacional que emerge a partir da análise em conjunto dos dois processos de transformação.

1.3

Relevância

Responder à pergunta “*por que essa pesquisa precisa ser realizada?*” é primordial para qualquer pesquisador e deve refletir o propósito de nossa trajetória. Nesse sentido, acredito que nosso trabalho deva transcender o ambiente acadêmico. Ao invés de ficarmos restritos aos muros da academia, devemos construir pontes, estabelecer redes de relações que nos permitam encontrar e preencher a função social de nossa pesquisa. Esse caminho deve nortear nossas escolhas. Por óbvio, a pesquisa deve ser relevante para o desenvolvimento do campo de conhecimento e possibilitar novas conexões para outros caminhos de investigação com demais pesquisadores. Mas a contribuição acadêmica não deve prescindir da contribuição

social. Isto posto, acredito que o presente estudo torna-se relevante pelos motivos elencados a seguir.

O primeiro motivo que desejo ressaltar é a importância social de se estudar processos de constituição de organizações denominadas lugares de memória de resistência no contexto sociopolítico brasileiro. Ao reconhecer que “nenhum diálogo acerca do passado e do presente é neutro” (Costa e Saraiva, 2011, p.1761) e que memórias de grupos marginalizados são silenciadas ao desafiar o *status quo* da narrativa oficial e trazer à tona lembranças indesejadas, torna-se fundamental a busca pela transparência e resgate dessas memórias. Compreender o que se quer lembrar e o que se deseja esquecer diz muito sobre nós, enquanto sociedade. Mais ainda, reflete como lidamos com os erros do passado, nossa capacidade de autocrítica, reflexão e de responsabilização para não-repetição dos mesmos crimes no futuro. O compromisso para que sejam realizadas reformas profundas das instituições perpetradoras das violências e violações dos direitos humanos, bem como para criação de marcas de memória, elementos de referência para a construção de uma memória coletiva inclusiva, são condições essenciais para o verdadeiro apaziguamento social. Ao ligar o presente ao passado e indicar o que queremos construir para o futuro das gerações que não viveram esses tempos sombrios, os lugares de memória funcionam como uma lembrança e um aviso de que todos nós, os que viveram aqueles tempos sombrios e foram afetados diretamente pela violência e os que nasceram depois, devemos estar vigilantes e atentos a qualquer ameaça à democracia. Nesse sentido, investigar as (des)mobilizações e movimentações sociopolíticas dos diferentes atores envolvidos nas disputas acerca da destinação dos espaços de violência evidencia suas agendas de interesses e traz à tona vozes até então circunscritas e não ouvidas por uma grande parte da sociedade. A observação e análise de quais atores lutam pelo *silenciamento* das memórias dos resistentes e de quais lutam pelo resgate dessas memórias passa e inclui a luta pela *transformação* de espaços de violências em lugares de memória.

O segundo motivo é a recuperação e ampliação do debate sobre o dever de memória. Promover questionamentos, trazendo à tona a história de violação dos direitos humanos no Brasil perpetrada em espaços de violência e tortura clandestinos e oficiais durante a ditadura, joga luz sobre as disputas políticas por poder e promove o debate acerca da importância da memória. A relevância de não

esquecer ou banalizar um passado violento bastante recente, principalmente em um momento de tentativa de “reescritura” da história da ditadura civil-militar e seus impactos no país, é primordial. Declarações de integrantes do alto escalão do Governo, e do próprio presidente Jair Bolsonaro, para comemoração do golpe de 1964, chamado de “movimento de 1964” ou de “revolução democrática de 1964”⁶, além de manifestações de parte da sociedade pedindo pela volta da ditadura, fechamento do STF e a instituição do AI-5 não foram raras desde que esse governo de extrema-direita negacionista assumiu o poder em 2019⁷. Dessa forma, resgatar a

⁶ Declarações revisionistas marcaram a data do Golpe de 1964 e ultrapassaram os círculos militares onde, até então, ficavam restritas, como mostrado nas matérias a seguir:

Matéria publicada no jornal O Globo em 19/04/2022, do jornalista Guilherme Mazui, intitulada “No Twitter, Mourão chama golpe militar de ‘revolução democrática de 1964’”, na qual o vice-presidente e general da reserva, Hamilton Mourão em sua conta na rede social Twitter, celebra o Dia do Exército Brasileiro e se refere a uma “história de vitórias [...] passando pela Revolução Democrática de 1964 até os dias atuais, preserva a soberania e contribui com o Brasil” (Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/19/no-twitter-mourao-chame-golpe-militar-de-revolucao-democratica-de-1964.ghtml>. Acesso em 29/07/2022).

Matéria publicada no jornal Nexo em 31/03/2022 intitulada “Ministério da Defesa publica nota saudando golpe militar de 1964”, na qual o então ministro da Defesa, general da reserva Walter Braga Netto, afirmava que o “Movimento de 64’ fortaleceu a democracia brasileira”: “Em março de 1964, as famílias, as igrejas, os empresários, os políticos, a imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, as Forças Armadas e a sociedade em geral aliaram-se, reagiram e mobilizaram-se nas ruas, para restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil, por grupos que propagavam promessas falaciosas, que, depois, fracassou em várias partes do mundo” (Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/03/31/Minist%C3%A9rio-da-Defesa-publica-nota-saudando-golpe-militar-de-1964>. Acesso em 29/07/2022).

⁷ Matérias publicadas em diversos veículos de comunicação refletem as manifestações de ignorância histórica de parte da sociedade brasileira, intensificadas pelo posicionamento do Governo. Coloco alguns exemplos:

“Mourão diz que pedidos de volta da ditadura em atos pró-governo são ‘liberdade de expressão’”. Jornal O Globo em 02/05/2022 do jornalista Guilherme Mazui. (Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/02/mourao-diz-que-pedidos-de-volta-da-ditadura-em-atos-pro-governo-sao-liberdade-de-expressao.ghtml>. Acesso em 29/07/2022).

“Manifestantes pró-Bolsonaro fazem atos em defesa da ditadura militar”. Correio Braziliense em 31/03/2021. (Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4915376-atos-esvaziados-celebram-golpe-de-64-e-pedem-intervencao-militar.html>. Acesso em 29/07/2022).

“Aos que defendem a volta da ditadura”. Jornal El País em 08/12/2014 da jornalista Eliane Brum. (Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/08/opinion/1418042130_286849.html. Acesso em 29/07/2022).

“Mourão chama de ‘liberdade de expressão’ manifestações que pedem fechamento do STF e volta da ditadura”. Reuters, publicado pelo Portal Uol em 02/05/2022. (Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2022/05/02/mourao-chama-de-liberdade-de-expressao-manifestacoes-que-pedem-fechamento-do-stf-e-volta-da-ditadura.htm>. Acesso em 29/07/2022).

“Atos esvaziados pelo país celebram golpe de 64 e pedem intervenção militar com Bolsonaro”. Jornal Folha de São Paulo em 31/03/2021. (Disponível em:

memória dos resistentes e seguir os vestígios deixados pelos atores que se mobilizam até hoje para que as violações e subtração de direitos não sejam esquecidas torna-se essencial. Promover uma reflexão sobre e nos lugares de memória acerca dos princípios da dignidade humana tem como uma das principais consequências o fortalecimento de uma cultura em direitos humanos para gerações futuras. Ao propor a reflexão, abrimos espaço para o diálogo em nossa sociedade sobre valores e princípios éticos e morais, sobre o reconhecimento dos direitos, deveres e liberdades de cada cidadão, levantando um debate fundamental. Para tal, exercitar o dever de memória torna-se condição *sine qua non* para o desenvolvimento de visão crítica e cidadã em nossa sociedade. Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

Por fim, mas não menos importante, defendo que a relevância acadêmica do estudo se encontra na adoção, aplicação e ampliação da teórico-metodologia ANTi-History como abordagem da Pesquisa Histórica. Criada dentro da Administração, a ANTi-History oferece uma visão alternativa ao *mainstream* na área de Estudos Organizacionais, propondo uma análise mais aprofundada, crítica e contextualizada para estudos sociais qualitativos, distanciando-se, portanto, da forma determinística e positivista no estudo de fenômenos do passado. O presente estudo buscou ampliar o campo do conhecimento e o desenvolvimento da abordagem ANTi-History ao criar e aplicar os conceitos de *ANTi-History Turning Points (AHTP)* e *Zones of Intense Dispute (ZIDs)* na investigação das trajetórias históricas dos processos de transformação do DEOPS/SP e DOPS/RJ. Nesse sentido, adotar e aplicar tais conceitos nos ajuda a romper com a ideia de um passado estático, conferindo uma característica mais dinâmica, mutável, fluida e relacional para a produção do conhecimento sobre eventos que ocorreram no passado em uma rede que se estende até o passado-presente. Ao defender a construção social da realidade com foco nas relações entre os atores, a abordagem abre a possibilidade para diferentes interpretações, conhecimentos e narrativas históricas sobre os fenômenos sociais,

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/atos-esvaziados-pelo-pais-celebram-golpe-de-64-e-pedem-intervencao-militar-com-bolsonaro.shtml>. Acesso em 29/07/2022).

“Bolsonaro discursa em ato em frente a quartel com pedidos de intervenção militar”. CNN Brasil em 19/04/2020. (Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-discursa-em-ato-em-frente-a-quartel-com-pedidos-de-intervencao-militar/>). Acesso em 29/07/2022).

assumindo um caráter emancipatório ao proporcionar espaço para atores marginalizados ou silenciados nas versões oficiais da história. Entendendo que toda construção do conhecimento, memória compartilhada e narrativa histórica são parciais e orientadas por relações de poder de grupos em disputa, a ANTi-History possibilita desvendar tais conexões ao propor explicações possíveis, evidenciando as movimentações sociopolíticas dos atores envolvidos.

2. Referencial Teórico

2.1 Estudos Organizacionais e Pesquisa Histórica

2.1.1 Percurso histórico: o afastamento (e a reaproximação) entre Estudos Organizacionais e História

As tentativas de aproximação entre a área de Estudos Organizacionais (EO) e a História não são recentes. Não obstante, ainda que a relevância desse movimento seja reconhecida, vários autores vêm apontando que o potencial de contribuição da História para enriquecimento e transformação da compreensão das organizações em Estudos Organizacionais ainda não foi completamente atingido (Maclean, Harvey e Clegg, 2016; Clark e Rowlinson, 2004; Kieser, 1994; Zald, 1993).

O afastamento entre as áreas é atribuído ao comportamento “apressado” (Zald, 1993, p.514) de pesquisadores de Estudos Organizacionais e à “inclinação cientificista” (Üsdiken e Kieser, 2004, p.321) que dominou a área a partir de meados do século XX, intensificada pela busca urgente de reconhecimento e legitimidade através do rigor científico das ciências naturais. Zald (1993, p.514) reforça que o objeto de estudo é moldado por interesses políticos e morais e por aspectos e tradições culturais específicas historicamente fundamentados ou “aninhados” historicamente, em tradução literal ao termo usado pelo autor (“[...] *their objects of attention are historically nested*”). O aspecto contextual e historicamente posicionado é ressaltado e não pode ser desconsiderado, provendo conhecimentos e jogando luz sobre questões respondidas erroneamente quando uma análise ahistórica e determinística é adotada.

Ao defender a importância de uma análise histórica nos estudos das organizações, Kieser (1994) apresenta quatro razões, entre as quais, destaco duas que servem de argumento e fundamentação para o presente trabalho:

- Problemas identificados nas organizações, bem como suas possíveis soluções, não estão desvinculados de ideologias. Analisar movimentos e

práticas anteriores, buscando o histórico da organização e confrontando-o com os atuais pode ser uma fonte de identificação e superação de preconceitos que fundamentaram a apresentação de tais problemas e tendências na atualidade;

- As estruturas organizacionais são resultantes de decisões tomadas ao longo do tempo, sejam elas intencionais e explícitas ou nem tanto. Nesse sentido, a estrutura não é dada e nem dissociada das oportunidades, movimentos e decisões envolvendo diferentes atores em contextos anteriores ao tempo presente. Considerar o desenvolvimento histórico com viés determinístico pode impedir que alternativas e soluções sejam identificadas.

Nesse sentido, o pensamento histórico em rede, conforme premissas da ANTi-History (perspectiva teórico-metodológica adotada na presente pesquisa e que será abordada oportunamente), defende a (des)mobilização de múltiplos atores heterogêneos em um processo contínuo de emergência de atores-rede que constroem a realidade social. Dessa forma, a constituição de organizações não pode ser estudada de maneira desconectada de seu passado, tampouco descontextualizada do momento presente e dos movimentos de seus atores constituintes durante a trajetória de construção desde tempos anteriores. Idem para a narrativa desses processos, ou seja, considerando-se a dualidade da pesquisa histórica fato x narrativa (Rowlinson, Hassard e Decker, 2014), as versões históricas possíveis dos processos de constituição não podem ser estudadas descontextualizadas e estanques. Contrário ao realismo histórico, os fatos não são independentes de interpretação.

O processo de aproximação entre as áreas do conhecimento e a adoção da análise histórica no estudo das organizações teve como marco (ainda que objeto de críticas de alguns autores, como Weatherbee *et al.*, 2012), a Virada Histórica definida cerca 10 anos depois com o trabalho de Clark e Rowlinson (2004), cujos desdobramentos são debatidos até os dias de hoje, mais de 25 anos depois da chamada de Kieser (1994) ao diálogo entre pesquisadores das diferentes áreas. Em outras palavras, se até meados do século XX, a área de Estudos Organizacionais era fortemente influenciada por uma visão positivista, caracterizada pela natureza descontextualizada de suas pesquisas, a partir da década de 1990 foi possível observar uma mudança no quadro com uma movimentação para ampliar o diálogo

ou estreitar a (re)aproximação com a História (Mills *et al.*, 2016; Booth e Rowlinson, 2006; Üsdiken e Kieser, 2004; Kieser, 1994; Zald, 1993).

2.1.2

O chamado para a Virada Histórica: a oportunidade para uma compreensão mais profunda dos fenômenos organizacionais

A edição especial do periódico “*Business History*” em 2004 - elaborada a partir da seleção de trabalhos apresentados em 2001 no 17º colóquio do EGOS (*European Group for Organizational Studies*) – traz artigos que se tornariam seminais para a Pesquisa Histórica. Um deles é o artigo de Clark e Rowlinson (2004) que cunha o termo “*Historic Turn*” ou Virada Histórica para nomear este movimento de reaproximação e “crescente clamor” por uma abordagem mais historicizada em Estudos Organizacionais. Os autores defendem esta mudança como parte de um movimento de transformação mais abrangente, fazendo alusão a termos como “virada discursiva”, “desconstrução”, “pós-modernismo” e “renascimento da narrativa”, deslocando o foco de uma “atitude cientificista” para uma “atitude retórica” (Clark e Rowlinson, 2004, p.331).

A Virada Histórica buscou promover uma problematização mais profunda e crítica dos fenômenos, desafiando a visão *presentista* (*Simpsons approach*), *universalista* (*Flintstones approach*) e *cientificista* naturalizada nos estudos organizacionais. Indagava, portanto, a construção de um caminho alternativo ao *mainstream* positivista de Estudos Organizacionais, que no processo de “busca por leis gerais e abstratas” suspendeu a conexão com a área de humanas e fez com que as “ciências sociais se isolassem da história” (Booth e Rowlinson, 2006, p.6-7).

A proposta era desafiar os modos de pesquisa hegemônicos marcados pela descontextualização dos fenômenos organizacionais e desprezo pelo impacto de decisões anteriores e precedentes históricos na configuração atual da organização, bem como combater a aplicação generalizada de teorias pré-concebidas em qualquer sociedade e tempo. Tal visão permite ao estudioso organizacional investigar fenômenos e compreender as condições atuais das organizações, os atores envolvidos e o contexto em que estão inseridos de forma mais abrangente, ética e reflexiva (Barros e Carrieri, 2015; Booth e Rowlinson, 2006; Clark e Rowlinson, 2004). A concepção de olhares e conhecimentos dissonantes daqueles

que se querem hegemônicos é a base que caracteriza o caráter crítico e emancipatório da pesquisa histórica.

Dentro desse movimento de aproximação entre as áreas, outros pesquisadores também trouxeram importantes contribuições. Üsdiken e Kieser (2004), por exemplo, propõem uma diferenciação na adoção da perspectiva histórica nos Estudos Organizacionais em três posições: *suplementarista*, *integracionista* e *reorientacionista*⁸. Contudo, mais importante do que a categorização propriamente dita, a iniciativa de Üsdiken e Kieser (2004) traz para o debate “diferentes estratégias de *como* conduzir estudos de fenômenos organizacionais adotando uma perspectiva histórica” (p.328. Grifo de minha autoria), refletindo uma diversidade de pensamentos e de possibilidades para a pesquisa histórica. Por esse ângulo, ampliar o debate e demonstrar oportunidades de estudo dentro desse campo de pesquisa, ainda incipiente e em formação nos anos 2000, reconhecendo diferentes vertentes e contribuições da visão histórica em estudos organizacionais, pode ser considerado como um marco para seu desenvolvimento.

Ao reconhecer a dualidade inerente à interpretação do termo “história” para eventos e ações do passado, bem como para as narrativas relacionadas construídas por indivíduos, Clark e Rowlinson (2004) citam as propostas de Kieser (1994), ressaltando a necessidade de uma postura mais reflexiva em oposição à subordinação da história a modelos gerais, defendendo, assim, uma abordagem indutiva a partir do fenômeno estudado nas organizações. O enriquecimento do conhecimento das organizações defendido por Kieser (1994) seria resultante desses esforços. O autor (p.619), ainda assim, alerta sobre o “perigo” da seleção e da interpretação do material refletirem a ideologia do pesquisador, corroborando a necessidade fundamental de uma postura crítica-reflexiva.

⁸ De modo simplificado, o papel e a contribuição da História em cada uma dessas posições para a área de Estudos Organizacionais é o que as diferencia. Sendo assim, na posição *suplementarista*, cabe à História confirmar e refinar teorias, limitando-se a um elemento de contexto, adotada para auxiliar na seleção de variáveis e elaboração de hipóteses levando em consideração eventos do passado. Na posição *integracionista*, o papel da História enriquece o entendimento dos pesquisadores ao considerar o impacto que atos e decisões de atores no passado causam na forma em que a organização se configura no presente, reconhecendo que a configuração da organização é moldada por eventos e decisões passados e seu processo de constituição é influenciado por variáveis de contexto mais amplas. Em contrapartida, a posição *reorientacionista* prioriza uma abordagem mais interpretativista dos fenômenos nas organizações, afastando-se do modelo positivista baseado nas ciências naturais e privilegiando a narrativa histórica.

Mais recentemente, e nessa mesma linha, Maclean, Harvey e Clegg (2016) reforçam as diferenças entre as pesquisas realizadas em Estudos Organizacionais e as narrativas tradicionais históricas ao apontar três dualismos epistemológicos entre as áreas: o privilégio da análise, geração própria de dados e cronologia em relação a narrativa, fontes documentais e periodização, respectivamente. As diferenças, no entanto, quando integradas, enriquecem os Estudos Organizacionais Históricos. Segundo Costa, Barros e Martins (2010) o potencial de contribuição da pesquisa histórica reside exatamente na sua natureza multifacetada e nas suas várias possibilidades de apropriação, contribuindo para uma compreensão mais profunda sobre os fenômenos organizacionais e para a formação de pesquisadores mais conscientes do contexto de ocorrência dos fenômenos circunscritos em suas pesquisas. Decker, Hassard e Rowlinson (2020) defendem a existência de distintos modos para pesquisar o passado que combinam as dimensões da história, memória, arquivos e estudos em retrospectiva (baseado em entrevistas e etnografia, majoritariamente). Dependendo de como o pesquisador conceitua o passado e como acessará o objeto de estudo, se por meio de arquivos ou memórias, lembranças individuais e coletivas, por exemplo, sua linha de estudo será diferente, porém, os autores ressaltam a flexibilidade para a combinação entre elas.

2.1.3

A importância da consciência histórica nos Estudos Organizacionais

Ao seguir o chamado para uma maior consciência ou conscientização histórica (“*historical awareness*”) na investigação de fenômenos organizacionais, Booth e Rowlinson (2006, p.6) esperavam que a Virada Histórica levasse os pesquisadores da área a uma maior reflexão sobre os métodos históricos apropriados para a área de estudo das organizações. Ao adotar uma postura mais crítica e reflexiva, entendendo que a história não é algo imutável ou uma verdade absoluta como defendido pela visão positivista tradicional e hegemônica, o pesquisador torna-se capaz de buscar novas interpretações e alternativas de narrativas históricas.

Costa, Barros e Martins (2010, p.289) reafirmam este argumento e colocam que a perspectiva histórica auxilia o pesquisador a contextualizar o evento estudado,

evitando anacronismos - “a utilização de conceitos e ideias de uma época para analisar fatos de outro tempo histórico” -, que poderiam conferir um caráter determinístico, ahistórico, descontextualizado, presentista e universalista indesejado. Além disso, espera-se que o emprego da pesquisa histórica como método de análise proporcione o embasamento necessário para aqueles pesquisadores que desejam expandir as possibilidades de análise por meio de novos olhares e abordagens de pesquisa.

Para esse fim, Booth e Rowlinson propuseram em 2006 uma agenda de dez pontos com objetivo de estimular o debate para futuros direcionamentos na pesquisa histórica nos Estudos Organizacionais e não, como ressaltado pelos autores, para limitar ou definir fronteiras para esta área do conhecimento. O segundo ponto dessa agenda⁹ foi apontado pelos criadores da teórico-metodologia ANTi-History, como o item em que se vislumbrou o potencial de contribuição dessa nova abordagem, criada por Gabrielle Durepos sob orientação de Albert Mills em 2009, para o desenvolvimento da pesquisa histórica em Estudos Organizacionais.

Dessa forma, ao atender ao chamado da agenda, Durepos e Mills (2009) propõem um novo método de pesquisa histórica em Estudos Organizacionais e de gestão que apresenta como uma de suas características o estilo de escrita alternativo – a narrativa –, o que é um desafio para o pesquisador, dada sua diferença para o modelo padrão das pesquisas em Administração. Keulen e Kroeze (2012) reforçam a oportunidade de fortalecimento da consciência histórica com a adoção da escrita na forma narrativa, e seu poder explicativo, usualmente negligenciada pelos estudiosos organizacionais.

Tais argumentos corroboram a conexão ontológica e epistemológica íntima entre a pesquisa histórica e os princípios da área de CMS (*Critical Management Studies*), também defendido por Booth e Rowlinson (2006). Contrária às características determinísticas e funcionalistas dos Estudos Organizacionais predominantes até aquele momento, quando se defendia uma pseudo neutralidade

⁹ O segundo item na agenda proposta buscava o desenvolvimento de métodos históricos e estilos de escrita alternativos para o estudo das organizações de forma historicizada (*“Historical Methods and Styles of Writing – alternative methods and diverse styles of writing appropriate for studying organizations historically”*). Em particular, os autores esperavam que uma “reflexão metodológica e experimentação na escrita histórica” conduzisse a “um maior envolvimento com a filosofia da história e com os teóricos da história” (Booth e Rowlinson, 2006, p.8-10).

baseada em uma racionalidade técnica, um novo caminho se abre ao considerar múltiplas possibilidades para investigação e explicação de fenômenos com a pesquisa histórica.

Sendo assim, reconhece-se a existência de alternativas possíveis e exige-se um posicionamento ético-reflexivo do pesquisador ao considerar a inevitabilidade de seleção de documentos já que as fontes históricas são inesgotáveis. As evidências são selecionadas de acordo com as crenças e circunstâncias em que o historiador – ou pesquisador na presente pesquisa – se encontra e são relacionadas a um evento específico de seu interesse e não em uma busca para um postulado universal, como esperado pelo método científico positivista das Ciências Naturais, conforme trecho de Munslow (2006) a seguir:

“Scientific method works on the assumption that data are connected by a universal explanation, and consequently the scientist selects his/her data according to this belief. The historian, however, selects his/her data because of his/her interest in a unique event or individual acting intentionally in response to circumstances. Evidence is chosen for what it can tell us about that unique event or individual, rather than any and every event within a general category being explained” (Munslow, 2006, p.5).

Reconhecer, como premissa, que não há neutralidade do pesquisador não tira a robustez da pesquisa, apenas ratifica a impossibilidade de separar de forma imparcial e inequívoca as identidades, ou papéis, do indivíduo fora da academia e do indivíduo pesquisador. A maneira como olhamos o mundo é resultado de nossas vivências trançadas de dentro e fora da academia. Compreendemos os fenômenos a partir do nosso “lugar social”, conforme o trecho abaixo de Leonardo Boff:

Todo ponto de vista é a vista de um ponto

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam.

Todo ponto de vista é um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura.

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação.

(Leonardo Boff. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. 4ª ed. RJ: Sextante, 1999).

Ainda a respeito da neutralidade, é fundamental repudiar qualquer tentativa de uso da visão histórica como salvo conduto para análises e conclusões desejadas e cômodas, como se a história fosse um “repositório de fatos que pode ser usado para suportar ou refutar posicionamentos” (Clark e Rowlinson, 2004, p.335). Considerando que há sempre uma escolha e seleção do pesquisador por fontes, além da sua interpretação e elaboração de possíveis narrativas, é possível afirmar que o processo não é desconectado de suas ideologias e posicionamentos (Clark e Rowlinson, 2004; Kieser, 1994). Sendo assim, a busca por uma pseudo neutralidade tende a ser infrutífera e desnecessária dentro desse modo de pesquisa.

Não obstante o reconhecimento e admissão da influência do posicionamento do pesquisador, as conclusões do estudo não podem e não devem ser guiadas por suas idiossincrasias, mas pela observação do fenômeno no campo. Reconhecer que não há neutralidade nos diálogos e análises do passado não pressupõe um ataque ao princípio do método científico de encadeamento de evidências, análise crítica dos dados, documentos e fontes e rastreabilidade da pesquisa, exigidos pela operação histórica (Costa e Silva, 2017; Samara e Tupy, 2010a).

2.1.4

O resgate do perfil crítico emancipatório

A despeito dos debates de *como* a pesquisa histórica pode ser “operacionalizada” - entre aspas por falta de um termo mais adequado e corroborando a constatação de Costa e Silva (2017) acerca da tímida presença da mesma nos livros de metodologia da pesquisa em Ciências Sociais – a *relevância* da pesquisa histórica não recebe mais tantos questionamentos, como outrora, em Estudos Organizacionais (Costa e Silva, 2019; Durepos, Shaffner e Taylor, 2019; Maclean, Harvey e Clegg, 2016; Barros, 2016; Barros e Carrieri, 2015; Rowlinson, Hassard e Decker, 2014; Costa, Barros e Martins, 2010). Não obstante, alguns autores têm apontado um distanciamento entre as pesquisas atuais e os termos propostos na Virada Histórica (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019).

Um dos principais distanciamentos apontados refere-se à ausência de um posicionamento crítico mais significativo como esperado, dado o alinhamento ontológico e epistemológico da área de pesquisa histórica com CMS em sua origem.

Ao problematizar o passado, os pesquisadores têm a chance de propor narrativas alternativas, por vezes dissonantes do *status quo* das versões oficiais, como forma de desestabilizar características naturalizadas do conhecimento existente. Porém, essa dissonância - bem-vinda e resultante de um olhar crítico-, não tem sido observada (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019; Wanderley e Barros, 2019; Weatherbee *et al.*, 2012).

Nesse sentido, considera-se que a configuração do presente ou de determinada narrativa dominante não é dada, tampouco resultante da ordem natural das coisas. Há que desnaturalizar e propor alternativas possíveis, “problematizando as origens” (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.8), de modo a demonstrar que por trás da aparente linearidade e sequência “lógica” de eventos e decisões, a constituição atual é resultante de uma construção social. Trata-se de investigar *como* as narrativas são criadas, de forma atenta e consciente, evitando o caminho mais óbvio que segue a versão dominante. Reside aí a força emancipatória da pesquisa histórica: promover caminhos alternativos, buscar vozes plurais e silenciamentos em contraponto à singularidade positivista da “descoberta” de um único passado “real”. Aqui, cabe ressaltar a proposta de Wanderley e Barros (2019, p.79) para o desenvolvimento de uma agenda latino-americana que considere a “inclusão de autores, teorias, conceitos, objetos e temas” de outras geografias, que não exclusivamente a eurocêntrica, como observado na agenda da Virada Histórica de 2006 (e que vem se desdobrando na área desde então).

Parece razoável constatar que tais questionamentos surjam com o alcance de certa maturidade da área, após a ampliação do diálogo com a História, sugestão de fases e categorização das orientações de pesquisa de diferentes autores e, por fim, do reconhecimento da relevância e contribuição da pesquisa histórica em Estudos Organizacionais. Nesse sentido, ainda que haja pontos de debate em relação ao *como* (aspectos metodológicos e de aplicação), precisamos debater o *porquê* da pesquisa histórica, resgatando e analisando criticamente as premissas propostas na agenda de Booth e Rowlinson (2006) à luz do que está sendo pesquisado na atualidade. Entendendo que o conhecimento do passado está intrinsecamente ligado ao conhecimento do presente, mais uma vez, reforçando a importância do contexto e do momento em que esse diálogo é estabelecido, não vejo outro melhor momento, senão agora, para que essa avaliação seja feita aqui na academia brasileira.

Segundo os autores Durepos, Shaffner e Taylor (2019, p.1) houve “pouco progresso” nessa área de estudos em relação às propostas originais, entre elas, a rejeição ao cientificismo, a aceitação de formas alternativas e heterogêneas de se fazer história e a chamada para uma postura mais reflexiva na construção social de narrativas históricas. Para Weatherbee *et al.* (2012, p.194), as críticas e contestações têm sido “relativamente limitadas”, fato parcialmente explicado pelo esforço direcionado nos últimos 20 anos em encorajar a adoção de uma análise histórica, ponto inicial da Virada Histórica, em vez de uma teorização mais profunda, como destacado a seguir:

“However, within MOS such contestations of the past have been relatively limited and, for the large part, more embedded than expressed and, more often than not, conflated with history. Much of this may be explained by the fact that over the past two decades a central focus of MOS researchers engaged with history has been to encourage a ‘historical turn’ in the field encouraging researchers to draw on historical analysis (Kieser 1994), rather than a thoroughgoing theorization of history” (Weatherbee *et al.*, 2012, p.194).

Rowlinson, Hassard e Decker (2014, p.251) também reconhecem o avanço do nível de diálogo entre Estudos Organizacionais e outras áreas do conhecimento como resultado da Virada Histórica, mas fazem uma ressalva e argumentam que a decisão de recorrer à História deve ser precedida por um entendimento do “tipo de história e se esta consegue acomodar nossos valores enquanto estudiosos/teóricos organizacionais”. O pesquisador deve explicitar *para quem e a interesse de quem* a narrativa é construída, bem como *quem a escreve*, considerando que todas são ideologicamente posicionadas. Ou seja, não há neutralidade possível nas narrativas, tampouco nos arquivos sobre os quais estas são elaboradas (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019).

Ao fomentar a pesquisa histórica, reforça-se a influência do passado na configuração do presente, distanciando-se do conceito positivista de orientação realista e determinística, que desconsidera a possibilidade de múltiplas narrativas verossímeis construídas a partir de traços dos fenômenos do passado, além de analisá-los de forma relacional e contextualizada. A análise crítica é, portanto, condição *sine qua non*, como apontado no trecho abaixo, para tal afastamento:

“Doing this [assemble a sense of critical organizational history] is important if we wish to renew and preserve a vital tool for critique in organization analysis: the reflexive theorization of organization as a means of challenging unreflexive, ahistorical scientism” (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.1).

Nesse sentido, Durepos, Shaffner e Taylor (2019) levantam o debate acerca do que seria uma abordagem crítica da pesquisa histórica em Estudos Organizacionais (“*critical organizational history*”), em termos de objetivos, escopo e práticas. Ainda que os autores chamem atenção para a heterogeneidade ontológica e epistemológica das pesquisas realizadas sob enfoque crítico, apontam como característica comum a tendência ao nominalismo e o afastamento do positivismo, abordagem epistemológica dominante advinda das Ciências Naturais e que, segundo Zald (2002, p.367) “marginaliza a história”. Munslow (2006) corrobora esta diferença entre a História e as Ciências Naturais ao lembrar que não há uma hipótese a ser testada ou um processo objetivo experimental que resulte em “fatos incontestáveis” ou a garantia de se “aproximar da verdade”, como destacado o trecho abaixo:

“History cannot claim to be straightforwardly scientific in the sense that we understand the physical sciences to be because it does not share the protocol of hypothesis-testing, does not employ deductive reasoning, and neither is it an experimental and objective process producing incontrovertible facts. Moreover, the better we do it does not guarantee we will get closer to the truth” (Munslow, 2006, p.5).

Além disso, os autores argumentam que pesquisadores de viés crítico compartilham de uma ideologia progressista de esquerda, com valores e crenças orientados para desenvolvimento de um mundo melhor, expondo o “lado perverso e as consequências negativas do capitalismo e da globalização”, por exemplo, ou “problematizando hegemonias e situações de exclusão” ou o silenciamento de determinados grupos da sociedade (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.6).

De acordo com essa perspectiva de pesquisa, as organizações são entendidas como mais do que “instrumentos para criação de produtos e obtenção de lucros”. Ao adotar uma lente “anti-perfomática” e contrária ao reducionismo da natureza humana a uma racionalidade econômica (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.10), amplia-se o interesse de pesquisa para além de objetivos produtivistas e instrumentalizados. Trata-se de deslocar o foco da performatividade que estuda o passado para maximizar a eficiência de processos e, portanto, a margem de lucro organizacional para outros eventos ocorridos dentro das organizações. Considera-se que os processos de constituição das organizações e suas configurações são resultantes de decisões e ações em tempos anteriores ao presente, ou seja, a

configuração não é dada e a análise não é estanque e descontextualizada (Weatherbee, Durepos, Mills e Mills, 2012).

Em outras palavras, nessa perspectiva as decisões nas organizações são tomadas por indivíduos que as fundamentam no seu melhor entendimento acerca da realidade social do tempo presente e da interpretação de eventos ocorridos no passado. São, portanto, representações elaboradas a partir da interpretação posicionada do indivíduo. Dependendo do status, da agenda de interesses e das relações de poder do indivíduo que toma as decisões, narrativas podem ser silenciadas ou reforçadas e ações para o exercício de responsabilidade cívica ou de conformidade podem ser desenvolvidas ou sabotadas, temas que margeiam a discussão sobre memória, dever de memória e lugares de memória que serão abordados oportunamente.

Por fim, importante ressaltar que ao situar a pesquisa, em termos epistemológicos e ontológicos, distanciada do paradigma positivista/realista, reconheço a produção do conhecimento *subjetivo* resultante da apreciação mental e interpretação que eu, como pesquisadora, elaboro ao observar determinado fenômeno em uma realidade (re)configurada de forma recorrente. No entanto, cabe complementar, como bem argumentado por Wanderley e Barros (2018, p.2), que a orientação e posicionamentos geográficos acerca das teorias e abordagens adotadas também devem ser considerados e explicitados nas pesquisas brasileiras (e latino-americanas). Ao criticar a característica eurocêntrica da agenda da Virada Histórica desde sua origem e sugerir sua diversificação com a inclusão de novas lentes de investigação por autores, temas, objetos e conceitos de diferentes geografias, os autores propõem a inclusão de novos saberes em uma agenda decolonial latino-americana.

2.1.5

Passado e História como conceitos ontologicamente diferentes

Pela perspectiva adotada no presente estudo, o passado está ontologicamente indisponível e a história é uma narrativa construída a partir do conhecimento elaborado pela pesquisadora no presente, baseado em evidências do que ocorreu no passado. Se não temos mais acesso ao passado – enquanto realidade configurada

naquele momento -, e nos posicionamos no paradigma anti/pós-positivista e nominalista, nos distanciando da combinação positivista/realista, não é possível investigar uma realidade única, objetiva, dada e imutável que reflita de forma inequívoca e objetiva qualquer fenômeno ocorrido em um tempo anterior ao tempo presente. Sendo assim, torna-se possível afirmar que a abordagem positivista “marginaliza a história com sua preocupação com a objetividade”, no sentido de que ao colocar o foco na descoberta do passado como realmente ocorreu, a subjetividade e as escolhas dos pesquisadores/historiadores são ignoradas (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.5).

Segundo Munslow (2006, p.16), a “desconstrução” da história entendida como “relatório de um empreendimento empírico objetivo”, portanto, de viés positivista, está inserida no contexto pós-moderno. Segundo o autor, o termo “desconstrução” foi cunhado por Jacques Derrida para desafiar o princípio até então adotado sobre a existência de uma “realidade estável/conhecida ‘lá fora’ que poderíamos acessar de forma precisa”. O fracasso das grandes narrativas – entre elas a visão da descoberta do passado tal qual “realmente” foi - e dos ideais de evolução e progresso inevitáveis defendidos pelo pensamento moderno gerou uma “perda de confiança na nossa capacidade de relacionar o passado” como consequência da ocorrência de diversos eventos traumáticos do século XX. As grandes narrativas estavam, a partir daquele momento, “fraturadas” e não mais tão certas, como argumentado abaixo por Munslow (2006):

“As a consequence of all this [the traumatic events], at the start of the twenty-first century, narratives both grand and petty, beliefs, attitudes, values, disciplines, societies, and meaning itself, appear to be fractured or fracturing. *The future is one of gloomy uncertainty*. It now seems quite incredible that anyone could have ever believed in the hierarchy of master narratives like liberalism, science, Marxism, socialism, or *a view of history that emphasised either the discovery of the past as it actually was, or even the inevitability of progress*” (Munslow, 2006, p.17 – grifos de minha autoria).

Munslow (2006) detalha os pensamentos de diferentes pesquisadores e os categoriza em três: reconstrucionistas, construcionistas e desconstrucionistas. Não entrarei nas diferenças entre eles, mas cabe marcar o distanciamento de algumas premissas tradicionais da História. Nesse sentido, a presente pesquisa se afasta do pensamento reconstrucionista, categoria que tem o historiador G.R. Elton como um dos expoentes. Essencialmente empiristas e defensores do argumento de que “suas experiências com o mundo real permanecem inalteradas por suas percepções”, o

historiador torna-se um “*modernist craftsman*”, que reconstrói o passado tal qual realmente ocorreu. Ou seja, defendem o conhecimento sobre o passado a partir de uma investigação “objetiva, racional, independente e imparcial” e uma “história concreta” e não algo baseado em “construções especulativas” (Munslow, 2006, p.22-24).

Nesse sentido, a história, como narrativa construída, não pode ser estudada isolada do contexto social do passado, com suas relações e conexões, tampouco do presente. A narrativa é posicionada. Há um relativismo de significado que é determinado tanto pelo contexto social em que a narrativa emerge, quanto pela subjetividade do olhar da pesquisadora. O lastro de certeza e existência de um “ponto de vista social e moralmente independente” de uma história tradicional realista e positivista – puramente baseada em evidências - não mais se sustentam. Não é possível afirmar que há conhecimento sobre o passado “real”, mas sim “representações narrativas” (Munslow, 2006, p.18). Há, dessa forma, um afastamento dos métodos positivistas e o deslocamento do foco para o processo histórico e seu contexto (Weatherbee et al., 2012). O que temos são representações, narrativas, explicações sobre e do passado construídas a partir de vestígios deixados por atores identificados nos documentos selecionados e passíveis de interpretação pelo olhar posicionado do pesquisador (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019; Weatherbee et al., 2012).

Pela lente pós-moderna, a história é, portanto, uma construção social discursiva, longe de ser “descoberta” ou “refletir o passado como ele, de fato, aconteceu” ou “singular” como os positivistas apresentavam (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.5). Estruturas narrativas ou “estratégias de explicação” são socialmente criadas e historicamente contingentes, evidenciando a influência do presente e das práticas sociais do momento em que se observa o passado – e do olhar do pesquisador – na construção da narrativa (Weatherbee et al., 2012). Ou seja, não há um passado descritivo e neutro enquanto realidade concreta fora da “apreciação mental” e independente dos processos de constituição propostos no presente, conforme trecho a seguir:

“We would argue that most critical organizational histories tend towards nominalism. They are written with the assumption that there is no ‘realist’ past that exists in concrete form and outside our mental appreciation of it. Thus, there is no past to which history corresponds, exactly. This is not to deny that the past happened. But given it is past, what we are left with are material and non-material traces that we can use to reassemble it” (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.5).

O passado passa a ser considerado como um “texto a ser examinado pelas suas possibilidades de significado” ao relacionar a evidência e a interpretação sobre esta (Munslow, 2006, p.18). Não é descobrir “o” passado, mas sim elaborar “uma possibilidade” de história. Cabe ressaltar que ao adotar a distinção entre história e passado, as “representações” sobre o passado são sempre mediadas pelo pesquisador/historiador, que interpreta as evidências e elabora uma narrativa verossímil. Ainda que a dualidade fato x narrativa da História seja respeitada, tais representações dos fenômenos ocorridos no passado não são independentes do processo subjetivo de “montagem” de uma versão possível.

O passado não é, portanto, imutável ao olhar da pesquisadora, o que não indica, em absoluto, uma negação ou uma distorção dos fatos ocorridos, mas reflete a seleção e a construção que são inevitavelmente feitas na pesquisa com base nas decisões e ideologias de quem as investiga e interpreta. A narrativa histórica construída é *mediada* pela pesquisadora. Não existe narrativa “pré-existente”. Ora, se a própria definição de narrativa engloba reconhecimento e interpretação de traços deixados por atores, fica claro o envolvimento da pesquisadora e a subjetividade inerente ao combinar os vestígios identificados. A essência do entendimento histórico é definida como a “habilidade em reconhecer, construir e seguir uma narrativa, que é uma história baseada nas evidências disponíveis”. A narrativa, portanto, é entendida como um “exercício interpretativo complexo”, uma “coleção de declarações individuais”, cujo resultado é maior que sua simples soma e não é “conclusivamente verdadeiro ou falso” (Munslow, 2006, p.12). A condição fundamental é que ela seja verossímil, plausível dentro da dualidade histórica fato x narrativa e das práticas sociais atuais.

2.1.6

A relevância do contexto

Diversos autores têm levantado debate acerca do papel do contexto nos Estudos Organizacionais (McLaren e Durepos, 2021, Lubinski, 2018, Weatherbee et al., 2012). Mais do que um simples “pano de fundo” estático e não-performático ou um “recipiente fixo pré-existente no qual o objeto de estudo é colocado” (McLaren e Durepos, 2021, p.74), o contexto deve ser reconhecido e considerado,

tanto para formulação das perguntas de pesquisa, quanto para a investigação e análise de possíveis respostas. Sob essa perspectiva, assume-se que as perguntas e respostas elaboradas são influenciadas pelo entorno e arredores que as cercam, bem como a pesquisadora que as propõe, conforme destacado no trecho a seguir:

“Context generates the work we do and also emerges from it (Dilley, 1999). This means that along with contextualizing our phenomenon of study, we also need to contextualize ourselves to be aware of the influences on the knowledge we are producing” (McLaren e Durepos, 2021, p.75).

“Praticar” ou “exercitar” o contexto dentro da pesquisa implica em reconhecer que conexões mutáveis constituem o ambiente social - considerando social para além das relações humanas, como defendido por Latour. A presente pesquisa foi realizada integrando-as ao processo de investigação como partes envolvidas e envolventes. Ou seja, o contexto é constituído por atores-rede, cujas características são modificadas de acordo com as conexões estabelecidas, modificando e influenciando as ações e movimentos dos demais atores. Considerar o contexto como ator relevante e performativo de uma rede alinha-se ao afastamento do positivismo, como argumentado por Durepos, Shaffner e Taylor (2019). Além disso, reconhecer a importância e dar o devido peso ao contexto na construção da realidade social, possibilita que a pesquisa se mova para “além de atores organizacionais musculosos [poderosos] que dobram a história à sua vontade” (Lubinski, 2018, p.1785).

O positivismo postula a possibilidade de criar conhecimento *objetivo* ao isolar o fenômeno de interesse, manter as variáveis sob controle e a pesquisadora “fora” do estudo, buscando uma relação de causa e efeito entre variáveis de modo a explicar o fenômeno observado. O contexto é o “pano de fundo” da realidade social e é entendido como algo dado, estável e estanque, um “cenário” para o objeto de pesquisa. Ora, se a pesquisadora está “fora” e é neutra e imparcial ao fenômeno e se o cenário é fixo, ontologicamente pode-se afirmar que a realidade é dada, e que o “mundo social existe de uma forma tangível e concreta que independe da nossa apreciação sobre ele” (McLaren e Durepos, 2021, p.77). O positivismo caminha, nesse sentido, ao lado do realismo. No entanto, encarar o contexto como algo relativamente estável não significa desconsiderá-lo na pesquisa, como demonstrado por Engwall (2003, p.790), ao clamar pela análise dos “contextos históricos e organizacionais” e suas relações com os processos internos de um projeto na área funcionalista e positivista de *Project Management*. Trata-se de uma premissa e,

como tal, deve estar alinhada à busca por respostas em relação à inquietação do pesquisador.

À medida em que ocorre o afastamento do positivismo, seja uma epistemologia anti-positivista ou pós-positivista, entende-se que só é possível construir conhecimento de forma subjetiva, ou seja, o sentido, a construção das explicações a partir de um fenômeno investigado só ocorre por meio da compreensão da pesquisadora. O conhecimento sobre a realidade é *subjetivo* e co-criado através da relação de entendimento e diálogo entre o indivíduo e os elementos constituintes da realidade, o que posiciona a pesquisa em termos ontológicos ao espectro nominalista. A realidade social é, portanto, construída cognitivamente conforme as ações e entendimentos, rótulos, nomes, categorias que os indivíduos dão a ela. Sendo assim, não devem ser considerados somente os atores nas organizações, mas sim aberto um diálogo com a parte exterior às organizações, contexto e atores externos, através do qual a narrativa histórica é co-construída (Lubinski, 2018).

De acordo com essa lógica, o fenômeno não é passível de isolamento e a realidade é construída, o que torna o contexto – como parte da realidade – mutável, complexo e ressignificado diariamente. A maneira como a pesquisadora endereça o contexto implica em resultados distintos e em premissas e abordagens, em termos de ontologia, epistemologia e metodologias, também diferentes, como destacado no trecho abaixo:

“How we treat context is implicated by our assumptions on how we treat social reality (ontology), construct theories of knowledge (epistemology) to explain that social reality, and develop tools or methods to gather information (methodology) on the social world” (McLaren e Durepos, 2021, p.76).

Ao abraçar o pensamento em rede e a construção social da realidade por meio de conexões entre atores heterogêneos, premissas da Teoria Ator-Rede (TAR ou *Actor-Network Theory* – ANT- em inglês) – aporte adotado para elaboração da abordagem *ANTi-History* - a pesquisadora se posiciona como parte integrante da rede fluida, que, observada de forma mais ampla inclui outros atores que constituem e são constituídos no contexto-em-rede do fenômeno investigado.

Em seu artigo Lubinski (2018, p.1785) destaca a importância de três aspectos-chave do contexto que “moldam como a história contribui para a construção social da realidade”. O argumento apresentado pela autora de que “a literatura subestima a natureza entrelaçada das reivindicações históricas com os campos

organizacionais, os ambientes sociopolíticos e as sequências temporais em que estão inseridos” vai ao encontro do que é proposto na ANTi-History e possibilita a incorporação do contexto na pesquisa histórica, aprofundando a compreensão do porquê certas narrativas históricas encontram mais ou menos resistências ao compartilhamento.

Nesse sentido, Lubinski (2018) reforça que a existência de múltiplas audiências – e que pela literatura eram consideradas como massas homogêneas, o que não é compatível com a realidade - pode ocasionar distintos entendimentos e percepções acerca de determinada narrativa. Ou seja, audiências distintas e heterogêneas - diferentes atores - podem ter entendimentos desiguais e essa “fricção” ou disputa deve ser levada em consideração na análise do fenômeno, como parte de uma realidade construída socialmente no presente. Trazendo para a abordagem usada na presente pesquisa, entendimentos divergentes impossibilitam a mobilização de aliados, o que enfraquece a capacidade de disseminação de certa narrativa histórica ao restringir os grupos nos quais essa narrativa de determinada configuração será percebida como coerente e bem-recebida. Ao não reconhecer e acolher aquela narrativa histórica, a capacidade de mobilização dos atores que defendem tal narrativa será reduzida e, como resultado, não conseguirão atrair o interesse de outros e convencê-los a juntarem-se a eles, impedindo a ampliação da rede. O contrário também é verdadeiro, ou seja, uma história verossímil e convincente e que parece fazer sentido para múltiplas audiências, terá mais chances de ser compartilhada e ampliar suas conexões, se fortalecendo a cada novo ator mobilizado.

Ao “aumentar a sensibilidade” do pesquisador (Lubinski, 2018, p.1786) acerca das disputas e reivindicações históricas, retira-se parte do poder da versão oficial estrategicamente proposta por grupos que ocupam o poder. Apesar de direcionar o argumento para uma pesquisa mais gerencialista, no sentido de deslocar o foco e o protagonismo do representante/ocupante do poder (“*rethor*”) para outros *stakeholders*, dentro e fora das organizações, entendo que o conceito por trás do argumento proposto por Lubinski (2018) esteja em linha com a abordagem da presente pesquisa. Explico: pelo princípio da simetria generalizada (Latour, 2016 [2013], 2005; Law, 1992), não há nenhuma ordenação prévia que deixe determinados atores, pela posição de poder que ocupam ou por sua natureza humana ou não-humana, como protagonistas ou atores centrais da narrativa em

elaboração e tampouco que sua narrativa será necessariamente acolhida e aceita. O que não quer dizer que tais atores não tenham influência no processo de construção da narrativa, mas sim que seu alcance e poder de imposição devem ser relativizados, assim como Lubinski (2018) argumenta. Ou seja, reconhece-se a capacidade de mobilização para uma determinada narrativa, dada a posição de poder ocupada pelo ator que a propõe, mas relativiza-se o alcance de sua mobilização ao considerar o tempo/momento e a multiplicidade/heterogeneidade das audiências quando tal narrativa é apresentada. Amplia-se, portanto, o espaço de análise, que deixa de considerar exclusivamente o ator organizacional que produz a narrativa (desejada) de forma isolada e passa a incluir o outro lado que recebe e reconhece (ou não) o que está sendo proposto.

Os outros dois fatores de contexto identificados por Lubinski (2018, p.1788), também associados à receptividade de determinadas histórias, consideram a importância do quadro social pré-existente, com suas “narrativas e convenções” e as “práticas sociais” que podem facilitar ou não o reconhecimento de uma narrativa alternativa à oficial como algo coerente e consistente, portanto, convincente. É razoável afirmar que a co-construção do diálogo histórico defendida por Lubinski (2018) é considerada aqui na análise dos fenômenos dentro do pensamento relacional e construtivista social da ANT*i*-History.

Nessa linha de raciocínio, a narrativa proposta por um ator ser verossímil é uma condição necessária, mas não suficiente, para que esta seja compartilhada, portanto. Omitir ou reduzir a importância e a influência de certos elementos (receptores) implica em reforçar a posição de outros elementos (emissor ou proponente) de uma narrativa já existente. Novas narrativas históricas não “emergem no vácuo” (Lubinski, 2018, p.1799) e estão sujeitas tanto ao repúdio quanto ao apoio de diferentes atores, geralmente, através de disputas pela centralidade e compartilhamento de uma determinada versão. O momento (cenário social) em que o resgate de memórias de ex-presos políticos e de narrativas subterrâneas do período da ditadura civil-militar brasileira ocorre, torna-se fator relevante e decisivo para o processo de reconhecimento ou rejeição.

Em relação às práticas sociais, o papel dos “artefatos” e os “micro-processos dos atores organizacionais em interação com os mesmos” é ressaltada pela autora (Lubinski 2018, p.1788), que defende a expansão do recorte de análise, incluindo as conexões com artefatos *in loco*. O que Lubinski (2018) coloca como importante

elemento do contexto, chamando-o de “práticas sociais” e ampliando a investigação do fenômeno, se alinha às premissas que muitos teóricos da prática defendem há algum tempo, que é a inclusão da materialidade nas análises e a investigação do fenômeno por meio da observação em campo (Feldman e Orlikowski, 2011). Ainda que haja um debate acerca do papel do ser humano, em termos de centralidade e agência, uma linha pós-humanista vem ampliando a análise com a inclusão de elementos não-humanos no campo dos Estudos Organizacionais (com denominações e conceituações distintas para “objetos”, “artefatos”, entre outros, discussão que não entrarei aqui). De acordo com as autoras, a partir do deslocamento do foco de investigação para a dinâmica das relações, para as mediações entre os pólos antagônicos da modernidade como diria Latour (2013 [2016]), a adoção de uma lente voltada para a prática nos ajuda a compreender fenômenos complexos, multifacetados e inéditos, tornando-a um instrumento poderoso para análises.

Se traçássemos uma linha contínua entre as teorias da prática, a ANT estaria em um dos extremos com o princípio da simetria e reconhecimento da agência e centralidade dos elementos não-humanos (não é autonomia. É agência), colocando-os no mesmo patamar ontológico dos humanos (Law, 1992; 1997b; Latour, 2005). Nesse sentido, defender a centralidade dos não-humanos seria como resgatá-los do segundo plano, no qual estavam relegados e onde atuavam como “servos”, para a aceitação do seu papel em grande parte das interações entre humanos, como pode ser observado nos argumentos de Latour (2005) nos trechos abaixo:

“[...] they [objects] exist, naturally, but they are never given a thought, a social thought. Like humble servants, they live on the margins of the social doing most of the work, but never allowed to be represented as such” (Latour, 2005, p.73).

“ANT states that if we wish to be a bit more realistic about social ties than ‘reasonable’ sociologists, then we have to accept that the continuity of any course of action will rarely consist of human-to-human connections [...] or of object-object connections, but will probably zigzag from one to the other” (Latour, 2005, p.75).

Propor uma pergunta de pesquisa, dentro dessa perspectiva, implica em investigar o fenômeno *in loco*, na sua ocorrência natural, com suas conexões e complexidades, pois qualquer tentativa de isolamento geraria uma fragmentação no conhecimento criado e na ruptura do entrelaçamento do fenômeno no contexto. Em outras palavras, as conexões são reconhecidas, não há fenômeno estaticamente posicionado em um contexto – estão imbricados, entrelaçados e são indissociáveis -, cabendo à pesquisadora identificar quais conexões são relevantes ou não para o

fenômeno em questão e o que se quer saber dele. Nesse aspecto, quanto mais atores estiverem envolvidos nas conexões identificadas, quanto maior for a quantidade de “audiências”, como colocado por Lubinski (2018), menor é a possibilidade de homogeneidade e, por conseguinte, maior chance de interpretações e “recepções” distintas acerca do fenômeno e da narrativa proposta.

Se o conhecimento é construído socialmente (Law, 1992; 1997b; 1999), o conhecimento sobre o passado – a história - também o é e, a partir dele, possibilidades de narrativas históricas são elaboradas. “Desconectar” ou isolar qualquer ator de forma prévia, incluindo aí o contexto, pode gerar uma visão reducionista e simplista sobre o fenômeno analisado como resultado de uma postura *legisladora* indesejada. A definição e escolha de quais atores serão seguidos – impossível e desnecessário seguir todos -, ou seja, aqueles cujas movimentações são percebidas pela pesquisadora como relevantes para a investigação do fenômeno de interesse, se dá somente após a observação dos vestígios no campo, enquanto a pesquisadora, na posição de *aprendiz*, identifica e escuta as vozes dos atores, sem predefinições ou imposição de uma narrativa pretendida.

Outro ponto levantado por McLaren e Durepos (2021) trata da importância da seleção do contexto considerado relevante para a pesquisa, assumindo que a escolha impacta em diferentes níveis da análise realizada e compreensão do fenômeno investigado. Além disso, a escolha das conexões e dos elementos constituintes do contexto, enquanto ele mesmo é considerado um ator, reforça sua performatividade, criando a realidade social cujo entendimento é construído dialogicamente com a pesquisadora. Aqui cabe ressaltar o aspecto relacional - e não relativo - da abordagem.

Alinhado ao debatido anteriormente, o perfil reflexivo e crítico exigido na pesquisa histórica em Estudos Organizacionais demanda que a pesquisadora explique os motivos das escolhas feitas durante o processo, entre elas, porque determinado contexto foi escolhido em detrimento de outro. Por qual motivo algumas conexões foram reconhecidas e interpretadas como sendo relevantes para o estudo do fenômeno enquanto outras foram percebidas como irrelevantes? Nesse sentido, adotar a perspectiva *amoderna* de Latour (1996) fundamenta a decisão de olhar o fenômeno de forma mais fluida, contínua e abrangente, sem amarras com as dicotomias defendidas pelo pensamento moderno, como destacado abaixo:

“Instead of having to choose between the local and the global view, the notion of

network allows us to think of a global entity -a highly connected one- which remains nevertheless continuously local... Instead of opposing the individual level to the mass, or the agency to the structure, we simply follow how a given element becomes strategic through the number of connections it commands and how does it lose its importance when losing its connections” (Latour, 1996, p.6).

Por fim, ao adotar a *ANTi-History*, consequentemente, os conceitos e premissas defendidos pela Teoria Ator-Rede como um de seus aportes teóricos-metodológicos, podemos afirmar que os elementos constituintes do contexto são considerados e tratados no mesmo plano analítico, sem privilégios de elementos humanos sobre não-humanos, sem hierarquia baseadas em dicotomias modernas ou pré-definições de narrativas baseadas em atores poderosos. Reconhecer a relevância do contexto, conforme defendido pelos autores acima (McLaren e Durepos, 2021; Durepos, Shaffner e Taylor, 2019; Lubinski, 2018; Weatherbee et al., 2012) é a base para a tese defendida no presente trabalho: o contexto é um ator performativo das redes de elementos heterogêneos que compõem a realidade social, mais especificamente, das redes dos processos constitutivos de lugares de memória enquanto organizações.

2.1.7 Considerações finais da seção

Por fim, cabe ainda ressaltar um ponto de extrema relevância indicado por Kieser (1994, p.619) e relacionado à inevitável seleção realizada pelo pesquisador histórico, dada a condição inesgotável de possibilidades de fontes de pesquisa. Seleção essa, que dá voz a determinados atores ao mesmo tempo em que silencia outros. Aliada à seleção, está a interpretação dos documentos obtidos, ação que reflete a visão de mundo e idiosincrasias do pesquisador. Nesse sentido, uma postura reflexiva e crítica é condição *sine qua non* para que não haja um direcionamento para construção de uma narrativa histórica agradável ou alinhada aos desejos e expectativas da pesquisadora ou uma simples reconstituição da versão dominante.

Como Latour (1999) argumentou ao apresentar as premissas da Teoria Ator-Rede (ANT), aporte adotado para construção da abordagem *ANTi-History* empregada no presente estudo, o pesquisador deve ser um *aprendiz* e não um *legislador*. Deve ser capaz de observar os atores em campo, buscando neles as

respostas para perguntas *o que, como e por que* se movimentam e se relacionam de determinada maneira, sem imposições ou pré-julgamentos. Segundo Lubinski (2018, p.1792), para entender como determinados atores criaram ou perceberam determinada história, faz-se necessário compreendê-la de acordo com a perspectiva dos próprios atores, ou seja, adotado a “polifonia” como caminho de pesquisa ao considerar múltiplas vozes de diferentes audiências.

Se libertar da “descoberta” de um passado singular, possibilita a identificação de múltiplos atores ao seguir suas movimentações e vestígios, entendendo que todos têm narrativas posicionadas e contingentes, que podem contrariar expectativas e explicações elaboradas previamente pelo pesquisador, como ressaltado abaixo:

“If we move away from the belief that our role as researchers is to accurately and truthfully (singularly) mirror the reality of the past of an organization to consider our role as one of creating plausible narratives, we can begin to welcome the idea of plural voices, recognize silences and different versions of the past. This opens the possibility for including all types of organizational actors into our historical narrative and to describe events through actors’ voices while lending (a cautious) voice to those silenced in the process of history production” (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.11).

A História, na visão positivista e cientificista de outrora, dá lugar, no presente trabalho, ao entendimento e reconhecimento da existência de múltiplas narrativas verossímeis e não de uma versão única e absoluta da verdade a ser descoberta por meio de um documento revelador. Tal lógica se contrapõe à visão positivista, como defende Prost (2012b, p.69) ao argumentar que a História não é feita “à base de ‘tesoura e cola’ (*scissors and paste history*), feita a partir de fatos pré-fabricados (*ready-made statements*) que os historiadores limitar-se-iam a encontrar nos documentos, a exemplo do arqueólogo ao retirar a terra que envolve um objeto de argila”. A lógica da multiplicidade de narrativas, de forma alguma, exime a pesquisa e as narrativas históricas propostas do escrutínio crítico característico ao método científico.

Por fim é inegável o desafio que se impõe ao pesquisador ao considerar a complexidade e fluidez do contexto na investigação acadêmica. Por outro lado, a simplificação do estudo por meio do congelamento e captura de uma “foto” do contexto estático e imutável talvez ameace a compreensão profunda do fenômeno, mantendo-se a explicação na superfície com uma relação causal simples e linear.

2.2 Memória nos Estudos Organizacionais

2.2.1 Conceitos iniciais

O campo dos Estudos de Memória (*Memory Studies*) é composto por abordagens e conceitos nem sempre convergentes e homogêneos, advindas de aportes de distintas áreas do conhecimento, tais como Antropologia, Psicologia, Sociologia, Filosofia, História, Literatura, mas não limitado a estas (Rowlinson *et al.*, 2010; Roediger e Wertsch, 2008).

Inicialmente associados a propósitos mais utilitaristas relacionados à aprendizagem organizacional e processos de gestão de mudanças, os benefícios dos Estudos de Memória para a área de Estudos Organizacionais não eram unanimidade. Para alguns pesquisadores, a “apreciação cautelosa do passado” como base para a tomada de decisões no presente poderia limitar as organizações a considerar somente alternativas já adotadas anteriormente, restringindo-as a uma “tradição corporativa” de viés engessador (Walsh e Ungson, 1991, p.72). Além disso, Crawford, Coraiola e Dacin (2020, p.2) ressaltam a intencionalidade do movimento de memória e seu uso estratégico: “*remember the good and forget the bad*”.

Sobre os estudos de memória, Delgado e Ferreira (2013, p.25-26) afirmam que as mudanças ocorridas no mundo, incluindo, mas não se restringindo à reconfiguração das relações de poder e multiplicidade de expressões sociais e culturais, “solaparam certezas e abalaram os paradigmas da modernidade fundamentados na construção de conhecimentos de base estruturalista, totalizante e cientificista”. Segundo os autores, nessa perspectiva, a relação da história com a memória também é alterada. Dosse (2012, p.15-16) ressalta, nessa mesma linha, a contribuição da História do Tempo Presente para a “superação da oposição radical estabelecida pelo sociólogo durkheimniano Maurice Halbwachs, nos anos 1920-1930, entre histórica-crítica e memória vivida”. A binaridade proposta por Halbwachs que marcava a oposição entre afetividade, emoção e individualidade (memória) e razão e universalização (história) passou a ser considerada radical, haja

vista que a “História perdeu suas certezas de disciplina puramente científica e a memória, por sua vez, tornou-se o objeto de um olhar de objetivação”.

No presente trabalho me posiciono em um paradigma amoderno, construtivista social e relacional, afastado da abordagem positivista e realista da história *mainstream* que se propunha à “descoberta” de uma verdade singular sobre fenômenos do passado. Por essa razão, o debate entre a potencial seletividade da memória e a reivindicação de verdade absoluta da história, tão presente outrora, é suavizado. Reconhece-se que os conceitos memória e história são distintos, porém possuem natureza entrelaçada, incorporando “diferentes suposições sobre a natureza do passado nos Estudos Organizacionais” (Decker, Hassard e Rowlinson, 2020, p.10). A dualidade fato x narrativa é respeitada e reconhece-se que a história é escrita por humanos, por pessoas com suas próprias agendas, interesses e vivências, e a partir da análise e interpretação de documentos selecionados (Kansteiner, 2002; Olick e Robbins, 1998). Além disso, considerando-se que o passado está ontologicamente inacessível, nem a história e nem a memória podem reivindicar, portanto, conhecimento mais objetivo ou superior (Decker, Hassard e Rowlinson, 2020).

Dessa forma, deve-se considerar que há um processo de seleção, interpretação e (potencial) distorção tanto na memória quanto na história, que pode ocorrer de maneira consciente ou não, ou de forma “socialmente condicionada” (Kansteiner, 2002, p.184). Olick e Robbins (1998, p.110) argumentam que a “história é a memória morta, uma maneira de preservar passados com os quais não temos mais uma relação ‘orgânica’ experiencial” e que a memória coletiva é “drasticamente seletiva”. Já Kansteiner (2002, p.180) define que “memória coletiva não é história, ainda que sejam constituídas de materiais similares”. Decker, Hassard e Rowlinson (2020) apontam a diferença de fontes entre história e memória, e a questão identitária da memória nas comunidades mnemônicas, mas reforçam a coexistência de ambas, como destacado no trecho abaixo:

“[...] history is seen as an intellectual and interpretive endeavour that produces accounts of a past based on sources and archives [...]. Collective memory, on the other hand, is defined as the representation of the past shared and commemorated by a group – a phenomenon enacting and giving substance to that group’s identity, its present conditions, and its vision for the future [...]. History and memory embody different assumptions about the nature of the past, yet they clearly co-exist in modern societies and in academic research practices” (Decker, Hassard e Rowlinson, 2020, p.8).

A seletividade do que se quer lembrar e do que se quer esquecer é corroborada por Crawford, Coraiola e Dacin (2020, p.2), que apontam para uma possibilidade pouco explorada nas pesquisas: mais do que lembrar do que é “conveniente e legítimo” e esquecer o que é “vergonhoso ou doloroso”, caminhos já investigados na academia, os autores propõem considerarmos o poder que partes “contestadas, dolorosas e maculadas” do passado possuem como “recursos mnemônicos”. O artigo traz um enfoque para o uso da memória dentro das organizações, como a própria definição de recursos mnemônicos estabelece: “aspectos da memória coletiva usados para gerar coesão entre a organização e seus *stakeholders*”. Porém, há alguns aspectos de reinterpretação de vestígios do passado, como dor, trauma, destruição e suas materialidades que podem auxiliar na formação de narrativas no presente. Esse ponto vai ao encontro do que Lubinski (2018) coloca como a relevância da história “vivenciada ou experimentada” e não da “contada” e reforça a importância da existência dos lugares de memória de resistência como forma de não esquecimento do passado por meio da experiência e troca entre o lugar, suas memórias e a comunidade.

No processo de construção da memória por meio das três práticas indicadas por Crawford, Coraiola e Dacin (2020) – “*sensitizing, retelling e reincarnating*”, é estabelecida uma “âncora”, que por diferentes meios auxilia o indivíduo no presente a se conectar com as lembranças compartilhadas do passado, incluindo materialidades que evocam o reconhecimento como ponto para ação e atenção. Ao compartilhar (e contar novamente) a narrativa de um evento do passado, a experiência é ressignificada no presente em um processo dialógico e reflexivo que fortalece o vínculo identitário na comunidade mnemônica ao mesmo tempo em que desenvolve argumentos legítimos para atração de novos membros para aquela comunidade. A fluidez do processo de comunicação e de construção da memória é mais uma vez corroborada. Nos estudos de memória nada é estático ou permanente.

Para Nora (1989), a memória na sociedade moderna apoia-se na materialização de vestígios do passado, seja através de imagens, documentos escritos ou depoimentos gravados, para citar alguns. Nesse ponto, segundo Delgado e Ferreira (2013, p.28), “a história oral tem possibilitado o registro de inúmeras narrativas, que são importantes construções memoriais, individuais e coletivas”, ou seja, registrar testemunhos como documentos pode contribuir para elaboração de narrativas históricas de um passado recente. Documentos como “repositórios de

memória” tornam evidente a importância do processo de construção social da memória e das relações de poder subjacentes que o moldam, como destacado abaixo:

“Os arquivos são repositórios de memória que contêm as provas, relevantes para analisar o passado. Os quatro tipos de memória - pessoal, coletiva, histórica e arquivística - interagem de maneira complexa e por vezes confusa permitindo-nos compreender o passado e dele retirar ensinamentos. A memória contida nos arquivos é uma construção social que reflete as relações de poder na sociedade” (Coimbra, 2010, p.91).

Nessa linha de pensamento, Nora (1989) defende que a memória moderna é, acima de tudo, fundamentada na materialidade dos traços:

“Modern memory is, above all, archival. It relies entirely on the materiality of the trace, the immediacy of the recording, the visibility of the image. [...] hence the obsession with the archive that marks our age, attempting at once to complete conservation of the present as well as the total preservation of the past” (Nora, 1989, p.13).

A memória possui uma multiplicidade de definições, porém, alguns dos conceitos mais simples e difundidos são: (i) faculdade através da qual um indivíduo é capaz de adquirir, reter e recuperar informações do passado, (ii) capacidade de estabelecer “nexos entre o presente a experiências vividas no passado”, (iii) “construção simbólica e elaboração de sentidos para o que passou” ou ainda (iv) “atualização do passado no eterno presente” (Delgado e Ferreira, 2013, p.26). A ideia de estabelecer um elo, uma conexão dinâmica entre diferentes temporalidades reforça a característica da memória como uma construção social, mutável e dialógica entre o presente e o passado. E é exatamente através desse diálogo entre diferentes tempos, que é estabelecido por quem recorda, que a experiência do passado pode ser construída e estabelecida, o que ajuda o indivíduo a compreender e elaborar melhor tal experiência Rowlinson *et al.* (2010), estando sujeita à constante transformação, como destacado no trecho abaixo:

“Pensar o tema memória permite refletir sobre a ideia de que nenhum diálogo acerca do passado e do presente é neutro, uma vez que exprime um sistema de atribuição de valores. Isto significa que a memória torna possível uma (re)elaboração do mundo, transformando e sustentando realidades existentes [...]” (Costa e Saraiva, 2011, p.1761).

Ao estabelecer que não há imparcialidade na maneira como recordamos, reconhece-se como legítima a multiplicidade de vozes de diferentes indivíduos, por vezes conflitantes, para um mesmo fenômeno do passado. Há a celebração do heterogêneo, como destacado no trecho de Delgado e Ferreira (2013):

“São vozes múltiplas [...]. São fontes orais que, por trazerem uma diversidade de visões de mundo e de relatos de experiências, valorizam o registro da heterogeneidade do vivido, em detrimento de uma homogeneidade que usualmente simplifica e distorce o mundo real, os movimentos e os conflitos da história” (Delgado e Ferreira, 2013, p.28).

Cabe ressaltar que há inúmeros tipos de memórias, mas para o presente estudo somente a memória episódica é de interesse. Caracterizada como a memória que enfatiza o contexto e a subjetividade do indivíduo no momento da recordação, a memória episódica considera as novas experiências vivenciadas pelo indivíduo a cada momento de recordação e não somente uma “recuperação” funcional de um de seus compartimentos de memória (como proposto nos OMS, abordagem do próximo tópico).

Dessa forma, cada “ação de recuperação é, em si, uma nova experiência” (Rowlinson *et al.*, 2010, p.71). Em linha com o defendido por Rowlinson *et al.* (2010), Delgado e Ferreira (2013, p.27) afirmam que a memória possui duas dimensões: a privada, relacionada “a processos e modalidades estritamente individuais e subjetivos de vinculações com o passado” e a pública, que é “coletiva e intersubjetiva”. Delgado (2010, p.61) afirma que a memória “transcende o intervalo da existência individual e possibilita ao ser social reviver e redimensionar significados e experiências”, sendo, “plena de substância social”.

Nas próximas seções veremos os conceitos de memória coletiva e sua relevância para o estudo de lugares de memória da resistência. Com o objetivo de diferenciar o conceito de memória coletiva (usado na presente pesquisa) de memória coletada, os principais tópicos que separam as abordagens *Organizational Memory Studies* (OMS) e *Social Memory Studies* (SMS) também serão abordados de forma resumida.

2.2.2

Organizational Memory Studies (OMS): a memória instrumentalizada

Pode-se considerar como marco inicial do *Organizational Memory Studies* (OMS) a pesquisa sobre memória organizacional desenvolvida por Walsh e Ungson em 1991, cujo modelo utilitarista e estático de conhecimento armazenado e passível de ser recuperado (a qualquer momento) foi seguido por outros estudiosos com o

desenvolvimento de pesquisas de caráter presentista (Rowlinson *et al.*, 2010; Feldman e Feldman, 2006; Nissley e Casey, 2002).

Não cabe aqui discussão profunda sobre os OMS, mas de maneira simplificada, o conceito proposto por Walsh e Ungson (1991) defende a estruturação das informações recebidas e processadas em compartimentos de armazenagem. No modelo mecanicista defendido nessa abordagem não são examinadas as emoções envolvidas no processo de recordação, tampouco a complexidade das associações estabelecidas pelos indivíduos que recordam ou o contexto em que estão inseridos no momento que se conectam a determinada experiência do passado. A memória organizacional retratada como um repositório estático vai de encontro ao conceito de organizações como sistemas interpretativos, com trocas com o ambiente para a construção de significados.

Para Rowlinson *et al.* (2010), os OMS apresentam-se como uma abordagem limitada aos estudos da memória, sofrendo críticas pelo uso da memória dentro das organizações para tomada de decisão, gestão do conhecimento e performance gerencial, sem que os contextos social e histórico nos quais a memória é recuperada fossem considerados na análise. A rejeição aos conceitos subjacentes ao processo de “recuperação” da memória fica evidente no artigo de Feldman e Feldman (2006) quando os autores criticam a ideia de uma memória estática, isolada e desconectada dos elementos do contexto e do momento em que o indivíduo que recorda está posicionado. O ato de recordar é transformador e a experiência da memória é construída a cada diálogo estabelecido entre presente e passado. Dessa forma, os autores propõem a substituição do substantivo “memória” pelo verbo “lembrar” - passando de “*organizational memory*” para “*organizational remembering*” -, reforçando o caráter dinâmico e fluido do processo contínuo de construção de sentido e da memória nas organizações (Feldman e Feldman, 2006, p.870).

A memória inerte, imutável e estagnada, sujeita à uma recuperação processual descontextualizada e instrumentalizada para maximização dos resultados e produtividade das organizações (Feldman e Feldman, 2006; Walsh e Ungson, 1991) recebeu diversas críticas, que impulsionaram a elaboração de outras abordagens para o estudo da memória, como o *Social Memory Studies (SMS)*.

2.2.3

Social Memory Studies (SMS): a pluralidade das memórias coletivas

Em oposição ao caráter individualista e descontextualizado atribuído aos OMS, uma perspectiva mais coletivista e construtivista social para o estudo da memória, denominada *Social Memory Studies* (SMS), foi desenvolvida. A crítica ao modelo mecanicista de Walsh e Ungson (1991), que pressupunha que uma memória acerca de uma experiência do passado pudesse ser “congelada” e “armazenada” em compartimentos para uma posterior “recuperação” imparcial foi endereçada no SMS.

Dessa forma, ao assumir o construtivismo social no estudo do fenômeno, a preocupação com a precisão e acuracidade do relato, vista com ceticismo por Rowlinson *et al.* (2010), são abandonadas, considerando-se que a constituição das histórias, narrativas e memórias são feitas de forma recorrente e relacional, sujeitas, portanto, a mudanças contínuas.

A abordagem do SMS é fundamentada no conceito de memória coletiva com uma “distinta orientação da Sociologia”, em contraposição à abordagem individualizada da Psicologia, justificando sua construção de forma posicionada, dentro de determinado entendimento de pessoas inseridas em uma sociedade (Rowlinson *et al.*, 2010, p.72; Olick e Robbins, 1998, p.109). A memória coletiva é, portanto, plural e “memórias compartilhadas podem ser marcadores eficazes de diferenciação social” (Olick e Robbins, 1998, p.111), o que explica a grande luta pela inclusão e reconhecimento de determinada narrativa na memória coletiva de uma sociedade. Dependendo dos grupos que estão no poder – e seus posicionamentos políticos - esforços e investimentos são direcionados para programas que fortaleçam narrativas amigáveis a suas agendas de interesses. O oposto também ocorre, ou seja, a ação dos grupos que estão no poder pode enfraquecer narrativas que não estejam alinhadas aos seus objetivos, simplesmente ao criar obstáculos ao seu compartilhamento. Memórias de grupos minoritários ou marginalizados são sufocadas e sua ação fica restrita a grupos menores daquela sociedade.

É creditado à Maurice Halbwachs [1877–1945] a introdução do conceito de memória coletiva na contemporaneidade (Rowlinson *et al.*, 2010; Misztal, 2003; Olick 1999; Olick e Robbins, 1998), o que explica a orientação sociológica com o

aspecto relacional e a influência dos outros (“*to remember, we need others*” como posto por Ricoeur) na abordagem do *Social Memory Studies*. Olick e Robbins (1998, p.109) argumentam que para Halbwachs, seguindo a posição de Durkheim, estudar memória “não era refletir filosoficamente acerca de propriedades inerentes da mente subjetiva”, mas sim a “como as mentes trabalham juntas em uma sociedade, como suas operações não são simplesmente mediadas, mas sim estruturadas por arranjos sociais”.

Segundo Bárbara Misztal (2003, p.2), a retomada do interesse nos estudos de memória nas Ciências Sociais foi impulsionada pela “febre comemorativa” dos anos 1980-1990. No entanto, apesar do consenso acerca da complexidade do fenômeno, não foi elaborada uma explicação plenamente satisfatória sobre como os processos de memória ocorrem. Para Olick (1999, p.333), o termo “memória coletiva” se tornou um “poderoso símbolo das transições políticas e sociais em andamento” devido a crescente consciência histórica (“*historical consciousness*”) dentro do contexto de uma “justiça coletiva” (“*collective justice*”) e de uma “política de arrependimento” (“*politics of regret*”). Naturalmente, o artigo de Olick deve ser lido de forma contextualizada, remetendo à década de 1990, quando a justiça de transição se fazia presente em vários países ao redor do mundo, entre eles o Brasil.

Em seu artigo de 1999, Olick apresenta argumentos sobre a memória coletiva e resgata conceitos de Halbwachs sobre o tema. Nesse sentido, o autor afirma, trazendo Halbwachs, que a memória “não é um repositório de experiências do passado” e que ainda que seja o indivíduo a lembrar, ele o faz dentro de um grupo social, de uma moldura que “modela” a configuração do que se recorda, o que chama de “*social frameworks of memory*”. Portanto, ser parte de um grupo “fornece material para a memória e o atiza a lembrar de certos eventos e esquecer de outros” (Olick, 1999, p.335). O trecho abaixo de Halbwachs trazido por Olick (1999) deixa claro esse molde feito pelo grupo quando o processo de recordação ocorre:

“[...] there is thus no point in seeking where . . . [memories] are preserved in my brain or in some nook of my mind to which I alone have access: for they are recalled by me externally, and the groups of which I am a part at any given time give me the means to reconstruct them” (Halbwachs [1925] 1992, p.38 *apud* Olick, 1999, p.335)

Kansteiner (2002, p.180), por sua vez, argumenta que “apesar de ser um fenômeno coletivo, somente se manifesta por meio de ações e declarações de indivíduos” e ressalta que a memória individual é “inseparável dos padrões sociais

de autenticidade e plausibilidade que incorpora”, pois até mesmo a linguagem que o indivíduo usa para expressar suas lembranças tem natureza social. Não obstante, ainda que o autor reconheça que o contexto social deva ser usado para estudar a memória individual, o contrário não deve ser inferido. Ou seja, a memória coletiva não deve ser acessada exclusivamente através de suas manifestações nos indivíduos, membros daquela sociedade ou grupo social.

Sendo ele próprio um historiador, Kansteiner (2002, p.181) afirma que “muitos historiadores permanecem desconfortáveis com o anti-individualismo de Halbwachs” e com a ideia de que a “memória individual seja inteiramente determinada socialmente”. Como resultado, ainda que Halbwachs seja frequentemente citado, os historiadores buscaram alternativas dentro do campo dos Estudos de Memória que trouxessem as ações e objetivos dos indivíduos, considerando-os nos conceitos de forma primária e não como resultado exclusivo de uma sociedade estruturante que molda as memórias dos indivíduos, como defendido com o conceito de memória coletiva proposto pelos seguidores de Halbwachs. Historiadores, portanto, “ênfatisam o papel da agência humana na construção das memórias coletivas” (Kansteiner, 2002, p.186). Surgem, então, os termos “*social memory*”, “*collective remembrance*” e “*popular history making*”. Olick e Robbins (1998, p.112) nessa mesma linha afirmam que para os críticos, o termo “coletivo” é genérico e totalizante, sugerindo termos mais específicos (o que justifica a proliferação), como “*official memory*”, “*public memory*”, “*popular memory*”, “*historical memory*”, “*local memory*”, para citar alguns.

O debate sobre a relação entre indivíduo e grupo social na construção da memória é amplo e bastante rico e nos remete à reflexão de até que ponto as ideias de um indivíduo são influenciadas, até mesmo moldadas, pelos grupos aos quais pertence. Os críticos, que se alinham à corrente de pensamento de pesquisadores como Kansteiner (2002), argumentam que no limite da influência da sociedade sobre o indivíduo, estes agem como “autômatos”, obedecendo de forma passiva o desejo coletivo (Olick e Robbins, 1998, p.111). Olick (1999, p. 336) coloca um ponto bastante interessante em relação à visão de Halbwachs, caracterizando-o como um típico “teorista do século XIX” ao posicionar o individual e o coletivo em pólos antagônicos. Não cabe aqui aprofundar esta discussão, mas sim ressaltar a distinção entre o conceito de memória coletiva proposto no SMS e o conceito de memórias coletadas dos OMS. Mena *et al.* (2016, p.723) reforçam o argumento ao

afirmar que as memórias de um fenômeno do passado podem sim variar de acordo com o indivíduo que as recorda, mas não são “simplesmente a soma de memórias individuais agregadas”. Kansteiner (2002, p.186) complementa e conceitua a memória coletada como “um agregado de memórias individuais que se comporta e se desenvolve exatamente como seus compostos individuais” (Quelha-de-Sá, 2018).

Dada a multiplicidade de conceitos relacionados a memória coletiva e os debates acerca dos limites estabelecidos desta com a memória coletada, adoto para esta tese o foco processual proposto por Olick e Robbins (1998, p.112) que passam a se referir a “práticas mnemônicas” (“*mnemonic practices*”) para “memória coletiva”, o que enfatiza a ação e o caráter dinâmico, maleável, espontâneo e, por vezes não consciente, da construção da memória, possibilitando a investigação dos movimentos que entrelaçam o passado e o presente quando se recorda, como destacado no trecho de Allen e Brown (2016):

“[...] traces of the past inhere in the present, seeping into our daily affairs in a way that disrupts any neat division between now and then. In short, remembering is not the picking up again of past matters that have been preserved awaiting future narration, but rather an attention to the ongoing, living persistence of past persons and events that inheres in our experience of space and place and which defies ready interpretative resolution” (Allen e Brown, 2016, p.14).

Nessa mesma linha de raciocínio, para os autores, o campo SMS é conceituado como “uma rubrica geral para investigação das variedades de formas através das quais somos moldados pelo passado, conscientes ou inconscientes, públicas e privadas, materiais e comunicativas, consensuais e desafiadas”. Kansteiner (2002, p.188) reforça a comunicação associada à memória e seu caráter processual ao argumentar que “as memórias coletivas se originam de comunicações compartilhadas sobre o sentido do passado, fundamentadas na vida comunitária de indivíduos que participam de determinado coletivo”. São baseadas, portanto, nas “práticas e instituições da vida social”, na materialidade e nas comunidades existentes nas sociedades. Nesse sentido, segundo Myszal (2003, p.1) apesar da multiplicidade de conceitos de memória em diferentes campos do conhecimento, há o reconhecimento da relevância do contexto e das estruturas sociais (“*social frameworks*”) nos processos de memória.

2.2.4 Comunidades Mnemônicas

Segundo Mena *et al.* (2016, p.723), as memórias coletivas são compartilhadas como “representações extra individuais do passado” relacionadas a membros de uma determinada comunidade em algum momento, sendo sustentadas socialmente por comunidades mnemônicas. Tais comunidades mnemônicas englobam indivíduos que vivenciaram de fato tais eventos recordados por meio destas memórias e por indivíduos que aprenderam ou tomaram conhecimento de tais eventos de maneira indireta (Quelha-de-Sá, 2018), quando a memória “transcende o tempo e o espaço de ocorrência do evento original” (Kansteiner, 2002, p.189).

Como exemplos de comunidades mnemônicas, Myszal (2003, p.15) cita a família, grupos étnicos e a nação, nos socializam em relação ao que deve ser lembrado e ao que deve ser esquecido. Eles afetam a “profundidade” da nossa memória e determinam “até que ponto do passado nossa memória alcançará”, além de conferir uma identidade social aos novos membros dessas comunidades com a familiarização e senso de identificação com o passado compartilhado por aquela comunidade. “Comunidade de pessoas ligadas por um passado comum e uma intenção de não esquecimento do passado” - tradução livre para “*community of people tied together by a shared past and also intent on not forgetting the past*” (Crawford, Coraiola e Dacin, 2020, p.3).

As memórias coletivas são construídas nas “práticas e instituições da vida social” (Kansteiner, 2002, p.188), ou seja, na vida em comunidades de diferentes níveis e esferas, públicas e privadas e, em última instância, no nível nacional, como destacado no trecho abaixo:

“Such collective memories exist on the level of families, professions, political generations, ethnic and regional groups, social classes, and nations. These examples indicate that we are always part of several mnemonic communities, and that collective remembering can be explored on very different scales; it takes place in very private settings as well as in the public sphere” (Kansteiner, 2002, p.188).

Dessa forma, cada indivíduo é parte de diversas comunidades mnemônicas. No entanto, ser membro de uma ou mais comunidades e estar fisicamente ou socialmente próximo a um evento ocorrido no passado, ainda que no papel de testemunha ocular, não garante que a racionalização e a construção da memória coincidam. “Não há uma conexão natural e direta entre o real e o lembrado”

(Kansteiner, 2002, p.190). Nessa linha, Mena et al. (2016, p.723) ressaltam que as memórias podem ser recordadas ou esquecidas e reforçam o papel ativo que alguns atores dentro de uma comunidade exercem no compartilhamento de determinada versão segundo suas próprias agendas no presente. Em outras palavras, os traços mnemônicos de um evento no passado podem ser reconfigurados de acordo com os interesses políticos de determinados atores, o que reforça sua maleabilidade e fluidez em uma ponte dinâmica entre presente e passado. Ainda que se debata o nível de influência do contexto e a agência do indivíduo no processo, a construção da memória coletiva trata de como as mentes trabalham em conjunto em uma sociedade, ou seja, como seus processos são estruturados por arranjos sociais e não somente mediados por eles. Por esse aspecto, seria impossível que indivíduos se lembrem de forma coerente fora do contexto das comunidades mnemônicas às quais pertencem.

O caráter dinâmico e coletivo da memória é ressaltado por Olick e Robbins (1998) e Olick (1999), com uma ressalva acerca dos limites de maleabilidade da interpretação do passado para construção das memórias e como grupos usam o passado para atender seus propósitos e interesses no presente. Há um debate acerca da seletividade como algo inerente ao processo de construção da memória ou como manipulação do passado para interesses atuais. O que podemos afirmar é que nenhum diálogo com o passado é neutro (Costa e Saraiva, 2011) e a definição do que recordar e do que esquecer é objeto de disputa entre grupos da sociedade, que pode selecionar e recortar de forma consciente ou não a construção do que será lembrado – e como será lembrado.

A memória é um fenômeno social construído coletivamente, portanto, sujeito a mudanças e flutuações constantes e influenciada pelo posicionamento de quem se recorda, isto é, do contexto atual em que o indivíduo daquelas comunidades mnemônicas se encontra. Pollak (1992, p.201) argumenta que a memória é construída com base em três elementos: (i) acontecimentos (vividos diretamente ou indiretamente pelo grupo ao qual o indivíduo pertence), (ii) pessoas ou personagens (pertencentes ou não ao espaço-tempo do indivíduo) e (iii) lugares (conhecidos de forma direta ou indireta pelo indivíduo).

Uma comunidade mnemônica pode reconfigurar sua memória coletiva de acordo com os valores e contexto do presente. A seletividade e a interpretação de experiências transformadas em narrativas que são reproduzidas por anos formam a

espinha dorsal da memória coletiva. A memória compartilhada dentro das comunidades mnemônicas dá sentido de identidade e as posicionam em relação a eventos do passado (Olick e Robbins, 1998). Para não esquecer, as memórias que as constituem e caracterizam são contadas e recontadas como sua narrativa constituinte, como parte integrante e formadora de sua espinha dorsal. As identidades são construídas e reforçadas, portanto, nas práticas recorrentes de compartilhamento de narrativas. Não é algo dado, imutável e garantido. Nessa linha, Pollak (1992, p.203) ressalta a seletividade intrínseca dos movimentos de memória ao afirmar que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”, sendo essa seleção deliberada ou acidental.

Ainda que seja um fenômeno coletivo, suas ações e movimentos são tomados por indivíduos, o que significa que não representam simplesmente experiências do passado de forma estática, mas refletem o entendimento e a interpretação dos membros que detêm o poder dentro dessas comunidades no momento presente. Ao adotar determinada narrativa para construção da memória coletiva, outras interpretações são silenciadas. Além disso, a memória coletiva tem função orientacionista para as comunidades que a compartilham (Olick e Robbins, 1998, p.124) e nos ajuda a “compreender as circunstâncias do presente” (Misztal, 2003, p.1).

2.2.5

Memórias em disputa: o poder nas relações e narrativas

Se a configuração do momento presente e os elementos do contexto moldam a construção da memória, um dos aspectos mais relevantes ao se estudar a memória são as relações sociopolíticas de poder dos membros daquelas comunidades, como destacado no trecho abaixo:

“A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são em função do momento em que ela é articulada, em que está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (Pollak, 1992, p.204).

Nesse sentido, Pollak (1989, p.3) resgata Halbwachs e aponta o papel dos elementos que estruturam a memória do indivíduo, “inserindo-a na memória da coletividade” a que pertence, enfatizando a força dos diferentes “pontos de referência”, entre os quais os lugares de memória. Trata-se de compreender a

memória emoldurada por “tradições e costumes”, “regras de interação”, “datas e personagens históricas” que definem o que é comum a um grupo, diferenciando-o dos demais, gerando um sentimento de pertencimento entre aqueles que compartilham de determinada memória.

Corroborando este argumento, Kansteiner (2002, p.182) afirma que a memória coletiva é resultante da interação de três tipos de fatores históricos: (i) as tradições intelectuais e culturais que emolduram a representação do passado, (ii) os “construtores” de memória, que selecionam algumas em detrimento de outras e manipulam estas tradições e, por fim, (iii) os “consumidores” da memória, que as usam, ignoram ou transformam segundo seus interesses particulares (Quelha-de-Sá, 2018). É razoável considerar os “construtores” como indivíduos que detêm poder dentro de determinada comunidade mnemônica e a quem interessa que certa construção social da memória coletiva seja estabelecida e compartilhada. Grupos podem usar imagens do passado ou disputas sobre eventos da história como “veículos para estabelecer seu poder, ou perversamente, sua falta de poder” (Olick e Robbins, 1998, p.127), ou valorizar determinadas narrativas em detrimentos de outras, como destacado por Olick (1999) no trecho abaixo:

“Powerful institutions clearly value some histories more than others, provide narrative patterns and exemplars of how individuals can and should remember, and stimulate memory in ways and for reasons that have nothing to do with the individual or aggregate neurological records” (Olick, 1999, p.342).

Dessa forma, espera-se também que processos de construção de qualquer memória envolvam disputa, haja vista a existência de membros com interesses antagônicos ou mudanças de agendas ao longo do tempo. Sendo a memória nacional a “forma mais completa de uma memória coletiva” (Pollak, 1989, p.3), é razoável supor que a inclusão de determinadas narrativas em uma base comum que forme a memória de uma nação ocorra em um processo contínuo de negociação, onde atores de interesses divergentes disputam espaços para compartilhar suas narrativas. Como já vimos, o compartilhamento e a disseminação de certas narrativas históricas, baseadas em memórias de alguns grupos ou comunidades mnemônicas, confere poder a este grupo, silenciando alternativas. Quando as memórias de grupos antagônicos são divergentes, isto é, não possuem pontos de contato, impossibilitando uma base comum, uma saída conciliatória torna-se distante e a memória entra em disputa, com a competição entre lembranças concorrentes - o que Pollak (1989, p.4) denomina como “verdadeiras batalhas da memória”.

Segundo Olick e Robbins (1998, p.127), ainda que determinada memória seja dominante, ela não é indivisível e homogênea, não é composta de uma lembrança, de uma única parte (*“dominant memory is not monolithic”*) e mesmo aquelas memórias mais arraigadas em determinadas comunidades mnemônicas são polissêmicas (*“even the most concrete presentations of the past are polysemic”*). A contestação da memória é, portanto, parte do processo de construção social e da luta pela interpretação e compartilhamento de determinada versão, para que se torne dominante. Se baseia em uma série de conflitos e interações de interesses de cunho político, social e cultural de um grupo de indivíduos dentro de uma comunidade, ressaltando a multiplicidade de versões do passado. Ampliando o grupo social e considerando que a maior comunidade a qual pertencemos é a nacional, Olick e Robbins (1998, p.126) argumentam que não há uma singularidade ou simplicidade em narrativas nacionais, mas sim que estas são “essencialmente contestadas” e ressalta que lugares de memória e práticas de memória são pontos centrais de disputas identitárias. Os autores ainda citam Foucault (1977) para corroborar a relevância da memória: *“since memory is actually a very important factor in struggle.... If one controls people’s memory, one controls their dynamism”*.

Aqui cabe ressaltar o argumento proposto por Kansteiner (2002) que o conceito de trauma ou de repressão não necessariamente leva à construção ou desconstrução de memórias coletivas, que estão mais relacionadas a interesses políticos e oportunidades do que ao trauma em si. O autor ressalta que membros de certos grupos minoritários que tenham vivenciado diretamente eventos traumáticos somente têm chance de moldar a memória nacional se encontrarem meios para compartilhar suas visões ou se suas visões forem compatíveis com os objetivos sociais e políticos de grupos dominantes naquele contexto em que desejam expressar suas vivências e memórias, ou seja, “eventos passados somente podem ser lembrados em um ambiente coletivo se ‘eles se enquadrarem em um cenário de interesses contemporâneos’” (Kansteiner, 2002, p.187).

A recepção das memórias dos ex-presos políticos e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos durante o período da ditadura civil-militar brasileira e o reconhecimento desse capítulo da história do Brasil sempre foram objetos de muita disputa no cenário nacional. Desde a Lei de Anistia em 1979, passando por períodos de alternância de maior e menor receptividade das audiências, com quadros sociais favoráveis e narrativas convergentes, até chegar aos dias atuais, com uma política

hostil às demandas dos grupos minoritários, marcada por retrocessos e embargos. A busca pela verdade e reparação da violência do período ditatorial brasileiro passa pelo resgate das memórias silenciadas e ampliação do debate público através da inauguração de lugares de memória de resistência, pontos a serem cobertos adiante.

2.2.6 **Memórias subterrâneas**

De acordo com Pollak (1989, p.5), a memória “proibida e, portanto, clandestina” consiste na “irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente”. Após a ditadura civil-militar brasileira, as vivências dos ex-presos políticos, desaparecidos e mortos pela política de violência e tortura¹⁰ do Estado somente conseguiram vir à tona depois de muitos anos de lutas dentro de um processo de busca pela verdade e reparação. Antes restritas a grupos menores, as memórias de resistência, subterrâneas até determinado momento, conseguem “romper o tabu” de um processo social de silenciamento e suas narrativas e declarações se tornam públicas, não sendo possível determinar até que ponto as novas reivindicações disputarão com a memória oficial e a extensão das mudanças subsequentes (Pollak, 1989, p.5).

Misztal (2003, p.141) explica que devido à sua natureza normativa, as memórias coletivas defendem a identidade de um grupo, o que torna o silêncio e a inibição respostas comuns a um passado traumático. O luto e a possibilidade de expressar suas experiências de violência e traumas do passado, reconhecendo-as e legitimando-as como parte do passado desses indivíduos que sofreram é um “passo necessário para escapar dos padrões de sofrimento” e para a recuperação da decência humana depois de tantas violações. No entanto, não se trata de uma experiência de recuperação exclusivamente individual, mas sim de toda aquela

¹⁰ Segundo Motta (2021, p.187), “Os tipos de tortura mais comuns eram choques elétricos, afogamento, queimadura, socos, pontapés e golpes usando objetos como cassetetes, porretes e palmatórias, mas foram adotados também desde procedimentos horrivelmente simples, como empalamentos, até formas de tortura sofisticadas que não deixavam marcas físicas, como a ‘geladeira’, uma pequena câmara capaz de alternar escalas extremas de temperatura e ruídos, gerando sensação de desconforto, isolamento e perda de noção de tempo. Havia ainda práticas bizarras de tortura, como o uso de animais (cobras, jacarés, ratos) para aterrorizar as vítimas [...]”.

sociedade quando os males e erros do passado são reconhecidos e endereçados. Um espaço público para o trauma foi criado a partir da segunda metade do século XX, motivado principalmente pela urgência de resgate e registro das memórias traumáticas do Holocausto e das atrocidades cometidas pelos nazistas. Este espaço público é caracterizado como uma arena de disputas, considerando que nele ocorre o trabalho de mediação e negociação para inclusão de novas memórias na memória coletiva de uma nação. Processo que nunca é suave.

Não é possível saber de antemão os desdobramentos que uma memória subterrânea terá, dado o caráter fluido e dinâmico da construção da memória que ocorre no momento em que se recorda, com os objetivos e agendas de interesse do presente. Pollak (1989) reforça que mesmo os grupos dominantes não conseguem controlar a extensão das reivindicações dos grupos marginalizados que trazem suas memórias até então silenciadas para o debate público. No entanto, cabe ressaltar a existência de mecanismos de silenciamento dos grupos no poder que podem ser aplicados e que criam obstáculos ao compartilhamento de versões que não lhes interessam. A memória é, portanto, um “instrumento de poder” (Costa e Saraiva, 2011, p.1774). A distinção entre o que é “memorável” e o que é “passível de esquecimento” é resultado de uma convenção social, pois é a sociedade que define o que deve ser lembrado, como e quando. O “ato de lembrar não ocorre no vácuo” (Misztal, 2003, p.11-12).

Além disso, o contexto em que a lembrança é articulada também deve ser considerado. Ainda que ressalte que não necessariamente o silêncio sobre o passado remete forçosamente à oposição entre “Estado dominador e sociedade civil” (Pollak, 1989, p.5), o autor destaca que a origem da clivagem entre a memória subterrânea e a memória oficial pode estar na relação entre grupos minoritários e a sociedade englobante. Dessa forma, em uma situação em que ocorre uma combinação entre uma sociedade englobante com conhecimento limitado e uma postura reacionária sobre o período da ditadura civil-militar e um Governo que adota um discurso negacionista, de heroísmo pró-militar, inclusive apoiando publicamente a comemoração da “revolução de 1964”, fica evidente a aridez do contexto brasileiro atual para qualquer política de memória de grupos opositores ao governo e marginalizados daquele período.

Há, portanto, uma intencionalidade associada ao que será “resgatado”, que deve ser analisada cuidadosamente por meio de uma lente crítica (Costa e Saraiva,

2011, p.1764). Segundo Todorov (2000, p.13), regimes totalitários “concebem o controle da informação como uma prioridade”, o que reforça a relevância do “resgate” das lembranças indesejáveis aos grupos que estão no poder. A “reconstrução do passado” baseada no resgate das narrativas dos grupos silenciados pode ser percebida como um “ato de oposição ao poder”, um ato de luta e resistência. O leitor pode afirmar que não vivemos em um regime totalitário, porém, é possível concluir que vivemos, sim, em uma democracia cujo maior representante do Executivo inclina-se a uma postura autoritária e de desrespeito aos demais poderes, o que gera preocupações internas e externas. A intencionalidade intrínseca dos movimentos da memória nos permite selecionar o que lembrar e também o que esquecer, algo como um “esquecimento estratégico” como destacado no trecho abaixo:

“Strategic forgetting is often an organized, active process of excluding certain artefacts and memories from an organization’s story. By selecting what is not remembered, or what is forgotten, an organization can control what story will be remembered. Consciously or unconsciously, organizations can forget part of their history” (Nissley e Casey, 2002, p.542).

A espera pelo momento propício que impõe um silêncio às memórias subterrâneas não impede os indivíduos que as possuem de transmiti-las oralmente. Não se trata de um esquecimento forçado totalizante, haja vista que elas continuam circulando, mas sua dinâmica de compartilhamento se restringe a grupos minoritários na sociedade. De modo algum significa o esquecimento, mas sim resistência de um grupo minoritário frente à memória de uma sociedade englobante. O excesso de interesse e compartilhamento de uma memória, bem como a “escassez” de outras representam algo (Costa e Saraiva, 2011, p.1761) e dizem muito sobre o contexto de determinada sociedade. Uma vez que ocorra uma “redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (Pollak, 1989, p.5), as memórias subterrâneas, até então marginalizadas, podem enfim emergir, ou seja, podem passar do “não-dito” (Pollak, 1989, p.9) à contestação e à reivindicação para inclusão na memória nacional. A “condição modificadora” da memória, intrínseca ao processo de construção do vínculo entre passado e presente por aquele indivíduo ou grupo que lembra, confere a possibilidade de “(re)elaboração do mundo” (Costa e Saraiva, 2011, p.1763).

Há outro aspecto importante a ser considerado quando estudamos a relevância do contexto na construção da memória: por ser socialmente construída, a aceitação

da narrativa de um evento do passado, como a elaborada pelos indivíduos que tiveram seus direitos violados durante a ditadura brasileira, está condicionada à credibilidade e consistência que a audiência confere à mesma, como proposto por Lubinski (2018). Como Pollak (1989, p.6) pontua, para “relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”. Se o quadro social pré-existente não é favorável, será que coerência e continuidade seriam constatadas nas memórias desses grupos minoritários como “sinais distintivos” de uma memória “crível” e de “um sentido de identidade” (Pollak, 1989, p.13) no Brasil da atualidade?

“A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (Pollak, 1989, p.8).

Ainda que as memórias de “passados dolorosos” possam emergir como “poderosos recursos” [de mobilização] (Crawford, Coraiola e Dacin, 2020, p.3), o silêncio daquilo que não é lembrado pela sociedade englobante reflete a intencionalidade das relações de poder existentes no presente. Reforço aqui os questionamentos propostos por Costa e Saraiva (2011, p.1764): “quem constrói a memória? Com que finalidade? Para quem? Em detrimento de quem?”.

2.3

Justiça de Transição e Lugares de Memória de Resistência

2.3.1

Lugares de Memória

Toda sociedade requer um senso de continuidade com o passado, um link identitário marcado pelo senso de coletividade, como debatido anteriormente. É reconhecido também o impacto do contexto no processo de construção da memória, sabendo que os interesses e condições do presente são condições determinantes sobre o que se lembra (ou o que se esquece). Nesse sentido, sabemos que os elementos de referência de uma sociedade são responsáveis pelo processo de estruturação da memória individual e sua inserção no coletivo. Tal qual Misztal (2003, p.6) argumenta, o paradoxo da memória aí se encontra: “ainda que seja o

indivíduo quem lembra, lembrar é mais que um ato pessoal” e, de acordo com essa perspectiva, a memória individual é “socialmente mediada” ou “socialmente organizada” por esses elementos. Em outras palavras, não é possível falar sobre memória de uma sociedade, uma memória coletiva, sem entender como se dá sua construção e as articulações de eventos e lembranças do passado para que as memórias sejam elaboradas e compartilhadas.

Os lugares de memória fazem parte desses elementos de referência. Daí as intensas disputas que os cercam. Misztal (2003) ressalta os aspectos sociais da memória e os resultados das experiências sociais como agentes constituintes da memória, os conhecimentos, as ideias, as práticas culturais, os monumentos através dos quais os indivíduos constroem suas relações com o passado. Nessa mesma linha, Kansteiner (2002) reforça a importância da moldura social na estruturação das memórias, como destacado nos trechos abaixo:

“All memories, even the memories of eyewitnesses, only assume collective relevance when they are structured, represented, and used in a social setting. As a result, the means of representation that facilitate this process provide the best information about the evolution of collective memories, especially as we try to reconstruct them after the fact” (Kansteiner, 2002, p.190).

“Therefore, collective memories are multimedia collages [...] They also include *statues, memorial sites, and buildings*” (Kansteiner, 2002, p.190. Grifos de minha autoria).

Membro da terceira geração da *École des Annales*, Pierre Nora tornou-se referência como historiador da memória com a abordagem e conceitos de lugares de memória. Segundo Neves (2014, p.211), a definição de Nora para lugares de memória é uma combinação de três sentidos: (i) um lugar tangível, físico, que pode ser dotado de materialidade ou não, mas sempre passível de ser apreendido sensorialmente, (ii) um lugar funcional cuja finalidade é construir a memória e (iii) um lugar simbólico que reforça “características emblemáticas da memória” e sua identidade. Desenvolvido inicialmente dentro do contexto francês, Nora posteriormente admite a utilização dos conceitos de lugares de memória para outros países (Quelha-de-Sá, 2018).

Segundo Nora (1989) as três dimensões coexistem, isto é, os sentidos material, simbólico e funcional estão presentes simultaneamente, ainda que à primeira vista somente um dos sentidos sobressaia. Os lugares de memória são espaços híbridos, onde “persiste um senso de continuidade histórica” (Nora, 1989, p.7), ainda que memória e história sejam apontadas pelo autor como em posições

fundamentalmente opostas. Se a memória é um “fenômeno perpetuamente atual, um elo que nos une a um eterno presente” e a história é a “representação do passado”, “uma reconstrução, sempre problemática e incompleta, de algo que não existe mais” (Nora, 1989, p.8), os lugares de memória são constituídos nessa relação memória-história, entre o sagrado da memória e o profano da história, como o trecho abaixo destaca:

“The *lieux* we speak of, then, are mixed, hybrid, mutant, bound intimately with life and death, with time and eternity; enveloped in a Möbius strip of the collective and the individual, the sacred and the profane, the immutable and the mobile” (Nora, 1989, p.19).

A relevância da função social e política da memória não deve ser minimizada. A construção de referências e de fundamentos para a formação das identidades coletivas e individuais ganhou projeção a partir do final do século XIX, com o desenvolvimento de “ideias e empreendimentos referentes à utilização de diversificados suportes da memória, voltados à retenção do passado” (Delgado e Ferreira, 2013, p.26). Se a memória tem a capacidade de unir indivíduos em torno de uma lembrança e estabelecer limites e identidades dentro das comunidades mnemônicas, a memória coletiva pode orientar uma sociedade no presente e indicar uma visão de futuro, como defendido por Misztal (2003) no trecho abaixo:

“Collective memory is defined as the representation of the past, both that shared by a group and that which is collectively commemorated, that enacts and gives substance to the group’s identity, its present conditions and its vision of the future” (Misztal, 2003, p.7).

Os lugares de memória servem a esse propósito orientacionista de dever de memória, haja vista que o “o ato de lembrar submete o passado a uma consciência reflexiva” (Misztal, 2003, p.10). A memória coletiva trata de um passado que é compartilhado por uma comunidade e também comemorado coletivamente. Misztal (2003, p.13) reforça o argumento ao explicar a etimologia da palavra “comemorar” derivada do latim “*com*” de junto e “*memorare*” de “lembrar”, trazendo elementos de coesão para a comunidade no presente. A comemoração, segundo a perspectiva da pluralidade de memórias, é reconhecida como uma negociação entre narrativas concorrentes e a dinâmica comemorativa envolve uma “tensão constante entre criar, preservar e destruir memórias” (Misztal, 2003, p.127).

As memórias de uma comunidade estão ligadas a referências, como monumentos, lugares, paisagens, edifícios que se associam simbolicamente a eventos do passado, como os lugares de memória. Importante ressaltar que a

associação da mensagem simbolizada no lugar de memória não é garantida e nem ocorre de forma estática, como veremos adiante, tampouco é unidirecional do monumento ou símbolo para a comunidade do entorno. Sem o reconhecimento da comunidade, o lugar de memória se reduz a um edifício, a um objeto inerte que nada transmite sobre o passado e nada orienta sobre o futuro, tornando-se apenas parte da paisagem.

Dessa forma, a memória é espontânea, múltipla e ainda assim específica, plural, coletiva e individual, em constante evolução, “vulnerável a manipulações e apropriações” e “aberta à dialética do lembrar e do esquecer”, ao contrário da história, que “desaloja o sagrado e torna tudo prosaico”. É considerada, portanto, como algo “perpetuamente atual” e, devido ao seu caráter “afetivo” e “mágico”, a memória “somente acomoda aquilo que lhe é conveniente”, ao passo que a história exige análise e criticismo (Nora, 1989, p.8-9).

“Memory takes root in the concrete, in spaces, gestures, images, and objects; history binds itself strictly to temporal continuities, to progressions and to relations between things. Memory is absolute, while history can only conceive the relative” (Nora, 1989, p.9).

A dualidade entre memória e história defendida por Nora seria a condição necessária para entendimento dos conceitos de lugares de memória propostos pelo historiador. Dessa forma, enquanto a *memória verdadeira* é considerada “um fenômeno sempre atual, um laço vivido no eterno presente”, “afetiva”, “mágica” e algo que “instala a lembrança no solo do sagrado”, a *memória alcançada pela história* é uma “representação do passado” (Neves, 2014, p.208-209). O lugar tangível que representa o passado remete à dimensão da história e o elo dinâmico e contínuo de construção social entre presente e passado remete à memória, combinando ambas as dimensões simultaneamente nos lugares de memória:

“Os lugares de memória apresentam para Nora a particularidade de pertencerem, ao mesmo tempo, ‘ao domínio da memória e ao da história’ e realizarem assim a proeza de constituir-se na evidência empírica de que, em nosso tempo, a memória foi definitivamente ‘alcançada pela história’. Por essa razão, seus *lugares de memória* postulam, na perspectiva do autor, ‘uma outra história’” (Neves, 2014, p.208. Grifos da autora).

A “memória se torna ‘sempre suspeita para a história, cuja missão verdadeira é destruí-la e rechaçá-la’, enquanto que ‘no coração da história trabalha um criticismo destruidor da memória espontânea’”. A memória seria, portanto, absoluta e sagrada dentro do grupo que a constituiu e a história, relativa, profana e

pertencente a todos. Dessa forma, a “memória verdadeira” é espontânea e livre ao passo que a “memória transformada pela sua passagem pela história” ou a “memória alcançada pela história” (Neves, 2014, p.208-209) é deliberada e voluntária (Quelha-de-Sá, 2018).

A tensão entre a liberdade da memória espontânea e a necessidade de uma “comemoração vigilante” (Nora, 1989, p.12) como pilar para a construção e manutenção da identidade de um grupo ou sociedade sob risco do desaparecimento da história é essencial para o conceito de lugares de memória, como destacado no trecho abaixo:

“Lieux de mémoire originate with the sense that there is no spontaneous memory, that we must deliberately create archives, maintain anniversaries, organize celebrations, pronounce eulogies, and notarize bills because such activities no longer occur naturally. The defense, by certain minorities, of a privileged memory that has retreated to jealously protected enclaves in this sense intensely illuminates the truth of lieux de mémoire – that without commemorative vigilance, history would soon sweep them away. We buttress our identities upon such bastions, but if what they defend were not threatened, there would be no need to build them” (Nora, 1989, p.12).

A vontade de lembrar é, portanto, condição *sine qua non* para os lugares de memória, mas ela deve ser estruturada e organizada, pois não ocorre naturalmente. A comemoração vigilante defende os pilares nos quais as memórias são elaboradas e compartilhadas e a identidade de uma comunidade construída. O simbólico, um dos sentidos dos lugares de memória, deve estar presente, coexistindo com os sentidos material e funcional, para que tenha significado para aquela comunidade. Dessa forma, o concreto se torna suscetível à “mais abstrata elaboração”, quando a “imaginação atribui [ao concreto] uma aura simbólica” (Nora, 1989, p.18-19), como ressaltado por Allen e Brown (2016) a seguir:

“The memorial is not then a thing that simply endures in time and whose physical attributes determine the transmission of memory. It is instead a site whose material perdurance (cf. Ingold, 2013) serves as an attractor for flows of memorial activities that become knotted together through the commemorative space” (Allen e Brown, 2016, p.13. Grifos de minha autoria).

2.3.2

Dever de Memória e Lugares de Memória de Resistência

Misztal (2003, p.17) argumenta que a memória coletiva de uma nação é criada em conjunto ao esquecimento de certas passagens, pois lembrar de tudo acerca do

passado “pode ameaçar a coesão nacional”. Não se trata somente de lembrar coletivamente, mas também o ato de esquecer coletivamente as mesmas coisas que garante uma coesão na comunidade mnemônica (“*collective amnesia*”). Em outras palavras, é esperado que haja uma seleção daquilo que se lembra e do que será transmitido pelas comunidades, assim como elementos são escolhidos na elaboração de narrativas em detrimento de outros.

No entanto, a autora faz uma ressalva ao esquecimento forçado e a estratégias de esquecimento que podem ser adotadas por Governos menos democráticos (ou de viés autoritário dentro de uma democracia), quando se impõe a reescritura e censura de lembranças, além da destruição de lugares de memória para manipulação ou direcionamento da narrativa oficial. Aqui, amplio o argumento de Misztal (2003) e acrescento que não é necessária a total destruição dos lugares de memória para que a memória coletiva seja direcionada. Para isso basta sufocar qualquer iniciativa de reparação prevista pela justiça de transição, incluindo, mas não se restringindo a paralisar os processos de transformação de lugares de violação dos direitos humanos e tortura durante a ditadura em lugares de memória da resistência, ou propor o fim ou o esvaziamento da Comissão de Anistia (Arquivo Nacional – Memórias Reveladas, 2018) ou paralisar e indeferir todos os pedidos de reparação de ex-presos políticos, somente para citar alguns.

O dever de memória consiste não somente no resgate dos eventos do passado, na busca pela verdade e na reconstrução da memória nacional sobre uma base comum, mas também em transmitir valores e princípios éticos e morais para as gerações futuras. “A cultura do esquecimento, em última instância, ameaça a democracia” (Misztal, 2003, p.145), pois exige a sociedade da autocrítica necessária ao ser confrontada com os erros do passado, como destacado abaixo:

“Only by remembering can we construct the future, transmit the meaning of past events to the next generation and become heirs of the past. Whereas the duty to forget is a duty to go beyond anger and hatred, the duty to remember keeps ‘alive the memory of suffering over against the general tendency of history to celebrate victors’” (Ricoeur, 1999, p.9 *apud* Misztal, 2003, p.146).

Nesse ponto, é importante ressaltar a frustração causada pela Lei de Anistia de 1979, defendida como uma proposta de reconciliação nacional pelo Governo, mas entendida como uma tentativa de silenciamento do passado, ou como argumentado por Bauer (2022, p.232), como uma política de esquecimento que busca a “interdição do passado através da supressão dos direitos à memória e à

verdade”. Meyer (2013, p.86) ressalta que ainda que a sociedade civil tenha lutado pela anistia, a questão principal está na diferença “entre o que se buscou e como foi implementado e, mais do que isso, se este resultado é hoje legítimo”. Sem as devidas responsabilizações criminais, uma falsa simetria entre agentes do Estado e resistentes ao regime ditatorial foi criada, de modo que a narrativa defendida por alguns setores da sociedade propunha a necessidade de contemplar os “dois lados” colocando torturadores e torturados no mesmo conjunto de anistiados políticos. Sobre essa situação, Quinalha (2013) apresenta o discurso adotado que remete à essa falsa equivalência no trecho abaixo:

“Sobre o caso brasileiro, é recorrente, desde os primeiros momentos de transição, o discurso que culpabiliza as ações dos grupos de luta armada como fator explicativo para o endurecimento do regime político e para as violências cometidas durante a ditadura militar” (Quinalha, 2013, p.191).

Segundo Misztal (2003, p.147), vários autores apontam a “afinidade linguística entre ‘anistia’ e ‘amnésia’” (do inglês “*amnesty*” e “*amnesia*”), o que parece ser o caso brasileiro com o “caráter amnésico” (Bauer, 2022, p.232) da Lei de 1979. Foram anistiados presos políticos, exilados e na clandestinidade, bem como mandantes e agentes responsáveis por assassinatos e torturas durante o regime, sem o reconhecimento e julgamento dos crimes cometidos, pois a anistia perdoava “crimes políticos ou conexos com estes”, o que abria uma porta para o perdão dos agentes do Estado que adotavam a tortura como prática¹¹ (Fico, 2010, p.318; Rodeghero, 2019, 2014). Dessa forma, a resistência a um governo tirânico e a repressão armada do Estado com toda sua força foram apresentadas como equiparáveis segundo essa narrativa (Quinalha, 2013). A ação do terrorismo de Estado e a reação da resistência tornaram-se equivalentes na Lei de Anistia em uma “reconciliação extorquida” (Bauer, 2022, p.240).

Há um amplo debate na área jurídica até os dias atuais sobre a prescrição desses crimes e sua inclusão na Lei de Anistia de 1979, pois estariam classificados como crimes contra a humanidade (Rodeghero, 2014), expressos em tratados de direito internacional dos direitos humanos e de direito internacional penal, como normas imperativas internacionais, ditas “*jus cogens*, o direito cogente,

¹¹ Para mais detalhes sobre a tramitação do projeto de anistia no Congresso e o debate sobre os “crimes conexos” ocorridos na época, ver artigo “A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado ‘perdão aos torturadores’” de Carlos Fico (2010).

inderrogável e peremptório” (Brasil, 2014, p.963). Juristas argumentam a existência de “normas de Direito Internacional e que não podem ser derogadas pela vontade de dois ou mais Estados na medida em que permaneçam aceitas pela sociedade internacional”, ou seja, há “normas internacionais que detêm primazia” estando o *jus cogens* “assentado em norma jurídica internacional” (Meyer, 2013, p.82). De acordo com essa lógica, crimes contra a humanidade, mesmo cometidos em tempos de paz e não tipificados na legislação interna de um Estado são imprescritíveis.

Segundo esse entendimento, condutas ilícitas, quando associadas a certos elementos que as tornam mais graves, constituem crimes contra a humanidade, não cobertos por leis de anistias e imprescritíveis, como destacado nos trechos abaixo:

“[...] as disposições da Lei de Anistia de 1979 são manifestamente incompatíveis com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação de graves violações de direitos humanos, nem para a identificação e punição dos responsáveis” (Brasil, 2014, p.966).

“[...] as condutas objeto da imputação já eram, à época do início da execução, qualificadas como crimes contra a humanidade, razão pela qual devem incidir sobre elas as consequências jurídicas decorrentes da subsunção às normas cogentes de direito internacional, notadamente a imprescritibilidade de delitos dessa natureza” (Meyer, 2013, p.101).

De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) publicado em dezembro de 2014, as condutas dos agentes de Estado durante a ditadura podem ser consideradas como crimes contra a humanidade pois foram “atos desumanos, cometidos no contexto de um ataque contra a população civil, de forma generalizada ou sistemática e com conhecimento dessa abrangência por parte de seus autores”¹². Reforça-se no relatório de que a conduta contra os resistentes ao Governo ditatorial não se tratava de ato isolado ou excesso de alguns militares, mas de uma ação sistemática do Estado, de uma política “concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios

¹² Antes da CNV, outras iniciativas buscaram trazer à tona as violações contra os direitos humanos e crimes cometidas pelo Estado durante a ditadura civil-militar brasileira. Entre elas, destaca-se o Projeto da Arquidiocese de São Paulo “Brasil: Nunca Mais” que realizou um levantamento dos processos no Superior Tribunal Militar (STM) entre abril de 1964 e março de 1979. O levantamento resultou em 6 tomos, com quase 7.000 páginas (Projeto A), que deu origem ao Projeto B, o livro Brasil Nunca Mais, que já ultrapassa 40 edições desde o lançamento em 1985. A opção pela fonte documental produzida pelas próprias autoridades envolvidas nas ações repressivas traz “legitimidade política, ética e histórica” ao material apresentado (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p.xiii). A centralidade do livro, enquanto ator não-humano, será debatida nos processos de transformação dos espaços de violência em lugares de memória da resistência mais adiante.

militares” (Brasil, 2014, p.963), sendo adotada como um instrumento legítimo pelos agentes do Estado para obtenção de informações e intimidação de seus opositores, como destacado abaixo:

“[...] a tortura, além de servir como técnica para obter algumas informações, funcionava também como instrumento para desmobilizar as oposições por meio da intimidação, atingindo não apenas aqueles que eram a ela submetidos, mas também, e talvez principalmente, os grupos e movimentos de que faziam parte tais indivíduos, uma vez que a experiência com os interrogatórios era transmitida aos demais” (Magalhães, 1997, p.4)

O levantamento realizado pela Arquidiocese de São Paulo corrobora a aplicação da tortura de forma sistemática e não como um excesso de alguns poucos agentes “aos acusados de atividades consideradas ‘subversivas’”. Os relatórios ressaltam que a incidência retratada nos procedimentos judiciais é “bem menor que a sua real extensão e realidade” devido à conivência dos órgãos de segurança do Estado que evitavam que as denúncias constassem nos autos das ações penais e, quando o faziam, era de forma superficial e genérica. E, por fim, completa: “tal prática generalizada encontra amparo e fundamento ideológico na Doutrina de Segurança Nacional” (Arquidiocese de São Paulo, 1985, Tomo 5, v.1, p.2). Seguindo essa mesma linha argumentativa, durante o I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais realizado em 1985, posteriormente consolidado em um livro, Hélio Pellegrino traz um relato muito forte sobre tortura, conforme trecho abaixo:

“[...] O que faz a tortura? Ela é a mais cruel, a mais nefanda, a mais bestial forma de subversão. A tortura racha o ser humano ao meio. Ela divide a unidade indissolúvel de corpo e mente. E joga o corpo do torturado contra a sua mente. Porque, na tortura, o corpo maltratado se insurge contra a decisão do torturado de calar, e se alia aos torturadores, para que o torturado fale. A tortura consegue essa coisa monstruosa que é a alienação total do próprio corpo” (Pellegrino, Hélio – Livro sobre I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais, 1987, p.98).

Ressalto que o presente trabalho não tem como objetivo debater ou problematizar as formas de violência de Estado ou os crimes cometidos durante o período da ditadura, como a tortura física e psicológica, estupro e desaparecimentos forçados aos quais os resistentes foram submetidos. No entanto, em um contexto no qual a Lei de Anistia de 1979 é reconhecida por muitos como um obstáculo à responsabilização e punição dos agentes de Estado e uma forma de silenciamento, torna-se fundamental escrever e falar o indizível, por mais duro que seja, para que se compreenda a relevância dos lugares de memória como referência para memória, verdade e reparação na justiça de transição.

Além disso, é importante dizer que a questão acerca da (falta de) punição com a anistia concedida aos agentes do Estado na ditadura é um tema polêmico e não pacificado em nossa sociedade. Desde a Audiência Pública de 2008, passando pela solicitação de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153) proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) no mesmo ano – e julgada improcedente pelo STF em 2010 – (Rodeghero, 2019; Hollanda e Perlatto, 2017; Abrão e Torelly, 2010) a discussão acerca da Lei de Anistia continua até os dias atuais¹³. Ao mesmo tempo em que setores mais conservadores de nossa sociedade e as Forças Armadas insistem em usar a anistia de 1979 como salvo conduto para todos os crimes cometidos durante a ditadura, outros setores, amparados inclusive pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sustentam que “as leis de autoanistia perpetuam a impunidade, obstruem o esclarecimento dos fatos, propiciam uma injustiça continuada, impedem às vítimas e a seus familiares o acesso à justiça e o direito de conhecer a verdade e de receber a reparação correspondente, o que constituiria uma afronta à Convenção Americana” (Brasil, 2014, p.966). Já para as Forças Armadas, o objetivo da CNV era “revogar a Lei de Anistia, esquecendo-se os críticos que essa foi a lei que permitiu quase 33 anos de relativa paz no processo democrático do país”. O revanchismo e o ressentimento eram apontados pelos setores contrários à constituição da CNV (não somente as Forças Armadas, mas também veículos da imprensa e outros grupos conservadores da sociedade) como fatores motivadores e que poderiam exacerbar o “clima de desunião” no país (Hollanda e Perlatto, 2017, p.27).

Uma ressalva em relação à palavra “verdade” precisa ser feita. A verdade que se busca em um processo de justiça de transição não se contrapõe ou antagoniza com a existência de múltiplas narrativas históricas como defendido na abordagem ANTi-History. Não se trata, portanto, da procura por uma verdade única e absoluta de uma *narrativa hegemônica que substitua a anterior/oficial* – algo que não é

¹³ O movimento supra coletivo #ReinterpretaJaSTF é um exemplo de mobilização de diversos grupos sociais de diferentes estados, entre eles, o Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, Ocupa Dops, Psicanalistas Unidos pela Democracia (PUD) e o Grupo Pró-Memorial, pela reinterpretação da Lei de Anistia de 1979 para que haja responsabilização e punição dos agentes de Estado pelos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira.

reconhecido como possibilidade no presente estudo –, mas sim a procura relacionada aos esforços de “registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos” (Brasil, 2014, p.20). Ou seja, a apuração da verdade remete ao direito dos familiares e das vítimas de violência de saber as condições factuais acerca dos crimes cometidos pelo Estado. Dessa forma, “a correspondência ao fato (realidade) assegura a verdade, e sua ausência acarreta a falsidade. [...] A mente, portanto, é hábil em produzir crenças, mas a verdade ou falsidade dessas crenças não depende da mente, mas sim do fato”¹⁴ (Stampa e Rodrigues, 2014, p.257). A dualidade fato x narrativa (do fato) aparece novamente no presente trabalho e vai ao encontro do que é proposto, corroborando o que já foi defendido anteriormente sobre a possibilidade de elaboração de múltiplas narrativas respeitando a ocorrência (reconhecendo, portanto, e não negando) os fatos apurados. Por fim, em relação ao conceito de verdade, Stampa e Rodrigues (2014) propõem:

“[...] a verdade é aqui compreendida como o produto da relação que a mente humana estabelece com a realidade a partir de um conjunto de regras (lógicas) por intermédio das quais se busca o conhecimento. A aplicação desse conjunto de regras nos conduzirá, na maior parte dos casos, a uma opinião provável sobre o fato, uma vez que não existe uma teoria ideal que possa nos conduzir, com absoluta certeza, à verdade” (Stampa e Rodrigues, 2014, p.259).

Com a tentativa de esquecimento do passado iniciada em 1979, as memórias subterrâneas não encontrariam um caminho fácil para sair do silenciamento a que foram submetidas. A verdadeira reconciliação pressupunha uma virada de página com o reconhecimento e responsabilização pelos crimes cometidos, o que não ocorreu no cenário brasileiro. O dever de memória (Abrão, 2011, p.126) aparece em posição contrária ao “esquecimento do passado” e se constituiu como um dos princípios e pilares norteadores para divulgação das memórias dos ex-presos políticos e familiares dos mortos e desaparecidos durante a ditadura brasileira, sobretudo no que diz respeito à denúncia de práticas de tortura (Schmidt, 2007).

¹⁴ Os autores Stampa e Rodrigues (2014, p.256) trazem a leitura de Bertrand Russell (1872-1970) sobre a filosofia aristotélica e os conceitos de crenças verdadeiras e crenças falsas, argumentando que o que torna uma crença verdadeira é um fato. Dessa forma, a mente cria crenças, mas não pode torná-las verdadeiras ou falsas, sendo somente a correspondência com o fato que detém essa capacidade. Não obstante, os autores defendem que “crenças falsas podem ser sustentadas de modo tão firme, e com tanto brilho, que ‘podemos crer no falso como se verdadeiro fosse’” e que não há método que separe com segurança o que é verdadeiro e o que é falso.

Dessa forma, longe de impor uma nova narrativa como forma de dominação, o resgate de memórias subterrâneas movido pelo dever de memória oferece a oportunidade para a sociedade avaliar outras referências e pontos de convergência ou de aproximação entre a narrativa dominante e a trazida pelo grupo até então silenciado, de modo a construir a memória nacional sobre uma nova base comum (Pollak, 1989, p.3), reabilitando o que é periférico e marginalizado.

Como já destacado anteriormente, os primeiros museus e memoriais dedicados à conscientização sobre os crimes e violações cometidos contra os direitos humanos surgiram após a Segunda Guerra Mundial, como meio para exposição e compartilhamento das atrocidades cometidas durante o Holocausto (Misztal, 2003). A função social destes espaços não se restringe ao resgate das experiências no combate ao esquecimento, mas também como importante instrumento de orientação para gerações futuras, no que tange o respeito às diferenças de qualquer natureza (política, étnica, religiosa etc.) e defesa dos direitos fundamentais do homem (Neves, 2011).

Dolff-Bonekämper (2002, p.1) reforça o debate intrínseco à constituição da memória ao trazer o argumento de que certos edifícios ou locais não são incluídos na história de determinadas localidades por trazerem à tona memórias que “não são bem-vindas na sociedade englobante [que ela denomina ‘*mainstream society*’], memórias de eventos que alguns preferem esquecer”. Ao apresentar argumentos que justificam a importância de se preservar os locais dessas memórias dolorosas, a autora pondera que “devemos refletir sobre a motivação por trás do desejo de não recordar” e o conceito da materialidade das edificações ou localidades como “testemunhas preciosas para a história”, também abordado por Neves (2021). A vontade de esquecer, geralmente, tem origem no lado dos perpetradores e culpados, como destacado abaixo:

“[...] the will to destroy or ignore evidence of a crime in history is more frequently put forward by those who find themselves on the side of the perpetrators, feel personally guilty, or feel guilt by identification. In these cases, it is all the more necessary to preserve the place as proof against the denial of the events that we want remembered” (Dolff-Bonekämper, 2002, p.1).

Há, portanto, um efeito pedagógico nos lugares de memória para toda sociedade, baseado em eventos e experiências do passado, que busca desenvolver uma visão crítica e evitar que acontecimentos semelhantes se repitam (Draper, 2014; Neves, 2011; Schmidt, 2007). Os memoriais assumem, então, o propósito de

servir como um meio para comunicar e ensinar, acompanhado de uma “pedagogia da memória” (Ferreira e Serres, 2018, p.100), como ressaltado no trecho a seguir:

“O museu, nessa sua nova função, terá como desafios redefinir, a partir dos objetivos e atores envolvidos, as formas narrativas e de comunicação com o público, engajando-se na missão de resguardar e transmitir as experiências de sofrimento e buscas identitárias, *missão fundada no imperativo moral da memória como dever e na celebração do passado para que nunca mais se repita*” (Ferreira e Serres, 2018, p.100. Grifos de minha autoria).

Alinhada a esse pensamento, Rigney (2008, p.92) reforça o papel social dos lugares de memória como um “meio constitutivo da lembrança” ao promover um “fórum tanto para expressões sobre o passado como para mediações entre diferentes grupos”. Dessa forma, a memória coletiva tende a se reunir em lugares de memória, pois estes espaços, em grande parte espaços físicos, ajudam a criar com sua materialidade pontes entre o presente e o passado, tornando-se localidades para novas experiências e memórias. A dimensão social ganha importância à medida que se entende o impacto que o contexto e os elementos de referência exercem no processo de construção da memória dos indivíduos de uma sociedade.

No contexto latino-americano e seu passado recente de regimes ditatoriais, os silêncios e “não-ditos” dos ex-presos políticos e seus familiares se transformaram em reivindicações que disputam espaço desde o início da redemocratização para ampliar seu reconhecimento e compartilhamento na memória nacional. Dessa forma, as memórias daqueles que foram presos, torturados, mortos ou desaparecidos durante regimes ditatoriais, criam e transformam a memória social e política da comunidade na qual estas memórias são ativadas (Draper, 2014). Essas memórias subterrâneas, no entanto, ainda buscam espaço frente às resistências impostas pela sociedade englobante e contextos sociopolíticos adversos, de modo a ampliar a voz dos grupos marginalizados.

Não se deve minimizar a importância desse processo de busca pela memória e pela verdade em períodos pós-ditatoriais. Considerando-se que o Estado, que deveria ser o principal garantidor do bem-estar de seus cidadãos, ao invés disso promoveu perseguições, torturas, execuções sumárias e outros atos de violência, faz-se necessário trazer à tona a verdade para que qualquer ameaça à plena democracia seja afastada (Pinto, 2010). Draper (2014) traz o argumento de que a memória política sobre os crimes cometidos no passado ditatorial foi dissociada da injustiça social do presente. A autora critica a seletividade do reconhecimento das

violações contra os direitos humanos apenas para parte da população carcerária e no período da ditadura, o que nos faz pensar sobre o papel de orientação da memória coletiva na sociedade nos tempos atuais.

O papel fundamental do “dever de memória” (Abrão, 2011, p.126) no contexto da justiça de transição é evitar que estas violações aos direitos humanos do passado sejam esquecidas e/ou repetidas, além de promover a reparação simbólica e moral aos ex-presos e perseguidos políticos, mortos e desaparecidos e seus familiares. Mais do que a disputa entre versões antagônicas das memórias oficial e subterrânea, um “cenário pós-autoritário e traumático para uma sociedade política é a necessidade de exercitarmos a memória”, que exige vontade política e contexto receptivo para ser consumada (Genro e Abrão, 2010, p.21). O relatório final da CNV reforça este argumento ao atribuir à falta de responsabilização dos autores dos crimes cometidos durante o período de 1964-1985, o quadro de graves violações de direitos humanos até os dias atuais, pois a impunidade propiciou condições para perpetuação das violações (Rodeghero, 2019; Brasil, 2014). A Lei de Anistia impede a responsabilização dos agentes perpetradores das torturas e crimes e representa um obstáculo para as investigações, quebrando a vinculação estabelecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) “entre o direito à memória e à verdade e a dimensão da justiça (responsabilização)” (Stampa e Rodrigues, 2014, p.264). A justiça, deste modo, deixa de punir práticas cruéis e desumanas, que não devem ser esquecidas e que deveriam ser punidas a qualquer tempo (OEA, 2010), como destacado no voto do juiz Roberto de Figueiredo Caldas no caso “Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil em 2010:

“É preciso ultrapassar o positivismo exacerbado, pois só assim se entrará em um novo período de respeito aos direitos da pessoa, contribuindo para acabar com o círculo de impunidade no Brasil. É preciso mostrar que a Justiça age de forma igualitária na punição de quem quer que pratique graves crimes contra a humanidade, de modo que a imperatividade do Direito e da Justiça *servam sempre para mostrar que práticas tão cruéis e desumanas jamais podem se repetir, jamais serão esquecidas e a qualquer tempo serão punidas*” (OEA, 2010, p.8. Grifos de minha autoria).

Dessa forma, reprovar moralmente de forma oficial e irrestrita os crimes e violações dos direitos humanos perpetrados no passado molda a identidade daquela sociedade e suas futuras gerações dentro de uma cultura de cidadania crítica (Pinto, 2010). Trata-se de uma reconciliação com o passado, noção que pautou os trabalhos da Comissão (Hollanda e Perlatto, 2017), para evitar a repetição no futuro, o que

pressupõe reparação e apaziguamento, não o silenciamento, como destacado no trecho abaixo:

“O exercício deste dever [de memória] é condição imprescindível para que haja verdadeiramente o apaziguamento social, caso contrário a sociedade repetirá obsessivamente o uso arbitrário da violência, pois ela não será reconhecida como tal. A memória aqui não é importante só para que não se repita jamais, mas também por uma questão de justiça às vítimas que caíram pelo caminho” (Genro e Abrão, 2010, p.22).

Nesse sentido, preservar a memória dos indivíduos que foram vítimas das graves violações aos direitos humanos, passa pela criação de elementos de referência para construção da memória nacional sobre essa base comum. Essas “marcas de memória” estão na recomendação nº 28 do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujos objetivos, entre outros, são: “preservar, restaurar e promover o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos” (Brasil, 2014, p.974).

Cabe aqui ressaltar dois pontos importantes: (i) a dimensão material por si só não garante a continuidade daquela memória que se quer compartilhar e (ii) os espaços para criação das marcas de memória são sempre alvos de intensa disputa. Sendo assim, ainda que o processo seja bem-sucedido, como foi o caso do Memorial da Resistência de São Paulo, após 33 anos de intensas disputas e movimentações sociopolíticas de múltiplos atores, o lugar de memória não se sustenta apenas no concreto. Trata-se de um processo contínuo de troca com a comunidade em que o simbólico é trazido e a memória (re)configurada e elaborada por cada indivíduo, dentro de um determinado contexto social, que visita o lugar de memória em uma construção recorrente entre o presente e o passado. As narrativas e memórias sobre o passado somente são recebidas com certo grau de receptividade quando a audiência as entende e (res)significa, funcionando os lugares de memória como “âncoras” (Allen e Brown, 2016, p.12) ou “socio transmissores” (Ferreira e Serres, 2018, p.96) para que aquelas comunidades possam compartilhar suas memórias com os demais membros da sociedade. Este dinamismo é destacado por Rigney (2008) no trecho abaixo:

“[...] collective memory is not a matter of collecting, but of continuously performing. It is constantly in process, involving both recollection and forgetting in the light of changing patterns of relevance and shifting social frameworks” (Rigney, 2008, p.93).

Ainda sobre a dimensão material mencionada no primeiro ponto, Allen e Brown (2016) reforçam o argumento de Rigney (2008) e afirmam que o local físico de um lugar de memória não é condição suficiente para que a memória seja preservada e compartilhada. “A vida cultural de um monumento é dependente da vontade das pessoas em investirem nele”, não somente por meio de comemorações, mas por divulgação e convites para visita por outros membros da comunidade mnemônica. A autora alerta que “se a atenção for removida, o monumento para de funcionar como um meio mnemônico e torna-se ‘inerte’ novamente” (Rigney, 2008, p.94). As disputas e as contestações ajudam a manter os memoriais “vivos”, ou seja, os tornam “espaços de organização onde a encenação e o arranjo da memória coletiva são negociados e contestados” (Allen e Brown, 2016, p.11). Rigney (2008) reforça o dinamismo da memória coletiva no trecho destacado abaixo:

“Collective remembrance is like swimming: in order to stay afloat you have to keep moving. It has its own, open-ended dynamic. This involves the ongoing circulation of acts of remembrance across different media, including monuments, whereby memories are continuously being refigured” (Rigney, 2008, p.94).

Allen e Brown (2016) ressaltam que as mensagens a serem transmitidas por um monumento não são perenes, como indicado abaixo:

“Crucially, in many cases, the identity, meaning, purpose and use of a memorial – what it is, what it means, what and who it is for – do not seem to be fixed by the design process, but rather emerges and fluctuates over time. [...] The memorial is not then a thing that simply endures in time and whose physical attributes determine the transmission of memory” (Allen e Brown, 2016, p.13).

A identidade, o propósito e as lições defendidas pelos sobreviventes e seus familiares não são imutáveis e devem ser continuamente reforçados, transmitidos e compartilhados por meio de uma “comemoração vigilante” em uma troca constante com a comunidade, buscando entender as mudanças de contexto. Sendo assim, é possível afirmar que não são os atributos físicos que determinam o grau de aceitação e compartilhamento de uma memória de resistência. O que determina o compartilhamento são as atividades desenvolvidas no lugar de memória da resistência que fomentam correntes de lembranças e narrativas comprometidas com a formação de uma cultura em direitos humanos e cidadania compartilhadas com a comunidade.

Importante ressaltar que não se trata de uma recuperação estática da memória de resistência de grupos marginalizados através dos lugares de memória, algo que

nos lembraria dos conceitos estáticos e imutáveis propostos pelo OMS, mas sim de múltiplos traços e “fontes mnemônicas” que nos auxiliam a construir uma narrativa sobre o passado no presente. O processo de elaboração da memória se assemelha mais a construção de uma trama, do que a uma recuperação de arquivos, sendo socialmente medida e constituída por “imagens dispersas, fragmentos de narrativa e sentimentos e sensações incipientes, que são frouxamente unidas por objetos e lugares” (Allen e Brown, 2016, p.14).

Em relação ao segundo ponto, os processos de transformação de edifícios públicos (oficiais) ou clandestinos que foram utilizados para detenção, tortura e desaparecimento de opositores ao regime, dentre os quais as sedes dos antigos DOPS ou DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social – do Rio de Janeiro e São Paulo, são longos e complexos, alvos de intensas disputas e múltiplos reveses. A transformação destas edificações em lugares de memória “envolve mais do que registrar um relato do passado em pedra ou metal” (Allen e Brown, 2016, p.12).

A seleção das localidades para a criação de lugares de memória de resistência é decorrente de uma estratégia dos grupos cujas memórias foram silenciadas e enterradas. As memórias das violências sofridas durante a ditadura devem ser compartilhadas com a comunidade para criação de uma memória onde estas estejam incluídas nos mesmos locais onde os crimes e violações aos direitos humanos foram cometidos. É a busca, portanto, de uma “institucionalização da memória de resistência” (Almeida, 2014, p.271) em um “cenário para afrontamento de memórias concorrentes” (Ferreira e Serres, 2018, p.98). Vários desses locais eram edificações públicas, do Estado, enquanto outras pertenciam a outras pessoas, mas eram usadas por agentes do Estado para perpetração dos crimes.

O reconhecimento dos espaços pelos ex-presos e perseguidos políticos e a reconstituição das práticas realizadas pelo Estado fazem parte do processo de reparação na busca pela memória e verdade. A desapropriação e o tombamento desses locais, bem como sua transformação em lugares de memória da resistência, trazendo as recordações dos sobreviventes pode contar com o auxílio de uma equipe multidisciplinar responsável pelo projeto museológico, como no caso do MRSP (equipe essa composta por alguns dos ex-presos políticos do DEOPS/SP).

Dessa forma, ao buscar materializar o *link* entre o passado e o presente por meio das memórias dos sobreviventes, tais espaços podem ser ressignificados para

projetos educacionais de reforço da cidadania (Conte, 2014; Neves, 2011). Escutar e envolver ex-presos políticos no processo de constituição dos lugares de memória demonstra respeito e consideração por suas histórias e vivências, trazendo o que lhes é caro e importante, ou seja, a mensagem que se quer compartilhar com as pessoas que visitam o espaço (Conte, 2014; Draper, 2014), com o devido cuidado para a “não banalização” das violências cometidas ao transformar esses locais em pontos turísticos (Ferreira e Serres, 2018, p.103).

2.3.3

A Justiça de Transição brasileira

O conceito de justiça de transição foi definido por Félix Reátegui (2011) como “um conjunto de dispositivos ativados para tornar possível a reestruturação de instituições, legislações e tratamento de passados marcados por regimes fundados na violência e na violação de direitos humanos” (Ferreira e Serres, 2018, p.97). Segundo Fico (2012, p.53) a justiça de transição consiste nos “procedimentos através dos quais as pessoas atingidas por violações dos direitos humanos buscam reparações em países que viveram regimes autoritários ou outros processos violentos”. Tais dispositivos ou procedimentos buscam recuperar a memória daqueles que foram presos, torturados ou assassinados e de seus familiares durante o período ditatorial e a verdade para promoção da justiça e reparação.

O processo da justiça de transição é legitimado por políticas internacionais e resulta da combinação da demanda por justiça com o processo de redemocratização após sistemáticas e amplas violações aos direitos humanos pelo Estado. Busca, dessa forma, superar o legado de autoritarismo e efetivar o direito constitucional à reparação em países que passaram por regimes de exceção, como o Brasil. Cabe ressaltar que não se trata de uma forma especial de justiça, mas sim de um conjunto de iniciativas, dispositivos ou procedimentos que têm como objetivo “reconhecer o direito das vítimas, promover a paz, facilitar a reconciliação e garantir o fortalecimento da democracia” (Pinto, 2010, p.129), compartilhando as memórias com a sociedade englobante, como o trecho abaixo destaca:

“A procura pela memória comporta sempre uma dimensão afetiva: aquilo que se passou, cuja memória deve ser guardada, é seguidamente uma provação, um drama, uma tragédia. As cicatrizes não estão totalmente fechadas e a ferida permanece viva. Evocar então um direito de memória é *convidar toda a coletividade a compartilhar*

uma indignação, uma revolta ou um luto, e a transformá-la em resolução” (Prost, 2000, p.11 *apud* Schmidt, 2007, p.142-143. Grifos de minha autoria).

Dentro desse contexto, a busca por reparação, verdade e justiça pode ocorrer de diversas maneiras, entre as quais, a abertura dos arquivos das polícias políticas, a denúncia de torturadores por meio de atos públicos, o reconhecimento da verdadeira causa da morte e correção dos documentos oficiais, troca de nomes de avenidas, escolas, monumentos, entre outros que prestassem homenagem a agentes do Estado praticantes de crimes na ditadura, a revisão da história contada em livros didáticos e, por fim, mas não menos importante, a constituição de lugares de memória de resistência (Almeida, 2014).

Ferreira e Serres (2018, p.97) ressaltam que no cenário latino-americano pós-ditatorial, os memoriais se tornaram possíveis no contexto da justiça de transição ao combinar uma dupla missão: “mostrar e dizer sobre um passado indizível” e o de servir de “guardião de elementos comprobatórios do envolvimento de diferentes agentes públicos ou civis nos processos de violência recuperados pelas Comissões da Verdade, braços fundamentais da justiça transicional”.

Mais especificamente no caso brasileiro, muitas críticas são feitas ao processo de transição, marcado por “lentas e sucessivas conquistas” (Almeida, 2014, p.269), pela “impunidade, conciliação e frustração”, uma “frustração diante da impunidade e da ausência de uma verdadeira ruptura torna a transição brasileira um processo que não terminou” (Fico, 2012, p.52-53). Fico (2012) continua com o argumento e afirma que houve dois momentos que nos permitem entender a ditadura brasileira como algo “inacabado”, dada a frustração causada pelos mesmos: a Lei de Anistia em 1979 e a Campanha das Diretas em 1984. É razoável afirmar, portanto, que há que se considerar o ambiente político, mais ou menos favorável às demandas e a tensão entre as demandas por justiça e direito das vítimas e os pactos imperativos para que a estabilidade necessária à transição fosse estabelecida (Teles e Quinalha, 2020).

Teles e Quinalha (2020, p.29) criticam a “narrativa hegemônica que privilegia o Estado em detrimento dos movimentos sociais de familiares de mortos e desaparecidos e dos ex-presos políticos, invisibilizando ou diminuindo a luta das vítimas”. Quinalha (2013, p.184) segue a mesma linha ao criticar o processo de justiça de transição brasileiro, mas ressalta a importância e a contribuição das mobilizações sociais para a justiça de transição ao argumentar que “justamente da

pressão social e política exercida pela luta dos familiares é que resultaram os tímidos avanços”.

Através da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979), o Estado deveria “reconhecer os crimes políticos e conexos praticados no período em forma de reparações à restituição de direitos políticos, reintegração ao trabalho, restituição econômica, localização dos restos mortais de desaparecidos, dentre outras ações” (Almeida, 2014, p.270). A exigência era por uma anistia ampla, geral e irrestrita como marco inicial na busca pela reparação, mas ao contrário do que era reivindicado pela sociedade civil, tornou-se um projeto de lei de anistia restrita ou autoanistia. Na estratégia definida por um “grupo restrito de integrantes do regime [...] era preciso enfraquecer o partido de oposição, o MDB, a fim de se garantir o controle da abertura política, planejada para transcorrer sem maiores percalços e, sobretudo, sem que os responsáveis pelos desmandos da ditadura fossem punidos” (Fico, 2012, p.51).

Abrão e Torelly (2010, p.32) trazem para debate um ponto importante em relação à reivindicação da anistia pela sociedade civil e pontuam a diferença do Brasil em relação a outros países latino-americanos como Chile e Argentina. Nesses países a anistia foi uma imposição do regime ditatorial contra a sociedade, ou seja, já nasceu como uma autoanistia explícita, ao passo que aqui foi uma reivindicação da sociedade civil e se referia originalmente aos presos políticos somente. A inclusão dos agentes de Estado perpetradores de torturas na anistia “jamais fez parte dos horizontes de possibilidades da sociedade civil atuante à época”, até mesmo porque as práticas de tortura não eram de conhecimento do grande público devido à censura aos meios de comunicação (Bauer, 2022). Ainda assim, mesmo com a inclusão dos agentes do Estado e a aprovação de uma anistia restrita (excluindo os perseguidos políticos presos acusados de “crimes de sangue”), permanece forte na memória da sociedade brasileira a narrativa da anistia como uma conquista legítima sua.

Sendo assim, o “ênfase no processo penal e punitivo dos autores das atrocidades” esperado de um modelo de justiça de transição foi afastado e sofreu diversas críticas de grupos da sociedade (Almeida, 2014, p.270). Ao excluir da anistia os “condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” e conceder o chamado ‘perdão aos torturadores’, a lei de 1979

[...] tornou-se a principal cláusula da transição democrática dos anos 1980 e consagrou a impunidade” (Fico, 2012, p.51).

Quinalha (2013, p.183) reforça o argumento ao ressaltar que a falta de responsabilização histórica não somente gerou uma “versão oficial distorcida” sobre o passado ditatorial, que foi adotada e reproduzida por todos os governos após a abertura democrática, como também “silenciou as demandas por justiça das vítimas em nome da governabilidade da jovem e supostamente frágil democracia, impondo na constituição do novo regime uma política de esquecimento”. Schmidt (2007, p.135) traz um trecho da declaração de Suzana Lisboa, representante das famílias da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Rio Grande do Sul que expressa a frustração com a Lei de Anistia ao dizer que: “a anistia conquistada trouxe ao país os presos políticos, exilados e clandestinos, mas os mortos e desaparecidos não voltaram sequer na forma de um atestado de óbito”. Por sua vez, Motta (2021, p.274) argumenta que “o custo da transição política conciliada dos anos 1980, cuja prioridade de acomodar os conflitos bloqueou o devido enfrentamento do legado da ditadura”.

De acordo com a literatura pesquisada, a Lei de Anistia serviu como um escudo protetor para os agentes torturadores do Estado, como um “entrave” contra qualquer tentativa de responsabilização e punição pelos crimes cometidos (Rodeghero, 2014, p.172), com a justificativa de que a reconciliação havia sido realizada em 1979, imputando um caráter de revanchismo a qualquer demanda por justiça *a posteriori*. Mesmo com a condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos no caso Araguaia (Gomes Lund e outros), quando foi determinada a apuração e o processo penal dos crimes cometidos durante a ditadura, não houve a remoção dos “obstáculos jurídicos e, em especial, a Lei de Anistia de 1979” (Quinalha, 2013, p.198).

Dessa forma, apesar da Corte Interamericana de Direitos Humanos em dezembro de 2010 ter acusado responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes no Araguaia e ter declarado “ilegítima a anistia promulgada pelo governo Figueiredo, incompatível com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos” (Hollanda e Perlatto, 2017, p.20), o STF no mesmo ano manteve a decisão de anistiar torturados e torturadores.

A disposição para reparação deve reconhecer que os danos causados pelas ações dos agentes a mando do Estado são de responsabilidade estatal, cabendo ao

Estado indenizar os indivíduos e seus familiares pelas violações aos direitos humanos sofridas. Os fatos devem ser reconhecidos como “injustificadamente danosos e de responsabilidade estatal” (Abrão e Torelly, 2010, p.30). Segundo Rodrigues (2017, p.122), o elemento “justiça” no contexto da justiça de transição remete especificamente ao julgamento desses agentes perpetradores, cuja finalidade se baseia em “satisfazer as vítimas, ou na ausência desta, de consolar os seus parentes” e também para dissuadir que outros indivíduos cometam os mesmos crimes no futuro. Além disso, somente através do reconhecimento de que ocorreram crimes durante o regime ditatorial é que se pode responsabilizar juridicamente o Estado e os agentes de Estado perpetradores destes crimes (Quelha-de-Sá, 2018). Esse aspecto é reforçado no relatório final da CNV, que afirma que “simplesmente ‘não negar’ a ocorrência desse quadro fático [de graves violações de direitos humanos] revela-se absolutamente insuficiente” (Brasil, 2014, p.965).

O processo de redemocratização é composto por quatro dimensões fundamentais: “(i) a reparação, (ii) o fornecimento da verdade e construção da memória, (iii) a regularização da justiça e restabelecimento da igualdade perante à lei e (iv) a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos” (Abrão e Torelly, 2010, p.28-29). Uma das características da justiça de transição brasileira apontada pelos autores foi a priorização da dimensão de reparação, cujo critério se baseou na natureza trabalhista, o que levantou críticas, mas que pode ser justificado tomando-se como base as demissões arbitrárias de trabalhadores na resistência ao regime militar ao restabelecer os direitos laborais lesados.

Em processos de justiça de transição há pelo menos três tipos de justiças envolvidas, que podem ser aplicadas de forma individual ou combinada, de acordo com a literatura trazida por Abrão e Torelly (2010, p.29):

- (i) a justiça legal: relacionada à “responsabilização dos agentes criminosos do regime, dentro dos limites de um Estado de Direito” (Judiciário).
- (ii) a justiça política: relacionada a “criação de leis que retirassem empecilhos à feitura da justiça, como leis de autoanistia” (Legislativo).
- (iii) a justiça administrativa: relacionada à “aplicação das leis e a implementação de políticas públicas” (Executivo).

Os autores ressaltam que o desenvolvimento de qualquer uma das três justiças só é possível com um ambiente político favorável a suas demandas. Nesse sentido, quando comparado a outros países latino-americanos, a atuação no Brasil foi direcionada aos mais “cruelmente prejudicados” e buscou a reparação aos familiares de mortos e desaparecidos, a localização dos restos mortais e o esclarecimento das circunstâncias dos assassinatos “nos termos da lei n.º 9.140/95”. Dessa forma, segundo os autores, perdeu-se de vista uma “ampla conscientização social sobre os efeitos danosos das formas persecutórias mais amplas empreendidas pela ditadura” (Abrão e Torelly, 2010, p.31).

No caso do Brasil, a justiça de transição começou tardiamente, dez anos após o término da ditadura, em 1995, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Lei nº 9.140 – posteriormente alterada pelas leis nº 10.536/2002 e nº 10.875/2004 - que instituiu a CEMDP (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – ligada a partir de 2004 à Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH) e que reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas durante o período (Fico, 2012; Abrão e Torelly, 2010; Schmidt, 2007). A Lei nº 9.140/1995 é considerada “pedra angular de todo o processo de reconhecimento de responsabilidade do Estado brasileiro pelas graves violações de direitos humanos praticadas na ditadura militar” (Brasil, 2014, p.25) e buscou “elucidar casos de graves violações aos direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar brasileira” como destacado no trecho abaixo do relatório da Comissão Nacional da Verdade:

“A CEMDP, uma comissão de Estado, foi instituída pela Lei nº 9.140 de 1995, com o objetivo de elucidar casos de graves violações aos direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. Para seus pareceres, empreendeu ampla pesquisa, que inclui importante levantamento documental e relevantes depoimentos, o que torna seu livro-relatório [Direito à Memória e à Verdade] fonte fundamental sobre o tema” (Brasil, 2014, p.493).

Cabe ressaltar que o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade” foi lançado em 29 de agosto de 2007 em uma cerimônia no Palácio do Planalto e é considerado um dos marcos da luta pela justiça. Resultado de 11 anos de trabalho da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), foi o primeiro documento oficial do governo federal a responsabilizar a ditadura militar pela tortura e morte de vários de seus opositores” (Schmidt, 2007). Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, sua publicação trouxe para os

familiares um “sentido de complementar a indenização pecuniária e avançar na reparação ética e política” (Brasil, 2014, p.26), ao apurar a responsabilidade de agentes do Estado e desafiar (e reescrever) as narrativas e versões oficiais das circunstâncias e condições das violências contra os resistentes adotadas naquela época.

Caracterizado em um primeiro momento como um cenário de baixa amplitude de demandas devido à circunscrição explicada anteriormente, a busca pela justiça de transição começa a mudar a partir de 2001, com a criação da Comissão de Anistia no Ministério da Justiça através de Medida Provisória pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, convertida na Lei nº 10.559 em 2002 que previa a responsabilidade do Estado por todos os demais atos de exceção, ampliando as mobilizações sociais “para além da atuação intensa e histórica do movimento de familiares mortos e desaparecidos e dos Grupos Tortura Nunca Mais, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo” entre outros grupos citados pelos autores (Abrão e Torelly, 2010, p.31). De acordo com Stampa e Rodrigues (2014, p.250) foi “somente nos anos de 2009 e 2011 que mecanismos especificamente dedicados à promoção do direito à memória e à verdade foram estabelecidos pelo Estado brasileiro [...] principalmente com a aprovação da Lei de Acesso à Informação [LAI] (2011) e o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade (2011)”.

A pauta pública sobre justiça de transição é ampliada nos anos 2000 com a instauração de mecanismos de caráter reparatório e investigativo como apontado por Stampa e Rodrigues (2014), tais como a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) e a Comissão da Anistia (2002). Nesse período, ganham destaque iniciativas de organizações que buscam trazer para debate entre as gerações mais jovens a história da ditadura, da repressão e da resistência, como o Núcleo de Memória Política, originada do Fórum dos Ex-Presos Políticos de São Paulo, detalhada no processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (Quelha-de-Sá, 2018). Uma intensa agenda cultural para preservação da memória e de busca pela verdade como seminários, exposições, publicações, homenagens públicas, atividades culturais e reuniões de mobilização em torno da justiça de transição foi desenvolvida, trazendo temas importantes para a arena pública (Abrão e Torelly, 2010).

A partir desse momento, começaram a ser levantadas pautas como a responsabilização dos agentes torturadores, a defesa da instituição de uma Comissão da Verdade, o que ocorreria anos depois para apurar os crimes da repressão, a defesa da preservação do direito à memória e do direito à reparação integral, com a participação de novos grupos não-governamentais, intensificando a mobilização social. A discussão acerca da responsabilização dos agentes públicos que cometeram crimes durante a ditadura nunca foi esquecida, segundo Abrão e Torelly (2010), mas sim reconduzida ao debate nacional na Audiência Pública “Os limites e possibilidades para a responsabilização jurídica de agentes públicos que cometeram crimes contra a humanidade durante períodos de exceção” promovida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em 31 de julho de 2008.

A interpretação da “anistia bilateral” de 1979, que “camufla uma autoanistia” é considerada um dos entraves à promoção de uma justiça “adequada, íntegra e coerente [...] sob a luz dos princípios constitucionais democráticos e dos tratados e convenções internacionais em matéria de direitos humanos” do período pós-autoritário brasileiro (Abrão e Torelly, 2010, p.36). A anistia ampla, geral e irrestrita não correspondia a uma “anistia de mão dupla”, pelo contrário, ela se destinava a promover uma anistia ainda maior aos opositores políticos e não aos torturadores (Meyer, 2013, p.88). A Audiência Pública de 2008 expôs oficialmente a controvérsia jurídica da autoanistia camuflada em relação aos atos cometidos pelos agentes de Estado envolvidos na prática sistemática de tortura e desaparecimento forçado como meios de investigação e repressão.

Nessa linha de entendimento, Abrão e Torelly (2010) ainda trazem uma série de argumentos jurídicos e ressaltam a declaração de anistiado político prevista na Lei nº 10.559/2002 que prevê a concessão de anistia e reparação aos que *foram perseguidos* e não aos *perseguidores*, o que já excluiria os agentes perpetradores das violências e crimes da anistia de 1979. Quinalha (2013, p.192) corrobora essa distinção ao argumentar que “os integrantes das guerrilhas urbanas e rurais que combateram a ditadura brasileira já foram, em sua enorme maioria, presos, torturados e, às vezes, processados e punidos para além do legalmente permitido”.

Foi também no ano de 2008 que a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça instituiu as Caravanas da Anistia, que assim como a Audiência Pública, ajudou a fomentar o debate público, trazendo as histórias de violência e os crimes cometidos durante a ditadura por agentes do Estado. A Comissão buscava, dessa

forma, ampliar os caminhos para busca da verdade e da memória ao coletar depoimentos de ex-presos e perseguidos políticos, bem como de familiares de mortos ou desaparecidos em sessões itinerantes por diferentes localidades do país.

Ao escutar e documentar os testemunhos sobre os crimes cometidos, as Caravanas da Anistia abriram a possibilidade de reescrever histórias oficiais, dando visibilidade às narrativas silenciadas e resgatando a memória e a verdade com o compromisso de “transcender a dimensão da reparação econômica para oferecer e afirmar uma reparação simbólica e moral às vítimas da repressão de Estado” (Abrão et al., 2010, p.75), considerando que as “ações de reparação guardam enorme simbolismo” (Stampa e Rodrigues, 2014, p.249), como destacado no trecho a seguir:

“O testemunho compartilhado pelo perseguido político num espaço coletivo como das Caravanas propicia a reconstituição da história, o enfrentamento do passado e uma intensa valorização dos ideais e vivências. Aqueles que escutam são sensibilizados a compreendê-las sob o prisma dos atores sociais que, embora pretensamente invisibilizados pela “política da amnésia”, foram protagonistas da história” (Abrão et al., 2010, p.73).

Ainda em relação à dimensão do fornecimento da verdade e construção da memória, Abrão e Torelly (2010, p.46) argumentam que a Constituição garante o exercício legítimo do direito de resistência a uma ordem legal ilegítima e que “antes de serem vítimas da ditadura [os anistiados políticos] são, portanto, resistentes”. A anistia é um ato de reconhecimento dos erros cometidos em nome do Estado e “ato declaratório da legitimidade do direito de ter resistido ao regime ditatorial”. Com base nesse entendimento, a partir de 2007, a Comissão de Anistia passou a “pedir desculpas oficiais”, afastando-se da interpretação equivocada até aquele momento de que a anistia se fundamentava tão somente na reparação financeira, argumento utilizado por setores da sociedade que entendiam o pagamento como um “cala boca”, um silenciamento. A partir do pedido de desculpas, as questões econômicas passavam, então, a ser consideradas, como os trechos abaixo ressaltam:

“[...] a lei 10.559/2002 sustenta não o esquecimento imposto, mas a ideia de que a anistia é ato reconhecimento. A declaração de anistiado político é a materialização legal do reconhecimento de uma dimensão reparatória moral, que, inclusive, é condição de possibilidade para o estabelecimento do próprio direito à reparação econômica, quando cabível” (Abrão e Torelly, 2010, p.46. Grifos de minha autoria).

“[...] a reparação moral fundamenta-se exclusivamente no direito de resistência e na violação da dignidade humana ofendida pelo ultraje do arbítrio, que separaram o perseguido político daquilo que deveria ser um universo político partilhado, negando-lhe o direito a ter e repartir convicções e opiniões políticas no espaço

público. E é por isso que esta reparação é prévia, e não posterior, à reparação econômica” (Abrão e Torelly, 2010, p.49. Grifos de minha autoria).

2.3.4

O acesso aos arquivos da repressão: uma luta que não terminou

Ainda nessa mesma dimensão, nos anos 1990, iniciou-se uma forte mobilização social para abertura dos arquivos das polícias políticas. Ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar se mobilizaram em comissões e organizações civis junto ao Poder Público para que o passado fosse trazido à tona dentro do que se esperava da justiça de transição na busca pela verdade. A demanda pela abertura dos arquivos do regime militar assumiu grande centralidade, tornando-se um aspecto decisivo da justiça de transição brasileira (Fico, 2012), o que é razoável ao se considerar o arquivo como um “*locus* privilegiado de construção de memória” (Kushnir, 2009, p.18). Um dos casos retratado aqui no presente estudo foi a luta por acesso aos arquivos do DEOPS/SP, identificado durante o processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo, cujo acervo permaneceu nove anos sob a guarda do Departamento de Polícia Federal, sendo devolvido para a Secretaria de Cultura em janeiro de 1992 e disponibilizado ao público somente no final de 1994 (Quelha-de-Sá, 2018).

Rodrigues (2011) traça o percurso histórico da luta pelo acesso aos arquivos do período da ditadura civil-militar brasileira, contextualizando as diferentes legislações, a ênfase característica ao sigilo imposto e a postura reativa do governo brasileiro quando confrontado com a demanda de acesso por grupos da sociedade (Rodrigues, 2011). A autora ressalta a importância do acesso aos documentos de arquivos públicos por seu caráter probatório e testemunhal, como destacado abaixo:

“No caso de arquivos públicos, pelo fato de refletirem as ações do aparelho de Estado, o acesso a seus documentos é de fundamental importância, não apenas pelo seu aspecto probatório ou, nas palavras de Arlete Farge, pelo seu potencial poder de culpabilizar e responsabilizar, mas, igualmente, pelo seu caráter testemunhal” (Rodrigues, 2011, p.257).

Ao relacionar a dinâmica de poder com o sigilo determinado aos documentos da ditadura, definindo o privilégio de quem poderia ter acesso ou não aos mesmos, o Governo traça limites e define “o segredo como regra e não como exceção” (Rodrigues, 2011, p.267). Entendendo que: (i) o segredo impede o

compartilhamento de informações e que (ii) a memória é constituída de maneira dinâmica e disputada a partir da comunicação e a relação entre indivíduos dentro de um contexto social, não disponibilizar os documentos da época da ditadura poderia impactar significativamente a construção das memórias daquele período tanto para os indivíduos que o vivenciaram como também para as gerações futuras (Quelha-de-Sá, 2018).

Nessa mesma linha de raciocínio, Schmidt (2007, p.128) aponta o debate acerca da abertura dos arquivos de repressão como “elemento detonador” para a “batalha de memórias” vista em 2004, 40 anos após o golpe de 1964, evidenciando a importância do acesso aos arquivos na construção da memória coletiva nacional. Fico (2012) corrobora a relevância da abertura dos arquivos para compartilhamento das histórias de violência e reforço do impacto que a ditadura teve em milhares de vidas – invisível para uma parcela da sociedade até os dias atuais -, como destacado abaixo:

“A abertura dos arquivos pode permitir a superação de alguns equívocos, como o mito de que a ditadura brasileira não foi violenta. Milhares de pessoas foram prejudicadas – além daquelas que foram obviamente atingidas pela tortura, pela violência explícita. Crianças foram separadas de seus pais. Jovens foram impedidos de estudar. Profissionais qualificados tiveram suas carreiras destruídas. Esposas, maridos, filhos, pais e avós foram massacrados psicologicamente pela crueldade do ‘desaparecimento’” (Fico, 2012, p.58).

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, assegurava “o direito de acesso pleno aos documentos públicos” e regulamentava o direito de acesso às informações previsto pelo artigo 5º da Constituição brasileira de 1988. Em 24 de janeiro de 1997 foi aprovado o Decreto nº 2.134 que regulamentava essa lei e possuía dispositivos que permitiam acesso à documentação, pois afirmava que os arquivos podiam “autorizar o acesso a documentos públicos de natureza sigilosa a pessoas devidamente credenciadas, mediante apresentação, por escrito, dos objetivos da pesquisa” (Fico, 2012, p.54-55). Fico (2012) ressalta ainda que o Decreto nº 2.134 foi fruto do trabalho de arquivistas e outros profissionais e aponta que o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) teve papel fundamental nesse processo.

Estas legislações foram mapeadas e organizadas por Rodrigues (2011, p.280) e estão indicadas nos dois Quadros abaixo. Segundo a autora, as legislações promulgadas pelos Governos Fernando Henrique Cardoso (período: 1995 – 2002) e Lula (período: 2003 a 2009) reforçam que “a tradição brasileira em relação ao

acesso aos arquivos, assenta-se, preferencialmente, na ‘salvaguarda’ das informações, o que se traduz, na verdade, pela ênfase no sigilo”.

Presidente da República	Legislação	Particularidades
Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	Decreto n. 2.134, de 24 de janeiro de 1997	Ênfase no sigilo. Introduz as <i>Comissões Permanentes de Acesso. Restrições ao pesquisador</i>
	Decreto n. 2.182, de 20 de março de 1997	Normatiza transferência e tratamento dos acervos. Estabelece prazo para a criação das <i>Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos</i>
	Lei n. 9.507, de 12 de novembro de 1997	Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i>
	Decreto n. 2.910, de 29 de dezembro de 1998	Ênfase no sigilo. Mantém as <i>Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos</i>
	Decreto n. 3.505, de 13 de junho de 2000	Institui a política de segurança da informação (dados informatizados)
	Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002	Institui as <i>Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos</i>
	Decreto n. 4.497, de 4 de dezembro de 2002	Ênfase no sigilo
	Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002	Ênfase no sigilo. Institui as <i>Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos Sigilosos</i> nos órgãos públicos. Sigilo eterno

Quadro 1 : Legislação relacionada aos arquivos (1997 – 2002)
(Rodrigues, 2011, p.272)

Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)	Decreto n. 4.850, de 2 de outubro de 2003	Institui comissão interministerial com a finalidade de obter informações e a localização dos mortos na Guerrilha do Araguaia
	Decreto n. 5.301, de 9 de dezembro de 2004	Regulamenta o acesso aos documentos públicos, ressalvadas os de sigilo para segurança da sociedade e do Estado. Institui a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas na Casa Civil da Presidência da República
	Medida Provisória n. 228, de 9 de dezembro de 2004	Retoma os prazos de acesso da Lei de Arquivos n. 8.159, de janeiro de 1991. Reforça o papel da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas
	Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005	Define a composição da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas e a sua metodologia de trabalho
	Decreto n. 5.584, de 18 de novembro de 2005	Recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)
	PL n. 5.228, de 13 de maio de 2009.	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências

Quadro 2 : Legislação relacionada aos arquivos (2003 – 2009)
(Rodrigues, 2011, p.277)

No final de seu segundo mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso, por pressão dos militares, prorrogou os prazos de sigilo para os documentos, por meio do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que passaria a vigorar 45 dias após sua publicação, já no governo de Lula, “como o coroamento de uma série de pressões militares para dificultar o acesso público a documentos sigilosos” (Kushnir, 2009, p.8). O novo decreto não foi discutido com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e mudou os prazos de classificação dos documentos, tornando-os mais rigorosos, ou seja, de mais difícil acesso (Fico, 2002).

De acordo com o decreto, ficou estipulado o prazo de 10 anos para documentos reservados (antes eram 5 anos), 20 anos para confidenciais (antes eram 10), 30 anos para secretos (antes eram 20) e 50 anos para os ultrassecretos (antes eram 30), sendo que esses últimos poderiam ser renovados por tempo indefinido, o que, na prática, configura, um sigilo eterno (Schmidt, 2007, p.139). Kushnir (2009, p.10) segue a mesma linha de argumentação ao afirmar que a “manutenção do sigilo instituiu, dessa forma, sua tutela exclusiva aos representantes do poder”, ou seja, “o segredo foi convertido em direito do Estado, contrapondo-se ostensivamente ao direito do cidadão às informações”. Fico (2012, p.55) aponta também que as regras para desclassificação se tornaram confusas, além disso, as comissões de acesso foram eliminadas e o Executivo passou a ser o único poder competente para a atribuição de sigilo (com um número maior de autoridades com tal poder).

A expectativa de revogação do decreto com os novos prazos de sigilo foi frustrada na posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu um tom conciliador e não mudou os prazos de sigilo, posicionamento contrário ao que havia afirmado em 1999: “Só tendo um conhecimento profundo sobre tudo o que se passou nos porões da repressão naqueles anos, o Brasil conseguirá se proteger de verdade contra a repetição de um período tão tenebroso de nossa história” (Schmidt, 2007, p.140 *apud* Biz, 2004, p.147). No entanto, ao final de 2004, o governo Lula concordou com a revogação do Decreto nº 4.553 e foi criada a “Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas”, posteriormente transformada na Lei 11.111 em maio de 2005. Cabe ressaltar que por mais que ao final de 2004 tenha sido editado um decreto que reduziria o prazo de abertura de documentos oficiais classificados como sigilosos, na prática isso não ocorreu, pois uma medida provisória permitia que em “casos imprescindíveis ‘à segurança da sociedade e do Estado’” os documentos poderiam permanecer sob sigilo (Schmidt, 2007, p.148).

Ao final de 2005, todo material produzido pelos extintos serviços de informação durante o período 1964-1990 foi transferido para o Arquivo Nacional.

A tradição brasileira caracterizada pela ênfase ao sigilo e uma “cultura censora e repressiva” (Kushnir, 2009, p.11) reforçam a centralidade e a relevância das mobilizações sociais iniciadas nos anos 1990 para acesso aos documentos produzidos pelo aparelho repressivo durante a ditadura. A luta pelo direito de saber a verdade sobre as circunstâncias dos crimes cometidos naquela época, que é um dos pilares da justiça de transição, parte do acesso aos documentos, daí a importância da lei nº 12.527/2011 denominada Lei de Acesso à Informação (LAI). Segundo Stampa e Rodrigues (2014, p.250), “o Brasil é detentor do maior conjunto documental de origem pública sobre a repressão política na região sul-americana, estimado em mais de 30 milhões de páginas de documentos textuais” sob custódia do Arquivo Nacional e arquivos estaduais.

A intensa mobilização social pela abertura dos arquivos por ex-presos políticos e familiares desde os anos 1990 também pode ser explicada pela insatisfação de parte da sociedade brasileira, cidadãos anistiados ou não, com o caráter parcial e restrito da Lei de Anistia de 1979. De acordo com Resende (2012, p.1) “num primeiro momento, a importância desse arquivo estava diretamente vinculada a uma pressão, por parte dos movimentos de direitos humanos, pela responsabilização do Estado pelos crimes ocorridos durante o regime civil-militar iniciado em 1964”.

2.3.5

A Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Com o intuito de buscar a verdade, a proposta de criação de uma Comissão da Verdade foi incluída no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III) em 2009 como Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade, não sem “severas críticas e desavenças políticas” (Pinto, 2010, p.128). De acordo com o documento do PNDH-III, a razão de ser da constituição de uma Comissão da Verdade pode ser entendida nos trechos abaixo:

“A investigação do passado é fundamental para a construção da cidadania. [...] O Brasil ainda processa com dificuldade o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964. A impossibilidade de acesso a informações oficiais impede que familiares de

mortos e desaparecidos possam conhecer os fatos relacionados aos crimes praticados e não permitem à sociedade elaborar seus próprios conceitos sobre aquele período” (Brasil - PNDH-III, 2009, p.170).

“A história que não é transmitida de geração a geração, torna-se esquecida e silenciada. O silêncio e o esquecimento das barbáries geram graves lacunas na experiência coletiva de construção da identidade nacional. Resgatando a memória e a verdade, o país adquire uma consciência superior sobre sua própria identidade, a democracia se fortalece” (Brasil - PNDH-III, 2009, p.170).

O Eixo Orientador VI do PNDH-III defende o direito à memória e à verdade e as reconhece como “Direito Humano da cidadania e dever do Estado”, buscando a preservação da memória e a modernização da legislação nas diretrizes 23, 24 e 25¹⁵. Não obstante a importância de todas elas, me detenho na diretriz 24, cujo objetivo era “incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários” (Brasil – PNDH-III, 2009, p.173-175) e se propunha à criação de lugares de memória de resistência combinados com ações educativas, como detalhado abaixo:

“24 c - Identificar e sinalizar locais públicos que serviram à *repressão ditatorial*, bem como locais onde foram ocultados corpos e restos mortais de perseguidos políticos”.

“24 f - Desenvolver programas e ações educativas, inclusive a produção de material didático-pedagógico para ser utilizado pelos sistemas de educação básica e superior sobre o *regime de 1964-1985* e sobre a *resistência popular à repressão*” (Brasil – PNDH-III, 2009, p.176. Grifos de minha autoria).

Cabe ressaltar que a disputa entre os diversos setores da nossa sociedade já era observada na redação dos itens do PNDH-III, como destacado por Quinalha (2013) nos trechos a seguir, que aponta as supressões feitas no texto original (acima) aprovadas no decreto nº. 7.177 de 12 de maio de 2010 editado pelo Presidente Lula para reduzir as tensões entre o Governo e os setores militares provocadas pelo documento.

“24 - c - Identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de Direitos Humanos, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade, bem como promover, com base no acesso às informações, os meios e recursos necessários para a localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos”.

¹⁵ Diretriz 23: Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado. Diretriz 24: Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade. Diretriz 25: Modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia.

“24 - f - Desenvolver programas e ações educativas, inclusive a produção de material didático-pedagógico para ser utilizado pelos sistemas de educação básica e superior sobre graves violações de Direitos Humanos ocorridas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988” (Quinalha, 2013, p.195).

Segundo Quinalha (2013, p.194), as alterações resultantes foram “sintomáticas para se compreender o mandato e o contexto da Comissão Nacional da Verdade”. Em 18 de novembro de 2011, foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade, “com finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988 a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Delgado e Ferreira, 2013, p.19-20). Ao examinar o contexto mundial, diversas comissões de verdade têm sido estabelecidas desde 1974, com diferentes nomes e aspectos, mas todas com o mesmo propósito: “não permitir que a amnésia política e social afete o futuro da democratização”.

Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela lei nº 12.528 de 2011, procuraram responder às reivindicações de ex-presos e perseguidos políticos que se arriscaram denunciando as torturas sofridas. Além disso, os esforços de todos os envolvidos nas Comissões da Verdade alinharam-se aos esforços dos familiares na busca incansável por informações que esclarecessem as circunstâncias da morte e do desaparecimento de seus entes queridos. Como destacado por Stampa e Rodrigues (2014), trata-se do direito, reconhecido pela ONU, à verdade (*right to truth*) e de busca pela verdade (*right to seek the truth*), como destacado nos trechos abaixo:

“O direito à verdade é reconhecido como o *direito inalienável* de conhecer as circunstâncias e as razões que levaram, mediante violações maciças e sistemáticas, à perpetração de crimes, sendo o exercício pleno e efetivo de tal direito uma salvaguarda fundamental contra a repetição de tais violações” (Brasil, 2014, p.35. Grifos de minha autoria).

“[...] o direito de saber a “*íntegra e completa verdade*” sobre as causas que levaram à vitimização, *as causas e condições para as graves violações de direitos humanos* e de direito humanitário, o progresso e os resultados de investigações, as circunstâncias e razões para o cometimento de crimes internacionais, as circunstâncias em que as violações ocorreram e, finalmente, *a identidade dos perpetradores*” (Brasil, 2014, p.35. Grifos de minha autoria).

Abrão (2011, p.130) ressalta que os dois grandes desafios da justiça de transição brasileira são a busca pela verdade e pela justiça e afirma que “do ponto de vista ético, a revelação do passado e o processamento dos crimes mostram uma

sinalização ao futuro de não repetição do ocorrido”. De acordo com o relatório da CNV, “o reconhecimento da memória e da verdade como direito fundamental do ser humano é dever do Estado, estabelecido internacionalmente pela ONU e pela Organização dos Estados Americanos (OEA)” (Brasil, 2014, p.34). A verdade que se busca pretende tornar público as circunstâncias e razões que levaram os agentes do Estado a cometer crimes e violações contra os direitos humanos dos opositores do Governo. Ainda na busca pela verdade, em relação aos desaparecidos políticos, o relatório da CNV defende “o direito dos familiares de desaparecidos em conhecer a sorte e o paradeiro de seus entes, bem como a obrigação do Estado de efetuar as buscas correspondentes” (Brasil, 2014, p.34). Infelizmente, o efeito pedagógico que seria alcançado por meio do julgamento dos agentes de Estado que cometeram crimes e a condenação pública das práticas de tortura não ocorreu, o que traz consequências até os dias atuais com a falta de responsabilização e impunidade.

Nesse sentido, a comissão direciona seus esforços para os relatos das vítimas e de seus familiares, que ao compartilhar suas vivências podem se beneficiar de um “alívio dos traumas” através de um “efeito catártico e expurgatório” não só para o indivíduo que compartilha suas memórias, mas para a sociedade como um todo.

Ao final do prazo para conclusão dos trabalhos, a CNV apresentou um relatório de mais de 3 mil páginas em dezembro de 2014, distribuídos em 3 volumes, contendo os fatos examinados, conclusões e recomendações¹⁶. A Comissão Nacional da Verdade pôde comprovar que houve de forma “perfeitamente configurada a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e de tortura, assim como o cometimento de execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado brasileiro” (Brasil, 2014, p.962). Resultado de “suas próprias investigações e da compilação de pesquisas anteriores de acadêmicos, jornalistas e ativistas de direitos humanos” (Motta, 2021, p. 301), o relatório da CNV teve condições de confirmar “434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime militar [...], sendo 191 os mortos, 210 os desaparecidos e 33 os desaparecidos cujos corpos tiveram seu paradeiro posteriormente localizado, um

¹⁶ Costa e Silva (2017) no trabalho “Novas Fontes, Novas Versões: Contribuições do Acervo da Comissão Nacional da Verdade” investigaram com profundidade os 3 volumes de relatórios produzidos pela CNV e ainda contextualizaram a produção de material por outros organismos, como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que começaram a atuar em diferentes frentes de justiça de transição antes da instauração da CNV em 2012.

deles no curso do trabalho da CNV”. O relatório deixa claro que o número trata apenas dos casos em que a comprovação foi possível “apesar dos obstáculos encontrados na investigação, em especial a falta de acesso à documentação produzida pelas Forças Armadas, oficialmente dada como destruída” e que esses números “certamente não correspondem ao total de mortos e desaparecidos” (Brasil, 2014, p.963).

Motta (2021, p.302) reforça que o objetivo da comissão era esclarecer “as práticas violentas [...], identificar os locais e as instituições responsáveis” e não a busca pela reparação ou produção de indícios para futuro uso judicial. O autor atribui ao “caráter conciliatório da transição e a força dos militares nos bastidores” esse perfil da CNV que determinou que seus trabalhos não poderiam “gerar efeitos penais ou contrariar a lei de anistia de 1979”. A comissão atua, dessa forma, como um “instrumento poderoso de expurgo social” (Pinto, 2010, p.130-131), como destacado no trecho abaixo acerca dos princípios necessários para que seja alcançado o direito à verdade:

“Tais princípios podem ser sumarizados como o inalienável direito que toda a sociedade tem de saber a verdade; o dever de lembrar visando a não repetição; o direito das vítimas de saber a verdade; a tomada de ações efetivas visando promover a verdade, o que compreende o estabelecimento de comissões da verdade e, também, a proteção dos registros sobre as violações dos direitos humanos” (Stampa e Rodrigues, 2014, p.252).

No entanto, cabe ressaltar, como destacado por Quinalha (2013), que a Corte Interamericana dos Direitos Humanos considera a criação de uma comissão da verdade como um importante instrumento da justiça de transição, mas não substitui a obrigação do Estado em estabelecer a verdade e promover justiça penal. As comissões da verdade podem recomendar julgamentos, dependendo dos poderes a elas atribuídos por mandato ou lei, e encaminhar os casos a tribunais formais, pois não são órgãos jurisdicionais. Sua atuação é temporária, por um período pré-determinado e ao final, um relatório deve ser elaborado¹⁷. O método de trabalho das comissões é apresentado por Pinto (2010) de forma resumida no trecho abaixo:

¹⁷ Os três volumes do relatório da Comissão Nacional da Verdade continuam sendo combatidos e alvos de múltiplas tentativas de invisibilização, como a retirada de nomes de agentes do Estado que apareceram em testemunhos e documentos em práticas de tortura e violação dos direitos humanos. Um exemplo foi citado na matéria de 08 de fevereiro de 2022 intitulada “Juiz manda ocultar nome de ex-coronel da PM de documento da Comissão da Verdade”. (Disponível em:

“Por meio de depoimentos de testemunhas, declarações de perpetradores, investigações e pesquisas em documentos públicos e privados, as comissões de verdade buscam estabelecer um amplo cenário dos acontecimentos ocorridos durante o período de repressão política ou guerra civil, esclarecendo eventos obscuros e permitindo que o amplo debate varra da sociedade o silêncio e a negação das dores do período da história a que diz respeito” (Pinto, 2010, p.130).

Cabe ressaltar que as comissões da verdade buscam compreender o passado dentro de um contexto mais amplo e não se prende a um evento específico. A reprovação moral dos crimes cometidos durante a ditadura deve ser largamente divulgada e de forma oficial, de modo que a formação da identidade da sociedade e a construção de sua memória nacional seja feita sob uma base comum que inclua esses episódios de violência para que os erros não sejam repetidos por gerações no futuro. Não obstante, em muitos países da América Central e do Sul, incluindo o Brasil, há uma “tradição de impunidade e esquecimento”, onde os agentes de Estado que cometeram inúmeros crimes não foram punidos (Pinto, 2010, p.133).

Há uma narrativa em alguns setores mais conservadores da sociedade brasileira e das Forças Armadas, e que pode ser explicada em parte pela pouca cultura de Direitos Humanos que temos, que defende uma perigosa tolerância às violações cometidas durante a ditadura, como se estas fossem justificadas ao se alegar que “atos terroristas e crimes” também foram cometidos pelos grupos contrários ao regime. A “teoria dos dois demônios”, que equipara os agentes de Estado e os resistentes para investigação, é tão presente que até na escolha dos membros da Comissão da Verdade houve quem defendesse a presença de militares “desde que não torturadores” na comissão (Quinalha, 2013, p.199). A tese do “perdão recíproco” mantém sua força até os dias atuais e se baseou no tratamento assimétrico de uma “situação problemática”, segundo Motta (2021, p.283), considerando que os agentes de Estado, como defensores da lei, não podem ter permissão para cometer crimes (por óbvio). O autor acrescenta que “a grande maioria dos ‘subversivos’ tinha sido punida, direta ou indiretamente, o que não era o caso dos agentes públicos”.

É comum escutar em nossa sociedade que “Direitos Humanos só servem para defender bandido” e a tortura segue sendo uma prática presente em delegacias e presídios no país (Pinto, 2010). Fico (2012) aborda a questão da falsa “equivalência” dos dois lados, narrativa presente em outros países como Espanha e Argentina, onde se compara equivocadamente a violência da esquerda com a violência da repressão e explica por que esse argumento é falso no trecho abaixo:

“[...] a violência da repressão comparar-se-ia à violência da esquerda. Por que esse argumento, aparentemente sóbrio, é falso? Há uma resposta formal: as comissões da verdade são criadas para apurar crimes cometidos pelo Estado, não por pessoas. Mais importante, entretanto, é o seguinte: o Estado brasileiro, *mesmo durante o regime autoritário, poderia ter combatido a luta armada sem apelar para a tortura e o extermínio. Além disso, muitos ex-integrantes da luta armada – ao menos os que sobreviveram – já foram julgados e punidos*” (Fico, 2012, p.49. Grifos de minha autoria).

Em 2013, portanto, durante os trabalhos da CNV, Quinalha (2013, p.201) argumentava que “uma das maiores tarefas da Comissão Nacional da Verdade será romper com a tentação da ‘teoria dos dois demônios’ e suas variações, assumindo claramente se papel de dar voz às vítimas”. Além disso, o autor reforça a importância da CNV como agente catalisador para iniciativas locais e a necessidade de capilarizar as pautas defendidas como forma de fortalecer e legitimar o movimento pela verdade, memória e justiça, considerando o pouco tempo que a comissão teria para realizar o trabalho.

2.3.6 Considerações finais da seção

A busca pela verdade e pela construção da memória perpassava a coleta de testemunhos, a busca e acesso aos documentos e procura pelos restos mortais de desaparecidos políticos e combatia a “amnésia social” da anistia de 1979. Ao continuar negando o reconhecimento da luta do perseguido político como legítima em um Estado Democrático de Direito, prolonga-se o tempo da ofensa moral não só a esse indivíduo, mas a toda sociedade. Trata-se de uma “dupla derrota simbólica para a cidadania” ao não reconhecer o direito do indivíduo de resistir em uma democracia por suas opiniões políticas divergentes e uma derrota coletiva, pois “desacredita toda a luta democrática de uma geração por um dado sentido de anistia” (Abrão e Torelly, 2010, p.51), como ressaltado abaixo:

“Se do ponto de vista individual o processo de reparação representa o resgate da dignidade humana maculada durante os períodos de exceção, do ponto de vista coletivo ele representa um acerto de contas da nação com seus cidadãos. Assim sendo, o processo de reparação torna-se um momento ímpar na construção da história e da identidade nacional” (Abrão, 2009, p.18).

Dessa forma, pode-se afirmar que o fornecimento da verdade e a construção da memória sob uma base comum, incluindo o que foi silenciado durante e pós regimes ditatoriais são fundamentais para o processo de redemocratização. Resgatar e investigar tanto os documentos quanto os testemunhos permitiam, portanto, revisar, reparar e corrigir versões oficiais hegemônicas e dominantes (Abrão e Torelly, 2010; Abrão, 2011; Costa e Silva, 2017). Além disso, cabe ressaltar que essa falta de entendimento do sentido real da anistia e da falsa simetria de perdão concedido aos torturadores e torturados criou uma cultura de impunidade, cujas consequências são observadas em nossa sociedade até os dias atuais. As práticas de tortura não foram punidas, rechaçadas ou recriminadas e há uma confusão nos setores mais reacionários da sociedade brasileira entre “resistência” e “terrorismo”, o que pune, mais uma vez, as vítimas da ditadura, como destacado no trecho abaixo:

“A anistia como esquecimento resta afirmada [...] por aqueles setores mais reacionários da sociedade politizada, que simplesmente não aceitam a anistia enquanto conquista democrática e ideologicamente não admitem o dever de reparação aos perseguidos políticos ou o consideram indevido, por ainda dialogarem com uma ideia pouco democrática de espaço público que confunde “resistência” com “terrorismo”” (Abrão e Torelly, 2010, p.34).

Schmidt (2007, p.142) argumenta que a batalha da memória de 2004, no aniversário do golpe de 1964, foi marcada pelo tom conciliatório tanto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto dos militares, que “apostaram no esquecimento como forma de conciliação nacional”. No entanto, o que se observa até os dias de hoje é um embate entre parte da sociedade que busca fixar e isolar o período da ditadura no passado como uma “página virada” e outra parte que defende a continuidade entre passado e presente e a necessidade de buscar a verdade e o julgamento dos agentes de Estado que cometeram crimes, como tortura e estupro, entre outros, no período.

Há uma narrativa defendida pelas Forças Armadas de que a violência da repressão seria comparável à violência da esquerda, como na nota publicada pelo Exército em 2004 por ocasião da divulgação das fotos da morte do jornalista Vladimir Herzog: “as medidas tomadas pelas Forças Legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela

ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas” (Schmidt, 2007, p.144-145). Qualquer tentativa de resgate da verdade por ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos é entendida pelos militares e alguns setores da sociedade civil como maneiras de revanchismo de um assunto já resolvido com a Lei da Anistia de 1979.

Por fim, é o “dever de memória” que nos impulsiona a buscar a justiça e a verdade para vítimas que não tiveram chance de compartilhar seus relatos e narrativas sobre as violações aos direitos humanos a que foram submetidas. Sendo assim, “rememorar as atrocidades cometidas pela ditadura significa dar voz àqueles que não puderam contar” (Schmidt, 2007, p.136). Ou seja, o dever de memória não se desvincula de um dever de justiça (Meyer, 2013). Entendendo que “tanto a memória quanto o esquecimento podem ser instrumentos de dominação” (Pinto, 2010, p.133), precisamos, enquanto sociedade, compartilhar as memórias daqueles que foram silenciados diversas vezes desde o fim da ditadura civil-militar brasileira, começando pela Lei de Anistia e seguindo até os dias atuais com as constantes falsas simetrias defendidas por setores reacionários de nossa sociedade entre torturadores e torturados.

Ao construir um lugar de memória de resistência e fomentar os fluxos de comunicação com a comunidade e visitantes, são estabelecidas relações entre os sobreviventes, o local, a vizinhança e a sociedade, resgatando e compartilhando as memórias subterrâneas que circulam e materializam as condições do passado, tornando-as visíveis e presentes para as pessoas que não as vivenciaram, enquanto fonte de aprendizagem e de diálogo para as gerações futuras.

2.4 ANTi-History

2.4.1 Origem e relação com a Virada Histórica

Criada por Gabrielle Durepos e Albert J. Mills em 2009, a ANTi-History foi desenvolvida como uma resposta ao apelo que vinha sendo feito desde meados dos anos 1990 feito por uma maior conscientização histórica nas pesquisas de Estudos Organizacionais (Üsdiken e Kieser, 2004; Kieser, 1994; Zald, 1994, 1993). Como

já debatido em seções anteriores, o objetivo da Virada Histórica era propor alternativas ao modo de pesquisa hegemônico e *mainstream* marcado pelo universalismo e presentismo, que estudava os fenômenos nas organizações de forma descontextualizada ao não considerar os precedentes históricos, baseando-se na aplicação de *frameworks* e esquemas analíticos generalistas (Barros e Carrieri, 2015; Booth e Rowlinson, 2006; Clark e Rowlinson, 2004).

Desde então, o fazer pesquisa histórica fundamenta-se no fazer uma pesquisa *posicionada, localizada* e dissonante da hegemonia positivista herdada das Ciências Naturais através de um olhar crítico e emancipatório. Posicionada em termos de tempo e espaço, ao considerar o contexto social e a trajetória constitutiva das organizações até o momento da investigação, mas também em termos do pesquisador, incluindo sua experiência, vivências e decisões como parte integrante e indissociável do conhecimento *subjetivo* construído. Dessa forma, o potencial de compreensão ontológico, epistemológico e metodológico acerca dos fenômenos, objetos e abordagens de análise pôde ser ampliado e aprofundado ao tornar a pesquisa mais crítica, ética e reflexiva, conforme a agenda de pesquisa proposta por Booth e Rowlinson em 2006 (ainda que haja críticas sobre o quão crítica se conseguiu fazer a pesquisa histórica até agora).

Durepos e Mills buscaram atender o segundo ponto da agenda ao elaborar a ANT*i*-History como um método histórico com um estilo de escrita alternativo para o estudo das organizações de forma historicizada (“*Historical Methods and Styles of Writing – alternative methods and diverse styles of writing appropriate for studying organizations historically*”), ao responder ao chamado para uma “reflexão metodológica e experimentação na escrita histórica” (Booth e Rowlinson, 2006, p.8).

Nesse sentido, ANT*i*-History é “tanto uma resposta quanto uma problematização” ao apelo feito na Virada Histórica por uma pesquisa mais historicizada em Estudo Organizacionais (Durepos e Mills, 2017, p.53), caracterizando-se por seus aspectos “antirreducionistas” e “não-dualistas” (Durepos e Mills, 2012, p.120). Ao caracterizar a ANT*i*-History como uma abordagem *relacional*, os autores reforçam o *posicionamento* como premissa “em contraste com as histórias universais que são assumidas transcendentais e relevantes para todas as pessoas em todos os tempos”. Ou seja, considera-se que as histórias relacionais “tornam transparentes os laços com as comunidades das quais elas se

originaram" e geram "um forte envolvimento político com o mundo real" (Durepos e Mills, 2017, p.59). A construção da história é realizada privilegiando os traços empíricos, as evidências no campo, ao invés das premissas de modelos pré-existentes e a ênfase é deslocada para o "seguir os atores e compreender como o *sociopast* é performed para constituir uma rede" (mais especificamente, um ator-rede extremamente alinhado ou um black-box) (Durepos e Mills, 2012, p.2).

Epistemologicamente, para a ANTi-History o conhecimento é sempre construído "em algum lugar" e é performed em determinadas localizações. Em outras palavras, o conhecimento não é dado e não é universal, mas sim construído por meio de relações locais, cujas redes podem ser ampliadas, como veremos adiante, por meio de novas conexões até ser entendido de forma simplificada como algo "global" (no sentido de ser hegemônico, mas nunca apartado e desconectado de suas localidades).

Adotar a ANTi-History permite que o pesquisador investigue de forma profunda e crítica a construção do conhecimento sobre um fenômeno do passado, questionando as próprias bases sobre as quais tal conhecimento foi gerado e os grupos favorecidos (como também os silenciados) por interpretações diversas sobre os eventos. Durepos e Mills (2012) no trecho destacado abaixo deixam evidente a relevância das respostas e alternativas propostas ao chamado da Virada Histórica para pesquisas mais ricas, críticas e profundas em Estudos Organizacionais:

"Finally, we contend that answering the call for the historic turn is not only important but necessary. Possibly the most prevalent reason is that the lack of contextualized and historicized analysis that currently dominates organizational studies leads to portrayals of organizations and research that is falsely necessary (Unger, 1986), natural and essential" (Durepos e Mills, 2012, p.8).

2.4.2 Aportes

ANTi-History é uma abordagem crítica, amoderna e relacional de se fazer história, o que pode ser melhor entendida quando se estuda as bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas adotadas pelos autores em sua elaboração. A abordagem, baseia-se e estende-se para além das três literaturas adotadas como aportes teóricos, a saber: (i) Teoria Ator-Rede (TAR ou *Actor-Network Theory*, sigla ANT em inglês), (ii) Sociologia do Conhecimento (SoK) e (iii) Historiografia pós-estruturalista, como indicado na Figura 1 abaixo.

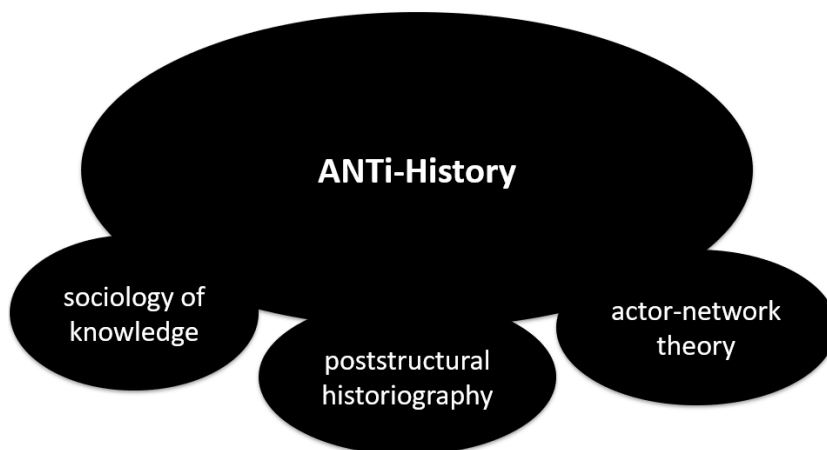


Figura 1 - Aportes teóricos da ANTti-History
 Fonte: <http://www.gabrielledurepos.com>

Segundo a perspectiva da ANTti-History, uma narrativa histórica emerge de interações de atores do social, de natureza heterogênea, como resultado de suas relações dinâmicas constitutivas em momentos anteriores ao tempo presente (Durepos e Mills, 2011, 2012, 2017). A partir da historiografia pós-estruturalista, há o rompimento com o conceito do passado estático e imutável, aquele que aguarda o “descobrimento” pelo pesquisador, e ocorre o deslocamento do foco para as relações que construíram o fenômeno estudado em um passado fluido e mutável. Uma clara diferenciação entre passado e história é estabelecida – ponto que será coberto em detalhes mais adiante e o afastamento de uma ontologia realista – e seus desdobramentos, incluindo a geração do conhecimento que desconsidera o contexto em sua produção.

Em relação ao caráter amoderno, a ANTti-History acompanha o argumento de Latour (2005, 2013 [2016]) e se posiciona em um estado anterior à categorização imposta pelo pensamento moderno, enfatizando o aspecto relacional e dinâmico do social ampliado sem reinados separados entre natureza e cultura. Ao romper com a separação estabelecida pela modernidade – separação esta que não se observa nos fenômenos sociais - as interações entre elementos humanos e não-humanos passam a ser consideradas, ampliando o quadro analítico e combatendo a visão simplificada do social a conexões somente entre humanos, como destacado no trecho a seguir:

“This categorization scheme is limiting in that in our daily interactions in society – for example, in organizations, institutions, government, and politics – we interact with both human actors and nonhuman actors [...] A view of the social world based on the isolation of one type of actor, whether human or nonhuman, will miss the

effect that human and nonhuman interactions likely have on one another” (Durepos e Mills, 2012, p.121).

Seguindo os fundamentos da ANT, o conceito do social na abordagem ANTi-History é ampliado para além dos humanos, ao negar que “as pessoas sejam necessariamente especiais” (Law, 1992, p.3) no estudo dos fenômenos sociais e trazer atores não-humanos para o mesmo patamar que os humanos de forma equivalente e simétrica. No entanto, em contraste à ANT, a missão da ANTi-History é compreender a constituição presente a partir de uma condição passada e não fenômenos no tempo presente (Myrick, Mills e Mills, 2013; Durepos e Mills, 2012, 2011).

Para a ANTi-History, a história – enquanto conhecimento sobre o passado - não é a representação estática do passado “real” como os positivistas apresentavam (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019). Aqui se observa novamente o distanciamento ao pensamento moderno, cuja epistemologia alinha-se em uma ontologia realista ao assumir o pesquisador como alguém que “representa de forma acurada a realidade de uma forma objetiva e racional” (Durepos e Mills, 2012, p.43). Ao propor o conhecimento *objetivo* a partir de uma realidade fixa e inerte à apreciação mental que o pesquisador faz dela, a geração de conhecimento no pensamento moderno nega a influência de elementos do contexto e o posicionamento ideológico, espacial e temporal do próprio pesquisador, enquanto indivíduo que produz tal conhecimento. Combinado a isso, o aporte da Sociologia do Conhecimento (*Sociology of Knowledge* – SoK) defende a interconexão entre o conhecimento e o contexto social, que é movido por interesses em uma base posicionada, ideológica e relacional, como destacado no trecho abaixo:

“On the basis of theorizing the relationship between knowledge and its social context, SoK scholars have suggested knowledge as activist (something we do), communal (arising in group of actors), ideological, situated, positioned, interest driven, and relational, as well as heterogeneous” (Durepos e Mills, 2012, p.43).

A ontologia construtivista defende um eterno devir, uma (re)configuração recorrente do social e, em se tratando de um fenômeno do passado como objeto de interesse do pesquisador histórico, o conhecimento que se constrói acerca do mesmo muda com dinâmica das relações constituídas. Não há uma história singular e única, mas narrativas históricas diferentes, sujeitas a mudanças em suas configurações por serem resultantes da ordenação *subjetiva* construída pelo pesquisador a partir dos vestígios deixados por atores.

Cabe ressaltar, mais uma vez, que não se trata de negar eventos ou fenômenos ocorridos no passado, mas sim refutar a ideia de que só há um entendimento, verdadeiro e legítimo que retrate o passado “tal qual ocorreu”, como algo consumado, estável e imutável dentro de uma concepção realista positivista (Quelha-de-Sá, 2018). Em outras palavras, o simples fato de já ter acontecido em algum momento antes do tempo presente não significa que a constituição do passado deva seguir uma única leitura com uma ordenação prescrita (Durepos e Mills, 2016; Myrick, Mills e Mills, 2013; Durepos, 2009). A ontologia da pesquisa histórica que se afasta do realismo não nega os eventos, mas defende a libertação da rigidez *mainstream* por meio de possibilidades de múltiplas narrativas verossímeis.

Trata-se, portanto, a narrativa histórica como uma construção social discursiva, uma “estratégia de explicação” historicamente contingente, que deixa explícita a influência do presente e das práticas sociais do momento em que se observa o passado – e do olhar do pesquisador – na construção da narrativa (Weatherbee et al., 2012). A construção do conhecimento sobre o passado é *subjetiva e posicionada*, emergindo com determinada configuração de acordo com a apreciação mental que o pesquisador faz a partir dos vestígios dos atores identificados no fenômeno. A história *mainstream* - realista e positivista - puramente baseada em evidências não mais se sustenta dentro dessa perspectiva (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019; Weatherbee et al., 2012).

Por fim, não há conhecimento sobre o passado “real” e singular, mas sim “representações narrativas” (Munslow, 2006, p.18), o que possibilita a revelação de leituras alternativas e a emergência de vozes escondidas, marginalizadas ou suprimidas (Mills, Durepos e Wiebe, 2010b). Com um argumento alinhado, Barros e Carrieri (2015) defendem o caráter crítico e emancipatório que a adoção de uma perspectiva histórica possibilita ao investigar e evidenciar os processos que culminaram na consolidação de uma narrativa ou uma história como versão dominante em detrimento de outras alternativas. Torna-se possível destacar as particularidades e singularidades das dinâmicas locais, combatendo o caráter universalista das lógicas hegemônicas (Quelha-de-Sá, 2018).

A próxima seção traz os principais conceitos e fundamentos da ANT de forma mais detalhada para auxiliar a compreensão da ANT-History e sua relevância como abordagem escolhida para análise dos fenômenos de constituição dos lugares de

memória que se quer investigar. Não é meu objetivo esgotar o assunto, tampouco estabelecer uma cronologia da ANT com o aprofundamento e desenvolvimento de certos conceitos, mas articular as premissas necessárias que possibilitem a compreensão dos fenômenos em estudo.

2.4.3

Teoria Ator-Rede (TAR) ou *Actor-Network Theory* (ANT)

Perfil amoderno e relacional

A Teoria Ator-Rede (TAR) ou Actor-Network Theory (ANT) tem como principais autores Bruno Latour, Michel Callon e John Law. Também conhecida como “*sociology of translation*” ou “sociologia da translação” (Callon, 1999; Czarniawska, 2009; Law, 1992) ou semiótica da materialidade (Latour, 1996; Law, 1997a), a ANT defende uma abordagem na qual humanos e não-humanos, fatores sociais, políticos, econômicos e técnicos sejam tratados no mesmo plano analítico (Quelha-de-Sá, 2018), conforme argumentam Hassard *et al.* (1999) abaixo:

“[...] Actor-Network Theory (ANT) gains much of its notoriety through advocating a socio-philosophical approach in which human and non-human, social and technical factors are brought together in the same analytical view. In seeking to make sense of complex social situations, ANT rejects any sundering of human and non-human, social and technical elements” (Hassard *et al.*, 1999, p.388).

Law (1997a) reforça o argumento ao defender que a ANT é uma “aplicação implacável” da semiótica, de onde pega emprestado a essencialidade das relações e a aplica a todos, independentemente de sua natureza. Dessa forma, não há características inerentes, mas sim características adquiridas por meio dessas relações. A partir da mudança no entendimento da ontologia do social (Law, 1992; 1997b; Latour, 2005) e de um alinhamento pós-humanista, a ANT vai muito além de uma crítica ao conceito de social formado exclusivamente por humanos e reconhecimento do papel de elementos não-humanos na construção da realidade e de seus laços sociais, como destacado por Latour (2005):

“ANT states that if we wish to be a bit more realistic about social ties than ‘reasonable’ sociologists, then we have to accept that the continuity of any course of action will rarely consist of human-to-human connections [...] or of object-object connections, but will probably zigzag from one to the other” (Latour, 2005, p.75).

Por essa lógica, ao expandir o social e defender a característica evanescente

das relações que o compõem, a ANT permite que seja feita uma análise conjunta de diferentes dimensões, integrando de modo dinâmico aspectos relacionais e estruturais (Amantino-de-Andrade, 2004) e propõe o estudo dos fenômenos por uma lente construtivista social ampliada cuja base está colocada na análise em campo das associações estabelecidas dinamicamente entre elementos heterogêneos – humanos e não-humanos - que constroem o social (Alcadipani e Hassard, 2010; Cavalcanti e Alcadipani, 2013b; Durepos e Mills, 2011; Latour, 1999; 2005; Law, 1997b).

Assim, humanos e não-humanos passam a ser reconhecidos como elementos das práticas dos fenômenos em estudo, tirando o protagonismo prévio dos humanos como foco de análise e única fonte de significado (Tureta e Alcadipani, 2009). As relações de heterogeneidade do contexto social (Alcadipani e Hassard, 2010; Alcadipani e Tureta, 2009a) saem de um plano secundário e admite-se o importante papel de mediação e de ação de não-humanos nos fenômenos organizacionais.

Devido ao seu caráter relacional pós-estruturalista, a ANT permite a investigação de fenômenos organizacionais sem uma definição prévia baseada em modelos genéricos “*one fits all*” (Tureta e Alcadipani, 2009, p.57) e confronta os modelos anteriores cujos estudos consideravam as organizações como entidades sólidas, delimitadas e fixas (Duarte e Alcadipani, 2016). Nesse sentido, as organizações passam a ser consideradas “verbos” que são configuradas continuamente em um processo fluido de criação, ordenação e estabilização de redes formadas por elementos de natureza heterogênea (Alcadipani e Hassard, 2010; Callon, 1999; Law, 1992; Latour, 2005). As organizações passam a ser reconhecidas, portanto, como “entidades contínuas e incompletas, precárias e parciais” (Alcadipani e Tureta, 2009a, p.409).

Dessa forma, uma das principais características da ANT é buscar meios para investigar os movimentos dos elementos constituintes e estratégias de ordenação que configuram diferentes entidades, ou seja, como as entidades emergem dessas associações, ou ainda, “*how entities are performed and kept stable*” (Hassard e Alcadipani, 2010, p.9). Ao analisar o fenômeno de forma processual, novas possibilidades de compreensão são investigadas, como argumentado no trecho a seguir:

“By shifting the focus from an analysis ordered around human and nonhuman categorization to one that looks *processually* at the interactions between nonhuman

and human actors, new insights are offered on the composition of society” (Durepos e Mills, 2011, p.709. Grifos dos autores).

Ao defender que a ordem é o efeito de uma estabilização parcial e temporária de elementos constituintes da rede resultante de um processo de ordenação (Amantino-de-Andrade, 2004; Law, 1999), a ANT direciona o foco para o entendimento das complexas e dinâmicas associações entre esses elementos, como ressalta Law (1992) no trecho abaixo:

“[...] any particular effort at ordering encounters its limits, and struggles to accept or overcome those limits. Another way of saying this is to note that the bits and pieces assembled pro tem into an order are constantly liable to break down, or make off on their own. Thus, *analysis of ordering struggle is central to actor-network theory*” (Law, 1992, p.5. Grifos de minha autoria).

A mudança como uma constante e a transitoriedade de configurações passam a ser reconhecidas como características inerentes das entidades, entre elas as organizações. E é exatamente por meio dessas relações que as entidades são construídas ou “performadas”, como destacada abaixo por Law (1997a):

“The second story has to do with **performativity**. For the semiotics tell us that entities achieve their form as a consequence of the relations in which they are located. But this means that it also tells us that they are **performed** in, by, and through those relations. A consequence is that everything is uncertain and reversible, at least in principle. It is never given in the order of things” (Law, 1997a, p.3. Grifos do autor).

Ao buscar a compreensão dos fenômenos longe das margens, dos polos e dicotomias, a ANT migra o foco da análise para as relações, para o espaço entre os elementos, de modo a identificar como um ator é modificado em virtude da interação com os demais (Durepos e Mills, 2011). O próprio termo ator-rede, um oxímoro intencional, carrega uma tensão entre o centralizado, perto, pontual e agente “ator” e a descentralizada, longe, difusa e estrutura “rede”, cuja diferença é reconhecida e configura-se ao mesmo tempo como uma forma de identidade através dessa conexão indispensável (Tonelli, 2016; Law, 1999). A realidade é, portanto, explicada concomitantemente pelo ator e pela rede em que se relaciona e não por um deles exclusivamente (Quelha-de-Sá, 2018).

De acordo com Peci e Alcadipani (2006, p.148), Latour contribuiu para o aprofundamento das críticas ao construtivismo social ao problematizar as dicotomias como sendo “algo da ordem natural das coisas”. Tais dicotomias são advindas da segregação das ciências sociais das ciências naturais, que criou as categorizações características do pensamento moderno e restringiu o “social” a um

espaço no qual a construção da realidade é feita unicamente por agentes humanos, ignorando o papel desempenhado pelos não-humanos.

Ao renunciar ao conceito de modernidade, a ANT se apresenta como uma teórico-metodologia amoderna, baseada na premissa de uma matriz antropológica que jamais deixou de existir e Latour (2013 [2016]) reforça esse princípio já de forma direta no título de “Jamais fomos modernos”, um de seus livros que adoto como literatura. De acordo com esse pensamento, o quadro de referência social volta a ser expandido e observado em toda sua complexidade, não mais “fatiado” em categorias e dicotomias prescritas pelo pensamento moderno. Nessa linha, adota-se o termo “coletivo”, que carrega essa amplitude e enfatiza as conexões entre o social e o natural em uma rede de relações observáveis nos fenômenos, entre elementos humanos e não-humanos ao se distanciar do “social” que poderia ser entendido de forma equivocada, como destacado no trecho abaixo de Latour (2013 [2016]):

“Nos encontramos agora frente a produções de naturezas-culturas que irei chamar de coletivos, para deixar claro que eles são diferentes tanto da sociedade dos sociólogos – os homens-entre-si – quanto da natureza dos epistemólogos – as coisas-entre-si” (Latour, 2013 [2016], p.105).

Latour (2013 [2016], p.95) critica o princípio de simetria proposto por Bloor – que será detalhado adiante – e alega que há uma assimetria intrínseca ao considerar a posição privilegiada da sociedade para tudo que é verdadeiro ou falso, “jogando todo o peso das explicações apenas sobre o polo da sociedade”. Para ele, em concordância com Bloor, tudo merece explicação, ou seja, deve ser dada igual importância ao explicar o que é falso e o que é verdadeiro, sem categorias ou interesses ou epistemes adicionais para justificar o falso. No entanto, ao indicar que as explicações ficavam a cargo da sociedade, que era vista através de uma lente realista, ao mesmo tempo em que entendia a natureza por meio de uma lente construtivista, era gerada uma assimetria, com a balança pendendo para o social (humanos). Ressalto que no presente trabalho, adoto o termo “social” como sinônimo de “coletivo”, ou seja, com o entendimento da ampliação das relações da rede para humanos e não-humanos dentro da lente construtivista social.

Ao criticar a epistemologia do pensamento moderno, Latour (2013 [2016]) cita Callon (1986) e defende que o antropólogo “deve estar situado no ponto médio, de onde pode acompanhar, ao mesmo tempo, a atribuição de propriedades não humanas e de propriedades humanas”. Em outras palavras, o pesquisador incorreria

em uma assimetria no exato momento em que se posicionasse em um dos polos para explicar os fenômenos estudados. Como o pensamento moderno é fundamentado em dicotomias, havia um “não-lugar impensável” na dimensão moderna, um espaço de mediação que é desconsiderado pelos modernos, mas que de acordo com a ANT, é o lugar dos quase-objetos, dos quase-sujeitos, onde se relacionam e constituem as redes que compõem o tecido social, como demonstrado na figura abaixo:

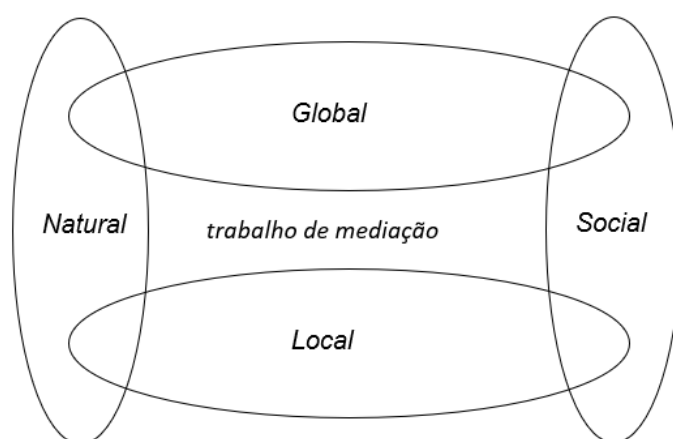


Figura 2 : Os quatro pares do social no pensamento moderno segundo Latour
Fonte: Latour (2013 [2016]), p.121.

Latour (2013 [2016], p.120-121) aponta o erro que o mundo moderno “inflige a si mesmo”, quando considera que “no meio [entre as duas duplas: natural e social e global e local], não há nada de pensável, nem coletivo, nem rede, nem mediação; todos os recursos conceituais encontram-se acumulados nos quatro extremos”. As dicotomias, os extremos são “instâncias purificadas que servem de garantias constitucionais para o conjunto”, mas é, de fato, no meio, onde “supostamente nada acontece” que tudo está presente e onde o trabalho de mediação ocorre.

As dicotomias, sobre as quais as Ciências Sociais se fundamentavam, segundo Latour (1999, p.17), geravam descontentamentos igualmente significativos ao se posicionarem em um dos pólos, fossem eles o micro/macro, agência/estrutura ou qualquer outro afastamento para as margens. Como as explicações geradas não eram satisfatórias, outras epistemes e saberes complementares eram buscados pelo pesquisador, que se movimentava de um polo para o outro sucessivamente em deslocamentos circulares “*ad infinitum*”. As divisões são “jogadas na fogueira” a partir do momento em que a realidade e a

construção do social são compreendidas a partir de uma perspectiva relacional baseada na semiótica de uma materialidade equivalente para humanos e não-humanos, longe de categorizações prévias, como destacado por Law (1997a):

“Actor network theory is a ruthless application of semiotics. It tells that entities take their form and acquire their attributes as a result of their relations with other entities. In this scheme of things entities have no inherent qualities: essentialist divisions are thrown on the bonfire of the dualisms. Truth and falsehood. Large and small. Agency and structure. Human and nonhuman. Before and after. Knowledge and power. Context and content. Materiality and sociality. Activity and passivity” (Law, 1997a, p.2).

O trabalho de mediação – afastado das margens, portanto-, observado pelos movimentos de múltiplos elementos realizados no espaço que liga o natural ao social e o global ao local elimina as dicotomias das teorias sociais modernas, como explicado no trecho abaixo:

“Instead of having to choose between the local and the global view, the notion of network allows us to think of a global entity -a highly connected one- which remains nevertheless continuously local... Instead of opposing the individual level to the mass, or the agency to the structure, we simply follow how a given element becomes strategic through the number of connections it commands and how does it lose its importance when losing its connections” (Latour, 1996, p.6).

Dessa forma, o pensamento moderno, ao cortar o “nó górdio” do fio condutor que transpassa e entrelaça nossa realidade social, rompeu a interconexão entre os múltiplos saberes, compartimentando-os em áreas específicas. Estudamos, nós acadêmicos, fragmentos dos fenômenos circunscritos ao campo do conhecimento que nos posicionamos. Dessa forma, separamos os “conhecimentos exatos e o exercício de poder, digamos a natureza e a cultura” dos fenômenos sociais que investigamos. O reconhecimento do híbrido nos espaços de mediação, da heterogeneidade da natureza dos elementos que constituem e são constituídos pela trama social, da não-compartimentação de saberes e da não aceitação das dicotomias apresentadas na modernidade busca “reatar o nó górdio” (Latour, 2013 [2016], p.8-9). Portanto, reatar o nó indicaria metaforicamente o retorno de um problema aparentemente insolúvel ou obstáculo intransponível, implicando no reconhecimento da complexidade da nossa realidade e a rejeição de uma simplificação dicotômica e compartimentada.

Ao abraçar a complexidade do raciocínio amoderno e compreender o fenômeno através de uma lente construtivista social coletiva, considerando as naturezas-culturas propostas por Latour, podemos afirmar que a realidade é

socialmente construída e emerge como resultado de associações entre redes de elementos heterogêneos. Além disso, tais associações são dinâmicas o que implica em assumir que a realidade é instável e (re)configurada de forma contínua a cada (des)mobilização de seus elementos constituintes. Em outras palavras, nada é dado *a priori*. Nada é fixo ou constante ao longo do tempo (Law, 1992; 1999; Latour, 1999). Ao adotar o conceito da semiótica que defende que as entidades são produtos de relações estabelecidas entre elementos e demais entidades, tudo é, a princípio, incerto, dinâmico e reversível (Quelha-de-Sá, 2018). Na ANT, a existência não é dada, mas sim construída – e performada – por meio de relações e práticas (Alcadipani e Tureta, 2009b; Law, 1992; 1997a, 1999; Latour, 2005), como defendido por Law (1997a) no trecho abaixo:

“For the semiotics tell us that entities achieve their form as a consequence of the relations in which they are located. But this means that it also tells us that they are *performed* in, by, and through those relations. A consequence is that everything is uncertain and reversible, at least in principle. It is never given in the order of things” (Law, 1997a, p.3. Grifos do autor).

A ampliação do social e a dinâmica intrínseca da constituição da realidade, conceitos entendidos nos termos do coletivo de Latour, nos leva a dois princípios da ANT que impactam diretamente no entendimento do processo de constituição dos atores-rede: princípio da simetria generalizada e princípio de translação.

Princípio de Translação

Para a ANT, as entidades existem em redes de conexões transitórias e fluidas que conferem suas formas e atributos. As organizações não podem e não devem ser analisadas de forma estanque, estática e isolada, o que implicaria em certo nível de simplificação, mas sim de forma relacional. Tais conexões são estabelecidas entre elementos de natureza heterogênea, ponto que será detalhado no princípio de simetria generalizada, e desafia a ruptura entre ciências e humanidades ao considerar os movimentos oriundos dos processos de translação para estabelecimento das conexões que constroem a realidade e todas as entidades. Segundo Tonelli (2016), a antropologia das ciências e o conceito de simultaneidade do tempo propostos pelo filósofo Michel Serres inspiraram Latour no desenvolvimento de algumas premissas da ANT, que serão abordadas nesta seção.

Um dos fundamentos da ANT é a translação, tão importante a ponto de torná-la conhecida como “sociologia da translação”, como mencionado anteriormente. O

conceito de translação é polissêmico e está associado à linguagem, transferência, transformação (Czarniawska, 2009), deslocamento e movimento, estabelecer-se como porta-voz (Callon, 1986) e até mesmo à traição e falsidade (Law, 1997a). Não obstante seus múltiplos significados, a lógica basilar e comum a todos é o movimento e a inevitável mudança que ocorre quando algo se desloca de um ponto ao outro. Sendo assim, a translação é um processo, e não um resultado, que ao estabelecer diferentes conexões possibilita novas configurações de atores-rede, cabendo “aos processos de translação produzir a conexão de elementos que fabricam a realidade” (Tonelli, 2016, p.385).

Ao assumir que translação envolve transformação, Callon (1986) enfatiza que durante as movimentações, as relações flutuam, as alianças mudam e que o princípio de translação permite a observação de “relações imprevisíveis” (p.80) exatamente porque os atores envolvidos não assumem papéis fixos e nem são colocados em categorias *a priori*. Para Czarniawska (2009), de acordo com os princípios defendidos por Serres, o processo de translação pode deslocar ou substituir entidades, mas, invariavelmente transforma os envolvidos, ou seja, o elemento que translada e o que é translado mudam e a identidade de ambos é incerta após o movimento, pois são transformados durante o processo, como destacado abaixo:

“For Serres, translation is a generalized operation, not merely linguistic, and it takes many different forms. It may involve displacing something, or the act of substitution; it always involves transformation. Consequently, that which is involved in translation — be it knowledge, people, or things — has an uncertain identity. Each act of translation changes the translator and what is translated” (Czarniawska, 2009, p.424).

De acordo com Callon (1986), a translação enfatiza a continuidade de deslocamentos e transformações de objetivos e interesses, mas também de humanos e não-humanos. Tonelli (2016, p.386) resgata Latour e pontua que “a expressão latina *inter-esse* expressa a ideia de que ele existe entre os atores de todos os tipos e os seus objetivos”, o que cria uma “tensão” entre os atores e os faz selecionar uma entre várias possibilidades de movimento/decisão. Os deslocamentos ocorrem no espaço entre as margens e a translação indica o trabalho de mediação quando os interesses são negociados e o discurso unificado.

Nesse sentido, as “possibilidades de interação e as áreas de manobras são negociadas e delimitadas” (Hassard e Alcadipani, 2010, p.10) durante as

movimentações sociopolíticas dos múltiplos atores. Trata-se de um “processo de construir conexões, forjar passagens entre domínios ou, simplesmente, estabelecer comunicação” (Tonelli, 2016, p.385). Por essa lógica, os atores negociam seus interesses e têm capacidade para persuadir outros atores a se juntarem às suas propostas. Caso a negociação seja bem-sucedida, novos atores são mobilizados e novas conexões são estabelecidas, que fortalecem suas redes ao ampliá-las. O poder de um ator está associado à sua capacidade de se tornar o porta-voz, ou seja de mobilizar outros atores como aliados, possibilitando a comunicação e disseminação de sua narrativa, como destacado por Callon (1986) nos trechos abaixo:

“To translate is to displace [...]. But to translate is also to express in one’s own language what others say and want, why they act in the way they do and how they associate with each other: it is to establish oneself as a spokesman. At the end of the process, if it is successful, only voices speaking in unison will be heard” (Callon, 1986, p.81).

“The repertoire of translation is not only designated to give a symmetrical and tolerant description of a complex process which constantly mixes together a variety of social and natural entities. *It also permits an explanation of how a few obtain the right to express and to represent the many silent actors of the social and natural worlds they have mobilized*” (Callon, 1986, p.81-82 - grifos de minha autoria).

Law (1997a, p.5) define translação como o “processo que torna equivalentes duas coisas que não são iguais” (tradução livre para “*translation: the process of making two things that are not the same, equivalent*”), o que para ele se encaixa na definição de traição e deslealdade, pois somente através de um ato de falsidade é possível tornar idênticas coisas que possuem identidades distintas. Aqui cabe um posicionamento: reconhecendo e sem desrespeitar a polissemia do termo translação, prefiro empregar a palavra “translação” para este princípio da ANT em português, como o movimento que a Terra faz em torno do sol todos os dias e que completa um ciclo de 365 dias para então (re)começar – sem interrupções. De acordo com o meu melhor entendimento, a palavra que adotei para traduzir o princípio para português – translação – baseia-se no movimento que transforma, no deslocamento que muda o que translada e o que é translado, reforçando que a configuração da entidade resultante só é observada após as relações estabelecidas, dado que são incertas e reversíveis, e mesmo assim, de forma parcial, instável e inacabada. No entanto, cabe ressaltar que alguns trabalhos adotam o termo “tradução” para o movimento de translação (Tureta, Américo e Clegg, 2021), pois “torna coisas diferentes equivalentes”, talvez mais próximas aos conceitos linguísticos.

Particularmente, acredito que a palavra “tradução” pode implicar em uma interpretação equivocada do princípio, pois pressupõe um resultado verdadeiro ou falso, uma tradução correta ou incorreta, como categorias onde é possível encaixar as possibilidades de combinação e configuração das entidades. Se a ANT – e por conseguinte, a ANTi-History – se fundamenta no distanciamento das margens e dos pólos dicotômicos do pensamento moderno, deslocando o foco para o trabalho de mediação entre os atores, para mim, faz mais sentido empregar um termo que evidencie o movimento entre eles ao performar as (des)conexões de forma contínua.

Dada a transitoriedade e instabilidade das relações no espaço de mediação, atores e redes, até então considerados em polos antagônicos, se transformam durante a translação e passam a assumir determinadas características quando originam um ator-rede, cujas atividades não podem ser mais segregadas. Em outras palavras, as atividades dos atores e das redes são interdependentes e não é possível compreender um sem considerar o outro. O ator é um elemento constituinte e um efeito da rede, não existindo de forma isolada, fora da rede, visto que adquire forma e características de acordo com as associações que faz na rede (Callon, 1986). A realidade é, então, explicada concomitantemente pelo ator e pela rede em que se relaciona e não por um deles exclusivamente (Quelha-de-Sá, 2018), como argumenta Latour (1996) no trecho em destaque:

“The *attribution* of human, unhuman, nonhuman, inhuman, characteristics; the *distribution* of properties among these entities; the connections established between them; the *circulation* entailed by these attributions, distributions and connections; the *transformation* of those attributions, distributions and connections, of the many elements that circulates and of the few ways through which they are sent” (Latour, 1996, p.7. Grifos do autor).

Dentro dessa perspectiva, o poder está associado à capacidade que certos atores possuem em controlar outros, estabelecendo relações que definem suas configurações e impõem lealdade, exigindo que atores mobilizados permaneçam nas alianças estabelecidas, como aponta Callon (1986):

“Translation is a process before it is a result. [...] Translation is the mechanism by which the social and natural worlds progressively take form. The result is a situation in which certain entities control others. Understanding what sociologists generally call power relationships means describing the way in which actors are defined, associated, and simultaneously obliged to remain faithful to their alliances” (Callon, 1986, p.81-82).

Callon (1986) apresenta as quatro etapas que compõem os movimentos de translação, responsáveis pela construção das conexões, interações e redes de

relações que constituem a realidade social e todas suas entidades. Ainda que alguns críticos tenham apontado certo caráter prescritivo, contraditório para uma abordagem reflexiva e indutiva como a ANT (Hassard e Alcadipani, 2010), é possível analisar os momentos processuais propostos por Callon (1986) sem incorrer em determinismos. Não há, portanto, a proposição de uma regra geral a partir das observações, tampouco a aplicação de um *framework* analítico prévio à análise de campo. Nesse sentido, podemos analisar as ordenações de múltiplos atores heterogêneos ao seguir seus movimentos, sem uma “coreografia” ou caminhos pré-traçados que reduziriam a abordagem a um procedimento metodológico descritivo, simplista e superficial, incapaz de capturar as complexidades dos movimentos sociopolíticos dos atores envolvidos no fenômeno em estudo. Não existe uma prescrição, uma receita “*Callon’s four-moments recipe*” (Hassard e Alcadipani, 2010, p.10). A ordenação proposta pelo pesquisador representa apenas uma entre as várias possíveis (Quelha-de-Sá, 2018).

As fases apresentadas a seguir fazem parte do processo de translação, durante o qual “a “identidade dos atores, as possibilidades de interação e as margens de manobra são negociadas e delimitadas” (Callon, 1986, p.68).

Problematização (“*problematization*”)

Callon (1986) argumenta que na fase de problematização não são apenas formuladas as questões pertinentes ao fenômeno investigado, mas também uma proposta dos atores envolvidos na rede de relações, estabelecendo um Ponto de Passagem Obrigatória (PPO) na rede em construção. Ou seja, o PPO pode ser entendido como uma questão cujo sucesso (ou fracasso) permitirá que os atores atinjam (ou não) seus objetivos, por mais distintos que estes sejam, já que as alianças são forjadas em torno desse objetivo em comum. A definição dos atores é aproximada e sua identificação guarda relação com as perguntas formuladas nessa fase, mas não se restringe a isso. A etapa de problematização possui propriedades dinâmicas, pois indica os movimentos e manobras que cada ator identificado deve realizar e aceitar, bem como as alianças a serem estabelecidas, para que os objetivos de cada um sejam atingidos. Isoladamente, nenhum dos atores conseguirá atingir seu objetivo individual, somente por meio da rede e, imprescindivelmente, passando pela questão proposta no Ponto de Passagem Obrigatória (PPO).

Atração de Interesses (“*interessement*”)

“É um conjunto de ações através das quais uma entidade tenta impor e estabilizar os demais atores” identificados na etapa de problematização. Cabe resgatar a etimologia da palavra “inter-esse”, como já mencionado anteriormente, que indica “estar interposto”, se colocar entre (“*to be interested is to be in between (inter-esse), to be interposed*”) (Callon, 1986, p.71). Se consideramos que as identidades e objetivos de cada ator são ajustados e configurados no momento da ação e de forma codependente, quando um ator ocupa o espaço de mediação e estabelece uma conexão, a identidade, os objetivos e inclinações do ator “conectado” são modificados.

Reforçando que são múltiplos atores, com objetivos distintos, se movimentando de forma concorrente para atrair o interesse uns dos outros; atrair o interesse de um ator implica em se interpor, em cortar ou enfraquecer outras possibilidades de conexão do ator que se quer atrair. Sendo o ator resultado da rede formada, a identidade se modifica e se ajusta em torno do objetivo e da conveniência daquele ator que foi bem-sucedido na etapa de atração de interesses. Daí a importância em se estabelecer mecanismos de interposição eficazes, que permitam o fortalecimento da conexão. De forma complementar, Murro e Beuren (2016, p.636) argumentam que a etapa de atração “busca atrair os interesses dos agentes para que se possam criar alianças robustas, por meio de uma série de artefatos e mecanismos de atratividade”. Quanto mais robustos e eficazes os mecanismos de interposição, maior será o potencial de atrair o interesse de outros atores e formar um sistema de alianças.

Envolvimento/Recrutamento (“*enrollment*”)

Por mais restritiva ou coercitiva que seja a “armadilha” (“*trapping device*”) e por mais convincente que seja o argumento empregado como mecanismo de interposição, o sucesso não é garantido. Em outras palavras, ainda que um ator consiga atrair o interesse de outro, a formação de alianças ou alistamento/recrutamento de atores em torno de um objetivo ainda não está garantida e precisa ser negociada, como destacado no trecho abaixo de Hassard, Law e Lee (1999):

“Above all, the actor network (a purposively oxymoronic term) is realized through

the common ‘enrolling’ of human and non-human participants into a network through processes of ‘negotiation’ and ‘translation’” (Hassard, Law e Lee, 1999, p.388).

Dessa forma, as alianças somente são formadas se o ator atraído na fase anterior de fato é recrutado - ou envolvido ou alistado - e aceita os papéis interrelacionados que são definidos e atribuídos. Os mecanismos para que o envolvimento ocorra são múltiplos, tais como, violência física, sedução, negociação ou consentimento sem discussão (Callon, 1986, p.76). Segundo Murro e Beuren (2016, p.636), o envolvimento refere-se “à atribuição e coordenação de potenciais papéis aos atores elencados na problematização”.

Mobilização de Aliados (“*mobilization of allies*”)

Nessa fase, o envolvimento se transforma em um suporte ativo ao ator que foi atribuído o papel de porta-voz de todos os demais atores alistados. Callon (1986) reforça que, de uma maneira geral, atores, sejam eles humanos ou não-humanos, de fato se envolvem nos movimentos que estabelecem as conexões. Pelo contrário. O que ocorre é que alguns atores se interessam e se envolvem “em nome das massas que representam ou que dizem representar” (Callon, 1986, p.76).

Um ponto muito importante que deve ser ressaltado é que o papel de porta-voz é contingente e instável, pois “falar pelos outros implica em silenciar, aqueles em nome dos quais, falamos”. Nesse sentido, é bastante difícil silenciar de forma definitiva qualquer entidade, o que exige ajustes contínuos e a busca por mecanismos de interposição, por vezes sofisticados. Essa “cadeia de intermediários que resulta em um único e último porta-voz pode ser descrita como a mobilização progressiva de atores que tornam as proposições verossímeis e inquestionáveis ao formar alianças e atuar como uma unidade de força [coesa e unificada]” (Callon, 1986, p.78).

O termo mobilização carrega em si a ideia de movimento e de atuação, o processo de tornar móvel uma parte anteriormente fixa e, dentro dessa lógica, reafirma os deslocamentos, movimentos e manobras realizados para estabelecer relações com atores antes dispersos e que não estavam facilmente acessíveis. A “concentração” ou mobilização de aliados, portanto, se materializa através de uma série de deslocamentos, como destacado no trecho a seguir:

“Through the designation of the successive spokesmen and the settlement of a series of equivalencies, all these actors are first displaced and then reassembled at a certain

place at a particular time. This mobilization or concentration has a definite physical reality which is materialized through a series of displacements” (Callon, 1986, p.78).

Dessa forma, a realidade social é o “resultado de uma negociação acerca da representatividade dos porta-vozes” (Callon, 1986, p.79). Ao alcançar o consenso, as áreas de manobra de cada entidade vão se tornando mais restritas e delimitadas e o todo torna-se mais coeso, um ator-rede. No entanto, as alianças estabelecidas podem ser contestadas a qualquer momento por qualquer ator constituinte daquele ator-rede, causando um dissenso ao não aceitar mais o papel que lhe foi atribuído, e assumido até então, na configuração vigente. Os deslocamentos e o porta-voz são desafiados ou refutados e, caso os atores não sejam alistados e mobilizados novamente em novos movimentos e negociações, se distanciarão e sairão do controle daquela rede do qual faziam parte. Serão desmobilizados. A translação rapidamente torna-se traição e leva à redefinição da constituição do ator-rede, entendendo a precariedade das relações estabelecidas, como reforça Callon (1999) abaixo:

“The initial problematization defined a series of negotiable hypotheses on identity, relationships, and goals of the different actors. Now at the end of the four moments described, a constraining network of relationships, or what I called elsewhere an actor-network (Callon 1986), has been built. But this consensus and the alliances which it implies can be contested at any moment. Translation becomes treason” (Callon, 1999, p.79).

De acordo com Murro e Beuren (2016, p.636), na etapa de mobilização de aliados “alguns métodos são utilizados para que os principais interesses dos atores focais não se desvinculem do propósito inicial e não busquem novas possibilidades para a solução de uma determinada questão” (Quelha-de-Sá, 2018). Nesse sentido, ao buscar novas possibilidades a partir do momento em que deixa de aceitar seu papel no ator-rede do qual era parte integrante, o ator desvia do Ponto de Passagem Obrigatório (PPO) colocado, que deixou de ser uma questão cuja solução era imprescindível para que o ator atingisse seu objetivo.

Dessa forma, cabe aos processos de translação estabelecer associações, sejam elas fortes ou frágeis, entre os elementos, ordenando-os de determinada maneira em função dos objetivos almejados e do nível de cooperação negociado, o que resulta em uma realidade distinta a cada nova configuração. Em outras palavras, o princípio de translação trata do “[...] trabalho por meio do qual os atores modificam, deslocam, e transladam seus interesses diversos e contraditórios” (Latour, 1999, p. 20). Peci e Alcadipani (2006, p.149) reforçam um dos argumentos de Latour (1999),

que defende que o processo de constituição das entidades não é um jogo de soma zero, onde apenas ocorre a (re)combinação de elementos já existentes e ressaltam que durante os deslocamentos do processo de conexão ocorrem mudanças nas identidades e características dos atores envolvidos, gerando atores distintos daqueles que haviam começado o processo.

Uma das críticas à ANT está associada à sua aparente incapacidade em distinguir as variações entre diferentes processos de translação, o que acarretaria uma limitação da abordagem para capturar a complexidade dos fenômenos (Hassard e Alcadipani, 2010). Os autores também reforçam a aparente simplificação ao apontar o uso dos quatro momentos dos processos de translação apontados por Callon (1986) como uma “receita” prescritiva de um procedimento metodológico. No entanto, cabe ressaltar que ambas as críticas foram endereçadas em diferentes seções do presente trabalho.

Princípio da simetria generalizada

O conceito de simetria da Teoria Ator-Rede foi desenvolvido com base em uma das premissas do Programa Forte em Sociologia do Conhecimento - (PFSC) - iniciado nos anos 1970 na Universidade de Edimburgo e que teve como um de seus principais pesquisadores o psicólogo e filósofo David Bloor. O PFSC propunha uma nova maneira de pensar a ciência, não restrita apenas às técnicas e normas, mas indo além ao buscar compreender as condições e o contexto social em que o conhecimento em si foi gerado, entendendo o núcleo de produção propriamente dito. Dessa forma, o conhecimento científico deixa de ser concebido como resultado de um processo cognitivo próprio, isento de influências sociais e a Sociologia do Conhecimento passa a investigar as condições, causas e processos sociais que propiciaram sua criação.

Para a Sociologia do Conhecimento, o conhecimento científico não é uma crença individual, mas algo que é endossado coletivamente, daí o interesse fundamental em entender como ele é criado, compartilhado e organizado. Para isso, o PFSC incorporou os mesmos valores assegurados em outras disciplinas científicas, adotando-os como premissas fundamentais, a saber (Massoni e Moreira, 2020):

- Causalidade: se interessa pelas condições que ocasionam as crenças ou os

estados de conhecimento. Naturalmente, haverá outros tipos de causas além das sociais que contribuirão na produção de uma crença.

- Imparcialidade: deverá ser imparcial com respeito à verdade e à falsidade, racionalidade e irracionalidade, sucesso e fracasso. Ambos requerem explicação.
- Simetria: os mesmos tipos de causa deverão explicar, digamos, crenças verdadeiras e falsas.
- Reflexividade: os padrões de explicação terão que ser aplicáveis, a princípio, à própria Sociologia. Assim como a condição de simetria, essa é uma resposta à necessidade da busca por explicações gerais.

Duas destas premissas fundamentais, imparcialidade e simetria, exerceram grande influência epistemológica na ANT (Tonelli, 2016). Em relação à imparcialidade, Latour concordava com o pressuposto proposto por Bloor que defendia a adoção dos mesmos critérios para buscar as explicações de forma imparcial e igualitária, para o que é falso e o que é verdadeiro (Tonelli, 2016). O processo e as condições para geração do conhecimento eram o cerne da questão de interesse e não o julgamento do conhecimento gerado, fosse o resultado verdadeiro ou não, pois as causas e condições detinham o foco dentro dessa lógica (Tureta e Alcadipani, 2009). Ou seja, “tudo” merece uma explicação (Cavalcanti e Alcadipani, 2013b). Tonelli (2016) exemplifica uma situação em que o comportamento parcial fica evidente ao falar do francês que acredita em astrologia, comportamento considerado ilógico e sem sentido para aquela sociedade, quando são buscadas explicações extra científicas em dimensões sociais, econômicas ou psicológicas para explicar a crença (considerada falsa), ao passo que para um francês que acredita em astronomia (crença considerada verdadeira) a explicação se restringe a fatores científicos.

O conceito de simetria proposto pelo PFSC foi estendido na Teoria Ator-Rede. Ao extrapolar este princípio - sob protestos de Bloor, que chegou a elaborar um artigo intitulado “Anti-Latour” em 1999 – (Massoni e Moreira, 2020), Latour e Woolgar (1997) passaram a considerar não somente o tratamento “equânime, relevante e suficiente” entre crenças verdadeiras e falsas, mas também que sociedade e natureza são constituintes do mesmo plano ontológico, elaborando o princípio da simetria generalizada da ANT (Tonelli, 2016, p.384). Nesse sentido,

Latour defendia que o pressuposto da maneira que havia sido definido por Bloor carregava uma assimetria intrínseca e levava a um impasse, pois atribuía a responsabilidade e autoridade para definição do que é verdadeiro ou falso à sociedade, excluindo a natureza do processo (Latour 2013 [2016]; Massoni e Moreira, 2020). Para eliminar, portanto, a assimetria existente nas Ciências Sociais, que circunscrevia às interações humanas a construção do social e a capacidade de agência, a materialidade é alçada ao protagonismo em conjunto com os humanos na Teoria Ator-Rede. Essa influência contribuiu para diferenciar a ANT, além de “elaborar o argumento de um mesmo estatuto ontológico entre discursividade e materialidade, humanidade e objetividade” (Tonelli, 2016, p.383).

Latour (2013 [2016], p.105) defende o restabelecimento da simetria entre elementos da natureza e do social, denominados *coletivos* ou produções de naturezas-culturas, e argumenta que o princípio de simetria não só recupera a igualdade entre esses elementos – regulando a “balança no ponto zero” – como também reconhece que há assimetrias entre os coletivos, ou seja, ainda que o processo de constituição seja semelhante, o tamanho e a amplitude de mobilização são distintos. O argumento proposto por Latour endereça algumas críticas apontadas por Hassard e Alcadipani (2010), que indicavam uma simplificação da ANT e incapacidade em reconhecer diferenças entre as redes de elementos heterogêneos formadas por meio dos movimentos de translação. Dessa forma, com o princípio da simetria, não há somente o resgate da importância da materialidade na constituição do social, mas também o reconhecimento das diferenças entre as entidades constituídas através dos movimentos de translação.

Ao adotar o termo “coletivo”, Latour (2005; 2013 [2016]) muda o quadro de referência do social, antes considerado apenas para as relações entre humanos. Tonelli (2016, p.382) explica que o “coletivo é mais amplo do que sociedade, pois enfatiza as associações entre humanos e não-humanos” e que foi adotado por Latour exatamente como um “termo opcional ao social, o qual não tenha seu significado subvertido tão facilmente como algo oposto à natureza”. Peci e Alcadipani (2016) corroboram a mudança no quadro social, incluindo a atuação dos objetos, ao destacar a heterogeneidade das associações que constroem a realidade, mas ponderam que o termo “social” não se restringe ao elemento constitutivo humano, mas ao processo coletivo de construção, como destacado no trecho abaixo:

“A palavra social não designa propriamente o “material” da construção, mas o processo coletivo por meio do qual tudo, até os fatos, se constroem. Para que o conceito de “construção” retome um pouco do seu sentido original, é necessário analisar esse processo coletivo que termina em construtos sólidos por meio da mobilização de ingredientes heterogêneos. É exatamente a heterogeneidade de associações que está em questão, o envolvimento de humanos e não-humanos” (Peci e Alcadipani, 2006, p.149).

Seguindo a linha de raciocínio, os coletivos são constituídos por elementos humanos e não-humanos, sendo essa uma característica comum a todos eles. No entanto, há que se reconhecer as diferenças de “tamanho e de corte” (Latour, 2013 [2016], p.106), compreendendo que não há sentido em propor um nivelamento universal relativista ou atribuir à essa diferença o peso de uma grande divisão. O fato de abraçar a distinção entre essas comunidades que “misturam da mesma forma as entidades humanas e não-humanas” implica em compreender os “meios práticos” pelos quais os coletivos buscam dominar uns aos outros. Ou seja, uma quantidade maior de objetos exige uma quantidade maior de sujeitos (e “muito mais subjetividade requer muito mais objetividade”), aumentando a extensão e diâmetro da espiral da rede, ampliando também sua capacidade de ação à distância, seu poder, para recrutamento de novos atores.

Ao considerar que todas as entidades são constituídas e reconstituídas de forma recorrente e se relacionam de forma dinâmica por meio de conexões entre materiais de natureza heterogênea, não é possível separar o ator da rede, ou seja, ele a constitui e é constituído por ela. É a indissociabilidade do oxímoro ator-rede que fundamenta a Teoria Ator-Rede, pois a realidade não pode ser explicada unicamente pelo ator, tampouco unicamente pela rede em que ele se insere. Ou seja, não pode existir um ator sem que haja uma rede em que ele se insira. E o ator só é um ator, com suas características, identidade e formas adquiridas na rede. Não há um sem o outro. Ao se conectarem, se modificam e, mesmo que fosse possível separá-los, a compreensão de cada um deles estaria além do entendimento fragmentado entre o subjetivo e o objetivo, entre o natural e o cultural, entre agência e estrutura. Ainda que fossem desmobilizados, não seriam mais os mesmos de quando estabeleceram as conexões no primeiro momento. A translação envolve transformação, como vimos anteriormente. A transitoriedade dessas relações heterogêneas é destacada abaixo por Law (1997):

“For relations are, yes, materially heterogeneous. They take the forms that they do, if they do (and they do so only contingently and often enough precariously) because they are performed, held in place, in a variety of different media: words; bodies;

texts; machines; buildings. All mixed up. Materially heterogeneous” (Law, 1997b, p.4).

Indo além, se as relações são estabelecidas por elementos heterogêneos que oscilam entre ator e a rede, por premissa podemos afirmar que todas as entidades são híbridas, sendo compostas por humanos e não-humanos, como ressaltado por Tonelli (2016):

“A simetria permite perceber que o mundo, a realidade e todas as entidades atuantes são produto de relações, fabricações e construções intermináveis, em que o objetivo e o subjetivo se misturam e se transformam. Cada entidade [...] é marcada por um atributo imprescindível: o hibridismo entre humanos e não-humanos. Não há como isolar características de um e de outro” (Tonelli, 2016, p.384).

As organizações e todas as entidades que fazem parte do social são entidades híbridas, portanto, que adquirem suas formas, dimensões e atributos como resultado dessas relações transitórias defendidas na ANT – e não frutos de uma categorização prévia e imutável (Callon, 1999; Latour, 2005; Law, 1999) - argumento defendido por Peci e Alcadipani (2006) no trecho a seguir:

“Nesse sentido, entidades (humanas e não humanas) não possuem qualidades inerentes ou não são dotadas de dualismos que existem “a priori”. Em outras palavras, divisões como pequeno e grande, contexto e conteúdo, agência e estrutura são percebidas como efeitos em vez de serem dadas na ordem das coisas (LAW, 1999). Portanto, Latour e Law defendem que humanos e não humanos devem ser analisados como categorias de análise com o mesmo “status”” (Peci e Alcadipani, 2006, p.149).

Dessa forma, considerando que o foco é deslocado para as conexões estabelecidas entre atores humanos e não-humanos e as atividades são interdependentes, assumindo que o “o laço social não se sustenta sem os objetos” (Latour, 2013 [2016], p.109), a abordagem propõe que os elementos constitutivos das redes são ontologicamente equivalentes (Hassard e Alcadipani, 2010; Tureta e Alcadipani, 2009; Latour, 1999; Law, 1992). Em outras palavras, no plano analítico, humanos e não-humanos têm a mesma importância, o que amplia o horizonte de análise e elimina qualquer assimetria que configure superioridade *a priori* de humanos sobre não-humanos (Law, 1992; 1997b; Latour, 2005).

Peci e Alcadipani (2008, p.148) corroboram o argumento e colocam que “em alguns casos, as entidades humanas desempenham papel fundamental, em outros o papel fundamental é desempenhado por não humanos”. Tureta e Alcadipani (2009) também reforçam esse ponto e argumentam que os elementos não-humanos fazem parte do social, sendo capazes de modificar ou até mesmo inviabilizar os processos

organizativos (que constroem o social) caso sejam eliminados, como, por exemplo, a ausência da bola em uma partida de futebol. Dessa forma, as movimentações dos atores e suas associações serão investigadas no campo, independentemente de sua natureza e a partir daí a relevância de cada um no fenômeno investigado poderá ser observada (Law, 1992).

Como alegado anteriormente, ao considerar a importância dos elementos do contexto defendido por Lubinski (2018), é natural pensar nos estudos desenvolvidos já há algumas décadas por vários pesquisadores pós-humanistas que propõem a inclusão da materialidade na investigação (Feldman e Orlikowski, 2011). O que diferencia os estudos é a centralidade dos humanos no contexto investigativo, ou seja, o nível de equivalência e a hierarquia com que humanos e não-humanos são tratados no plano analítico. Law (1992, p.3) corrobora a importância dos elementos não-humanos ao argumentar que a ANT nega que “as pessoas sejam necessariamente especiais”, defendendo um tratamento simétrico, como ressaltado por Latour (2005):

“ANT is not, I repeat is not, the establishment of some absurd ‘symmetry between humans and non-humans’. To be symmetric, for us, simply means not to impose a priori some spurious asymmetry among human intentional action and a material world of causal relations” (Latour, 2005, p.76. Grifos do autor).

Cooren *et al.* (2006), defende que reconhecer a contribuição dos elementos não-humanos, de maneira geral negligenciados nas Ciências Sociais, nas ações e na construção do social, pode auxiliar a resolução de problemas de natureza teórica ou analítica. Por essa lógica, defender a centralidade dos não-humanos pode ser entendido como um resgate, retirando-os de sua atuação servil ao homem e reconhecendo seu papel nas relações entre os elementos humanos (Latour, 2005). A importância da materialidade para o estudo das práticas organizativas do social também é defendida por Peci e Alcadipani (2006), como destacado abaixo:

“A ideia é que a sociedade é feita de humanos e não humanos, sujeitos e objetos. No cotidiano, humanos e não humanos nunca estão dissociados. Eles formam, em conjunto, redes que constituem aquilo que chamamos de real. Cada ação que realizamos está associada, ou é mediada, por não humanos que também agem, apresentando, assim como os humanos, capacidade de ação” (Peci e Alcadipani, 2006, p.148).

De modo a analisar o fenômeno em toda sua complexidade, dentro do paradigma construtivista social, o foco é deslocado para longe dos pólos, para o “*in-between*”, para o “*entre-deux*” que envolvem movimentos de negociação e disputas

entre atores, quando os interesses são negociados. Os elementos se transformam à medida que as conexões ocorrem, modificando também as entidades resultantes dessas associações, que por sua vez também se modificarão ao se relacionarem com outras entidades. Portanto, por essa lógica, não faz sentido estabelecer fronteiras ou pólos de um pensamento dualista, uma vez que o foco passa a ser o movimento, a relação entre os elementos e não mais a categorização ou divisão entre natural e humano, característica do pensamento moderno. A dicotomia poderia simplificar a análise, conforme Tureta e Alcadipani (2009, p.55) reforçam no argumento abaixo:

“Ao focar exclusivamente nos humanos, há a tendência de se retirar de cena os materiais que constroem e moldam atividades cotidianas, não permitindo que se contemple um escopo maior de participantes das práticas sociais, atribuindo às pessoas toda a responsabilidade pelas ações, desprezando, assim, o papel dos não-humanos no processo” (Tureta e Alcadipani, 2009, p.55).

Latour (2013 [2016]) pondera, ainda, que as “ciências e as técnicas” tornam-se notáveis por sua capacidade de multiplicar os não-humanos envolvidos na constituição dos coletivos, das redes heterogêneas, e não por serem verdadeiras. As condições e o processo de produção e de compartilhamento dos conhecimentos, sejam eles verdadeiros ou falsos devem ser investigados com igual interesse e de forma simétrica. Esse é um ponto crucial quando estudamos o papel e a centralidade dos elementos não-humanos na formação dos atores-rede e nas relações de poder e disseminação de narrativas históricas. Tomo, por exemplo, um livro. Sua capacidade de ação é muito maior que a de um humano, no sentido de poder estar em vários lugares e ter a habilidade de “contar” aquela narrativa sem distorções para múltiplas audiências de forma simultânea. O livro é um móvel imutável, (*“immutable mobiles”*), conceito que trata da capacidade que elementos não-humanos possuem de reter conhecimento e disseminá-los além de seu ponto de origem, mantendo seu formato intacto e permitindo a ação e o domínio à distância (Hassard e Alcadipani, 2010).

Nesse sentido, um elemento não-humano, seja um objeto, um documento, uma notícia de jornal, um site de internet, um arquivo, a transcrição de um depoimento ou um livro, por exemplo, se torna um “emissário” de determinada narrativa, amplificando a mensagem inalterada, o objetivo e a visão de um coletivo ou ator-rede para áreas mais afastadas. Quanto maior é a capacidade do ator em agir à distância, maior será a extensão de suas conexões e mais poderoso este ator será,

dada sua grande capacidade de mobilizar outros atores e de transladar seus interesses, como ressaltado abaixo pelos autores:

“By extension, the possibility of acting at a distance implies control at a distance and relies on the alignment of documents, devices, maps, and so forth. In so doing, it relies on establishing a materially heterogeneous network, one that permits movement and immutability, simultaneously allowing something previously unknown to become acted upon and controlled” (Hassard e Alcadipani, 2010, p.9).

Ao combinar o movimento e a capacidade para agir à distância com a imutabilidade e preservação da mensagem desde o ponto de origem, móveis imutáveis conseguem estabelecer uma rede extensa de materialidade heterogênea que permite, de forma mais rápida e eficiente, a translação de interesses e a adesão de novos atores àquela rede, como destacado no trecho:

“In ANT, actors who stand on stabilized networks, and are mobile in that they travel (made possible through their ability to translate actors) through time and space are called immutable mobiles. [...] Immutable mobiles move through space by virtue of their ability to establish *relationships*, while keeping the *relations* of the actors within the network intact” (Durepos e Mills, 2012, p. 105. Grifos dos autores).

Dessa forma, é possível constatar que um elemento não-humano pode ter maior agência – capacidade de alterar o curso de ação de outros elementos – e ser, portanto, mais relevante para a construção processual de uma narrativa histórica enquanto um ator-rede, do que um indivíduo (elemento humano) dentro dessa perspectiva, conforme destacado no trecho de Durepos e Mills (2011):

“Human actors are not privileged over nonhuman actors (Latour, 1992; Law, 1991); instead, from an ANT perspective, both are endowed with the capacity to alter each other’s courses of action” (Durepos e Mills, 2011, p.709).

Em relação às críticas recebidas ao conceito de agência da ANT, Cooren et al., (2006, p.535), defendem que a agência atribuída aos elementos não-humanos não é sinônimo de autonomia, mas sim uma forma de reconhecer que as associações são formadas entre elementos de natureza heterogênea e que não há distinção, antagonismo ou incompatibilidade entre humanos e não-humanos em uma rede de atores. Dessa forma, os objetos podem “fazer coisas” e contribuir, à sua própria maneira, para a constituição das relações e processos sociais e a assimetria existente que considerava somente humanos como agentes de performatividade foi rejeitada na ANT (Tonelli, 2016).

Por suposto que o princípio da simetria generalizada foi alvo de críticas por levantar potenciais problemas morais e éticos ao propor status ontológico equivalente entre humanos e não-humanos (Tureta e Alcadipani, 2009; Latour,

1999; Law, 1992). Law (1992) esclarece essa questão ao declarar que o posicionamento adotado na ANT é analítico e não ético, ressaltando que a abordagem não nega que humanos tenham direitos, deveres e responsabilidades, muito menos exige ou espera que sejam tratados como máquinas.

Por essa lógica, os saberes, a construção e o compartilhamento do conhecimento estão mais associados à amplitude dos movimentos de atração de interesse e de mobilização de elementos, sejam eles humanos ou não-humanos, para recomposição e ampliação do “laço social” do que a um determinado recorte epistemológico que separe o social em dois reinos apartados. Sendo assim, a categorização entre sujeito e objeto deixa de ser o aspecto central na abordagem adotada, que volta sua atenção para as associações e arranjos que ocorrem entre os elementos de diferentes naturezas nos processos organizativos que constituem o social (Cavalcanti e Alcadipani, 2013b). Se as conexões – recorrentes e transitórias - assumem o protagonismo, e estas não são estabelecidas *a priori*, é possível concluir que a lente prática da Teoria Ator-Rede está voltada para o trabalho de campo do pesquisador. Assim, seguir os movimentos dos atores humanos e não-humanos no campo, nos ajuda a compreender fenômenos complexos, multifacetados e inéditos, tornando a abordagem um instrumento poderoso para a pesquisa processual.

A polia de Arquimedes: o impacto dos não-humanos

Aqui cabe uma ressalva feita por Hassard e Alcadipani (2010) acerca de uma simplificação potencial do entendimento do processo de ordenação, reduzindo-o a um encadeamento eficaz, capaz de transportar móveis imutáveis e agir à distância. Esse entendimento desconsidera possíveis resistências e mudanças nas relações sociopolíticas de poder e controle durante os múltiplos deslocamentos e negociações realizados pelos atores envolvidos no fenômeno, como se todas as demais condições permanecessem fixas para que o móvel imutável simplesmente pudesse seguir sua trajetória sem obstáculos ou desvios ou até mesmo bloqueios. Lembrando que o princípio de translação enfatiza a transformação do que translada e do que é transladado, portanto, ainda que o móvel imutável conserve o conteúdo e a mensagem que carrega, as relações estabelecidas na rede que ele compõe mudam.

As relações de poder, como já mencionado anteriormente, são baseadas no tecido heterogêneo das redes e relacionadas à força de suas ligações e capacidade de mobilização de aliados durante os movimentos de translação. Considera-se, portanto, que é a amplitude dos envolvimento que o ator-rede é capaz de realizar que determina seu poder sobre outros. Latour (2013 [2016]) evidencia a distinção e não padronização das redes ao reforçar que ainda que os processos de constituição sejam os mesmos (translação), a configuração da rede e seus atributos – inclusive de poder e controle – são diferentes. Respeita-se, dessa forma, as semelhanças e as diferenças entre os atores-rede. Por essa lógica, há diferenças de tamanho, mas não de natureza (híbrida).

Segundo Latour (2013 [2016], p.107), o tamanho dos atores-rede pode ser modificado “profundamente através do envolvimento de um tipo particular de não-humanos”. Para ilustrar seu ponto, o autor traz a narrativa “O golpe de Arquimedes”, envolvendo Arquimedes e o rei Hieron, que demonstra o impacto de uma máquina formada por diversas polias, um elemento não-humano, capaz de deslocar “um navio de transporte de três mastros da marinha real” com facilidade, “fazendo-o deslizar, sem sobressaltos, como se navegasse pelo mar”. Uma grande massa foi movimentada por uma pequena força e Latour explica:

“Através da polia composta, Arquimedes inverte não apenas as relações de força como também as relações políticas, oferecendo ao rei um mecanismo real para tornar um homem mais forte que uma multidão. Até então, o soberano representava a multidão da qual era o porta-voz, mas nem por isso tornava-se mais forte” (Latour, 2013 [2016], p.107).

A força e o poder são explicados pela capacidade de deslocamento de uma “massa”, metáfora que pode ser adotada como um número significativo de atores. E vai além, argumentando que por mais que um determinado ator seja o porta-voz (ou perceba-se como tal, mesmo que não o seja de fato), o que lhe dará controle é a capacidade de alterar as trajetórias dos demais, sua agência e seu poder de persuasão e mobilização. Ou seja, quando for reconhecido e “eleito” como representante daquela rede de atores ao mobilizar aliados, alinhando as narrativas, objetivos e trajetórias de ação na última fase do processo de translação.

O ponto que gostaria de ressaltar é que o princípio da simetria generalizada (e a importância de se considerar elementos não-humanos ontologicamente equivalentes aos humanos), combinado com o conceito de móvel imutável (e o impacto que suas movimentações podem ter na ampliação da rede) implicam

diretamente na narrativa que é considerada a oficial. Explico: dada a multiplicidade de narrativas possíveis que emergem como um ator-rede a partir da translação de atores heterogêneos e ordenação dos traços deixados por eles, o que definirá a força de uma narrativa nos grupos sociais será sua capacidade de disseminar-se. Ser verdadeira ou correta, de acordo com a ANT e o princípio de simetria inspirado no PFSC, não é condição exigida para sua disseminação. Quanto mais a narrativa for compartilhada, maiores serão as chances de mobilizar novos atores como aliados, estabelecendo novas conexões, que fortalecerão a rede, ampliando sua extensão. Por essa razão, reforço a relevância do papel dos não-humanos e de seu potencial de ação à distância, que podem atingir um número maior de atores de forma simultânea e recorrente. Esse mecanismo pode ser usado para sufocar narrativas que tentam emergir, ao restringir sua circulação, enquanto a narrativa de interesse dos grupos que detêm o poder é amplamente difundida.

A rede da ANT ou o rizoma da ARO

Um dos conceitos centrais da Teoria Ator-Rede é fundamentado no termo “rede”, cujo entendimento pode ficar comprometido com a associação que a maioria de nós faz naturalmente com uma rede marcada por características de organização e simetria. Com efeito, na ANT, os termos “teoria”, “ator” e “rede” não se aproximam de seu uso comum – aliás, pelo contrário – o que pode levar o leitor iniciante a entendimentos diferentes dos pretendidos pelos autores. Latour (1996; 1999) explica em alguns trabalhos os questionamentos que o nome ANT levantou – alguns serão abordados aqui – e a sugestão do nome ARO – *Actant-Rhizome Ontology* – que, apesar de ser menos atrativo que ANT, tornaria alguns conceitos mais evidentes para o leitor.

Um dos pontos de questionamento trata do oxímoro intencional ator-rede, que longe de remeter ao “clichê” agência/estrutura (Latour, 1999, p.16) encarna uma tensão entre o ator e a rede, ao mesmo tempo que suprime essa dicotomia e reafirma a diferença entre eles. Essa diferença é também uma forma de identidade, pois os atores são efeitos da rede e as redes adquirem seus atributos a partir dos seus atores constituintes. As palavras, ainda que à primeira vista tenham sentidos opostos e mutuamente excludentes, adquirem um significado que reforça a ideia da inseparabilidade. Dessa forma, não faz sentido - e nem é possível - estudar separadamente o ator da rede. O “ator”, ao usar a semiótica é um “actante”, ou seja,

“algo que atua ou cuja atividade é concedida por outros” (Latour, 1996, p.7), sem nenhuma exigência de ser humano, o que pode levar a uma interpretação incorreta devido ao uso comum da palavra.

O termo “rede” da ANT foi escolhido antes do advento da internet, portanto, antes da World Wide Web e seus desdobramentos, e naquele momento, eram mais claras suas semelhanças com o conceito de “rizoma” de Deleuze e Guattari do que com o conceito que temos naturalizado já há algumas décadas advindo da rede internacional de computadores. Na época da definição do nome ANT, o termo “rede” remetia a transformações, translações e transduções, todos associados a um movimento que transforma, seja ele da Terra ao redor do Sol ou do que transforma uma energia em outra de natureza diferente. Segundo Latour (1999, p.15), com a popularização da internet, o conceito “rede” passou a significar “transporte *sem* deformação, um acesso instantâneo e não-intermediado a toda informação” (grifo do autor), o que é “exatamente o oposto” do que os autores pretendiam, como destacado no trecho abaixo:

“A technical network in the engineer’s sense is only one of the possible final and stabilized state of an actor-network. An actor-network may lack all the characteristics of a technical network – it may be local, it may have no compulsory paths, no strategically positioned nodes” (Latour, 1996, p.2).

Em outras palavras, no conceito de rede da ANT há deformação, no sentido de mudança, de alteração da forma ou no sentido de uma má interpretação ou deturpação de sentido, pois a cada movimento, no espaço existente entre os atores, ocorre uma disputa, uma negociação cujo resultado pode estabelecer novas conexões, novos vínculos que ampliarão a rede.

O movimento e os deslocamentos previstos na ANT ocorrem no trabalho de mediação, longe das margens ou dicotomias do pensamento moderno, e não se trata de uma mudança de “zoom” do local para o global ou de micro interações para macro estruturas e vice-versa. “No domínio social não há mudança de escala” (Latour, 1999, p.18), pois o contexto é um *continuum* e todas as entidades que constituem o contexto escoam ou circulam através de redes, como Latour explica no trecho abaixo:

“Contexts too flow locally through networks, be these geography, medicine, statistics, economics, or even sociology. [...] there is no zoom going from macro structure to micro interactions, if both micro and macro are local effects of hooking up to circulating entities, if contexts flow inside narrow conduits, it means that there is plenty of ‘space’ in between the tiny trajectories of what could be called the local productions [...]” (Latour, 1999, p.19).

Esses espaços “*in-between*”, espaços entre as redes ou “terra incógnita” da topologia do social nos abrem uma série de possibilidades de estudos, pois permitem a variação de escala ao seguir os elementos em suas trajetórias. Nesse sentido, Latour (2013 [2016]) argumenta que com a multiplicação dos híbridos, a topografia dos coletivos mudou, gerando “efeitos extraordinários de dimensionamento” e provocando a variação das relações entre o local e o global. Ainda que Latour aponte nossa tendência em transformar redes ampliadas em “totalidades sistemáticas e globais” e o pensamento em categorias “universal e circunstancial”, ele defende que sigamos as conexões das redes locais que se estendem até sua dimensão global, como destacado no trecho de seu artigo abaixo:

“Instead of having to choose between the local and the global view, the notion of network allows us to think of a global entity -a highly connected one- which remains nevertheless continuously local... Instead of opposing the individual level to the mass, or the agency to the structure, *we simply follow how a given element becomes strategic through the number of connections it commands and how does it lose its importance when losing its connections*” (Latour, 1996, p.6. Grifos de minha autoria).

Latour reforça o argumento da interconectividade e a crítica ao pensamento dicotômico com o exemplo de uma rodovia, que é ao mesmo tempo global e local. É local em cada ponto, pois apresenta travessias, ferroviários e estações, por exemplo, e é global por ser capaz de transportar pessoas “de Madri a Berlim ou de Brest a Vladivostok”. Ou seja, mesmo uma rede ampla – que temos a tendência de categorizar como global - continua a ser local em todos os pontos (Latour (2013 [2016], p.115). Nesse sentido, só nos movemos do local para o global através de uma série de conexões, que atravessam outros locais e precisam de outras novas conexões para continuar aumentando de tamanho e ampliando sua extensão. No entanto, sempre há “baldeações”, sempre há conexões, como defendido por Latour no trecho abaixo:

“*Só há caminhos contínuos para nos transportar do local ao global, do circunstancial ao universal, do contingente ao necessário se pagarmos o preço das baldeações. [...] no caso das redes técnicas, não temos a menor dificuldade em reconciliar seu aspecto local e sua dimensão global. São compostas de locais particulares, alinhados através de uma série de conexões que atravessam outros lugares e que precisam de novas conexões para continuar se estendendo*” (Latour (2013 [2016], p.115. Grifos de minha autoria).

O ponto principal, dentro dessa perspectiva, é compreender que não há “pulos”, ou “saltos” de aparente descontinuidade ou deslocamentos da lente

ontológica por meio de um zoom entre o micro e o macro, entre o local e o global, sendo estes “conceitos inadequados para as redes e a topologia” (Latour (2013 [2016], p.116). Nesse sentido, conceitos como perto/longe, pequena escala/grande escala, dentro/fora não se aplicam à rede da ANT (Latour, 1996). As redes não são superfícies, mas sim linhas conectadas que podem se estender por qualquer direção, *disseminando-se* pelo tempo e pelo espaço, sem *preencher* o tempo e o espaço. Trata-se, portanto, de uma “mudança de topologia” que se afasta das formas usuais e naturalizadas da geometria Euclidiana, pois não considera as superfícies, quando pensamos em duas dimensões ou esferas, se pensarmos em três dimensões, mas sim o pensamento em termos de “nós”, cuja rede terá tantas dimensões com quantas conexões estabelecer (Latour, 1996, p.3).

Podemos pensar na rede da ANT como um rizoma, de forma simplificada como ramificações subterrâneas presentes em tubérculos, por exemplo, conceito emprestado da biologia por Deleuze e Guattari, indicado na Figura 3 ou como uma rede de células neurais (Figura 4). No sentido mais amplo, refere-se a uma forma de compreender a realidade¹⁸, “que é múltipla, não-binária e permeada por rupturas e incertezas” (Barreto, Carrieri e Romagnoli, 2020, p.50). A força de um rizoma é maior que a soma das forças de suas partes constituintes, sendo um emaranhado de ligações que pode disseminar-se para diversas direções, “como um sistema de conexões, sem início e nem fim, permeado por linhas, estratos, intensidades e segmentaridades” (Barreto, Carrieri e Romagnoli, 2020, p.50), como um “inter-ser”, que é constituído no trabalho de mediação entre elementos. É esse o conceito da rede da ANT.

Outra característica da rede da ANT é a sua constante mutação, seu eterno processo de devir, dado o movimento de todos os elementos constituintes do social, cuja configuração é adquirida e emerge de forma contingente como consequência dos processos de translação. A perenidade é inexistente.

¹⁸ Os autores Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020), no trabalho “O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais”, reforçam a ruptura que o pensamento rizomático promove com o modelo de pensamento “arborescente”, com um eixo central (caule) a partir do qual partem as ramificações. “Em um sistema rizomático, todos os pontos podem ser conectados, sem uma referência hierárquica ou central” (p.50).

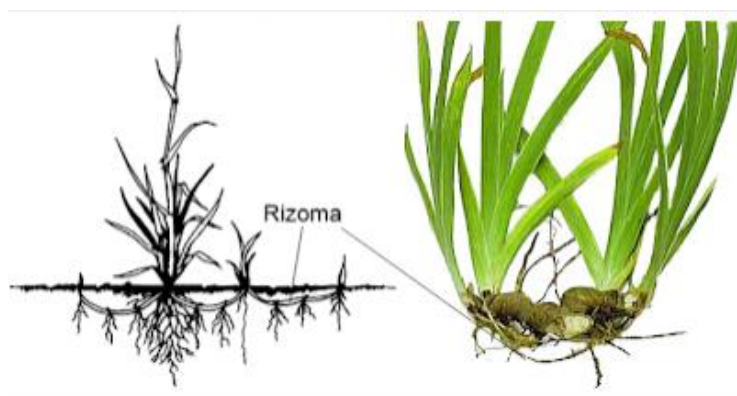


Figura 3 : Desenho esquemático de um rizoma

Fonte: <http://rotinasinteligentes.blogspot.com/2016/11/capital-rizoma-e-ponto-de-luz.html>



Figura 4 : Ilustração conceitual de células neurais

Fonte: <https://br.freepik.com>

Latour (1996, p.3) explica a força de uma rede ao trazer a propriedade de resistência da Ciência dos Materiais e argumenta que não é a pureza ou a concentração, mas sua capacidade de disseminação, heterogeneidade e cuidadoso “entrelaçamento” de seus elos mais fracos. A robustez de uma rede é atingida mais facilmente ao amarrar, torcer, tecer, costurar seus elementos constituintes, seus laços ou elos, que ainda que sejam fracos quando observados isoladamente, formam um tecido, uma trama forte, um rizoma de múltiplas dimensões e nós.

Nessa linha de raciocínio, o que aparentemente é considerado “descontextualizado” ou “deslocalizado”, na verdade, é percebido dessa maneira porque o observador não identifica os “agenciamentos intermediários”, que chamamos de redes, que dão sustentação ao fenômeno ou entidade estudados. A

“tirania da distância”, como disse Latour (1996, p.3), é suprimida ao pensarmos em rede, pois até atores que, em um primeiro momento sejam vistos como distantes, podem estar próximos à medida que suas conexões sejam tornadas visíveis, como destacado no trecho abaixo:

“Far/close: the first advantage of thinking in terms of networks is that we get rid of “the tyranny of distance” or proximity; elements which are close when disconnected may be infinitely remote if their connections are analyzed; conversely, elements which would appear as infinitely distant may be close when their connections are brought back into the picture” (Latour, 1996, p.4).

Há outro ponto que deve ser ressaltado na ANT e que combina características da abordagem como o distanciamento de uma topologia Euclidiana naturalizada e o movimento de translação, que é o motor de construção da realidade social. Trata-se do conceito de tempo, mais um ponto da extensa influência de Serres sobre Latour e que, nos ajuda a entender as movimentações, conexões e a quebra de uma pseudo linearidade quando estudamos fenômenos sociais. De acordo com essa linha de raciocínio, o tempo é o espaço da simultaneidade e, tal como falamos sobre o rompimento da “tirania da distância” (Latour, 1996, p.3) ou a uma obediência à localização geográfica, “o passado não está tão distante, esquecido ou ultrapassado” (Tonelli, 2016, p.384). Para explicar o conceito, o artigo de Tonelli (2016) traz a metáfora do lenço que evidencia a diferença entre os conceitos ao comparar a geometria do tempo “clássico” a um lenço liso e esticado e o lenço amassado, dobrado e rasgado ao tempo “experimentado”, mais próximo ao que vivenciamos do que sua versão simplificada lisa e linear. O trecho a seguir evidencia essa característica defendida por Serres (1996):

“O tempo não corre sempre como uma linha [...], nem segundo um plano, mas de acordo com uma variedade extraordinariamente complexa, como se aparentasse pontos de paragem, rupturas, poços, chaminés de aceleração espantosa, brechas, lacunas, tudo semeado aleatoriamente, pelo menos numa desordem visível” (Serres, 1996 *apud* Tonelli, 2016, p.385).

Nesse sentido, coisas ou atores aparentemente distantes podem estar próximos em um movimento de “dobradura” do lenço temporal, ou o contrário, atores antes próximos podem ser separados por um “rasgo” no lenço. E aí temos a combinação da noção de tempo com o movimento de translação, quando entendemos que o ator-rede constituído não é simétrico, organizado ou estável, mas sim um rizoma, cujas características são advindas dessa combinação de conexões ocorridas em diferentes momentos do tempo, em distintas épocas. A translação é,

portanto, um “ato de bricolagem que emerge da mistura de elementos heterogêneos do passado, do presente e do futuro, simultaneamente” (Tonelli, 2016, p.385).

No caso da minha pesquisa, a conexão que liga os elementos do social inclui (mas não se limita a): a pesquisadora, os livros, os vídeos, os memoriais, sua orientadora, os professores da pós-graduação em Administração da PUC-Rio, os membros da banca, os lugares de tortura e violação dos direitos humanos, os documentos, as bibliotecas, os decretos, reversões de tombamento, o posicionamento do Governo, entre outros, é o “fio de Ariadne” (Latour, 2013 [2016], p.9).

O fio que nos conduzirá por dimensões multi temporais, em um espaço entre passado e presente, de acordo com o conceito de tempo “experimentado” proposto por Serres, e que reata o nó górdio ao se propor a considerar a complexidade do social a partir de tramas e múltiplas possibilidades de narrativas históricas elaboradas sobre o fenômeno em estudo. Os fundamentos e princípios da ANT - adotados na ANTi-History -, que a caracterizam como uma abordagem amoderna, relacional, anti-positivista e reflexiva, nos permitem investigar o social longe das dicotomias, certezas e reinos do pensamento moderno, abrindo possibilidades para estudar o “como” por meio de movimentos que transformam e ampliam o social, como destacado no trecho abaixo:

“Desta forma, existe um fio de Ariadne que nos permitiria passar continuamente do local ao global, do humano ao não-humano. É o da rede de práticas e de instrumentos, de documentos e traduções. Uma organização, um mercado, uma instituição não são objetos supralunares feitos de uma matéria diferente daquela de nossas relações locais sublunares. A única diferença vem do fato de que os primeiros são compostos por híbridos e, para sua descrição, precisam mobilizar um grande número de objetos” (Latour, 2013 [2016], p.119).

2.4.4

Premissas ontológicas e epistemológicas da ANTi-History

Após abordar os princípios e fundamentos da ANT, abordagem que norteou profundamente os conceitos teóricos e a metodologia proposta na ANTi-History, a presente seção apresenta e problematiza as facetas ou características da ANTi-History segundo Gabrielle Durepos (2021). De modo a estruturar a explicação de seus principais aspectos, adotei o modelo esquemático proposto pela autora em seu website, conforme a Figura 5 abaixo:

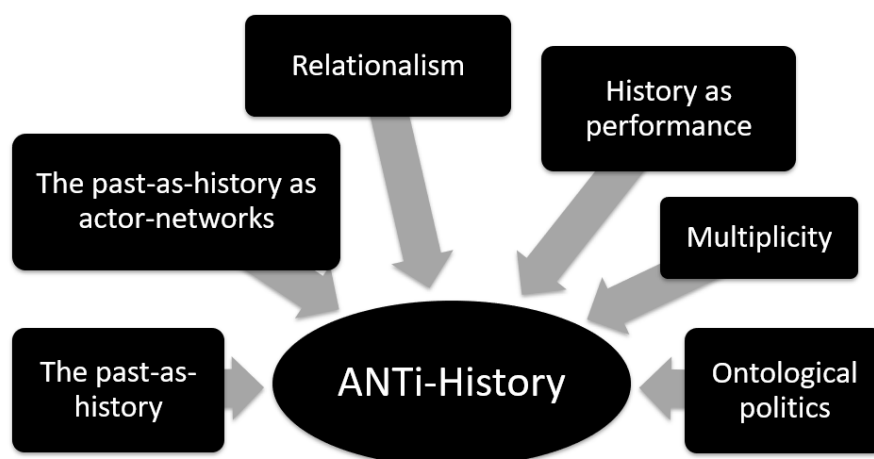


Figura 5 : Facetas da ANTi-History por Gabrielle Durepos
 Fonte: <http://www.gabrielledurepos.com>

2.4.4.1

Passado e história: o conceito “*past-as-history*” ou como o passado se configura em história

De acordo com a premissa da ANTi-History, o passado está ontologicamente indisponível e o material que o pesquisador dispõe para sua investigação são vestígios ou traços das movimentações que os atores sociais realizaram em momentos anteriores ao tempo presente. Por essa lógica, não é possível *acessar* o fenômeno no campo, pois ele ocorreu em um tempo que já passou, cabendo ao pesquisador histórico ou historiador propor uma ordenação dos traços deixados pelos atores no passado. Não é esperado, dentro dessa perspectiva, que o pesquisador possa representar esse passado de forma realista, “tal qual ocorreu” de forma imparcial e singular como uma representação de uma única verdade legítima (Myrick, Mills e Mills, 2013; Durepos, 2009). Nesse sentido, não é negada a ocorrência do fenômeno *per se*, mas sim a existência de um passado em uma “forma concreta e tangível”, “imutável e fechada/terminada”, representado “fora da nossa consciência” ou apreciação mental sobre ele (Durepos e Mills, 2012, p.59; Durepos e Mills, 2011, p.711).

Ao assumir que o pesquisador constrói ativamente seu entendimento sobre um fenômeno ocorrido no passado ao identificar, selecionar, interpretar e ordenar os vestígios deixados (“*an active sensemaking construction*”), é razoável supor que

diferentes olhares de distintos pesquisadores gerarão conhecimentos diferentes sobre o passado, ou seja, assume-se uma multiplicidade de histórias, de leituras possíveis. Há um “desengate”, uma “desobrigação” de uma relação unívoca entre passado e história, quase sinônimos no paradigma *mainstream* realista e positivista, salientando o movimento que “transforma” ou “lê” e *configura o passado em história* por meio da ordenação dos traços identificados, como destacado na Figura 6:

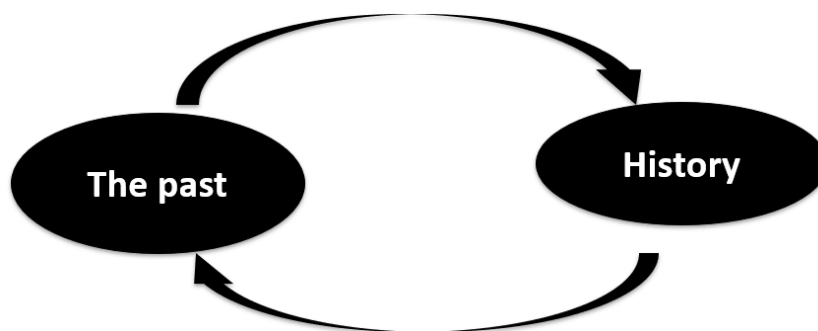


Figura 6 : O passado ordenado enquanto história (performada e mediada pelo pesquisador)
Fonte: <http://www.gabrielledurepos.com>

Há que se considerar, também, que o pesquisador observa e estuda a partir de seu posicionamento atual, no *presente*, de forma situada, temporal, espacial e ideológica, propondo uma ordenação dos vestígios identificados e selecionados por ele na forma de uma narrativa verossímil. A decisão sobre quais traços serão seguidos e como serão ordenados na construção do conhecimento sobre o passado é do pesquisador histórico, como demonstra o trecho abaixo de Durepos e Mills (2012):

“[...] history is as much *invented* as found, in the sense that meaningful knowledge of the past is possible only when the historian (a) decides on which traces to follow, (b) orders such traces, and (c) informs the ordering of traces through a suggested meaning” (Durepos e Mills, 2012, p.60. Grifo dos autores).

Não é descobrir “o” passado, mas sim elaborar uma possibilidade de história, que é sempre mediada pelo pesquisador. A mediação intrínseca do pesquisador da ANTi-History não deve preconizar qualquer ordenação prévia. Ou seja, a observação dos movimentos dos atores do campo deve ser privilegiada em relação a qualquer entendimento *a priori* que a pesquisadora possua. À pesquisadora não deve escapar, em hipótese alguma, seu papel ativo no reforço ou no silenciamento de narrativas possíveis, como argumentado no trecho abaixo:

“[...] we offer that the emplotment of the past as historical narrative has a shaping role in how we *come to see* the past. Organizational histories help to bring into being what they describe. In recounting certain realities but not others, they help to reinforce those realities” (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.13. Grifos dos autores).

E, ainda que a dualidade fato x narrativa da História seja respeitada, tais representações dos fenômenos ocorridos no passado não são independentes do processo subjetivo de “montagem” (“*assemble*”) e ordenação de traços para elaboração de uma versão possível. O conceito do *sociopast* nos ajuda a estabelecer um distanciamento do conceito de passado estático e fixo para um passado performativo e mutável constituído por atores-rede, como será detalhado na seção seguinte.

Por fim, é exatamente ao fazer a distinção entre passado e história, desobrigando a busca a uma verdade e única representação fiel do que ocorreu ao reconhecer a legitimidade de múltiplas possibilidades de ordenações, que reside o potencial emancipatório da ANTi-History. A história, como qualquer diálogo com o passado, não é neutra (Costa e Saraiva, 2011). Ela serve aos propósitos de alguém e, portanto, de forma crítica e reflexiva deve-se complementar à tradicional questão “história de que?”, o questionamento adicional “história para quem?”.

2.4.4.2

Sociohistorical past: o conceito de sociopast

O conceito de *sociopast* da ANTi-History reforça a diferença em relação ao conceito de passado naturalizado e estável *mainstream* para uma abordagem que ressalta o dinamismo e a emergência de narrativas históricas como efeitos resultantes de associações entre elementos de natureza heterogênea que constituem a sociedade em um momento anterior ao presente (Quelha-de-Sá, 2018).

De uma maneira simples e direta, o conceito de *sociopast* pode ser definido como a constituição ou composição da sociedade em um tempo anterior ao tempo presente, como destacado no trecho abaixo:

“[...] to the composition of the *before-now-society* or, more succinctly, the *socio-past*. The aim of ANTi-History is to trace the *socio-past* to see how it oscillates as history, and ANT scholars have taught us well in the art of tracing associations” (Durepos e Mills, 2011, p.711. Grifos dos autores).

O foco é direcionado para o rastreamento dos movimentos de translação realizados por atores constituintes do *sociopast* enquanto estabelecem conexões para formar redes, sem esquecer que o esforço de ordenação do pesquisador e sua interpretação dos vestígios deixados com os movimentos é o que “modela” a configuração do *sociopast* e define sua constituição para que uma narrativa histórica emerja, como destacado abaixo:

“[...] translations are the active forces that shape society and give it its specific constitution. Drawing on Latour (1986, 2005), what we wish to show is the composition of society in a time before now or what we will come to call the socio-past using ANTi-History. Thus, a specific constitution of the past comes into being through the associations and translations of actors as they engage in doing history” (Durepos e Mills, 2011, p.711).

Com base nos fundamentos da ANT, a constituição das redes heterogêneas que modelam e constroem a sociedade é contingente e instável e suas características são adquiridas e modificadas conforme novas conexões são estabelecidas em um eterno devir. Se considerarmos a característica de recorrência e fluidez dos movimentos de translação, a composição da sociedade no *sociopast* não pode ser considerada fixa ou imutável (Durepos e Mills, 2017), o que abre espaço para a compreensão dos fenômenos através de um processo contínuo de “tornar-se” (“*becoming*”), como destacado a seguir:

“The actor-networks that constitute a socio-past are never understood as sewn up, unchanging, or concrete, instead, the focus is on how one phenomenon is transformed into the next, on how one actor is altered through engaging with the next. [...] Therefore, the socio-past and its constituent actor-networks are understood through a process of becoming” (Durepos, 2009, p.162-163).

Nesse sentido, Durepos e Mills (2017, p.61) afirmam que o fazer histórico na ANTi-History baseia-se na ordenação dos traços - ou “trilhas de associações” (Durepos e Mills, 2012, p.100) - deixados pelos atores no *sociopast*, observando as características e “formas” adquiridas enquanto se movimentam e tentam estabelecer relações sociopolíticas, atraindo interesses e mobilizando aliados, caso sejam bem-sucedidos, como destacado pelos autores nos trechos abaixo:

“Doing history means tracing all the links that have come to (perhaps only temporarily) bind actors of the past, while paying special attention to the alterations ‘actors’ undergo by virtue of their place in the trajectory. It means mapping the shape assumed by actors as they form(ed) a network. History is defined by its relations and expressed within those relations” (Durepos e Mills, 2017, p.61).

“ANTi-History does not begin a (re)assembly of the constitution of a sociopast by starting off with the assumption that certain associations within the past exist; instead, it encourages following the series of actors around as they engage in political

acts, negotiations, enrollments, and translations, as they seek to form networks” (Durepos e Mills, 2012, p.9).

Dessa forma, a composição da sociedade é emergente e é performada através das associações e movimentos de múltiplos atores que pesquisamos e ordenamos enquanto estamos tentando compreender os fenômenos sociais. A topografia do social é constantemente (re)negociada e (re)ordenada e não há uma linearidade temporal, mas sim uma heterocronia (Dosse, 2012, p.17) e o conceito de “*folding*”, sem inícios ou fins demarcados ou recortes temporais pré-determinados. Trata-se de investigar os vestígios deixados pelos atores em tempos anteriores ao tempo presente (“*before now*”), como defendido por Durepos (2009) no trecho abaixo:

“The construction of the past, through a relational lens, is closely related to understanding the sociopast through the process of *folding*. We can never assume this construction as having a beginning state or an end state because folding is understood as continuous and fluid” (Durepos, 2009, p.163. Grifo da autora).

Cabe aqui o reforço do argumento de continuidade e não-linearidade ao resgatar o que foi defendido por Dosse (2012, p.15) que declarou que na História do Tempo Presente, método alinhado ao conceito de passado recente ou o presente continuado como a ANTi-History, há uma “desfatalização que encontra a indeterminação do presente e que reflete sobre a abordagem do passado”. Em outras palavras, o estudo de algo no tempo anterior ao tempo presente, nos proporciona um amplo campo de investigações ao desconstruir certezas, pois a conclusão do fenômeno estudado é desconhecida, algo diferente do que ocorria em eventos do passado distante. O presente e o passado estão próximos e “o passado não está tão distante, esquecido ou ultrapassado” (Tonelli, 2016, p.384). Relembrando a metáfora do lenço de Serres (Tonelli, 2016), coisas ou atores aparentemente distantes podem estar próximos em um movimento de “dobradura” do lenço temporal, ou o contrário, atores antes próximos podem ser separados por um “rasgo” no lenço.

Como Prost (2000, p.8) ressalta, ainda que se compreenda que “as coisas têm um começo, um meio e um fim”, não há uma linearidade intrínseca ou um ritmo constante na passagem do tempo, como afirma no trecho: “elas se inscrevem em uma trajetória temporal que não é certamente a regularidade do metrônomo ou do relógio, que se acelera em alguns momentos e se torna mais lenta a ponto de parecer imóvel em outros, mas que assegura uma continuidade do passado ao futuro”. O tempo está incorporado “de alguma forma, às questões, aos documentos e aos

fatos”. Não é simplesmente uma “unidade de medida” ou uma “moldura externa, disponível para todas as experiências”. O tempo é a “própria substância da história”, “complexo, construído e multifacetado” (Prost, 2012a, p.96). Assim sendo, o tempo é considerado “como continuidade de ritmo desigual, mas inexorável; o tempo, que não se pode nem parar, nem fazer voltar atrás ou avançar (Prost, 2000, p.8). Prost (2012a) ainda traz a temporalidade moderna e argumenta que o tempo moderno “supõe uma espécie de revolução mental”, que não se repete e que torna “o ‘depois’ irreduzível ao ‘antes’” (Prost, 2012a, p.101), como um tempo do progresso, algo que não era necessariamente observado nas ações e práticas da sociedade moderna, cabe ressaltar.

Nesse sentido, a ANTi-History se opõe à ideia da existência de uma “explicação progressiva de como o passado leva ao presente” (Durepos e Mills, 2012, p.124), negando a ideia de progresso associado à evolução de conhecimento ou à melhoria intrínseca de um estado posterior. Tampouco se considera o encadeamento linear de uma relação de causa e efeito direta e sequencial para explicar fenômenos do passado. Dessa forma, há um “envelopamento” das condições anteriores para o período em estudo, que passa a ter a constituição resultante de todas as condições anteriores, como explicado nos trechos abaixo:

“ANTi-History denies the possibility of a given society as developing toward a pre-given and perhaps utopian (better) end state. Nor does it attempt to prove or advocate the idea that prior changes in a given social condition can be displayed in a linear fashion to explain the present constitution of the social” (Durepos e Mills, 2012, p.124).

“The noteworthy point for ANTi-History is that the constitution of the sociopast encompass or envelops all previous periods. All prior periods are *folded* into a period of study, and previous periods account for its distinct constitution” (Durepos e Mills, 2012, p.124. Grifo dos autores).

2.4.4.3

O conceito da narrativa histórica enquanto um ator-rede

Considerando os argumentos abaixo:

- (i) o passado está ontologicamente indisponível e a história é uma das leituras possíveis, resultante da ordenação de vestígios identificados pelo pesquisador em diferentes fontes, que permite a elaboração de uma narrativa histórica verossímil;

- (ii) a realidade social é ampliada dentro do conceito de coletivos de Latour (2013 [2016]) e (re)constituída de forma contínua através dos movimentos de translação entre atores humanos e não-humanos que (des)mobilizam-se construindo atores-rede de materialidade heterogênea.

É possível afirmar que a ANTi-History contraria os dualismos e reducionismos enquanto abordagem construtivista com foco no relacional. Não há verdade absoluta e universal e não há princípios ou fins (Durepos e Mills, 2012). Em vez disso, o que temos é um processo contínuo de *tornar-se*, pois a realidade é construída socialmente por atores-rede em constante mudança, em movimentos contínuos de translação. Pode-se assumir, portanto, que diferentes formas de entendimento do social são sempre parciais, na medida em que são construídas com base no quadro de referência de uma ator-rede e suas relações dinâmicas.

Ao desafiar o privilégio concedido historicamente pelo pensamento moderno a representações discretas, permanentes, estruturadas, estáveis, ordenadas e pré-constituídas do social, pode-se assumir a impossibilidade de criar conhecimento do social com base em certezas. " (Durepos e Mills, 2017, p.57) reiteram as críticas a esta ontologia realista, argumentando que "é impossível supor *certamente* que nosso conhecimento do passado pode representar o passado como ele era.

A partir dessa lógica, a narrativa histórica emerge a partir das conexões resultantes de movimentos sociopolíticos e negociações realizados pelos atores no passado e ordenados pelo pesquisador no presente, como representado abaixo por Durepos (2021):

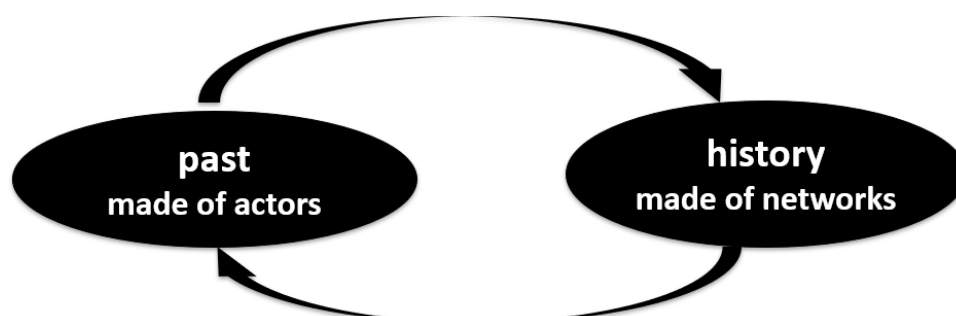


Figura 7 : A história como um ator-rede simplificado ou black box
 Fonte: <http://www.gabrielledurepos.com>

Considerando o que foi apresentado sobre a ANT, sabemos que qualquer ator-rede é indissociável e que as características da entidade emergente são adquiridas e moldadas segundo os atores que as compõem, sendo estes também modificados à medida que novas associações são performadas nas redes. Durepos e Mills (2012) reforçam esse ponto ao argumentar que o ator pode ser um elemento humano ou não-humano (como já sabemos de acordo com o princípio da simetria generalizada da ANT), mas também uma rede, que deixa de ser encarada e percebida com a complexidade de suas conexões, e passa a ser vista como um ator somente ao agir de forma unificada e coesa. Quando Durepos (2021) propõe a oscilação entre o passado (constituído por atores) e histórias (constituídas por redes) – que podem ser percebidas como atores simplificados ou *black boxes* ao esconder as condições de sua elaboração -, ela reafirma a performatividade do *fazer história* e a ordenação estabelecida pelo pesquisador para que os movimentos de atores do *sociopast* possam fazer uma possibilidade de história emergir. O emprego de ator e de rede de forma separada simplifica o entendimento ao enfatizar as relações, conexões e movimentos entre elementos heterogêneos, mas devemos lembrar que o ator e a rede estão ligados por um hífen na ANT, que os torna indissociáveis e uma “entidade circulante” (Latour, 1999, p.17). Portanto, não há ator sem rede (ainda que esteja subjacente aos olhos dos observadores de forma simplificada) e tampouco há uma rede sem atores, como destacado no trecho abaixo:

“Though the hyphen in actor-network theory has been thoroughly problematized (law e Hassard, 1999), it represents an important aspect of the approach? That of constant oscillation between actors and their formation as networks, and networks that punctuate as actors. The hyphen designates that the focus of analysis should always be *in between*, thus on the relations, associations, or oscillations of actor-networks. This emphasizes movement” (Durepos e Mills, 2012, p.102. Grifos dos autores).

Assim, a ANTi-History apresenta argumentos que visam romper com os conceitos estáticos do passado e da história, conferindo à produção do conhecimento do passado uma natureza mais fluida, variável e relacional. Por essa razão, a abordagem considera que a constituição da sociedade em um tempo anterior ao presente, ou o *sociopast*, também ocorre como resultado de associações e translações entre os atores enquanto se dedicam a *fazer* ou *performar* a história (Durepos e Mills, 2017; 2012; 2011).

2.4.4.4

Caráter relacional: o foco no *in-between* e o trabalho de mediação

O caráter relacional é um dos aspectos centrais da ANTi-History e a posiciona de forma contrária ao realismo e ao relativismo, uma das dicotomias combatidas por Latour ao propor a amodernidade. Ao invés de buscar a estabilidade das margens e dicotomias do pensamento moderno, o foco é deslocado para o trabalho de mediação, para o *in-between*, que por definição é dinâmico, efêmero e contingente. A história, na concepção da ANTi-History é assim e ao considerá-la dessa maneira – como resultado da ordenação dinâmica fundamentada no pensamento construtivista e relacional –, abre-se espaço para investigar como ela é recebida e interpretada por diferentes audiências, tal como indicado por Lubinski (2018), segundo os interesses dos atores envolvidos.

No relacionismo, portanto, o foco é direcionado para o movimento, para as relações entre atores, para o que ocorre no espaço de mediação, no “*in-between*”, como já debatido anteriormente e destacado no trecho abaixo:

“Relationalism means looking at sites of associations in between humans and nonhumans in their orchestration of the social. It also implies concentration on what happens in the space where actors become networks, and networks oscillate as actors. Simply put, it means looking at oscillations, movement, relationships, and therefore translations” (Durepos e Mills, 2012, p.106).

Ao se afastar do pensamento moderno, marcado pela ontologia realista, a característica dicotômica presente de forma profunda e enraizada nas Ciências Sociais, levava pesquisadores ao relativismo, como posicionamento contrário e antagônico ao realismo, acenando com a possibilidade de versões plurais do mundo social. No entanto, saímos de uma representação pré-constituída do social, marcada pelo absolutismo de uma verdade única e singular grifada por certezas determinísticas para uma “atitude em que tudo é possível” (“*anything goes attitude*”) (Durepos e Mills, 2012, p.105).

Latour (2013 [2016], p.112) coloca que o relacionismo é uma forma “elegante” de chamar o relativismo relativista, à medida que se afasta do relativismo absoluto que nos aproximava novamente ao absolutismo do universalismo presente no pensamento moderno. Por essa lógica, o universalismo defendia a existência de uma medida comum, única e transcendental e o relativismo absoluto negava sua existência, o que nos levaria a uma perspectiva em que todas as “línguas são

intraduzíveis, todas as emoções incommunicáveis, todos os ritos igualmente respeitáveis, todos os paradigmas incomensuráveis”, como argumentado por Latour (2013 [2016]), nos trechos abaixo:

“Um pouco de relativismo nos afasta do universal; muito relativismo nos traz de volta a ele, mas é um *universal em rede* que já não possui qualquer propriedade misteriosa” (Latour, 2013 [2016], p.111. Grifos de minha autoria).

“Os universalistas definiam uma única hierarquia. Os relativistas absolutos tornavam todas elas iguais. Os relativistas relativistas, mais modernos, porém mais empíricos, mostram os instrumentos e as cadeias que foram usadas para criar assimetrias e igualdades, hierarquias e diferenças” (Callon, 1991 *apud* Latour, 2013 [2016], p.111).

Nesse sentido, o relacionismo nos ajuda a “evitar a polarização” ao argumentar que o real é produzido por meio de “densas e prolongadas relações” (Durepos e Mills, 2012, p.106) e não de forma arbitrária como o pensamento relativista de “tudo é possível” ou de que “nada é verdadeiro ou real” (Barreto, Carrieri e Romagnoli, 2020, p.53), ao mesmo tempo em que se distancia do universalismo. Trata-se de uma maneira de “contornar o impasse intelectual encontrado na polarização do debate entre realismo e relativismo” (Weatherbee et al., 2012, p.199). O real, portanto, é formado e fundamentado por relações, ou seja, a realidade pode ser compreendida por meio de um pensamento “universal em rede” como proposto por Latour (2013 [2016], p.111), baseado no empirismo que observa “instrumentos e cadeias” que constituem a realidade social. A história universal – o passado “tal qual ocorreu” da lente realista e a pluralidade de múltiplas narrativas não necessariamente plausíveis ou bem fundamentadas da lente relativista são evitadas (Weatherbee et al., 2012).

O colapso dos padrões universais propostos pela modernidade não deve ser visto como algo subversivo, mas sim libertador (Munslow, 2006). Ao olhar *processualmente* (Durepos e Mills, 2011, p.709) as relações entre atores heterogêneos nos movimentos de translação, as dicotomias que amarravam e restringiam as investigações no paradigma realista e positivista são abandonadas. Assim, se a história – ou o conhecimento sobre o passado - emerge como um ator-rede constituído após a ordenação dos traços deixados por atores do *sociopast*, estudar o que ocorre no espaço de mediação e como as relações são estabelecidas é uma das características centrais da ANTi-History, como argumentado por Durepos e Mills (2017):

“In short, relationalism as a central facet of ANTi-History is the idea that history is made up of a series of relationships that bound actors (traces of the past) as networks (plausible histories) and networks as actors (histories that conceal their conditions of creation and participate in subsequent history production” (Durepos e Mills, 2017, p.58).

O aspecto relacional da ANTi-History se alinha ao argumento de Dosse (2012, p.13) que declara que “a história não é um jogo de espelhos, é um jogo de lacunas em um entre-dois não estabilizado”. O foco, portanto, está no movimento e no espaço de trabalho entre os elementos constitutivos de um social ampliado.

2.4.4.5

Narrativa histórica performada: o fazer história para (re)contar o passado

A história não é dada, mas constituída e *performada* através das associações de atores, emergindo como um ator-rede extremamente alinhado – um *black box* - resultante de movimentos sociopolíticos e negociações. Assim, estes atores, ao transladar seus interesses, associando-se uns aos outros, *fazem história, performam história* e estabelecem resultados distintos. Em outras palavras, diferentes narrativas históricas, ou uma “constituição específica do passado” surgem “através das associações e translações de atores enquanto se comprometem a *fazer história*” (Durepos e Mills, 2011, p.711 - ênfase dos autores).

Não existe, portanto, uma narrativa “pré-existente” ou uma pré-ordenação de traços. Nada é dado *a priori*. Nada é certo ou constante ao longo do tempo, como premissa trazida da ANT (Law, 1992, 1999). A construção da narrativa histórica engloba reconhecimento e interpretação de traços deixados por atores humanos e não-humanos em tempos anteriores ao presente quando o pesquisador está em campo, de forma empírica ao seguir os movimentos dos atores (Myrick, Mills e Mills, 2013; Durepos e Mills, 2011; Durepos, 2009). O caráter empírico e a formação de um *black box* – a narrativa histórica - é destacado abaixo por Durepos (2009):

“As I follow all actors, both human and nonhuman, as they engage in interest work, acts of translation, and enrollment in their efforts at network building. I also assume that history is an effect of a multitude of actors that have achieved *extreme alignment*” (Durepos, 2009, p.198).

Uma vez que emerge, a narrativa histórica torna subjacentes todas as articulações realizadas, simplificando o que é percebido (e compartilhado) por ter se tornado um *black box* ou “*punctuated actor*”. O resultado é que somente as entradas e saídas de um *black box* são notadas, dado o alinhamento entre seus atores, o que possibilita a escuta de uma só voz em uníssono em um ator-rede coeso (Durepos e Mills, 2011; Callon e Latour, 1981), como destacado no trecho de Durepos (2009) a seguir:

[...] I also assume that histories are *punctuated actors* or *black boxes* in that once they are published, the multitude of actors that have enabled their emergence and creation are erased from view and forgotten (Durepos, 2009, p.198. Grifos da autora).

Contudo, por mais que um ator-rede extremamente alinhado tenha emergido após uma bem-sucedida mobilização de aliados e que uma aparente simplificação seja percebida por outros atores, esta configuração não é estável e a permanência dos atores ao redor de um mesmo propósito é bastante difícil.

Como destacado por Munslow (2006, p.12), a essência do entendimento histórico é definida como a “habilidade em reconhecer, construir e seguir uma narrativa, que é uma história baseada nas evidências disponíveis”. Para os pesquisadores da ANTi-History deve estar claro seu papel na ordenação dos traços e na elaboração de uma narrativa possível, ambos resultantes de decisões tomadas durante o processo investigativo, como argumentado abaixo:

“[...] histories are enactive is an ontological claim. If social and historical inquiry helps to reinforce certain realities, then as researchers we can and should think about the worlds we wish to describe. This is because we participate in the decision concerning what can and should be brought into being through our research. We have choices” (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.13).

A ordenação dos traços – evidências disponíveis na investigação – é proposta pelo pesquisador após seguir os movimentos dos atores em campo, nunca *a priori*. O trabalho do pesquisador da ANTi-History considera e identifica as alterações e mudanças ocorridas durante os movimentos dos atores, de forma empírica, quando a narrativa histórica proposta adquire forma e características como destaca Durepos e Mills (2017):

“Doing history means tracing all the links that have come to (perhaps only temporarily) bind actors of the past, while paying special attention to the alterations ‘actors’ undergo by virtue of their place in the trajectory. It means mapping the shape assumed by actors as they form(ed) a network. History is defined by its relations and expressed within those relations” (Durepos e Mills, 2017, p.61).

O *fazer história* ocorre nos sítios de oscilação ou “*sites of oscillation*” (Durepos e Mills, 2017, p.60) que são locais de performatividade, onde há espaço para os movimentos de translação entre atores em um fluxo contínuo no *in-between*. É quase como um *continuum* entre elementos, um estado de latência, de elaboração e de incerteza em relação às conexões que efetivamente ocorrerão e que definirão os atores-rede e suas características e atributos (Quelha-de-Sá, 2018), como destacado nos trechos abaixo:

“[...] the site of oscillation is a point at which a series of actors, through their actions, fuse together to fix or dissipate a sense of an event. It is where actors become networks and vice versa. It is where a version of the past becomes history and where history comes to assume a role in the past of an event” (Durepos e Mills, 2017, p.60).

“The site of oscillation in one of performance, where there is potential for translating the composition of an actor or delegating a task onto another [...] it is a site where heterogeneous (i.e. human and nonhuman) actors might eventually assume their position as links in a network and where, by virtue of that position, they eventually assume a very specific meaning” (Durepos e Mills, 2017, p.60).

Ainda segundo os autores, ao adotar os princípios de uma história relacional, assume-se que a história adquire sua forma – ou uma determinada versão – nos sítios de oscilação. É nesse fluxo permanente de idas e vindas entre os elementos no espaço dinâmico entre eles - o *in-between* - que a mobilização ou desmobilização de um ator acontece, que as negociações podem resultar em translações de propósitos e interesses e que atores-rede têm suas trajetórias, atributos e configurações definidos em entidades circulantes, como alguns exemplos indicados por Durepos e Mills (2017, p.61), a saber, passado ↔ história, ator ↔ rede, humano ↔ não-humano, *sociopast* ↔ história (Quelha-de-Sá, 2018).

2.4.4.6

Multiplicidade de versões possíveis

A característica relacional da ANTi-History cria condições para a libertação da busca por uma história única, verdadeira e singular de fenômenos do passado, permitindo uma leitura múltipla de narrativas verossímeis. No entanto, os criadores da ANTi-History fazem uma ressalva ao diferenciar os conceitos de multiplicidade e pluralidade. Por essa lógica, o plural implica em diferentes perspectivas moldadas pelo observador, sendo todas mutuamente excludentes e independentes, o que remete ao relativismo, problema já debatido em seções anteriores, quando “não há

terreno seguro para que seja decidida a credibilidade de versões concorrentes” (Durepos e Mills, 2012, p.107). A multiplicidade defende a coexistência de diferentes narrativas históricas *performadas*, ou seja, há distintas realidades que se originam a partir de diferentes conjuntos de relações, como evidenciado no trecho abaixo:

“Multiplicity, on the other hand, implies more than one but less than many [...]. It pertains to the emergence or *performance* of different versions of one phenomenon that stems in different sets of relations [...]. Multiplicity assumes that there are active *conditions of possibility* within the relations of actors, which allow for different enactments of one phenomenon” (Durepos e Mills, 2012, p.107. Grifos dos autores).

Há, portanto, uma conexão entre as narrativas históricas múltiplas, o que não ocorre na pluralidade. Não são perspectivas oriundas de diferentes pontos-de-vista de pesquisadores, mas sim narrativas que emergem e revelam com sua performatividade diferentes versões do passado. As versões podem enfraquecer ou fortalecer umas às outras, suportar ou contradizer, mas há sempre uma conexão, uma tensão entre elas. São relacionadas. Considerar a existência de versões diferentes e não relacionadas de um fenômeno dentro do conceito de pluralidade negligencia as relações entre estas versões (Hassard e Alcadipani, 2010).

O próprio termo “*ANTi-History*” evidencia essa característica ao fazer uma relação entre a sigla ANT e o prefixo “**anti**” indicativo de oposição à história *mainstream*, positivista, “anti-História”, portanto. Além disso, é “pró-histórias”, reforçando a multiplicidade de versões possíveis ao “rejeitar a noção de uma história autoritária e singular em favor da multiplicidade” (Durepos e Mills, 2012, p.120).

2.4.4.7

Ontological politics: qual versão será performada como história?

Uma das principais consequências ao se adotar a abordagem ANTi-History, por seu caráter amoderno, é assumir que o conhecimento sobre o passado – a história – não pode ser representada ou espelhada quando é “descoberta” pelo pesquisador. Ontologicamente, o passado não está mais disponível, apenas traços ou “manifestações tangíveis do passado” (Durepos e Mills, 2012, p.123) e o papel do pesquisador é ordená-los ao elaborar uma narrativa histórica verossímil, tornando “presente o ausente” (Gomes, 2013, p.23). Pois bem, assume-se o papel

ativo que o pesquisador exerce ao interpretar e ordenar tais traços, bem como a coexistência de múltiplas versões possíveis, como debatido anteriormente. E também se assume o papel ativo que os elementos envolvidos no fenômeno e identificados pelo pesquisador exercem.

O ponto central da característica da política da ontologia envolve reconhecer a existência dessas áreas de negociação e de influências que definem qual versão será performada e emergirá como uma narrativa histórica. Ou seja, as movimentações sociopolíticas dos atores durante os movimentos de translação, quando atraem interesses e, se bem-sucedidos, trazem aliados à sua causa, formando redes, ocorre porque há um movimento político e uma decisão de captação ou não. As narrativas históricas resultantes assim o são porque há uma escolha entre o compartilhamento ou o silenciamento. Não há uma neutralidade “descritiva”, haja vista que as narrativas são “montadas” (“*assembled*”) incluindo o próprio pesquisador e os traços identificados (e selecionados) das movimentações e negociações políticas entre atores, como Durepos (2009) argumenta no trecho a seguir:

“ANTI-History assumes that *impartiality* in research represents an impossible attainment given that the situatedness of the historian or social scientist will invariably be at play in terms of guiding the choice of method used and the manner of representing *facts* and therefore will always *bias* results” (Durepos, 2009, p.159. Grifos da autora).

Não é descobrir “o” passado, mas sim elaborar uma possibilidade de história, que é sempre mediada pela pesquisadora, que deve assumir o papel ativo que exerce no reforço ou no silenciamento de narrativas possíveis. Como defendido por Gomes (2013, p.23), “o passado não está ‘atrás’ ou longe de nós; ele está junto, ‘dentro’ e, paradoxalmente, próximo a nós, justamente por ter passado. Ele deixa marcas, imagens e sons, enfim, deixa uma herança que não pode e nem deve ser esquecida”. Tal argumento ganha ainda mais força quando determinados atores ou grupos sociais são silenciados ao restringirem o alcance de suas narrativas, como o que ocorre com os que lutam em nossa sociedade pelo direito à verdade e à memória dos resistentes políticos desaparecidos forçados ou torturados durante a ditadura civil-militar brasileira. O conhecimento sobre o passado é posicionado e parcial e coletivo, como destacado abaixo:

“Communal historical knowledge implies that the act of *knowing the past* cannot be understood as cognitive or embedded within one individual mind but instead must be understood as dispersed, distributed, and shared throughout a collective of

situated actors” (Durepos, 2009, p.167. Grifos da autora).

Segundo Durepos (2009), uma história é disseminada e legitimada à medida que é reconhecida como plausível e compartilhada pelo coletivo, reforçando sua própria versão sobre o passado. No entanto, dada a instabilidade inerente à configuração de um ator-rede, pode-se afirmar que os processos de translação são contínuos e uma história somente é dominante por ser negociada por diversos atores e disseminada de forma recorrente (Quelha-de-Sá, 2018).

A força da narrativa é, dessa forma, diretamente proporcional à disseminação da sua rede e ao entrançamento de seus vínculos, incluindo os mais frágeis (Latour, 1996). Ao perder as conexões, a narrativa perde importância, caindo no esquecimento ou silenciamento. A narrativa histórica é, portanto, uma forma de conhecimento de um determinado fenômeno ocorrido no passado e reconstituído (“*assembled*”) ao seguirmos os traços deixados pelos atores. Não há inícios e fins, mas um processo contínuo de *tornar-se* (Durepos, 2009, p.162) e, acrescento, manter-se. Parafraseando Rigney (2008, p.94), a narrativa, assim como a memória, só se mantém viva e legítima se continuar “nadando” ou se “movimentando”, associando-se a atores no contexto em que está inserida. E para manter-se viva, torna-se fundamental o estabelecimento de novas conexões e mobilizações de novos atores.

2.4.5

O arquivo: lugar e princípios

Na perspectiva da ANTi-History, o arquivo pode ser considerado como exemplo de atuação de um elemento não-humano na configuração de redes heterogêneas com significativo potencial de ação à distância. Resgatando o conceito de móveis imutáveis já detalhado anteriormente, arquivos são capazes de disseminar o conteúdo delegado sem alterações e com menor esforço quando comparado a um elemento humano (Durepos e Mills, 2011). Nessa linha de raciocínio, quanto maior for a capacidade de translação de um ator, quanto maior for a amplitude de seus movimentos para atração de interesses e mobilização de aliados, mais poderoso ele é.

Nesse sentido, podemos considerar um arquivo como a “polia de Arquimedes”, dada sua força potencial para alterar o curso de ação de outros atores. Além disso, nossa “polia”, o arquivo, possui uma grande capacidade de transmissão de uma mensagem inalterada para diferentes audiências de forma simultânea e em diferentes tempos, exemplificando a bricolagem a que Tonelli (2016, p.385) se referia ao conceituar translação como “ato de bricolagem que emerge da mistura de elementos heterogêneos do passado, do presente e do futuro, simultaneamente”. Ao ser compartilhada, uma história é fortalecida e se legitima, silenciando versões alternativas e podendo tornar-se a versão dominante de um fenômeno do *sociopast*. O arquivo e seus documentos constituintes podem ser, portanto, atores não-humanos centrais na investigação para compreender os processos de transformação dos lugares de memória da resistência.

Cabe resgatar também a noção ampliada de documento com o advento da História Nova, que passa a reconhecer a legitimidade de outros tipos de documentos que não exclusivamente aqueles formais, escritos e oficiais. Bacellar (2006, p.25) aponta a mudança da relação entre os historiadores e as fontes documentais, desde os que “viam nos documentos fontes de verdade, testemunhos neutros do passado” aos que “analisam seus discursos, reconhecem seus vieses, desconstroem seu conteúdo”. Ainda segundo o autor, a importância de cada arquivo só pode ser estabelecida de acordo com o fenômeno estudado, incluindo as inquietações e a pergunta de pesquisa de cada pesquisador. Vale ressaltar a nota de Samara e Tupy (2010b, p.69) que defendem que “nem todo registro escrito é um documento histórico e nem todas as fontes históricas apresentam-se como um documento escrito”.

Não somente a expansão do conceito de documento ocorre, mas também o desenvolvimento de uma visão mais crítica, talvez menos ingênua, ao deixar de considerar o documento como um repositório da verdade, mas sim como algo posicionado, subjetivo e não-inocente. Dessa forma, “a própria ausência de documentos passa a ser significativa, pois elucida que esses são sempre produtos de uma sociedade que os fabricou conforme relações de forças e de poder” (Costa, Barros e Martins, 2010, p.291) e o silêncio da ausência deve ser considerado pelo pesquisador de forma crítica e reflexiva.

Quando consideramos os silenciamentos impostos pelo não compartilhamento, entendemos que a seleção dos documentos que compõem um

arquivo passa pelo julgamento de um indivíduo – ou indivíduos – sobre a pertinência daquele documento para o acervo. A escolha do responsável pelo arquivo é tomada com base na relevância percebida em relação àquele documento e passa por questões como o entendimento de quem o escreveu, em que contexto e com qual objetivo. Tais aspectos devem ser considerados no momento de investigação do fenômeno de interesse e na análise do que está – e do que não está – no acervo de determinado arquivo, como destacado no trecho abaixo de Barros (2016), a despeito do advento da internet:

“Nevertheless, absent data and the ‘veracity’ of present data are inherent to archival studies: a judgment will always have to be made about what will, or will not, be preserved and this has not changed with the advent of the internet” (Barros, 2016, p.611).

Coimbra (2010, p.90) define arquivo como sendo “antes de mais nada o lugar onde se guardam documentos ou materiais diversos relacionados com uma pessoa, acontecimento ou época”, definição essa a mais comum e aceita. No entanto, há outras definições conforme a autora destaca, entre elas: “o arquivo como um lugar de poder” de Jacques Derrida ou como Michel Foucault conceituou um “sistema de formação e de transformação de afirmações”, “um conjunto de regras que determina o que pode ser dito num determinado contexto”. Estas conceituações reforçam a inexistência de um “papel inocente” no processo de composição do acervo de qualquer arquivo (Quelha-de-Sá, 2018).

Interessante observar a ampliação do debate acerca da materialidade do arquivo e de suas conceituações enquanto lugar ou princípio. “Será ele um lugar, ou um conjunto organizado de princípios e orientações ou opera simultaneamente como lugar e princípio?” (Coimbra, 2010, p.90). Barros (2016, p.610) aponta a influência da internet e da evolução tecnológica, de forma geral, como “práticas transformadoras”, que expandiram a capacidade de armazenamento e de disseminação dos arquivos e reforça a multiplicidade de conceituações de arquivo como um “lugar, um grupo de documentos ou, mais genericamente, uma coleção de dados desorganizados que apresentam, sempre atribuída, alguma conexão”. Já Bacellar (2006, p.47) alerta sobre o acúmulo de “massas documentais” e pontua que uma das preocupações dos responsáveis pelos acervos é exatamente a eliminação do excesso de papéis, objeto de comissões multidisciplinares para definição de quais documentos terão guarda permanente, preservação por amostragem ou até mesmo a eliminação integral. A preocupação com a renovação de métodos e

técnicas é pontuada por Samara e Tupy (2010b, p.81) como uma forma de “tentar vencer lacunas e silêncios”.

Se considerarmos que a História é construída, Dosse (2012) reforça que o primeiro estágio no processo construtivo é o de armazenamento dos documentos, que é realizado de acordo com o julgamento do responsável pelo acervo, que atua como um “mediador entre o pesquisador e o arquivo” (Barros, 2016, p.616). Ademais, reconhecemos que as fontes históricas são inesgotáveis, portanto, além da seleção realizada na composição do arquivo, há que se considerar também a inevitável seleção de documentos realizada durante a investigação. Nesse ponto, há que se adotar como premissa de que não há neutralidade do pesquisador, que seleciona os arquivos tendo como base “seus juízos de importância e de seus planos de interpretação” e os ordena, identificando e compreendendo suas conexões e propondo uma narrativa histórica verossímil.

Dessa forma, “a escrita histórica está em uma relação instável, presa entre o que lhe escapa, o que está sempre ausente e o desejo de tornar presente, ou ainda, de tornar visível o ter-sido” (Dosse, 2012, p.13). Portanto, se o 1º passo é “conhecer os fatos”, o 2º consiste em “concatená-los em uma exposição coerente”, em um trabalho de construção do historiador (Prost, 2012b, p.53) ou de um pesquisador histórico, acrescento. Samara e Tupy (2010a, p.119) também reforçam as competências do historiador ao argumentar que a operação histórica consiste em “estabelecer encadeamentos entre os diversos componentes do tema estudado [...] e construir um discurso atribuindo-lhes coerência e sentido”. Nesse aspecto, ressalto que a dualidade fato x narrativa histórica é respeitada na ANTi-History, exatamente pela defesa do relacionismo e não do relativismo, quando uma versão verossímil baseada em vestígios é proposta. Os fatos são “teimosos”, são “como pedras utilizadas para construção das paredes do edifício chamado ‘história’” (Prost, 2012b, p.54-55) e, portanto, devem ser respeitados.

Se, como destacado por Barros (2016, p.612), “o arquivo é construído a partir de práticas humanas e sujeito às vicissitudes que deram forma a estas atividades” e a história “só é possível respaldada em fatos” (Prost, 2012b, p.56), o método crítico, com a crítica interna e externa aos documentos que se relacionam aos fatos, é condição *sine qua non* para uma pesquisa científica rigorosa. No entanto, o fato histórico não é condição dada por natureza, mas assim o é adjetivado por sua posição relativa ao observador, pelas inquietações do pesquisador que o torna

“digno de ser relatado”. O caráter histórico do fato se deve ao “modo de conhecê-lo”, não sendo uma condição inerente, portanto. Por essa razão, Prost (2012b, p.65-66) defende a história como um “modo de conhecer”, como uma “ciência do raciocínio”, haja vista que todo conhecimento histórico é indireto dada a inacessibilidade ontológica do fenômeno ocorrido no passado.

Isso posto, a crítica aos vestígios encontrados (e aos que não foram encontrados) e a reflexão vigilante do pesquisador desde o encontro com o arquivo (lugar), bem como a investigação de seu acervo (documentos) para a ordenação dos traços encontrados, são fundamentais. Quando argumento que arquivos ou documentos poderiam funcionar como “polias de Arquimedes” nos movimentos de translação do fenômeno em estudo, reforço a importância do processo de delegação material e da atuação de atores não-humanos na constituição de redes. Ou seja, a ação à distância de elementos não-humanos, incluindo documentos cuja origem é a memória de indivíduos, constituiu-se em uma fonte relevante de compartilhamento de determinada narrativa.

2.4.6

Considerações finais da seção

É condição *sine qua non* para a ANTi-History que se reconheça o papel ativo do pesquisador durante a investigação do fenômeno. Há que se considerar, portanto, que a decisão sobre a ordenação dos traços deixados por atores em momentos anteriores ao presente é do pesquisador, o que reforça a característica anti-positivista e a subjetividade intrínseca do conhecimento construído como narrativa histórica. Nesse sentido, os pesquisadores históricos que compartilham a temporalidade com suas investigações “são confrontados, mais do que outros, com a necessidade de uma prática consciente de si própria, o que impede qualquer ingenuidade frente à operação historiográfica que sabemos ser complexa”.

Não obstante, Durepos (2009, p.198) ressalta que apesar de importante e parte do processo, a voz do pesquisador não deve se sobrepor às vozes dos demais atores. Tal argumento está alinhado à visão de Latour (1999, p.19) sobre a ANT como “outra maneira de ser fiel aos *insights* da etnometodologia”, que considera o pesquisador como um observador “aprendiz” e não um “legislador” que busca a

aplicação de um modelo pré-existente que explique os movimentos dos atores, deixando-os em segundo plano ao privilegiar o teórico sobre o empírico. O trecho abaixo de Durepos e Mills (2011) destaca este ponto:

“In following the actor-networks that constitute a socio-past, an ANTi-History approach would thus encourage privileging the voice of the actors followed over that of the actor who is following or (re)assembling. This means that the actor-network should speak louder than the voice of the trained historian” (Durepos e Mills, 2011, p.712).

Em termos metodológicos, para a área de Estudos Organizacionais, adotar uma abordagem construtivista social, relacional, crítica e amoderna como a *ANTi-History* traz alguns desafios para a pesquisa, entre os quais, a ruptura de dicotomias como micro/macro, longe/perto (Latour, 1996) e o entendimento da realidade como resultado de um entrelaçamento de diversos atores de natureza heterogênea, só para citar alguns. A rede defendida por Latour se propõe a resgatar a complexidade do “nó górdio”, partido pelo pensamento moderno, e defende a análise do social como um tecido inteiriço, ultrapassando categorias e “zonas ontológicas distintas” (Latour, 2013 [2016], p.16) de humanos e não-humanos. O foco é deslocado dos pólos para a mediação, para as relações, como destacado abaixo:

“Instead of having to choose between the local and the global view, the notion of network allows us to think of a global entity -a highly connected one- which remains nevertheless continuously local... Instead of opposing the individual level to the mass, or the agency to the structure, we simply follow how a given element becomes strategic through the number of connections it commands and how does it lose its importance when losing its connections” (Latour, 1996, p.6).

No entanto, apesar das dificuldades, principalmente em processos de transformação marcados pela falta de linearidade e com objetos de pesquisa disputados por diferentes atores com interesses por vezes antagônicos, investigar o “como” usando esta abordagem nos dá a chance de trazer para a superfície vozes silenciadas e narrativas alternativas. Ao desprivilegiar verdades universais em favor de interpretações múltiplas do social (Durepos, 2009), pode-se argumentar que a construção do conhecimento - entre eles o conhecimento sobre o passado em forma de narrativa histórica - é sempre parcial, situado e posicionado, sendo influenciado pelas circunstâncias e contexto em que é constituído (Quelha-de-Sá, 2018).

Munslow (2006) destaca no trecho abaixo, a subjetividade como característica constituinte dos novos paradigmas da História que se afastam do modelo *mainstream* e propiciam uma oportunidade de expressão das narrativas de grupos marginalizados:

“Although Elton severely disapproves, the present varieties of social history are evidence that history is more and more constructed and written as a form of political commitment to marginalised groups – racial and ethnocultural, gendered, class, colonial, sexual and regional. Much social and cultural history now being written assumes that the historian’s personal beliefs and commitments cannot be suspended, but that this does not diminish the value of our historical understanding” (Munslow, 2006, p.26).

A determinação da validade e legitimidade de certas narrativas históricas é influenciada por fatores políticos e culturais, daí a relevância do contexto como mais do que um simples pano de fundo para que o processo de disseminação ou silenciamento de determinada história seja entendido e explicitado.

Por fim, a adoção da ANTi-History no presente estudo busca investigar “como” se deram os processos de transformação de três centros de tortura e violação dos direitos humanos em lugares de memória de resistência, considerando o contexto como um ator performático. A simplificação de uma entidade – na configuração de um *black box* – esconde a influência de fatores políticos e das relações negociadas e estabelecidas que possibilitaram sua constituição, deixando-as subterrâneas e invisíveis aos olhos de outros atores. Entender tais relações no MRSP e compará-las aos movimentos realizados pelos atores no processo do antigo prédio do DOPS/RJ possibilita ampliar o conhecimento sobre as redes e conexões necessárias para que lugares de memória sejam criados e tenham sua importância reconhecida pela sociedade.

Para o presente estudo, entender a constituição de lugares de memória da resistência através da abordagem ANTi-History, possibilita primeiramente o reconhecimento da multiplicidade de versões possíveis de histórias da formação destas organizações, bem como a diversidade de atores envolvidos e negociações, mas também a potencial contribuição de cada uma delas combate ao esquecimento e ao silenciamento das violações dos direitos humanos cometidas na época da ditadura civil-militar brasileira. A memória, ou a história que emerge por meio do conhecimento do *sociopast*, oferece a rica possibilidade de reflexão e transformação das gerações futuras, como destacado no trecho abaixo:

“Histories without definitive and authoritative endings allow us to imagine futures unimagined. Being open in our endings is a logical research assumption when we consider that our present time and space is an ever-changing vantage point through which we frame the past (Burrell, 1997). With each contextual change comes a slightly altered frame” (Durepos, Shaffner e Taylor, 2019, p.14).

3. Procedimentos Metodológicos

O objetivo deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos adotados na investigação (1) do processo de transformação do DEOPS/SP em um lugar de memória de resistência (Memorial da Resistência de São Paulo - MRSP) enquanto um ator-rede simplificado ou um *black box* e (2) do processo de transformação – ainda não concluído - do antigo prédio do DOPS no Rio de Janeiro e, por fim, (3) da rede inter-organizacional constituída ao analisar em conjunto os dois processos de transformação.

Para isto, foram elencadas primeiramente as etapas trilhadas durante a pesquisa e, na sequência, desenvolvidas as seguintes seções: (i) resgate das premissas da ANTi-History, que em conjunto com os conceitos e fundamentos apresentados no Referencial Teórico, reforçam as bases ontológicas e epistemológicas para a análise do fenômeno e a postura esperada da pesquisadora, (ii) percurso de coleta e seleção de dados para análise, (iii) estruturação da seção de análise e, por fim, (iv) delimitação da pesquisa.

3.1 Etapas trilhadas na pesquisa

1. Foram identificados e investigados os traços deixados pelos atores envolvidos no processo de transformação do DEOPS/SP em Memorial de Resistência de São Paulo, inaugurado em 2009, como um lugar de memória de resistência.
2. Foram identificados e investigados os traços deixados pelos atores envolvidos no processo de transformação do DOPS/RJ em um lugar de memória de resistência, ainda sem encerramento.
3. Foram investigados como os atores humanos e não-humanos identificados em cada uma das trajetórias manobram e negociaram seus interesses no processo de estabelecer relações e mobilizar aliados à sua causa.

4. Foram identificados os *Turning Points* de cada um dos processos (conceito definido adiante).
5. Foram identificadas as *Zones of Intense Dispute* (ZIDs) de cada um dos processos (conceito definido adiante).
6. Foi identificada a rede inter-organizacional constituída ao analisar em conjunto os processos de transformação dos dois espaços.
7. Foi analisada a performatividade do contexto em cada um dos processos e na rede inter-organizacional elaborada na análise em conjunto.

3.2

Premissas da ANTi-History

Caráter relacional

O caráter relacional é um dos aspectos centrais da ANTi-History e a posiciona de forma contrária ao realismo e ao relativismo, uma das dicotomias combatidas por Latour ao propor a amodernidade. Ao invés de buscar a estabilidade das margens e dicotomias do pensamento moderno, o foco é deslocado para o trabalho de mediação, para o *in-between*, que por definição é dinâmico, efêmero e contingente. A história, na concepção da ANTi-History é assim e ao considerá-la dessa maneira – como resultado da ordenação dinâmica fundamentada no pensamento construtivista e relacional -, abre-se espaço para investigar como ela é recebida e interpretada por diferentes audiências, tal como indicado por Lubinski (2018), segundo os interesses dos atores envolvidos.

No relacionismo, portanto, o foco é direcionado para o movimento, para as relações entre atores, para o que ocorre no espaço de mediação, no “*in-between*”. O aspecto relacional da ANTi-History se alinha ao argumento de Dosse (2012, p.13) que declara que “a história não é um jogo de espelhos, é um jogo de lacunas em um entre-dois não estabilizado”. O foco, portanto, está no movimento e no espaço de trabalho entre os elementos constitutivos de um social ampliado.

Performatividade

A história não é dada, mas constituída e *performada* através das associações de atores, emergindo como um ator-rede extremamente alinhado – um *black box* -

resultante de movimentos sociopolíticos e negociações. Assim, estes atores, ao transladar seus interesses, associando-se uns aos outros, *fazem história, performam história* e estabelecem resultados distintos. Em outras palavras, diferentes narrativas históricas, ou uma “constituição específica do passado” surgem “através das associações e translações de atores enquanto se comprometem a *fazer história*” (Durepos e Mills, 2011, p.711 - ênfase dos autores).

Não existe, portanto, uma narrativa “pré-existente” ou uma pré-ordenação de traços. Nada é dado *a priori*. Nada é certo ou constante ao longo do tempo, como premissa trazida da ANT (Law, 1999, 1992). A construção da narrativa histórica engloba reconhecimento e interpretação de traços deixados por atores humanos e não-humanos em tempos anteriores ao presente quando o pesquisador está em campo, de forma empírica ao seguir os vestígios deixados pelos movimentos dos atores (Myrick, Mills e Mills, 2013; Durepos e Mills, 2011; Durepos, 2009). Uma vez que emerja, a narrativa histórica torna subjacentes todas as articulações realizadas, simplificando o que é percebido (e compartilhado) por ter se tornado um *black box* ou “*punctuated actor*”. O resultado é que somente as entradas e saídas de um *black box* são notadas, dado o alinhamento entre seus atores, o que possibilita a escuta de uma só voz em uníssono em um ator-rede coeso (Durepos e Mills, 2011; Callon e Latour, 1981).

O *fazer história* ocorre nos sítios de oscilação ou “*sites of oscillation*” (Durepos e Mills, 2017, p.60) que são locais de performatividade, onde há espaço para os movimentos de translação entre atores em um fluxo contínuo no *in-between*. É quase como um *continuum* entre elementos, um estado de latência, de elaboração e de incerteza em relação às conexões que efetivamente ocorrerão e que definirão os atores-rede e suas características e atributos.

Reflexividade

Uma postura reflexiva e crítica é condição *sine qua non* para que não haja um direcionamento para construção de uma narrativa histórica agradável ou alinhada aos desejos e expectativas da pesquisadora ou uma simples reconstituição da versão dominante. Ao tornar-se ela mesma um ator na rede mapeada, a pesquisadora deve adotar uma lente mais crítica e consciente da história (“*historical awareness*”), reforçando a reflexão a respeito de “como” determinada constituição foi estabelecida e levantando questionamentos acerca das vozes privilegiadas ou

silenciadas em dada versão.

Como Latour (1999, p.19) argumentou ao apresentar as premissas da ANT, o pesquisador deve assumir o papel de *aprendiz* ao manter-se fiel aos “insights da etnometodologia”, dado que nós, pesquisadores, aprendemos com os atores em campo. Portanto, o pesquisador deve ser capaz de observar os atores em campo, buscando neles as respostas para perguntas *o que, como e por que* se movimentam e se relacionam de determinada maneira, sem imposições ou pré-julgamentos. Segundo Lubinski (2018, p.1792), para entender como determinados atores criaram ou perceberam determinada história, faz-se necessário compreendê-la de acordo com a perspectiva dos próprios atores, ou seja, adotado a “polifonia” como caminho de pesquisa ao considerar múltiplas vozes de diferentes audiências. Se libertar da “descoberta” de um passado singular, possibilita a identificação de múltiplos atores ao seguir suas movimentações e vestígios, entendendo que todos têm narrativas posicionadas e contingentes, que podem contrariar expectativas e explicações elaboradas previamente pelo pesquisador.

O pesquisador não deve ser indiferente às movimentações políticas inerentes à produção e interpretação do conhecimento (Durepos, 2009, p.187), mas sim considerá-las em sua análise. Além da reflexão associada à constituição do ator-rede e das versões possíveis da história, o pesquisador deve analisar criticamente suas fontes – inclusive a (in)disponibilidade e a seleção para composição de um acervo – entendendo que documentos e narrativas são sempre parciais e por natureza não são inocentes.

O desafio da pesquisa histórica em Administração

O ato (e a escolha) de fazer pesquisa histórica em Estudos Organizacionais traz alguns desafios para os pesquisadores, intensificado ao ser combinado ao processo da escrita narrativa na análise dos resultados como proposto na ANTi-History. Nesse sentido, adotar a ANTi-History, uma teórico-metodologia elaborada dentro do campo de Administração, cujas premissas foram apresentadas no Capítulo 2 e reforçadas aqui na seção de Metodologia, me auxiliou na realização de uma pesquisa de caráter emancipatório, reflexivo e combativo às características presentista e universalista de pesquisas da Administração positivista e realista *mainstream*.

Não obstante, por ser uma investigação de caráter histórico, é importante que a presente pesquisa também seja posicionada nesse campo do conhecimento. No que diz respeito à História, esta pesquisa se alinha ao campo da História do Tempo Presente (HTP) por três questões epistemo-metodológicas centrais, a saber: (i) a importância do testemunho e a ampliação do conceito de documento; (ii) a temporalidade e limites cronológicos para definição de “tempo presente” com a contemporaneidade entre pesquisador e fenômeno e; (iii) a indeterminação da história ou a “história em aberto”. Não é objetivo do presente trabalho aprofundar o debate sobre a HTP¹⁹, mas sim posicionar a pesquisa também no campo da História e evidenciar o alinhamento entre a ANTi-History e a HTP.

A HTP ao defender que a contemporaneidade entre pesquisador e fenômeno não prescinde ao rigor metodológico exigido, se posiciona como campo do saber legítimo e científico e abre uma série de possibilidades de documentos – no sentido ampliado – como fontes históricas. A coexistência entre o pesquisador e o fenômeno é motivo de atenção, mas também é uma das forças da História do Tempo Presente, pois possibilita à pesquisadora identificar nuances de comportamentos ou intenções, que poderiam passar despercebidas, caso a mesma não compartilhasse aquela realidade social e contexto cultural. Nesse sentido, um dos receios do historiador, a contestação de uma narrativa elaborada, é na verdade, uma das vantagens da História do Tempo Presente, que pode contar com as experiências e vivências de indivíduos que testemunharam o fenômeno em estudo (Delgado e Ferreira, 2013). Ainda que seja considerada uma “história sob vigilância” (Dosse, 2012, p.15), a riqueza de detalhes e nuances que poderiam não ser percebidas se outra fonte fosse usada, bem como a verdade dos relatos, traz elementos importantes para a construção de uma narrativa plausível e fundamentada.

Seguindo essa linha argumentativa, adotar fontes orais, vistas com desconfiança no período de institucionalização da história científica como disciplina universitária dentro da nova política francesa (Ferreira, 2018, 2000; Delgado e Ferreira, 2013), amplia o conceito de documento ao compreender que o testemunho pode enriquecer de forma significativa a pesquisa ao trazer elementos

¹⁹ Como referências para o estudo da História do Tempo Presente, seguem alguns autores: Ferreira (2018, 2000), Silva e Costa (2018), Delgado e Ferreira (2013), Fico (2012), Dosse (2012), Lagrou (2009), Santos (2009), Padrós (2009), Rousso (1996).

novos ou detalhes incrementais a outras fontes históricas. Nesse sentido, a riqueza proporcionada ao ouvir relatos e testemunhos diretos de ex-presos políticos e ativistas, bem como ao acompanhar vestígios de múltiplas fontes com as movimentações de grupos sociais e demais atores identificados no processo de transformação dos espaços usados para violação dos direitos humanos e tortura em lugares de memória foi muito significativa e relevante para a presente pesquisa.

Como defendido por Delgado e Ferreira (2013, p.27), a pesquisa histórica pode ser fundamentada em uma pluralidade de fontes e “podem incorporar a instância da memória em duas dimensões coletivas e individuais”. Entrelaçar memórias, testemunhos, notícias de jornais, documentos oficiais, decretos, páginas em redes sociais, vídeos e sites para construção do percurso de cada um dos dois lugares estudados abre um leque de possibilidades para analisar disputas, negociações e marcos de virada para as redes de cada um dos casos, bem como aquelas formadas entre eles.

Uma questão central relacionada à HTP remete à definição de um marco temporal, uma grande ruptura, a partir da qual se coloca um ponto de partida, uma delimitação temporal para que seja definido a partir de qual momento podemos falar do tempo presente (Dosse, 2012). É razoável supor que o marco não é necessariamente o mesmo para diferentes geografias e que tampouco haja um tempo mínimo estabelecido na comunidade acadêmica sobre o distanciamento temporal. Nesse sentido, o encaminhamento proposto por Delgado e Ferreira (2013) é adotado na presente pesquisa, ao defender a diferenciação da História do Tempo Presente como aquela marcada pela presença de testemunhas vivas do fenômeno investigado.

Dosse (2012, p.6-7) defende a ideia de que a História do Tempo Presente se encontra na “interseção do presente e da longa duração”, nos momentos em que o presente está sendo construído com elementos do passado, ou o “trabalho do passado no presente”. O conceito de continuidade argumentado por Dosse (2012) me parece estar bastante alinhado às premissas da *ANTi-History* como teórico-metodologia, considerando os movimentos das redes constituídas de forma contínua por meio de relações de mediação entre atores. Como um fio condutor sendo tecido através da temporalidade, ou o fio de Ariadne de Latour (2016) desde tempos anteriores ao tempo presente. Há um devir intrínseco na metodologia

histórica, segundo Dosse (2012, p.8), um “vai e vem constante” entre presente e passado.

Fico (2012, p.49) traz um argumento de Dominick LaCapra onde reconhece a intencionalidade e a subjetividade ao mesmo tempo em que faz uma ressalva a respeito da empatia e emoção do historiador em fenômenos traumáticos de sua contemporaneidade: “o historiador deve se pôr no lugar do outro sem tomar seu lugar nem converter-se em seu substituto e sem sentir-se autorizado a falar com sua voz”.

Por todo o exposto acima, podemos afirmar que são pilares fundamentais para a presente pesquisa:

- (i) existe uma subjetividade intrínseca na elaboração da narrativa e a simples condição de proximidade entre a pesquisadora e o fenômeno em análise não interfere no rigor científico;
- (ii) o foco é direcionado para as mediações, para as relações sociais;
- (iii) a realidade é construída socialmente em um eterno devir posicionando a pesquisa para outro paradigma que não o positivista/realista;
- (iv) a ampliação do conceito de documentos e a legitimação de múltiplas fontes históricas enriquece a pesquisa e oferece a oportunidade de reparação e resgate de memórias subterrâneas e vozes silenciadas.

Por fim, adequando o argumento de Fico (2012, p.48) e substituindo “historiador” por pesquisadora, reforço que “[...] não tenho como definir o que é a ‘verdade histórica’, mas posso estimular a reflexão sobre a multiplicidade de interpretações possíveis”.

3.3

Percorso de coleta e seleção de dados para a pesquisa

Em relação à coleta de dados, respeitando o princípio da simetria generalizada da ANT – adotada na ANTi-History –, em linha com o conceito ampliado de documento da História do Tempo Presente, foram investigadas com a mesma atenção documentos escritos e testemunhos. Quaisquer fontes, oficiais ou não, que

me ajudassem a identificar os atores das redes foram analisadas sem pré-julgamentos e, a partir daí, seguir seus movimentos de modo a permitir a construção de uma narrativa possível embasada nos vestígios das associações e disputas ocorridas no passado. Isto é, não há espaço para privilégio – ou tratamento assimétrico – entre fontes, tampouco qualquer definição *a priori* sobre a centralidade do papel de atores humanos sobre não-humanos na formação dos atores-rede do fenômeno investigado.

Nesse sentido, o fenômeno foi investigado considerando os traços deixados por elementos de natureza heterogênea sem prioridade para humanos, mas sim a partir de suas movimentações e papéis desempenhados para a constituição das redes. A busca por dados para a análise foi realizada por meio de entrevistas, pesquisas documentais em livros, bibliotecas, dissertações, perfis em redes sociais e sites dos atores identificados durante a investigação. Minha preocupação principal, como pesquisadora que adota a ANTi-History, é evitar que uma seleção prévia de atores (um viés, portanto) restrinja a identificação de possíveis redes e movimentações de outros atores, observados durante no curso da investigação e que possa impor de forma equivocada determinada narrativa histórica *a priori*.

Sendo assim, ainda que fontes oficiais sejam exploradas, a investigação não se limitou às mesmas. O objetivo consistiu em jogar luz nos processos de construção destes lugares de memória, nas relações e negociações performadas pelos atores até que a transformação ocorresse (caso de São Paulo) ou até onde tenha avançado (caso do Rio de Janeiro). Busquei compreender por meio da pesquisa, o papel do contexto como ator performativo no processo e propor um esquema de análise para identificar e investigar sua influência na rede inter-organizacional formada.

3.3.1

A pesquisa na pandemia

Devido ao isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, as investigações do processo de transformação do DOPS/RJ em lugar de memória de resistência foram realizadas, em sua maior parte, de forma remota. Na busca exploratória, foi possível identificar a existência de múltiplas fontes documentais, entre as quais, encontros virtuais entre organizações, coletivos e atores nos canais

do Youtube, palestras, documentos eletrônicos e/ou digitalizados e debates e encontros via *Zoom* e *Google Meet*, para citar alguns. Os resultados da busca exploratória foram adotados como ponto de partida na pesquisa de campo

3.3.2

Trajetoória e etapas da coleta de dados

O processo de transformação do antigo prédio do DEOPS/SP em um lugar de memória da resistência, o Memorial da Resistência de São Paulo, foi estudado durante meu mestrado, já adotando a teórico-metodologia ANTi-History. A familiaridade com as premissas da abordagem facilitou, em certa medida, a investigação dos processos do novo espaço de violência durante o doutorado, o que não tornou, de forma alguma, a tarefa simples ou trivial, dada a subjetividade intrínseca do processo de construção de narrativas históricas e a mudança do meu olhar enquanto pesquisadora ao longo desses anos entre Mestrado e Doutorado.

Uma das contribuições resultantes da dissertação para o desenvolvimento da teórico-metodologia ANTi-History foi a elaboração do conceito de *ANTi-History Turning Point (AHTP)*, chamado daqui para frente de *Turning Point*, e sua aplicação nas análises das trajetórias históricas e atores-redes constituídos ao longo do caminho. O conceito foi trazido para a presente pesquisa e associado a uma nova contribuição para análise e aplicação da ANTi-History: a criação do conceito de *Zone of Intense Dispute* ou Zona de Intensa Disputa (ZID). Dessa forma, de acordo com o conceito elaborado, os *AH Turning Points* são marcos, pontos de virada na trajetória, cujas movimentações sociopolíticas dos atores alteraram de forma significativa as ações dos demais. Ou seja, são f(atores) considerados determinantes e centrais, segundo a interpretação da pesquisadora, para que as configurações dos atores-rede observadas nos processos de transformação fossem alcançadas. Uma *Zone of Intense Dispute* ou Zona de Intensa Disputa (ZID) é definida como uma determinada zona da malha ou um período de intensificação das disputas, manobras e tentativas de atração de interesses ou de interposição de obstáculos entre os atores mais atuantes envolvidos no processo. São períodos em que a narrativa adquire um ritmo frenético com diversos reveses nas lutas entre os atores, ora com tendência para o resultado que um determinado grupo de atores desejava, ora indo para o

sentido oposto. As mobilizações e desmobilizações se tornam muito próximas, o que torna difícil antever uma tendência ou expectativa de resultado da batalha travada entre os atores com interesses antagônicos.

Além disso, busquei aprofundar o debate sobre a relevância do contexto - e seus aspectos-chave como indicado por Lubinski (2018) -, ressaltando e evidenciando a complexidade das mobilizações dos múltiplos atores de forma mais posicionada, pontos que trouxeram maior riqueza para a pesquisa, segundo meu entendimento. Importante ressaltar que o espaço de violência do Rio de Janeiro já havia aparecido nas fontes investigadas durante o Mestrado no processo de transformação do DEOPS/SP no Memorial da Resistência de São Paulo. Fontes como, por exemplo, o relatório da Comissão Nacional da Verdade e os relatos e testemunhos de vários ex-presos políticos que passaram pelos espaços físicos usados pela polícia política.

Parto, portanto, do processo estudado no Mestrado para o Memorial da Resistência de São Paulo: (i) da contribuição do conceito elaborado de *ANTI-History Turning Points* na análise e (ii) da observação dos movimentos de atores das mobilizações sociais nas redes formadas no processo de constituição do MRSP, cujas movimentações aparecem nas trajetórias de outros lugares de memória, incluindo, mas não se restringindo ao que estudei na presente pesquisa. Para o caso do DOPS/RJ, a pesquisa foi estruturada exclusivamente durante o período do Doutorado, conforme a trilha explicada na sequência.

Nesse ponto, cabe ressaltar o desafio de realizar a pesquisa histórica adotando o estilo de narrativa previsto na *ANTI-History*. Por se tratar de uma abordagem recente e ainda pouco usual, alguns aspectos devem ser considerados dentro desse contexto:

- (i) a necessidade e os clamores pela definição de métodos que auxiliem pesquisadores interessados em fazer pesquisa histórica (Costa e Silva, 2019; Durepos, Shaffner e Taylor, 2019; Maclean, Harvey e Clegg, 2016);
- (ii) a elaboração da narrativa histórica na *ANTI-History* pressupõe o esforço do pesquisador em tornar transparentes para o leitor tanto suas decisões enquanto ordena os traços dos atores, quanto os movimentos desses atores cujos vestígios está seguindo, o que pode ser percebido

pelo leitor não acostumado ao estilo de narrativa como um texto puramente descritivo ou prolixo;

- (iii) por ser uma abordagem indutiva, a ANTi-History desafia a adoção de um *framework* analítico universalista ao devolver o protagonismo aos atores no campo sem submetê-los a um enquadramento ou ordenação de traços prévio baseado na teoria; e
- (iv) como desdobramento, os conceitos de *ANTi-History Turning Points* e *Zones of Intense Dispute* atuam não de forma prescritiva, mas sim como auxiliares no processo de construção e compreensão da narrativa elaborada²⁰.

Colocarei abaixo, o fio condutor com os momentos do percurso que trilhei, de forma a tornar transparente para o leitor de onde parti e como acessei as fontes. Cabe ressaltar, como proposto por Luna (2021, p.83), que a própria trajetória da pesquisa é “construída, alterada e expandida” durante o processo de investigação, à medida que os vestígios dos movimentos dos atores são seguidos, conduzindo a pesquisadora a novas conexões, atores ou fontes e outros nodos do rizoma – rede – que investigava. O fio condutor, portanto, não pressupõe uma sequência linear dos momentos de pesquisa. Os resultados e detalhes de cada ator identificado, documentos mapeados, sites, perfis nas redes sociais, movimentações observadas e (des)mobilizações realizadas estarão nas seções específicas de cada um dos espaços de violência. Apenas para apresentar de forma mais organizada, categorizei a trajetória da pesquisa em quatro principais momentos ou Nodos:

Pesquisa exploratória – Nodo zero: Apesar de já possuir algum conhecimento sobre o espaço do Rio de Janeiro pelas fontes pesquisadas durante o Mestrado, comecei a pesquisa de forma simples, investigando e levantando informações sobre o DOPS/RJ por meio de palavras-chaves nos sites de busca *google* e *google* acadêmico. O objetivo era identificar o grau de expansão e de compartilhamento da narrativa negociada acerca do imóvel e os atores envolvidos, de modo a avaliar o

²⁰ O trabalho dos autores Tureta, Américo e Clegg (2021) avança nesse sentido ao propor um método para adoção da ANTi-History.

quanto o processo de transformação do espaço de violência do Rio de Janeiro estava sendo debatido na arena pública. Os resultados reuniram notícias de diferentes veículos de comunicação, trabalhos acadêmicos, encontros e debates realizados pela internet por diferentes grupos durante a pandemia. A pesquisa exploratória me permitiu identificar os primeiros vestígios de movimentações de alguns dos atores envolvidos nos processos de transformação do DOPS/RJ. Sendo assim, foi possível identificar organizações, coletivos e associações de pessoas, nomes que apareciam com certa recorrência, como também fontes para indicação de outros atores para compreensão de suas trajetórias e redes para construção das possibilidades de narrativas. Observei, naquele momento, certa concentração de iniciativas de transformação até determinado período (2015/2016) – percepção corroborada posteriormente com as entrevistas e demais traços encontrados – e uma limitação de informações nos sites dos atores envolvidos, diferentemente do que havia ocorrido na pesquisa do processo do MRSP. Tal percepção me deixou bastante intrigada com o “apagão” de traços no período após 2015/2016 e com vários questionamentos em relação ao poder limitante do contexto atual, com restrições de acesso, asfixia e desmobilização de áreas atuantes da luta pela memória e direitos humanos, além do descarte de documentos relacionados ao período da ditadura civil-militar brasileira. Será que as mobilizações para transformação dos espaços de violência do Rio de Janeiro haviam cessado?

Pesquisa Nodo Núcleo Memória: no período de outubro a novembro de 2021 participei do curso “Lugares de Memória e Direitos Humanos no Brasil” oferecido pelo Núcleo Memória em parceria com a Universidade Metodista de São Paulo. Durante o curso tive oportunidade de ouvir atores envolvidos no processo de constituição do MRSP – já conhecidos durante a pesquisa do Mestrado - e que por serem ativistas da causa do resgate da memória dos ex-presos e perseguidos políticos opositores ao governo ditatorial de 1964-1985, seguem atuando em outros processos de transformação de espaços de violência em lugares de memória de resistência. Encontrei no YouTube uma fonte riquíssima de investigação. Talvez pela própria restrição imposta pela pandemia de covid-19, a plataforma tenha adquirido relevância ainda maior para divulgação dos programas, iniciativas e debates dos grupos de resistência em diferentes frentes de mobilização social. Durante essas pesquisas, descobri a série “Conhecendo Lugares de Memória”

promovida no canal do YouTube do Núcleo Memória e assisti ao episódio sobre o DOPS/RJ. A partir desse momento, pude ampliar o quadro analítico do estudo, identificando pessoas e coletivos em diferentes perfis de redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, além de novos canais no YouTube e fui capaz de observar que alguns atores já haviam sido mapeados na pesquisa exploratória, o que indicava – agora com mais evidências – suas participações nos processos. No entanto, a animação inicial por ter conseguido identificar novas fontes, logo foi substituída por certa frustração e preocupação. Encontrei dificuldade no retorno dos contatos realizados, o que na minha percepção pode ser atribuída à insegurança dos grupos em responder ao contato de uma desconhecida, dentro do contexto reacionário vigente, pouco receptivo às pautas de justiça de transição e direitos humanos na democracia brasileira. Em um contexto adverso, os grupos pareciam ter se fechado ou poderiam ter se tornado mais cuidadosos nas relações e associações estabelecidas desde a mudança de contexto, que havia se tornado bastante hostil. Para encontrar os vestígios das movimentações e mobilizações que pareciam ter parado por completo, desaparecido nos perfis e sites, mas que se mostravam nos vídeos e debates verbalizadas pelos atores, busquei um ator que pudesse ser o meu fio de Ariadne.

Pesquisa - Nodo Entrevistas: Com esse entendimento, agendei uma entrevista com Maurice Politi, ex-presos político, ativista e Diretor-fundador do Núcleo Memória, que eu já conhecia desde a pesquisa do Mestrado. Durante a entrevista, pudemos conversar sobre os resultados das buscas retratadas nas etapas Nodo Zero e Nodo Núcleo Memória, o que permitiu que Politi reconhecesse e confirmasse alguns atores identificados até então e apontasse outros, que no seu entendimento poderiam me ajudar na investigação. A partir daí, fui formalmente apresentada a atores/ativistas inseridos nas mobilizações sociais em prol da transformação dos espaços de violência, participando, inclusive, de algumas reuniões. Entrevistas foram conduzidas e a cada uma, novas sugestões de pessoas que seriam interessantes para compreensão do fenômeno eram dadas, de modo que a rede foi se expandindo com diversos atores surgindo e contribuindo com a pesquisa. Conduzi entrevistas com Fernanda Pradal, Felipe Nin, Vera Vital, Jessie Jane Vieira, Rafane Paixão, Glauber Montes, Aline Rickly e Marcia Almeida entre

novembro de 2021 e fevereiro de 2022²¹. Ressalto a generosidade de vários entrevistados ao compartilhar telefones e e-mails de contato de outros envolvidos nos processos de transformação, além de arquivos, documentos e horas de entrevistas realizadas anteriormente.

Pesquisa - Nodo Acervo Movimentos Sociais: Muito generosamente, a pesquisadora Fernanda Pradal e Felipe Nin, ativistas do Movimento Ocupa Dops, me deram acesso a um vasto acervo com mais de 2.500 documentos, compartilhados através de links do *google drive* por e-mail e por mensagens de WhatsApp. Trata-se de um compilado de arquivos cedidos por diferentes grupos de mobilizações sociais, como o Ocupa Dops, GTNM/RJ e Coletivo RJ MVJ, reunidos ao longo das iniciativas nas quais participaram em diferentes momentos de luta, incluindo documentos do INEPAC, APERJ e o projeto de 2016 de Andréa Rizzotto Falcão para transformação do DOPS/RJ em um lugar de memória. Os nomes de Fernanda e Felipe haviam surgido logo no início da pesquisa por diferentes maneiras: o de Fernanda apareceu na busca exploratória com sua tese e artigos publicados com a palavra-chave DOPS/RJ e também na resposta que recebi ao contactar o Ocupa Dops pela rede social Facebook. O nome de Felipe apareceu no vídeo do DOPS/RJ da série Conhecendo Lugares de Memória no canal do YouTube do Núcleo Memória como um dos convidados. Ambos também foram indicados por Maurice Politi, do Núcleo Memória, o que reforçou minha percepção de estar seguindo uma trilha viável para compreender os caminhos do processo de transformação do DOPS/RJ.

A este vasto acervo cedido por Fernanda e Felipe, denominado “Acervo Movimentos Sociais” nas referências, somaram-se outros documentos provenientes das buscas que conduzi nos sites e redes sociais dos diferentes grupos de mobilizações sociais, Museu da Polícia e AAMPOL, além das entrevistas que conduzi, já citadas no Nodo Entrevistas, e as entrevistas cedidas pela pesquisadora Fernanda Pradal realizadas para sua pesquisa de doutorado. Algumas decisões foram tomadas após ter recebido e consolidado todos os documentos que tinha

²¹ As entrevistas com Rafane Paixão, Glauber Montes, Aline Rickly e Marcia Almeida foram realizadas para a pesquisa sobre a Casa da Morte, que explicarei em seguida.

disponíveis para a análise do DOPS/RJ: a 1ª decisão foi manter os nomes originais dos arquivos cedidos por Fernanda e Felipe, de modo a facilitar nossas conversas em caso de dúvidas (como de fato ocorreu). Nenhum arquivo ou pasta foi renomeado, evitando a necessidade de elaborar um de/para em uma etapa adicional no fluxo de informações. A 2ª decisão foi criar pastas separadas para os documentos adicionais, mantendo a estrutura original do Acervo Movimentos Sociais. Nos arquivos adicionais criei um padrão para o nome incluindo a fonte, a data e uma palavra-chave do conteúdo (Facebook ou Blogspot combinado com “página inicial” ou “sobre”, como no caso do Coletivo RJ VMJ, por exemplo). O Quadro 3 abaixo traz, de maneira resumida, a quantidade de documentos das pastas e subpastas usadas na pesquisa do processo de transformação do DOPS/RJ:

PASTA		# ARQUIVOS
ACERVO MOVIMENTOS SOCIAIS	DOPS I	60
	DOPS II e III	65
	DOPS III	4
	Cartazes	8
	Documentos APERJ	Fotos APERJ + Arquivos 154
	Fotos_1ª_Visita_15_07_2013	519
	Fotos	Atos 75
		Fotos 1a Visita 15_07_2013 519
		Fotos 2a Visita 24_11_2014 85
		Fotos Visita Andrea 73
		Lugares de Memória 12
	Livro Seminário GTNM/RJ	77
	INEPAC	Pasta 01 269
		Pasta 02 390
		Pasta 03 (23 envelopes) 406
	Plano Museológico	3
NODOS - PESQUISA	Entrevistas DOPS/RJ	Renata Quelha 5 (*)
	Entrevistas Cedidas	Fernanda Pradal 17 (**)
	Coletivo RJ MVJ	16
	Jornais	26
	Museu da Polícia/AAMPOL	9
	Ocupa Dops	46

Quadro 3 - Resumo Documentos DOPS/RJ

(*) Totalizando cerca de 6h de entrevista.

(**) Totalizando cerca de 20h de entrevista.

Em nome da transparência, gostaria de compartilhar o desafio que a quantidade de informações e arquivos trouxe para a análise do DOPS/RJ. A multiplicidade de fontes abriu várias possibilidades de caminhos que se transformaram em um imenso emaranhado de conexões que, em um primeiro momento, não faziam sentido. Eu não conseguia identificar claramente as relações entre os atores ou os propósitos das movimentações que observava e vários questionamentos ficavam sem resposta. Resgatando o argumento de Latour (2013 [2016]), uma quantidade maior de objetos exige uma quantidade maior de sujeitos dentro do conceito de social ampliado – coletivos –, o que me levou a pensar em uma espiral em rede extensa, complexa e desafiadora para o caso do Rio de Janeiro. Tal suspeita se confirmou quando mergulhei na espiral. Somente a total imersão nos arquivos combinada às entrevistas possibilitou que algumas tentativas de encadeamento e triangulação comesçassem a ser desenhadas e, assim, as trilhas de associações entre os atores começaram a ser compreendidas e a narrativa elaborada.

3.4

Delimitação da pesquisa

O estudo limita-se à investigação e comparação do processo de transformação de dois espaços de repressão e tortura da polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Mais especificamente, de dois imóveis que serviram como sede para os Departamentos de Ordem Política e Social, um dos órgãos da estrutura de repressão política da ditadura. Dessa forma, não estão contemplados na presente pesquisa os DOPS de outros estados, que não Rio de Janeiro e São Paulo, tampouco as demais estruturas organizacionais da polícia política, como os DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna). No caso do Memorial de Resistência de São Paulo, foi feito um recorte temporal até a sua inauguração em 2009, partindo do ano do documento mais antigo relacionado ao seu processo de criação, 1976, encontrado durante minha pesquisa de Mestrado. Para o caso do DOPS do Rio de Janeiro, a narrativa histórica foi construída com base no último vestígio encontrado no processo de transformação do espaço físico em lugar de memória, ainda que não concretizado

até o momento, se estendendo até 2022, com a retomada dos atos públicos de vários atores dos movimentos sociais envolvidos.

4.

Análise das trajetórias históricas e elaboração das narrativas

A seção de análise foi dividida em três partes, a saber: uma para cada processo de transformação dos espaços de violência no período da ditadura civil-militar brasileira (DEOPS/SP – MRSP, DOPS/RJ) em lugares de memória de resistência e a terceira e última parte que apresenta a rede inter-organizacional formada a partir da análise conjunta dos dois processos. Os processos “individuais” propostos nas primeiras partes foram assim estruturados por uma questão de organização e fluidez de argumentos para apresentação da narrativa, pois permitem um mergulho nos detalhes da trajetória e dos atores cujos movimentos foram mapeados naquele processo de transformação específico.

Não obstante, reforço o entendimento de que não cabe o olhar individualizado - remetendo a isolamento - dentro da epistemologia e ontologia da ANT e da ANTi-History e friso este ponto ao colocar a palavra “individuais” entre aspas. Desde a pesquisa exploratória os vestígios indicavam que as trajetórias de transformação dos espaços não eram desconectadas, como se linhas paralelas fossem, mas sim se apresentavam como malhas que se cruzavam em determinados pontos e se distanciavam em outros. O trançamento entre as trajetórias, eventos e elementos do contexto em comum, identificados e mapeados de forma não-linear e não sequencial no estudo dos processos “individuais”, foi retratado na rede inter-organizacional por uma questão de arranjo para apresentação das narrativas.

Importante reforçar que a postura crítico-reflexiva exigida pela ANTi-History demanda que a pesquisadora siga os múltiplos atores envolvidos no processo, buscando entender e respeitando ideias e posicionamentos a partir de suas perspectivas durante o processo. Nesse sentido, a voz do ator deve sempre se sobrepor à voz da pesquisadora e, por essa razão, decidi, sempre que possível, trazer as próprias palavras dos atores para o texto por meio de citações diretas. Procurei, desta forma, dar maior transparência e evidenciar a polifonia encontrada ao seguir os atores cujos interesses eram, por vezes, antagônicos.

Cabe ressaltar ainda que a pesquisa sobre o processo de transformação do antigo prédio do DEOPS/SP em um lugar de memória de resistência – o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) - foi objeto de pesquisa da minha dissertação de mestrado, cuja releitura apresento neste estudo. Ressalto que não foi realizada nova pesquisa sobre o processo do MRSP, sendo mantidas as fontes da investigação original, com exceção do livro de comemoração do aniversário de 10 anos de inauguração do MRSP, lançado em 2018. Não obstante, considerando que o conhecimento é construído, subjetivo e posicionado, ao olhar novamente para os traços deixados pelos movimentos dos atores, novas possibilidades de narrativa foram elaboradas, sobretudo ao pesquisar as redes entre os processos organizativos dos dois espaços.

4.1

***AH Turning Points* e a não-linearidade da malha temporal**

Como explicado no tópico anterior, o processo de transformação do DEOPS/SP em MRSP foi estudado durante meu mestrado, quando adotei a ANTi-History como abordagem para a pesquisa. Uma das contribuições resultantes da pesquisa para o desenvolvimento da teórico-metodologia foi a elaboração do conceito de *Turning Points*, que trago para a pesquisa de doutorado.

Considerando o longo processo de constituição do MRSP - 33 anos desde o 1º pedido de tombamento em 1976 até sua inauguração em 2009 - e a multiplicidade e complexidade dos atores-rede formados na trajetória, identifiquei durante a análise momentos de virada específicos, os *Turning Points*, conceito já definido anteriormente. Dessa forma, segundo a minha interpretação, sem esses marcos ou f(atores) identificados durante a trajetória, cujas movimentações sociopolíticas foram consideradas determinantes e centrais, o processo de constituição do MRSP não teria ocorrido. Cabe ressaltar que, apesar do conceito de *AH Turning Point* ter sido desenvolvido durante uma pesquisa em que o processo de transformação de um espaço de violência em um lugar de memória de resistência foi bem-sucedido, o conceito não se restringe somente a casos que tenham esse desfecho. Ou seja, é possível definir esses marcos, esses momentos importantes que alteraram de forma

significativa a trajetória de outros atores da rede, em qualquer processo, seja este bem-sucedido ou não.

Outro ponto construído durante a pesquisa de mestrado foi a esquematização da trajetória do processo por meio de uma malha, cuja representação traz os *Turning Points* e emula o *continuum* de movimentos nos entre-espços (*in-between*) característico do pensamento amoderno, relacional e construtivista social da ANT e da ANTi-History. A busca pelo distanciamento da linearidade, simetria e dicotomias do pensamento moderno e da topologia Euclidiana vai ao encontro da ideia de tempo como espaço da simultaneidade proposto por Serres (Tonelli, 2016) e já apresentado anteriormente, não cabendo repetir os argumentos aqui.

No entanto, cabe resgatar a metáfora do lenço amassado para o tempo “experimentado” em contraponto ao tempo “clássico”, como proposto por Tonelli (2016). A malha, ao invés de uma linha reta, nos aproxima – mesmo que intuitivamente – da complexidade do que vivenciamos com a passagem do tempo, marcada pela desordem, idas e vindas, sinuosidades, vales e picos estabelecidos em múltiplas conexões não lineares.

Nesse sentido, o que liga os atores em suas movimentações não deve obediência a uma sequência temporal ou a uma relação biunívoca de causa-consequência. É o fio de Ariadne (Latour, 2013 [2016]), que nos conduzirá na busca pelos traços deixados pelos atores, nas relações entre eles e não mais nas margens simplificadas das categorizações modernas. O nó górdio é reatado, resgatando-se a complexidade do social, anteriormente simplificada no pensamento moderno. Ao deixar de lado a preocupação com níveis de análise – local/global – e com a natureza dos atores – humanos/não-humanos - direciono o foco para os movimentos, para as dobras e sobreposições de uma topologia marcada pela fluidez e mudança.

4.2

De volta à ARO: usando o rizoma

Ao trazer para debate o uso das palavras “ator - actor”, “rede - network” e “teoria - theory” que originam o acrônimo ANT e problematizar a interpretação equivocada de cada uma delas frente às premissas do que a abordagem propunha, Latour (1999) menciona a sugestão de outro nome: ARO - *Actant-rhizome Ontology*

– (talvez menos “amigável”, mas com menor chance ao lugar comum das interpretações errôneas a que os termos oficiais ficaram sujeitos, em minha opinião). Fica claro o posicionamento de Latour sobre o conceito de rede na ANT, assunto já tratado anteriormente, e como a ideia de rede do senso comum remete a algo diametralmente oposto ao que pretendia. Ou seja, a rede de Latour não se assemelhava ao conceito “técnico de engenharia” com “nodos estrategicamente posicionados” (Latour, 1996, p.2), tampouco a um “transporte *sem* deformação, um acesso instantâneo e não-intermediado a toda informação” como a rede mundial (grifo do autor – Latour, 1999, p.15).

A rede se assemelha a um rizoma e foi retratada como tal, sem inícios e fins ou referências hierárquicas/centrais e de natureza heterogênea, evidenciando a transformação com a mudança e a alteração das formas, configurações e atributos mediante novas conexões estabelecidas. Como argumentado por Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020, p.50), o pensamento rizomático remete à ideia de construção, voltado às circunstâncias, afastando-se, portanto, do “pensamento arborescente” limitado à essência das coisas. A pergunta não é mais “o que?”, mas sim “onde e como?”. É olhar *processualmente* (Durepos e Mills, 2011), entendendo a realidade como algo permeado por rupturas e incertezas e em constante (re)configuração.

Os diagramas esquemáticos propostos no estudo do processo DEOPS/SP – MRSP no mestrado foram reformulados e desenhados como rizomas, como uma alternativa para reforçar o afastamento do pensamento dicotômico, principalmente da percepção dentro/fora que poderia advir da observação dos círculos esquemáticos adotados nas figuras elaboradas na pesquisa de mestrado. Evidente que qualquer representação em si acarreta certa simplificação e que a própria restrição do desenho em 2D de uma folha de papel dificulta adicionar profundidade e impossibilita simulações de movimento além da horizontal e vertical. No entanto, o desenho em forma de rizoma já traz a deformação, o desafio e a ruptura das formas estruturadas às quais nos deparamos no cotidiano, além da imprevisibilidade. A cada nova conexão, a rede pode ser ampliada em qualquer direção e dada sua configuração não-Euclidiana ficamos sem base para antever o formato a ser assumido.

O desenho em forma de rizoma reforça o pensamento amoderno e relacional e o proponho como oposto ao pensamento dicotômico. A “terra incógnita” dos entre-espacos, onde as disputas e (des)mobilizações acontecem, passa a ser

representada por uma topografia interconectada que remete à falta de simetria e é marcada por multiplicidades, rupturas, incertezas e imprevisibilidade, além das reconfigurações recorrentes, resultantes da fluidez dos movimentos de translação e de suas conexões resultantes.

4.3

Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP)

4.3.1

MRSP: um caso (raro) de sucesso

Inaugurado em 24 de janeiro de 2009, o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) é uma organização pública, sem fins lucrativos, dedicada à preservação e compartilhamento das memórias de resistência e das lutas pela justiça ocorridas durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Gerido pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC), o MRSP divide o espaço do antigo prédio do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) com a Pinacoteca de São Paulo e é um dos raros lugares de memória de resistência do Brasil cujo processo de transformação foi bem-sucedido. Além de servir de inspiração para outros grupos e mobilizações sociais cujas lutas ainda estão em andamento, atores que participaram ativamente do longo processo do MRSP prestam consultoria aos demais, formando uma rede de conhecimento e apoio.

O fato de ter sido bem-sucedido não significa que o processo tenha sido simples. Pelo contrário. Como qualquer disputa de memória, a transformação do DEOPS/SP em Memorial da Resistência foi marcada por intensas negociações e (des)mobilizações de diferentes atores no decorrer dos 33 anos de trajetória desde o 1º pedido de tombamento em 1976 até sua inauguração em 2009. A malha abaixo (Figura 8) demonstra os momentos decisivos, os *Turning Points* – conceito explicado anteriormente - identificados no processo de transformação que serão detalhados nos tópicos seguintes.

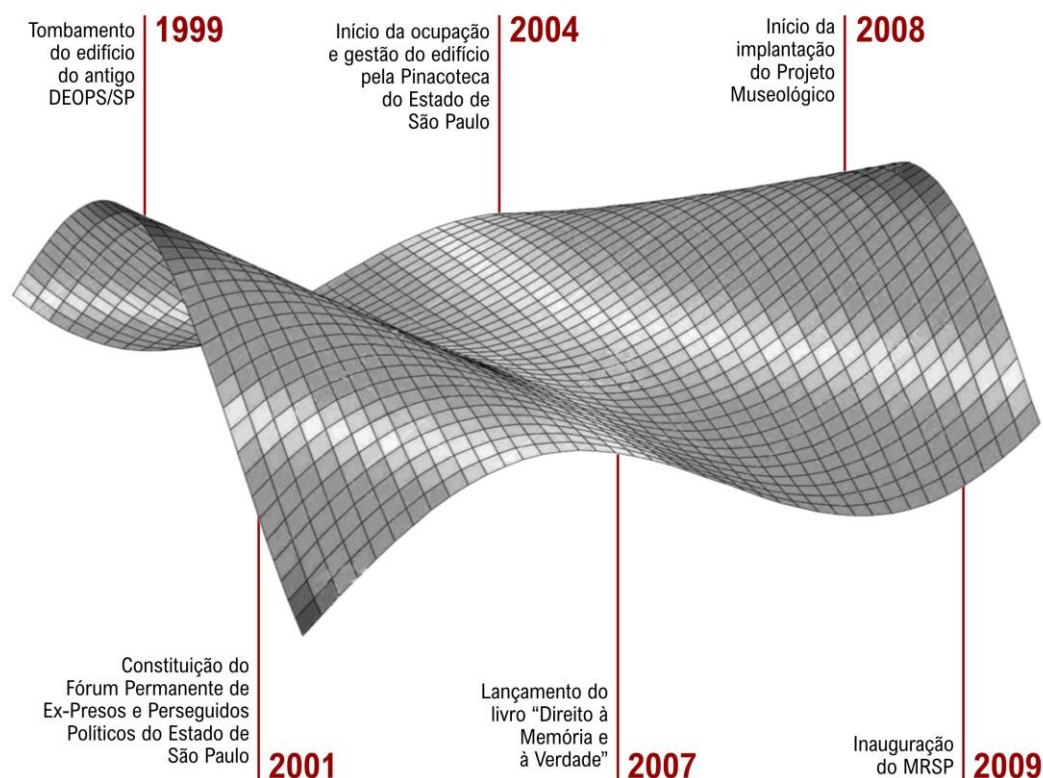


Figura 8 : Malha com Turning Points do processo de constituição do MRSP.
Elaboração própria

O sucesso do MRSP não ficou restrito à transformação única e exclusiva do espaço físico, da reforma do concreto da edificação antes marcada pela violência em um lugar de luta e de direitos humanos, mas também no elo forjado com a comunidade. Desde sua inauguração em 2009, o MRSP conta com uma rica e intensa programação que promove diferentes atividades com objetivo de fortalecer os valores democráticos e a cultura de cidadania nas novas gerações, aproximando-as das vivências dos resistentes no período da ditadura civil-militar. De acordo com o site oficial do MRSP, o trabalho é realizado “por meio da educação, da pesquisa, além da organização de exposições temáticas” e é “norteado pela defesa da cidadania, da democracia e dos direitos humanos” (MRSP, 2022). Cabe ressaltar que durante a pandemia de covid-19 várias atividades foram realizadas de forma remota, por Zoom ou pelos canais do Facebook ou YouTube do Núcleo de Preservação da Memória Política (também chamado de Núcleo Memória), mantendo esse elo ativo mesmo durante um período atípico e difícil.

A agenda de atividades do MRSP traz um exemplo prático do proposto por Rigney (2008) sobre o dinamismo intrínseco da construção da memória ao

argumentar que o local físico *per se* não garante que a memória que se deseja preservar e compartilhar assim o seja. Ainda que a constituição do lugar tenha sido resultante de uma longa disputa e movimentações sociopolíticas de múltiplos atores – que veremos a seguir - e que a memória daquele grupo específico tenha sido reconhecida publicamente, sem uma dinâmica de troca com a comunidade essa memória se torna “inerte” e o local deixa de ser um “canal/meio mnemônico” (Rigney, 2008, p.94). A comemoração vigilante, por meio de atividades, mantém o fluxo da memória ativo em uma construção recorrente entre o presente e o passado e evita que a mesma caia no esquecimento ou que se torne indiferente à comunidade.



Figura 9 : Foto do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP)

Fonte: <http://www.memorialdaresistencia.org.br>

4.3.2

O prédio e o porquê da luta para transformá-lo em um lugar de memória da resistência

O prédio onde atualmente funciona o MRSP já foi sede de uma das forças policiais mais violentas do Brasil: o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP, também conhecida como DOPS) que permaneceu no prédio de 1940 até 1983, quando foi extinto pelo decreto nº 20.728/1983. Criada com a Lei Estadual nº 2.034 em 1924 e regulamentada 4 anos mais tarde pelo

Decreto nº 4.405-A/1928, a então Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) tinha como função primordial assegurar a ordem no país, atribuição bastante ampla, que permitia que se investigasse até mesmo “outras forças policiais de São Paulo” (Brasil, 2014, p.162). Considerado o mais “atuante” entre todos os Departamentos de Ordem Política e Social do país (Brasil, 2014, p.161), o DEOPS/SP era considerado um “instrumento valioso” para os militares ligados ao golpe de 1964, pois possuía o arquivo mais estruturado, além de técnicos capacitados para realização de monitoramento efetivo da dissidência política do período.

Projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo e inaugurado em 1914, o prédio sediou a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana e tem seu histórico anterior à ocupação pela Polícia Política amplamente detalhado em diversas fontes historiográficas (Almeida, 2014; Gumieri, 2012; Felipini Neves, 2011). Não obstante a riqueza arquitetônica, o passado recente de violações dos direitos humanos ocorrido na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e a relevância da luta pela justiça deixou em segundo plano a história do edifício antes de 1940 e fomentou uma série de disputas políticas que resultaram em um processo de transformação com duração de 33 anos, incluindo um hiato de 23 anos entre o 1º pedido e a promulgação de fato do tombamento do edifício no Diário Oficial da União em 1999 (Quelha-de-Sá, 2018).

O papel central performado pelo prédio enquanto ator não-humano da rede pode ser explicado ao considerarmos dois aspectos fundamentais: (i) a materialidade do local físico como documento, como testemunha da história (Neves, 2021; Dolff-Bonekämper, 2002) e parte integrante das memórias dos resistentes que ali ficaram detidos e sobreviveram para contar suas vivências e (ii) a criação de elementos de referência, de “marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos” (Brasil, 2014, p.974) para construção da memória nacional, conforme a recomendação nº 28 do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), braço da justiça de transição.

Ao considerar que lugares de memória buscam preservar um evento ou relato do passado e demonstram “um desejo compartilhado em inscrever na memória coletiva do evento em uma forma material” (Allen e Brown, 2015, p.11), torna-se fundamental lutar pela transformação destes espaços de violência da ditadura em lugares de memória de resistência para desenvolver a cultura de cidadania e de direitos humanos na sociedade brasileira. Sendo assim, para preservar a memória

dos indivíduos que foram vítimas das violências e práticas de tortura realizadas, os locais onde esses crimes foram cometidos são parte fundamental do processo de justiça de transição, criando a possibilidade de disseminação e compartilhamento de experiências de ex-presos e desaparecidos políticos e familiares sob a forma de diálogo com as gerações que não viveram o período.

Dessa forma, o exercício do dever de memória (Abrão, 2011) passa pela mobilização de diferentes grupos sociais para que estes locais de violência sejam transformados em lugares de memória de resistência e, por essa razão, o prédio do antigo DEOPS/SP torna-se um ator central na rede estudada. Nesse sentido, o 1º *Turning Point* identificado no processo traz o tombamento do edifício ocorrido em 1999, sem o qual não seria possível constituir o MRSP.

4.3.3

1º AH *Turning Point* - O tombamento do edifício como Ponto de Passagem Obrigatória (PPO)

Devido à extrema importância do prédio, espaço físico onde a violência ocorreu, como ator não-humano central no processo de constituição de um lugar de memória de resistência, seu tombamento pode ser definido como Ponto de Passagem Obrigatória (PPO) na rede de constituição do Memorial. Como PPO, ainda que os atores envolvidos nessa etapa do processo tivessem objetivos distintos, era do interesse de todos que o prédio fosse tombado, pois somente dessa forma poderiam atingir seus objetivos individuais. O tombamento do imóvel era, portanto, condição essencial e questão indispensável para cada um dos atores.

Ainda assim, o processo de tombamento, somente ele, sem as demais disputas e negociações levou 23 anos. Como mencionado anteriormente, o 1º pedido de tombamento do prédio (processo nº 20.159) foi aberto em 1976 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT - órgão criado pelo governo de São Paulo através da Lei nº 10.247 de 1968, mas foi arquivado 4 anos mais tarde e reaberto somente em 1986.

Uma das explicações para o arquivamento e não-avanço do processo nesse primeiro momento foi a dificuldade encontrada pela equipe técnica do órgão de patrimônio na obtenção das autorizações necessárias para realizar vistorias no local e acessar as plantas do imóvel (Almeida, 2014; Antonini, 2012; Neves, 2011). Vale

lembrar que em 1976, a operação do DEOPS/SP, incluindo os espaços fora das celas “oficiais”, destinados às práticas de tortura – e identificados pelos ex-presos políticos durante a reforma no projeto museológico – estavam em uso pelos agentes do Estado e não poderiam ser acessados ou mapeados pela equipe técnica do CONDEPHAAT.

Pautado majoritariamente nas características arquitetônicas do edifício, obra do arquiteto brasileiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, e parte de uma política patrimonial que englobava imóveis da região central de São Paulo, o pedido de 1976 não fazia menção ao valor simbólico da ocupação pelo DEOPS/SP (Almeida, 2014; Antonini, 2012; Neves, 2011). A luta naquele momento era pela preservação das características da região onde o prédio estava localizado, alvo de especulação imobiliária que poderia causar uma ruptura com o passado e destruição dos bens. Como ressaltado por Almeida (2014, p.278), “uma parte importante da história da edificação ficaria silenciada no processo de tombamento”. Tal observação foi confirmada no documento de reabertura do processo de tombamento coletivo nº 24.506 em 1986 (São Paulo, 1986), que não faz menção ao DEOPS/SP, mas sim ao valor do conjunto arquitetônico da região (Quelha-de-Sá, 2018).

A reabertura do pedido ocorreu em 1986, após um hiato de 10 anos, somente após a extinção dos DOPS (1983) e o término da ditadura civil-militar (1985), o que fornece um indicativo relevante a respeito das relações políticas de poder que configuravam o contexto social daquele período impedindo o prosseguimento do processo. Em outras palavras, a abertura política e extinção daquele órgão da polícia política podem ter reduzido o poder de veto ao acesso dos funcionários do CONDEPHAAT às instalações do edifício que o DEOPS/SP ocupou até 1983. No entanto, cabe uma reflexão adicional após análise dos traços: outro possível (f)ator de desmobilização do 1º pedido de tombamento pode ter sido a ocupação do cargo de diretor-geral do DEOPS/SP no período de 1977 a 1982 pelo ex-chefe do Serviço Secreto, Romeu Tuma. A trajetória do delegado de polícia deixa indícios de suas poderosas relações políticas: ocupou a Superintendência da Polícia Federal do Estado de São Paulo entre 1983 e 1985, após a extinção dos DOPS, e mais tarde o cargo de Diretor-geral da Polícia Federal até 1992, sendo ainda eleito duas vezes senador pelo estado de São Paulo. Por essas razões, é possível atribuir também à sua gestão e influência política uma parte das dificuldades encontradas para o acesso ao edifício durante o processo de tombamento (Filho, 1992; Quadros, 1992;

1994a; 1994b; Mayrink, 1992) e também para obtenção da documentação pelos expostos políticos e familiares (próximo *Turning Point*). Nesse sentido, nem a mobilização social, nem o CONDEPHAAT, nem a própria história social do edifício naquele período foram capazes de transladar os interesses de Romeu Tuma enquanto representante (*spokesperson*) do DEOPS/SP e ator relevante da vida política de São Paulo, o que o torna um ator não-transladado e não-mobilizado em torno da causa do tombamento.

A reabertura do processo em 1986 dentro de um contexto que parecia ser mais favorável à transparência e acesso foi seguida de novo hiato de 13 anos. Seguindo os vestígios encontrados nos documentos consultados, houve um desmembramento do conjunto inicial de imóveis do processo, de modo que o tombamento do antigo edifício do DEOPS/SP fosse tramitado em separado para a constituição de uma Escola Superior de Música (Almeida, 2014; Antonini, 2012; Neves, 2011). A expectativa era de que a tramitação em separado pudesse acelerar o processo, mas isso não ocorreu, o que explicaria o tempo transcorrido até 1999, quando o tombamento, de fato, ocorreu.

Além disso, outro ator pode ter contribuído para o hiato pós regime ditatorial: a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Responsável pela gestão do prédio desde 1983, destinou o espaço para funcionamento da Delegacia do Consumidor – Decon (Neves, 2011) até 1998, sem nenhuma manobra visível para ressignificação do prédio para fins relacionados à memória ou outro fim que não fosse relacionado à polícia. Somente quando a Secretaria de Cultura assumiu a gestão no mesmo ano, 1998, foi possível observar movimentações buscando diferentes usos do espaço, incluindo a Escola Superior de Música e outras iniciativas após o término das obras de recuperação em 2002 (Antonini, 2012; Gumieri, 2012).

A mudança no cenário político nos anos 1990 e a intensificação das lutas e mobilizações sociais em busca da verdade, justiça e reparação dentro de um contexto de justiça de transição pode ser vislumbrada em diferentes vestígios deixados por múltiplos atores. O tombamento do prédio ocorre nesse momento e o documento traz um desses vestígios. As movimentações dos atores das mobilizações sociais serão observadas com profundidade nos próximos *Turning Points*, mas cabe ressaltar aqui que as reivindicações dos diferentes grupos na luta pelo acesso à documentação e pela localização dos corpos dos desaparecidos políticos colocou os pilares da justiça de transição no debate público. E ao fazê-lo

pode ter potencializado a efetivação do tombamento do edifício em 1999, 23 anos após o primeiro pedido apresentado pelo CONDEPHAAT.

A resolução nº 28/99 de 08 de julho de 1999 (São Paulo, 1999) permitiu a identificação de uma nova narrativa ao ampliar o valor histórico do edifício para além do estilo arquitetônico, passando a incluir a estrutura de celas e o uso do local pelo DEOPS/SP com o reconhecimento da história recente de ocupação do edifício, como destacado no trecho abaixo:

“Artigo 1º – Fica tombado como bem cultural de interesse para a memória social paulista o edifício localizado na Praça General Osório, no 66, 88, 120 e 136, o “*antigo DOPS*”, construído para abrigar armazéns da Estrada de Ferro Sorocabana, foi ocupado parcial e temporariamente pela direção da mesma empresa até o término das obras da Estação Júlio Prestes, de 1951 a 1953, o do estado e, em seguida, pelo DOPS, Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Foi projetado pelo Escritório de Ramos de Azevedo, sua importância arquitetônica é grande e decorre principalmente do seu partido arquitetônico [...] *No conjunto das celas, produto da ocupação do edifício pelo DOPS, reside parte significativa de seu valor histórico. Tal conjunto será preservado juntamente com os elementos originais do projeto* (São Paulo, 1999. Grifos de minha autoria).

A Figura 10 demonstra de forma esquemática os atores envolvidos no 1º *Turning Point*, incluindo o ator desmobilizado DEOPS/SP e os demais com suas questões durante o PPO. Dessa forma, para que o prédio – ator principal –, o CONDEPHAAT, a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e os grupos de Mobilizações Sociais pudessem alcançar seus objetivos, o tombamento do prédio precisava ocorrer.

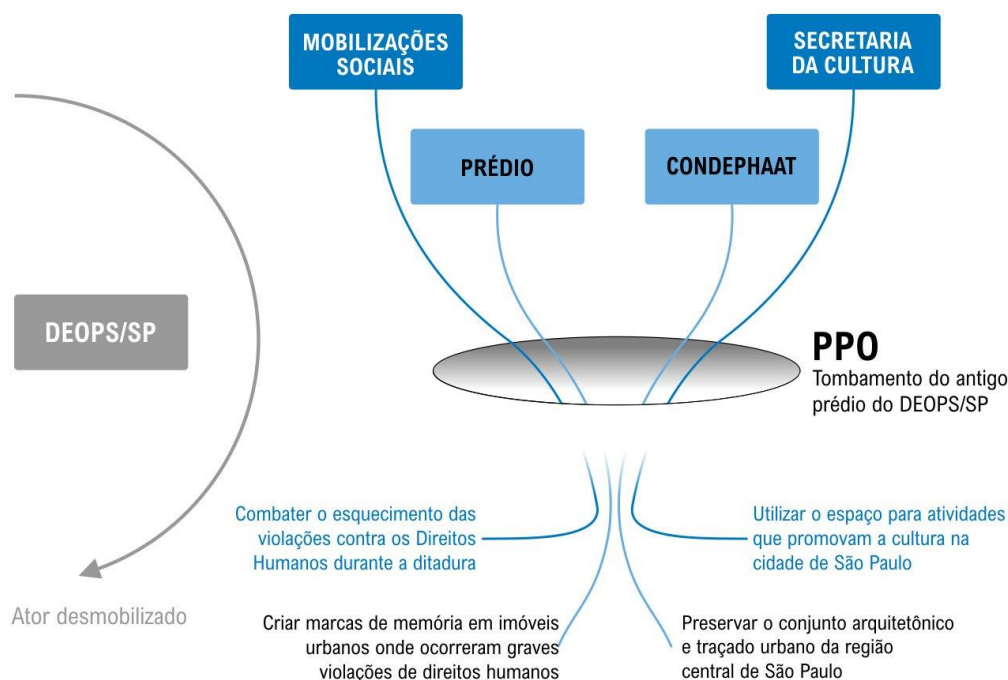


Figura 10 : Ponto de Passagem Obrigatória (PPO) no processo de constituição do MRSP, adaptado de Callon (1999, p.71). Elaboração própria

4.3.4

2º AH Turning Point – A importância do papel das mobilizações sociais: a constituição do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo

As mobilizações sociais tiveram um papel fundamental para a resistência, luta e denúncia dos crimes durante a ditadura civil-militar, bem como para o período posterior com a busca por justiça já no cenário de abertura política. As reivindicações para que a violência e as violações aos direitos humanos cometidas por agentes do Estado fossem apuradas e punidas uniu ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos em torno de uma causa comum: “mostrar e dizer sobre um passado indizível” (Ferreira e Serres, 2018, p.97).

As iniciativas de mobilização nos anos 1990 a 2010 foram múltiplas, simultâneas e disseminadas, com a sociedade civil, notadamente mobilizados por ex-presos políticos e familiares, se organizando em diversos coletivos, comissões e grupos na busca por reparação, verdade e justiça dentro de um contexto favorável e receptivo às pautas da justiça de transição. Combater o silenciamento forçado, entendendo que “rememorar as atrocidades cometidas pela ditadura significa dar voz àqueles que não puderam contar” (Schmidt, 2007, p.136) constituiu-se na

missão dos grupos que chamei de forma genérica de “mobilizações sociais”. Tal denominação genérica não pretendia, de forma alguma, apagar as histórias e trajetórias de luta da formação de cada um desses grupos, mas sim reforçar o efeito sinérgico para criação do contexto dos anos 1990 a 2010 que as ações disseminadas e difusas em diferentes frentes alcançaram.

Nessa linha, para esses grupos era uma questão fundamental que a Lei de Anistia de 1979 não servisse como salvo conduto para o esquecimento. Ou seja, é razoável explicar a pressão exercida pelos grupos de mobilizações sociais pela abertura dos arquivos produzidos durante a ditadura devido à insatisfação com o caráter parcial e restrito da Lei de Anistia e à busca por responsabilização do Estado pelos crimes cometidos (Resende, 2012). As ações de resgate de documentos – sendo o arquivo um “*locus* privilegiado de construção de memória” (Kushnir, 2009, p.18) - e de coleta de testemunhos permitiriam revisar e corrigir versões oficiais (Abrão e Torelly, 2010; Abrão, 2011; Costa e Silva, 2017) de maneira alinhada às dimensões de reparação, fornecimento da verdade e construção da memória da justiça de transição. A virada de página da transição para a democracia pressupunha verdadeira reconciliação, com reconhecimento e responsabilização (Abrão, 2011), sendo essa a luta das mobilizações sociais, a começar pelo acesso aos documentos e localização dos restos mortais de desaparecidos políticos.

A grande centralidade na demanda pelo acesso aos documentos é defendida como aspecto decisivo da justiça de transição brasileira por autores como Fico (2012), visão que compartilho, além de atribuir à essa centralidade uma série de conquistas dos atores constituintes das mobilizações sociais. Conquistas essas que ajudaram, de acordo com a minha interpretação dos vestígios encontrados, no processo de transformação do DEOPS/SP. Explico: se considerarmos que a trajetória dos documentos da repressão desde a extinção do DEOPS/SP em 1983 até a disponibilização ao público levou onze anos, dos quais nove permaneceram sob a guarda do Departamento de Polícia Federal – sob gestão de Romeu Tuma - até que fossem devolvidos para a Secretaria da Cultura em 1992 e liberados para consulta em 1994, durante todo esse tempo a luta das mobilizações sociais manteve o assunto “ativo” e pulsante aos olhos do público.

Dessa forma, a reivindicação pelo acesso aos documentos e a mobilização que os grupos sociais conseguiram realizar em torno da pauta os fortaleceu, expandindo, disseminando e expondo sua luta para além dos grupos de resistentes

diretamente afetados pela violência. Atores como o grupo Tortura Nunca Mais (França e Falcão, 1996; Folha de São Paulo, 1992a; 1996; Neri, 1995) e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (Folha Campinas, 2000; Folha de São Paulo, 1990a, 1990b, 1990c, 1992b; Galhardo, 1998; Rossetti, 1992; Stycer, 1994) conquistaram um importante espaço nos jornais da época (Quadro 4 de Quelha-de-Sá, 2018, p.122). Ou seja, estes atores conseguiram transladar seus interesses, estabelecendo novas conexões ao mobilizar jornalistas e espaços em jornais de grande circulação em torno do seu objetivo.

Durante a pesquisa, alguns nomes de ex-presos políticos apareciam com certa regularidade nesses espaços como resultado de suas movimentações e negociações, o que poderia alçá-los, à primeira vista, à condição de representantes dos diferentes grupos das mobilizações sociais por sua maior exposição. No entanto, a própria configuração dos grupos sociais relativiza o papel do representante por ser marcada pelo dinamismo, com entradas e saídas de membros em diferentes momentos, (des)mobilizações por desavenças acerca de ações futuras, atuações de maior ou menor intensidade em função do alinhamento com a pauta e pela participação simultânea dos membros em múltiplas frentes de luta. Dessa forma, ao fazer a releitura de trabalhos anteriores, o papel de representante deve ser observado de forma cautelosa e contextualizada, observando-se a dinâmica própria dos movimentos sociais.

Durante a investigação sobre as potentes mobilizações sociais dos anos 1990, a ausência de qualquer vestígio de um ator bastante relevante para o processo de constituição do MRSP chamou minha atenção: o Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo não aparecia (chamarei doravante de Fórum de Ex-Presos Políticos). E como ele era importante segundo minha leitura se não aparecia em uma etapa central da justiça de transição, que era a busca por documentos? Porque o ator Fórum de Ex-Presos Políticos era indicado de forma recorrente por outros atores e documentos como parte integrante do processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (Araújo e Bruno, 2009; Araújo et al., 2010; Fecher, 2015; Filipini Neves, 2011), como destacado no trecho abaixo pelo então Diretor da Pinacoteca, Marcelo Araújo, em 2010:

“O Memorial da Resistência de São Paulo, um lugar de memória por excelência por ter sido a sede de uma das polícias políticas mais truculentas do Brasil republicano, nasceu da vontade política do Governo do Estado de São Paulo, por meio da sua Secretaria da Cultura, da reivindicação de cidadãos, especialmente do Fórum

Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, e do trabalho de profissionais de diferentes disciplinas e especialidades, como museologia, história, arquitetura, educação, comunicação visual e audiovisual, coordenados pela Pinacoteca do Estado de São Paulo” (Araújo et al., 2010, p.231).

Um dos desafios enfrentados ao seguir os vestígios deixados pelos movimentos dos atores está exatamente na característica de tais movimentos, que não são lineares ou sequenciais, tampouco seguem qualquer lógica de uma ordenação pré-definida pelas pesquisadoras. Propor uma ordenação verossímil para construção da narrativa que incluísse os hiatos e as rupturas pós-desmobilizações ficou patente no caso do Fórum de Ex-Presos Políticos. Algumas possibilidades de explicação encontradas para a ausência observada nos anos 1990: (i) o ano da constituição oficial do Fórum de Ex-Presos Políticos foi 2001, o que não impede que alguns de seus membros tenham participado das reivindicações nos anos 1990 como integrantes de outros grupos sociais e (ii) como a finalidade primordial do Fórum de Ex-Presos Políticos era a busca pela reparação aos ex-presos e perseguidos políticos do Estado de São Paulo, é possível que os esforços tenham sido direcionados para o atingimento desse propósito.

Na dissertação de mestrado, vários documentos do site do Fórum de Ex-Presos Políticos (Fórum, 2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2017f, 2017g) corroboram as explicações propostas acima, o que mostrou o direcionamento dos esforços do ator Fórum de Ex-Presos Políticos para a luta pela reparação dos ex-presos e perseguidos políticos do Estado de São Paulo, como pode ser observado nos trechos abaixo:

“Em 1998, o Fórum [Permanente dos ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo] ainda não existia. Neste ano, alguns de seus futuros membros, realizando um trabalho baseado na possibilidade de se votar uma lei que indenizasse todos diretamente atingidos, de alguma maneira, pela ditadura civil-militar, pois a Lei de Anistia de 1979 não indenizava trabalhadores em empresas privadas, mas apenas dirigentes sindicais, militares e funcionários públicos” (Fórum de Ex-Presos Políticos, 2017a).

“Queremos que se respeite a Lei.

Que ela seja aplicada sem casuísmos, e, que a Comissão de Anistia encarregada de analisar os processos observe os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e da eficiência no desenvolvimento de seus trabalhos, que não faça qualquer distinção de corporações, cor, gênero ou religião e nem tenha filiação partidária e que as reparações previstas nas leis de anistias sejam, realmente, estendidas a todos os ex-presos e perseguidos políticos, independente do poder pessoal de cada um ou de suas corporações de barganharem com o poder político estabelecido” (Fórum de Ex-Presos Políticos, 2017d).

A atuação colegiada do ator Fórum – a constituição de sua 1ª diretoria e conselho fiscal em 2001 foi feita de forma colegiada cuja relação contava com 45 nomes – (Fórum de Ex-Presos Políticos, 2017b) e seu caráter aglutinador e inclusivo ficam evidentes nos documentos, incluindo as negociações a respeito das exigências para que as indenizações fossem pagas (ver Quelha-de-Sá, 2018). Nesse sentido, os vestígios encontrados mostram a forte atuação do ator Fórum nas diferentes etapas de translação na busca pela justiça para todos os que sofreram violência e perseguição durante a ditadura, com a atração de interesses, envolvimento e mobilização de aliados em torno da causa, ampliando suas associações e capacidade de ação junto ao Poder Público e demais entidades envolvidas no processo de reparação. Ações como o acompanhamento contínuo de leis, desde a elaboração até a publicação, como no caso da Lei de reparação estadual (nº 10.726/2001), sancionada pelo governador Mário Covas em 08 de janeiro de 2001 e regulamentada por Geraldo Alckmin devido ao falecimento de Covas, que foi anterior à lei federal nº 10.559/2002, corroboram a força do papel desempenhado pelo Fórum em São Paulo (Quelha-de-Sá, 2018, p.127). Maurice Politi, um dos membros do Fórum de Ex-Presos Políticos (atualmente diretor do Núcleo Memória – organização oriunda do Fórum – e ativista na causa de lugares de memória de resistência como veremos nas redes do DOPS/RJ explicou a missão do Fórum em entrevista concedida em 2017:

“O Fórum dos ex-Presos de São Paulo surgiu no ano de 2001 quando o governo do estado fez uma lei de reparação, porque depois da ditadura começaram alguns estados, ainda não tinha a lei de reparação nacional, mas alguns dos estados pressionados pelos ex-presos políticos começaram a dar leis estaduais de reparação, começou no Paraná, depois foi em São Paulo, depois foi Rio de Janeiro.... Então quando essa lei foi promulgada na época pelo governo do estado que dava uma reparação simbólica [...], então *surgiu a necessidade de organizar, porque São Paulo teve a maior quantidade de presos políticos do país e dentre eles, muito operários, muitos que não tinham conhecimento de como fazer a burocracia, como entrar com o pedido* e tal, então se criou essa associação que chamou Fórum dos ex-Presos para ajudar justamente as pessoas a requerer a sua indenização, a sua reparação” (Politi, 2017. Grifos de minha autoria).

“O Fórum se constitui basicamente para atender a reivindicação econômica, da reparação econômica do Estado de São Paulo, [...] e é uma lei de certa forma simples, só que você tinha que provar com documentos que você tinha sido preso ou perseguido no estado de São Paulo. [...] Como o estado de São Paulo foi o estado, junto com o Rio, que mais teve presos, teve muita gente presa que não tinha advogado, que não tinha como pagar advogado, não tinham entendimento do que significava, que tipo de documentos você tinha que juntar. O Arquivo [Público] do Estado de São Paulo tinha sido recém-aberto, era difícil encontrar [documentos]. Então esse Fórum surgiu com essa finalidade: ajudar essas pessoas a pedir a

reparação ao estado de São Paulo (Politi, 2017. Grifos de minha autoria).

A desmobilização do ator Fórum de Ex-Presos Políticos é detalhada na dissertação (Quelha-de-Sá, 2018) e pôde ser observada pelos vestígios encontrados nos documentos (Fórum de Ex-Presos Políticos, 2017e, 2017f, 2017g). Não é possível afirmar que o objetivo do Fórum era *exclusivamente* a busca pela indenização, mas as ações pesquisadas indicam que era *majoritariamente* esse o objetivo. A possível explicação foi corroborada na entrevista com Maurice Politi, que confirma tal desmobilização após o atingimento do propósito das indenizações:

“[...] e com o tempo, naturalmente, o objeto da entidade vai sumindo, mas ao mesmo tempo, a gente tinha, principalmente um grupo mais jovem entre os velhos, aqueles que, como eu, tinham sido presos com 19, 20 anos, e que tem 60 [anos hoje], mas tem aqueles que tem 80, 85 [anos], então a gente viu que tinham outros movimentos para a gente atuar. Eu estou falando de 2006, 2007, 10 anos atrás, então a gente começa com uma ressignificação deste lugar [Memorial]” (Politi, 2017).

Dessa forma, os movimentos observados do ator Fórum após 2013 davam indícios de que o propósito que os unia como grupo social, que os fazia se mover em uma só direção, já havia sido cumprido. Ou seja, as ações de confronto e reivindicações, os movimentos de negociação e luta para que as leis fossem sancionadas e cumpridas observadas nas atas e documentos do site cessaram, o que indicava a desmobilização do Fórum na busca pela reparação. No entanto, como pode ser apreendido do trecho acima da entrevista com Politi (2017), alguns membros buscariam novas frentes de atuação relacionadas ao espaço e iniciativas de diálogo com a comunidade.

Cabe ressaltar a dificuldade encontrada para seguir os rastros dos integrantes do Fórum de forma individualizada (ver os casos emblemáticos de Ivan Seixas e Maurice Politi em Quelha-de-Sá, 2018, p.132). Por ter sido apontado por outros atores como um ator bastante relevante no processo de transformação do espaço do DEOPS/SP, ainda que tenham sido observados hiatos e lacunas no site e dos documentos que jogassem dúvidas sobre as movimentações feitas pelos seus integrantes – se feitas enquanto representantes da entidade ou individualmente antes de serem mobilizados e integrarem seu quadro – é possível afirmar que a atuação do Fórum de Ex-Presos Políticos foi fundamental no processo de organização e união de esforços anteriormente dispersos de ex-presos e perseguidos políticos na busca pela verdade e reparação, além da participação na constituição do Memorial, enquanto lugar de memória de resistência (Quelha-de-Sá, 2018).

Ao observar e seguir os movimentos de translações das mobilizações sociais, foi possível identificar múltiplos atores/grupos sociais que atuaram em diferentes frentes dos pilares de justiça de transição. Alguns atores direcionaram seus esforços para a luta pelo acesso aos documentos e arquivos da repressão e localização dos mortos e desaparecidos políticos, enquanto outros reivindicavam o direito à reparação e o cumprimento das leis. De acordo com o entendimento que fiz dos traços encontrados, todos contribuíram para a construção de um contexto pulsante e ativo acerca das reivindicações para o verdadeiro apaziguamento social esperado de uma reabertura democrática. Cabe ressaltar que as mobilizações sociais foram identificadas como atores fundamentais para a transformação do DEOPS/SP, mas não foram os únicos: atores não-humanos desempenharam um papel relevante para o contexto naquele momento e para formação de atores-rede cuja configuração permitiu o fortalecimento da criação da marca de memória no antigo prédio da polícia.

Para o caso de São Paulo, já foi mencionada a Lei nº 10.726/2001, considerada outro ator relevante. A lei autorizava o Estado de São Paulo a indenizar todas as pessoas detidas entre 31 de março de 1964 e 15 de agosto de 1979 que comprovassem o comprometimento de sua saúde física e/ou psicológica decorrente das torturas e maus-tratos sofridos naquele período (Quelha-de-Sá, 2018, p.128). A nível nacional, a Lei nº 9.140 de 1995, considerada “pedra angular de todo o processo de reconhecimento de responsabilidade do Estado brasileiro pelas graves violações de direitos humanos praticadas na ditadura militar” (Brasil, 2014, p.25) estabelece um marco no processo da justiça de transição. A Lei nº 9.140 instituiu a CEMDP (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos) e reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas durante o período (Fico, 2012; Abrão e Torelly, 2010; Schmidt, 2007). A atuação da CEMDP é tão notável que o lançamento de um dos frutos de seu trabalho, o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*, é considerado um dos *Turning Points* como será apresentado adiante. E, por último, mas não menos importante, há que se considerar também a criação da Comissão de Anistia no Ministério da Justiça Lei nº 10.559 em 2002 que previa a responsabilidade do Estado por todos os demais atos de exceção, ampliando as mobilizações sociais “para além da atuação intensa e histórica do movimento de familiares mortos e desaparecidos e dos Grupos Tortura Nunca Mais, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo” (Abrão e Torelly, 2010, p.31).

Outros atores não-humanos, identificados como móveis imutáveis, os livros “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)” (primeira versão de 1979, revisado e ampliado em 1995 quando passou a chamar-se “Dossiê de mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964”) e “Brasil: Nunca Mais”, lançado em 1985 e que já ultrapassa a 40ª edição (Projeto B da extensa pesquisa realizada pela Arquidiocese de São Paulo) desempenharam papel fundamental na rede heterogênea para que as conexões pudessem ser ampliadas sem distorções. Nesse sentido, a competência dos móveis imutáveis funcionando como polias de Arquimedes, ajudaram a reter, preservar e disseminar as denúncias sobre as torturas e violações ocorridas na ditadura através de documentos e relatos dos ex-presos políticos e/ou familiares. A capacidade de ação à distância ampliou as associações e mobilizou mais aliados para a luta no processo de redemocratização (Quelha-de-Sá, 2018).

As Figuras 11 e 12 a seguir mostram de forma esquemática os atores-rede formados nas diferentes frentes de justiça de transição, cujas movimentações foram descritas neste tópico:

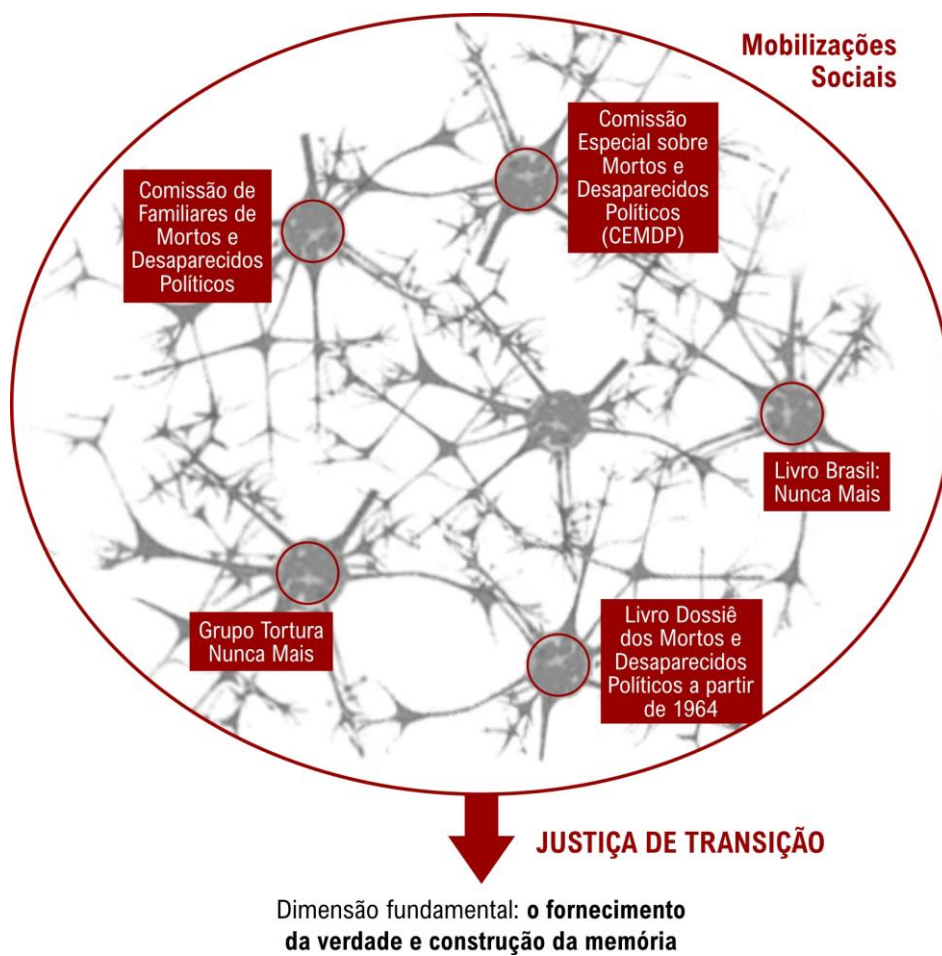
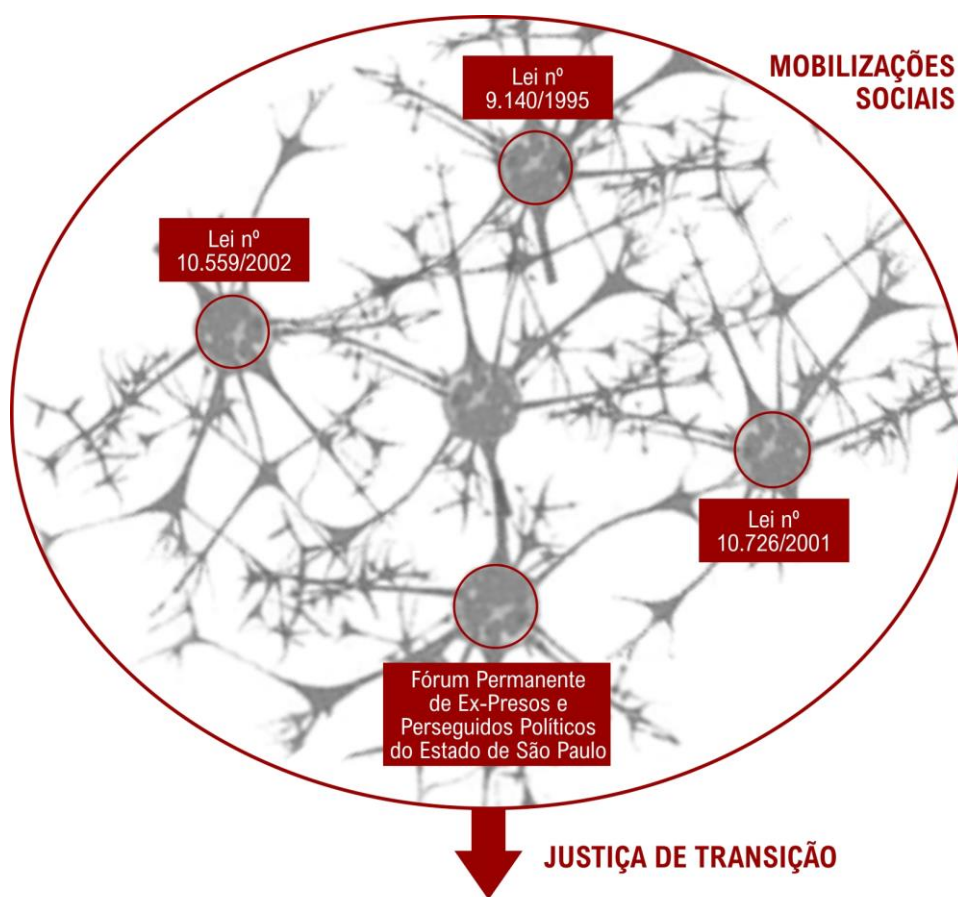


Figura 11 : Modelo simplificado do ator-rede formado pelos atores Mobilizações Sociais.
Elaboração própria



Dimensão fundamental: **Reparação**

Figura 12 : Ator-rede formado na busca pela reparação moral e econômica.
Elaboração própria

4.3.5

3º AH Turning Point – Atores mobilizados em posições-chave: início da ocupação e gestão do prédio pela Pinacoteca do Estado de São Paulo

O momento em que o prédio passa a ser totalmente²² gerido pela Pinacoteca do Estado de São Paulo (Associação Pinacoteca de Arte e Cultura - APAC - através do contrato de gestão por organização social) em 2006, após gestão pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, demonstra como a ocupação de posições-chave por pessoas mobilizadas à causa é um f(ator) acelerador do processo. Nesse sentido, a atuação do diretor da Pinacoteca, Marcelo Mattos Araújo, foi fundamental para

²² A Pinacoteca do Estado de São Paulo já ocupava parcialmente o prédio com a Estação Pinacoteca desde 2004 (Antonini, 2012; Menezes e Neves, 2009).

que se estabelecesse um diálogo, uma conexão com outros atores interessados na transformação do espaço em lugar de memória da resistência, fortalecendo a luta pela criação da marca de memória no prédio.

A trajetória de Marcelo Araújo dá indícios de seu envolvimento e entendimento sobre a importância simbólica e pedagógica que um espaço como o ocupado pelo DEOPS/SP carrega para construção de uma cultura de cidadania em uma sociedade. Marcelo atuou como diretor da APAC entre 2002 e 2012 e em 2006, a convite da Secretária de Cultura Cláudia Costin, assumiu a administração do então Memorial da *Liberdade* (a intensa disputa pelo nome do Memorial será tratada adiante) e em 2008 do Memorial da *Resistência*. Além disso, foi Secretário da Cultura do Estado de São Paulo de 2012 a 2016 e Presidente do Instituto Brasileiro de Museus entre 2016 e 2018 (MRSP, 2018). A interlocução estabelecida com demais atores, entre os quais, os ex-presos políticos (no ator Fórum de Ex-Presos Políticos), fica evidente na entrevista concedida por Marcelo Araújo no livro de comemoração dos 10 anos de inauguração do MRSP, conforme trecho indicado abaixo:

“A parte originalmente ocupada pelas celas havia passado por um processo de restauro que tinha em grande parte descaracterizado o lugar, o que tornava muito difícil a sua identificação. *Então esse era um local que, obviamente, não respondia ou correspondia às expectativas de um lugar de memória com todas as questões que aconteceram nesse edifício*, principalmente no momento de sua ocupação pelo Deops. Então, *quando a Pinacoteca assumiu a gestão do prédio, o Fórum Permanente dos ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo quase que imediatamente entrou em contato comigo*” (MRSP, 2018, p.47 – Entrevista de Marcelo Mattos Araújo. Grifos de minha autoria).

A partir de 2006, é possível perceber uma aceleração de diversas iniciativas que, segundo minha interpretação, contribuíram para a constituição do Memorial de Resistência, com a mobilização de acadêmicos, ex-presos políticos e Secretaria da Cultura (com o início da gestão de João Sayad em 02 de janeiro de 2007). Há algumas narrativas possíveis, não sendo possível atribuir a um fator somente tal movimentação sociopolítica favorável à transformação do espaço em um lugar de memória de resistência, mas sim a uma confluência de esforços de atores para a ressignificação do espaço. Não obstante, ao seguir os vestígios, um ator aparece de forma recorrente em negociações a partir de 2006 e, por essa razão, foi apontado como ator central na configuração do ator-rede desse *Turning Point* (Figura 13): a Pinacoteca do Estado de São Paulo (sob gestão de Marcelo Araújo), cuja capacidade

de estabelecer conexões, mediar disputas e mobilizar outros atores em prol da causa de transformação do espaço foi considerada fundamental.

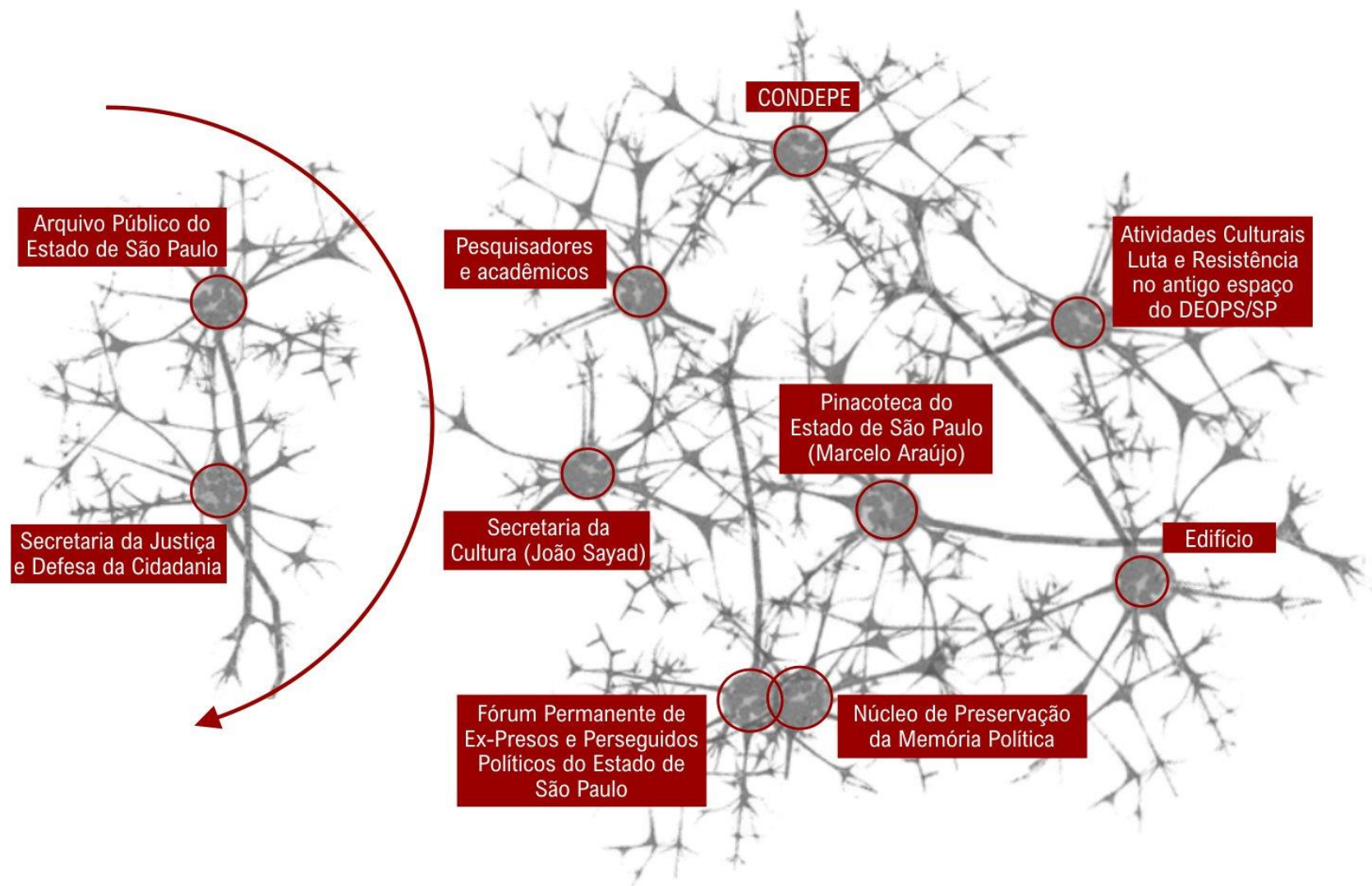


Figura 13 : Ator-rede formado para ressignificação do prédio.
Elaboração própria

É interessante observar como as trajetórias de alguns atores de *Turning Points* anteriores se cruzam nesse momento do processo, ao passo que outros foram desmobilizados e outros novos foram atraídos para a rede. Os objetivos e a atuação de cada um deles também variam, mas de acordo com a minha leitura dos vestígios, a participação daqueles aqui indicados criou condições favoráveis para a transformação do prédio. O CONDEPHAAT, por exemplo, que aparecia no 1º *Turning Point* foi desmobilizado quando o prédio foi tombado em 1999, uma vez que seu objetivo havia sido atingido. Já a Secretaria de Cultura, que também aparecia no 1º *Turning Point*, permaneceu mobilizada no objetivo principal de promover atividades culturais para o Estado de São Paulo no espaço, concentrando sua atuação na análise de diferentes projetos. No caso da Secretaria de Cultura é possível perceber, ainda, a partir da gestão de João Sayad em 2007, uma mudança favorável à pauta do uso do lugar resgatando as memórias dos resistentes, não somente ao seu uso como espaço cultural de forma ampla. Novamente, os vestígios nos mostram que a ocupação de uma posição-chave por uma pessoa *mobilizada* pela causa se mostra como um f(ator) acelerador do processo.

Ainda em 1999, no ano do tombamento, quando a Lei de Anistia de 1979 completou seu 20º aniversário e antes da reforma do prédio - 1999 a 2002 para a instalação da Escola Superior de Música (MRSP, 2018, p.41) -, o espaço foi ocupado por atividades culturais com temas relacionados à pauta de justiça de transição, como a exposição temporária “Anistia 20 anos”, organizada pelo Arquivo Público do Estado²³, pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Secretaria de Defesa da Cidadania (Menezes e Neves, 2009) e a apresentação teatral “Lembrar é resistir”, que ficou mais de um ano em cartaz devido ao interesse e receptividade do público.

A expressiva participação da sociedade ao visitar o antigo espaço do DEOPS/SP durante as atividades culturais nesse período contribuiu para que as

²³ O Arquivo Público do Estado de São Paulo não parecia ser reativo à pauta da Justiça de Transição, mas os vestígios apontavam poucas movimentações que indicassem tentativas para transformação do espaço em lugar de memória da resistência. Uma das explicações possíveis veio da entrevista de Marcelo Araújo onde este nos diz que: “o Arquivo do Estado, por uma série de questões administrativas, vinha apresentando dificuldades para o desenvolvimento de atividades aqui e, ao mesmo tempo, não havia uma intenção maior de ocupação do espaço. Enfim, todo esse conjunto de questões fez com que acabássemos caminhando para uma proposta de que a Pinacoteca passasse também a assumir a gestão do Memorial” (MRSP, 2018, p.48).

memórias dos ex-presos e perseguidos políticos e o legado de violência da ditadura civil-militar brasileira pudessem ser debatidos de forma mais ampla por diferentes grupos da sociedade. Se entendemos que “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (Pollak, 1992, p.204), ao estabelecer um elo de comunicação e troca com a sociedade, estes atores não-humanos ampliaram a ação à distância e abriu-se a possibilidade de construir a memória nacional incluindo as memórias dos resistentes até então silenciadas.

É razoável supor, então, que as atividades realizadas em 1999, antes da reforma do prédio, criaram um ambiente favorável ao debate de pautas relacionadas aos pilares da justiça de transição, que se manteve após a inauguração do prédio reformado em julho de 2002²⁴ - incluindo o Decreto nº 46.508 de 21 de janeiro 2002 (São Paulo, 2002b) para criação do Memorial do Cárcere - e antagonizava com o que se lia na imprensa. As exposições, a apresentação teatral e as mostras de 1999 e 2002, assim como o Decreto para criação do Memorial do Cárcere, podem ser consideradas atores não-humanos do ator-rede indicado na Figura 13, que se mobilizaram para uso do espaço para atividades culturais voltadas para a luta pelos direitos humanos e contra o esquecimento.

No entanto, ao investigar os movimentos dos atores durante a pesquisa de mestrado foi possível identificar duas lutas que se interconectavam no DEOPS/SP, a partir do término da reforma em 2002: uma disputa de narrativa *liberdade/esquecimento x resistência/reconciliação* e uma outra luta pelo uso do espaço do prédio. O ápice da visibilidade destas duas lutas foi a troca do nome do Memorial em julho de 2002, que gerou uma forte reação dos grupos de ex-presos políticos, entre os quais o Fórum de Ex-Presos Políticos e o CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana). Enquanto o espaço era ocupado territorialmente por pautas de resistência com uma agenda cultural marcada pelo resgate das memórias dos resistentes do período em que o prédio foi usado pelo DEOPS/SP [*resistência/reconciliação*] na luta contra o esquecimento –

²⁴ Exposição “Intolerância” do artista Siron Franco, Mostra “Cotidiano Vigiado – Repressão, Resistência e Liberdade nos Arquivos do DOPS 1924-1983” supervisionada pela professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Maria Luiza Tucci Carneiro e a Exposição “Cidadania – 200 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão” no espaço prisional (Menezes e Neves, 2009, p.33).

alinhado ao texto de tombamento que reconhecia o valor histórico do edifício atrelado à preservação da estrutura prisional (São Paulo, 1999) – vários indícios apontavam para tentativas de apagamento do passado do prédio [*liberdade/esquecimento*] (Almeida, 2014).

Almeida (2014, p.280) argumenta que “a narrativa na imprensa repercutia a ideia de que os gritos decorrentes de sevícias perpetradas pela polícia política do Estado dariam lugar a sons orquestrais, como forma de *reconstruir a história da edificação ‘exorcizando’ os horrores do passado*”. Esta denúncia de apagamento foi corroborada por outros estudiosos (Antonini, 2012; Neves, 2011; Araújo et al., 2010), como destacado no trecho abaixo de Katia Felipini Neves (2011):

“E, ao que tudo indica, não havia intenção de preservar a memória do local: no dia anterior à inauguração do edifício, o então Secretário da Cultura Marcos Mendonça diz que a ideia é usar o espaço para *celebrar a liberdade*, por meio de exposições, e que sempre sonhou em fazer do prédio um ‘espaço de felicidade’; já Haron Cohen, arquiteto responsável pela reforma, diz que procurou *‘eliminar as lembranças da repressão’*” (Felipini Neves, 2011a, p.83. Grifos de minha autoria).

A narrativa *liberdade/esquecimento* da imprensa pode ser observada na matéria da Folha de São Paulo de 03 de julho de 2002 (Angiolillo, 2002):

“Coube ao arquiteto Haron Cohen, 65, *transformar o lugar que foi palco de tortura em espaço para a arte*. Resgatando um passado anterior aos anos 1960, o futuro Museu do Imaginário do Povo Brasileiro *opta por evocar o prédio construído em 1914 por Ramos de Azevedo, para armazéns e escritórios ferroviários, em vez do uso feito pelo Departamento Estadual de Ordem Pública e Social*” (Angiolillo, 2002. Grifos de minha autoria).

Alguns dias após a veiculação da matéria acima, em 05 de julho de 2002, o Decreto nº 46.900 (São Paulo, 2002c) institui o Memorial da *Liberdade*, revogando o Decreto do Memorial do Cárcere nº 46.508 (São Paulo, 2002b) e desmobilizando a narrativa de resistência que existia no texto do Decreto agora revogado (“considerando a importância da *preservação de símbolos da resistência à repressão [...]*”). A insatisfação e a indignação com a defesa da liberdade no nome daquele espaço foram imediatas, mas de acordo com os vestígios encontrados somente em 2007 ocorre a mobilização de outros atores para a causa: “após reiteradas ações de reivindicação junto ao Poder Público, o Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo sensibilizou a administração estadual, no ano de 2007, para a necessidade de um *novo olhar* [que viria a ser o Projeto Museológico] para esse espaço” (Menezes e Neves, 2009, p.36. Grifos de minha autoria).

Tal sensibilização ter ocorrido somente após 5 anos poderia ser explicada por algumas movimentações observadas, tais como: (i) em 2006, Marcelo Araújo assume a gestão do espaço como diretor da Pinacoteca, (ii) em 2007, João Sayad assume a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e (iii) entre 2005 e 2006, há uma mudança na configuração do Fórum de Ex-Presos Políticos, com a entrada de Maurice Politi e Ivan Seixas como membros, cuja atuação transcende a causa da reparação observada no 2º *Turning Point*, como destacado nos trechos abaixo:

“Durante os 3, 4 primeiros anos, até 2004, 2005, essa é a função básica do Fórum [reparação econômica]. Ao mesmo tempo existe a reivindicação por parte da diretoria do Fórum da conversão do espaço do DOPS, que já tinha sido transformado em Memorial da Liberdade, em uma outra coisa. Só que durante os primeiros anos, isso não ficou tão caracterizado, porque *a reivindicação econômica, atender aos companheiros e as pessoas que precisavam receber esse dinheiro era mais prioritário, tinha uma urgência maior* [...] [o presidente, Raphael Martinelli] começa a discutir na Secretaria de Justiça sobre a conversão do lugar que *nunca ninguém tinha ficado satisfeito com a solução dada ao Memorial da Liberdade*, que depois virou Memorial da Resistência” (Politi, 2017. Grifos de minha autoria).

“Entre 2005 e 2006, entram como diretores do Fórum duas pessoas um pouco mais jovens [...] eu volto ao Brasil em 2004 e me integro ao Fórum em 2005, por aí, trato de ajudar também... [...] *eu e o Ivan Seixas vemos a possibilidade de fazer outras coisas e com a concordância da presidência e da diretoria, a gente começa a atuar na parte, vamos dizer assim, como a gente chamaria? De relações externas ao Fórum, de procurar posicionar o Fórum em outros ambientes que não aquele só da reivindicação econômica*” (Politi, 2017. Grifos de minha autoria).

Além do Fórum, a atuação do CONDEPE também foi observada para mobilização de aliados em prol da transformação do prédio, como destacado no trecho da entrevista concedida pela ex-presa política Rose Nogueira para a pesquisadora Viviane Fecher (Fecher, 2015):

“Eu era lá a presidente do CONDEPE e propus pelo CONDEPE, mandei um parecer que ele estava deturpando o prédio e ele deveria se transformar em um memorial. Eu prefiro a palavra memorial do que museu. *Apareceram o Politi e o Ivan, foram lá no CONDEPE, o Ivan passou a integrar o Fórum de Ex-presos Políticos, e aí falando com eles, mais o Alípio e a Elza Lobo. Nós estávamos nos reencontrando naquele momento. Eu acho que isso era 2005, 2006, por aí, eu não sei muito bem. Aí a gente conversar para brigar pelo memorial. E aí tinha o CONDEPE, que era um Conselho de Estado brigando junto. Chamamos e assumimos essa luta. E aí conseguimos. Foi transformado em memorial*” (Fecher, 2015, p.56, entrevista concedida por Rose Nogueira a Viviane Fecher em 07 de novembro de 2014. Grifos de minha autoria).

Ao propor algumas explicações para o hiato de cerca de 5 anos, não estou afirmando que entre 2002 e 2006/2007 não houve luta e engajamento dos diferentes atores, mas sim que as movimentações e redes estabelecidas a partir de 2002 criaram condições e mobilizações para que um encontro ocorresse em 2006/2007,

como um entroncamento, um super-nodo, onde esses atores chegaram e uniram esforços na direção da transformação do espaço, incluindo o *novo olhar* e a retirada da palavra *liberdade* do nome do Memorial (a ser abordado no 5º *Turning Point*).

Ainda em relação aos grupos de ex-presos políticos participantes de mobilizações sociais, cabe esclarecer a configuração adotada para os atores “Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo” e “Núcleo de Preservação da Memória Política” (Núcleo Memória), representados com uma intersecção no ator-rede da Figura 13. Apesar de ter sido criado oficialmente somente em 2009, o “embrião” do Núcleo Memória foi formado a partir do grupo de trabalho do Fórum de Ex-Presos Políticos durante o processo de reformulação do Memorial da Liberdade, como ricamente ilustrado através de fotos no livro oficial do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP, 2009) e na pesquisa de Katia Felipini Neves (Felipini Neves, 2011). Segundo Maurice Politi (2017) foi naquele momento, no qual os ex-presos políticos participaram das reuniões com a equipe do Projeto Museológico, que ficou claro para eles a importância das ações educativas, principalmente junto aos jovens, para promoção dos ideais de resistência e da consciência política (Quelha-de-Sá, 2018).

“Como não houve um entendimento sobre esse papel, a gente decidiu então se separar do Fórum e constituir o Núcleo Memória como uma entidade separada do Fórum. A gente fala sempre que é meio filho do Fórum, mas a gente saiu de casa. A gente se dá bem com eles, mas temos outra visão. A gente viu com a participação que teve aqui [nas reuniões com a equipe do projeto museológico] que o Núcleo deveria se dedicar à educação e a promoção do passado para conhecer e trabalhar mais com jovens. É o que estamos fazendo. O Fórum continua existindo, mais proforma mesmo, continua se reunindo de vez em quando, mas já não tem muito sentido porque ele foi constituído basicamente para ajudar na reparação e o governo do estado já reparou o que tinha que reparar e já falou que a caixa está fechada, mesmo que tivesse hoje um novo processo, não entraria...” (Politi, 2017).

Parte das minhas inquietações a respeito do hiato de 5 anos foi respondida ao analisar os movimentos dos atores humanos e não-humanos que *percebi* estarem envolvidos mais *diretamente* no processo, como já abordei anteriormente. No entanto, resgatando a metáfora do lenço amassado trazida por Tonelli (2016) para explicar o tempo não linear e experimentado, ao observar outros movimentos dos atores, que a princípio não estavam ligados diretamente à pauta de transformação do Memorial, é razoável atribuir também a eles uma contribuição relevante para a processo.

Naquele momento, durante a pesquisa do mestrado, a performatividade do contexto não havia sido abordada formalmente no referencial teórico como um dos atores do processo, porém já era possível observar sua influência na configuração dos atores-rede que emergiram durante o processo de transformação do DEOPS/SP. Nesse sentido, ainda que alguns atores de grande ação à distância, como leis, decretos e livros por exemplo, tenham sido considerados na análise e meu posicionamento me afastasse de qualquer pressuposto do contexto como simples pano de fundo estático - algo incompatível com a própria ontologia da ANT -, o impacto de seus elementos constituintes talvez não tenha sido explorado em todo potencial. Ao fazer a releitura do trabalho e trazer os resultados para a tese, foi possível identificar tais elementos do contexto apontados por Lubinski (2018) e observar seu impacto de forma mais significativa em diferentes processos. O 4º *Turning Point*, portanto, mergulhou no contexto dos anos 2000 a 2010 para entender este hiato e investigar potenciais f(atores) adicionais que me ajudassem a explicar o que resultou em um contexto mais propício às lutas pelo resgate de memórias subterrâneas e silenciadas.

4.3.6

4º AH *Turning Point* – Móvel imutável como Polia de Arquimedes: lançamento do livro “Direito à Memória e à Verdade”

Como já debatido em outros momentos do trabalho, a Lei de Anistia de 1979 é reconhecida por vários estudiosos do tema como uma “autoanistia” e vista pelos atores das mobilizações sociais como um salvo conduto para a impunidade dos agentes do Estado. A reconciliação nacional, que deve ser fundamentada no dever de memória (Abrão, 2011) e na busca pela verdade, construção da memória e reparação, além da reforma das instituições, não foi alcançada e a percepção de impunidade até os dias de hoje ainda é muito forte, dada a falta de responsabilização jurídica dos agentes do Estado que cometeram crimes durante a ditadura civil-militar brasileira.

Não obstante, imbuídos com o dever de memória, atores como o Fórum de Ex-Presos Políticos, o Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), entre outros atuaram fortemente para resgatar

histórias e trazer à tona silenciamentos forçados para reconstrução da memória nacional sobre uma base comum. Além disso, ao mobilizar aliados em redes cada vez mais amplas e extensas - demonstrando sua capacidade de transladar seus interesses na causa da justiça de transição – suas movimentações sociopolíticas nesse período de hiato fortaleceram a pauta para criação de uma marca de memória no antigo prédio do DEOPS/SP, de acordo com a minha interpretação dos vestígios.

Atores não-humanos como o *1º Congresso de Ex-Presos e Perseguidos Políticos*²⁵ realizado em 13 de dezembro de 2007 (evento promovido pelo Fórum de Ex-Presos Políticos com apoio do CONDEPE, Grupo Tortura Nunca Mais, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e a CEMDP) e o ciclo de atividades “*AI-5 Nunca Mais*” realizado em dezembro de 2008 (também organizado pelo Fórum de Ex-Presos Políticos em parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e com CEMDP), ambos prestigiados pelo então Ministro Paulo Vannuchi²⁶ da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) fazem parte do ator-rede demonstrado na Figura 14.

Os eventos citados, atores não-humanos que emergiram pela ação direta do Fórum de Ex-Presos Políticos, reforçam seu papel fundamental no processo de constituição do Memorial da Resistência, tanto por meio de reivindicações junto à equipe técnica da Pinacoteca para ressignificação do espaço como um lugar de memória de resistência, quanto em um contexto de luta mais amplo junto à sociedade e órgãos do Governo (Quelha-de-Sá, 2018).

Outros atores como a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e a CEMDP da Secretaria Especial de Direitos Humanos, constituintes do “sistema reparatório” da justiça de transição brasileira (Abrão e Torelly, 2010, p.41), também

²⁵ Sobre a relevância do evento: reportagem sobre o congresso foi veiculada na Revista Adusp de Janeiro/2008 (Mandelli, 2017) e ressaltava a participação de cerca de 500 pessoas, reproduzindo a opinião do Presidente do Fórum de Ex-Presos Políticos, Raphael Martinelli (1924-2020), sobre o evento: “nós avaliamos que o congresso foi muito positivo, teve uma boa repercussão, comparecimento acima do esperado, e atingiu todos os seus objetivos” (Quelha-de-Sá, 2018).

²⁶ Sobre a atuação de Paulo Vannuchi: “em dezembro de 2005 foi nomeado ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). À frente da SEDH, provocou grande polêmica ao propor a rediscussão da Lei da Anistia, que fora publicada em 1979 e apontada por especialistas como um marco do processo de democratização do Brasil. Em sua crítica à lei, sustentou que os crimes de tortura cometidos pelos partidários do regime militar não deveriam ser por ela enquadrados, uma vez que eram imprescritíveis pelos tratados internacionais, portanto passíveis de punições” (CPDOC/FGV, 2022).

aparecem nos atores-rede que emergiram durante os anos de intensa mobilização. Foi como resultado das movimentações sociopolíticas da Comissão de Anistia que a iniciativa das Caravanas da Anistia²⁷ foi lançada em 2008, permitindo a ampliação do debate e o resgate de memórias silenciadas daqueles que tiveram seus direitos violados (Abrão e Torelly, 2010). De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, foi através das Caravanas que “o maior acervo de depoimentos de sobreviventes e familiares de mortos e de desaparecidos políticos da ditadura no Brasil” pôde ser reunido (Brasil, 2014, p.48).

Ao escutar e acolher os testemunhos sobre os crimes cometidos, as Caravanas abriam a possibilidade de reescrever narrativas oficiais, dando visibilidade e resgatando a memória e a verdade com o compromisso de “transcender a dimensão da reparação econômica para oferecer e afirmar uma reparação simbólica e moral às vítimas da repressão de Estado” (Abrão et al., 2010, p.75). Criar um espaço coletivo para compartilhamento de vivências e solidariedade (Abrão et al., 2010), promoveu a reflexão acerca das violências cometidas durante o período de repressão e dos caminhos escolhidos pela sociedade para o processo de reparação (Brasil, 2014), reconhecendo e acolhendo as vivências dos resistentes enquanto protagonistas da luta, como destacado no trecho abaixo:

“O testemunho compartilhado pelo perseguido político num espaço coletivo como das Caravanas *propicia a reconstrução da história*, o enfrentamento do passado e uma intensa valorização dos ideais e vivências. *Aqueles que escutam são sensibilizados a compreendê-las sob o prisma dos atores sociais que, embora pretensamente invisibilizados pela “política da amnésia”, foram protagonistas da história*” (Abrão et al. 2010, p.73. Grifos de minha autoria).

O ator-rede constituído foi capaz de ampliar a mobilização de aliados, atraindo outros atores através de congressos e eventos promovidos por militantes e ex-presos políticos, das Caravanas da Anistia e, por fim, mas talvez o mais importante e significativo de todos por sua ampla capacidade de ação à distância, o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, principal ator não-humano da rede formada, como pode ser observado na Figura 14 (Quelha-de-Sá, 2018). Resultado de 11 anos de trabalho da CEMDP, a SEDH, sob gestão de Paulo Vannuchi, lançou

²⁷ As Caravanas da Anistia eram sessões itinerantes realizadas para análise dos requerimentos direcionados à Comissão de Anistia. Ao visitar diferentes localidades, a Comissão teve oportunidade de resgatar histórias de ex-presos e perseguidos políticos e de familiares de mortos ou desaparecidos, alongando as conexões e mobilizando mais aliados ao propósito da construção da memória, busca pela justiça e reparação dos atingidos pela violência do Estado.

o livro “Direito à memória e à verdade” em 2007 (FGV/CPDOC, 2022). Como já mencionado anteriormente, o livro é considerado um dos marcos da luta pela justiça por ter sido “o primeiro documento oficial do governo federal a responsabilizar a ditadura militar pela tortura e morte de vários de seus opositores” (Schmidt, 2007, p.150) e por trazer para os familiares um “sentido de complementar a indenização pecuniária e avançar na reparação ética e política” (Brasil, 2014, p.26), segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Saliento que, no caso do ator SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos), à qual a CEMDP estava ligada, é possível observar mais um exemplo de potencial de translação intensificado quando há um ator mobilizado em prol da causa de justiça de transição, com poder de decisão e ocupando uma posição-chave, como o Ministro Paulo Vannuchi.

Não bastasse a literatura, onde diferentes autores apontavam de forma contundente para a relevância do livro “Direito à memória e à verdade”, uma ação de Maurice Politi durante a entrevista realizada em 2017 deixou evidente o que o livro representava para a luta por uma justiça de transição de verdadeiro apaziguamento social (e não esquecimento): ao argumentar que 2007 e 2008 foram anos emblemáticos de mobilização social, Politi se levanta da cadeira onde estava sentado, pega um exemplar do livro em sua estante, o coloca em cima da mesa à nossa frente e em vários momentos da entrevista coloca sua mão sobre o livro ao falar sobre os avanços alcançados.

“Os anos de 2007 e 2008 no Brasil [...] foram os dois anos em que o tema da justiça de transição, o tema da punição aos torturadores se levantou. *Em 2007 tem um marco na história desse capítulo, quando o presidente Lula entrega o livro “Direito à Memória e à Verdade”* [Politi se levanta e traz o livro para a sala, posicionando-o no centro da mesa onde a entrevista era conduzida] Esse é um trabalho, é o resultado de um trabalho de 10 anos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que está abrigada na Secretaria de Direitos Humanos [...] *É a 1ª publicação do Estado brasileiro reconhecendo que essas pessoas foram mortas devido ao Estado*” (Politi, 2017. Grifos de minha autoria).

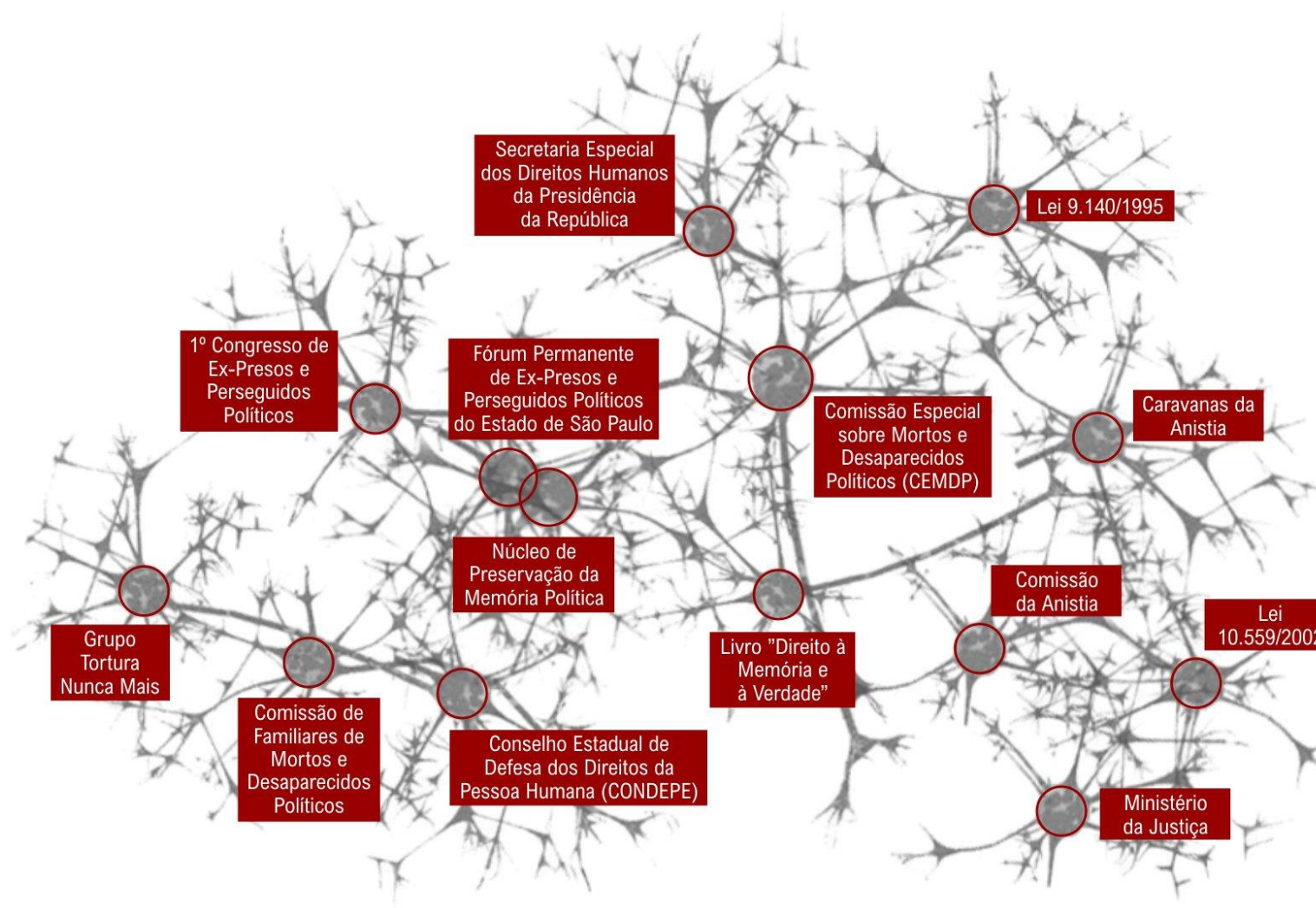


Figura 14 : Ator-rede formado no contexto receptivo à justiça de transição de 2006-2008.
Elaboração própria

É importante observar que o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos/Núcleo Memória “compartilham” as redes de associações mais diretamente ligadas ao edifício e sua conversão e ressignificação – como representado na Figura 13 – como aquelas mais amplas relacionadas à formação de um contexto mais propício às reivindicações de reconhecimento e reparação dos crimes cometidos, reforçando sua centralidade no processo como um todo.

Compreender o contexto no qual tais reivindicações foram feitas, em diferentes instâncias e por diversos setores da sociedade, é fundamental para o entendimento da relevância do papel das mobilizações sociais nas distintas etapas do processo de justiça de transição (Quelha-de-Sá, 2018). Em se tratando da criação de marcas de memória nos espaços de violência, a transformação do antigo prédio do DEOPS/SP em Memorial da Resistência mostra um caso de sucesso onde consistentes mobilizações sociais conjugadas com a ocupação de posições de poder por atores sensíveis e mobilizados com a causa possibilitaram o alinhamento dos interesses e o resultado positivo esperado.

4.3.7

5º AH *Turning Point* – Um novo olhar sobre o espaço de violência: início da implantação do Projeto Museológico

A aceleração de diversas iniciativas, algumas delas mapeadas e indicadas no 4º *Turning Point*, parecem ter se fundido e potencializado a formação de um super-nodo, um entroncamento na rede que estava sendo configurada a partir dos anos 2005/2006, no qual todos os esforços foram potencializados para a transformação do espaço do antigo DEOPS/SP em um lugar de memória da resistência. As diversas iniciativas combinadas com a necessidade de um *novo olhar* para o espaço, reivindicação que sensibilizou novos atores do Poder Público em 2007 (Menezes e Neves, 2009), criaram um *momentum*²⁸ único para ressignificação do lugar.

Nesse sentido, o evento realizado em 01 de agosto de 2008 pode ser considerado o início do processo de ressignificação do antigo prédio do DEOPS/SP,

²⁸ Definição de *momentum*, segundo Cambridge Dictionary: “the quality that keeps an event developing or making progress after it has started” (Fonte: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionário/ingles/momentum>).

com a mudança do nome Memorial da *Liberdade* para Memorial da *Resistência* e início da implantação do Projeto Museológico. O *novo olhar* havia chegado e a disputa de narrativa *liberdade/esquecimento* x *resistência/reconciliação*, tão presente em anos anteriores, finalmente pendeu para o resgate das memórias de *resistência*, ponto reforçado inclusive, pela exposição “*Direito à Memória e à Verdade. A ditadura no Brasil (1964-1985)*”, inaugurada no mesmo momento. O protagonismo da narrativa é devolvido à *resistência* política por meio de um forte posicionamento na busca pela verdade e pela justiça, através da reivindicação de uma justiça de transição mais ampla e efetiva.

A escolha do tema da exposição na inauguração da nova fase do espaço e a mudança do nome são carregadas de simbolismo e significado e devolvem o protagonismo àquelas vozes e memórias de indivíduos que vivenciaram o período de repressão nas celas do DEOPS/SP (Quelha-de-Sá, 2018), como destacado nos trechos abaixo:

“E o que tinha nesse Memorial da *Liberdade*? Quatro celas nuas, peladas, né? Não tinha nada, não tinha nenhum sinal. As pessoas vinham aqui [no Memorial], porque no 1º, 2º andar era a Estação Pinacoteca [...] e as pessoas vinha, visitavam e quando perguntavam o que era lá embaixo, diziam que era o Memorial da *Liberdade*, mas não tinha ninguém, não tinha nenhuma sinalização. As pessoas entravam lá e tinham 4, 5 celas, puseram uns cartazes com reproduções da [revista] *Veja* daquela época, mas não tinha nenhuma explicação. E a gente começou desde aquele tempo, estamos falando de 2006, 2007, a reivindicar que esse espaço devia se converter em um museu e que *a primeira coisa que deveria fazer era retirar o nome, mudar de nome. A última coisa que aqui tinha havido era liberdade, como é que chamava Memorial da Liberdade?*” (Politi, 2017. Grifos de minha autoria).

“Enquanto historiadores, museólogos e educadores, devemos estar atentos à capacidade que a intolerância e a violência têm de retornar disfarçadas de modernidade, de se manter e de se propagar através de novos artifícios. E toda vez que isso acontece, retrocedemos no árduo processo de democratização e reconhecimentos dos Direitos Humanos. [...] *é neste sentido – de investir contra a História Oficial e de romper com os silêncios propositais da História – que foi idealizada a remodelação do espaço do Memorial da Liberdade [...]*” (Bruno et al., 2009, p.39. Grifos de minha autoria).

Cristina Bruno (Maria Cristina Oliveira Bruno), museóloga que participou da formulação do Projeto Museológico, em entrevista concedida ao livro de comemoração dos 10 anos de inauguração do MRSP (MRSP, 2018) reforça a importância *simbólica e conceitual* da mudança de 2008 que vai além da simples troca da palavra *liberdade* por *resistência*, sendo uma “mudança da própria personalidade da instituição” (MRSP, 2018, p.63). Além disso, ela ressalta o incômodo causado aos ex-presos políticos – a quem ela se refere como

“protagonistas” - com o nome Memorial da *Liberdade*, como mostra o trecho abaixo:

“Eles [ex-presos políticos] sempre reivindicaram esse prédio, e que essa história não fosse totalmente apagada, que algo deveria ficar. Eles tinham muitas demandas, e mesmo esse projeto surgiu por uma demanda deles, não é? Eles foram ao governador, ao secretário e pediram. E, de imediato, a primeira questão que recebemos quando fomos chamadas – éramos três mulheres – [Cristina Bruno, Maria Luiza Tucci Carneiro e Gabriela Aidar] é que era um *absurdo e uma ofensa esse espaço chamar Memorial da Liberdade, porque o que menos existia aqui era liberdade*. Daí, conforme fomos conversando entre nós, chegamos nessa questão da resistência, que foi um pouco esse salto. Quando começamos essas conversas com os ex-presos, ou com outros grupos, as pessoas sempre diziam que se incomodavam com esse nome” (MRSP, 2018, p.63. Entrevista concedida por Cristina Bruno para o livro de comemoração de 10 anos de inauguração do MRSP. Grifos de minha autoria).

Dessa forma, o Projeto Museológico do Memorial da Resistência buscava “romper com os silêncios propositais da História” (Bruno et al., 2009, p.39) e trazer para o debate a importância da luta e da resistência contra atos de repressão e violência com a ativa participação de ex-presos políticos que haviam vivenciado aquele espaço durante a ditadura civil-militar. Os indícios das movimentações dos ex-presos políticos para a ressignificação do espaço e participação do projeto museológico aparecem em diversos momentos (Politi, 2017; Fecher, 2015; Felipini Neves, 2011). No próprio livro institucional no Memorial da Resistência (2009) é apresentada uma Ficha Técnica que traz a participação destes ex-presos nas categorias “consultoria sobre o cotidiano das celas do DEOPS/SP” e “ex-presos que deram testemunho), conforme mostrado na Figura 15:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Comunicação Visual e Folder Zoldesign
Governador do Estado José Serra Secretário de Estado da Cultura João Sayad Secretário-Adjunto Ronaldo Bianchi Chefe de Gabinete Sérgio Tiezzi Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico Claudinéli Moreira Ramos	Renato Salgado Luiz Dominguez Débora O. Lopes Marina Carvalho
PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Projeto Audiovisual Estúdio Preto e Branco direção e conceito Maurício Moreira e Luiz de Franco direção de arte Marlise Greice Kieling direção técnica Munilo Celebrone animação Daniel Grizante (Organograma DEOPS) Igor Ventura, Marcos Cintra, Flávia Nobre e Fábio Millan (Cela 9) James Chang – assistente pesquisa Luciana Marin Márcia Baliza Mariana Soares edição e montagem Orlando Neto multimídia Mauricio Celebrone – Imagem e Cia produção Cláudia Vieira trilha sonora Mauricio Domene – Estúdio Next
MEMORIAL DA RESISTÊNCIA	Maquete Tátil Ateliê de Arte Projeto e execução: Dayse Tarricone Assistente de execução: Magda Pianowski
Projeto Museológico Coordenação Marcelo Mattos Araujo Consultoria em Museologia Maira Cristina Oliveira Bruno Consultoria em História Mana Luiza Tucci Carneiro	Ex-Presos Políticos que deram testemunho Alípio Freire Elza Lobo Frei Betto Ivan Seixas José Paiva Maurice Politi Rafael Martinelli Rose Nogueira
Consultoria em Educação Mila Milene Chiovatto Gabriela Aidar Amanda Tojal Margarete de Oliveira Consultoria sobre o Cotidiano nas Celas do DEOPS/SP Ivan Seixas Maurice Politi	APOIO INSTITUCIONAL • Arquivo Público do Estado de São Paulo • Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo • Projeto Integrado Arquivo Público do Estado / Universidade de São Paulo – PROIN
Equipe Técnica de Implantação Museologia Kátia Regina Felipini Neves História Erick Reis Godlauskas Zen Educação Caroline Grassi Franco de Menezes Arquitetura Haron Cohen Arquitetura e Programação Visual Expografia Hiromu Kinoshita Flávio Pires	

Figura 15 : Ficha Técnica do Projeto de Exposição de Longa Duração apresentada no livro oficial do MRSP.
(Bruno et al., 2009, p.97)

A riqueza trazida pela multidisciplinaridade da equipe formada para elaboração do Projeto Museológico do Memorial da Resistência pode ser observada no trecho abaixo retirado da entrevista de Maurice Politi (2017). Somente a experiência vivida por quem esteve preso no prédio permitia o relato de eventos com todos os detalhes, como a escada escondida em um andar falso quando os resistentes eram levados para as salas de tortura:

“Aqui nesse prédio trabalhavam 2.000 pessoas. É incrível a gente falar isso, mas a gente tem que pensar que naquela época não tinha celular, não tinha computador, não tinha nada, então tudo era à máquina, tudo era à mão e o controle era total. Então tinha 2.000 pessoas que trabalhavam, claro que se repartiam em turnos de trabalho e tal. Por exemplo, onde nós éramos torturados ficava entre o 3º e o 4º andar, era uma espécie de andar falso. Quando a gente chegou aqui e começou a fazer as reuniões, um funcionário nos disse: ‘tem um elevador aqui que a gente não entende. Porque ele para aqui no 1º, no térreo e ele para no 4º. Ele não para mais em lugar nenhum. Ele não para no 2º, no 3º. E eles não sabiam. E nem a equipe de profissionais sabia. A gente sabia. Sabe por que ele não para? Porque a gente chamava isso de ‘expressinho da morte’, era na nossa gíria, porque eles pegavam os presos embaixo e, como trabalhava tanta gente aqui, eles não queriam que você fosse visto. Então eles levavam até o 4º [andar] direto sem parar e do 4º você descia por uma escada até um mezanino, entre um piso e outro, onde tinham aquelas câmaras acolchoadas para não escutar gritos e tudo isso. Então essas coisas eles não poderiam saber se não estivessem com o pessoal que morou aqui um tempo” (Politi, 2017).

Outro traço da participação de alguns ex-presos políticos integrantes do Fórum de Ex-Presos Políticos foi fornecido por Felipini Neves (2011). Nos agradecimentos de sua dissertação de mestrado, a então coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo, Kátia Felipini Neves ressalta a importância do trabalho em conjunto desenvolvido durante a implementação do Projeto Museológico para que o espaço fosse ressignificado enquanto lugar de memória da resistência, reforçando a centralidade de alguns dos atores:

“Aos amigos do *Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo* e ao *Núcleo de Preservação da Memória Política*, por tudo que estamos construindo juntos, desde sempre, acreditando que as instituições museológicas podem colaborar na transformação social. Especialmente quero agradecer a *Raphael Martinelli*, meu ídolo, e ao *Maurice Politi* e *Ivan Seixas*, parceiros cotidianos e queridos” (Felipini Neves, 2011, p.5. Grifos de minha autoria).

Kátia Felipini Neves (2011) também reforça a centralidade de Marcelo Araújo, como Diretor da Pinacoteca, para que a transformação do espaço ocorresse respeitando as reivindicações dos ex-presos políticos:

“Ao *Marcelo Araújo*, que com seu olhar essencialmente museológico, pragmático e sensível, não só aceitou o desafio de acolher o Memorial da Liberdade, mas foi o responsável por dar-lhe um novo destino: o Memorial da Resistência de São Paulo” (Felipini Neves, 2011, p.5. Grifos de minha autoria).

O entroncamento proposto na análise que se materializou em um super-nodo, potencializando as ações e mobilizações foi percebido não somente por Kátia Felipini Neves (2011), mas por diferentes atores ao longo do processo e em diferentes momentos. Ressalto aqui o papel e atuação de um ex-preso político: Maurice Politi. Interessante observar os trechos das entrevistas abaixo concedidas por Politi em dois momentos: em 2017 para minha pesquisa de mestrado e em 2018 para o livro de comemoração dos 10 anos do MRSP. As “coincidências” e a “sorte” apontadas por Politi nos trechos abaixo foram identificadas por mim como resultantes da ocupação de posições-chave por atores mobilizados com a causa da justiça de transição, que intensificaram as ações e negociações em direção favorável à luta pelo resgate das memórias silenciadas.

“Tivemos a sorte de que no ano de 2007 foi organizado um congresso nacional de presos políticos aqui em São Paulo [I Congresso de ex-Presos Políticos do Brasil], que causou uma boa repercussão na mídia porque era a primeira vez que ex-presos políticos de todo Brasil se reuniam com várias reivindicações. *E uma das reivindicações era a transformação deste lugar [Memorial] e como tinha havido repercussão nós fomos recebidos pelo Secretário da Cultura na época, João Sayad, o governador era o José Serra, os dois tinham sido exilados no Chile durante a juventude. E o João Sayad nos recebeu e nos disse: ‘bom, o que vocês querem desse lugar?’* E tivemos um segundo componente que nos ajudou muito, que foi o diretor da Pinacoteca, porque esse espaço aqui era gerenciado pela Pinacoteca. *E o diretor da Pinacoteca daquele momento era o Marcelo Araújo [...] E ele foi uma peça fundamental*” (Politi, 2017. Grifos de minha autoria).

“E somos meio felizes nas ‘coincidências’, mas a gente diz que não é só sorte que ajuda, é também a vontade de estar presente e é a época que a Comissão de Anistia tem um novo presidente, Paulo Abrão, ele mesmo muito mais jovens que nós, 30 e tantos anos, dinâmico e que quer realmente posicionar a Comissão de Anistia em outro patamar - coisa que ele fez -, e que precisa de aliados no grupo de ex-presos e ele vê no Fórum um aliado. E a gente começa, então, a se relacionar muito bem com o Paulo Abrão. O objetivo era, naturalmente, obter o apoio dele para que nós pudéssemos atuar em áreas que não fossem só a de reparação econômica, que fosse a cultura, a educação e a conversão [do antigo prédio do DEOPS/SP]. E coincide também, porque a história é feita assim, de coincidências felizes, no momento em que Marcelo Araújo, diretor da Pinacoteca, também é procurado. Ele também uma pessoa ilustre, de posições críticas definidas e que vê naquele Memorial da Liberdade, um espaço que precisava revitalizar. Então ele encomenda um plano museológico, [...] encomenda esse trabalho para dizer ‘bom, o que nós vamos fazer desse lugar?’” (Politi, 2017. Grifos de minha autoria).

Politi (2017) ressalta a importância de atores como Marcelo Araújo (Diretor da Pinacoteca), João Sayad (Secretaria de Cultura), Paulo Abrão (Comissão de Anistia), José Serra (Governador de São Paulo) e reforça esse argumento na entrevista abaixo:

“Em 2007, agora não me lembro se foi no fim de 2007 ou no início de 2008, mas logo depois desse congresso que fizemos [I Congresso de ex-Presos Políticos do Brasil], nós já estávamos em contato com o Marcelo Araujo, com o João Sayad, que era o secretário da Cultura na época, e em contato também com o secretário adjunto da Cultura, que era o Ronaldo Bianchi. E todos eram pessoas favoráveis à conversão desse espaço. *Sobre isso eu sempre falo: juntou a fome com a vontade de comer. Juntou o fato da gente querer e o cenário que calhou. Na vida acontece muito isso. Às vezes você pode lutar a vida inteira e, de repente, por uma coisa do destino, você tem um cenário favorável.* E a gente encontrou o Marcelo Araujo totalmente favorável à proposta” (MRSP, 2018, p.101. Entrevista concedida por Maurice Politi para o livro de comemoração de 10 anos de inauguração do MRSP. Grifos de minha autoria).

O ator-rede que emerge de todas essas movimentações apresenta o edifício como ator central, já que a luta pela ressignificação do espaço do edifício pode ser considerada como sendo a origem de todas as disputas e mobilizações, e os atores narrados no 5º *Turning Point* aparecem conectados, como indicado na Figura 16:

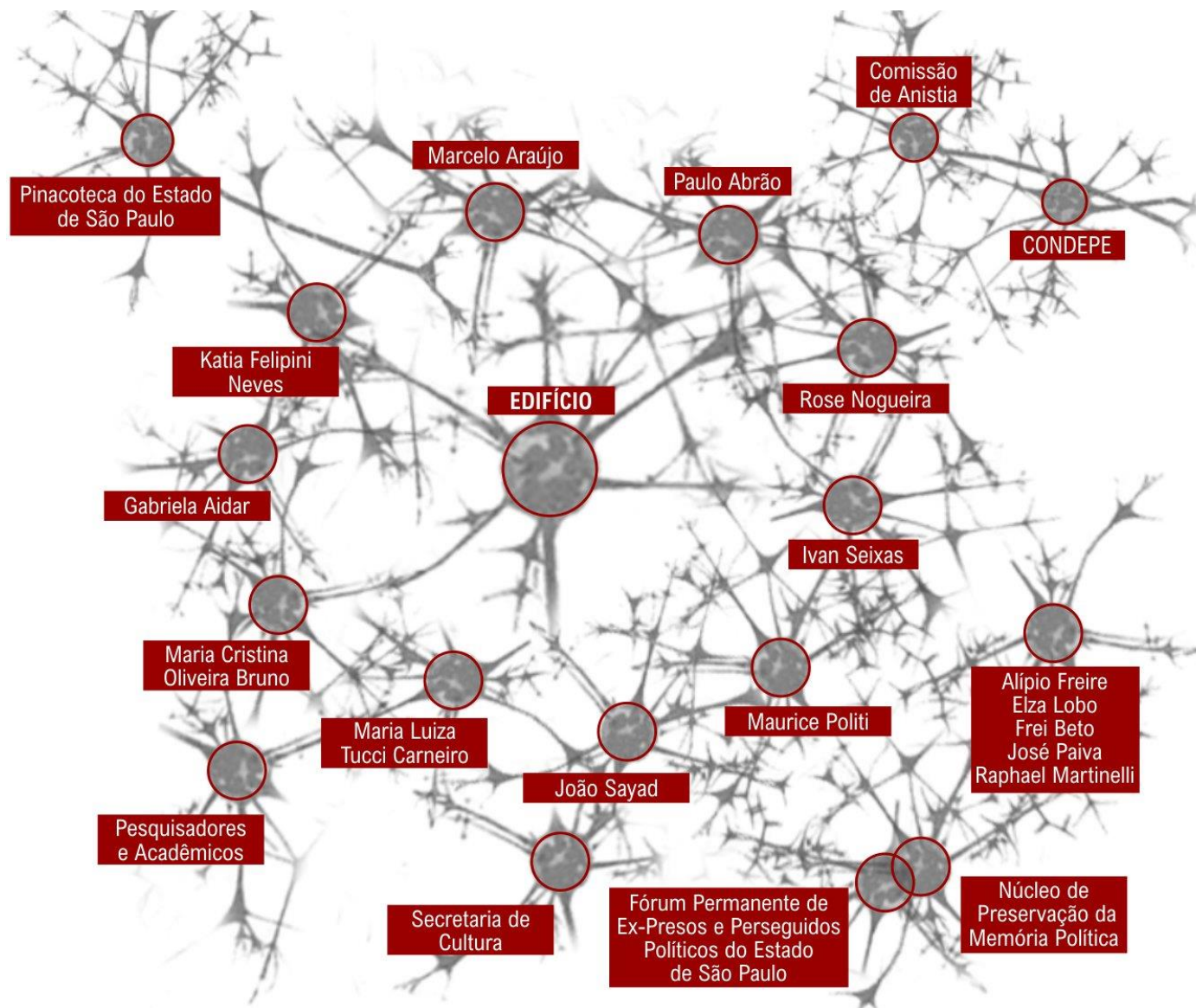


Figura 16 : Ator-rede constituído na implementação do Projeto Museológico do MRSP.
Elaboração própria

4.3.8

6º *AH Turning Point* – a aparente simplicidade do Black-box: a inauguração do MRSP

Após 33 anos de intensa luta, (des)mobilizações, disputas e negociações entre diferentes atores, o Memorial da Resistência de São Paulo é finalmente inaugurado em 24 de janeiro de 2009. Cada um dos *Turning Points* propostos evidencia os esforços – individuais ou conjuntos - de grupos sociais e também de atores em posições-chave para o resgate das memórias de resistência e de luta dos ex-presos e perseguidos políticos, bem como dos familiares dos mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar brasileira.

O *novo olhar* proposto pelo Projeto Museológico ressignificou o antigo edifício, antes um espaço usado para violência e tortura, e que a partir de 2008 devolveu o protagonismo àqueles que ali viveram experiências traumáticas, resgatando a memória dos resistentes e suas lutas com base em três eixos temáticos: controle, repressão e resistência, como o trecho abaixo destaca:

“Invertendo a lógica do período da repressão, agora o protagonismo é atribuído às memórias dos ex-presos e, a partir delas, a concepção de cada espaço valorizou a resistência como elemento de ligação entre o trágico passado aqui vivenciado e os novos tempos amparados por experiências democráticas” (MRSP, 2017 – Painel “A Construção da Memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP”).

O MRSP é, portanto, um ator-rede resultante de uma série de mobilizações ocorridas em diferentes etapas de sua constituição, cujos processos de translação dos diversos atores envolvidos resultaram na formação de atores-rede com propósitos intermediários até que o conceito de resistência e de luta emergisse e se consolidasse para a formação de um lugar de memória de resistência (Quelha-de-Sá, 2018).

A preocupação com a “higienização da memória” (Bruno et al. 2009, p.39), e os silêncios impostos por grupos apoiadores da narrativa *liberdade/silenciamento* foi uma constante para a equipe do Projeto Museológico, que defende a importância do conhecimento histórico e de ações educativas como ferramentas para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade em distinguir entre o certo e errado dos indivíduos de uma sociedade. O desafio está em ‘quebrar’ a corrente do silêncio ajudando a lembrar, sempre” (Carneiro, 2009, p.181) e a intensa agenda educativa do MRSP busca alertar o visitante sobre o perigo da reprodução de

violências do passado, contrárias aos ideais democráticos, como destacado por Sayad (2009):

“Ao abraçarmos a causa dos cidadãos militantes que queriam transformar o antigo Memorial da Liberdade em um espaço que falasse das arbitrariedades dos regimes autoritários, das lutas da resistência e, sobretudo, das *fragilidades das democracias quando a memória é relegada a segundo plano*, mantivemos o compromisso cívico e democrático do governador José Serra de *revelar que esse prédio foi, sim, um centro de torturas e arbitrariedades*. *Acreditamos na importância de não deixar a história se apagar*, e agora este lugar serve para lembrar às novas gerações que o Brasil retornou à democracia graças à luta de milhares de pessoas” (Sayad, 2009, p.15. Grifos de minha autoria).

Ao ler o que Sayad (2009, p.15) argumenta, é possível constatar a fragilidade da nossa democracia enquanto escrevo essas palavras em 2022, hoje uma sociedade permeada por um discurso negacionista e reacionário tão presente em diversos setores que parecem ter esquecido o passado. Nada está garantido. É preciso (re)lembrar sempre.

Cabe nesse momento resgatar o ponto de partida da pesquisa de dissertação: a página oficial do Memorial da Resistência de São Paulo, onde somente dois atores eram indicados na formação do MRSP: a Pinacoteca do Estado de São Paulo e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, como mostrado nas capturas de tela abaixo (Figura 17):

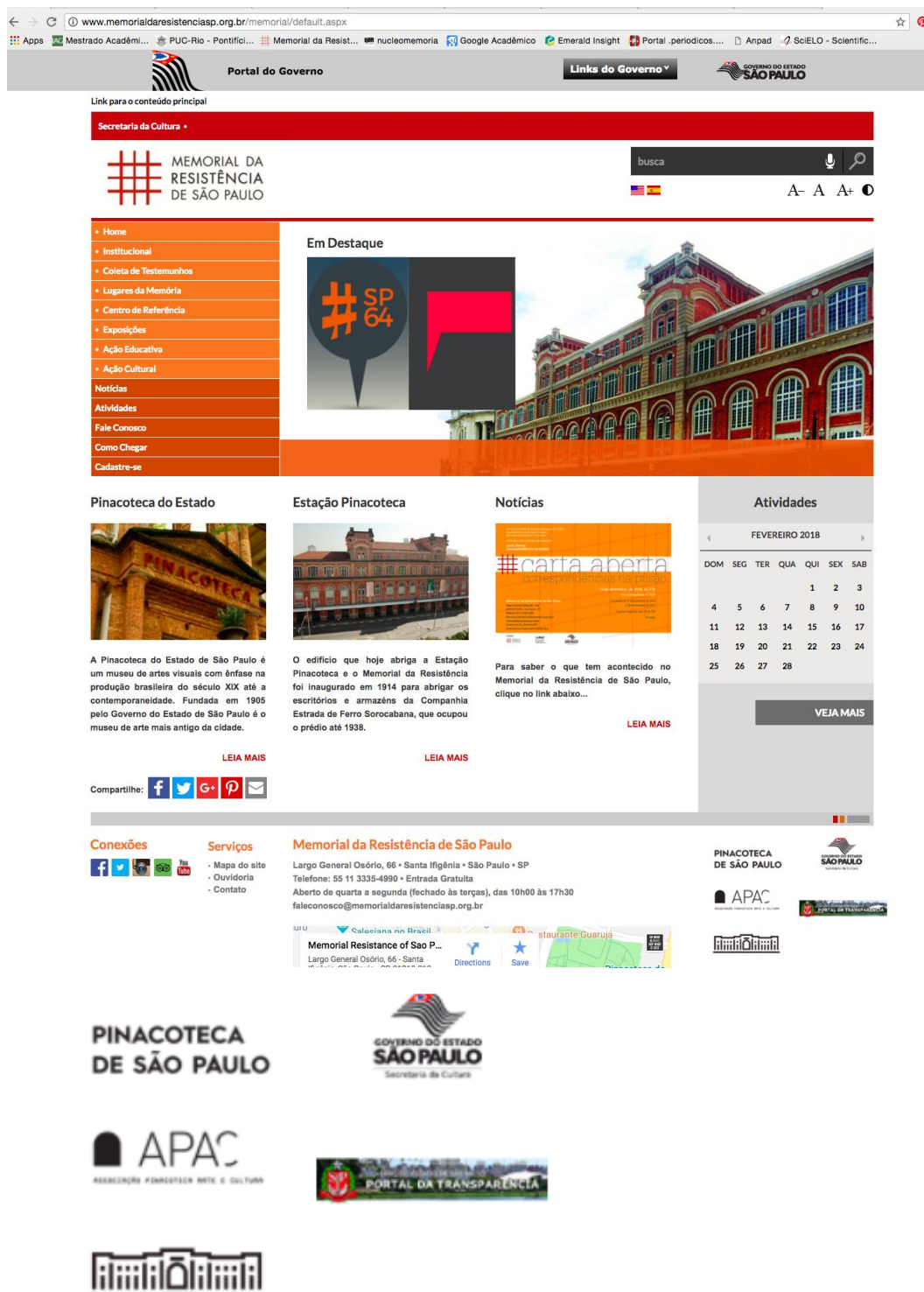


Figura 17 : Captura de tela do site oficial: destaque para os atores Pinacoteca do Estado de São Paulo e Secretaria da Cultura (Site Oficial do Memorial da Resistência de São Paulo). Acesso realizado durante a pesquisa de Mestrado (2017)

O papel de destaque conferido a estes dois atores somente - a Pinacoteca do Estado de São Paulo e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo - na formação do MRSP, esconde as múltiplas associações realizadas durante o processo de

constituição, tornando-as transparentes para as demais entidades e transformando o MRSP em um *black box*. Ou seja, há a narrativa oficial com 2 atores que deixa subjacentes todas as conexões estabelecidas durante os 33 anos que o processo durou até a transformação do edifício em um lugar de memória de resistência e que envolveu mais de 40 atores, como demonstrado de forma bastante clara no Quadro 5 da dissertação (Quelha-de-Sá, 2018, p.166).

Por fim, cabe ressaltar que o sucesso de um processo de transformação de um espaço de violência não prescinde de uma “comemoração vigilante” (Nora, 1989, p.12) e não deve ser entendido como algo já garantido e conquistado *ad aeternum* para gerações futuras. As trocas entre o MRSP e a comunidade para construção da memória, evitando que ela se torne “inerte” e seja silenciada novamente (Rigney, 2008) é condição imprescindível para que um lugar de memória de resistência continue atuando como tal.

“[...] é preciso lembrar sempre que existem parcelas da sociedade interessadas em silenciar ou, então, em distorcer os fatos. *Precisamos estar atentos a esta produção intencional de silêncios*, procurando compreender a razão do não-dito, pois nem sempre o silêncio é sinônimo de “implícito” ou de “não querer lembrar”. O não-dizer está, na maioria das vezes, ligado à história e à ideologia. Portanto, certas ocorrências não devem ser interpretadas como meros acidentes de linguagem, e sim como um “ato de intenção”. E, para tanto, os nossos jovens têm que estar instrumentalizados (além de serem sensibilizados) para perceber os silêncios e as deturpações impostas pela História Oficial” (Bruno et al., 2009, p.41. Grifos de minha autoria).

4.3.9

Zones of Intense Dispute (ZIDs): períodos marcados por intensas disputas e recorrentes (des)mobilizações de múltiplos atores

Durante a investigação do processo de transformação do DEOPS/SP em um lugar de memória de resistência, desenvolvi em conjunto com minha orientadora, o conceito de *Turning Points*, como já apresentado anteriormente. Esses marcos, eventos e movimentações identificados como fundamentais para que a configuração do ator-rede em 2009, momento da inauguração do Memorial da Resistência de São Paulo e recorte da pesquisa de mestrado, possibilitou a compreensão do fenômeno de forma mais profunda e contextualizada.

Percebi também que, em alguns momentos da trajetória de transformação do antigo prédio do DEOPS/SP, a intensidade dos debates e negociações entre os

atores aumentava de forma significativa, por vezes culminando na manifestação de um *Turning Point*. Este conceito não foi elaborado durante a pesquisa de mestrado, mas ficou, juntamente com a influência do contexto, como algo a ser pesquisado e desenvolvido em uma oportunidade futura (que chegou no doutorado).

Ao revisitar o processo de transformação do DEOPS/SP no MRSP pude elaborar a narrativa a partir do meu posicionamento atual (diferente do que eu tinha durante o mestrado, como esperado), redesenhar os modelos esquemáticos dos atores-rede formados reforçando o conceito dos rizomas nas novas propostas e estudar com mais profundidade essas áreas de intensa negociação e disputa.

Pude observar que esses períodos de intensificação das disputas, das manobras e das tentativas de atração de interesses ocorreram não somente no processo de São Paulo, mas também no caso do DOPS do Rio de Janeiro. A estes momentos, dei o nome de *Zones of Intense Dispute (ZIDs)*, que trazem para o foco as disputas e movimentos nos entre-espços de trabalho de mediação dos atores, algo característico do pensamento amoderno, além de reforçarem o espaço da simultaneidade de Serres (Tonelli, 2016).

Nesse sentido, uma ZID nos ajuda a entender as movimentações e conexões entre os atores sem a obediência a uma linearidade temporal, que não é aceita ou prevista no pensamento amoderno. O tempo “experimentado” não garante uma relação de causa e efeito linear, sendo esperada até mesmo uma aparente desordem visível por não ser possível impor uma ordenação com um pensamento linear. Dessa forma, ações de atores podem gerar resultados em outros momentos, aparentemente distantes em tempo e geografia e não conectados visivelmente com essas ações, dentro do conceito de “*folding*”, da dobradura da linha do tempo (Tonelli, 2016).

Essas combinações de vínculos e ligações em uma linha do tempo não-linear reforçam que os atores-redes que emergem não são simétricos, organizados ou estáveis, mas sim rizomas, espalhados, heterogêneos, instáveis e com características fluidas, mutáveis de acordo com a sua constituição por atores que são (des)mobilizados em sua rede. As conexões ocorrem em diferentes épocas e há sobreposições dos resultados/consequências de cada uma em distintos momentos, gerando uma combinação única que forma o que denominei de super entroncamentos. As ZIDs demonstram esses movimentos de translação de diferentes atores e são marcadas por ações e reações rápidas, como demonstrado na Figura 18:

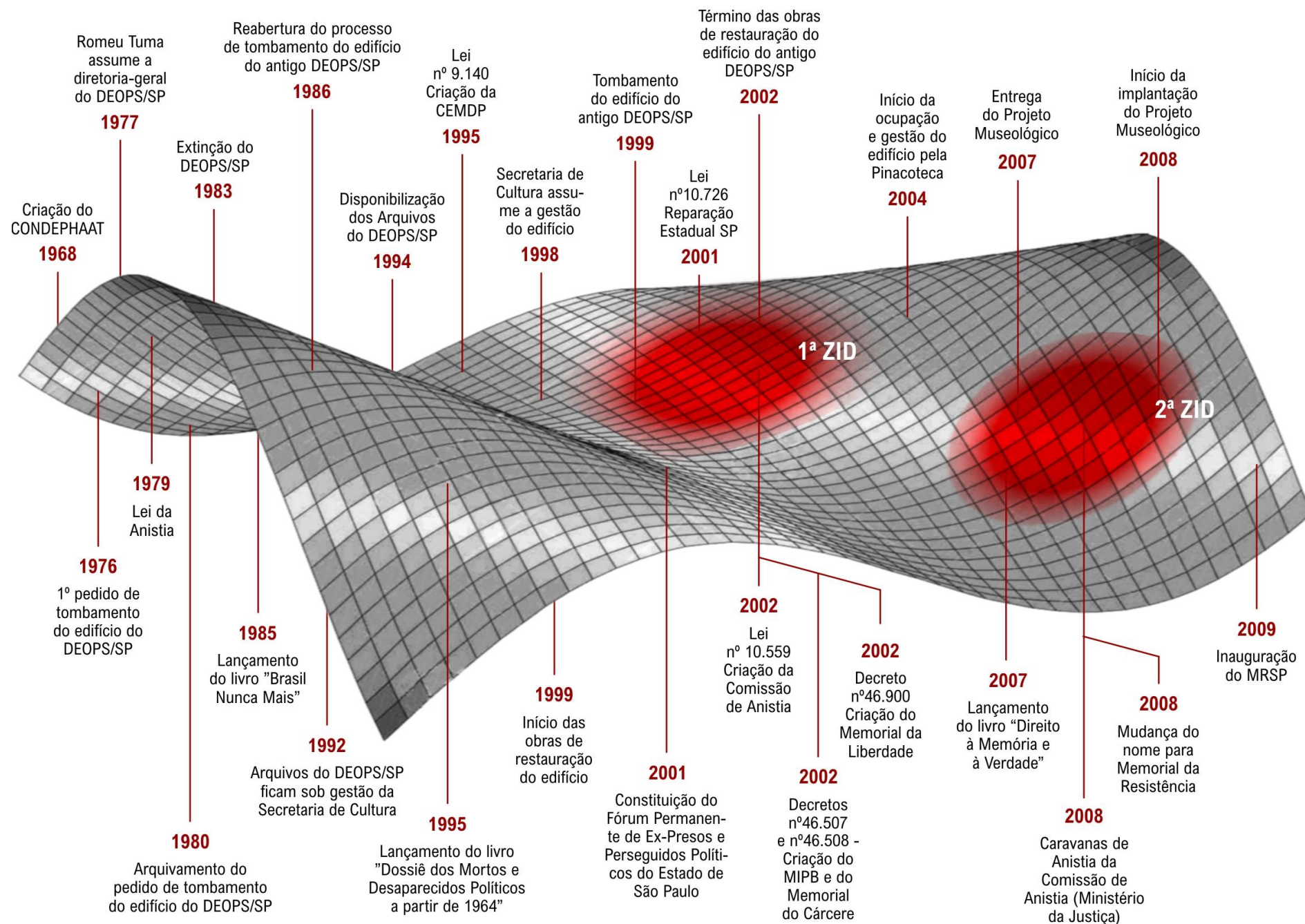


Figura 18 : Malha expandida com as Zones of Intense Dispute (ZIDs) identificadas no processo de transformação do DEOPS/SP em MRSP.
Elaboração própria

4.4

Departamento de Ordem Política e Social - DOPS/RJ

A pesquisa sobre o processo de transformação do DEOPS/SP no Memorial da Resistência me levou a perceber a importância das edificações, antes usadas como espaços de tortura e violência, enquanto atores centrais na trajetória para construção de uma memória coletiva inclusiva. Tal percepção estava totalmente alinhada à literatura sobre lugares de memória da resistência, que defende a relevância da materialidade dos espaços físicos como documentos e seu papel fundamental como testemunha das memórias dos resistentes que ali foram presos ou assassinados (Neves, 2021; Dolff-Bonekämper, 2002).

Nesse sentido, os vestígios encontrados sobre o DOPS/RJ me levaram - novamente - a um edifício como “ponto de partida” da investigação (Figura 19), tornando-o a ponta do “fio de Ariadne” (Latour, 2013 [2016]) que encontrei para reconstituir as possíveis associações de atores-rede que compõem o *sociopast*. No caso do Rio de Janeiro, o profundo simbolismo do prédio para além do período da ditadura civil-militar (1964-1985), como ressaltado por diferentes atores ao longo da trajetória, tornou o processo ainda mais complexo (Ferreira e Pradal, 2019; Pradal, 2017).

A criação de marcas de memória nesses prédios específicos, o do antigo DEOPS em São Paulo e o do antigo DOPS no Rio de Janeiro, onde ocorreram graves violações de direitos humanos torna-se, portanto, fundamental. Ao assumir que lugares de memória atuam como elementos de referência para construção da memória coletiva em uma sociedade ao criar pontes entre presente e passado, a dimensão social da transformação de um espaço de violência, como os dois aqui pesquisados, ganha importância. Por ser socialmente construída, a memória é dinâmica e perpetuamente reconfigurada, sendo negociada segundo a agenda de interesses políticos dos diferentes atores envolvidos, como destaca Jessie Jane no trecho destacado abaixo:

“Não creio que exista qualquer pessoa que não enxergue isso [a importância histórica e simbólica do prédio]. A própria polícia que disputa a posse do prédio, está disputando uma memória dela mesma, isto é, tentando fazer uma releitura da atuação das polícias do Brasil em relação à cidadania” (Fala de Jessie Jane - DOPS/RJ, 2020).

Dessa forma, a posse de um símbolo como o prédio do DOPS/RJ pode fortalecer uma das duas narrativas antagônicas (*silenciamento/apagamento x transformação/resistência*) para construção de nossa memória coletiva: uma que reconhece a violência histórica do Estado desde o início do século XX e ressignifica o prédio ao abrir espaço para a cultura de cidadania e de direitos humanos e outra que enaltece a evolução histórica da instituição da Polícia Civil e silencia sobre a violência e práticas de tortura que ali ocorreram e que ainda são adotadas no presente.

Segundo Felipe Nin²⁹ (DOPS/RJ, 2020), o prédio serviria como “disparador” para discussão sobre Direitos Humanos e sobre as “práticas policiais através da história das instituições que funcionaram ali”, atuando como um centro de referência em DH ao abrigar diferentes organizações no mesmo espaço. O prédio, de acordo com Felipe Nin, seria o “documento principal a ser exposto”, o que corrobora sua centralidade no processo de disputa entre grupos de interesses antagônicos. Trata-se de uma discussão atual, extremamente necessária sobre violência e violação dos direitos humanos em nossa sociedade que não fica circunscrita ao período de 1964 a 1985, portanto. O edifício deve atuar como elemento de referência para construção da memória das gerações que não viveram o período – ou a violência de Estado diretamente – em linha com a recomendação nº 28 do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Considerando que é a amplitude da atração de interesses, envolvimento e mobilização que determina o poder de um ator sobre os demais, ou seja, sua capacidade de negociar e transladar seus interesses para formação de uma rede cada vez mais ampla, é possível afirmar que o edifício do DOPS/RJ é um dos atores centrais no processo estudado.

²⁹ Felipe Carvalho Nin Ferreira é arquiteto e urbanista e ativista do Movimento Ocupa DOPS. É sobrinho do engenheiro Raul Amaro Nin Ferreira, preso, torturado e morto durante a ditadura civil-militar brasileira (Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/raul-amaro-nin-ferreira/>. Acesso em 23 de maio de 2022; CEV-Rio, 2015).



Figura 19 : Foto do antigo prédio do DOPS/RJ

Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/270

4.4.1

Rua da Relação, nº 40. Lapa, Rio de Janeiro: um prédio símbolo de 112 anos de disputas e 1º AH *Turning Point* da Malha.

Começo a narrativa trazendo o histórico deste edifício centenário. Sendo este um dos atores do processo, ao levantar a dinâmica administrativa e as relações de poder associadas à sua trajetória, tão imbricada com a história da República e do Rio de Janeiro, busquei aprofundar minha compreensão sobre o contexto e relevância da edificação para os diferentes grupos envolvidos.

O prédio do antigo DOPS/RJ está localizado na Rua da Relação, nº 40, esquina com a Rua dos Inválidos, na Lapa, centro da cidade do Rio de Janeiro. Sua construção foi aprovada em 01/10/1908 através do decreto nº. 1970 para ser a sede da Repartição Central de Polícia como uma iniciativa de modernização dos órgãos de Segurança Pública e “parte dos esforços da recém-criada República de intervir diretamente no cenário urbano, dando à Capital serviços e aparência de grande cidade européia” (APERJ, 1993, p.10). Além disso, o prédio abrigou o 1º Instituto Médico Legal (IML) e se propunha a criar uma polícia científica de acordo com a estratégia de planejamento de Segurança Pública (DOPS/RJ, 2020).

Inaugurado dois anos depois, em 05/11/1910, o edifício de estilo eclético francês foi projetado pelo arquiteto Heitor de Mello (1876-1920) e sua trajetória está intimamente ligada ao contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro e do país, passando pela transferência da capital para Brasília e criação do estado da Guanabara³⁰ (APERJ, 2001). Nesse ponto, mesmo após a construção de Brasília, é fundamental destacar a preocupação dos governantes com a Segurança Pública no Estado da Guanabara desde o início (depois Estado do Rio de Janeiro), bem como sua relevância e influência no contexto nacional. Apontada em 1962 no *Plano para desenvolvimento das atividades de Polícia Política e Social* (elaborado pelo DPS – Divisão de Polícia Política e Social) como “a capital de fato do país, devido a sua importância política e cultural” e como “centro de irradiação comunista do Brasil” devido à localização da sede do Comitê Central do PCB (APERJ, 2001, p.9), o Rio de Janeiro era um fator de preocupação em termos de segurança interna.

Nesse sentido, a história administrativa do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no edifício e a dinâmica interna do órgão é marcada por mudanças, como demonstrado nos documentos consultados, como o relatório do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), que buscava esclarecer a trajetória administrativa do órgão para auxiliar os pesquisadores nas consultas ao acervo e aos fundos de polícia política (APERJ, 2001). Os trechos abaixo explicam essas mudanças:

“Com a promulgação pela Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara da Lei nº 263, de 24 de dezembro de 1962, a Divisão de Polícia Política e Social foi extinta, sendo criado em seu lugar o *Departamento de Ordem Política e Social - DOPS/GB*, cujo superior hierárquico era a Secretaria de Segurança Pública, nova denominação para a Secretaria Geral do Interior e Segurança. [...] O *DOPS integrava-se a Secretaria de Segurança Pública como órgão central de execução [...]*” (APERJ, 2001, p.10-11. Grifos de minha autoria).

“[...] do ponto de vista dos seus *objetivos e atribuições*, os DOPS dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro *eram congruentes quando da sua fusão em 1975*. Criase na Secretaria de Segurança Pública, reorganizada em 15.03.1975, o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), ao qual compete o exercício das funções de polícia política” (APERJ, 1993, p.44. Grifos de minha autoria).

³⁰³⁰ A capital da República (Distrito Federal) era localizada na cidade do Rio de Janeiro até 1960, quando Brasília foi construída para esse fim. Nesse momento foi criado o Estado da Guanabara, um estado federativo restrito à cidade do Rio de Janeiro, que existiu até 1975 (Pradal, 2017, p.66). Em 1975 ocorreu nova mudança quando foi decretada a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro pelo presidente Ernesto Geisel (Lei Complementar nº 20 de 12 de julho de 1974, implantada a partir de 1º de março de 1975) (Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9939/fusao.pdf?sequence=1>. Acesso em 24 de maio de 2022).

O relatório da Comissão Estadual da Verdade (CEV-Rio) também traz esclarecimentos sobre as mudanças no órgão no período:

“Diversos órgãos com função de polícia política funcionaram no local, com destaque para a Polícia Central do Distrito Federal (1910-1933), a Delegacia Especial de Segurança Política (1933-1938), a Delegacia de Ordem Pública e Social (1938-1944), o Departamento de Ordem Política e Social (1962-1975) e o Departamento Geral de Investigações Especiais (1975-1983). Contudo, devido à forte identificação com a repressão durante a ditadura militar, o local é conhecido popularmente como Prédio do DOPS³¹” (CEV-Rio, 2015, p.297. Grifos de minha autoria).

Em linha com o argumento de Fernanda Pradal (Pradal, 2017, p.66) que destacou “as linhas de continuidade” e “uma dinâmica de acumulação e sobreposição de práticas”, é possível afirmar que a organização que cumpria a função de polícia política não teve suas atividades interrompidas nos diferentes períodos. Por não ser o foco do presente estudo, a história administrativa do órgão e seus desdobramentos, incluindo as mudanças de nome que marcaram sua trajetória inicial, foi simplificada em um *black box* que marca o 1º *Turning Point* da malha, como será demonstrado adiante (Figura 20). Respeitando a “forte identificação” levantada no relatório da CEV-Rio, o nome do ator adotado ao longo da narrativa será mantido como DOPS/RJ, sem a intenção de incorrer em anacronismos com DOPS-GB (1962-1975) ou com Departamento Geral de Investigações Especiais - DGIE (1975-1983), entendendo que a mudança de nome não alterou as características, atribuições e funções relevantes do órgão da Polícia Política até sua extinção em 1983 (Ferreira e Pradal, 2019).

³¹ Cabe uma ressalva: há uma guerra de narrativas que inclui até mesmo o nome do edifício entre os grupos envolvidos e está intrinsecamente ligada à disputa pelo uso do local. Para a Polícia Civil e demais atores mobilizados e alinhados com a Polícia, a edificação é conhecida como “Palácio da Polícia”, enquanto para os demais é o “prédio do DOPS” (Ferreira e Pradal, 2019; Site da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – Museu da Polícia, 2022).

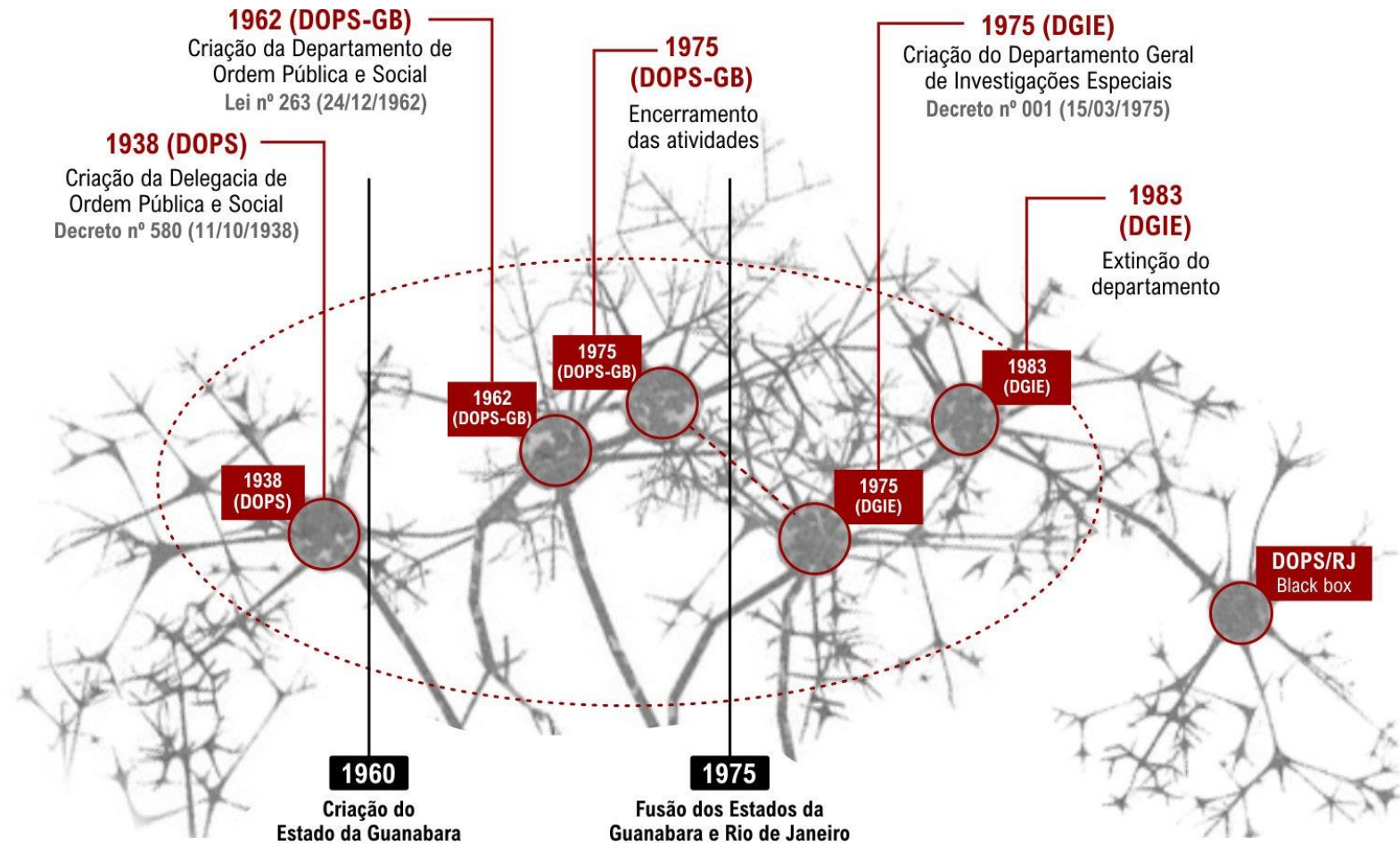


Figura 20 : 1º *Turning Point*: constituição do *black box* DOPS/RJ.
Elaboração própria

A construção da memória fundamentada no prédio como elemento de referência toma caminhos bastante distintos dependendo dos atores em disputa e dos momentos em que suas movimentações sociopolíticas ocorrem. Por vezes, é possível detectar falas aparentemente antagônicas de um mesmo ator, como por exemplo, o caso do APERJ ou até mesmo mudanças de posicionamento ao longo do processo. Nesse sentido, como será visto mais adiante na narrativa, especificamente no caso do Arquivo Público, o posicionamento do órgão, principalmente entre 1999 e 2002 quando dirigido por Jessie Jane Vieira, demonstrava total mobilização pela *transformação* do espaço em um lugar de memória de resistência, pela lembrança contínua e vigilante das violências que ali haviam sido cometidas. Posicionamento bastante diferente do que pode ser interpretado a partir da publicação desse mesmo ator em 1993, quando ressalta que o prédio, “estigmatizado por ter sediado atividades de tortura e perseguição política, não é admirado, em seus valores estéticos, pelas pessoas que o identificam a seu triste passado” (APERJ, 1993, p.11).

Não obstante os posicionamentos por vezes distintos, é possível observar o clamor do Arquivo Público, entre outros atores, pela preservação do prédio dado seu valor arquitetônico, como destacado no trecho abaixo:

“No caso do prédio da Polícia Central, há que se buscar um *caminho de reencontro do edifício com os cidadãos*. Há que requalificar o prédio e o entorno urbano, *atribuindo a seu interior um novo sentido* e dando um passe livre à sua beleza para que ela emocione e faça vibrar os moradores e os visitantes da cidade” (APERJ, 1993, p.12. Grifos de minha autoria).

No pedido do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro destacado acima fala-se em “reencontro do edifício com os cidadãos”, em uma requalificação do prédio com atribuição de um “*novo sentido*”. E é exatamente esse o motivo das disputas dos diferentes atores. De um lado, o macro-ator mobilizações sociais, composto por ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos, ativistas dos direitos humanos (que serão detalhados mais adiante) e do outro, a Polícia Civil e associações de policiais. Cada qual com objetivos e entendimentos distintos sobre a relevância e uso do local. Para os primeiros, “a dimensão política e conflitiva das práticas e instituições repressivas ao longo da história e as experiências de tortura vividas nesse lugar, destacando o período da ditadura militar” são aspectos fundamentais e devem direcionar a finalidade de uso do espaço. Enquanto para os últimos, enfatiza-se a “formação de uma instituição e identidade policial de maneira

evolutiva, na qual a ditadura não tem centralidade nem abordagem crítica profunda” (Ferreira e Pradal, 2019, p.179-180), ou seja, a identidade policial e a origem do prédio como órgão de Segurança Pública devem orientar a decisão sobre a finalidade de uso do espaço.

O “*novo sentido*”, portanto, depende do que se quer lembrar e do que se quer esquecer, algo antagônico para os grupos que disputam o local. A construção da memória fundamentada no edifício como elemento de referência toma caminhos bastante distintos entre os grupos em disputa. No entanto, é importante destacar as práticas de violência – cuja existência independe da vontade de lembrar ou de esquecer dos diferentes grupos – dentro do espaço são fartamente documentadas em diferentes fontes e começaram antes mesmo do período da ditadura civil-militar, quando o prédio já servia para triagem de presos, prisão, tortura e morte, como reportado pela Comissão Estadual da Verdade (CEV-Rio, 2015). As torturas no local começaram já nos anos vinte contra as classes mais pobres, em especial à “população pobre e negra³² – por meio da repressão à ‘vadiagem’ dos ‘sem trabalho’, das ‘casas de batuques’, da capoeira, da prática de ‘magia’ e ‘curandeirismo’ (CEV-Rio, 2015, p.297) como “política de higienização social” no contexto da modernização urbana na capital da recém instaurada República brasileira (1889) (Ferreira e Pradal, 2019, p.181). “Modernizar, embelezar e sanear”, como ressalta o texto no site da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - PCERJ (Figuras 21 e 22) sobre o edifício Palácio da Polícia (onde está localizado o Museu da Polícia):

“O imóvel histórico representa um dos mais belos exemplos da linguagem eclética da Arquitetura do Rio de Janeiro, projetado e construído no início do século XX e inaugurado em 05 de novembro de 1910. Não bastasse a sua imponência volumétrica através do vocabulário arquitetônico do mais puro gosto eclético francês, recebeu a assinatura de paternidade de um dos mais destacados arquitetos do início do século XX, Heitor de Mello, que a partir da criação de um projeto com a imagem sofisticada de belle époque da sociedade carioca, engajou-se na atitude política do então governo da Capital Federal, no sentido de modernizar, *embelezar e sanear* a Cidade do Rio de Janeiro” (Museu da Polícia – site da Polícia Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Grifos de minha autoria).

³² “A polícia perseguiu a população afro-brasileira, efetuou prisões e acumulou uma série de objetos, aos quais mais tarde foi reconhecido valor etnográfico. As peças de acervo se acumularam até 1938, quando foi feito o primeiro tombamento etnográfico do país (inscrição n.º 001 do processo n.º 0035-T-38) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)” (CEV-Rio, 2015, p.298).

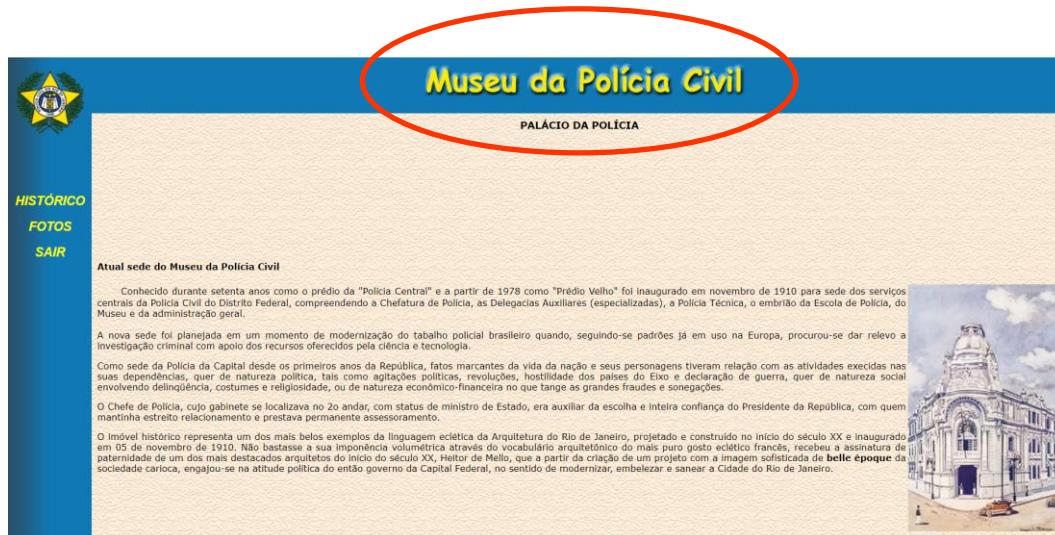


Figura 21 : Site da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ)

Fonte: <http://www.policiacivil.rj.gov.br/museu/museo1.htm>

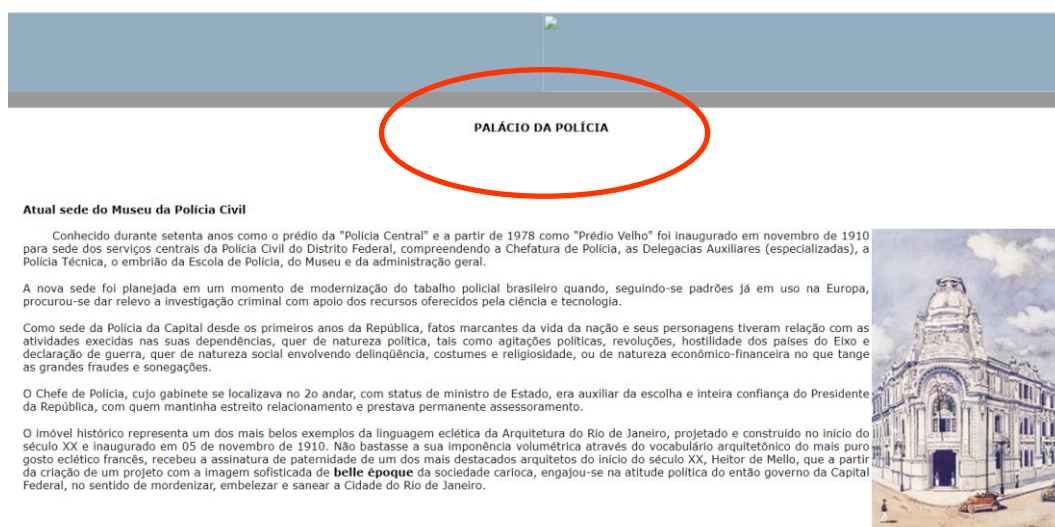


Figura 22 : Site da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ)

Fonte: http://www.policiacivil.rj.gov.br/museu/palacio_da%20policia.htm

4.4.2

AH Turning Points e ZIDs: a malha proposta para o processo do DOPS/RJ

A transformação do DOPS/RJ em um lugar de memória da resistência é marcada por movimentações sociopolíticas que já duram décadas e por intensas negociações e (des)mobilizações de múltiplos atores envolvidos, como esperado em qualquer disputa de memória. No entanto, cabe destacar que a profusão e a intensidade das movimentações observadas em vários momentos da trajetória

corroboram a opinião de Jessie Jane Vieira de Souza³³, ex-diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e ator de extrema relevância no processo, em sua participação no vídeo do DOPS/RJ da série “Conhecendo Lugares de Memória” do canal do YouTube do Núcleo Memória (DOPS/RJ, 2020). Jessie Jane argumenta que o edifício do DOPS/RJ pode ser considerado “o prédio mais importante da história política brasileira, do ponto-de-vista da atuação repressiva do Estado” e reforça a importância simbólica do prédio para além do período de 1964-1985 ao complementar que “ao longo do século XX, todos brasileiros que se opuseram à direita ou à esquerda aos governos de plantão, tiveram algum tipo de experiência naquele espaço” (DOPS/RJ, 2020).

A malha simplificada abaixo (Figura 23) demonstra os momentos decisivos, os *Turning Points* e as *Zones of Intense Dispute* - Zonas de Intensa Disputa (ZIDs) – conceitos explicados anteriormente – identificados no processo de transformação. A interpretação dos vestígios e a decisão de assumir o DOPS/RJ como um *black box* foi abordada no tópico anterior, enquanto os demais serão detalhados na sequência, conforme a narrativa se desenvolve. Ao longo do trabalho, quando apropriado, apresentarei as malhas expandidas.

³³ Jessie Jane Vieira de Souza foi diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) entre 1999 e 2002. Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/IH/UFRJ) e Professora da mesma instituição. Atuou como militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) durante a ditadura civil-militar (Disponível em: <http://memov.com.br/site/index.php/component/content/article/13-pesquisadores/106-jessie-jane-vieira-de-souza?Itemid=101>; <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/21371>; https://www.ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/public-files/instrumentos-pesquisa/jessie_jane_catalogo.pdf. Acesso em 25 mai. 2022).

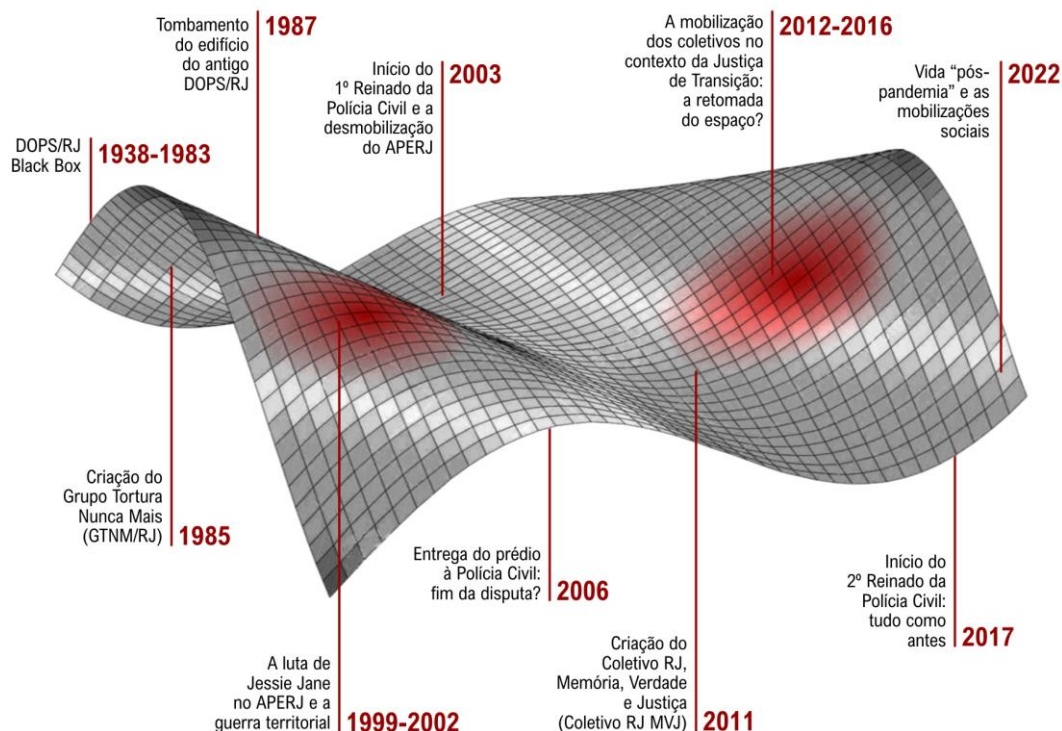


Figura 23 : Malha com *Turning Points* e *ZIDs* do processo de transformação do DOPS/RJ. Elaboração própria

4.4.3

2º AH *Turning Point* - O contexto na busca pela verdade, justiça e reparação: o papel das mobilizações sociais e a criação do GTNM/RJ

As atividades do DOPS/RJ foram encerradas em 1983 no Governo de Leonel Brizola e a documentação transferida para a Polícia Federal³⁴, de onde foi recolhida somente 9 anos mais tarde, em 1992, para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)³⁵ (Pradal, 2017; APERJ, 1993). O ator Polícia Federal, representado por Romeu Tuma, cujas poderosas relações políticas já foram detalhadas no processo de transformação do DEOPS/SP, aparece agora na

³⁴ Segundo Cecília Coimbra, do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ), “[...] o arquivo do Dops, que estava sob responsabilidade do governo federal – na realidade, o arquivo do Dops do Rio e de São Paulo estava nas mãos do Sr. Romeu Tuma, quando o Brizola ganhou a eleição aqui e Franco Montoro em São Paulo, no início dos anos 80” (Coimbra, 1996, p.9).

³⁵ Fernanda Pradal (2017, p.90) cita uma matéria veiculada no Jornal do Brasil em 6/02/1983 (Barros, Jorge Antônio) intitulada “Gato Preto carrega o DPPS para a Polícia Federal”. Segundo a matéria, não houve informação oficial sobre a transferência dos documentos, que foi realizada pela empresa privada e dez agentes do órgão.

transferência de documentos da polícia política do Rio de Janeiro, constituindo também a rede do DOPS/RJ.

Com o encerramento das atividades do DOPS/RJ, ou seja, a desmobilização desse ator, e a intensificação da luta pelo acesso aos documentos como parte da justiça de transição (de modo similar ao que ocorreu em São Paulo), identifiquei os traços deixados pela movimentação de outros dois atores, além do APERJ: o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ) e o advogado Nilo Batista. Estes dois atores agiram intensamente em prol da justiça de transição para mobilização de aliados – e suas trajetórias se entrelaçam, como será visto na narrativa proposta – de modo que não fossem silenciadas as práticas criminosas do Estado durante a ditadura e que a justiça alcançasse ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Nesse ponto da análise, a performatividade do contexto deve ser resgatada para uma discussão mais profunda. Entendendo que os aspectos-chave apontados por Lubinski (2018) modelam como uma narrativa é recebida e constroem a realidade social em dado momento (além de determinar “períodos de latência” (p.1788), quando a história se torna temporariamente “esquecida”), reconhecer o papel das mobilizações sociais nos anos 1990 e 2000 – aspecto central no contexto de justiça de transição brasileiro – se torna fundamental para a análise do fenômeno. Nesse sentido, os diferentes grupos que constituíram o macro-ator denominado genericamente como “mobilizações sociais” dentro de um contexto *sensibilizado* pelas pautas de justiça de transição naquele período, que também incluía a promulgação de leis fundamentais como a de 1995 (nº 9.140) e 2002 (nº 10.559), são reconhecidos e trazidos para a análise. Com base nas movimentações desses atores, humanos e não-humanos, é possível compreender a performatividade do contexto decomposto em seus aspectos-chave, segundo Lubinski (2018):

- (i) As intensas movimentações sociopolíticas dos atores afetados pela violência da ditadura mobilizaram aliados e ampliaram as redes que configuravam o *sociopast*, divulgando para um público maior as memórias e as histórias vividas por aqueles que o Estado queria silenciar. Ainda que fossem múltiplas e heterogêneas as audiências – grupos constitutivos da sociedade naquele momento – as memórias silenciadas romperam barreiras e acessaram novos atores, estabelecendo conexões.

- (ii) As narrativas resgatadas com base nos arquivos de repressão contavam outra história e desafiavam a versão dominante no cenário pré-existente, que perdeu espaço naquele momento com a constatação de práticas de torturas e assassinatos fartamente documentados, além dos relatos de testemunhas que sobreviveram para contar suas experiências. Nesse sentido, novos atores emergiram com suas memórias, até então subterrâneas, durante os processos de disputas entre as diferentes narrativas históricas.
- (iii) A mudança das práticas sociais foi observada com iniciativas de amplo alcance, seja através da formalização de ações por parte do Governo, como, por exemplo, a promulgação das leis nº 9.140/1995 e nº 10.559/2002, que instituíram a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia, respectivamente, seja por ações da sociedade civil como o projeto da Arquidiocese de São Paulo com o lançamento do livro “Brasil: Nunca Mais” em 1985. Além disso, ressalto o lançamento do livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade” em 2007 e as Caravanas da Anistia realizadas em 2008 por todo Brasil. Por fim, mas não menos importante a Lei nº 12.528 de 2011 que institui a Comissão Nacional da Verdade, bem como as Comissões da Verdade estaduais e municipais. As práticas sociais foram profundamente modificadas com a atuação destes atores não-humanos com grande capacidade de ação à distância, alguns atuando como Polias de Arquimedes (Latour, 2013 [2016]) em seus movimentos de translação, como veremos na narrativa que proponho.

Uma vez que os aspectos-chave do contexto foram destacados, sendo os próprios identificados como atores nas redes constituintes da realidade social, é possível desenvolver a narrativa dos processos de transformação dos espaços de violência de forma mais profunda. Nesse sentido, o pensamento relacional adotado na ANTi-History obriga o pesquisador a observar os atores em prática, privilegiando suas vozes e perspectivas quando seus laços e associações tornam-se evidentes. O foco é deslocado para os movimentos nos espaços de mediação (*in-between*), onde os trabalhos de negociação e as disputas ocorrem, enfatizando o dinamismo e a impermanência das configurações das redes constituídas (Durepos e

Mills, 2017). Dessa forma, os atores são parte constituinte do contexto, surgem a partir deste contexto, ao mesmo tempo em que suas negociações e (des)mobilizações são influenciadas (e influenciam) este mesmo impermanente e dinâmico contexto.

Em um 1º momento, o “acerto de contas” com o passado no contexto brasileiro (Abrão e Torelly, 2010, p.31) ficou circunscrito aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que buscavam esclarecer as circunstâncias dos assassinatos e localização dos restos mortais de seus entes queridos de acordo com a Lei nº 9.140/1995³⁶ (daí a centralidade e relevância da luta por acesso aos arquivos produzidos pela repressão). No entanto, pode-se afirmar que o cenário começa a mudar a partir de 2001, com “a aprovação da Lei n.º 10.559/2002 prevendo a responsabilidade do Estado por todos os demais atos de exceção, na plena abrangência do termo” (Abrão e Torelly, 2010, p.31).

Nesse sentido, foi possível observar movimentação semelhante no Rio à ocorrida no processo de transformação do DEOPS/SP – MRSP em São Paulo nas décadas 1990 e 2000, quando coletivos da sociedade civil constituíram as mobilizações sociais na busca pelos documentos dos arquivos de repressão (inicialmente). Ou seja, a relevância das mobilizações sociais, com uma constituição diferente, também pôde ser observada nos vestígios encontrados do processo do Rio de Janeiro. Especificamente no caso fluminense, é notável a capacidade de articulação do ator GTNM/RJ, que assume um papel central nas mobilizações sociais no ator-rede elaborado nesse 1º momento (Figura 24). A importância da atuação dos atores das mobilizações sociais pôde ser observada em diferentes vestígios, como quando Abrão e Torelly (2010, p.31) reconhecem a “atuação intensa e histórica do movimento de familiares mortos e desaparecidos e dos Grupos Tortura Nunca Mais, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo”.

³⁶ A Lei nº 9.140 de 1995 instituiu a CEMDP (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos) e reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas durante o período (Fico, 2012; Abrão e Torelly, 2010; Schmidt, 2007). Um dos frutos do notável e incansável trabalho da CEMDP é o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*, considerado *Turning Point* dos processos investigados.

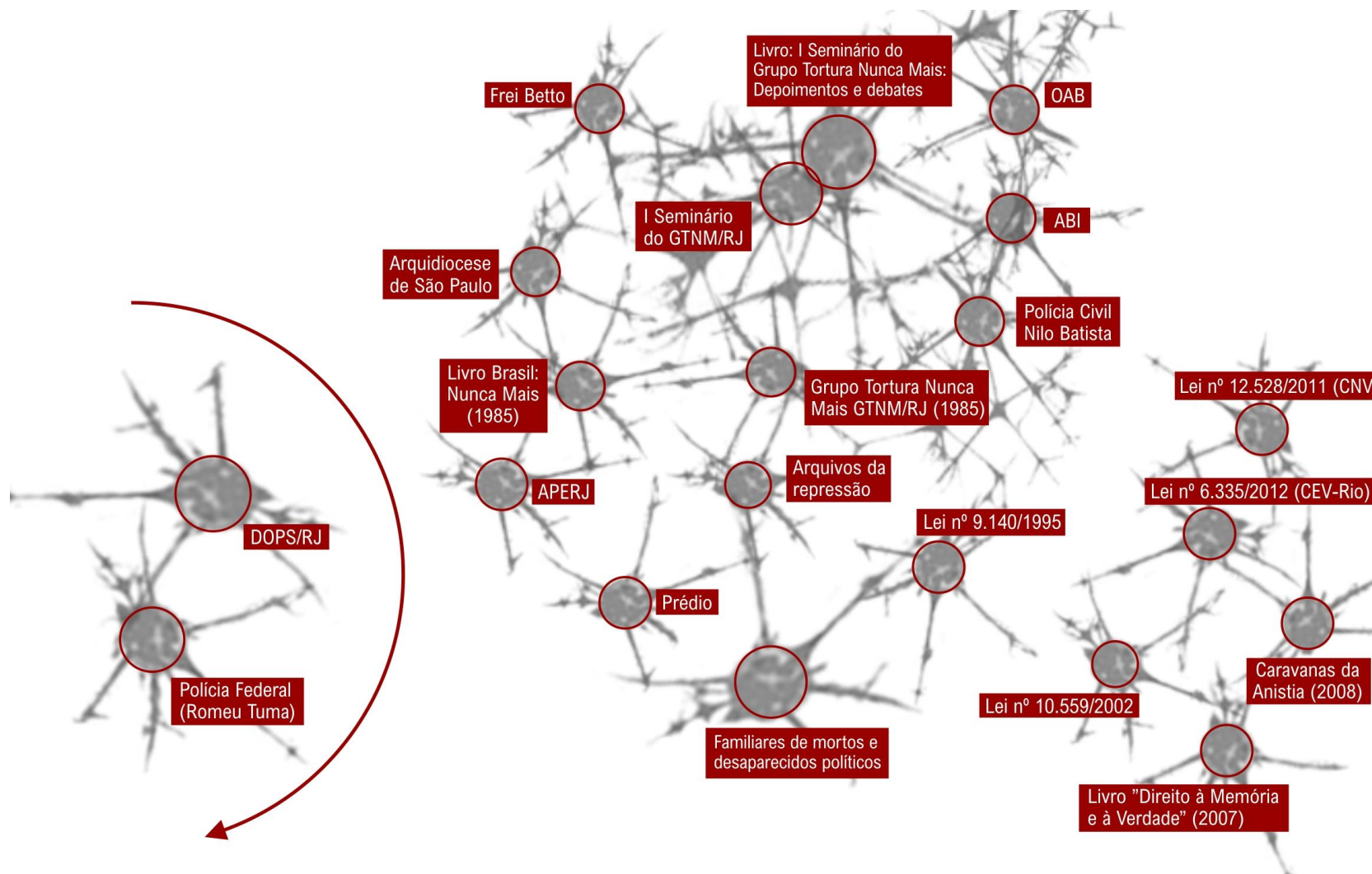


Figura 24 : Ator-rede das mobilizações sociais.
Elaboração própria

A afirmativa de Abrão e Torelly (2010) ao ressaltar a atuação “intensa” do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro nas articulações no contexto da justiça de transição me levou a investigar e seguir as movimentações deste ator. A partir daí busquei entrevistas e informações para seguir suas movimentações no site oficial e perfis das redes sociais, entre outras possibilidades³⁷. Um dos primeiros indícios que encontrei foi o documento da tese da professora e pesquisadora Fernanda Pradal (2017), onde havia um agradecimento ao GTNM/RJ, além de constar nas referências bibliográficas uma entrevista dada por Cecília Coimbra, membro do GTNM/RJ, à revista Tempo da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1996.

Foi possível então propor, a partir dos vestígios encontrados, uma possível trajetória do GTNM/RJ no processo de transformação do antigo prédio do DOPS/RJ. O Grupo Tortura Nunca Mais no Rio de Janeiro surgiu extraoficialmente em abril de 1985 como uma iniciativa de ex-presos e perseguidos políticos para denunciar e “afastar dos cargos de confiança do governo aquelas pessoas ligadas à tortura” durante a ditadura civil-militar brasileira (Coimbra, 1996, p.2). Ao ler o propósito da criação do GTNM/RJ, declarado por Cecília Coimbra na entrevista de 1996 e destacada no trecho abaixo, ficou claro para mim que sua opinião é compartilhada por outros ativistas: a violência do Estado da atualidade é institucionalizada e é um legado resultante da impunidade dos crimes cometidos por agentes de Estado na ditadura civil-militar brasileira. Tal opinião pôde ser observada em diferentes contextos, seja em 1996 no momento da entrevista de Cecília Coimbra à revista Tempo da UFF ou em 2020 no vídeo do canal do YouTube do Núcleo Memória “Conhecendo Lugares de Memória | DOPS/RJ” com membros do Movimento Ocupa DOPS e Coletivo RJ, Memória, Verdade, Justiça, por exemplo.

“Achamos que seria importante a criação de uma entidade, no sentido não só de pensar os efeitos da ditadura militar na sociedade hoje, mas de fazer uma *ligação entre a violência que continuava ocorrendo no campo, nas cidades, e tudo aquilo que fora instituído pela ditadura militar*, mostrando como o Estado brasileiro tinha feito da *tortura um instrumento oficial* e tinha institucionalizado a figura do

³⁷ De modo a tornar transparentes minhas decisões e movimentos como pesquisadora no decorrer da investigação, declaro que tentei contato algumas vezes por telefone com um membro do GTNM/RJ indicado pela professora e pesquisadora Fernanda Pradal. Apesar de ter recebido retorno do contato, nunca foi possível agendar uma entrevista. Eu, como ator na rede, não fui capaz de transladar meus interesses e mobilizá-lo como aliado para a pesquisa.

desaparecido político, que foi exportada para as demais ditaduras latino-americanas” (Coimbra, 1996, p.2. Grifos de minha autoria).

A entidade foi fundada oficialmente no final daquele mesmo ano, 1985, com a realização do I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ na Faculdade Cândido Mendes entre os dias 28/10/1985 e 01/11/1985. O evento realizado ao final de 1985 deu origem ao livro “I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: Depoimentos e debates”, um ator não-humano lançado em 1987, cuja ação à distância possibilitou meu acesso ao conteúdo das discussões e debates em uma diferente temporalidade. O Seminário contou com a participação de Marilena Chauí, Chico Buarque, Hélio Pellegrino, Nilo Batista, Frei Betto, representantes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Federal e do Rio de Janeiro, da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), da Arquidiocese de São Paulo, entre outros (GTNM/RJ, 1987). Nilo Batista aparece como um dos participantes, demonstrando sua mobilização à causa do ator GTNM/RJ.

Pude identificar outros vestígios deixados pelas movimentações sociopolíticas do ator Nilo Batista em diferentes momentos da trajetória do antigo prédio do DOPS/RJ, começando pela luta pelo acesso aos documentos e participação no evento organizado pelo GTNM/RJ. O início do “fio de Ariadne” de suas negociações sociopolíticas foi observado no documento do APERJ (1993, p.19), “DOPS: A lógica da desconfiança”, quando encontrei um vestígio da movimentação do então Secretário de Estado de Justiça, Nilo Batista, que “decidiu que o acervo das polícias políticas seria reivindicado ao Governo Federal [...], com destino ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro”. O documento informa que as “autoridades estaduais” estavam “*empenhadas no compromisso de auxiliar o Grupo Tortura Nunca Mais* na busca de informações que levassem a desvendar o desaparecimento de mais de uma centena de militantes políticos na década de 70³⁸”

³⁸ Cecília Coimbra conta ter ido a Nilo Batista para relatar as ameaças que o GTNM/RJ estava recebendo no IML durante os trabalhos de busca dos corpos dos desaparecidos políticos: “Estamos sendo ameaçados. Estávamos realmente receosos de que no meio da rua alguém nos atropelasse, tal era o nível de pressão que sofríamos lá dentro. Telefonavam para a minha casa – depois viemos a saber que era pessoal ligado ao IML – dizendo: ‘Aqui está falando da funerária. Você já providenciou o seu caixão, para você e todo o seu grupo’” (Coimbra, 1996, p.8). Outra evidência do trabalho do GTNM/RJ pôde ser observada na matéria do Jornal O Globo de 28 mar. 1991 intitulada “Médicos acusados de conivência com tortura”, quando o GTNM/RJ apresentou ao Conselho Regional de Medicina (Cremerj) “documentos e testemunhas que envolvem cinco médico-legistas – quatro deles ainda em atividade – em torturas praticadas durante o regime militar” (O Globo, 1991, p.11).

(Grifos de minha autoria). Em outro momento da entrevista, Cecília Coimbra menciona:

“Tivemos um apoio muito grande, naquele início [de articulação do GTNM/RJ], do Jornal do Brasil e da Tribuna da Imprensa, através do Hélio Fernandes, do Sindicato dos Jornalistas, da OAB federal, que ainda estava funcionando no Rio, e da OAB do Rio de Janeiro. Tanto o Herman Assis Baeta, da OAB federal, como o Nilo Batista, da OAB do Rio de Janeiro, nos receberam. Tentamos contar com o apoio da Arquidiocese do Rio de Janeiro, mas nada conseguimos. Tivemos um grande apoio da Arquidiocese de São Paulo e de dom Paulo Evaristo Arns” (Coimbra, 1996, p.3).

O vestígio indica o entrelaçamento das trajetórias do GTNM/RJ e de Nilo Batista e seu alinhamento para um objetivo comum. Em outro documento encontrando durante a pesquisa, o próprio Nilo Batista, em um vídeo comemorativo aos 35 anos de fundação do GTNM/RJ (GTNM/RJ, 2020), diz ter tido a “honra de ter participado do seminário” e “respeito pelo trabalho do GTNM/RJ” sendo apresentado como “Primeiro Assessor jurídico do GTNM/RJ”, demonstrando de forma clara sua conexão com este ator em torno da causa da justiça de transição.

É sempre interessante ouvir diretamente os atores envolvidos e por essa razão a busca por vídeos, relatos e testemunhos dados em 1ª pessoa adotados para reconstituir o *sociopast*. Veja, não estou propondo uma hierarquia entre as fontes primárias e secundárias, algo indesejado e inapropriado para a abordagem adotada na pesquisa. Na verdade, estou apenas me mantendo fiel ao papel de “pesquisadora-aprendiz” com perfil crítico-reflexivo exigido na ANTi-History e buscando produzir conhecimento sobre o passado a partir da compreensão da perspectiva dos atores, como também ressalta Lubinski (2018). Ao ouvi-los, posso aprofundar o entendimento sobre o contexto, conectando com vestígios encontrados em outras fontes e, dessa forma, captar nuances que de outra maneira poderiam passar despercebidas.

O acesso aos documentos do DOPS/RJ é pilar fundamental para que a verdade seja conhecida. Foi através das pesquisas nos documentos que dossiês puderam ser construídos e os corpos de desaparecidos políticos encontrados, como relatou Cecília Coimbra, quando o GTNM/RJ teve acesso aos arquivos do IML, viabilizado por Nilo Batista (mais uma vez uma combinação de esforços dos dois atores mobilizados pela mesma causa):

“Foi assim nossa entrada no IML, já encontrando dois desaparecidos políticos enterrados como indigentes em Ricardo de Albuquerque, confirmando aquela informação que tínhamos [que militantes políticos haviam sido enterrados como indigentes no cemitério localizado nesse bairro da periferia do Rio de Janeiro].

Começamos a pesquisar e conseguimos encontrar 14 mortos enterrados como indigentes numa vala de Ricardo de Albuquerque. Levamos isso ao conhecimento do Nilo Batista, e aí resolvemos abrir a vala” (Coimbra, 1996, p.8).

Segundo o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), ao recolher e dar o devido tratamento aos documentos, o objetivo era “garantir o direito dos cidadãos ao acesso às informações contidas no acervo – cumprindo com os princípios da Constituição em vigor [...], contribuindo para a preservação da memória histórica nacional, particularmente a fluminense” (APERJ, 1993, p.14. Grifos de minha autoria). Trata-se do princípio do *habeas-data* (expressão em latim que significa “tenhas tua informação”), resultante da luta pelos direitos humanos de diferentes grupos de mobilizações sociais, que buscavam informações sobre mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar brasileira.

A transferência dos arquivos e sua abertura para consulta pública foram noticiadas pela imprensa na época³⁹. Destaco abaixo alguns trechos de matérias: “‘Garimpo’ nos arquivos do Dops” publicada em 1993, que menciona que no 1º ano de abertura dos arquivos cerca de 500 “*curiosos*” consultaram os documentos e complementa que “*algumas vezes* o trabalho tem servido para que as pessoas recuperem direitos perdidos durante a ditadura” (O Globo, 1993, p.8. Grifos de minha autoria). De acordo com a matéria, é possível perceber certo tom de deboche e incredulidade com que parte da sociedade reagiu ao ler os documentos dos arquivos de repressão, corroborada em outra matéria, intitulada “Flagrantes do Porão”, veiculada pelo mesmo Jornal (Alzer - O Globo, 1993b, p.6). Outro trecho que destaco trata o acesso aos documentos como uma “*atração*”:

“Um ano após terem sido abertos ao público, os arquivos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e da Delegacia de Polícia Política e Social (DPPS) *se transformaram em atração* deste lado de cá da Baía de Guanabara. Curiosos famosos como o compositor Caetano Veloso e até mesmo pessoas comuns sem nenhum envolvimento político passaram a procurar diariamente o prédio do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), na Rua Jansen de Mello, 3” (O Globo, 1993, p.8. Grifos de minha autoria).

Na matéria do jornalista Ricardo Zocatelli publicada no Jornal O Fluminense nos dias 03 e 04/05/1992, intitulada “Arquivos do Dops chegam a Niterói”, o

³⁹ Manchete do Jornal O Dia de 05/05/1992: “Nilo [Batista] abre os arquivos do Dops a famílias de presos desaparecidos”, enquanto ocupava o cargo de vice-governador do Rio de Janeiro. A notícia mencionava também a participação de entidades civis, como o Grupo Tortura Nunca Mais e Cecília Coimbra aparecia na foto que ilustrava a matéria.

processo de transferência para o APERJ é detalhado (“o arquivo está sendo transportado por um caminhão da Defesa Civil com a ajuda de nove homens do Corpo de Bombeiros”) e novamente a atuação do ator GTNM/RJ na busca pela verdade e circunstâncias das mortes e desaparecimentos aparece com destaque:

“A secretária do GTNM [Cecília Coimbra] contou que em vários atestados de óbitos dos militantes políticos há, no verso, escrito com esferográfica, as palavras ‘inimigo da pátria – terrorista’ [...]” (Zocatelli, O Fluminense, 1992, p.6)

Em outro trecho dessa mesma matéria, em uma seção chamada “Os documentos podem elucidar morte de militantes: famílias aguardam a decisão”, Cecília Coimbra ressalta que “não se pode construir uma democracia com o ocultamento dos fatos que levaram centenas de pessoas à morte e ao desaparecimento de seus corpos”.

A busca pela verdade e pela justiça implicava no acesso e pesquisa nos documentos produzidos pelos órgãos de repressão, entre os quais, os arquivos das Polícias Políticas. A preocupação com o acesso e o uso da informação pelos afetados pela violência de Estado foi observada em outros vestígios (e será detalhada mais adiante), quando Jessie Jane Vieira, enquanto diretora do APERJ, ao se instalar no prédio em 2001, logo organizou uma sala para que todos os interessados - familiares e ex-presos políticos - pudessem consultar a documentação desejada para continuidade de suas buscas e processos por justiça e reparação.

Como destacado por Stampa e Rodrigues (2014), trata-se do direito, reconhecido pela ONU, à verdade (*right to truth*) e de busca pela verdade (*right to seek the truth*). É inegável que a luta pelo acesso aos documentos obteve resultados e foi extremamente relevante, mas cabe ressaltar que ainda há documentação se deteriorando no edifício até os dias de hoje em péssimo estado de conservação (Ferreira e Pradal, 2019). Além disso, Cecília Coimbra, do GTNM/RJ, denunciou a ausência de documentos: “vimos claramente, nos arquivos do DOPS/RJ, como os documentos sobre os desaparecidos foram retirados pela Polícia Federal” (Coimbra, 1996, p.9).

Cabe enfatizar que os atores não estão em posição de “autonomia” para gerar de forma independente uma narrativa histórica e a impor a diferentes audiências (Lubinski, 2018, p.1792). Ou seja, ainda que ocupem posições de poder – e por essa razão possam mobilizar mais aliados ou possuam mais recursos para agir à distância – ainda se faz necessária a negociação com os demais atores e a análise destes

últimos em relação à coerência e consistência da narrativa proposta. Caso a narrativa os convença, será adotada e compartilhada. Caso contrário, não será estabelecida conexão e o ator não será mobilizado em prol da narrativa (não fazendo parte do ator-rede).

É razoável pensar que a constituição desse *sociopast*, dessa realidade social nos anos 1990 e 2000 que emerge da mobilização de múltiplos e heterogêneos atores mobilizados com as pautas de justiça de transição construiu um contexto mais receptivo e sensibilizado aos temas de memória, justiça e reparação e direcionasse o olhar para o antigo prédio do DOPS/RJ, que foi tombado pouco tempo depois do encerramento das atividades da instituição Polícia Política que ali funcionava.

4.4.4

3º AH Turning Point - Ponto de Passagem Obrigatória: o tombamento do prédio. Uma disputa de narrativas invisibilizada

O prédio foi tombado em 07/05/1987 pelo INEPAC⁴⁰ - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - através do processo E-18/300.071/87. A captura de tela do documento de tombamento no site oficial do órgão (Figura 25) traz imagem e texto que permitem que algumas observações preliminares sejam feitas: o 1º ponto que observei foi o nome dado ao prédio pelo INEPAC: “Antigo DOPS - Departamento de Ordem Política e Social” e não “Palácio da Polícia” e o 2º trata sobre o porquê do prédio ser considerado relevante. Nesse sentido, o texto do documento ressalta as características arquitetônicas do prédio e a finalidade de sua construção para sede da Repartição Central de Polícia, mas destaca, *sobretudo*, sua importância histórica como um lugar de memória e testemunha do uso de seu espaço para tortura e violência contra opositores políticos do governo:

“Durante a repressão política nos tempos do regime militar de 1964, o edifício foi

⁴⁰ O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, criado em 1975, é o herdeiro direto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara – DPHA. A DPHA foi criada em 25/03/1963 e em 31/12/ 1964, o decreto "N" 346 regulamentou o primeiro órgão de patrimônio cultural em nível estadual de todo o país, ligado à Secretaria de Estado da Educação e Cultura. “Ao longo da sua história, desde o DPHA, o Inepac elaborou 231 Processos de Tombamento. Nestes processos estão inventariados três mil e duzentos bens, aproximadamente” (Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/instituicao>; <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>. Acesso em: 05 jun. 2022).

sede do Departamento de Ordem Política e Social e cenário de atividades de *tortura e perseguição política*. Seu tombamento visa à preservação das qualidades arquitetônicas notáveis, mas é também e, sobretudo, *um marco e testemunho histórico das lutas populares pela conquista de liberdade e lugar de memória dos que ali foram torturados pela defesa de suas idéias políticas*” (INEPAC, 1987. Grifos de minha autoria).



Figura 25 : Tela de consulta sobre tombamento do antigo prédio do DOPS/RJ
Fonte: INEPAC (http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/270).

Com base na informação obtida no site do ator INEPAC, busquei o processo de tombamento E-18/300.071/87 para investigar quais atores estavam envolvidos no pedido de tombamento e pude observar posicionamentos antagônicos em documentos anteriores (Figuras 26 e 27). Ou seja, ainda que hoje, ao fazer uma busca com a palavra-chave “DOPS” no site do INEPAC, seja retornada a tela mostrada na Figura 25, reconhecendo sua importância histórica como lugar de

memória e a violência cometida no espaço seja declarada, houve disputa e tentativa de silenciamento anteriores de acordo com os traços encontrados.

Dessa forma, o caminho seguido até esse ponto me permitiu identificar outros vestígios que me levaram ao autor do pedido de tombamento⁴¹. De acordo com documentos relacionados ao processo E-18/300.071/87, o pedido de tombamento foi feito pela Polícia Civil, sob a gestão de Nilo Batista, que inclusive adota outra denominação para o imóvel (“Chefatura de Polícia” e “Polícia Central”), deixando indícios sobre o posicionamento da Secretaria de Estado da Polícia Civil sobre o que se desejava lembrar e compartilhar sobre a história do prédio. Nesse sentido, é possível afirmar que a guerra de narrativas começou antes mesmo do tombamento de fato do prédio.

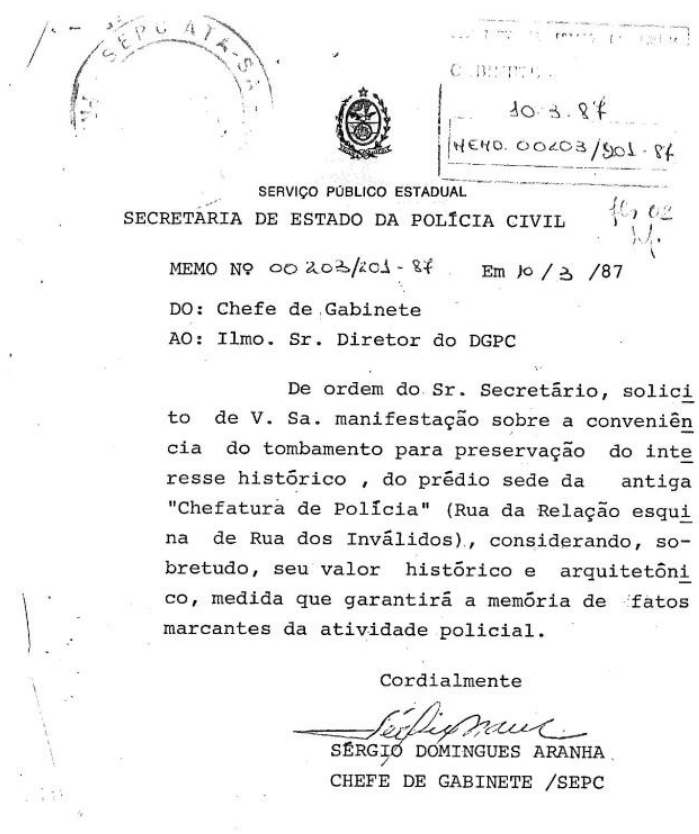


Figura 26 : Memorando do Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Polícia Civil de 10/03/1987
Fonte: Acervo INEPAC – Movimentos Sociais

⁴¹ Fernanda Pradal (2017, p.99) argumenta que a “primeira voz” que se tem registro a sugerir o tombamento do imóvel é a de Adão Pereira Nunes - membro do Partido Comunista Brasileiro e da Aliança Nacional Libertadora e deputado federal do Rio de Janeiro cassado em 1964 - durante cerimônia em que recebeu o título de Cidadão Honorário do Rio de Janeiro em 26 de junho de 1984. No entanto, não encontrei vestígios de tal ator ou conexões relacionadas na pasta do processo de tombamento no INEPAC.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo N.º	E-09/00203/201/87
Data	10/03/87 fls. 04
Rubrica	<i>JP</i>

Ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Cultura

Solicitando apreciar a proposição de tombamento, para preservação do interesse histórico, do próprio es tadual que serviu de sede à antiga "Chefatura de Polícia", sito à Rua da Relação, nº 40, Centro, nesta cidade, hoje denominado "Polícia Central", reportando-nos, em sustento à medida, aos elementos oferecidos pelo eminente historia dor Hêlio Silva, em considerando constante da minuta de de creto junta.

Em 11 de março de 1987.

[Assinatura]
DR. NILO BATISTA
 Secretário de Polícia Civil
 Estado do Rio de Janeiro

Figura 27 : Memorando da Secretaria de Polícia Civil de 11/03/1987 assinado por Nilo Batista para o Secretário de Estado de Cultura

Fonte: Acervo INEPAC – Movimentos Sociais

Fica evidente no trecho do memorando de 10/03/1987 (Figura 26) qual é a relevância do prédio para o ator Polícia Civil: “[...] considerando sobretudo, seu valor *histórico* e *arquitetônico*, medida que garantirá a *memória de fatos marcantes da atividade policial*” (grifos de minha autoria). Há o silenciamento sobre todas as violências cometidas no espaço e apenas as memórias do uso do prédio para as atividades da Polícia Civil são mencionadas. Aqui, novamente o ator Nilo Batista como Secretário de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, menciona “elementos oferecidos pelo eminente historiador Hêlio Silva, em considerando constante da minuta de decreto junta”. É possível perceber diferença entre os memorandos de Nilo Batista (“preservação do interesse histórico” de forma genérica) e Sergio Domingues Aranha (“memória de fatos marcantes da atividade policial”), indicando que poderia não haver homogeneidade e/ou padronização no ator Polícia Civil em relação ao que se considerava relevante na história do prédio, como será visto a seguir. A movimentação do ator Nilo Batista deixou mais um vestígio a ser investigado: a minuta.

A minuta do historiador mencionado por Nilo Batista informa sobre as mudanças promovidas na polícia durante o governo de Nilo Peçanha, quando Carolino Leone (sic) Ramos assume o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal⁴² e “leva para a instituição sua cultura, sua experiência criando uma nova polícia, em suas instalações e normas de trabalho. *Policiais e policiados não mais se antagonizam, porque se completam no respeito mútuo*, no sentimento do cumprimento de um dever para a coletividade” (INEPAC, 1987b, p.2. Grifos de minha autoria. Documento em anexo). O texto menciona ainda “acertos e desacertos da polícia”, “vítimas da intolerância e da estupidez repressivas” e alega que “houve época em que poucos democratas não conheceram a vicissitude do confinamento, mais ou menos prolongado, em suas dependências” (INEPAC, 1987b, p.3. Documento em anexo). O próprio historiador foi ele mesmo detido, em suas palavras, “em um episódio tragicômico, quando promovia um debate sobre o teatro de Brecht...”.

Ao seguir os rastros dos atores da Polícia Civil e suas associações no pedido de tombamento, observei o total apagamento da tortura e violência cometidos no prédio, restando apenas eufemismos e meias-verdades polidas que silenciavam as violações dos direitos humanos cometidas por décadas no espaço. Tal narrativa é antagonizada e desafiada quando o pedido é recebido na Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, órgão ao qual o INEPAC é ligado, quando a própria capa do processo já identifica no campo “Assunto” o imóvel como “Prédio do DOPS” (Figura 28):

⁴² “Em 1909, Nilo Peçanha assumiu a presidência da República, devido à morte de Afonso Pena. Empossado, convidou **Leoni Ramos para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal**. Leoni Ramos assumiu o posto num período difícil, caracterizado pelas agitações políticas que marcaram a disputa entre Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca, candidatos à presidência da República. Em 5 de novembro de 1910, dez dias antes do término do mandato de Nilo Peçanha, Leoni Ramos foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), tomando posse no dia 23 do mesmo mês” (Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carolino-de-leoni-ramos>. Acesso em 05 jun. 2022).

P.P. - 59

E-18/300071/87 - 250ª Sessão Plenária
 Data: 16/08/88
 Parecer - Carlos Henrique Ribeiro Porto (24.9)
 Voto - unânime

300071

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E CULTURA

32/



1987

N.º DO PROCESSO
 E-18/ 300071 / 87

DATA DO INÍCIO
 11/03/87

NOME
 INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - Of. 16/INEPAC/87

ASSUNTO
 Sol. tombamento do imóvel da rua da Relação, esquina de In-
 válidos, no município do Rio de Janeiro.
 (Prédio do DOPS)

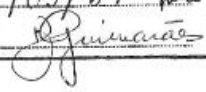
ANEXOS

Figura 28 : Capa do Processo de Tombamento No E-18/300.071/87 iniciado em 11/03/1987
 Fonte: Acervo INEPAC – Movimentos Sociais

Na página seguinte do processo, O Diretor-Geral do Departamento de Cultura confere “extrema urgência ao assunto” e elenca 3 fatores, dos quais o 1º destaca que a solicitação para tombamento do imóvel justifica-se “principalmente pela celebração necessária dos brasileiros que ali foram *torturados pelas suas ideias e práticas políticas progressistas e populares*” (grifos de minha autoria), como mostrado na Figura 29 abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

DEPARTAMENTO DE CULTURA
 PROTOCOLO
 Proc. n.º E-18/300.071/87
 Data 11/03/87 No. 2


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E CULTURA
 DEPARTAMENTO GERAL DE CULTURA
 INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

OFÍCIO Nº 16/INEPAC/87

Rio de Janeiro, 11 de março de 1987

Em atendimento às determinações superiores para conferir extrema urgência ao assunto venho expor o seguinte:

1. A solicitação para tombamento do imóvel da rua da Relação, esquina de Inválidos, no município do Rio de Janeiro justifica-se principalmente pela celebração necessária dos brasileiros que ali foram torturados pelas suas idéias e práticas políticas progressistas e populares;
2. É meu parecer que além desse valor histórico inegável e altamente expressivo, vale o próprio imóvel por sua fisionomia arquitetônica típica do gosto eclético que dominou todo o centro tradicional do Rio de Janeiro e está hoje, em parte, protegido pela legislação do Corredor Cultural,
3. Tudo isso fica fartamente demonstrado pelos textos anexos e pelos estudos de análise morfológica da arquitetura — já iniciados por este INEPAC e que poderão integrar o presente processo, caso seja efetivada a preservação desejada e ainda em tempo de ser apreciada pelas autoridades competentes para a efetivação do tombamento definitivo nos termos da Lei.

Ilmo Sr. Dr. ITALO CAMPOFIORITO
 MD Diretor-Geral do Departamento de Cultura

Figura 29: Ofício do INEPAC do processo de tombamento no E-18/300.071/87 iniciado em 11/03/1987

Fonte: Acervo INEPAC – Movimentos Sociais

Cabe um esclarecimento em relação às movimentações do ator Nilo Batista. No memorando de 11/03/1987, segundo minha interpretação, ele havia se alinhado à narrativa de silenciamento da violência cometida no espaço. Meu entendimento ia em direção oposta às conexões identificadas anteriormente de Nilo Batista com as causas das mobilizações sociais, mais especificamente, com o ator GTNM/RJ, que lutava exatamente para combater esse silenciamento. A partir desse momento, duas possibilidades de narrativa surgiram: ou o ator Nilo Batista havia mudado de

posição no decorrer da trajetória e sido desmobilizado da rede em prol das causas de justiça de transição ou o memorando trazia o pedido de tombamento sem que houvesse uma manifestação explícita de seu alinhamento às lutas pelo reconhecimento das violências ali cometidas. Continuei a investigação seguindo seus movimentos sociopolíticos e sua centralidade é ressaltada, mais uma vez, em matéria do *Jornal do Brasil* de 11/03/1987 (Figuras 30 e 31) que se encontrava anexada ao processo de tombamento do prédio do DOPS. Nela, é possível identificar o destaque dado à “presença de muitos sobreviventes” e à “história sombria” do prédio, além da menção a uma possível transformação em um “monumento Tortura nunca mais”, como mostrado na chamada de capa (Figura 29).



Figura 30 : Recorte do *Jornal do Brasil* de 11/03/1987
 Fonte: Acervo INEPAC – Movimentos Sociais

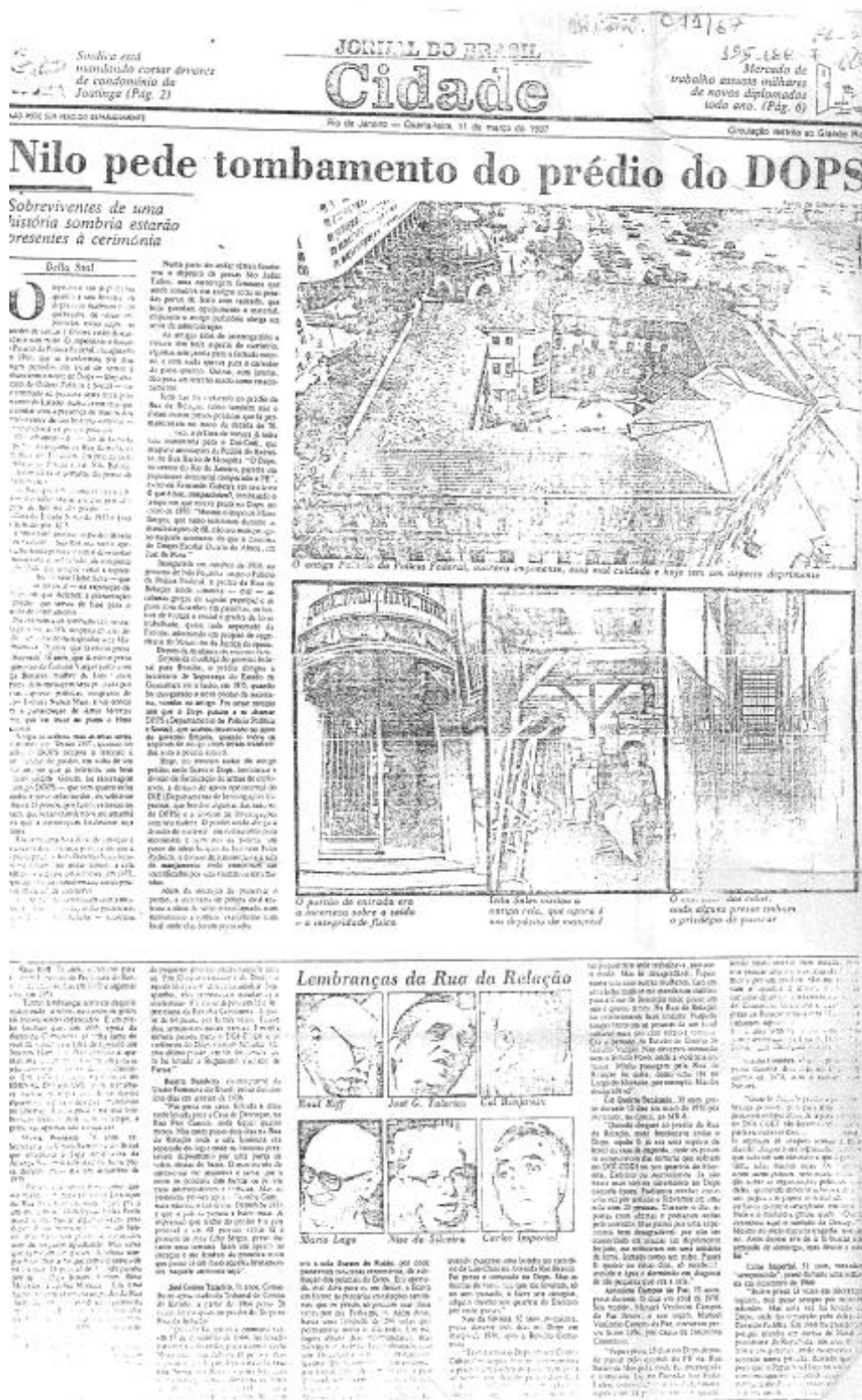


Figura 31 - Recorte do Jornal do Brasil de 11/03/1987

Fonte: Acervo INEPAC – Movimentos Sociais e Hemeroteca Digital (Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Torturado%20ver%C3%A1%20tombamento%20de%20pr%C3%A9dio%20do%20Dops%22&pagfis=194062. Acesso em 05 jun.2022).

Como o recorte da notícia do Jornal do Brasil na pasta do INEPAC (Figura 31) não estava legível, busquei o documento na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e o resultado veio com uma resolução um pouco melhor (link indicado na fonte da Figura 31). No texto da matéria intitulada “Nilo pede tombamento do prédio do DOPS” da jornalista Bella Stal, a centralidade do ator Nilo Batista é observada e ratifica-se seu propósito e alinhamento à causa de combate ao esquecimento e negação do passado de violência, esclarecendo seu posicionamento na narrativa que elaboro e meu entendimento dúbio do memorando de 11/03/1987. No texto, a importância simbólica e histórica do prédio é reforçada por ele ao afirmar não querer uma “terceira edição” (referindo-se aos dois períodos da ditadura no Brasil) e previa durante a cerimônia de tombamento a participação do Grupo Tortura Nunca Mais. Novamente, a trajetória do ator GTNM/RJ é identificada e os vestígios de suas movimentações indicam conexões com outro ator central na rede: Nilo Batista. A matéria é finalizada com a seguinte informação:

“Além da intenção de preservar o prédio, a secretaria de polícia civil acalenta a ideia de vê-lo transformado num monumento a tortura, exatamente num local onde elas foram praticadas” (Bella Stal – Jornal do Brasil, 1987)

Por fim, nessa matéria, destaca-se também abaixo da foto aérea do prédio que “o antigo Palácio da Polícia Federal, outrora imponente, está mal cuidado e hoje tem um aspecto deprimente”, já denunciando o mau estado de conservação da edificação naquele momento (1987), situação que somente se agravou com o passar do tempo.

A cerimônia de tombamento ocorreu alguns dias depois, em 14/03/1987 e reuniu cerca de 200 pessoas. Realizada dentro do prédio, o registro foi feito em outra matéria no Jornal do Brasil, assinada novamente pela jornalista Bella Stal, agora em parceria com Angela Regina Cunha e já começa com o trecho abaixo, destacando a importância simbólica do prédio de seu passado de tortura e violência:

“A emoção foi muito forte e acabou explodindo em choro, gritos, denúncias, palmas e vaias durante a cerimônia de tombamento do antigo prédio da Rua da Relação, que durante 38 anos abrigou a sede do sinistro Dops – Departamento de Ordem Política e Social – num ato que reuniu quase 200 pessoas entre *lembranças de um passado de torturas e a esperança de que elas não se repitam nunca mais*” (Stal e Cunha, 1987, p.4-b. Grifos de minha autoria).

Uma das pessoas presentes na cerimônia, Maria Werneck de Castro – ex-integrante da Liga Anti-fascista –, foi homenageada e representou todas as presas que passaram pelo Dops. Em determinado momento da matéria ela ressalta que “o

dr. Nilo Batista compreendeu a importância de extirpar esse trágico exemplo, que foi a casa da Rua da Relação, tombando e transformando este prédio no museu da liberdade e das ideias [...]”. O GTNM/RJ também estava presente e sua presidente à época, Flora Abreu, ressaltou que “a história destas dependências representa a história de resistência das lutas democráticas”. Enquanto vários resistentes levaram seus filhos e netos para mostrar-lhes onde ficaram presos, destaco o impacto que o prédio, sua materialidade, tem sobre os indivíduos ao trazer o ocorrido com Cecília Coimbra, conforme reportado na matéria. Cecília não conseguiu ir até o final do corredor das celas durante a visita de encerramento (realizada ao fim da cerimônia de tombamento), devido ao cheiro “de suor e de corpos” que a fez lembrar de outro espaço de tortura do aparato repressivo da ditadura, o DOI-CODI.

Nesse sentido, cabe resgatar a importância do proposto por Dolff-Bonekämper (2002, p.1): “preservar o espaço como prova contra a negação dos eventos que queremos que sejam lembrados”. Se o espaço material não for preservado, se o tijolo, as celas e as grades que serviram como testemunhas para as violências cometidas não estiverem mais lá, ainda haverá provas que ajudem nossa sociedade a combater a negação dos eventos desse passado que se quer apagar? Ou teremos ainda mais dificuldades para resgatar as memórias silenciadas dos resistentes que por ali passaram ou pereceram? Sabemos que o lugar de memória transcende o material, mas em se tratando do prédio como documento e testemunha, quais serão os impactos desse desaparecimento?

Por todo o exposto, a Figura 32 representa o Ponto de Passagem Obrigatória, que é o tombamento do prédio, sem o qual, nenhum dos atores conseguiria atingir seus objetivos particulares.

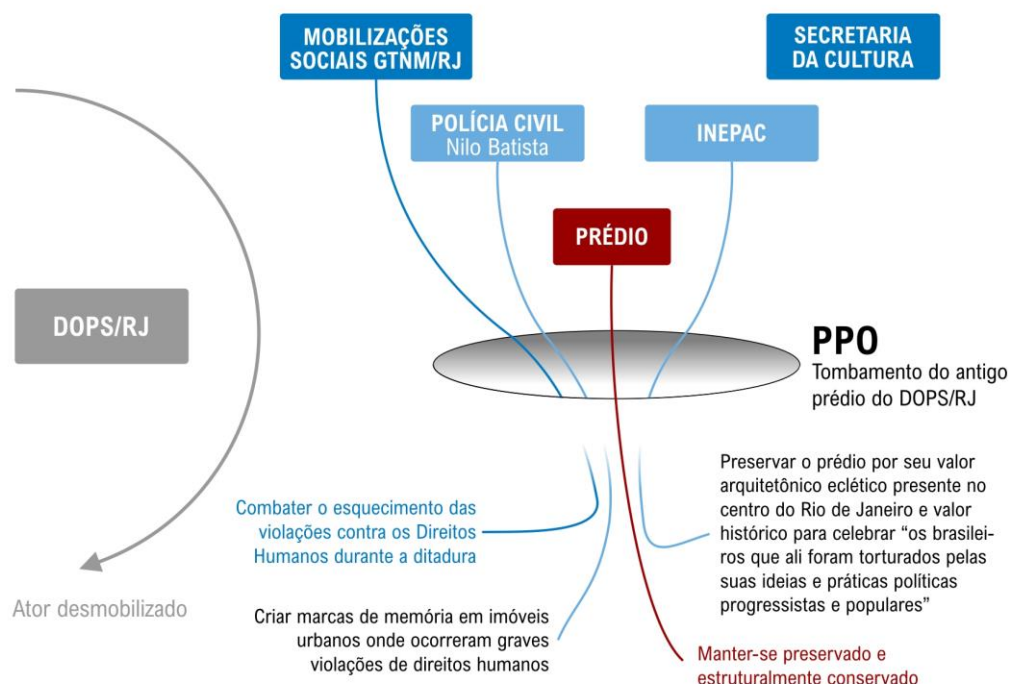


Figura 32 : Ponto de Passagem Obrigatória (PPO): O tombamento do prédio.
Elaboração própria

O tombamento *provisório* é concedido e publicado em 07 de maio de 1987 (Figura 33). Encontrei vestígios em documentos posteriores à data do tombamento, solicitando “estudos complementares e a análise morfológica da arquitetura” pelo Conselheiro Carlos Porto (01/08/1988), aprovado por unanimidade por seus pares com posteriores estudos para demarcação da área do imóvel (“delimitação da área de ambiência”) com documento datado de 09/10/1991. No entanto, nenhum traço associado a um processo ou pedido de tombamento definitivo foi encontrado.

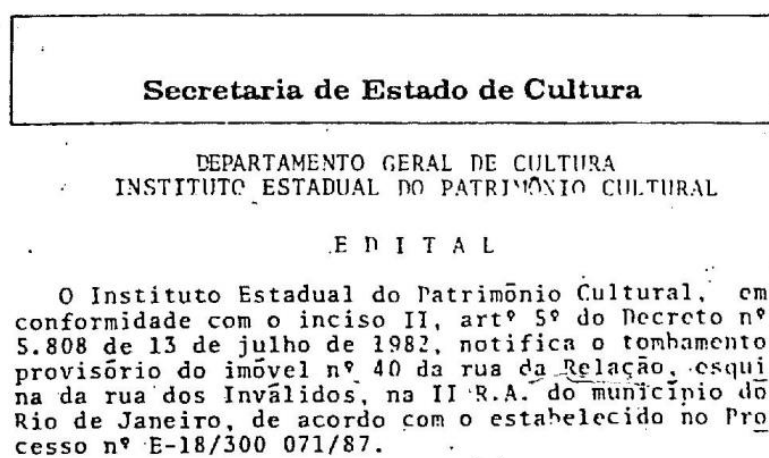


Figura 33 : Tombamento provisório em 07/05/1987
Fonte: Acervo INEPAC – Movimentos Sociais

4.4.5

1ª ZID (1999 a 2002): A luta política de Jessie Jane Vieira no APERJ e a guerra territorial

Políticas de preservação da memória e do patrimônio são resultantes de práticas sociais e englobam uma discussão mais ampla sobre o que “*deve*” e o que “*pode*” ser lembrado. Dado que a memória é seletiva e política por definição, a luta para que a memória oficial inclua as memórias subterrâneas dos militantes – silenciadas pelo poder do Estado e dos atores que a ele se alinham – é fundamental para que a cultura de cidadania, direitos humanos e de justiça social seja desenvolvida em nossa sociedade. Ao seguir as movimentações dos atores identificados nas primeiras décadas do processo do DOPS/RJ, pude observar os movimentos de translação de grupos compostos por ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos na luta por justiça, que se iniciava pelo acesso aos documentos da repressão. É coerente afirmar, portanto, que o propósito em torno do qual todos esses atores se alinhavam era a localização dos corpos e esclarecimento das circunstâncias das mortes e desaparecimentos (e posteriormente pela responsabilização do Estado e punição dos agentes perpetradores das violências e crimes cometidos). Nesse sentido, o acesso aos documentos e o tombamento do prédio são identificados como avanços nas pautas progressistas nas décadas de 1980 e 1990 por Pradal (2017, p.96), que ressalta que ambos ocorreram durante a gestão de Nilo Batista na Polícia Civil. Mais um vestígio que indica a relevância do ator Nilo Batista na rede formada e demonstra a interlocução – conexões que indicavam alinhamento – que havia entre a Polícia Civil e os movimentos sociais naquele momento.

Nessa trilha de associações possíveis, identifiquei de um lado o APERJ, que buscava preservar e cumprir sua missão de garantir o direito de todo cidadão ao acesso às informações do acervo recebido do DOPS/RJ (APERJ, 1993), OAB, ABI, Arquidiocese de São Paulo e os grupos de mobilizações sociais, notadamente, GTNM/RJ⁴³, que desde sua fundação em 1985 combate as tentativas de apagamento

⁴³ No site do GTNM/RJ consta sua missão com “um claro compromisso na *luta pelos direitos humanos*, pelo esclarecimento das circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes políticos, pela memória histórica daquele período, pelo afastamento imediato de cargos públicos das pessoas envolvidas com a tortura, pela formação de uma postura ética, convicto de que estas são

das violências cometidas durante a ditadura. Do outro lado da disputa, a Polícia Civil, com a força institucional embasada na finalidade do prédio para Segurança Pública desde 1910 e o funcionamento de alguns setores dentro do prédio. Nessa rede há o ator Nilo Batista, cuja movimentação merece destaque, pois atuando em um cargo de poder da Polícia Civil manteve interlocução com GTNM/RJ e lutou pelas pautas de justiça de transição. Quando a disputa entre estes dois pólos é trazida para debate, não pretendo somente ressaltar a seletividade intrínseca da memória, ou seja, a seleção do que se deseja lembrar, mas sim de *como* tais memórias serão inseridas na memória coletiva para elaboração de uma narrativa histórica com o Estado na posição de “controlador da memória”, como argumentado por Ferraz e Campos (2018, p.186).

O tombamento do prédio em 1987 e a transferência do arquivo do DOPS/RJ para o APERJ em 1992, considerada um “marco fundamental” (Ferreira e Pradal, 2019, p.185), sinalizam o início de um hiato na narrativa aqui elaborada, quando não pude mais identificar vestígios de movimentações que dessem prosseguimento ao projeto de transformação do prédio. Pradal (2017) indica algumas iniciativas para desativação das repartições policiais que ainda funcionavam no antigo prédio em 1989 e transferência para outro local na Praça Mauá, mas nenhuma iniciativa foi concretizada.

Uma das possíveis explicações para o hiato considera as mudanças políticas, mais especificamente da agenda e interesses dos políticos que ocupavam o Governo no Estado do Rio de Janeiro durante os diferentes períodos. O tombamento do prédio ocorreu no final do 1º mandato de governador de Leonel Brizola, cujo vice Darcy Ribeiro, não conseguiu se eleger para o cargo de governador no período subsequente (cargo ocupado por Moreira Franco até 1991, quando Leonel Brizola assume por novo período tendo como vice Nilo Batista). De acordo com Pradal (2017, p.100), “frente à impossibilidade de eleição de Darcy Ribeiro como continuidade, este [o tombamento] foi um ato estratégico, com uma cerimônia realizada pelo então secretário de Polícia Civil, Nilo Batista”. A abertura dos arquivos também ocorreu durante um governo sensível às pautas dos direitos

condições indispensáveis na luta contra o esquecimento e o silenciamento dos crimes de ontem e de hoje” (grifos de minha autoria). (Disponível em: <https://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/>. Acesso em 07 jun 2022).

humanos e contrário à violência e repressão do aparato policial, sendo central a atuação de Nilo Batista⁴⁴ nos cargos em que ocupou, como destacado anteriormente.

Ao compreender que a realidade é atravessada por rupturas e incertezas e está em constante (re)configuração, o olhar *processual* (Durepos e Mills, 2011) me permitiu identificar estes hiatos, ou “períodos de latência” (Lubinski, 2018, p.1788), quando a história torna-se temporariamente “*suspensa*” de acordo com a narrativa que proponho a partir da interpretação e ordenação dos vestígios. Como Prost (2000, p.8) ressalta, ainda que se compreenda que “as coisas têm um começo, um meio e um fim”, não há uma linearidade intrínseca ou um ritmo constante na passagem do tempo, como afirma no trecho já anteriormente citado: “elas se inscrevem em uma trajetória temporal que não é certamente a regularidade do metrônomo ou do relógio, que se acelera em alguns momentos e se torna mais lenta a ponto de parecer imóvel em outros, mas que assegura uma continuidade do passado ao futuro”.

Essa continuidade do processo no futuro é identificada em um documento de 1999 dos Acervos do INEPAC - Ofício nº 79/APERJ-GD de 22/04/1999 - que inicia o período de intensas disputas pelo espaço. Esse foi o 1º vestígio encontrado: um documento enviado ao Diretor do INEPAC, Alexei Bueno, pela Diretora Geral do APERJ, Jessie Jane Vieira, que informa que o Secretário de Justiça (Sérgio Zveiter) “autorizou esta diretoria a compor uma comissão de profissionais que deverá elaborar e analisar a viabilidade técnica e financeira do projeto [instalação do APERJ no antigo prédio do DOPS]”. A resposta do INEPAC veio quase um mês depois, em 19/05/1999, com os nomes de profissionais do Departamento do Patrimônio Cultural e Natural (DPCN) para composição da “comissão de análise

⁴⁴ Seguem trechos extraídos do verbete biográfico disponível no CPDOC/FGV: Nilo Batista foi eleito em 1985 para presidir a OAB-RJ por dois anos. “Em julho de 1986, em meio a uma crise na segurança pública estadual que levou à exoneração do secretário Arnaldo Campana, assumiu, a convite do governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o cargo de secretário da Polícia Civil. Exerceu o cargo de secretário estadual até março de 1987, quando encerrou-se o mandato de Brizola”. “Em outubro de 1990 foi eleito vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, em chapa encabeçada pelo ex-governador Leonel Brizola, na legenda da Coligação Povo Unido, liderada pelo PDT e integrada também pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Além de assumir interinamente, em várias ocasiões, a chefia do Executivo fluminense, substituindo Brizola, acumulou o cargo de vice-governador com o de secretário da Justiça e da Polícia Civil, de 1991 a 1993”. (Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/batista-nilo>. Acesso em: 05 jun. 2022).

do projeto de transformação de uso do prédio tombado à Rua da Relação nº 40, antigo DOPS”. Começava a luta para uso do prédio em prol da memória e da verdade com Jessie Jane no comando do APERJ. Cabe ressaltar que os dois períodos de ZIDs identificados na presente pesquisa se alinham à análise realizada por Pradal (2017) em sua tese de doutorado, o que corrobora o meu entendimento desses intervalos como períodos de intensas negociações e disputas.

De forma a tornar o mais transparente possível o meu processo de interpretação e ordenação dos vestígios deixados pelos atores, resgato o conceito de ZID⁴⁵ para justificar a definição do período de 1999 a 2002 como tal. Para a 1ª ZID, a atuação central de Jessie Jane Vieira/APERJ e o antagonismo combativo da AAMPOL e demais representantes de classe da Polícia Civil são o ponto basilar para a identificação do período como ZID. Ao iniciar a elaboração dessa parte da narrativa, a quantidade de documentos, ofícios, e-mails, eventos e atas de reuniões, para citar alguns exemplos, indicou a proximidade e intensidade das mobilizações e desmobilizações e as diversas tentativas de um determinado ator em criar obstáculos que impedissem o sucesso das tentativas de atrair interesse do outro ator com motivação oposta.

Jessie Jane Vieira foi identificada como um dos atores centrais por sua atuação à frente do APERJ durante o período de 1999 a 2002, reconhecida e apontada como essencial para o entendimento do processo do DOPS/RJ por outros atores durante a investigação. A trajetória que me levou a Jessie Jane começou com a minha participação no curso “Lugares de Memória e Direitos Humanos no Brasil” oferecido pelo Núcleo Memória em parceria com a Universidade Metodista de São Paulo. Explorando o tema, tomei conhecimento da série “Conhecendo Lugares de Memória” promovida no canal do YouTube do Núcleo Memória e assisti ao episódio sobre o DOPS/RJ. Ali ouvi Jessie Jane Vieira pela 1ª vez e seu nome foi apontado por outros pesquisadores e/ou militantes, como Maurice Politi, Felipe

⁴⁵ Conceito de Zona de Intensa Disputa (ZID): “determinada zona da malha ou um período de intensificação das disputas, manobras e tentativas de atração de interesses ou de interposição de obstáculos entre os atores mais atuantes envolvidos no processo. Períodos em que a narrativa adquire um ritmo frenético com diversos reveses nas lutas entre os atores, ora com tendência para o resultado que um determinado grupo de atores desejava, ora indo para o sentido oposto. As mobilizações e desmobilizações se tornam muito próximas, o que torna difícil antever uma tendência ou expectativa de resultado da batalha travada entre os atores com interesses antagônicos” (p.177 da presente pesquisa).

Nin, Fernanda Pradal e Vera Vital Brasil. Ou seja, além de ter ocupado a posição de Diretora-Geral do APERJ – pelo período que posteriormente eu descobriria ter sido um dos momentos de disputas mais intensas pela transformação do espaço -, e de ter uma história de militância e resistência, Jessie Jane é respeitada e acolhida como uma voz que eu precisava escutar.

Em entrevistas⁴⁶, Jessie Jane fala que a primeira pessoa a expressar esse olhar de ressignificação do antigo prédio do DOPS/RJ foi Darcy Ribeiro, com uma proposta de “despoliciar o prédio”, resgatada posteriormente por Fernando Peregrino da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), outro ator que aparece nesse momento da narrativa. Com um histórico de sedes “itinerantes”, o APERJ ocupou o prédio de Tribunal de Contas em Niterói de 1989 a 1995, quando foi transferido para um edifício de propriedade da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro), “local que se mostrou impróprio para abrigar acervos documentais” e no qual ficou pouco tempo. Em 1998, o APERJ foi transferido para Botafogo, local que permanece até hoje (APERJ, 2022). A captura de tela do site oficial do APERJ está na Figura 34 e demonstra o apagamento sobre o curto período em que parte da documentação foi transferida para o antigo prédio do DOPS/RJ em 1999. Não há menção sobre esse evento.

⁴⁶ Há duas entrevistas concedidas por Jessie Jane Vieira de Souza usadas como fontes na presente pesquisa: a 1ª para a pesquisadora Fernanda Pradal em 01/12/2016 e a 2ª para mim em 11/02/2022, referenciadas como (Vieira, 2022; 2016).

HISTÓRICO

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro foi criado por meio do **Decreto nº 2.638, de 25 de agosto de 1931**, com a denominação de Arquivo Geral do Estado, subordinado à então Diretoria do Interior e Justiça do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói. Dentre suas atribuições estavam "as tarefas de receber, classificar, guardar e conservar os papéis e livros findos, pertencentes às Secretarias de Estado; organizar anualmente a coleção de Leis, Decretos e Deliberações para ser publicada em volumes; receber por recolhimento das diversas repartições do Estado todos os papéis, livros e documentos, à medida que deles não mais precisassem".

Dois anos após sua criação teve o nome modificado para Arquivo Público e Biblioteca Universitária. Em 1938, foi desmembrado da Biblioteca, permanecendo porém na Secretaria de Justiça até 1958, quando passou para a Secretaria de Administração Geral.

Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, o Arquivo Público voltou a integrar a Secretaria de Justiça. No ano de 1985, foram incorporados ao Arquivo as funções e o patrimônio do Departamento Geral de Documentação, órgão também integrante da Secretaria de Justiça, incluindo a biblioteca, especializada em legislação e direito. A direção e os setores de pesquisa e acesso à legislação permaneceram no Rio de Janeiro, com as seções responsáveis pelo processamento técnico e disponibilização do acervo mantidos em Niterói.

Em 1989, o Arquivo Público instalou-se no prédio pertencente ao Tribunal de Contas, em Niterói, lá reunindo todas as atividades da instituição, e permanecendo nesse endereço por apenas seis anos.

Em 1995, a entidade foi transferida para um edifício de propriedade da Companhia Estadual de Águas e Esgoto - CEDAE, na Rua do Riachuelo, no Rio de Janeiro, local que se mostrou impróprio para abrigar acervos documentais e que foi ocupado por pouco tempo.

Em 1998, nova mudança trouxe o Arquivo Público para a Praia de Botafogo nº 480, no Rio de Janeiro, sede em que permanece até hoje. Pelo Decreto nº 40.628, de 1º de março de 2007, o Arquivo Público do Estado passou a integrar a estrutura básica da Secretaria de Estado da Casa Civil e em 2019 passa a integrar a Secretaria de Estado da Casa Civil.

Faça o download do **Decreto nº 2.638, de 25 de agosto de 1931** 

Faça o download do **Decreto nº 46.591, de 27 de fevereiro de 2019** 

Figura 34 : Histórico do APERJ. Site oficial do APERJ
Fonte: APERJ (<http://www.aperj.rj.gov.br/historico.php>)

Durante a entrevista, Jessie Jane conta que foi visitada no APERJ por Moacir Werneck de Castro, jornalista e escritor, que ficou surpreso com as condições precárias do arquivo, algo que deixou evidente sob a forma de denúncia na matéria "O Arquivo ameaçado" veiculada no Jornal do Brasil em 09/03/1999, cujo trecho destaco abaixo:

"Foi um espanto o que vi nessa *nova* sede. Fios soltos e desencapados anunciavam um risco de incêndio a qualquer momento. O cupim roía a madeira de portas e janelas. Velhos arquivos, guardando fichas de antigos presos, importante memória da antiga capital da República, se acumulavam na falta de um lugar apropriado [...]. Um espetáculo de horror. Indescritível, uma vergonha para um país que se pretende civilizado, na era da informática" (Castro, 1999. Jornal do Brasil, p.11. Grifo do autor).

O jornalista, cuja denúncia e movimentação sociopolítica nessa matéria foi essencial para desencadear as negociações posteriores de ocupação do antigo prédio do DOPS/RJ. Depois de contar a história dos processos de mudança do APERJ, Moacir Werneck faz um apelo para transferência do acervo para o prédio do DOPS/RJ:

"Desejo chamar a atenção das autoridades públicas, tanto estaduais como federais, para a *situação vergonhosa* que se criou. Sou portador de uma sugestão de anistiados para o governador Anthony Garotinho. *O Arquivo Público poderia ser instalado – em definitivo – no antigo prédio da Polícia Central, tombado, na Rua da Relação, esquina de Inválidos. Seria muito adequado, porque ali teve sede o DOPS, cujos*

fichários e prontuários formam parte substancial do acervo ora em perigo” (Castro, 1999. Jornal do Brasil, p.11. Grifos de minha autoria).

Nas entrevistas e no vídeo do canal do Núcleo Memória, Jessie Jane ressalta que a ideia para transferência dos arquivos para o antigo prédio do DOPS/RJ veio de Fernando Peregrino e que Moacir Werneck de Castro “embarcou na proposta” e escreveu a matéria no Jornal do Brasil (Vieira, 2022; 2016, DOPS/RJ, 2020). A partir desse momento, os atores mobilizados em prol da causa da transferência do APERJ deram início a negociações e manobras para que parcerias fossem estabelecidas, ressaltando que havia interlocução com atores do governo de Anthony Garotinho, como Franklin Coelho e Jorge Bittar, da Secretaria de Planejamento (Vieira, 2022; 2016).

Traços deixados pelos movimentos de outro ator bastante atuante, o GTNM/RJ, também foram identificados em 1999: uma correspondência endereçada ao governador Anthony Garotinho (c/c Luiz Eduardo Soares – Coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania e Sérgio Zveiter – Secretário de Justiça), em 17/11/1999. No documento, o GTNM/RJ manifestava seu apoio ao projeto de transformação do prédio em sede do APERJ e centro de documentação e memória, ressaltando a urgência para tomada de ação, haja vista o “profundo descaso” com que os mesmos vinham sendo tratados com as frequentes transferências de local. “Qualquer país que respeite minimamente a sua própria história está obrigado a adotar uma postura de cuidado para com seus documentos” (Acervo GTNM/RJ – Movimentos Sociais).

O 1º documento que vi, o Ofício nº 79/APERJ-GD de 22/04/1999, era, portanto, resultado dessa movimentação sociopolítica de aproximação de Jessie Jane com Fernando Peregrino (APERJ e FAPERJ), que segundo ela “deflagrou uma briga com a Chefia de Polícia”, afirmativa corroborada pela intensa movimentação que será detalhada na sequência, inclusive com denúncias da AAMPOL (Associação dos Amigos do Museu da Polícia, outro ator identificado) ao Ministério Público sobre as obras de adequação para acomodação do acervo do Arquivo Público na gestão de Jessie Jane no APERJ. Indícios dessa disputa pelo local com a movimentação da Polícia Civil, ainda no ano de 1999, puderam ser observados em distintas fontes, como destacado nas Figuras 35 e 36:

PATRIMÔNIO

Universidade faz acordo para restaurar sede do Dops do Rio

UFRJ e Polícia Civil acertam recuperação de antigo prédio, que vai virar centro de memória

CLARISSA THOMÉ

RIO – O antigo prédio da Polícia Civil, que abrigou o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no centro do Rio, vai ser restaurado e transformado num centro de memória. A recuperação desse edifício histórico, palco de tortura de presos políticos na ditadura de Getúlio Vargas e na militar, foi acertada ontem pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Chefia de Polícia Civil.

“Essas paredes estão impregnadas por uma história que a Polícia Civil está questionando”, disse o chefe da PC, delegado Carlos Alberto de Oliveira, ao assinar o acordo.

O Palácio da Polícia foi erguido em 1910. A cargo dos arquitetos da UFRJ está a recuperação, por exemplo, dos degraus de mármore, do piso de peroba, dos vitrais quebrados e de ornamentações do teto. O custo estimado da obra é de R\$ 6 milhões. Os recursos financeiros para sua realização devem ser obtidos pela UFRJ, por meio da contribuição da iniciativa privada. A verba total ainda não está garantida.

O centro de memória a ser criado deve reunir arquivos da polícia, biblioteca e o Museu da Polícia. Também estão previstos centro de convenções, livraria, restaurante e butique.

“Essa restauração é uma homenagem aos que sofreram aqui, um repúdio a esse sofrimento”, diz a diretora da FAU/UFRJ, Maria Ângela Dias.

O ator Mário Lago, preso no Dops várias vezes entre 1932 e 1969, recorda uma “noite de inferno” na carceragem, em 1949. Lago dividia a cela com 30 presos, que se revezavam para dormir. “Os policiais jogaram lá dentro um mendigo

Otávio Magalhães/AE



Prédio foi local de tortura na ditadura

com a roupa embebida em ácido sulfúrico, foi horrível.”

As lembranças do jornalista Álvaro Caldas são mais amenas. No livro *Tirando o Capuz*, sobre o período de resistência à ditadura, ele relata um episódio em que teve interceptadas cartas que enviara para a mulher, presa na carceragem feminina do Dops. Chamado pelo comissário, foi surpreendido. “Um gordo comissário Maurício” mostrou-se comovido com as cartas de amor.

Figura 35 : Notícia do jornal Estado de São Paulo de 13/11/1999
Fonte: Acervo Movimentos Sociais.

Sede do Dops no Rio se tornará centro de memória

Do Diário do Grande ABC

12/11/1999 | 21:21

0 Comentário(s)

Comunicar erros



O antigo prédio da Polícia Civil, que abrigou o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no centro do Rio, vai ser restaurado e transformado em centro de memória. A recuperação do edifício histórico, onde houve tortura de presos políticos na ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e na militar (1964-1985), foi acertada hoje pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a chefia de Polícia Civil.

"As paredes desse prédio estão impregnadas por uma história que a Polícia Civil está questionando", disse o chefe da Polícia Civil, delegado Carlos Alberto de Oliveira, ao assinar o acordo. "Tivemos uma polícia política, de combate a ideologias, e a reforma desse prédio está no contexto de uma polícia voltada para o cidadão", afirmou.

Prédio - O Palácio da Polícia, erguido em 1910, em estilo eclético (mistura de diversos estilos arquitetônicos numa só construção), foi o primeiro prédio projetado para ser sede da polícia. Com o desgaste do tempo e a transferência da chefia da Polícia Civil para um prédio ao lado, no fim da década de 70, o Palácio ficou abandonado. Hoje, apenas duas divisões permanecem ali.

Arquitetos e técnicos da UFRJ terão de recuperar os degraus de mármore, que estão carcomidos e desnivelados, o piso de peroba desbotado, vitrais quebrados, medalhões e ornamentações do teto avariados. A obra está avaliada em R\$ 6 milhões, mas a verba ainda não está garantida. O chefe do Departamento de História e Teoria da Faculdade de Arquitetura, Jerônimo Silva, quer reunir arquivos da polícia e a biblioteca para montar o centro de memória. Os registros do Dops que estão no Arquivo Público do Estado podem ser transferidos para o Palácio.

Figura 36 : Notícia do jornal Diário do Grande ABC de 12/11/1999

Nos vestígios encontrados, há a informação de uma parceria entre a Polícia Civil e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (FAU/UFRJ) e alguns atores apareceram pela 1ª vez: o chefe da Polícia Civil, delegado Carlos Alberto de Oliveira, a diretora da FAU/UFRJ, Maria Ângela Dias, e o chefe do departamento de História e Teoria da Faculdade de Arquitetura, Jerônimo (de Paula da) Silva. Destaco os seguintes trechos das matérias dos jornais Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC:

"Essa restauração é uma homenagem aos que sofreram aqui, um repúdio a esse sofrimento" (Maria Ângela Dias – Estado de São Paulo, 1999).

"Essas paredes estão impregnadas por uma história que a Polícia Civil está questionando" (Carlos Alberto de Oliveira - Estado de São Paulo, 1999).

"Tivemos uma polícia política de combate a ideologias, e a reforma desse prédio está no contexto de uma polícia voltada para o cidadão" (Carlos Alberto de Oliveira – Diário do Grande ABC, 1999).

De acordo com os trechos acima, ambas as matérias indicavam a intenção da Polícia Civil com a parceria com a FAU/UFRJ para reforma e transformação do prédio em um centro de memória, mas no decorrer das disputas identificadas na ZID (1999 – 2002), nem sempre houve o reconhecimento das violências e a importância da memória para o não esquecimento e não repetição dessas violências por parte desse ator. A princípio, portanto, o leitor poderia supor um alinhamento entre os propósitos dos atores APERJ e Polícia Civil para o prédio, tal como se defendia desde o tombamento em 1987, mas os traços encontrados (e que

mostraremos adiante) antagonizam com esse primeiro posicionamento da Polícia Civil.

Talvez um dos indícios mais expressivos da “briga” que Jessie Jane mencionava com a Polícia Civil tenha sido relatado pelo ator GTNM/RJ em 15/12/1999, em um pedido de audiência com o Coordenador de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares. O documento trazia o relato de um episódio de provocação da Polícia Civil durante ato público realizado pelo grupo e outros movimentos sociais em frente ao prédio do DOPS/RJ no dia 10/12/1999 em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Segundo o documento do GTNM/RJ no Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais, o objetivo do ato era “reivindicar das autoridades competentes a utilização do prédio de forma coerente com seu tombamento”. Ao chegarem ao local, os movimentos sociais encontraram o prédio “inteiramente revestido de faixas com o mesmo slogan criado pelos grupos e coletivos de movimentos sociais para o referido ato: EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ESTE PRÉDIO É NOSSO”, assinadas pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, algo interpretado pelos militantes como uma “ironia perversa” da Polícia Civil. O GTNM/RJ relata terem ocorrido “lamentáveis cenas de provocação”, “deboche e falta de respeito”. Destaco o trecho abaixo:

“O clímax da provocação, entretanto, aconteceu [...] com a chegada do então Chefe de Polícia, Sr. Carlos Alberto D’Oliveira, com um numeroso séquito, do qual faziam parte [...] alguns delegados, como a Dra. Marta Rocha, trazendo braçadas de rosas brancas e rindo, como se ali estivessem presenciando um ato cômico, e não a leitura dos nomes dos mortos e desaparecidos políticos durante os longos anos de ditadura” (Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais, 1999).

Em 23/12/1999, mais um vestígio das ações do GTNM/RJ foi identificado: nova carta reforçando o pedido de audiência com o Coordenador de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares, enviado em 15/12/1999 e até então sem resposta. Não encontrei nenhum traço que indicasse a ocorrência dessa audiência ou resposta do Governo para o pedido de audiência, o que poderia indicar uma interposição bem-sucedida do ator Polícia Civil na tentativa de conexão GTNM/RJ - Coordenador de Justiça ou a não-mobilização do ator Coordenador de Justiça aos apelos do Grupo Tortura Nunca Mais.

Por outro lado, é possível afirmar que a atuação do ator GTNM/RJ em seu compromisso na luta pelos direitos humanos e esclarecimento das circunstâncias da morte e desaparecimento continuou ocorrendo. Um dos vestígios encontrados trata

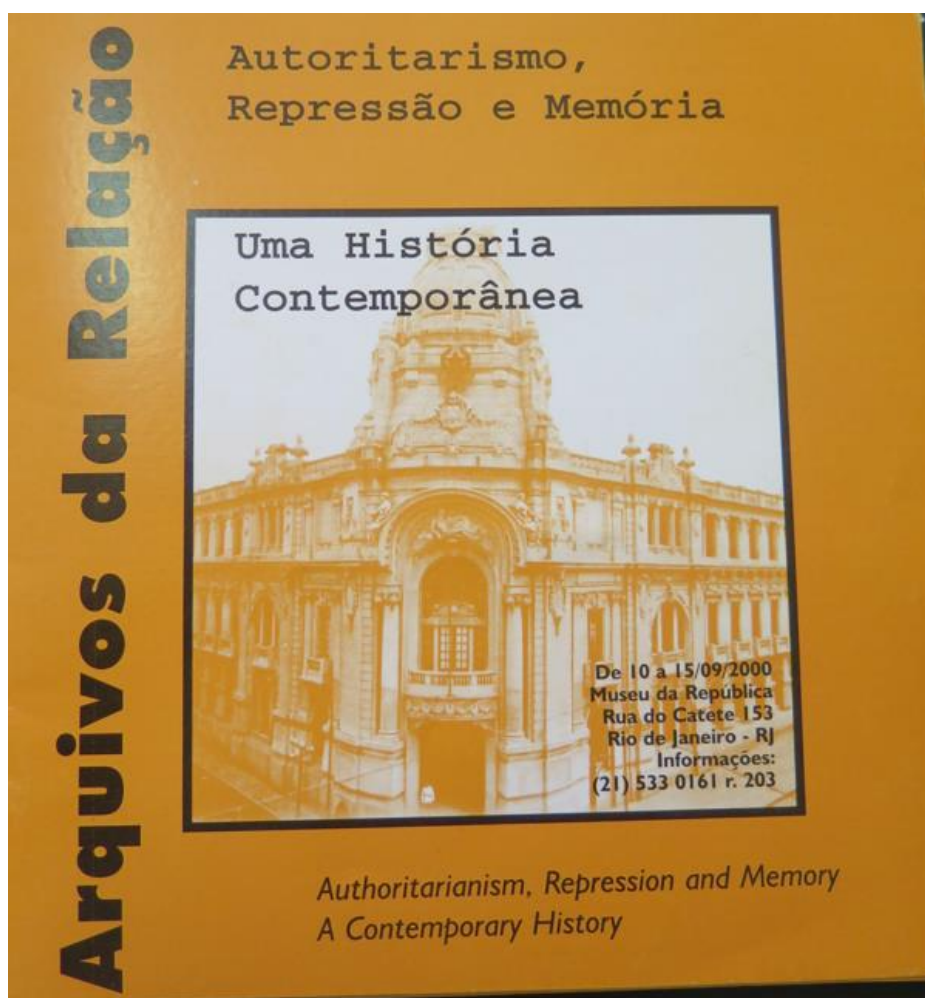
do pedido de habeas-data para o APERJ no ano 2000. Nesse mesmo ano, denúncias sobre o precário estado de conservação do prédio voltaram a ocupar espaço nos jornais. Em matéria do Jornal O Globo, “A arquitetura do Rio em ruínas” de 09/06/2000, a jornalista Laura Antunes denunciava que vários imóveis tombados corriam risco de desabamento pela falta de preservação. Entre eles, o antigo prédio do DOPS, o “edifício temido”, do qual parte do telhado já tinha desabado e se encontrava na “lista de espera da Empresa de Obras Públicas, mas sem data marcada para o início das reformas” (Antunes, 2000 – Jornal O Globo. Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais).

A denúncia teve desdobramentos. A trilha de associações dentro do Acervo dos Movimentos Sociais - INEPAC, me levou a um documento do Ministério Público (MP), novo ator identificado no processo, que em 30/08/2000 instaurou o inquérito civil nº MP-13.467/00, solicitando ao Diretor do INEPAC, Alexei Bueno, que informasse o estado de conservação do prédio e os eventuais projetos para sua recuperação. É possível dizer que o ator MP foi mobilizado pela matéria publicada em 09/06/2000, pois o inquérito a menciona em seu texto, um ator não-humano com capacidade de ação à distância ampliada, considerando a grande circulação do Jornal O Globo. Outro possível desdobramento foi encontrado em um documento da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEPDET), de 15/09/2000, também envolvendo Alexei Bueno, Diretor do INEPAC, convidando-o para uma reunião sobre o prédio a ser realizada em 18/09/2000 com a participação do Arquivo Público (APERJ) para “tratar da recuperação do prédio da Rua da Relação (antigo DOPS)”. É razoável supor que as negociações e manobras do APERJ iniciadas em 1999 para estabelecer parcerias e mobilizar aliados à causa de uso do prédio para o acervo e centro de memória estavam sendo bem-sucedidas de acordo com os vestígios encontrados.

No mesmo período, foi realizado o evento “Arquivos da Relação: Autoritarismo, Repressão e Memória” no Museu da República entre os dias 10 e 15/09/2000 com promoção e apoio da FAPERJ (Figura 37), cujo propósito era promover “uma semana para discutir, lembrar e mostrar para as novas gerações todo um período histórico recente onde ditaduras, democracias frágeis e lutas ideológicas marcaram os rumos das sociedades e das nações”

A parceria entre APERJ/FAPERJ, Jessie Jane/Fernando Peregrino pôde ser observada novamente em mais um vestígio deixado por seus movimentos de

translação, tornando possível a atração dos interesses e mobilização de diversos atores para a causa defendida por eles. O evento marcou a inauguração da exposição “Arquivos da Relação” e contou com palestrantes internacionais, jornalistas, advogados, entre outros, mobilizados com a causa da memória, verdade, justiça e reparação, além de pesquisadores de universidades como UFRJ, UERJ, UFF, UENF, USP, UNICAMP, com destaque a Cecília Coimbra, professora da UFF e militante do GTNM/RJ, ator central nas mobilizações sociais já mencionado antes.



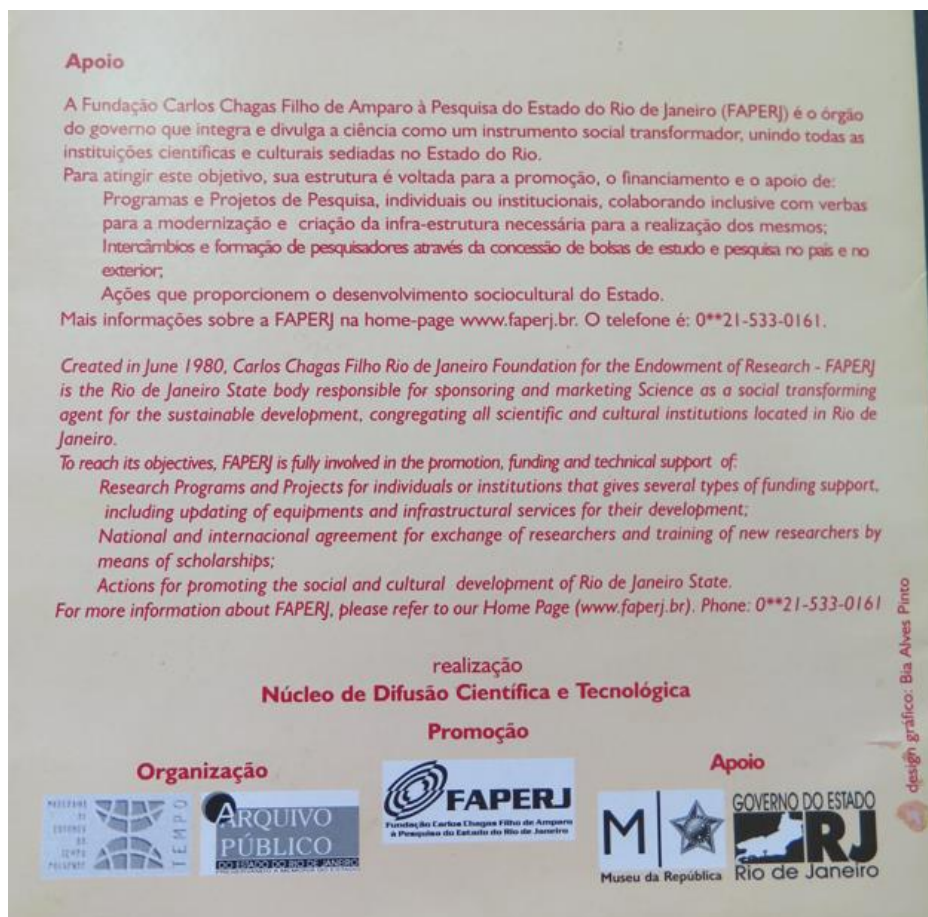


Figura 37 : Capa e contracapa da programação do evento organizado pelo APERJ com apoio da FAPERJ de 10 a 15/09/2000

Fonte: Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais

Outro vestígio da mesma iniciativa “Arquivos da Relação” do APERJ chamou minha atenção (Figuras 38):



Figura 38 : Capa e contracapa “Arquivos da Relação” – APERJ
Fonte: Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais

No material, cuja capa e contracapa estão na Figura 38, é apresentada a história do APERJ, suas funções, documentações e acervos, mas é o conteúdo da contracapa que deixa evidente a mobilização do Governo do Estado com a causa defendida pelo APERJ para ocupação e transformação do prédio em um centro de memória:

“O Estado do Rio de Janeiro está recuperando a memória.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro está destinando ao Arquivo Público Estadual local definitivo para suas instalações. Onde antes funcionara a Central de Polícia Política, em breve, estará instalado o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, integrando, ali, um Centro de Cultura, Cidadania e Memória, em defesa do saber, da democracia e dos direitos humanos” (Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais. Grifos de minha autoria).

Ato contínuo, em 02/04/2001, um e-mail enviado por Jessie Jane Vieira com o convite para a cerimônia de assinatura do termo de cessão do prédio para o APERJ em 17/04/2001 parecia selar o destino do prédio (Figura 39). Até esse momento, por todos os traços identificados, o Governo do Estado e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, comandados por Anthony Garotinho e Coronel Josias Quintal, respectivamente, estavam mobilizados pelo APERJ, como pode ser observado no texto do convite destacado abaixo e na matéria publicada no jornal O Globo em 08/04/2001 (Figura 40):

“O Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Coordenadoria de Desenvolvimento Humano, Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro convidam para [...]” (Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais)

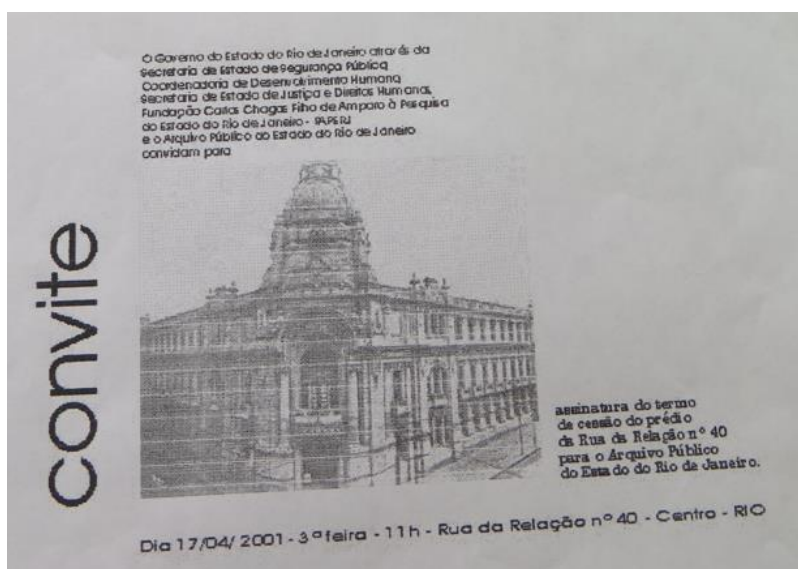


Figura 39 : Convite para cerimônia de assinatura do termo de cessão do antigo prédio do DOPS/RJ para o APERJ

Fonte: Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais.

Sede do antigo Dops abrigará arquivo



A ANTIGA SEDE do Dops, na Rua da Relação: necessidade de obras

• O destino errante do Arquivo Público do Estado do Rio está chegando ao fim. Nos últimos 12 anos, foram três endereços, uma mudança constante que vem ameaçando a integridade de documentos nos quais está guardada a memória da polícia política dos antigos Distrito Federal e Estado da Guanabara, diz a diretora do arquivo, Jessie Jane Vieira de Sousa.

No próximo dia 17, ela receberá do governador Anthony Garotinho o termo definitivo de cessão do prédio da Rua da Relação 40, ex-sede do Departamento da Ordem Política e Social (Dops).

Inaugurado em 1910, o prédio passará a abrigar os cerca de três quilômetros de documentos guardados precariamente na atual sede, em Botafogo.

— É um local totalmente inadequado, perto do mar. A umidade dificulta a preservação dos documentos — diz a diretora do arquivo.

Para a mudança se efetivar, será preciso antes adaptar a nova sede. As obras estão orçadas em R\$ 5 milhões. Para captar esses recursos, Jessie pretende atrair o apoio da iniciativa privada, com os benefícios previstos na Lei Rouanet. ■

Figura 40 : Matéria sobre a mudança do APERJ para o antigo prédio do DOPS/RJ publicada em 08/04/2001 no jornal O Globo

A paz, ou melhor, a ausência de disputas visíveis nesse aparente alinhamento entre vários atores para o uso do prédio foi encerrada em abril de 2001, abrindo o período de guerra aberta e declarada entre APERJ + GTNM/RJ + Mobilizações Sociais vs. Polícia Civil + Associações de Policiais. Se antes de 2001 o posicionamento da Polícia Civil era dubio, a partir da cessão do prédio o antagonismo fica evidente. Antes de 2001, ao mesmo tempo em que a Polícia Civil reconhecia sua atuação como “polícia política de combate a ideologias” em uma “história que a Polícia Civil está questionando”⁴⁷ com uma aparente mobilização à transformação do antigo prédio do DOPS/RJ em um centro de memória, houve também o relato da provocação feita aos militantes do GTNM/RJ e demais mobilizações sociais durante o ato no Dia Internacional dos Direitos Humanos. Ou seja, movimentos que indicavam posturas opostas do ator Polícia Civil. Além disso, o próprio convite da cerimônia de cessão do prédio trazia os atores Secretaria de Estado de Segurança Pública e Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, o que indicaria, a princípio, a mobilização desses atores. No entanto, considerando as movimentações relatadas a seguir, é razoável afirmar que este alinhamento do Governo e da Secretaria de Segurança Pública com o Chefe de Polícia Civil era, no

⁴⁷ Falas de Carlos Alberto de Oliveira - Chefe da Polícia Civil em entrevista aos jornais Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC, 1999 – Figuras 35 e 36.

mínimo, frágil, ou que não representava a totalidade dos membros daquelas instituições.

A parceria da Polícia Civil com a FAU/UFRJ, cujo 1º traço identifiquei em 1999, foi novamente observada e veio à tona em uma correspondência datada de 16/04/2001 (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais), véspera da cerimônia de assinatura da cessão do prédio, o que nos permite supor que as movimentações “nos bastidores” estavam ocorrendo antes e em paralelo aos movimentos sociopolíticos do APERJ. O conteúdo da carta, assinada pelo Prof. Jerônimo de Paula da Silva como Chefe do Departamento de História e Teoria da FAU/UFRJ e endereçada ao Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Álvaro Lins⁴⁸, não deixa dúvidas acerca de seu posicionamento contrário à ocupação do prédio pelo APERJ e sua transformação em um centro de memória. O parecer contrário se deu tanto por incompatibilidade técnica do espaço como por razões históricas, quando defendeu que nem as abadias medievais com suas “hediondas salas de tortura” foram “estigmatizadas” ou condenadas pelo seu “mau uso”.

As tentativas de relativização das violências cometidas no antigo prédio do DOPS/RJ podem ser observadas em diversos trechos do documento, bem como a narrativa relacionada ao próprio nome da edificação, que é chamada na carta de “Palácio da Polícia”, denominação “condizente com o perfil moderno da Nova Polícia do Estado do Rio de Janeiro”. Uma suposta questão de legitimidade da propriedade do prédio também é destacada:

“[...] acreditamos que caberia à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sua **legítima e tradicional proprietária**, a obrigação de recolocar o prédio da Rua da Relação na sua dimensão correta no que diz respeito à Política e à Cultura da sociedade fluminense” (Carta do Prof. Jerônimo de Paula - Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, p.2. Grifos no original).

A relativização das violações dos direitos humanos e torturas cometidas no edifício reflete, segundo minha interpretação, uma tentativa de silenciamento do passado ditatorial, quando o texto da carta ressalta que:

⁴⁸ O delegado Carlos Alberto D’Oliveira foi demitido em Dezembro de 1999 pelo Governador Anthony Garotinho (Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1312199909.htm>. Acesso em: 18 jun. 2022).

Álvaro Lins permaneceu no cargo de Chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro de Novembro de 2000 a Março de 2006 (Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1038964-5606,00-ALVARO+LINS+E+DEMITIDO+DA+POLICIA+CIVIL.html>. Acesso em: 18 jun. 2022).

“[...] o edifício em questão, construído sob o governo republicano (*e democrático*) de Afonso Pena” [...] vem ter sua integridade histórica e social *estigmatizada pelos atos de exceção e perseguição política* à época da Ditadura Militar implantada na década de sessenta” (Carta do Prof. Jerônimo de Paula - Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, p.1-2. Grifos de minha autoria).

Após apresentar os argumentos, Prof. Jerônimo de Paula concluiu alegando que “pasmou-nos a pretensão do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em ocupar o prédio em questão” e reforça que o atual Governo do Estado do Rio de Janeiro é um “**Governo de Paz**” (negrito no documento original) e que caberia à Polícia Civil:

“[...] oferecer à sociedade fluminense um novo Palácio da Polícia, verdadeiro espelho de seu novo perfil institucional, resgatando a integridade do edifício em questão e *banindo definitivamente um passado negro e opressivo* da nossa história sem, entretanto, esquecê-lo a fim de que as atrocidades ali encenadas jamais voltem ao nosso presente democrático” (Carta do Prof. Jerônimo de Paula - Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, p.3. Grifos de minha autoria).

Friso que não há a *negação* da violência ocorrida no espaço, mas sua *relativização*, de fato (“atrocidades ali encenadas”), em um discurso que reconhece sua ocorrência, mas minimiza sua relevância para a constituição de uma sociedade e os impactos que o legado de impunidade deixou.

Ao seguir as trilhas de associações do ator Polícia Civil não foram encontrados mais vestígios da diretora da FAU/UFRJ, Maria Ângela Dias, cuja declaração dada na entrevista de 1999 ao jornal Estado de São Paulo poderia indicar posicionamento distinto ao do Prof. Jerônimo de Paula e da própria Polícia Civil (o projeto de restauração era uma “homenagem aos que sofreram aqui, um repúdio a esse sofrimento”). É possível que tenha sido desmobilizada.

No dia seguinte ao da cerimônia, mais uma demonstração do descontentamento da Polícia Civil⁴⁹ (Figura 41).

⁴⁹ Pradal (2017, p.110) identifica outras duas matérias veiculadas em jornais de grande circulação: Jornal do Brasil (“Policiais protestam”) e A Folha de São Paulo (“Policiais protestam contra a cessão de prédio”), ambas publicadas em 18 de abril de 2001, com o mesmo teor de descontentamento e discurso do prédio como “patrimônio da Polícia Civil”.

Policiais protestam contra cessão de prédio

Governador determina que Arquivo Público ocupe a antiga sede da Polícia Civil, onde funcionou o extinto Dops



POLICIAIS ESTENDEM uma faixa na antiga sede da Polícia Civil que foi cedida para abrigar o Arquivo Público

Maíá Menezes

• Poucas horas depois de ter sido cedida ontem à Secretaria de Justiça por determinação do governador Anthony Garotinho, a antiga sede da Polícia Civil — na Rua da Relação 40, no Centro, onde funcionou o extinto Dops (Departamento da Ordem Política e Social) — foi coberta por uma faixa preta de 50 metros. O luto foi a forma que as nove entidades de representação dos policiais civis encontraram para protestar contra a cessão. As entidades cobram do governador a promessa, feita durante a campanha eleitoral, de que a antiga sede seria transformada no Museu da Polícia Civil. O prédio, construído em 1910, será ocupado pelo Arquivo Público no dia 25.

— Estamos nos sentindo despejados — disse Gemerson Dias, um dos coordenadores do Núcleo de Policiais Cíveis.

O vice-presidente da Coligação dos Policiais Cíveis, José Santos Oliveira, concorda. — O que eles vão fazer com a história da polícia? Jogar fora? — disse Oliveira.

Secretário diz que museu ficará junto com o Arquivo

O chefe de Polícia Civil, Álvaro Lins, garantiu que o Museu da Segurança Pública funcionará dentro do Arquivo Público, cumprindo compromisso firmado com a Secretaria de Justiça.

— A cessão foi decidida pelo governador. O prédio deve se tornar patrimônio histórico e o interesse histórico transcende o interesse policial.

Em assembleia, ontem, os policiais decidiram entrar em estado de greve. Na próxima semana haverá uma assembleia da categoria para discutir uma possível paralisação. Além do prédio, eles reclamam dos baixos salários e da lei, aprovada pela Assembleia Legislativa, que acabou com a obrigatoriedade do curso superior para policiais. O chefe de Polícia Civil disse ontem desconhecer a decisão, mas afirmou que a greve não deverá ter adesões.

— Tudo isso é um desrespeito do governo com os policiais — disse o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, Fernando Bandeira.

A reforma do prédio custará R\$ 5 milhões e será feita com base em projeto apresentado ao Ministério da Cultura. ■

Figura 41 : Matéria sobre protestos de Policiais Cíveis contra cessão do antigo prédio do DOPS/RJ para o APERJ publicada em 18/04/2001 no jornal O Globo

Na matéria do jornal O Globo, como forma de protesto 9 entidades de representantes de policiais civis cobriram o prédio com uma faixa preta para demonstrar o luto com a decisão da cessão do prédio ao APERJ pelo governador Anthony Garotinho (não encontrei vestígios da participação do ator AAMPOL, que mais tarde teria papel central na resistência à ocupação do prédio pelo APERJ). As entidades cobraram do governador a “promessa feita durante a campanha eleitoral” de que o prédio seria transformado no Museu da Polícia Civil. Membros das entidades Núcleo de Policiais Cíveis, Sindicato dos Policiais Cíveis e Coligação dos Policiais Cíveis se manifestaram: “estamos nos sentindo despejados”, “tudo isso é um desrespeito” e questionaram “o que eles vão fazer com a história da polícia? Jogar fora?”. Além disso, a matéria destaca que os policiais entrariam em estado de greve, o que poderia indicar um contexto de grande tensão naquele momento com o Governador Anthony Garotinho. O chefe de Polícia Civil, Álvaro Lins, garantiu que o “‘Museu da Segurança Pública’ funcionará dentro do Arquivo Público” e que o “interesse histórico transcende o interesse policial” (O Globo, 2001b, p.20), porém, tal como Pradal (2017), não encontrei nenhum vestígio que confirmasse tal afirmação nos documentos pesquisados. A Figura 42 mostra o ator-rede constituído até o momento da cerimônia de cessão do prédio para o APERJ, quando houve uma ruptura e a guerra, antes velada, burocrática, política e restrita às negociações nos bastidores, cujas movimentações permaneciam ocultas aos olhos da maioria dos atores, passa a ser visível e torna-se uma batalha territorial.

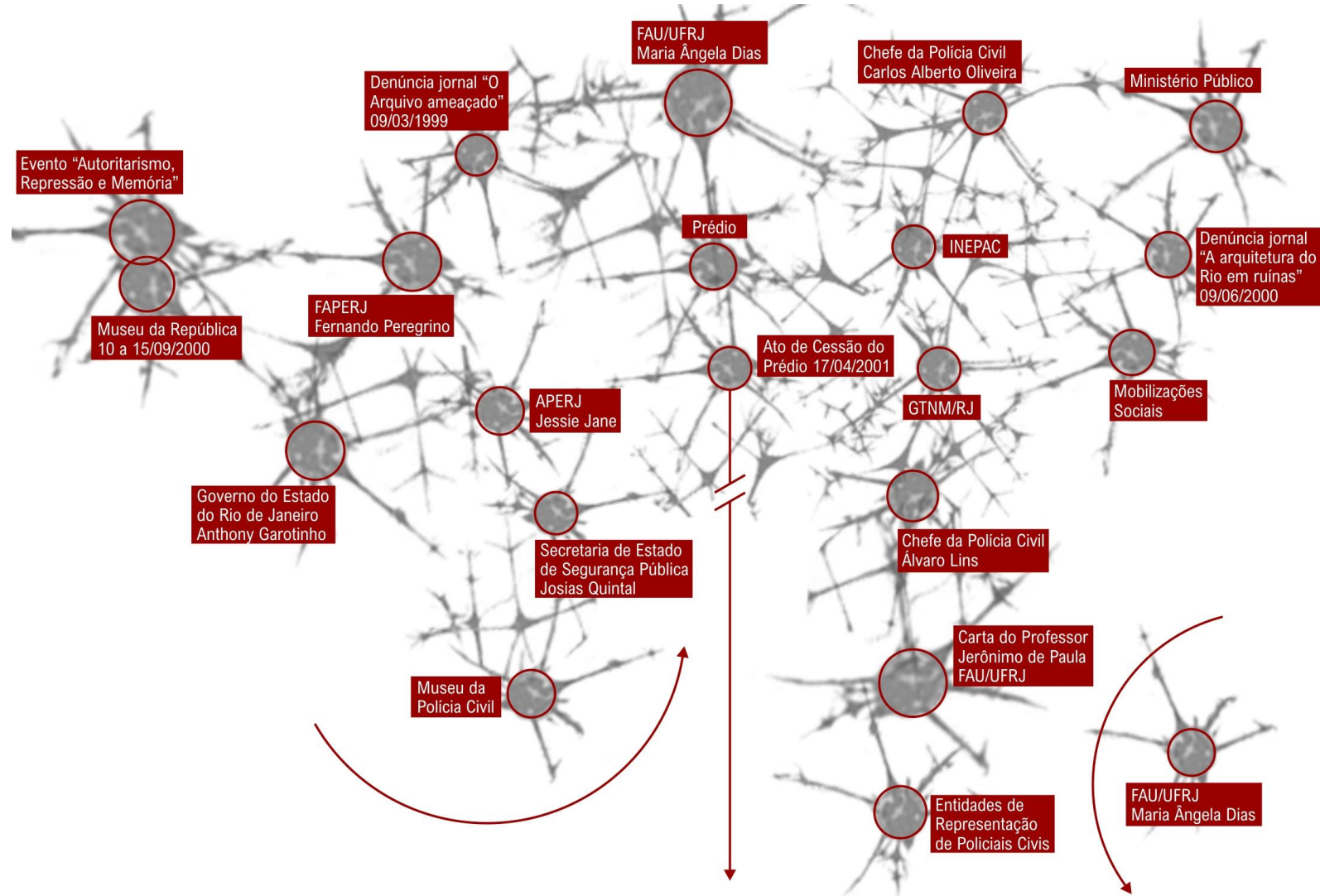


Figura 42 : Ator-rede constituído até a cerimônia de cessão do prédio ao APERJ
Elaboração própria

A matéria do jornal O Globo sobre o protesto das entidades dos policiais civis também informa sobre o projeto de reforma do prédio, mais um vestígio da proposta que chegou a ser elaborada pelo APERJ para uso do antigo prédio do DOPS como um centro de memória. No Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais encontrei vestígios da movimentação do APERJ com a proposta de restauração para transformação do prédio na sua sede e em Centro Cultural, com plantas, orçamento e todos os detalhamentos necessários. Destacarei aqui dois trechos do prefácio de Jessie Jane, que demonstram a importância da transformação do prédio em um lugar de memória da resistência:

“Por mais seletiva que seja a memória humana, há limites para o esquecimento, sobretudo quando os acontecimentos do passado provocaram uma quebra civilizatória, pondo em risco a própria auto-identidade humana, hipotecando seu passado e futuro”

“E os ‘lugares de memória’, como é o caso deste projeto que o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro apresenta, devem ser analisados nesta dimensão: são lugares que registram as experiências humanas no pretérito e, como tal, tornam-se fundamentais para a própria auto-identidade da nossa humanidade” (Jessie Jane Vieira – Projeto APERJ para antigo prédio do DOPS. Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais).

Para toda ação há uma reação. Em 2001, no que pode ser entendido como uma resposta direta da Polícia Civil às movimentações do APERJ que culminaram na cessão do prédio, o Museu da Polícia Civil instalou-se no prédio, quando o delegado Cyro Advincula da Silva assumiu sua direção. Este movimento pode ser interpretado como parte da estratégia territorial de ocupação do espaço ou como “parte da resistência à perda e transformação”, quando a Polícia Civil não sai do prédio mesmo com ordem do governador, como destacado por Pradal (2017, p.111).

Do mesmo modo, Jessie Jane relata nas entrevistas ter estabelecido atividades do APERJ no prédio desde o 1º momento, como uma sala para habeas-data com dois funcionários que passaram a ficar sempre no local e a transferência de parte dos arquivos para o espaço. Mais uma vez, os vestígios tornam evidente a guerra territorial. Enquanto a Polícia Civil transferia objetos e artefatos para o “Museu da Polícia” recém-instalado no prédio, o APERJ buscava organizar o espaço para o acervo e, para isso, precisou realizar algumas intervenções provisórias no interior do prédio com os poucos recursos disponíveis obtidos em parceria com a FAPERJ.

Jessie Jane, como diretora do APERJ, é notificada pelo Ministério Público (notificação nº 068/2002) em 04/04/2002 com prazo de 48h para apresentar

“autorização do INEPAC para realização das obras nas dependências do **MUSEU DA POLÍCIA CIVIL**, no prédio situado na Rua da Relação, nº 40, Centro” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais). Na mesma data, o diretor geral do INEPAC, Alexei Bueno, recebe o ofício MA 597/2002 do Ministério Público sobre inquérito Civil nº 6931/02 instaurado a partir de representação recebida da Associação de Amigos do Museu da Polícia Civil – AAMPOL⁵⁰ “denunciando danos ao patrimônio cultural em decorrência de restauração das dependências do **MUSEU DA POLÍCIA CIVIL**, situado em *imóvel pertencente a Polícia Civil* [...]” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais. Grifos no original). No ofício o MP pede que o INEPAC informe se as obras foram autorizadas.

Ao seguir os vestígios, cheguei ao documento de denúncia da AAMPOL ao MP, de 20/03/2002, que alega que o “referido órgão público [APERJ], procedendo a ocupação que lhe foi deferida, iniciou no dia 06 do corrente mês obra de *demolição* da arquitetura interna [...] *descaracterizando inteiramente a obra e arriscando a perda dos materiais retirados, um enorme prejuízo para a cultura, sociedade e Estado*” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais. Grifos de minha autoria).

A denúncia da AAMPOL fala em *demolição e descaracterização* do antigo prédio do DOPS, um imóvel tombado, demandando de Jessie Jane uma resposta rápida e detalhada, que incluiu um memorial descritivo das obras executadas e em andamento, registros fotográficos, diagnóstico do estado de conservação das áreas que foram objeto de intervenção, justificativa das metodologias adotadas e cópias das normas e recomendações técnicas consultadas para a construção dos arquivos. Todo material devidamente registrado e encaminhado para o INEPAC (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais). No dia 08/04/2002, o INEPAC se manifesta ao MP por meio do Ofício nº 098/2002 de forma favorável às obras, como destacado no trecho abaixo:

“Desta forma, do ponto de vista estrito do tombamento estadual do imóvel em tela e

⁵⁰ De acordo com a Lei nº 2.345, de 10 de Outubro de 1994, “fica considerada de Utilidade Pública a Associação de Amigos do Museu da Polícia Civil - sediada na Academia de Polícia Silvio Terra, na Rua Frei Caneca, nº 162, Município do Rio de Janeiro”. Projeto de Lei 1669/93 de autoria de Sivuca (ALERJ, 1994) (Disponível em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=53&url=L2NvbnsZlZkbnNmLzY5ZDkwMzA3MjQ0NjAyYmIwMzI1NjdIODAwNjY4NjE4LzZlODk0Nzg0ZDY1NGNiYTAwMzI1NjUwZDAwN2E2YzAyP09wZW5Eb2N1bWVudCZFeHBhbmRTZWNOaW9uPS02I19TZWN0aW9uNg==. Acesso em 18 jun. 2022).

observado o cumprimento da legislação municipal edilícia vigente, *consideramos como positivas as obras até então realizadas, sendo autorizado seu prosseguimento por este Instituto*” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais. Grifos de minha autoria).

Os movimentos do ator Jessie Jane Vieira desde que assumiu a diretoria do APERJ em 1999 tiveram muitos desdobramentos no processo de luta pela transformação do antigo prédio do DOPS em um lugar de memória da resistência, como demonstrado na Figura 42. O projeto de construção de um centro de memória ou de um espaço cultural não se concretizou e apesar de ter ganho a batalha da obra do prédio e provado que a denúncia da AAMPOL sobre *demolição e descaracterização* do espaço era infundada, o tempo de Jessie Jane à frente do APERJ terminou em 2002, por decisão da própria, como demonstrado no ator-rede da Figura 43. Os traços encontrados da desmobilização do APERJ serão detalhados na próxima seção.

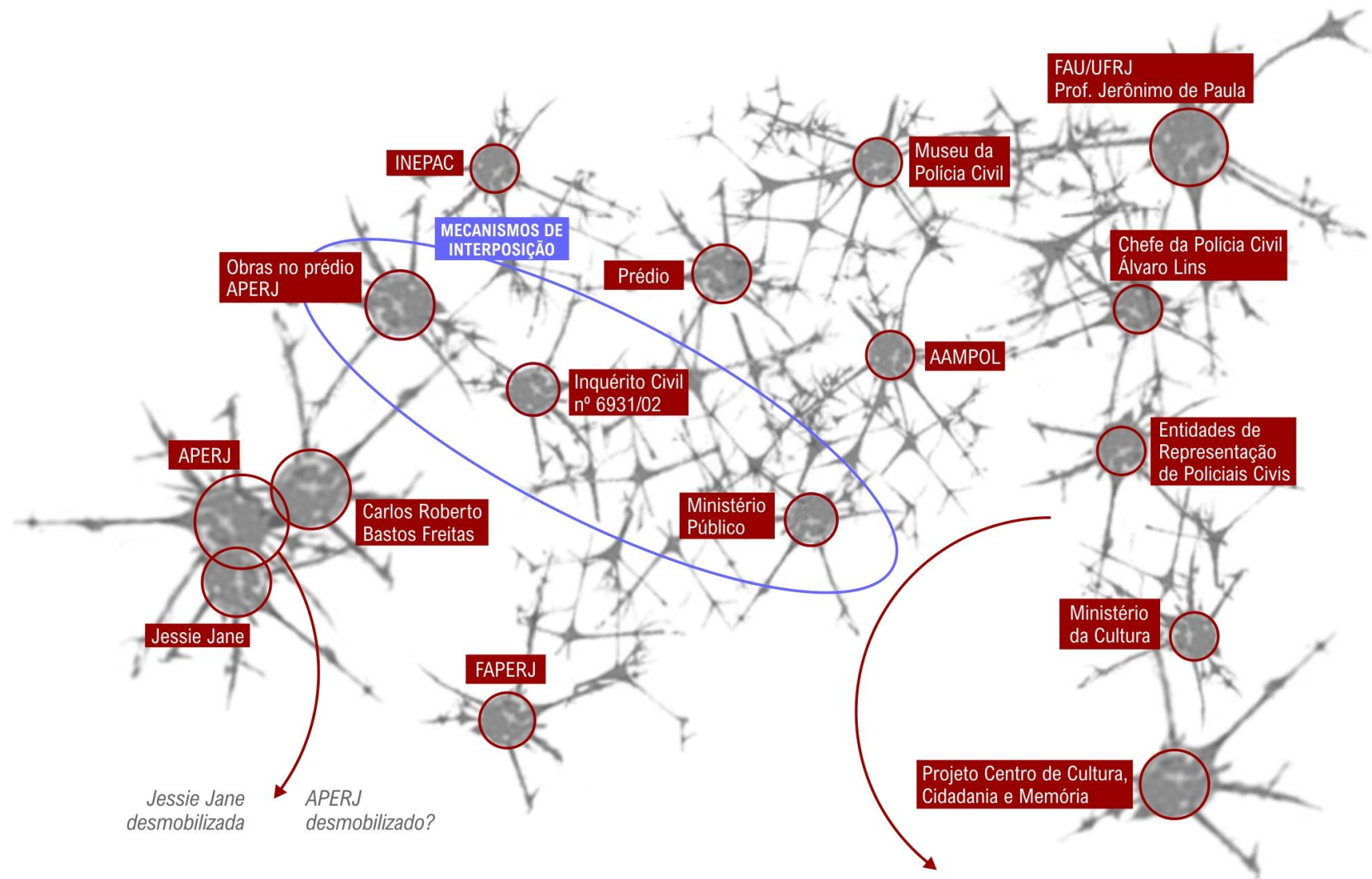


Figura 43 : Ator-rede constituído com a desmobilização de Jessie Jane APERJ
Elaboração própria

4.4.6

4º AH *Turning Point* - Início do 1º Reinado da Polícia Civil e a desmobilização do APERJ

O último vestígio encontrado da atuação de Jessie Jane à frente do APERJ⁵¹ foi o Termo de Declarações nº 26868-1005/2002 de 30/04/2002 na 5ª Delegacia de Polícia no Centro do Rio de Janeiro, quando presta esclarecimentos a respeito das obras realizadas no antigo prédio do DOPS/RJ. Naquela ocasião, ela ressalta a importância social do espaço:

“[...] a declarante gostaria de deixar consignado que o antigo prédio da Polícia Civil foi cedido ao Arquivo Público do Estado pelo Governador Anthony Garotinho, ressaltando ainda que a iniciativa do governador respondeu a uma demanda da Sociedade Civil que entende que *o referido prédio é um documento* da História da Arquitetura Brasileira e da História Política Brasileira e, sendo assim, *nada mais justo que aquele espaço se transforme em lugar de memória e recuperação de direitos da cidadania [...]*” (Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais. Grifos de minha autoria).

Seguindo as movimentações realizadas pelos atores envolvidos no inquérito civil nº 6931/02 e seus desdobramentos, é possível observar a atuação do novo Diretor-Geral do APERJ, Carlos Roberto Bastos Freitas, que assumiu o cargo em 27/06/2002, em substituição à Jessie Jane, que havia saído em abril do mesmo ano. No relatório de atividades do APERJ de 2002, foi possível identificar um vestígio que indicava a intenção de Carlos Roberto Bastos Freitas ao assumir o cargo: manter o plano de mudança do APERJ para o antigo prédio do DOPS/RJ, como destacado no trecho abaixo:

“A verdadeira adequação nesse edifício [Praia de Botafogo, nº 480] precisa ser feita em toda a estrutura e talvez não compense aos cofres públicos o investimento, *em virtude da futura mudança para a Rua da Relação nº 40, fato que se torna cada vez mais urgente*, para a salvaguarda da documentação produzida pelo Executivo estadual aqui custodiada” (APERJ, 2002, p.6. Grifos de minha autoria).

Dessa forma, apesar dos traços identificados mostrarem o alinhamento e mobilização do substituto de Jessie Jane em continuar com os planos de transferência do acervo do Arquivo Público para o antigo prédio do DOPS,

⁵¹ Segundo o Relatório Anual de Atividades do APERJ de 2002, Jessie Jane Vieira de Souza permaneceu no cargo até o início do mês de Abril. O Arquivo ficou sem diretor até o dia 27 de junho, quando Carlos Roberto Bastos Freitas assumiu como Diretor-Geral do APERJ. (Disponível em: http://www.aperj.rj.gov.br/uploads/arquivos_portalaperj/arquivos/relatorio/relatorio_anual_atividades_2002.pdf Acesso em 18 jun. 2022).

múltiplos reveses impossibilitaram que esse objetivo fosse alcançado. Nesse sentido, pode-se afirmar que a frente de batalha aberta por Jessie Jane e os desdobramentos do inquérito civil instaurado a partir da denúncia da AAMPOL ainda se faziam presentes, apesar do parecer favorável do INEPAC sobre as obras.

Diversos vestígios das ações dos atores após a saída de Jessie Jane, em abril de 2002, foram observados em comunicações oficiais entre os órgãos envolvidos. O ofício nº 311/APERJ-GAB (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais) enviado a Antônio Grassi, Membro do Conselho Estadual de Cultura, em 31/07/2002, demonstra a apreensão do novo diretor do APERJ, quando este solicita “atenção para o *impasse* estabelecido por conta dos dois inquéritos em tramitação” (grifo de minha autoria). É razoável admitir que a preocupação de Carlos Roberto Bastos seja resultado de outra movimentação do Ministério Público, encontrada a partir do ofício MA 1271/2002 de 11/06/2002 (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais), solicitando novos esclarecimentos acerca da intervenção no antigo prédio do DOPS. A movimentação do APERJ foi identificada através da resposta ao MP no Ofício nº 301/APERJ-GAB de 29/07/2002 (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais). No entanto, como será narrado adiante, a resposta do APERJ ao MP não deu fim aos questionamentos e o *impasse* criado desde que o inquérito civil foi instaurado pode ser considerado como um dos fatores a paralisar as obras no prédio, resultando em novas associações dos atores envolvidos.

Nesse ponto da trajetória, foi possível observar: (i) a continuidade das movimentações dos atores que já estavam envolvidos diretamente na disputa pelo espaço: APERJ e AAMPOL/Museu da Polícia, cujas disputas mobilizaram outros atores, a saber, Ministério Público e INEPAC; (ii) a entrada ou aproximação de outros atores que passam a atuar mais ativamente para transformação do espaço: GTNM/RJ e Secretaria de Estado de Cultura e (iii) desmobilização do ator Governo do Estado do Rio de Janeiro à causa do APERJ e troca da presidência da FAPERJ.

No mesmo período da saída de Jessie Jane da direção do APERJ ocorreram outras mudanças que, de acordo com minha interpretação, afetaram significativamente os rumos das disputas pelo antigo prédio do DOPS/RJ, pois desmobilizaram atores aliados à causa da transformação do espaço, como a saída de Anthony Garotinho do Governo do Estado, que deixa o cargo para concorrer à Presidência da República, assumindo sua vice, Benedita da Silva, como

governadora⁵² e a saída de Fernando Peregrino da direção da FAPERJ, sendo substituído por Renato Lessa⁵³. A frente de “combate” APERJ/FAPERJ – Jessie Jane/Fernando Peregrino, que contava com o apoio do ator alinhado à causa Anthony Garotinho/ Governo do Estado, havia sido totalmente desmobilizada no início de 2002.

Nas entrevistas, Jessie Jane relata que ao assumir o Governo do Estado em 2002, Benedita da Silva “policializou” novamente o prédio com o novo chefe de Polícia Civil, Zaqueu Teixeira⁵⁴, retirando a placa do APERJ do local de atendimento ao público para habeas-data e colocando uma faixa “Museu da Polícia” (Vieira, 2022; 2016). Esta movimentação relatada por Jessie Jane torna visível o posicionamento do novo Governo do Estado e seu alinhamento à causa de não-transformação do espaço e narrativa de propriedade do “prédio da polícia” como a AAMPOL/Museu da Polícia defendiam. O diretor do Museu da Polícia Civil, Cyro Advincula, que assumiu o cargo em 2001, mesmo período em que o Museu foi transferido para o antigo prédio do DOPS/RJ, em entrevista concedida à pesquisadora Fernanda Pradal (2017), considerava a permanência no prédio como “uma resistência” e que a transferência para o APERJ havia ocorrido por “reivindicação de grupos políticos ex-integrantes da luta armada que procuravam um centro de memória”. Ou seja, para ele, o histórico institucional, funcional e burocrático do prédio legitima a Polícia Civil como sua proprietária, sendo seu uso “mais adequado para um museu da instituição” (Pradal, 2017, p.116). A mudança de Governo fortaleceu seu argumento e as conexões dessa narrativa.

⁵² Matéria publicada em 06/04/2002 pela Agência Brasil informa que “A governadora Benedita da Silva (PT) assinou hoje o livro de posse como governadora do Rio de Janeiro, em solenidade na Assembleia Legislativa do Estado (Alerj). Primeira negra a assumir um governo de estado no país, Benedita da Silva substitui Anthony Garotinho (PSB), que deixa o governo para concorrer à Presidência da República, nas próximas eleições. Ela foi ovacionada ao chegar à Alerj”. (Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/node/627133>. Acesso em 18 jun. 2022).

⁵³ Renato Lessa assume como Diretor da FAPERJ em 2002, segundo informações do CPDOC/FGV. (Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/renato-lessa>. Acesso em 18 jun. 2022).

⁵⁴ No seu site, Zaqueu Teixeira ressalta seu histórico como delegado da Polícia Civil e Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro em 2002 antes de seus mandatos como deputado estadual. (Disponível em: <http://zaqueuteixeira.com.br/>. Acesso em 18 jun. 2022).

No site da ADEPOL-RJ (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro) consta a informação que Zaqueu Teixeira ocupou o cargo de Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, o que pode explicar seu posicionamento de total alinhamento à narrativa do ator Museu da Polícia desde o início. (Disponível em: <http://www.adepolrj.com.br/adepol/zaqueu.htm>. Acesso em 18 jun. 2022).

É razoável admitir, portanto, que essa mudança do grupo que ocupava o poder com a demonstração de “tomada territorial” no prédio e no cenário político do Rio de Janeiro, combinada à desmobilização de atores importantes juntamente com a saída de um ator central combativo como Jessie Jane, gerou certa inquietude e receio nos demais atores mobilizados à causa de transformação do antigo prédio do DOPS/RJ em um lugar de memória da resistência. Nesse sentido, alguns traços dessa preocupação foram identificados no movimento do Secretário de Estado de Cultura, Antônio Grassi, do Ofício GAB/SEC nº 326/02 enviado à Governadora Benedita da Silva em 29/05/2002 (Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais), onde informa com “apreensão” que tomou conhecimento dos pleitos da Polícia Civil sobre o uso do espaço do prédio para o Museu da Polícia Civil e a urgência para cessão do imóvel ao APERJ, destacando:

“É justíssima, ao nosso ver, a preocupação levantada pelos referidos documentos [Ofício CEC/RJ nº 0038 do Conselho Estadual de Cultura e carta do GTNM/RJ enviados à Governadora sobre o assunto], assim como a urgência para a cessão do imóvel viabilizando toda a programação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Cabe considerar, ainda que, *historicamente, os espaços que foram destinados à prisão, cerceamento da liberdade e da vida, tenham se transformado em núcleos de memória histórica e de atividades culturais*” (Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais. Grifos de minha autoria).

O documento foi assinado também pela Subsecretária de Estado de Cultura, a atriz e ativista Bete Mendes. Há vestígios da ação do deputado estadual Carlos Minc em e-mail endereçado ao GTNM/RJ em 05/06/2002 (Acervo GTNM/RJ - Movimentos Sociais) também se posicionando “a favor do aproveitamento do prédio para a criação do Centro de Memória e Resgate da Cidadania” e informando que encaminhará a reivindicação à Governadora Benedita da Silva.

Apesar de todas as ações e manobras das mobilizações sociais e da Secretaria de Cultura apoiando a transformação do antigo prédio em um centro de memória e da urgência de uma sede adequada para um acervo tão relevante quanto o do APERJ, os desdobramentos não eram favoráveis. Em 25/09/2002 foi realizada uma vistoria conjunta no antigo prédio do DOPS/RJ por uma comissão formada por participantes do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural do INEPAC, APERJ – incluindo o diretor geral Carlos Roberto Bastos Freitas - e Secretaria de Estado de Direitos Humanos, onde ficou decidido que as obras de adaptação, paralisadas desde a instauração do inquérito civil e também por falta de recursos, não seriam retomadas (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais). Posteriormente,

em documento de 24/10/2002, a diretora do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, Regina Mattos do INEPAC, relata ao diretor-geral do órgão, Alexei Bueno, as ações que deveriam ser tomadas a partir da vistoria realizada. Destaco abaixo alguns trechos:

“Preocupados com o Inquérito Civil em curso, fomos procurados pela atual Direção geral do APERJ para definirmos *medidas corretivas* que direcionassem as citadas obras, com vistas a salvaguardar as características histórico-arquitetônicas do bem tombado em tela” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais. Grifos de minha autoria).

Me pareceu no mínimo contraditório propor *medidas corretivas*, considerando que no Ofício nº 098/2002 de 08/04/2002, apenas alguns meses antes e considerando que a obra foi paralisada, o parecer emitido pelo mesmo departamento – DPCN – do INEPAC considerava as intervenções “positivas” e autorizava seu prosseguimento. O documento de outubro de 2002 informa que foi elaborado um relatório com recomendações técnicas para *correção* dos problemas detectados e continua:

“Dessa forma, através de um esforço conjunto entre os órgãos de uma mesma administração pública estadual, poderemos corrigir os *equivocos criados com as obras realizadas*, orientando o direcionamento das futuras obras de adaptação de uso do prédio e preservando os elementos artísticos que compõem aquele patrimônio histórico” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais. Grifos de minha autoria).

Em entrevista concedida à pesquisadora Fernanda Pradal (2017, p.116), Regina Mattos, diretora do DPCN do INEPAC, que assinou os documentos de 08/04/2002 e 24/10/2002, além de ter participado da vistoria técnica em 25/09/2002, afirmou que a disputa pelo espaço foi danosa e que a intervenção foi “mal feita e que ficou pela metade”, o que foi usado pela Polícia Civil.

O entendimento de que a intervenção causou prejuízos ao patrimônio pôde ser confirmada nos vestígios encontrados a partir das movimentações da AAMPOL, que em 18/09/2002 solicitou ao INEPAC a inclusão de um novo laudo de vistoria elaborado pelo Prof. Jerônimo de Paula (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais) no processo de tombamento E-18/300,071/87. Novamente a parceria entre AAMPOL/Museu da Polícia Civil e a FAU/UFRJ torna-se visível, cujo propósito declarado no documento era “salvaguardar o referido bem de grande valor artístico e histórico, esta Associação apela a V. EXA. Em favor de medidas de efetiva proteção, bem como, pelo tombamento [sic] efetivo”.

O laudo do Prof. Jerônimo de Paula, elaborado em 26/08/2002, volta a mencionar “descaracterizações” provenientes das obras de adaptação do APERJ e termina com o seguinte trecho:

“Assim sendo, para finalizar, nossa opinião é de que a intervenção que ora se processa em um edifício de tão alto valor histórico e artístico, caracteriza-se como uma *agressão ao nosso Patrimônio Cultural*. Necessário se faz que os órgãos oficiais pela Preservação de nossa Memória sejam notificados da *intervenção ilegal* a fim de que se processe uma reversão ao **status quo ante** do prédio” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais. Grifos em itálico de minha autoria. Grifo em negrito no original).

Não encontrei traços que me permitissem associar a vistoria realizada no imóvel em 25/09/2002 pelo INEPAC e APERJ como uma reação à movimentação causada pelo laudo do Prof. Jerônimo de Paula, resultante da parceria AAMPOL/Museu da Polícia e FAU/UFRJ, liberado 1 mês antes. Apenas uma resposta do diretor geral do INEPAC, Alexei Bueno, através do Ofício nº 344/2002 de 24/10/2002, acusando o recebimento da carta da AAMPOL de 18/09/2002 e “agradecendo a preocupação quanto à salvaguarda daquele importante edifício histórico, esclarecemos que foram tomadas medidas corretivas com vista ao adequado direcionamento das citadas obras” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais).

Não obstante, face a todo o exposto até o momento, é possível que tenha ocorrido uma combinação de manobras que culminaram nesse desfecho. Levando em conta a agressividade das palavras escolhidas, como “intervenção ilegal”, “agressão” ao patrimônio e necessidade de “reversão” das obras realizadas, combinadas com a falta de recursos do APERJ para continuidade das obras, o inquérito civil e a desmobilização de atores que eram parceiros-chaves desde a saída do ator central mais combativo - Jessie Jane -, considero que ao final de 2002, houve a total desmobilização do APERJ do antigo prédio do DOPS. Ainda que, cabe ressaltar, no relatório Anual de Atividades do APERJ do ano seguinte, 2003, agora sob comando de Ismênia de Lima Martins como diretora-geral, novamente apareça a questão do espaço:

“Além da questão funcional [o órgão não possui quadro funcional próprio], *outro grande desafio do APERJ é a transferência para a sua sede, na Rua da Relação nº 40*, de modo a garantir definitivamente a preservação do seu patrimônio documental, de inestimável valor para o Estado do Rio de Janeiro” (APERJ, 2003, p.3. Grifos de minha autoria).

A Figura 44 mostra, de forma esquemática, o ator-rede constituído no momento da total desmobilização do APERJ, quando os mecanismos de interposição combinados com os demais fatores e movimentações detalhadas anteriormente enfraqueceram as conexões dos atores que lutavam pela *transformação* do antigo prédio do DOPS/RJ em um lugar de memória da resistência.

Cabe questionar o porquê de o Ministério Público ter dado prosseguimento ao inquérito civil nº 6931/2002 mesmo após o parecer favorável do órgão responsável pelo tombamento e preservação do imóvel, INEPAC, em 08/04/2002. De acordo com a minha leitura dos vestígios e interpretação dos desdobramentos, ocorreria um provável enfraquecimento do mecanismo de interposição, caso o MP tivesse acatado a manifestação do INEPAC por meio do Ofício nº 098/2002, bem como os esclarecimentos prestados pelo APERJ com toda a documentação anexada. Tivesse acatado, o obstáculo mais significativo restante, naquele momento, seria a falta de recursos, algo que Jessie Jane, ainda no cargo de diretora geral do APERJ vinha buscando resolver – uma das possibilidades consideradas seria via Lei Rouanet (Vieira, 2022; 2016). Evidente que não é possível prever a mudança da trajetória de associações resultante a partir da desmobilização do MP e do inquérito civil, mas é razoável afirmar que outros resultados poderiam advir.

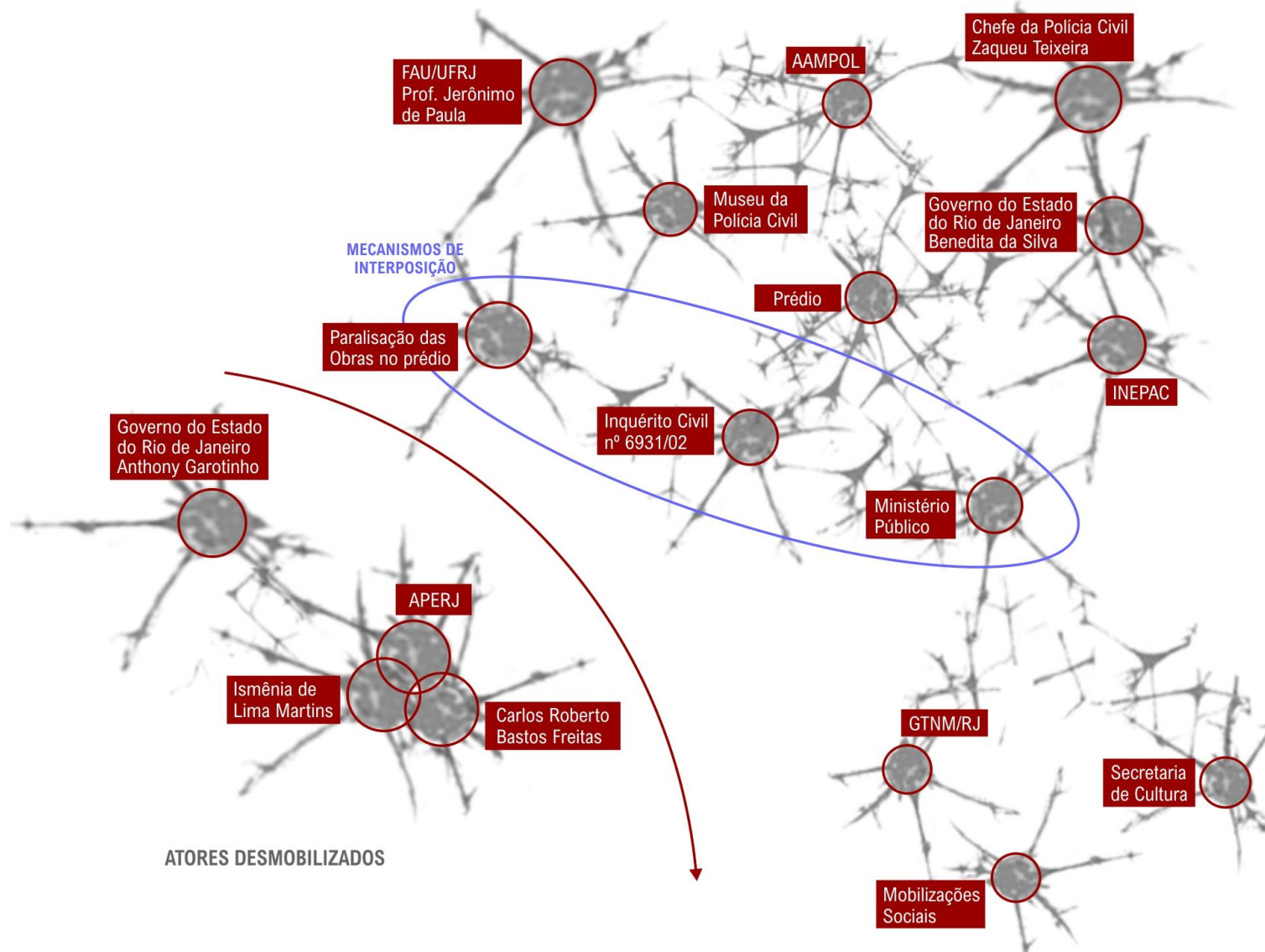


Figura 44 : Ator-rede constituído com a desmobilização total do APERJ
Elaboração própria

Buscando reconstituir o *sociopast* ao seguir os movimentos e associações dos atores, é possível afirmar que a AAMPOL e a Polícia Civil conseguiram estabelecer mecanismos de interposição eficientes, que resultaram na desmobilização total do APERJ – não somente na saída de Jessie Jane –, mas na neutralização das ações de outros atores aliados à causa de transformação do antigo prédio do DOPS em um lugar de memória da resistência.

4.4.7

5º AH Turning Point - A entrega do prédio à Polícia Civil: a decisão da Governadora coloca fim à disputa?

Apesar de todas as denúncias sobre a precariedade das instalações do Arquivo Público na Praia de Botafogo, nº 480, o acervo do APERJ não foi transferido para o antigo prédio do DOPS/RJ, como indicado no Relatório Anual de Atividades de 2002 e 2003 após a cessão do espaço pelo então Governador Anthony Garotinho. O que pude perceber, ao seguir as trilhas de associações dos atores, foi um período de hiato após as intensas disputas, com o ator Museu da Polícia Civil instalado no prédio em uma estratégia de ocupação territorial e as obras de adequação do APERJ paralisadas pelo inquérito civil a partir da denúncia da AAMPOL.

Nessa linha de ocupação do espaço e dentro do contexto de mudança de Governo do Estado favorável à Polícia Civil, em 2003 foi elaborado o Projeto de Revitalização do Museu da Polícia Civil (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais), como uma iniciativa do Programa Delegacia Legal. Cabe destacar um ponto: como debatido anteriormente, uma das formas de sufocar as memórias dos resistentes é o silenciamento de suas lembranças e a adoção de narrativas negacionistas do que se quer esquecer do passado. Os trechos abaixo, extraídos do documento do Projeto, apontam para uma tentativa de relativização dos atos de violência cometidos pela Polícia Civil durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985):

“Malgrado os quase 200 anos da Polícia Civil do Estado, conhece-se muito pouco da história das atividades deste órgão de manutenção da ordem pública. *Sua memória, muitas das vezes, fica somente associada a medidas de repressão ou atitudes impositivas*, olvidando o importante papel que este desempenhou e desempenha como regulador das pressões sociais, garantindo a permanência do sistema instituído e, desta forma, a governabilidade do país” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais – seção Apresentação do Projeto de Revitalização do Museu da Polícia Civil. Grifos de minha autoria).

“Estigmatizado por ter sediado atividades de repressão e perseguição política em

meados do século passado, pois já abrigou o Departamento de Ordem Política e Social – o antigo DOPS, o prédio não é admirado em seus valores estéticos pelas pessoas que o identificam ao seu triste passado” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais – seção Breve Histórico do Projeto de Revitalização do Museu da Polícia Civil. Grifos de minha autoria).

De acordo com os trechos acima, é possível concluir que o posicionamento da Polícia Civil é de que as pessoas que identificam o prédio por “seu triste passado”, o “estigmatizam”, deixando de admirar seus “valores estéticos”, como se ao tomar conhecimento das violências ali cometidas, somente isso passasse a ser digno de lembrança. Tal afirmativa não foi corroborada nas entrevistas ou fontes pesquisadas, ou seja, “reconhecer o triste passado” e “admirar seus valores estéticos” não são ações mutuamente excludentes. Elas podem acontecer de forma simultânea, como visto dentro dos grupos de mobilizações sociais, onde há o reconhecimento das violências cometidas no prédio ao mesmo tempo em que há a valorização de seu projeto arquitetônico, ações observadas de forma recorrente em diferentes evidências durante toda a pesquisa.

Em meados de 2005, outros vestígios, ainda conectados à matéria-denúncia “A arquitetura do Rio em ruínas” publicada em 09/06/2000 no jornal O Globo (Antunes, 2000), foram encontrados. Novamente, o Ministério Público solicita que o INEPAC, cuja diretoria-geral era ocupada por Marcus Monteiro, informe se as obras de recuperação no prédio foram realizadas. Em uma troca de ofícios, o INEPAC pede mais tempo para responder o MP e levantar as informações requeridas (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais). A ação do MP acarreta uma nova série de reações dos atores envolvidos, com exceção do APERJ, cuja desmobilização é notória nesse momento da trajetória. Ressalto que não encontrei qualquer traço de movimentação do ator APERJ relacionada à obtenção de verbas para continuidade das obras no antigo prédio do DOPS/RJ, que de tão importante havia sido apontado como nova *sede* do Arquivo, ou troca de ofícios com o INEPAC para retomada das obras até então paralisadas ou pedidos de esclarecimentos ao MP após a resposta do INEPAC ainda em abril de 2002. Nada. O APERJ saiu da disputa, como indicado na Figura 43 e não retornou em 2005.

Em seu lugar, ou melhor, falando como seu representante, haja vista que era órgão ao qual o APERJ estava vinculado (Pradal, 2017, p.117), a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão, em 04/08/2005, envia o Ofício SEJDIC/GAB nº 217 ao INEPAC mudando notadamente de posicionamento em

relação à ocupação do prédio. O texto traz algumas similaridades ao discurso da Polícia Civil e afirma que as obras “foram paralisadas em 2002, a fim de impedir a *descaracterização* do prédio” e que o espaço “*encontra-se inteiramente ocupado* por repartições da Polícia Civil” (grifos de minha autoria). Por fim, o trecho abaixo retirado do ofício ainda ressalta o projeto da Polícia Civil, silenciando a existência do projeto do APERJ e Secretaria de Cultura de 2001, além de indicar uma possível revogação da cessão do prédio:

“Não obstante, há novo projeto da Polícia Civil para a recuperação do imóvel, cuja execução poderá dar-se sem a sua descaracterização, que segue anexo ao presente. Além disso, encontra-se em fase de instrução o processo administrativo que deverá ser submetido à Exma. Senhora Governadora, para decisão, quando a formalização da afetação do imóvel à referida Instituição, revogando-se a decisão anterior de entrega do imóvel ao Arquivo Público, que nunca aconteceu de fato” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, 2005. Grifos de minha autoria).

É, no mínimo curioso, observar a adoção desse discurso vindo de um ator que, a princípio, deveria estar alinhado e mobilizado à causa da nova sede do APERJ, ao menos devido ao vínculo institucional existente. Desta forma, considerando a mudança de posição da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão, a partir do traço identificado nos documentos acima, foi possível afirmar que a conexão da Secretaria de Justiça com o APERJ para transferência do Arquivo para o antigo prédio do DOPS/RJ foi rompida. O ator Secretaria de Justiça estabeleceu uma nova conexão com a Polícia Civil, que foi capaz de atrair seu interesse, mobilizando-o em uma nova rede com outro propósito para uso do espaço, não mais alinhado ao defendido pelo APERJ, como havia sido observado anteriormente quando da cessão do prédio em 2001 (ver assinatura de rodapé na contracapa do convite na Figura 38). A configuração do ator-rede foi alterada. O movimento da Secretaria de Justiça demonstrou a polissemia do conceito de translação, envolvendo não somente a transformação resultante do deslocamento para novas conexões (Czarniawska, 2009), mas também, nesse caso, traição (Law, 1997a).

A disputa pelo prédio levou o MP a solicitar esclarecimentos ao INEPAC, conforme Termo de Declarações de 29/03/2006 (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais). O diretor-geral, Marcus Monteiro, declara que a situação permanece “*inalterada*, necessitando ser definido *a quem pertence o prédio, Secretaria de Justiça ou a de Segurança*” (grifos de minha autoria). No documento, agora é o ator INEPAC que destaca novamente o poder de decisão da Governadora Rosinha Garotinho sobre o assunto, mas outro ponto chamou minha atenção: a posição de

neutralidade assumida em relação aos demais atores na disputa. Nesse sentido, o único ator ao qual o INEPAC parece estar alinhado e mobilizado é o próprio prédio:

[...] o INEPAC recebeu dois projetos de restauro e readequação do referido prédio, enviados pelas duas secretarias acima nominadas [Secretaria de Justiça e Secretaria de Segurança]; *Os dois projetos foram aprovados, não tendo sido executados devido à pendência sobre quem ocupará o espaço*” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, 2006. Grifos de minha autoria).

A posição de *neutralidade* do INEPAC perante a disputa APERJ x Polícia Civil torna-se evidente nesse momento da trajetória e é coerente com o propósito primordial estabelecido por este ator no Ponto de Passagem Obrigatória – PPO para preservação do prédio, principalmente após a afirmação concedida pela então diretora do DPCN, Regina Mattos, de que a intervenção realizada no prédio nos anos de 2001/2002 foi danosa (Pradal, 2017, p.116). A própria Regina Mattos, em 31/08/2006, no comunicado enviado ao diretor-geral Marcus Monteiro, onde faz um resumo da situação (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais), reforça a preocupação com o estado geral do prédio e esclarece que os dois projetos (“Projeto Cultural” encaminhado pelo APERJ em 2001 e “Projeto de Conservação do Museu da Polícia Civil” da Polícia Civil de 2003) foram analisados, mas não houve prosseguimento e complementa:

“Esclarecemos que, do ponto de vista do tombamento estadual, qualquer destinação para o antigo prédio do DOPS terá o apoio e a orientação técnica desde Instituto, desde que se consiga reverter o atual quadro de abandono em que o mesmo se encontra” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, 2006. Grifos de minha autoria).

Não obstante a preocupação fundamental com a preservação do imóvel e sua forte conexão com o prédio desde o tombamento, o INEPAC, nesse mesmo comunicado de 31/08/2006, reconhece e ressalta que o valor histórico do prédio não está apenas em suas características arquitetônicas, mas “sobretudo como *marco e testemunho histórico* das lutas populares pela conquista da liberdade e *lugar de memória dos que ali foram torturados em defesa de seus ideais políticos*” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, 2006. Grifos de minha autoria).

Seguindo a trilha de documentos oficiais enviados pelo Ministério Público, é possível identificar vestígios da sua movimentação para definição da situação do prédio, com envio de ofícios para o gabinete do Governo do Estado sobre o assunto. Em um deles, datado de 05/04/2006 (ofício nº 326/2006), solicita que a Governadora Rosinha Garotinho “informe se existe previsão para tomada de decisão [...], tendo em vista que o imóvel necessita de manutenção e reparos,

podendo agravar a degradação, casos as mesmas não sejam realizadas em tempo hábil” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais). Depois de 5 anos da cessão para o APERJ, o prédio, por decisão da Governadora, é entregue à Secretaria de Estado de Segurança Pública em 22/09/2006⁵⁵, “para fins de restauração de obra original tombada pelo INEPAC e revitalização a cargo da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais). Estaria o destino do prédio garantido ao Museu da Polícia Civil?

A Figura 45 demonstra o ator-rede constituído nesse momento, quando ocorre a ruptura da conexão entre a Secretaria da Justiça e APERJ e o alinhamento da Secretaria da Justiça com a Secretaria de Segurança, Polícia Civil e Governo do Estado do Rio de Janeiro com a entrega do prédio à Polícia Civil. O ator prédio continua ocupando a posição central na rede, com relações muito próximas ao INEPAC e MP. Atores muito ativos anteriormente deixam de ter seus vestígios percebidos nesse momento, como as mobilizações sociais, o que poderia indicar certa desmobilização à causa do prédio, direcionamento do foco a outras pautas de justiça de transição ou apagamento nos documentos encontrados especificamente relacionados aos atores MP, Governo do Estado e INEPAC após 2002.

⁵⁵ Em termos jurídicos, Pradal (2017, p.118) explica que “a afetação do edifício foi repassada à Polícia Civil, sua possuidora de fato, em 22 de setembro de 2006”. Não é objetivo do presente estudo entrar nos termos legais, por essa razão adotei o termo genérico *entrega*, já que o foco está nas manobras e negociações dos atores envolvidos no processo.

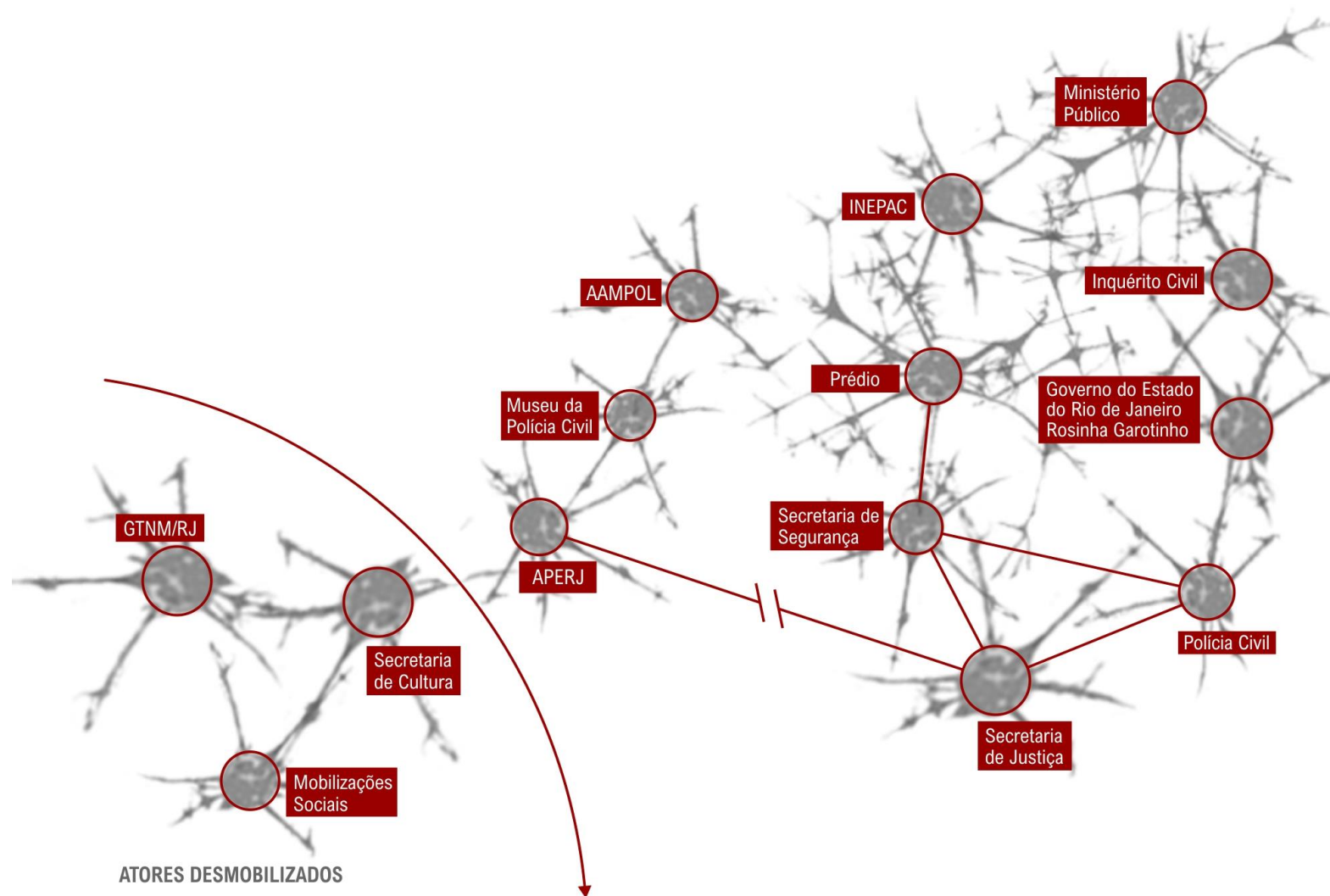


Figura 45 : Ator-rede constituído com a entrega do prédio à Polícia Civil em 22/09/2006
Elaboração própria

Ao final de 2006, o processo de *transformação* do DOPS/RJ parecia estar concluído e a configuração do ator-rede naquele momento indicava que a reivindicação para *transformação* do local em um centro cultural e de memória havia perdido espaço. Os atores que defendiam a causa, como os grupos das mobilizações sociais, GTNM/RJ, APERJ, Secretaria de Cultura, por exemplo, foram desmobilizados, enquanto outros mudaram de posicionamento, como a Secretaria de Justiça e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, cujas movimentações refletiam a agenda de interesses e compromissos pessoais e políticos dos indivíduos que ocupavam seus cargos máximos, mais do que reflexo de uma política pública de memória. A cada mudança no Governo do Estado ou em uma de suas Secretarias, as movimentações de seus ocupantes poderiam levar tanto a uma continuidade quanto a uma ruptura nas ações tomadas até aquele momento, o que levou a uma série de reveses, como a narrativa elaborada propõe.

A articulação da proposta de *transformação* do antigo prédio do DOPS/RJ em um lugar de memória da resistência tornou-se enfraquecida e entrou em um “período de latência” (Lubinski, 2018, p.1788). A capacidade de negociação, atração de interesses e mobilização de aliados, combinada às mudanças do contexto, circunscreveram os movimentos de translação dos atores mobilizados para a causa. Dessa forma, o ator-rede que emerge ao final de 2006 (Figura 45) possui uma configuração em que o prédio, como ator central, fica ligado mais fortemente à Polícia Civil, Secretaria de Segurança, AAMPOL permanecendo com o Museu da Polícia Civil em seu espaço físico.

Por fim, como forma de encerrar a 1ª parte da análise do processo do DOPS/RJ apresento a malha expandida na Figura 46, que demonstra os *Turning Points* e as ações, eventos e movimentações dos múltiplos atores durante o período definido na 1ª Zona de Intensa Disputa (ZID). A malha se estende por 100 anos (1908-2008) e ao final de 2006 temos a narrativa de *silenciamento/apagamento* fortalecida. No entanto, a intensificação das movimentações de atores mobilizados à causa da justiça de transição a partir de 2007 sinalizavam uma possibilidade de mudança, como veremos a seguir.

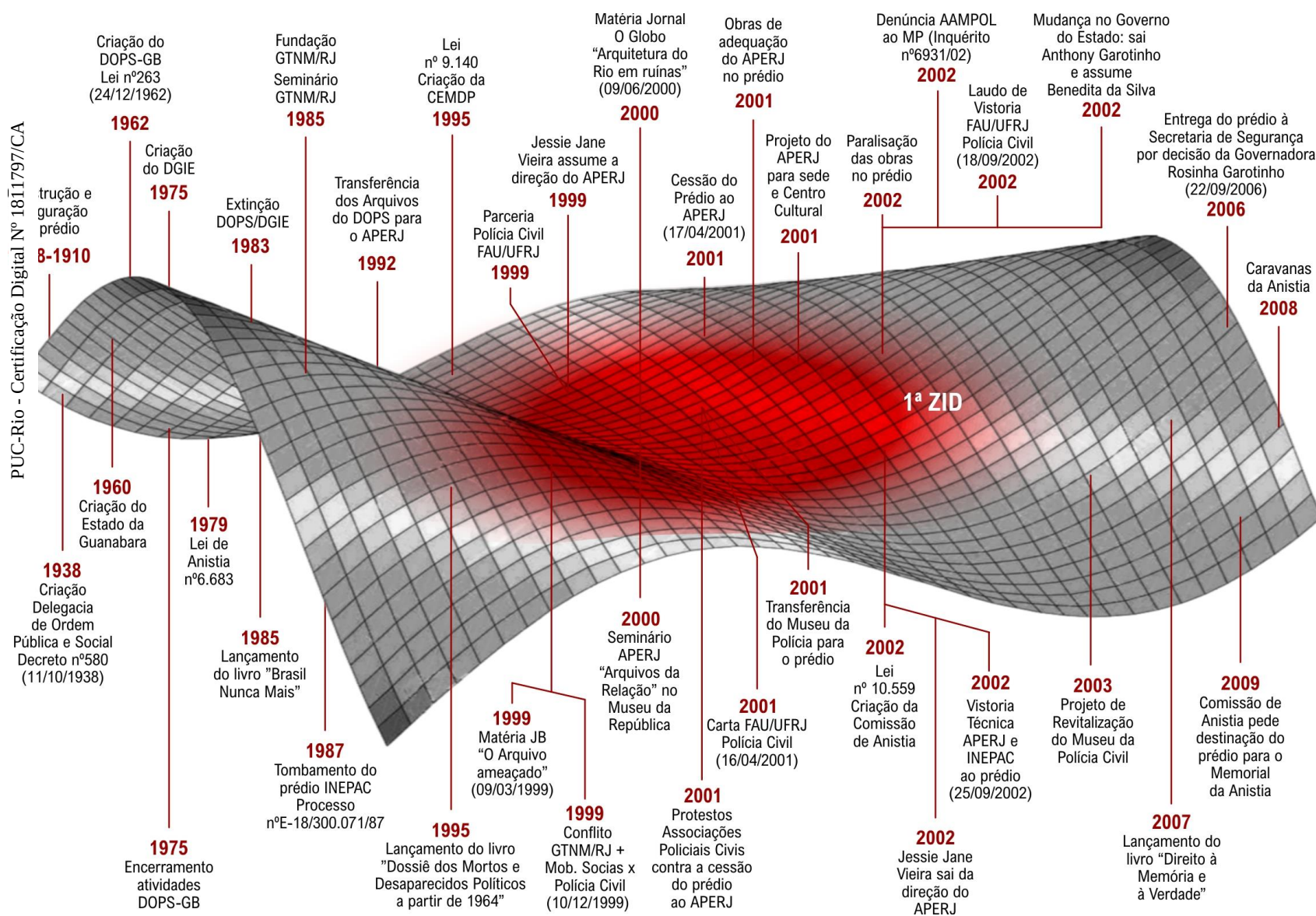


Figura 46 : Malha Expandida com a 1ª ZID do processo de transformação do prédio do antigo DOPS/RJ
Elaboração própria

4.4.8

6º AH Turning Point - Novos ventos sopram: criação do Coletivo RJ, Memória, Verdade e Justiça

Já foi levantada anteriormente a importância de se considerar a performatividade do contexto a partir dos aspectos-chave sugeridos por Lubinski (2018), entre os quais, as práticas sociais, não cabendo aqui repeti-los. Então, partindo da proposta de Lubinski (2008), considerei as *mudanças* das práticas sociais como um dos aspectos-chave que influenciaram a receptividade das narrativas até então silenciadas na construção da memória nacional e de lugares de memória de resistência. Sendo assim, iniciativas de amplo alcance – de abrangência nacional –, que conferiram credibilidade às reivindicações das mobilizações sociais ou sensibilizaram maiores audiências na busca por memória, verdade, justiça e reparação foram consideradas como atores e aspectos-chave que possibilitaram uma análise mais profunda da influência do contexto e sua performatividade na constituição dos atores-rede ao longo da trajetória do processo de transformação do antigo prédio do DOPS/RJ.

Dessa forma, leis, comissões da verdade, caravanas da anistia, livros-relatório, por exemplo, são, de acordo com a minha interpretação e análise, fatores-chave que constroem o contexto e influenciam o compartilhamento da narrativa dos resistentes nos diferentes momentos da história. Dentro da ANTi-History são, portanto, atores não-humanos com grande capacidade de ação à distância, funcionando como polias de Arquimedes para disseminação da pauta defendida e mobilização de aliados na constituição do ator-rede cujos atores estão alinhados com o propósito da justiça de transição.

Nos anos 1990 e 2000, as leis nº 9.140 de 1995 (CEMDP) e nº 10.559 de 2002 (Comissão de Anistia), juntamente com as mobilizações sociais formadas majoritariamente por aqueles que sofreram diretamente a violência do Estado, expostos políticos e familiares de mortos e desaparecidos, direcionaram os esforços para a luta na busca por acesso aos documentos e esclarecimento das circunstâncias das mortes e desaparecimentos. A pauta de justiça de transição é percebida novamente com força a partir de 2007, com o lançamento do livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade” e começa um novo período em que os debates romperam os círculos dos grupos sociais militantes e ganham a arena pública. Começou uma

intensa mobilização de atores importantes para promoção das causas de justiça de transição, com movimentações bastante significativas, como por exemplo, a Audiência Pública “Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil” promovida pela Comissão de Anistia em julho de 2008. Considerada a “primeira atividade oficial do Estado brasileiro sobre o tema após quase 30 anos da lei de anistia”, foi um relevante movimento para a causa (Abrão e Torelly, 2010, p.30). Em outro movimento da Comissão de Anistia, Pradal (2017) informa que foi solicitado o tombamento e a destinação do prédio para construção do Memorial da Anistia, pedido negado pelo Governo do Estado (Governador Sérgio Cabral). Além disso, houve a ação da OAB ao propor a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 153 também em 2008 em relação à Lei de Anistia de 1979 (Rodeghero, 2019; Hollanda e Perlatto, 2017; Abrão e Torelly, 2010). Nesse mesmo ano, começaram as Caravanas da Anistia, que permitiram a expansão das conexões da rede, trazendo o debate sobre as pautas da justiça de transição para uma audiência maior, que não havia sido sensibilizada antes. Em 2009, o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III) incluiu no texto do Eixo Orientador VI, “Direito à Memória e à Verdade”, a proposta de criação de uma Comissão da Verdade.

É nesse contexto que o Coletivo RJ, Memória, Verdade e Justiça (Coletivo RJ MVJ) é criado em 2011. Mesmo ano da aprovação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade por meio da Lei nº 12.528. O ator Coletivo RJ MVJ foi identificado desde a pesquisa exploratória e, segundo minha interpretação, exerceu papel central nas mobilizações sociais que serão narradas na 2ª ZID e na constituição de outro ator, o Movimento Ocupa DOPS, cujo propósito conseguiu atrair, mobilizar e unir militantes de diversos coletivos em torno da *transformação* do prédio em um lugar de memória de resistência.

O lançamento do manifesto do Coletivo RJ MVJ ocorreu em 15/08/2011 e declarava que o grupo havia iniciado os trabalhos em junho de 2011⁵⁶ e que através

⁵⁶ Pradal (2017, p.120) informa que em 13 de junho de 2011 foi realizado o debate “Memória, Verdade e Justiça na América Latina”, organizado pelo Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro e o Instituto de Estudos da Religião (ISER). Na página do ISER não encontrei vestígio sobre esse evento específico, mas há publicações de apoio a iniciativas do Movimento Ocupa DOPS que serão trazidas mais adiante, o que indica o alinhamento deste ator à pauta.

de reuniões semanais se propunha a “debater e formular possíveis contribuições para a consolidação da democracia na construção do ‘Nunca Mais’ no Brasil” (Coletivo RJ MVJ, 2022). Na página inicial, outros atores mobilizados com a causa defendida pelo Coletivo RJ MVJ aparecem (Figura 47), entre eles, o Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro e o Instituto de Estudos da Religião (ISER), o que reforça o que havia sido apontado por Pradal (2017, p.120).

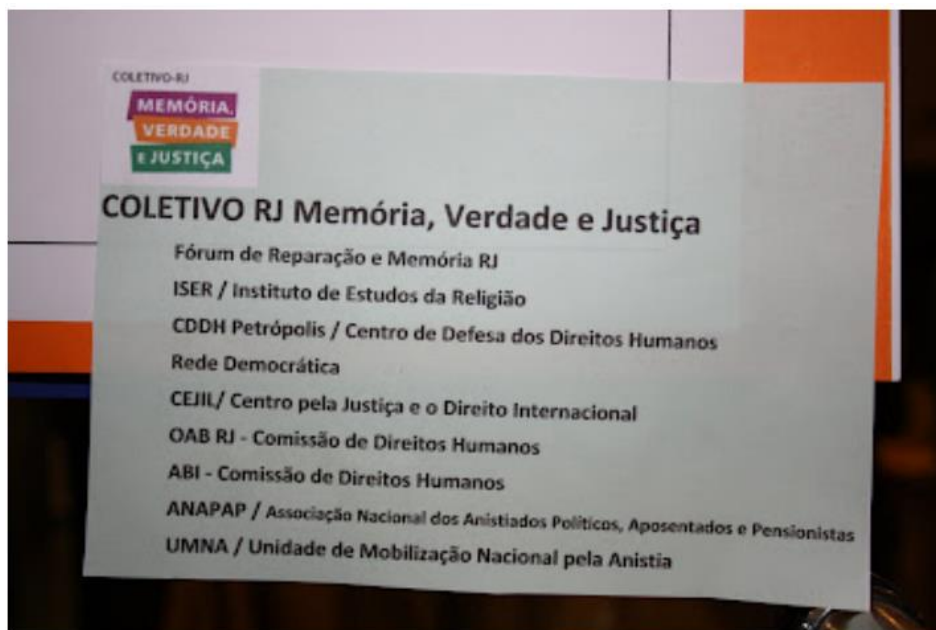


Figura 47 : Grupos e organizações da sociedade civil mobilizados no Coletivo RJ MVJ

Cabe ressaltar que, assim como em outros movimentos sociais, há a defesa da ligação entre a violência cometida no passado (e não condenada e punida) e a realidade observada no presente, argumento que diversos pesquisadores das pautas relacionadas à justiça de transição também defendem e que já foi debatido neste estudo. O manifesto destaca as prisões arbitrárias, as execuções e desaparecimentos forçados, além da tortura sistemática que continuam ocorrendo, sendo estas “práticas inaceitáveis, inadmissíveis em um Estado Democrático de Direito”. Outro ponto que merece destaque é o reconhecimento da importância da constituição da CNV como um instrumento de “importância fundamental no processo de conquista do direito à Memória, à Verdade e à Justiça e no fortalecimento da democracia”, enfatizando que “não exclui a necessidade de Justiça em seu âmbito formal” (Coletivo RJ MVJ, 2022).

É possível identificar uma movimentação bastante significativa do Coletivo RJ MVJ a partir de 2011, com destaque à luta por uma Comissão da Verdade independente e autônoma, incluindo debates com outros atores, como representantes da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), da OAB e da Comissão da Anistia (Paulo Abrão), além de atos públicos para mobilizar a sociedade civil. Ao seguir os movimentos do Coletivo RJ MVJ, pude identificar vestígios que demonstravam a convergência de caminhos entre os atores das mobilizações sociais. Um dos exemplos, é o encontro com o ator GTNM/RJ, noticiado no site oficial do Coletivo RJ MVJ, durante a inauguração do memorial em Ricardo de Albuquerque em homenagem aos militantes assassinados, cujas ossadas foram encontradas na vala clandestina – resultado da luta dos movimentos sociais desde os anos 1990 (Figura 48).

sábado, 5 de novembro de 2011

Ato Público do ColetivoRJ Memória, Verdade e Justiça

[Tweet](#)

Coletivo RJ organiza ato público para pedir participação da sociedade civil na Comissão da Verdade

Notícias sobre o ato foram publicadas em: [JB](#), [Agência Brasil](#), [Band](#), [MSN](#), [SRZD](#). O ato também teve a cobertura da TV Brasil, em reportagem para o [Repórter Brasil](#).

Entidades da sociedade civil querem garantir a participação na Comissão da Verdade, aprovada na última semana pelo Senado. A comissão tem o objetivo de apurar violações aos direitos humanos cometidas no Brasil entre os anos de 1946 e 1988. Para mostrar a disposição de colaborar com o trabalho da comissão e pedir mais espaço nesse processo, um ato público foi organizado pela entidade Coletivo RJ – Memória, Verdade e Justiça, na tarde de hoje (3), na Cinelândia, no centro do Rio.



terça-feira, 13 de dezembro de 2011

Inauguração do Memorial no Cemitério de Ricardo de Albuquerque

[Tweet](#)

No dia 11 de dezembro foi realizada ato de inauguração do Memorial dos Presos Políticos da Ditadura, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque. O Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça esteve presente.

"O projeto, idealizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, é composto por 14 totens espelhados que levam os nomes dos homenageados. Os ex-políticos terão suas ossadas depositadas em caixas, num grande túmulo de granito. O trabalho de exumação das 2.100 ossadas depositadas como indigentes em valas de Ricardo de Albuquerque, vizinha ao Campo de Gericinó, foi iniciado há exatos 20 anos. Depois de serem recuperados e guardados no IML de Campo Grande, foram transferidas para o Hospital de Bonsucesso, entidade indicada pelo CREMERJ que oferecia local adequado para a catalogação dos crânios e arcadas dentárias" ([Jornal do Brasil](#))



Figura 48 : Exemplos de movimentações do Coletivo RJ MVJ

O site do Coletivo RJ MVJ tem a sua última entrada em 2015, mas os perfis nas redes sociais permanecem ativos, com publicações em 2022. Ao mesmo tempo em que um dos atores centrais das mobilizações sociais da 2ª ZID surge em 2011 como um espaço para participação de diferentes “entidades, movimentos e pessoas” (Coletivo RJ MVJ, 2022) e que servirá como embrião ou parte constituinte do Movimento Ocupa DOPS.

Enquanto isso, o prédio continua sendo ocupado pela Polícia Civil sem que os restauros necessários sejam realizados, como destacado na matéria do Jornal O Globo “Dops: cem anos de um símbolo da história política” (Lima, 2010), publicada em 26/09/2010 (Figura 49). A matéria traz atores envolvidos nas disputas pelo prédio, alguns mobilizados pela sua *transformação*, outros não. Atores constituintes dos atores-rede narrados até esse ponto, como Jessie Jane, ex-diretora geral do APERJ, Cecília Coimbra do GTNM/RJ, Cyro Advincula, diretor do Museu da Polícia Civil e Jerônimo de Paula, professor da FAU/UFRJ e um ator novo: a construtora WTorre.



Figura 49 : Matéria publicada no Jornal O Globo em 26/09/2010 com denúncia sobre a falta de preservação do antigo prédio do DOPS/RJ

A construtora WTorre era responsável por uma grande obra nas redondezas, um complexo da Petrobras⁵⁷, e devido aos impactos que a construção causou ao antigo prédio do DOPS, foi responsabilizada e obrigada a executar os devidos

⁵⁷ As obras realizadas no centro da cidade foram destaque na matéria “O Centro revalorizado: futura sede da Petrobras atrai empreendimentos e revitaliza área do Rio antigo” publicada no dia 13/11/2012 no Jornal O Globo. No texto, as melhorias em alguns imóveis da região, incluindo o “Palácio da Polícia Central” são apontadas como parte de um acordo com a prefeitura na aprovação do projeto da construtora WTorre (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais).

reparos somente na fachada e no telhado do imóvel. Na matéria, consta o seguinte trecho:

“[a empresa] informou que está em discussão com a *Polícia Civil e a Secretaria estadual de Cultura* o projeto de restauração. A empresa promete manter as características originais do imóvel e deve iniciar as obras em janeiro” (Lima, 2010. Grifos de minha autoria).

A matéria do jornal O Globo, um ator não-humano com grande capacidade de ação à distância, mais uma vez denuncia as péssimas condições de conservação do antigo prédio do DOPS, um imóvel tombado desde 1987 sem que se faça uso de seu espaço. O aparecimento do ator Polícia Civil na matéria era esperado, mas a Secretaria de Cultura a princípio, não. O que poderia indicar que em um contexto *sensibilizado* pelas pautas de justiça de transição por todo exposto até agora, alguns desdobramentos favoráveis à causa da *transformação* poderiam ocorrer.

Por fim, cabe destacar o último parágrafo da matéria “Dops: cem anos de um símbolo da história política” (Lima, 2010), quando Jerônimo de Paula, professor da FAU/UFRJ, ator que estabeleceu uma parceria com a Polícia Civil desde 1999, “*lamenta o estigma que acompanha a construção*” e reforça que no fim dos anos 90 os planos eram ter no espaço do prédio um centro de memória da polícia e espaços de convivência, como café e livraria para “*renovar a história maligna do prédio*” (Lima, 2010. Grifos de minha autoria). A matéria de 2010 só corrobora a decisão pelo apagamento das violências cometidas no local, o que já havia sido identificado em vestígios anteriores: na carta para o Chefe de Polícia em 16/04/2001 e no laudo de vistoria de 18/09/2002, ambos assinados por Jerônimo de Paula da FAU/UFRJ.

Nesse sentido, é razoável afirmar que 10 anos depois da cessão do prédio ao APERJ para o uso do local como sede do Arquivo Público e centro cultural e de memória, chega-se a 2011 com a mesma disputa de narrativas e sem o devido aproveitamento (e adequada preservação) do espaço. Se antes havia APERJ + GTNM/RJ + Secretaria de Cultura + Mobilizações sociais a favor da *transformação* e contra havia os atores Polícia Civil + AAMPOL + Associações de Policiais Civis, após uma década há uma nova configuração para essa disputa. Diferentes atores-rede foram sendo constituídos e diversos atores (des)mobilizados ao longo da trajetória e com a proximidade da data de (des)comemoração dos 50 anos do Golpe, chego a 2ª ZID do processo do DOPS/RJ.

4.4.9

2ª ZID (2012 a 2016) - A mobilização social no contexto da justiça de transição: uma nova possibilidade de transformação do espaço?

É essencial que a “memória, dita oficial, contemple, também, outras falas, outras interpretações e inclua pessoas, grupos e acontecimentos que foram silenciados. Que tornem públicas as experiências traumáticas daqueles que *entregaram as suas vidas à causa política*” (Ferraz e Campos, 2018, p.186-187). Grifos de minha autoria). As disputas pelo antigo prédio do DOPS/RJ refletem essa luta pela construção da memória nacional, entre o que é conveniente lembrar e o que é “melhor esquecer”. Por óbvio que essa seleção entre *esquecer* e *lembrar* varia de acordo com o indivíduo e grupo social ao qual pertence, de acordo com a agenda de interesses e contexto do presente que influencia *como* se constrói a memória de algo que ocorreu no passado.

Em 2012, ao mesmo tempo em que os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade foram iniciados e a Lei nº 6.335/2012 aprovava a criação da Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio), cujas atividades começaram em março do ano seguinte, observa-se a continuidade da tentativa de *apagamento* da história política com a proposta de uso do prédio pela Polícia Civil para abrigar salas comerciais (Figura 50):

PRÉDIO EM DISPUTA

Memória encarcerada

Polícia Civil planeja uso comercial do antigo Dops, reivindicado como memorial da repressão

FABÍOLA GERBASE
fabiola.gerbase@oglobo.com.br

Dois projetos para um só prédio. Enquanto a Polícia Civil arquiteta a reforma do Palácio da Polícia Central, no Centro, antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), para a criação de dez lojas e 18 salas comerciais, entidades de direitos humanos e a Comissão Nacional da Verdade, ligada à Presidência da República, reivindicam que a construção abrigue um memorial da repressão no Brasil. O prédio na Rua da Relação 40, um dos principais destinos dos presos políticos na ditadura de Getúlio Vargas e no regime militar, segundo o projeto da polícia, manterá traços desse passado apenas no segundo andar: lá seria preservada e aberta para visitação a carceragem que recebeu nomes como Olga Benário e Luís Carlos Prestes. Mas, para ex-presos políticos e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), o uso comercial significa apagar parte da história política do país.

No mesmo pavimento da carceragem, segundo o subchefe de Polícia Civil, delegado Sérgio Caldas, ficariam o Museu da Polícia Civil — que funcionou no espaço entre 1999 e 2010 —, um auditório para uso da corporação e um gabinete simbólico do chefe de Polícia, além de sete salas comerciais para locação. No andar abaixo, haveria mais



Figura 50 : Matéria publicada no Jornal O Globo em 16/12/2012 sobre projeto da Polícia Civil para uso comercial do prédio

Ou seja, o projeto dos anos 1990 mencionado por Jerônimo de Paula na matéria de 2010 (“Dops: cem anos de um símbolo da história política”, publicada em 26/09/2010 e indicada na Figura 49) novamente surgia na disputa pelo espaço. Segundo a matéria publicada no jornal O Globo em 16/12/2012, “Memória encarcerada” (Gerbase, 2012), o projeto da Polícia Civil pretendia manter “traços desse passado [de violência e repressão] apenas no segundo andar: lá seria preservada e aberta para visitação a carceragem”. Tal projeto já teria sido aprovado pela Chefe de Polícia Civil, Martha Rocha, que encaminharia para avaliação do INEPAC. Nesse mesmo andar ficaria o Museu da Polícia Civil. Aqui cabe uma ressalva: na matéria consta que o Museu da Polícia Civil funcionou no local entre 1999 e 2010, precisando sair devido às obras de restauro da WTorre, porém não encontrei vestígios da saída do Museu do prédio nas movimentações da AAMPOL ou do próprio Museu da Polícia. O único traço foi identificado no documento da proposta da consultora Andréa Rizzotto Falcão de 2016, do qual falarei adiante, em que consta a informação de que em 2010, o “prédio é totalmente desativado por

conta dos problemas estruturais causados pela construção do prédio da Petrobras no entorno” (Falcão, 2016, Anexo 5, p.119).

Outro ponto que desejo enfatizar nessa matéria é o posicionamento *informado* do vice-governador do Estado, Luiz Fernando Pezão. Não houve uma declaração direta do próprio à jornalista, mas de acordo com o informado pelo subchefe de Polícia Civil, Sérgio Caldas, Pezão entenderia “que o caráter histórico” seria “respeitado” no projeto da Polícia Civil. A reação de atores antigos, combativos e mobilizados à causa de *transformação* do espaço também pôde ser observada na matéria, como Cecília Coimbra, do GTNM/RJ e Jessie Jane ex-diretora do APERJ, aliados a outros atores cujas movimentações se tornaram mais visíveis para mim, como Ana Bursztyn-Miranda, do Coletivo RJ MVJ, Wadih Damous, da OAB-RJ e Claudio Fonteles, coordenador da CNV. Destaco os trechos abaixo que contam, na voz dos atores, um pouco da história de disputas pelo prédio e seus posicionamentos sobre o uso comercial proposto pela Polícia Civil no mesmo período em que uma Comissão da Verdade para esclarecer os crimes da ditadura era instaurada:

“Juridicamente, ele [o prédio] pertence à polícia, mas politicamente pertence à história do país. Falta essa sensibilidade” (Wadih Damous, OAB-RJ – matéria “Memória encarcerada” de 16/12/2012).

“O maior acervo do arquivo [Arquivo Público – APERJ] é a documentação do Dops. Quando a Benedita [da Silva] assumiu, eu estava com o projeto de reforma no BNDES. Mas havia uma tensão constante coma polícia, por conta do museu deles. *Em São Paulo, o prédio do Dops virou o Memorial da Resistência. Já o Rio vai fazer um prédio comercial. Isso é um escândalo*” (Jessie Jane Vieira ex-diretora do APERJ – matéria “Memória encarcerada” de 16/12/2012. Grifos de minha autoria).

“O Tarso Genro, quando ministro da Justiça, pediu que o memorial fosse instalado no Dops. O pedido foi negado, e o projeto foi para Belo Horizonte” (Ana Bursztyn-Miranda do Coletivo RJ MVJ – matéria “Memória encarcerada” de 16/12/2012. Grifos de minha autoria).

“É uma *política para promover o esquecimento*, uma junção de shopping com o Museu da Polícia. *Inimaginável* no momento em que o governo federal tenta esclarecer o período da ditadura” (Cecília Coimbra do GTNM/RJ – matéria “Memória encarcerada” de 16/12/2012. Grifos de minha autoria).

Na matéria ainda é informado que Claudio Fonteles, da CNV, encaminhou em outubro daquele mesmo ano, 2012, ofícios ao governador Sérgio Cabral e ao prefeito Eduardo Paes, recomendando a saída definitiva do Museu da Polícia Civil e *transformação* do prédio em um memorial com atividades culturais. No entanto, não obtive resposta. Ao ler essa afirmação de Claudio Fonteles, busquei vestígios das movimentações deste ator e encontrei um documento no acervo do INEPAC

(Ofício nº 307/2012 – CNV⁵⁸) de 10/10/2012 (mesmo mês informado na matéria) endereçado ao Prefeito Eduardo Paes com a recomendação da CNV alinhada ao declarado na matéria, conforme o trecho abaixo. Não encontrei traços da resposta do prefeito.

“[espaço esteja] continuamente aberto ao público, a que se tenha *conhecimento amplo das mazelas do período histórico vivido sob o regime ditatorial*, a tanto se promovendo atividades artísticas e culturais, expressões vivas do *resgate da Memória, da Verdade e da Justiça*” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, 2012. Grifos de minha autoria).

Em entrevistas, Jessie Jane alega que quando entrou na disputa pelo prédio “não tinha dimensão do quanto nossa sociedade ainda está atrelada a essa ideia de polícia política” (Vieira, 2022; 2016). Ela ressalta a magnitude da resistência que encontrou em relação à utilização de um prédio que está “totalmente abandonado” e completa afirmando que essa falta de compreensão sobre a importância simbólica do prédio não vem somente do campo ideológico da direita, tradicionalmente mais conservador e contrário às pautas progressistas, e que muita gente “do nosso lado” também não conseguia entender a relevância da proposta do que estava sendo colocada (DOPS/RJ, 2020). Essa fragmentação será debatida adiante e pode ser uma das explicações para a diferença entre os processos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Diversos grupos das mobilizações sociais abriram um canal de diálogo com a CNV, enquanto outros, como o GTNM/RJ, se afastaram e acompanharam as atividades sem interlocução com a Comissão. Além da intensa mobilização com a realização de mesas de debates, encontros, manifestações e seminários pelas mobilizações sociais, Pradal (2017) destaca a constituição da Articulação Estadual pela Memória, Verdade e Justiça, no Rio de Janeiro em 03/05/2012, em um ato em frente ao antigo prédio do DOPS/RJ. Destaco alguns exemplos dessas movimentações de negociação e diálogo com a Comissão da Verdade como o “Encontro da Comissão Nacional da Verdade com Comitês Estaduais da Sociedade

⁵⁸ No texto do documento constava que no prédio havia funcionado o DOI-CODI, ao invés do DOPS, mas identifiquei ao seguir a trilha de movimentos deste ator que se tratava de um erro, pois em outro documento, que identificava o número do Ofício (nº 307/2012 – CNV) constava a informação do processo de tombamento do imóvel. Como a data de tombamento e o número do processo informados são do DOPS, confirmei que se tratou de um equívoco no documento de 10/10/2012 e que Claudio Fonteles se referia mesmo ao antigo prédio do DOPS/RJ.

Civil”⁵⁹ realizado em Brasília, que mobilizou mais de 30 comitês, fóruns e coletivos de diferentes estados, conforme noticiado no site do Coletivo RJ VMJ em 30/07/2012 e a Audiência Pública com a CNV realizada no dia 13/08/2012 (Coletivo RJ VMJ, 2022).

Em 08 de março de 2013, começa o trabalho da Comissão Estadual da Verdade (CEV-Rio), marcado por parcerias e diálogos com diferentes instituições e setores da sociedade, como demonstrado logo no início do relatório na página de agradecimentos⁶⁰ (CEV-Rio, 2015). A CEV-Rio foi capaz de estabelecer fortes conexões com outros atores dos grupos das mobilizações sociais, o que resultou na formação do Grupo de Trabalho GT-DOPS, ator considerado central, como será abordado adiante. Ao mesmo tempo em que se articulou com atores alinhados às pautas de direitos humanos, mobilizados pela busca por memória, verdade, justiça e reparação e *transformação* do prédio, a CEV-Rio adotou um posicionamento mais duro que, naturalmente, antagonizava com a proposta de *preservação/apagamento* sugerida há décadas pelos atores Polícia Civil e AAMPOL, como indicavam os vestígios encontrados, ordenados e trazidos para elaborar a narrativa que aqui proponho.

A rede de atores mobilizada pela *transformação* do antigo prédio do DOPS/RJ, que vinha desde 2011 transladando seus interesses com movimentações sociopolíticas bastante expressivas e intensas, recebeu um apoio inesperado em 2013: o Governador do Estado, Sérgio Cabral. Como já debatido anteriormente, o Governo do Estado do Rio de Janeiro adotou ao longo da trajetória de disputas pelo

⁵⁹ A notícia do site do Coletivo RJ MVJ intitulada “Comitês protocolam demandas a Comissão Nacional da Verdade” constam como signatários do documento com as sugestões para a CNV, além do Coletivo RJ MVJ, atores como: Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e de Pernambuco e Núcleo Memória (Núcleo de Preservação da Memória Política). Como já mencionado anteriormente, o GTNM/RJ não participou das atividades de interlocução com a Comissão. (Disponível em: <http://coletivorj.blogspot.com/2012/>. Acesso em: 04 jul. 2022).

⁶⁰ “Ao longo de suas atividades, de maio de 2013 até dezembro de 2015, a Comissão da Verdade do Rio contou com a colaboração de diversas instituições, grupos e indivíduos que auxiliaram e contribuíram na busca pela verdade. *Agradecemos em especial aos atingidos pela violência de estado; familiares de mortos e desaparecidos; coletivos e comitês populares por memória, verdade e justiça*; instituições de defesa e promoção de direitos humanos; sindicatos; universidades; escolas; Comissão Nacional da Verdade; comissões estaduais, municipais e setoriais da verdade; arquivos públicos; instituições legislativas, executivas e judiciárias. À Ordem dos Advogados do Brasil e à Caixa de Assistência do Advogado do Rio de Janeiro agradecemos pelo apoio e pela estrutura fundamentais para o funcionamento da Comissão. *A CEV-Rio reconhece que as parcerias firmadas foram imprescindíveis tanto para alcançar os resultados apresentados neste relatório, quanto para a promoção de um processo participativo, transparente e democrático no curso de seus trabalhos*” (CEV-Rio, 2015, p.7. Grifos de minha autoria).

antigo prédio do DOPS posicionamentos distintos, de acordo com a agenda de interesses de seus ocupantes, não relacionada a uma política pública de memória. Portanto, a mobilização do Governador Sérgio Cabral foi um movimento sociopolítico importante.

A matéria do jornalista Ruben Berta, publicada no jornal O Globo em 09/05/2013, intitulada “Antigo Dops abrigará museu sobre crimes da ditadura” (Berta, 2013), informa que na cerimônia de posse dos membros do CEV-Rio, o Governador Sérgio Cabral “*anunciou a criação de um centro de memória dos crimes cometidos pela ditadura militar*” no antigo prédio do DOPS e, ainda que não tenha especificado data, afirmou que a Chefia de Polícia e as Secretarias da Casa Civil, Cultura e Direitos Humanos estariam envolvidas na iniciativa. O compromisso público assumido pelo Governador Sérgio Cabral seria cobrado, já no final do ano de 2013, pelos grupos das mobilizações sociais e demais atores mobilizados pela causa de *transformação* do prédio e pode ser apontado como uma das motivações para a constituição do Movimento Ocupa DOPS em dezembro de 2013.

Cabe destacar que a promessa do Governador do Estado trazia uma proposta de *compartilhamento* do espaço entre o Museu da Polícia e o centro de memória a ser construído, algo não necessariamente alinhado aos propósitos dos demais atores envolvidos e historicamente em disputa pelo espaço. Destaco no trecho abaixo a fala do Governador Sérgio Cabral reportada na matéria de Ruben Berta em maio/2013:

“Já existe o projeto de um Museu da Polícia elaborado para aquele local, mas *acho que ele pode perfeitamente dividir espaço com o centro de memória*. O que há de mais importante no prédio é o fato de que lá foi um *palco de torturas praticadas por fascistas durante a ditadura*. A ideia seria termos algo como o Museu do Holocausto em Jerusalém” (Governador Sérgio Cabral - Berta, 2013. Grifos de minha autoria).

Resgatando Latour (1996), a força de uma rede reside na sua capacidade de disseminação e promoção de um “entrelaçamento” apropriado e cuidadoso de seus elos, incluindo principalmente, os mais fracos. Tendo em vista a natureza heterogênea do tecido social e a capacidade de ação à distância dos atores que o constituem, considera-se que é a amplitude dos movimentos sociopolíticos, a habilidade de atrair o interesse e mobilizar outros atores como aliados à sua causa que determinam a força e o poder de um ator.

Dessa forma, a rede em prol da *transformação* do prédio em lugar de memória foi constituída a partir dos movimentos de translação dos diferentes grupos de mobilizações sociais desde 2011 e que, de forma bastante significativa, demonstrou sua força durante a 2ª ZID. Um dos desdobramentos dessas articulações estabelecidas ao longo dos anos, e intensificada com a instauração das Comissões da Verdade, foi a constituição de um Grupo de Trabalho especialmente criado para tratar do uso do prédio do DOPS (GT-DOPS) e coordenado pela CEV-Rio. O GT-DOPS chegou a ter mais de 30 entidades participando “permanentemente ou pontualmente” de suas atividades, entre eles, o Coletivo RJ MVJ, Instituto de Estudos da Religião – ISER, a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CMV-UFRJ), o Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e o Ocupa DOPS, que falarei adiante, para citar alguns (CEV-Rio, 2015, p.302).

Uma das atividades organizadas pelo GT-DOPS foi o “Seminário DOPS: Ocupar a Memória - Um Espaço em Construção” nos dias 04 e 05 de novembro de 2013 (CEV-Rio, 2015; Acervo INEPAC – Movimentos Sociais). A Figura 51 mostra a programação do Seminário e na imagem é possível destacar no texto a luta contra uma “verdadeira política de esquecimento”. Se o prédio é uma testemunha para a história (Neves, 2021), o “*abandono do prédio é um testemunho das ditaduras, mas também expressa contornos de uma frágil democracia*” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais. Grifos de minha autoria). Na Figura é possível ver a participação dos atores Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, CEV-Rio, Coletivo RJ VMJ, CMV-UFRJ e IFCS-UFRJ.

SEMINÁRIO

DOPS

OCUPAR A MEMÓRIA - UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO

Da Primeira República à Ditadura Militar, o Prédio da Polícia, localizado na esquina das Ruas da Relação e dos Inválidos, serviu de equipamento para os órgãos de segurança, que se valiam de perseguições, espionagem, sequestro, encarceramento, tortura, execução e desaparecimento forçado. Desde 2008 o local está sem uso, resultando em uma verdadeira política de esquecimento. O abandono do prédio é um testemunho das ditaduras, mas também expressa contornos de uma frágil democracia.

Endereços: IFCS/UFRJ, Salão Nobre, Largo de São Francisco, nº1, 2º andar, Centro
DOPS, Rua da Relação, 40, Lapa

Programação

10h - Abertura (IFCS)
Prof. Marco Aurélio Santana - Diretor IFCS/UFRJ
Wadih Damous - Presidente da CEV-Rio
Nadine Borges - Membro da CEV-Rio

10h15 - Usos do prédio através do tempo
Profª Luciana Lombardo - Depto de História PUC-Rio (mediadora)
Profª Marcos Brêtas - IH-UFRJ
Profª Anita Prestes - IH-UFRJ
Profª Jessie Jane Vieira de Souza - IH-UFRJ
Mãe Menininha do Oxum - Terreiro Ilê Omolu Oxum

12h - Almoço

14h - Testemunho da Verdade - DOPS: 1964 (DOPS)
Wadih Damous - CEV-Rio
Romeu Bianchi Júnior - Ex-presos político

15h30 - Testemunho da Verdade - DOPS: 1968
Wadih Damous - CEV-Rio
Geraldo Cândido - CEV-Rio e perseguido político
Ana Miranda - Ex-presos política
Newton Leão - Ex-presos político

Dia 05/11

10h - Construção e Gestão de Espaços de Memória (IFCS)
Prof. Marco Aurélio Santana - Diretor IFCS (mediador)
Cláudia Rose Ribeiro da Silva - Museu da Mare
Marcelo Cunha - Museu Afro-Brasileiro - UFBA
Fabiola Heredia - Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba
Kátia Filipini - Memorial da Resistência de São Paulo
Comissão de Anistia - Memorial da Anistia Política



GOVERNO DO Rio de Janeiro



SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS



COMISSÃO DA VERDADE DO RIO



COLETIVO RJ MVJ



MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA



IFCS - UFRJ

Figura 51 : Convite para Seminário DOPS: Ocupar a memória – um espaço em construção
Fonte: Acervo INEPAC – Movimentos Sociais.

Parte da programação consistiu no testemunho público *in loco* – em frente ao prédio – de ex-presos políticos, entre os quais, de Ana Bursztyn-Miranda, do Coletivo RJ MVJ. A iniciativa teve cobertura da mídia (Figura 52) e o conteúdo da matéria intensificou a luta entre os atores mobilizados a favor e contra a *transformação* do espaço em um lugar de memória de resistência.

POLÍTICA • COMISSÃO DA VERDADE

‘Não vamos compartilhar esse prédio com a polícia’, diz presidente da CEV-Rio sobre Dops

Seminário em frente ao prédio do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) propõe que espaços de repressão e tortura virem centros de memória

Leticia Fernandes

04/11/2013 - 10:07 / Atualizado em 04/11/2013 - 18:33

f | | Newsletters



Membros da Comissão da Verdade do Rio e de entidades civis reunidos em frente ao prédio do Dops Foto: Leticia Fernandes

Figura 52 : Matéria publicada no Jornal O Globo em 04/11/2013 sobre o Seminário realizado em frente ao prédio

O título da matéria publicada no jornal O Globo em 04/11/2013 (Fernandes, 2013) não deixava dúvidas acerca do posicionamento da Comissão Estadual da Verdade, “‘Não vamos compartilhar esse prédio com a polícia’, diz presidente da CEV-Rio sobre Dops”. Wadih Damous, presidente da CEV-Rio, afirma ser “fundamental que o Dops seja transformado em um museu da memória *sem qualquer vínculo com a polícia*” (Fernandes, 2013. Grifos de minha autoria) e relembra o compromisso firmado pelo Governador Sérgio Cabral na posse da Comissão em maio de 2013, como destacado abaixo:

“Foi uma audiência importante de ter sido realizada aqui, em frente ao prédio, porque nós *não queremos o compartilhamento desse prédio com a polícia*, queremos que ele se transforme em museu da memória, como acontece em outros países. *É muito difícil aceitar que o mesmo espaço onde ocorreram torturas e espancamentos seja compartilhado com quem espancou e torturou, me parece incompatível fazer conviver esses dois processos [...]*” (Fala de Wadih Damous. Fernandes, 2013. Grifos de minha autoria).

O posicionamento firme de Wadih Damous, como representante da CEV-Rio, e a recusa em aceitar uma proposta na qual *torturadores e torturados* compartilhassem o mesmo espaço acarretou uma série de movimentações da AAMPOL, com uma reação intensa, como é possível observar nos trechos abaixo, extraídos do documento de resposta da AAMPOL a Wadih Damous (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais), com cópias enviadas entre os dias 11 e 12/11/2013 a diferentes destinatários, entre os quais, o Jornal O Globo e o Sistema Estadual de Museus:

“Há séculos que a sua elevada missão [da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro] é de *proteger a vida e a integridade física das pessoas e de seu patrimônio* e para o fiel desempenho dessa missão um incontável número de seus abnegados integrantes ofereceram a própria vida. Obviamente e a contrario sensu, *para quem se dedica à carreira policial torturar e espancar não se inclui dentre a sua vocação ou prática*

profissional” (AAMPOL. Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, 2013. Grifos de minha autoria).

“Para a Polícia Civil não é o ‘prédio do DOPS’, porque embora esse órgão ocupasse uma ala do último piso, para ela e seus servidores a polícia política sempre foi uma *atividade menor ou até mesmo irrelevante* diante da importância da sua missão superior” (AAMPOL. Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, 2013. Grifos de minha autoria).

Por fim, no documento a AAMPOL atribui ao Exército “qualquer tipo de restrição à liberdade ou desrespeito aos cidadãos porventura ocorridos no interior do prédio **que esbulharam da Polícia Civil**” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, 2013. Grifos da AAMPOL). É no mínimo espantoso o discurso relativizador da violência cometida por agentes do Estado no período da ditadura civil-militar brasileira e a justificativa de que “*as atividades operacionais de repressão, [foram] desde o início assumidas pelas Forças Armadas*” (AAMPOL. Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, 2013. Grifos de minha autoria), isentando a Polícia Civil das ações e crimes cometidos durante o período. É, portanto, esperado que a AAMPOL admita tão somente a *possibilidade* de ocorrência das violências no prédio, desconsiderando a fatura de evidências em múltiplas fontes mesmo antes da instauração da CNV, e defenda a narrativa de que a história do prédio (e da própria Polícia Civil enquanto instituição) seja maior que as violências ali cometidas.

Outra frente de articulação do GT-DOPS cujos vestígios identifiquei envolveu a Secretaria de Cultura, INEPAC, APERJ e Arquivo Nacional, incluindo visitas técnicas ao prédio, quando foi constatado – e registrado nos relatórios⁶¹ –, a existência de documentos abandonados e sem qualquer cuidado para evitar sua deterioração⁶². Em diversos e-mails trocados no final de 2013 foi possível observar

⁶¹ O relatório de visita técnica do Arquivo Nacional de Outubro/2013 registra que foram encontrados documentos em oito das salas visitadas com “pedaços de concreto, muitas sujidades, algumas traças, alguns pequenos pontos de microorganismos, além de ovos, penas e fezes de pombos”. E completa que “o estado de conservação da documentação como um todo é ruim, sendo necessária uma higienização de cada item para que ele possa ser manuseado para uma eventual consulta ou identificação mais minuciosa” (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais. Relatório Arquivo Nacional, 2013, p.3).

⁶² Além da falta de preservação, Pradal (2017, p.128) relata que houve ainda a remoção “da maior parte dos documentos para local não informado” como pôde ser identificado nas diligências da CEV-Rio. A pesquisadora reforça a importância do tipo de documentação que sumiu (livro de registro de serviço, escala de serviço, fichas sobre pessoas e operações policiais, entre outros) para as investigações sobre o modo de atuação da Polícia Civil na ditadura e relembra que foi por meio da investigação de documentos de escalas e serviços que apurou-se a participação de militares na Operação Bandeirantes (SP) e nos DOI-CODIs.

as novas tentativas de diálogo e os movimentos para negociação de uma proposta de uso do espaço que conciliasse os dois projetos já aprovados anteriormente para o prédio, o Museu da Polícia e um centro de memória, onde a SEC atuaria como mediadora, tanto por seu papel estratégico, como pela contribuição para desenvolvimento do projeto. Apesar de todas as movimentações sociopolíticas, não identifiquei ações ou desdobramentos que indicassem a concretização das ideias debatidas naquele momento (Acervo INEPAC – Movimentos Sociais).

De acordo com o relatório da CEV-Rio, foram realizadas oito diligências ao prédio, “com o objetivo de identificar e tornar públicos os locais de violações de direitos humanos”. Em uma das visitas, ex-presos políticos “reconheceram as salas de interrogatório e entraram nas celas em que estiveram detidos. Puderam rever, mais de quarenta anos depois, o celão coletivo, apelidado de ‘Maracanã’, e as solitárias, entre elas a que era usada como castigo, o temível ‘Ratão’” (CEV-Rio, 2015, p.301). O relatório demonstra, mais uma vez, o prédio como um ator não-humano central na rede, em torno do qual tudo se articula, além de exercer o papel de testemunha fundamental para a recordação e registro das memórias silenciadas sobre as violências a que os opositores do regime ditatorial foram submetidos.

Outro integrante do GT-DOPS, o Movimento Ocupa Dops, pode ser considerado fruto das articulações de diferentes atores, com frentes de lutas distintas e que se uniram em torno da luta contra o *silenciamento* das violências cometidas no prédio do DOPS e a favor da criação de um elemento de referência para construção de uma memória coletiva inclusiva. O Movimento Ocupa Dops nasceu em 13/12/2013 (Figura 53) com o lançamento da Campanha Ocupa Dops⁶³, através de um vídeo e de um manifesto, com apoio de diversos grupos e movimentos sociais mobilizados em torno da pauta de *transformação*, entre eles, a Anistia Internacional Brasil, Coletivo RJ, MVJ, Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, GTNM/RJ, Instituto de Estudos da Religião (ISER) e Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio (Ocupa Dops, 2014a).

⁶³ Em 27/06/2014 ocorre o relançamento do Manifesto com o aumento expressivo de organizações sociais e coletivos que aderiram à causa, alcançando o expressivo quantitativo de cerca de 50 signatários para a Campanha Ocupa Dops (Ocupa Dops, 2014c).

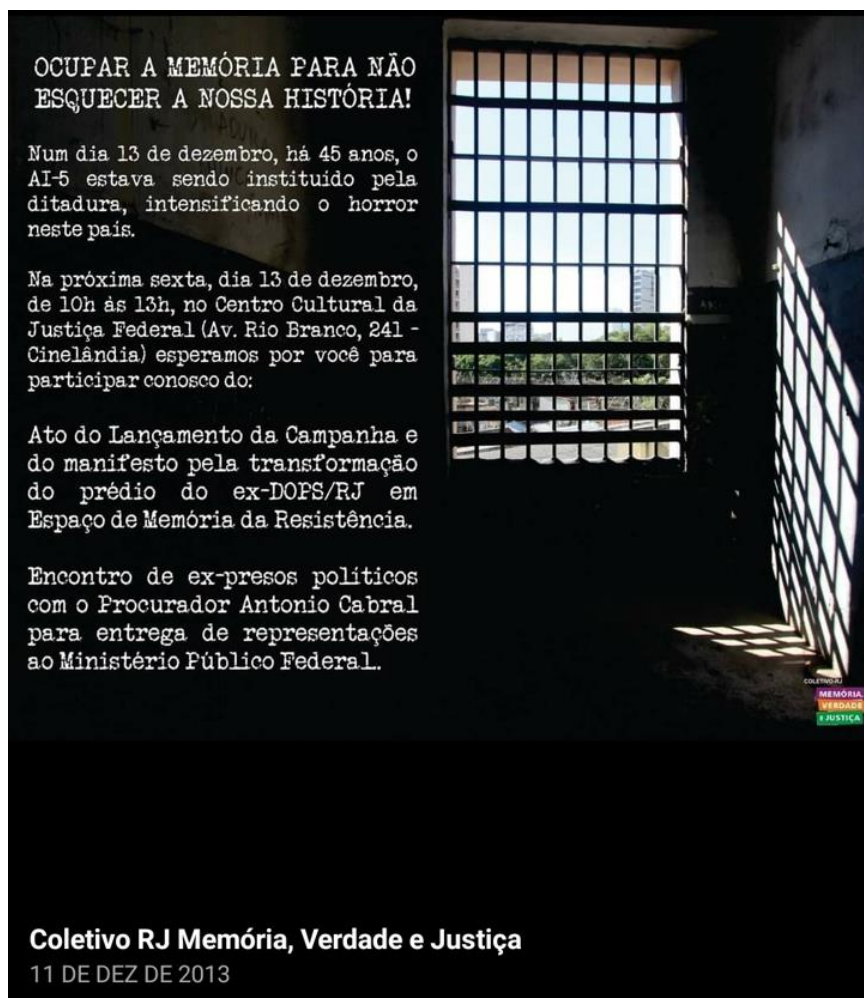


Figura 53 : Convite para lançamento da Campanha Ocupa Dops em 13/12/2013
Fonte: Facebook Coletivo RJ MVJ

Os grupos dos movimentos sociais e organizações do Ocupa Dops se mobilizavam em torno da proposta de “ressignificar os usos e sentidos” do prédio, integrando-o à cidade por meio de atividades culturais combinadas com espaço de trabalho para diferentes organizações da sociedade civil, além de se transformar em um núcleo de estudo e pesquisa no campo das pautas defendidas pela justiça de transição para um estado democrático (Ocupa Dops, 2014b). Passa-se a exigir de forma mais vigorosa, desde então, que o compromisso assumido pelo Governador Sérgio Cabral em maio de 2013 seja cumprido e o prédio *transformado*.

As movimentações sociopolíticas do ator Ocupa Dops iniciaram tão logo sua constituição e puderam ser observadas nas iniciativas públicas empreendidas em frente ao prédio a partir de março de 2014. Realizadas principalmente em datas comemorativas, as iniciativas combinam rodas de debate, marchas e oficinas, com arte e música, trazendo visibilidade e compartilhamento de aprendizado para a

pauta da luta contra a violência do Estado, no *passado* e no *presente*⁶⁴. Nesse sentido, a mobilização e incorporação de atores do campo da cultura na luta, pode ter resultado na ampliação do alcance dos atos, resultando em uma diversidade de eventos atrativa ao grande público na frente do prédio, como ressaltado por Jessie Jane (DOPS/RJ, 2020). As redes sociais do Ocupa Dops atuam desde então como atores não-humanos que amplificam as vozes dos coletivos constituintes, repostando conteúdos alinhados à pauta do Movimento, além de informar sobre eventos importantes para a luta de *transformação* do espaço, como por exemplo, a Audiência Pública realizada em 2014.

Cabe ressaltar que os movimentos das mobilizações sociais unidas no Ocupa Dops causaram reações de confronto e oposição na Polícia Civil desde o início. Um exemplo que ilustra essa reação foi a solicitação de reforço da Polícia Militar logo no 1º ato em frente ao prédio no dia 21/03/2014. Em outro momento, a Polícia Civil deteve ilegalmente e censurou militantes que faziam grafiti nos tapumes da obra do prédio (área permitida por lei municipal), como descrito por Pradal (2017). As tentativas de intimidação e os embates territoriais, como aquele relatado pelo GTNM/RJ mais de uma década antes (1999), constituem mecanismos de interposição usados pela Polícia Civil e observados ao longo da disputa pelo espaço. O objetivo principal, segundo meu entendimento, consiste em restringir os movimentos das mobilizações sociais ao se colocar entre estas e as audiências, ou seja, se posicionando como obstáculo para que o público em geral não tome conhecimento sobre as reivindicações ou tenha seu interesse atraído pela pauta do Ocupa Dops, mobilizando-se à luta pela *transformação* do espaço.

De forma similar ao realizado na 1ª ZID, para tornar o mais transparente possível o meu processo de interpretação e ordenação dos vestígios deixados pelos atores, resgato o conceito de ZID⁶⁵ para justificar a definição do período de 2012 a

⁶⁴ É bastante interessante observar o registro das atividades realizadas na galeria de fotos do perfil do facebook do Ocupa Dops, combinando luta, arte e cultura com resistência na defesa das pautas de cidadania e direitos humanos. As ações para estabelecer a conexão entre as violências cometidas ontem e hoje e o impacto do legado de impunidade da ditadura podem ser vistos em inúmeras atividades, como por exemplo, “Ocupa Dops pelos desaparecidos ontem e hoje” (02/09/2017) e “Ato em memória dos 5 jovens de Costa Barros” (28/11/2016), para citar apenas dois exemplos. (Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/ocupa.dops/>. Acesso em 29 jan. 2022).

⁶⁵ Conceito de Zona de Intensa Disputa (ZID): “determinada zona da malha ou um período de intensificação das disputas, manobras e tentativas de atração de interesses ou de interposição de obstáculos entre os atores mais atuantes envolvidos no processo. Períodos em que a narrativa

2016 como a 2ª ZID do processo de transformação do DOPS/RJ em um lugar de memória da resistência. Ressalto, novamente, o alinhamento entre a presente pesquisa e a de Pradal (2017) na identificação de períodos turbulentos e disputados do processo. Para a 1ª ZID, a atuação central de Jessie Jane Vieira/APERJ e o antagonismo combativo da AAMPOL e demais representantes de classe da Polícia Civil constituíram o ponto basilar para a identificação do período como ZID. Já na 2ª ZID é possível observar outros atores centrais, dentro de um contexto já marcado por muitos simbolismos na luta pelas pautas da justiça de transição, como a (des)comemoração de 50 anos do Golpe de 1964. O ponto em comum entre as duas ZIDs é exatamente o antagonismo extremamente combativo entre dois grandes grupos de atores: as mobilizações sociais, com o Movimento Ocupa DOPS, GT-DOPS, CEV-Rio, Coletivo RJ MVJ e do outro lado a Polícia Civil. A quantidade de vestígios encontrados com a organização dos movimentos e compartilhamento de seus propósitos em diferentes redes sociais, reuniões, manifestações na frente do edifício (também uma ocupação territorial, só que agora do lado de fora), as notícias de jornal e a audiência pública, para citar alguns exemplos, indicou a proximidade e intensidade das mobilizações e desmobilizações e as diversas tentativas de um determinado ator em criar obstáculos que impedissem o sucesso das tentativas de atrair interesse do outro ator com motivação oposta.

A Figura 54 traz o ator-rede configurado no momento em que há a constituição do GT-DOPS e do Movimento Ocupa DOPS com a ação coordenada e sinérgica da CEV-Rio. Cabe ressaltar alguns pontos, como as tentativas de mediação realizadas pela SEC e a proposta que se esperava “*conciliatória*” do Governador Sérgio Cabral para compartilhamento do espaço (“*conciliatória*” entre parênteses, pois foi considerada *desrespeitosa* por vários atores mobilizados pela *transformação* do prédio). É possível observar também, que o posicionamento do GTNM/RJ desde a instauração das Comissões da Verdade, nacional e estadual, o distanciou das iniciativas relacionadas à pauta da justiça de transição identificadas

adquire um ritmo frenético com diversos reveses nas lutas entre os atores, ora com tendência para o resultado que um determinado grupo de atores desejava, ora indo para o sentido oposto. As mobilizações e desmobilizações se tornam muito próximas, o que torna difícil antever uma tendência ou expectativa de resultado da batalha travada entre os atores com interesses antagônicos” (p.177 da presente pesquisa).

na 2ª ZID. Considerando até sua participação no Movimento Ocupa Dops, sendo signatário do manifesto nas duas datas, de lançamento e re-lançamento, suas ações não puderam ser observadas, algo inesperado quando comparado à combatividade de sua atuação e disputas acirradas nas décadas anteriores.

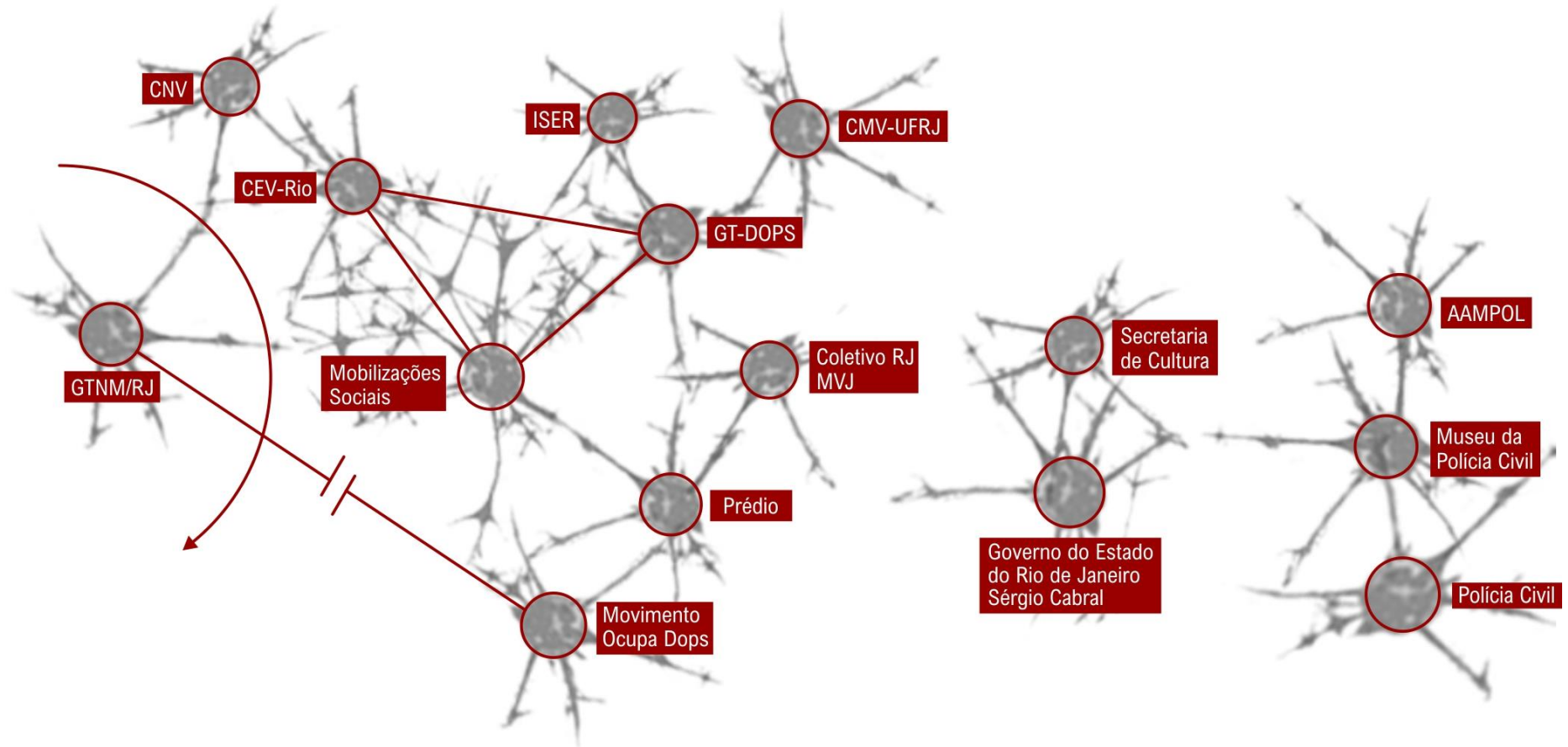


Figura 54 : Ator-rede constituído na formação dos atores GT-DOPS e Ocupa Dops
Elaboração própria

Esperava-se que o ano de 2014 fosse, naturalmente, mais propenso a embates e manifestações de maior visibilidade na arena pública por marcar os 50 anos do Golpe de 1964. Não bastassem as disputas entre os atores de pólos opostos evidenciadas nas matérias dos jornais, a movimentação observada nos “bastidores” também demonstrava ser tão, ou mais, intensa. Me pareceu prenunciado, portanto, que uma das batalhas entre CEV-Rio + Mobilizações Sociais e Polícia Civil tenha ocorrido em uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ).

A Audiência Pública foi realizada em 19/08/2014 em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ. Presidida pelo Deputado Marcelo Freixo para tratar do tema “Espaços de Verdade e Memória do Rio de Janeiro”, a audiência teve participação do Coletivo RJ MVJ, do Ocupa Dops, CEV-Rio, APERJ, Museu Nacional, militantes, pesquisadores e também da Polícia Civil (Fernando Vila Pouca representando o Chefe de Gabinete da Polícia Civil e Gilbert Stivanelo, assessor de relações institucionais da Polícia Civil). O Deputado Marcelo Freixo esclareceu que a Secretaria Estadual de Cultura e o INEPAC receberam o convite para participar da audiência, mas “por razões distintas, preferiram não participar” (ALERJ, 2014b).

Ao ler a ata da audiência pública (ALERJ, 2014), fica evidente a posição antagônica adotada pela Polícia Civil, começando pelo questionamento que Gilbert Stivanelo, logo no início de sua fala, sobre o nome pelo qual o prédio é chamado pelas mobilizações sociais (prédio do DOPS). O representante da Polícia Civil adotou um discurso relativizador em que argumentava que, assim como ele na época do DOPS “*ainda estava de fraldas*” (ALERJ, 2014a), muitos de seus colegas não participaram das atividades repressivas durante a ditadura. Curioso observar que há a relativização das violências e dos crimes ali cometidos no *passado* ao defender que os policiais do *presente* não tiveram participação nas mesmas: “*Nós, de hoje, não operamos isso que aconteceu ali*” (ALERJ, 2014b). É fundamental destacar que o legado de impunidade e de repetição das violências da ditadura civil-militar brasileira está cimentado na ausência de reprovação moral ampla aos crimes cometidos no passado e de punição dos agentes de Estado perpetradores, cujas consequências se estendem até o *presente*, como muito bem argumentado por Vera Vital Brasil na mesma audiência:

“A violência do passado é uma violência que atravessou os tempos, *atravessou os*

tempos e está hoje ainda implantada pelas polícias. Os efeitos na subjetividade daqueles que viveram a situação de tortura e de morte, desaparecimento, como é o caso dos familiares, é muito grave, é muito séria, e produz certamente sequelas muito graves não só naqueles que viveram essa situação como também naqueles que são as pessoas próximas, assim como no conjunto da sociedade (Vera Vital Brasil, ALERJ, 2014b. Grifos de minha autoria).

No discurso do representante da Polícia Civil é possível reconhecer o mesmo argumento já visto anteriormente, de que o prédio (e a Polícia Civil) têm mais a contar do que o período de funcionamento do DOPS, defendendo que o que houve foi “uma *falha muito grave na vigilância, não só da Polícia Civil*, não só das polícias, mas de todo o país, de todo o povo, de todos!” (ALERJ, 2014a. Grifos de minha autoria). A narrativa da Polícia Civil tentava (i) minimizar a violência e os crimes de tortura e assassinatos cometidos (“*falha grave*”, “*equivocos*”), ao mesmo tempo em que buscava (ii) relativizar seu papel nas atividades repressivas (“*Só não queremos que a Polícia Civil seja estigmatizada como a protagonista principal desses equivocos*”) ou até mesmo se eximir de participação/responsabilização, atribuindo sua execução a outras instituições, como visto na resposta da AAMPOL a Wadih Damous, então presidente da CEV-Rio, em nov./2013.

Em um dos trechos que considero mais graves, Gilbert Stivanelo, representante da Polícia Civil, nega as mortes: “Eu vou até indagar aos senhores, realmente, *a pesquisa que eu fiz não me mostrou nenhuma morte ali*, não cheguei a isso. Se houver dados disso serão bem-vindos e serão lembrados” (ALERJ, 2014b. Grifos de minha autoria). Em linha com o defendido por Vera Vital, ela própria uma ex-presa política, a violência afeta familiares e gerações futuras. Negar o passado é um desrespeito à história e a memória dos resistentes e a fala de Felipe Nin, que também participava da audiência pelo Ocupa Dops, deixa isso evidente ao lembrar do assassinato de seu tio, Raul Amaro Nin Ferreira:

“[...] sou também sobrinho do Raul Amaro Nin Ferreira, que foi *torturado e espancado até a morte covardemente por agentes do DOPS*. O Raul Amaro foi preso no dia 1º de agosto de 1971 e morreu no dia 12 de agosto de 1971, *espancado, segundo constam documentos, preciosamente guardados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, por dois agentes do DOPS*, entre eles o Comissário Eduardo Rodrigues. Então, *não há como a Polícia vir aqui e dizer que a Polícia Civil não participou da repressão política da ditadura, isso daí é praticamente debochar da nossa história*” (Felipe Nin, Movimento Ocupa Dops – ALERJ, 2014c. Grifos de minha autoria)⁶⁶.

⁶⁶ Mais uma vez, se mostrou a postura da Polícia Civil através da fala de seu representante, Gilbert Stivanelo: “E quanto ao Sr. Raul Amaro Nin Ferreira, nome de minha rua, onde resido, diga-se de

Com o destaque às falas durante a Audiência Pública, procurei demonstrar as relações entre os atores e a intensidade da disputa com um posicionamento claramente antagônico entre CEV-Rio + Mobilizações Sociais e Polícia Civil, o que é determinante para entender a complexidade de qualquer iniciativa que envolva o uso do prédio⁶⁷. Alguns encaminhamentos foram sugeridos, sendo eles, *tombar definitivamente* o prédio e passar a afetação do prédio da Secretaria de Segurança para a Secretaria de Estado de Cultura e à Secretaria de Estado de Assistência Social de Direitos Humanos para criação do Espaço de Memória do Rio de Janeiro (ALERJ, 2014). O espaço de memória proposto, resultado da construção coletiva dos atores participantes do GT-DOPS, teria 4 pilares: Memória e Conhecimento, Gestão Participativa, Direitos Humanos e Integração Comunitária, como explicado pela pesquisadora Fernanda Pradal na Audiência, representando o GT-DOPS. A proposta pela *transformação* do prédio envolve sua ressignificação e apropriação, circulação e uso pela sociedade como um todo, como destacado nos trechos das falas de Fernanda Pradal e Ana Bursztyn-Miranda:

“[...] *a promoção da memória de forma ativa e pedagógica* - isso tem uma relação direta com o tipo de atividade que nós propomos que aconteça em espaços de memória a serem construídos na cidade e no Estado do Rio de Janeiro; a *ressignificação simbólica desses espaços, ou seja, apropriação desses Espaços não só pelos grupos vitimados historicamente, mas pelas gerações futuras*” (Fernanda Pradal, GT-DOPS – ALERJ, 2014a. Grifos de minha autoria).

“Assim, esse prédio histórico, que foi palco conhecido e reconhecido como sinônimo de torturas e mortes, precisa ser transformado em algo simbolicamente ligado à vida e à defesa contra a tortura, um palco de multiatividades e de ampla circulação de seus cidadãos a quem ele, de fato, pertence, exclusivamente” (Ana Bursztyn-Miranda, Coletivo RJ MVJ / Ocupa Dops – ALERJ, 2014a).

passagem... (por favor, estou tentando falar de forma séria aqui, é o nome de minha rua) Sei que ele foi morto dentro do Hospital Central do Exército. Se houve *agente do DOPS envolvido é outra coisa, mas eu não disse que o DOPS não tivesse envolvimento, que não houvesse a página negra, que não queremos apagar*. Eu só venho aqui reforçar que a minha fala foi no sentido de que *ainda não chegou ao meu conhecimento* e pode ser até que chegue e se chegar será aberto, mas não chegou, até agora ao meu conhecimento um óbito ali dentro” (ALERJ, 2014. Grifos de minha autoria). Observo que há uma tentativa de distanciamento entre “DOPS” e “Polícia Civil” na fala de Gilbert Stivanelo, como se não houvesse policiais civis no DOPS e que os crimes e violências fossem dissociados da Polícia Civil e cometidos por “agentes do DOPS”.

⁶⁷ Pradal (2017, p.127) relata que o conflito entre os atores favoráveis à transformação do prédio e a Polícia Civil adquiriu contornos ainda mais graves durante a visita oficial da CEV-Rio em 24/11/2014 com a presença da imprensa. Gilbert Stivanelo, assessor de relações institucionais da Polícia Civil que havia participado da Audiência Pública alguns meses antes e naquele momento estava designado como interlocutor da CEV-Rio para o tema do prédio, “afirmou repetidamente que não houve torturas no prédio” e interferiu na diligência da CEV-Rio. Além disso, questionou publicamente o testemunho de ex-presos políticos, como relatado nas entrevistas concedidas à pesquisadora para sua tese de doutorado.

Seguindo a trilha de associações, encontrei ainda em 2014, uma notícia do jornal O Globo, mas o assunto não se relacionava aos encaminhamentos propostos na audiência de agosto. O foco da matéria “Memória de tempos difíceis”, da jornalista Célia Costa, publicada em 02/10/2014 era direcionado ao péssimo estado de conservação do prédio e a incerteza em relação ao seu uso (Figura 55). Adicionalmente, informou que “o destino do prédio que abrigou o extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops), um dos principais centros de tortura de presos políticos durante as ditaduras militares, *ainda é incerto e só será definido em novembro*” (Costa, 2014. Grifos de minha autoria).



Figura 55 : Matéria publicada em 02/10/2014 sobre as incertezas quanto ao destino do prédio

Novas movimentações relacionadas ao uso do prédio foram identificadas somente em 2015, dessa vez com articulação da Casa Civil e Comissão de Anistia, como novos atores já nos desdobramentos finais observados na 2ª ZID. Como resultado de uma reunião realizada em 03/06/2015, com a participação dos 2 novos atores já citados, além do Ocupa Dops, Secretaria de Cultura e CEV-Rio, o apoio

necessário para elaboração de uma proposta de implementação de um centro de memória para o prédio foi obtido (Pradal, 2017). Outra movimentação apontada como desdobramento dessa reunião foi relatada por Fernanda Pradal e por Felipe Nin durante as entrevistas, quando mencionaram uma *tentativa de conversa* organizada pela Casa Civil em que os participantes sequer foram recebidos pela Chefia da Polícia Civil⁶⁸.

A proposta para criação, implantação e gestão do **Espaço Memória e Direitos Humanos** foi desenvolvido por Andréa Rizzotto Falcão, após edital lançado em 12/11/2015 e o documento final intitulado “Apresentação de proposta para implementação de espaço de memória no prédio da antiga Polícia Central no Rio de Janeiro” apresentado publicamente no final de 2016⁶⁹. Fruto de parceria entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o projeto foi desenvolvido entre fevereiro e outubro de 2016 com a participação de vários atores já vistos em momentos anteriores. Para citar alguns, Ana Bursztyrn-Miranda, Felipe Nin, Fernanda Pradal, Vera Vital Brasil, Ocupa Dops, Coletivo RJ MVJ, Secretaria de Cultura, INEPAC, Arquivo Nacional, APERJ, ISER, Núcleo Memória (Maurice Politi) e Equipe do Memorial da Resistência (Katia Felipini).

“Assim, atendendo às recomendações feitas pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro expressas em seu relatório final e às demandas de diversos grupos e instituições da sociedade civil organizada, a Comissão de Anistia realizou processo seletivo para contratação de consultoria com vista à *elaboração de proposta para a transformação e ressignificação do prédio onde funcionou o antigo Dops*, no centro da cidade do Rio de Janeiro, em um *espaço cultural aberto e dinâmico voltado para a população*” (Acervo Movimentos Sociais. Comissão de Anistia, 2016, p.v. Grifos de minha autoria).

O objetivo de ressignificar o espaço e promover seu uso democrático para toda a população norteado por um projeto pedagógico e cultural, *transformando* o antigo prédio do DOPS e, ao mesmo tempo, respeitando seu simbolismo e função

⁶⁸ Em sua tese de doutorado, Pradal (2017, p.130) relata que “Posteriormente, viu-se frustrada esta tentativa de conversa entre a Secretaria de Estado de Cultura e o Assessor da Casa Civil, pela não disponibilidade do Chefe de Polícia Civil e pela recepção ‘desrespeitosa’ do delegado de polícia encarregado, o mesmo representante presente na audiência pública e no episódio da diligência com os ex-presos no prédio”, conforme entrevista concedida por Vera Schroeder à pesquisador em 27/03/2017, Superintendente de Leitura e Conhecimento da Secretaria de Cultura.

⁶⁹ O acervo documental gerado pelo trabalho de elaboração da proposta para criação, implantação e gestão do **Espaço Memória e Direitos Humanos** em 2016 foi reunido junto aos demais documentos dos Movimentos Sociais e serviu de fonte para a presente pesquisa.

como elemento de referência para formação das memórias de nossa sociedade e papel de testemunha das violências ali cometidas no passado também foi abordado por Felipe Nin no vídeo “Conhecendo Lugares de Memória | DOPS/RJ” do Canal do YouTube do Núcleo Memória (DOPS/RJ, 2020).

Já na data em que a proposta foi apresentada ao público, 12/12/2016 (Figura 56), pela Coordenadoria Estadual por Memória, Verdade e Educação em Direitos Humanos, (equipe de continuidade vinculada à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos) foi informado que não havia orçamento para implementação do projeto e “nenhum tipo de perspectiva neste momento de concretizar esse plano” (Gandra, 2016).



Figura 56 : Matéria publicada em 12/12/2016 sobre a apresentação da proposta de transformação do antigo prédio do DOPS em Espaço Memória e Direitos Humanos

A proposta não foi implementada até os dias de hoje. Cabe ressaltar que o contexto em que a proposta de *transformação* do antigo prédio do DOPS no Espaço Memória e Direitos Humanos foi elaborada e apresentada, também foi marcado

pelo término dos trabalhos da CEV-Rio, no final de 2015. O relatório final da CEV-Rio identificou agentes do Estado responsáveis por violações dos direitos humanos e endossou as recomendações da CNV, elencando iniciativas para desenvolvimento de políticas públicas de memória e de educação em direitos humanos (CEV-Rio, 2015, p.442). Por fim, cabe destacar o silêncio do Governador do Estado, Luiz Fernando Pezão, em relação à pauta de destinação do prédio, tanto pela sua ausência na Audiência Pública de 2014, quanto no momento de entrega do relatório da CEV-Rio em cerimônia no Palácio Guanabara, quando alegou estar em um compromisso em Brasília⁷⁰.

4.4.10

7º AH Turning Point - Novo Reinado da Polícia Civil: tudo como antes

Uma das formas de sufocar as memórias dos resistentes é pelo silenciamento. Como ressaltado por Ferraz e Campos (2018, p.193), a “inércia” pode silenciar qualquer ação que contrarie o que se deseja lembrar ou a narrativa que se deseja construir. O “não fazer nada”, incluindo o “não sair do espaço” em 2001 quando o prédio foi cedido ao APERJ ou se valer de mecanismos de interposição, como em 2002 com a denúncia ao MP, paralisam qualquer iniciativa de mudança do *status quo*. Os autores falavam da ação do Estado. Eu falo aqui da ação da Polícia Civil/AAMPOL, especificamente, e o processo de recusa em reconhecer na *íntegra* o passado do antigo prédio, onde funcionou o DOPS/RJ.

A produção do esquecimento e do apagamento de certos períodos do passado pode ser sutil. Pode ocorrer como um discurso que reconhece *em parte o passado*, minimizando o impacto dos crimes cometidos ao relativizar o tempo em que o DOPS funcionou no prédio comparado ao tempo de existência da Polícia Civil: “*Nós tivemos ali sim, em torno de 15 anos do qual nós nos envergonhamos*”

⁷⁰ Segundo entrevista realizada pela pesquisadora Fernanda Pradal a um membro da CEV-Rio (2017, p.130), “o motivo da ausência do governador não foi uma viagem. Ele encontrava-se no Palácio Guanabara, mas optou por ser representado pela primeira-dama”, ao contrário do informado na imprensa (“Comissão da Verdade do Rio entrega relatório final com lista de torturadores” publicado pela Agência Brasil em 11/12/2015. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/comissao-da-verdade-do-rio-entrega-relatorio-final-com-lista-de>. Acesso em 09 jul. 2022).

(ALERJ, 2014a). O apagamento também pode ocorrer ao diferenciar “DOPS” e “Polícia Civil” e distanciar os policiais civis do presente aos do passado, como observei nos traços da audiência pública de 2014.

De acordo com as fontes consultadas, - proposta para criação do Espaço Memória e Direitos Humanos (Falcão, 2016) e Ferreira e Pradal (2019) -, havia um blog da Associação de Amigos do Museu da Polícia Civil (<http://blogdaassdeamigosdomuseudapolciacivil.blogspot.com.br>), onde era possível encontrar o documento “Novo Projeto para o MUSEU DA POLÍCIA CIVIL” (data post 20/05/2013), porém o blog foi removido, como mostra a Figura 57:

Blog has been removed

Sorry, the blog at blogdaassdeamigosdomuseudapolciacivil.blogspot.com has been removed. This address is not available for new blogs.

Did you expect to see your blog here? See: 'I can't find my blog on the Web, where is it?'

Figura 57 : Mensagem de remoção do blog da Associação de Amigos do Museu da Polícia Civil
Acesso em 10 jul. 2022

Procurei traços das movimentações dos atores Polícia Civil, AAMPOL, Chefia de Polícia ou Secretaria de Segurança para acessar o documento com o novo projeto após o término das obras de restauro das fachadas e do telhado realizadas pela construtora WTorre em 2014, mas não encontrei nada em minhas pesquisas. Segundo o Anexo 5 da proposta do Espaço Memória e Direitos Humanos (Falcão, 2016, p.119), o prédio permaneceu fechado em 2015 e 2016. Como a proposta de Andréa Falcão foi entregue no final de 2016, os anos posteriores a esse não foram contemplados no documento.

A única rede social da AAMPOL identificada foi o Facebook (perfil AssAmigos Museu Pcerj), mas mesmo assim, não há uma rotina de publicações. Observei somente atualização da foto de perfil e da capa em 30/06/2015, como mostram as capturas de tela na Figura 58. A mensagem inserida na imagem com desenho do Palácio da Polícia reforça a defesa ao Museu da Polícia Civil, como esperado, e faz uma ressalva que me pareceu curiosa: “shopping center nunca”. O conteúdo era similar à fala do assessor de relações institucionais da Polícia Civil na audiência pública de 2014: “Falou-se em shopping. Gente, isso não existe. Nós não queremos vilipendiar a nossa história com shopping center ali, não. Isso não existe. Isso não existe. Vamos ficar bem claros quanto a isso” (ALERJ, 2014b). Procurei

de onde o conceito “shopping center” havia surgido para ser repudiado dessa forma pelos atores mobilizados à causa da Polícia Civil e encontrei a matéria de 16/12/2012 (Figura 50), quando as mobilizações sociais usaram o termo para categorizar o uso comercial do prédio (o projeto previa salas comerciais, lojas para restaurantes, salões de beleza etc.).



Figura 58 : Perfil do Facebook da Associação de Amigos do Museu da Polícia Civil (Disponível em: <https://www.facebook.com/assamigos.museupcerj/>. Acesso em 10 jul. 2022)

Tampouco há informação sobre o novo projeto do Museu da Polícia Civil ou quaisquer iniciativas que indicassem as movimentações deste ator após 2016 nos dois perfis identificados na rede social Instagram⁷¹. Em entrevista concedida à pesquisadora Fernanda Pradal (2017), o então diretor do Museu da Polícia Civil, Cyro Advincula afirmou ter fechado parceria com a Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) e SESI (Serviço Social da Indústria) para realização das obras no prédio, mas não pude confirmar tal afirmação.

Em relação ao Museu da Polícia, o site da Polícia Civil confirma seu funcionamento de 2ª a 6ª das 11h às 17h30 sob direção de Gisele Brasil Vilarinho Faro (Figura 59) e declara como objetivo:

“[...] o resgate da memória da instituição policial, através da aquisição, preservação, pesquisa, exposição e difusão de evidência de sua história. Como instituição pública, o Museu se apresenta como um espaço cultural aberto à sociedade, integrando-se no corredor cultural do Centro da Cidade” (Museu da Polícia, 2018. Grifos de minha autoria).



Figura 59 : Site da PCERJ com informação sobre o Museu da Polícia (Disponível em: <http://www.policiacivilrj.net.br/museu.php>. Acesso em 10 jul.2022).

⁷¹ Os perfis identificados no Instagram foram: @museudapcerj (<https://instagram.com/museudapcerj?igshid=YmMyMTA2M2Y=>) e @museupcerj (<https://instagram.com/museupcerj?igshid=YmMyMTA2M2Y=>)

Destaco que o objetivo declarado na página oficial da Polícia Civil, mais uma vez, silencia sobre o passado violento de operação do DOPS/RJ. Não há sequer menção sobre esse período do passado do prédio, sendo o destaque todo dado à história institucional da Polícia Civil. Por fim, encontrei vestígios também no canal do Youtube AAMPOL RJ, com o vídeo “Museu da Polícia Civil – Documentário” de 2018 de uma visita guiada pelo Museu da Polícia.

Alguns trechos da fala do inspetor de Polícia chamaram minha atenção e devem ser ressaltados. O 1º destaque está relacionado à falta de espaço alegada para todo o acervo a ser exposto. Quando o responsável pelo tour virtual do Museu da Polícia Civil apresenta a seção de Polícia Técnica, ele declara que há uma “quantidade muito grande de objetos que foram doados pelos institutos [IFP, ICCE e IML], mas infelizmente por falta de espaço nós não podemos colocar em exposição” (Museu da Polícia, 2018). O 2º ponto que julgo importantíssimo destacar refere-se à fala do responsável pelo tour quando ele apresenta a seção de “cultos afro-brasileiros” e declara que as peças do acervo “*chegaram* ao museu da Polícia Civil na década de 30” (ênfase dada por mim). O uso do sujeito indeterminado da frase quase deixa que passe despercebido ao ouvinte menos atento o modo como tais artefatos “*chegaram*” às mãos da Polícia Civil durante o início do século XX, quando hábitos da cultura negra eram criminalizados⁷². O responsável continua e informa que tal acervo teve “seu valor cultural e etnográfico reconhecido, daí [foi] requerido seu tombamento. Esse acervo foi preservado até a data de hoje pela melhor técnica dispensada pelo museu diante de um acervo tão importante” (Museu da Polícia, 2018). Novamente, a relativização e a adoção de um discurso marcado pelo eufemismo.

⁷² “Uma evidência da atuação policial, que naquele período criminalizava hábitos característicos da cultura negra, é o acervo etnográfico mantido até hoje (*) [2015] pela Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro [o acervo foi transferido em 2020 para o Museu da República]. Interpretando a prática da umbanda, do candomblé e de outras expressões religiosas e culturais como atos de “espiritismo, magia negra e seus sortilégios”, tipificados como crime pela lei penal da época, a polícia perseguiu a população afro-brasileira, efetuou prisões e acumulou uma série de objetos, aos quais mais tarde foi reconhecido valor etnográfico. As peças de acervo se acumularam até 1938, quando foi feito o primeiro tombamento etnográfico do país (inscrição n.º 001 do processo n.º 0035-T-38) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)” (CEV-Rio, 2015, p.298).

(*) O acervo de 523 peças foi transferido em 2020 para o Museu da República (Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/depois-de-130-anos-apreendidas-pecas-de-religoes-afro-brasileiras-chegam-ao-museu-da-republica-1-24652424>. Acesso em 27 mai.2022).

Além das movimentações sociopolíticas da AAMPOL/Museu da Polícia e Polícia Civil, acredito ser fundamental destacar o papel do ator INEPAC, cuja atuação foi observada em diversos momentos da trajetória e trazidos para a narrativa aqui proposta. Em alguns momentos, a posição de neutralidade em relação às disputas entre os grupos de atores com interesses antagônicos ficou evidente, como em 2006, quando solicitado parecer técnico no momento de decisão da Governadora Rosinha Garotinho. Em outras situações, a ausência do INEPAC em alguns momentos importantes na disputa pela destinação do prédio também foi observada, como na audiência pública de 2014 ou nas visitas realizadas pela CEV-Rio em 2015 (Ferreira e Pradal, 2019). No entanto, outras ações do ator INEPAC nos vestígios encontrados sobre o tombamento, incluindo a consulta no site oficial sobre o “antigo DOPS”, destacam a importância simbólica do prédio como “marco e testemunho histórico das lutas populares pela conquista de liberdade e lugar de memória dos que ali foram torturados pela defesa de suas idéias políticas” mostram outra (INEPAC, 1987).

Em linha com o que foi argumentado por Ferreira e Pradal (2019, p. 201), o posicionamento, por vezes contraditório, do INEPAC “revela, de certa forma, a dificuldade com que essa questão é tratada dentro da gestão pública” combinado a uma falta de posicionamento concreto do Poder Executivo. Quando não há políticas públicas, a decisão sobre o destino e uso de imóveis para constituição de lugares de memória se torna personalista. Dessa forma, a criação de elementos de referência para construção da memória coletiva que inclua as memórias silenciadas dos opositores ao governo ditatorial, como o prédio do DOPS/RJ, passa a ser influenciada pela agenda de interesses do ocupante do cargo e do contexto mais ou menos sensibilizado a determinadas pautas, sejam de *transformação* ou de *preservação/apagamento*.

4.4.11

8º AH Turning Point - Vida pós-pandemia: 2022, o ano em que tudo pode mudar

A luta entre as pautas de *transformação* e *preservação/apagamento* reside não somente na seleção do que se decide lembrar, mas na continuidade ou combate às práticas de violência e torturas do passado ditatorial. Uma sociedade que não

reconhece os crimes do passado, não consegue alcançar um verdadeiro apaziguamento social, pois não cumpre a condição essencial de exercitar o “dever de memória” (Genro e Abrão, 2010) e está fadada a repetir os mesmos erros de antes⁷³.

Não é meu objetivo fazer uma análise do contexto político, não é essa a proposta de contribuição da pesquisa, mas é notório – e apontado por cientistas políticos, sociólogos e pesquisadores das mais diversas áreas de atuação –, o movimento de deterioração do ambiente democrático a partir de 2013, intensificado desde 2018 por um governo de extrema-direita de viés autoritário e antidemocrático. A publicação “Cruzando a Linha: o projeto antidemocrático do governo Bolsonaro em suas falas, atos e gestos sobre a ditadura militar”⁷⁴ de abril/2021, elaborada através da parceria do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC-Rio e do Coletivo RJ MVJ (e Reparação), traz informações fundamentais para que se compreenda o contexto dos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, marcado por retrocessos nas medidas de justiça de transição (situação que persiste até os dias atuais).

O esvaziamento da Comissão de Anistia⁷⁵ e o indeferimento de quase 90% dos pedidos de reparação desde 2019⁷⁶, quando o órgão foi retirado do Ministério da Justiça e passou para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos,

⁷³ Na matéria intitulada “Um policial virou réu por tortura a cada 10 dias nos últimos cinco anos no Brasil”, publicada em 26/06/2022, o jornalista Rafael Soares destaca que “a prática é sistemática e enraizada nas polícias brasileiras: só nos últimos cinco anos, 194 agentes de segurança de 24 estados e do Distrito Federal foram acusados de tortura. Um levantamento feito pelo GLOBO em diários dos Tribunais de Justiça de todo o país localizou processos, desde junho de 2017, em que policiais civis, penais e militares respondem pelo crime — *uma média de um agente processado por tortura a cada dez dias no período*” (Soares, 2022. Grifos de minha autoria). (Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/um-policial-virou-reu-por-tortura-cada-10-dias-nos-ultimos-cinco-anos-no-brasil-25533106.html>. Acesso em: 26 jun. 2022).

⁷⁴ É possível fazer download do documento pelo link (https://drive.google.com/file/d/1cvNZYISWdMwGknd_RkAssT5mCkC9K0Ly/view?usp=drivesdk. Acesso em 10 jul. 2022).

⁷⁵ Matéria “Instituto Vladimir Herzog lamenta esvaziamento da Comissão de Anistia”. Publicada em 27/06/2018. (Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/06/instituto-vladimir-herzog-lamenta-esvaziamento-da-comissao-de-anistia/>. Acesso em 10 jul. 2022).

⁷⁶ Matéria “Comissão de Anistia indeferiu 89% dos pedidos de reparação desde 2019” da jornalista Mariana Branco. Publicada em 08/06/2021. (Disponível em <https://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/comissao-de-anistia-indeferiu-89-dos-pedidos-de-reparacao-desde-2019>. Acesso em 10 jul. 2022).

são exemplos de mudanças que paralisaram ou causaram retrocesso na luta por memória, verdade, justiça e reparação. Outro alerta do retrocesso é a tentativa de extinção a CEMDP⁷⁷, mesmo sem que a busca pelas vítimas da ditadura civil-militar brasileira tenha sido concluída. Em contrapartida, há uma movimentação intensa dos grupos das mobilizações sociais desde o final de 2021, para retomada das atividades presenciais com o foco no debate de pautas para as eleições de 2022. A preocupação com o resultado das eleições presidenciais e uma possível reeleição do atual presidente se fez presente na fala da totalidade das entrevistas concedidas, bem como nos debates promovidos em diversos canais no Youtube. A articulação entre os grupos tem gerado movimentos como o #ReinterpretaJaSTF e a Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia com a participação de diferentes coletivos. Por último, mas não menos importante, há o projeto de lei nº 987/2021 dos vereadores Tainá de Paula e Chico Alencar (publicação em 17/12/2021) que dispõe sobre a criação de um “Circuito histórico da luta pela democracia do município do Rio de Janeiro”, que inclui o antigo prédio do DOPS. Ou seja, a luta pelo destino do prédio continua.

Encerro a seção com a fala de Marcelo Freixo, na audiência pública de 2014 sobre a importância do prédio:

“Aquele espaço é um espaço de memória, que não é um detalhe, e não é o tempo cronológico nem a quantidade de mortes que determina o valor histórico de um espaço público. Não é isso. Não é se morreu um, dois ou se não morreu ninguém. Não é se a ditadura durou 21, 30, dois, cinco anos. O peso histórico se dar por outro, o tempo não é só cronológico. Já aprendemos isso. tem outra referência histórica e simbólica das mais fortes.

É fundamental, para novos tempos e para outra polícia, que aquele espaço seja um espaço-memória, que aquele espaço seja um espaço pedagógico da reafirmação da luta por direitos humanos contra todas as formas de opressão e várias delas que ainda se mantêm hoje” (ALERJ, 2014. Fala de Marcelo Freixo. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ. Grifos de minha autoria).

A Figura 60 traz a malha expandida com a 2ª ZID do processo de transformação do prédio do antigo DOPS/RJ.

⁷⁷ Matéria “Bolsonaro quer acabar com Comissão de Mortos e Desaparecidos da ditadura sem achar corpos” do jornalista Marcelo Godoy. Publicada em 13/06/2022 no jornal Estadão. (Disponível em https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-quer-acabar-com-comissao-de-mortos-e-desaparecidos-da-ditadura-mesmo-sem-achar-corpos/?utm_source=meio&utm_medium=email. Acesso em 10 jul. 2022).

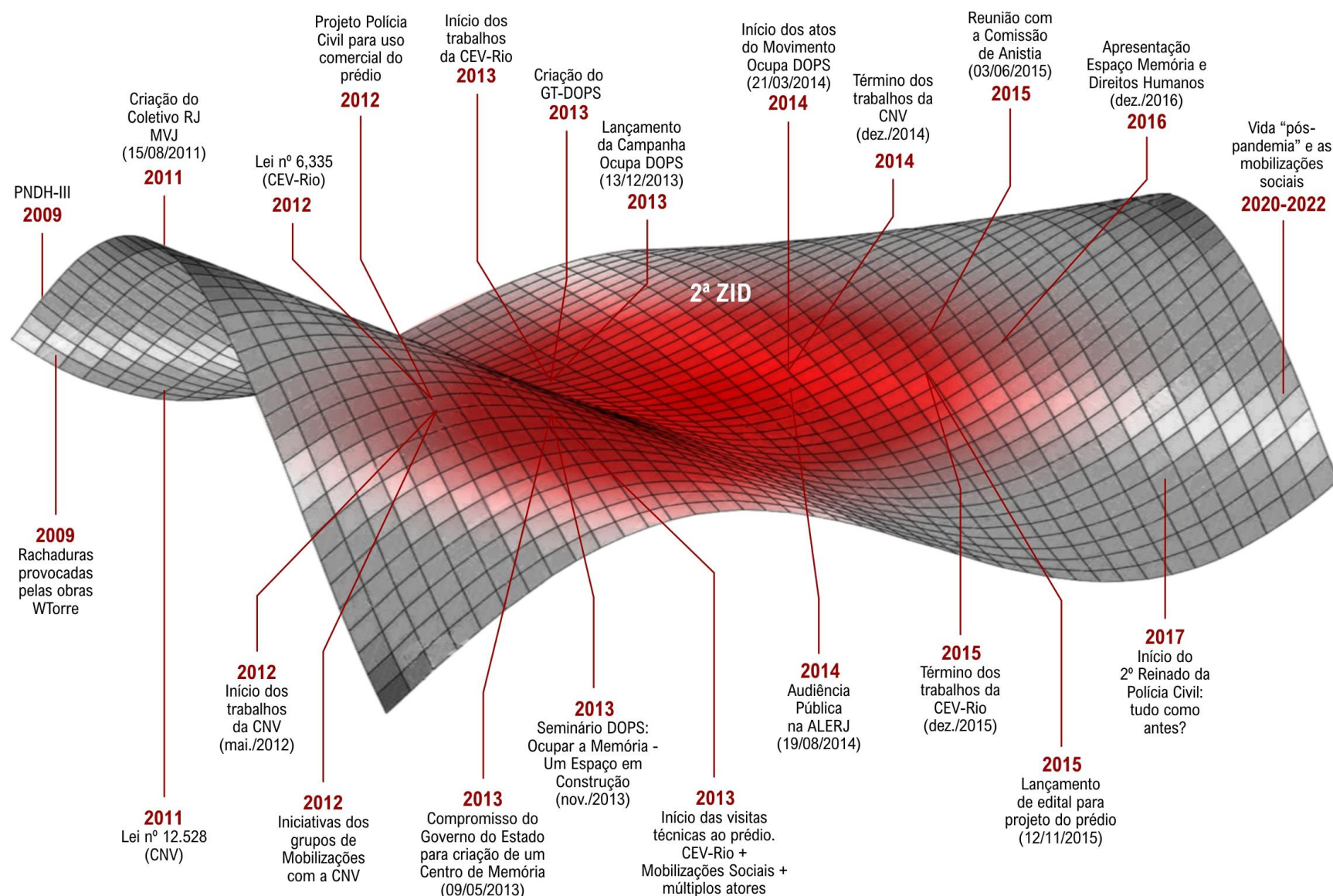


Figura 60 : Malha Expandida com a 2ª ZID do processo de transformação do prédio do antigo DOPS/RJ
Elaboração própria

4.5

A rede inter-organizacional

Considerando que a negociação, as disputas, as tentativas de atrair o interesse ou de colocar obstáculos e (des)mobilizar atores por meio dos movimentos de translação ocorre no espaço entre os atores, meu foco esteve totalmente voltado para as relações estabelecidas entre eles. Portanto, para compreender “*como*” os fenômenos organizacionais ocorreram nos espaços do Rio de Janeiro e de São Paulo, foi preciso observar *processualmente* os atores envolvidos e seguir os vestígios deixados por eles enquanto se movimentavam e transladavam seus interesses. Admite-se, portanto, que a constituição dos atores-rede que compõem o tecido social ocorre em um eterno processo de devir, com constantes (des)mobilizações dos atores humanos e não-humanos do social ampliado de Latour.

As propostas de arranjo para os atores-rede são, portanto, instáveis e dinâmicas e capturam somente o momento, não pressupondo qualquer relação de estabilidade. Assim sendo, a configuração dos atores-rede em constante mutação modelou, de forma efêmera e instável, o *sociopast* em diferentes momentos da trajetória, como demonstrei nas narrativas. A arena de disputas para os processos de transformação dos dois espaços de violência em lugares de memória de resistência foi marcada por reveses e narrativas discordantes entre os atores envolvidos, cuja origem remonta a luta pelo reconhecimento da importância histórica da edificação para além de seu valor arquitetônico.

Isto posto, reconhecer que o espaço físico, a edificação, foi um lugar onde violências e crimes foram cometidos por agentes do Estado e que o dever de memória é condição para não-repetição dos erros do passado, legitima a reivindicação para que estes espaços específicos – e não qualquer outro – sejam transformados em lugares de memória de resistência. Que se constituam como um marco para a sociedade e elementos de referência para construção da memória coletiva nacional que inclua as memórias dos resistentes, sejam eles mortos, desaparecidos ou sobreviventes, que se opuseram a governos ditatoriais no passado. No entanto, sabemos que os movimentos de memória não são suaves. Muito pelo contrário, são disputados, fluidos, dinâmicos e influenciados por uma série de

fatores, incluindo *quando* - o tempo presente, de forma contextualizada - e *como* - qual é a agenda de interesses - de *quem* lembra. Não é possível saber de antemão todos os desdobramentos e impactos que as memórias dos resistentes, mantidas subterrâneas e circunscritas, causarão ao serem incorporadas (ou não) e recebidas (ou não) pelos demais grupos constituintes daquela sociedade. O que é possível afirmar de antemão é que não será um processo brando.

Apesar de serem ambos processos de transformação de espaços de violência em lugares de memória de resistência, não se deve esperar caminhos com os mesmos Turning Points ou atores envolvidos. De acordo com as narrativas que apresentei, não só as trajetórias foram distintas, como os atores envolvidos e suas movimentações sociopolíticas, além da diferença no impacto das mudanças provocadas pela performatividade do contexto. Para além da conclusão óbvia da principal diferença entre eles, o DEOPS/SP ter sido transformado no Memorial da Resistência de São Paulo em 2009 e o DOPS/RJ ainda estar em processo de disputa, analisar a rede inter-organizacional não se restringe a uma análise tão somente de afastamentos e aproximações entre suas trajetórias. Reconhecer a importância do contexto e sua influência na receptividade/aceitação de determinada narrativa histórica é fundamental (McLaren e Durepos, 2021; Lubinski, 2018; Weatherbee et al., 2012).

Ao defender a *performatividade* do contexto na presente pesquisa, reconheço os aspectos-chave do contexto de Lubinski (2018), considerando-os nas camadas na análise da rede inter-organizacional e vou além. Sustento que a adoção da teórico-metodologia ANT*i*-History, por sua característica relacional e pela premissa de construção da realidade social a partir de atores-rede, me permitiu identificar os atores em suas movimentações sociopolíticas cujos desdobramentos influenciam as audiências, se alinham ou entram em choque com as narrativas pré-existentes e modificam as práticas sociais. Em outras palavras, o contexto, decomposto nos aspectos-chave indicados por Lubinski (2018), está intrinsecamente presente na análise e é parte integrante das redes de atores apresentadas nas narrativas elaboradas.

Por todo o exposto, investigar a rede inter-organizacional constituída a partir dos dois processos é fundamental para que se busque a compreensão dos fenômenos de forma mais profunda, reconhecendo a não-linearidade dos eventos e entendendo que o contexto é um *continuum*, formado por atores que circulam através das redes

e, por ser ator, *performativo*. Não faz sentido, portanto, considerar as dicotomias micro/macro, local/global do pensamento moderno, tampouco buscar a linearidade em uma relação direta de causa e efeito dos movimentos identificados. Nesse ponto, o conceito de “*folding*” rompe com pré-ordenações ao considerar que não há inícios ou fins demarcados ou recortes temporais pré-determinados, mas sim a investigação de vestígios deixados pelos atores em tempos anteriores ao tempo presente (“*before now*”).

O contexto, de acordo com os resultados da pesquisa, em nada se assemelha a um simples “pano de fundo” estático ou a um “recipiente fixo pré-existente no qual o objeto de estudo é colocado” (McLaren e Durepos, 2021, p.74). Muito além disso: o contexto *performativo* foi determinante para períodos mais ou menos *sensibilizados* às pautas da justiça de transição e mostrou ser capaz de influenciar a disseminação da narrativa de resgate das memórias subterrâneas, ampliando (ou restringindo) o debate na arena pública. Ao argumentar que as audiências não são passivas na recepção das narrativas históricas, Lubinski (2018) relativiza o poder de quem conta uma determinada versão, que para ser considerada convincente, e portanto compartilhada, deve se mostrar coerente e consistente para as audiências a aceitem. A ANTi-History, ao deslocar o foco para a relação e para a condição necessária de mobilização de aliados para que uma nova conexão seja estabelecida, já contempla a decisão que o ator recém-mobilizado, agora um aliado, tomou ao aceitar determinada narrativa proposta. Ou seja, para que haja uma conexão, há necessariamente, uma aceitação, que pode ser efêmera, mas ainda assim estabelece uma conexão.

Além da decisão que os atores constituintes das audiências tomam em aceitar ou não a narrativa, ou seja, em estabelecer ou não uma conexão e fazer parte da rede, outros fatores do contexto influenciam o compartilhamento (aceitação) de uma narrativa, segundo Lubinski (2018). As narrativas existentes e as práticas sociais no momento em que aquela nova narrativa emerge são fatores determinantes para sua receptividade/aceitação. O potencial de disputas e confrontos aumenta se a narrativa emergente desafia o *status quo* ao entrar em conflito com a versão vigente, apresentando novos elementos.

A análise da rede inter-organizacional foi desmembrada em duas malhas com aspectos-chave do contexto que se sobrepõem e influenciaram o modo como as audiências recebem as narrativas históricas (e, portanto, as compartilham ou não):

(i) móveis imutáveis que geraram mudanças nas práticas sociais e (ii) movimentações dos atores que ocasionaram choques de narrativas (Figura 61). Tendo em vista que não há imposição de uma narrativa histórica, mas sim uma negociação entre os atores envolvidos, deve-se considerar sempre a decisão do ator em recebê-la/adotá-la (ou não) na análise do fenômeno. Cabe aos atores das audiências, portanto, aceitá-la, conectando-se e mobilizando-se como aliados à rede da narrativa histórica ou rechaçá-la, mantendo a narrativa anterior e opondo-se à inclusão dos novos elementos propostos. Ressalto, no entanto, que de acordo com essa linha argumentativa relativiza-se a capacidade do ator em impor sua versão, sem, no entanto, desconsiderar a posição de poder que ocupa ou os mecanismos que pode adotar para aumentar o alcance de sua narrativa histórica. Não há imposição ao estabelecer uma conexão, mas sua capacidade de negociação e persuasão para que sua versão seja compartilhada ou de colocar obstáculos, mecanismos de interposição, para evitar que narrativas concorrentes e indesejadas sejam disseminadas.

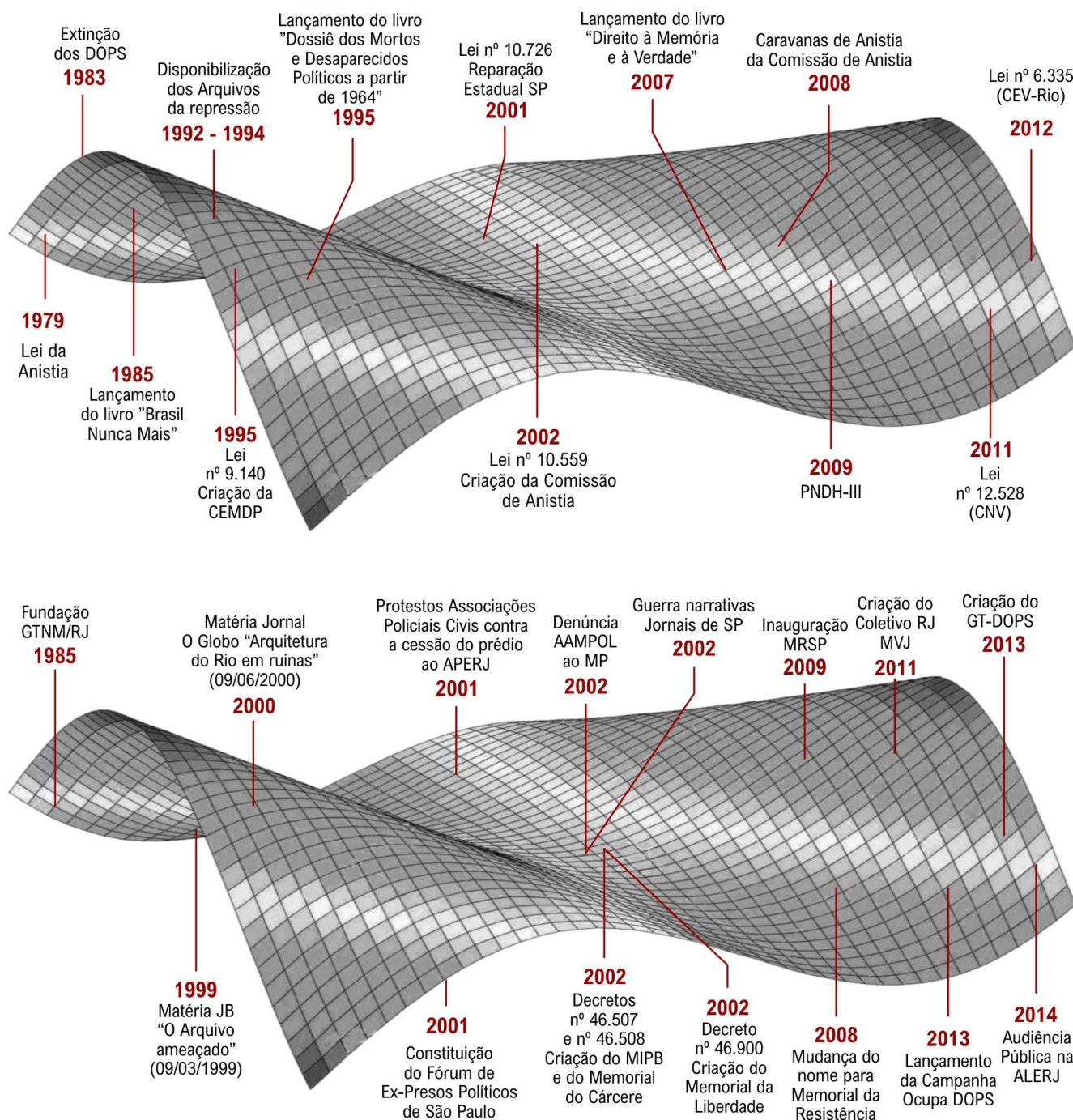


Figura 61 : Malhas da rede inter-organizacional com móveis imutáveis e movimentações dos atores que causaram choques de narrativas
Elaboração própria

Isto posto, a 1ª camada da malha proposta na Figura 61 acima traz os atores não-humanos cuja capacidade de ação à distância os transformou em Polias de Arquimedes ao mobilizar grandes massas com pautas relacionadas à justiça de transição, mudando as práticas sociais. Os livros e as leis podem ser considerados móveis imutáveis, capazes de combinar o movimento de translação em várias frentes de forma simultânea com a preservação da mensagem desde o ponto de

origem, ampliando a rede de atores com a mobilização de novos aliados à causa da busca pela memória e verdade. Resgatando a ressalva feita por Hassard e Alcadipani (2010), os móveis imutáveis apesar de manterem seu conteúdo, tomam parte de encadeamentos gerados por meio dos movimentos de translação, que por definição, modificam o que translada e o que é translado. Sendo assim, ações de resistência, transformações nas relações sociopolíticas e disputas por controle e poder eram esperadas – e de fato ocorreram como relatei -, não obstante as práticas sociais foram modificadas.

As mudanças nas práticas sociais como desdobramentos da ação dos atores da 1ª camada da malha da rede inter-organizacional puderam ser observadas em diversos momentos das narrativas dos casos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Começando pela Lei de Anistia de 1979, para além dos desdobramentos óbvios e imediatos no momento de sua promulgação, os debates persistem até hoje, quando pesquisadores, representantes dos movimentos sociais, governantes, forças armadas e diferentes setores da sociedade, mais ou menos conservadores se posicionam a respeito da Lei de Anistia, assunto não pacificado no país. As consequências perpassam todo o período e uma ligação entre as práticas de violência contra a população pobre e periférica na atualidade e o legado de impunidade dos agentes do Estado que cometeram os crimes durante a ditadura civil-militar brasileira é defendida por grupos de direitos humanos e estudiosos sobre o tema. Por outro lado, as Forças Armadas e setores mais conservadores defendem a Lei de Anistia para encerramento do período, que marca a “virada de página” para que a abertura democrática fosse possível, assumindo qualquer iniciativa de reinterpretação como revanchismo.

O que dizer, para apontar outra modificação das práticas sociais, do livro “Direito à Memória e à Verdade”, cuja relevância para a luta das pautas de justiça de transição foi ressaltada por um dos atores centrais, Maurice Politi do Núcleo Memória, durante a entrevista realizada para o mestrado e considerado um dos *Turning Points* da análise? O próprio livro é um desdobramento das ações de outro ator não-humano, a CEMDP, instituída pela Lei nº 9.140, considerada “pedra angular” no processo de reconhecimento de responsabilidade do Estado brasileiro pelas graves violações de direitos humanos durante a ditadura (Brasil, 2014, p.25), também presente na malha. Intimamente relacionada com a Lei nº 9.140, que reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas, a luta pelo acesso aos

documentos pelas mobilizações sociais e seus desdobramentos nos anos 1990 e 2000 foram extensamente debatidos em ambos os processos, bem como as Comissões da Verdade, importantes instrumentos da justiça de transição.

Outra lei que modificou o contexto social foi a de nº 10.559, ao criar a Comissão de Anistia, cuja atuação teve desdobramentos desde as Caravanas da Anistia em 2008, com ampliação do debate e de canais de escuta para aqueles atingidos diretamente pela violência do Estado, até a análise das solicitações de reparação e pedidos de desculpas, como ato de reconhecimento dos erros cometidos em nome do Estado. Ao sair de Brasília e realizar sessões itinerantes em diferentes localidades do país, a Comissão de Anistia ampliou de forma significativa suas redes e promoveu a mobilização de audiências ao legitimar o testemunho e o sofrimento relatado durante as sessões. Nesse ponto devo destacar as mudanças pretendidas pelo atual governo de extrema direita, como a extinção da CEMDP e o esvaziamento da Comissão de Anistia, que demonstram de forma clara e inequívoca seu posicionamento contrário e hostil sobre a pauta de justiça de transição e apaziguamento social para construção de uma democracia plena. Tal posicionamento torna ainda mais difícil o debate sobre direitos humanos e cidadania, bem como as reivindicações para que se cumpram as recomendações dos relatórios da CNV e da CEV-Rio, entre as quais, a criação de marcos de referência na luta pela memória com a transformação de espaços de violência em lugares de memória da resistência. As mudanças nas práticas sociais durante a trajetória dos dois espaços de violência tornaram evidente sua influência na receptividade de uma narrativa histórica mais ou menos favorável aos temas de justiça de transição.

Em relação ao outro aspecto-chave do contexto apontado por Lubinski (2018) que influencia na receptividade de uma narrativa histórica, o quadro das narrativas existentes, indiquei na 2ª malha que constitui a rede inter-organizacional, alguns dos principais atores e suas movimentações que tiveram papel central nas trajetórias dos dois espaços, resultando em disputas e choques de narrativas com atores de interesses antagônicos. O quadro das narrativas pré-existentes era composto pelas histórias “oficiais” do governo ditatorial, onde a negação dos crimes e violências era uma característica e, posteriormente, a tentativa de personificação dos crimes cometidos como se fossem excessos de alguns agentes e não decorrentes de uma ação sistemática e maciça do Estado.

Nesse sentido, é importante destacar que a 1ª Zona de Intensa Disputa para ambos os processos – Rio e São Paulo – ocorreu no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, período em que os atores das mobilizações sociais eram extremamente atuantes na busca por documentos e pela verdade das circunstâncias da morte e do desaparecimento forçado de opositores do governo ditatorial. A ocorrência de ZIDs nas trajetórias de São Paulo e do Rio de Janeiro no mesmo período temporal reflete a intensificação dessas movimentações e lutas dos familiares, ex-presos e perseguidos políticos em um contexto ativo de justiça de transição. A combatividade das mobilizações sociais para o não esquecimento e pelo direito à verdade antagonizava com a insistência das Forças Armadas e de setores mais conservadores da sociedade pela tese de que a anistia concedida a todos em 1979, incluindo os torturadores, havia resolvido todas as questões do passado. Ainda que os atores das mobilizações sociais fossem distintos nesse período em São Paulo e no Rio de Janeiro, a sinergia causada pela luta nacional pelo acesso aos documentos teve desdobramentos concomitante nos dois estados com a ampliação das reivindicações que passaram a ser ouvidas e lidas em diferentes meios de comunicação, principalmente com a publicação de notícias em jornais de grande circulação, como narrei em cada caso.

Cabe lembrar que o processo de constituição de entidades não é um jogo de soma zero, onde simplesmente ocorre uma combinação diferente de elementos fixos e imutáveis já existentes. A cada conexão estabelecida, há a (re)configuração da rede e suas características e identidade modificam-se, haja vista que o ator e a rede se transformam a cada movimento de translação, como vimos anteriormente. Assim, é razoável argumentar que a própria natureza dinâmica dos diferentes movimentos sociais, representados pelo termo genérico “mobilizações sociais”, pressupõe uma intensa movimentação em torno de diferentes pautas e iniciativas, mas com pontos de aproximação e momentos em que há a união de esforços em torno de um objetivo em comum, de acordo com as circunstâncias.

Como consequência, foi possível observar a transformação das mobilizações sociais ao longo das trajetórias, como no caso do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, que deu origem ao Núcleo Memória, uma vez que seu propósito de reparação havia sido majoritariamente alcançado. Em um movimento contínuo, os ex-presos políticos e ativistas fundadores do Núcleo Memória exerceram papel fundamental na constituição do MRSP, quando participaram

ativamente da elaboração do projeto museológico. Até hoje continuam bastante atuantes em parcerias com o MRSP para o desenvolvimento e implementação de iniciativas educacionais, mas o alcance das suas ações transcende São Paulo e o MRSP. As redes sociais do Núcleo Memória são fontes de informação riquíssima para debates e articulações entre diferentes grupos de mobilizações sociais por todo país e até mesmo na América Latina. Um dos primeiros traços que segui para investigar o DOPS/RJ foi o vídeo da série Conhecendo Lugares de Memória do canal do Youtube do Núcleo Memória, como detalhei anteriormente. Além disso, o próprio Politi, no início desta pesquisa de doutorado, assim como no mestrado, apontou caminhos para a investigação dos processos, demonstrando na prática, que a batalha é coletiva e a rede formada através das conexões entre os diferentes atores espalhados pelo Brasil é o que fortalece a luta pelos princípios da justiça de transição.

Além da transformação de alguns atores, observei a união de diferentes movimentos sociais em torno de uma causa, como no caso do Movimento Ocupa Dops e do GT-Dops, cujas conexões formaram um ator-rede extremamente alinhado com o propósito de transformação do antigo prédio do DOPS/RJ em um lugar de memória de resistência. O ator-rede constituído a partir das associações dos múltiplos atores identificados se fortaleceu e, com os objetivos alinhados, transformou a polifonia em uma voz uníssona, cujas relações e conexões tornaram-se subjacentes e invisíveis aos olhos dos *outros* (demais atores). A atuação central do Coletivo RJ MVJ desde sua fundação contrastou com o distanciamento de outro ator para essa iniciativa especificamente: o GTNM/RJ, tão presente e combativo em momentos anteriores se afastou, o que corrobora o caráter dinâmico das mobilizações sociais e a miríade de nuances e pautas que os aproximam (ou afastam).

Como era esperado, os atores que lutavam em prol das causas da justiça de transição encontraram resistências ao longo da trajetória, como a denúncia da AAMPOL ao MP no Rio de Janeiro que acabou por paralisar as obras de adequação do APERJ no prédio ou os decretos em São Paulo para o antigo espaço do DEOPS/SP que mudavam, primeiro a finalidade para uso do espaço e depois o nome do Memorial. Em todos os episódios houve uma tentativa de apagamento da história dos dois imóveis e seu passado de violência. A guerra de narrativas estava presente e visível: enquanto a nova narrativa, aquela que reconhecia o passado

sombrio e resgatava as memórias dos resistentes até então mantidas no subterrâneo, procurava ganhar espaço junto às audiências, ao público, as narrativas anteriores, de apagamento e silenciamento restringiam seus movimentos e área de ação.

Olhando em retrospectiva, é possível reconhecer em ambas as trajetórias as tentativas de silenciamento das violências do passado. Em São Paulo houve a narrativa *liberdade/esquecimento* veiculada pela imprensa a partir dos anos 2000 (até um pouco antes de 2008, quando finalmente o Memorial passou a ser chamado de Memorial da Resistência) que defendia a substituição dos “gritos decorrentes de sevícias” por “sons orquestrais” para “exorcizar os horrores do passado” (Almeida, 2014, p.280). Sem mencionar a luta pela troca do nome do Memorial ou a reforma realizada no edifício com o apagamento das inscrições nas celas ou o desejo externado do Secretário de Cultura Marcos Mendonça de usar o local para “celebrar a liberdade”, como denunciado por Felipini Neves (2011, p.83). No Rio de Janeiro, a narrativa de *preservação/apagamento* ficou visível na fala do Prof. Jerônimo de Paula, da FAU/UFRJ, cuja parceria com a Polícia Civil gerou cartas e laudos técnicos sobre as condições do prédio e projetos para uso do imóvel, em que defendia que a Polícia era “legítima e tradicional proprietária” e que o prédio teve sua “integridade histórica e social estigmatizada pelos atos de exceção e perseguição política à época da Ditadura Militar implantada na década de sessenta” (Carta do Prof. Jerônimo de Paula de 16/04/2001 - Acervo INEPAC – Movimentos Sociais, p.1-2). Prof. Jerônimo ainda complementou que nem as abadias medievais com suas “hediondas salas de tortura” foram “estigmatizadas” ou condenadas pelo seu “mau uso”. Em outro momento, em 2010, em matéria publicada no jornal O Globo, novamente ele “lamenta o estigma que acompanha a construção” e reforça os projetos da Polícia Civil para transformar o local em um espaço de lazer e convivência com “renovar a história maligna do prédio” (Lima, 2010).

Além da tentativa de apagar e silenciar as violências cometidas nos prédios, com atores criando obstáculos para suas transformações em centros de memória, de modo que as gerações futuras não tivessem como referência seus passados sombrios, identifiquei também nos dois processos, narrativas de relativização das violências. Tenta-se minimizar a importância do período em que os prédios foram ocupados pela polícia política e serviram como sede para as atividades de repressão pelos dois DOPS. Em São Paulo, a matéria da Folha de São Paulo de 03/07/2002 fala do trabalho do arquiteto Haron Cohen que privilegiava o passado do prédio

anterior aos anos 1960, “construído em 1914 por Ramos de Azevedo, para armazéns e escritórios ferroviários, *em vez do uso feito pelo Departamento Estadual de Ordem Pública e Social*” (Angiolillo, 2002. Grifos de minha autoria). No Rio de Janeiro, identifiquei a mesma linha argumentativa na fala de Gilbert Stivanelo, assessor de relações institucionais da Polícia Civil durante a Audiência Pública de 19/08/2014, que não só relativizava o período de funcionamento do DOPS/RJ (“Nós tivemos ali sim, *em torno de 15 anos do qual nós nos envergonhamos [...] só não queremos que os outros 94 anos da nossa história, que estão ali contidos e da história do povo do Rio de Janeiro e do povo brasileiro, sejam esquecidos*”) (ALERJ, 2014a. Grifos de minha autoria), como também eximia a Polícia Civil de responsabilidade sobre as violências cometidas no local, como demonstra o trecho abaixo:

“O DOPS foi um departamento criado e operado a partir do ano 64. Funcionou numa sala. Ele tinha uma área, um pedaço do prédio. Ele nunca deteve todo o prédio. Esse núcleo onde operou o DOPS era gerenciado por militares. Ele não era gerenciado pela própria Polícia Civil. O DOPS teve gerência militar” (Gilbert Stivanelo, assessor de relações institucionais da Polícia Civil - ALERJ, 2014a).

Outro ponto que julgo importante ressaltar são os desdobramentos distintos dos processos após o Ponto de Passagem Obrigatória (PPO), que para ambos foi o tombamento do imóvel pelo órgão de preservação, CONDEPHAAT em São Paulo e INEPAC no Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, no 1º pedido de tombamento, feito em 1976, somente considerava o valor arquitetônico do prédio, o que se justifica pelo pedido ter sido feito ainda durante a ditadura civil-militar. No entanto, em novo pedido, aberto em 1986 e seguido por um hiato de 13 anos, tampouco havia menção ao valor histórico do prédio, o que ocorreu somente em 1999, com o reconhecimento da história recente de ocupação pelo DEOPS/SP. No próprio texto do tombamento (resolução nº 28/99 de 08/07/1999) o prédio é chamado de “antigo DOPS” e admite-se que “no conjunto das celas, produto da ocupação do edifício pelo DOPS, reside parte significativa de seu valor histórico” (São Paulo, 1999). Foram 23 anos entre o 1º pedido e o tombamento de fato para São Paulo, sem o reconhecimento do valor histórico para além das características arquitetônicas em um 1º momento. Fica evidente a mudança no discurso em relação ao valor do imóvel e justificativas para sua preservação nos documentos oficiais relacionados aos pedidos de tombamento.

Para o caso do Rio de Janeiro, ocorreu algo diferente. À primeira vista, havia um consenso no reconhecimento do valor histórico do prédio (para além do valor arquitetônico somente), com o pedido de tombamento sendo feito pela Polícia Civil e aprovado pelo INEPAC com o nome “Antigo DOPS”. No texto do tombamento consta que o edifício foi “cenário de atividades de tortura e perseguição política” e que é também “um marco e testemunho histórico das lutas populares pela conquista de liberdade e lugar de memória dos que ali foram torturados pela defesa de suas idéias políticas” (INEPAC, 1987). No entanto, quando segui as trilhas de associações dos atores envolvidos no pedido de tombamento, observei que a narrativa não era tão unânime quanto parecia ser à 1ª vista, como mostrei nos ofícios e memorandos trocados sobre o tombamento. Ou seja, as redes podem ser muito mais complexas, com relações que se tornam invisíveis sob a superfície e ocultam as disputas sob um véu conciliatório que nem sempre reflete as relações estabelecidas. Há que se destacar também que no caso do Rio de Janeiro, o tombamento é provisório. O pedido para o tombamento definitivo somente foi aberto em 2016 (Ferreira e Pradal, 2019).

Por fim, durante a entrevista com Maurice Politi em 2021, um ponto levantado por ele me chamou atenção. Ele define o processo de transformação do DEOPS/SP em MRSP como uma “tempestade perfeita”, no sentido de ter as pessoas certas nos lugares certos. Dessa forma, ao ter pessoas-chave, pessoas que ocupam cargos com poder de decisão, mobilizadas com a causa da justiça de transição há uma intensificação de seu potencial de transladar seus interesses e mobilizar outros atores como aliados à causa. Em São Paulo houve um alinhamento que extrapolou o Estado, com Marcelo Araújo (Diretor da Pinacoteca), João Sayad (Secretaria de Cultura), Paulo Abrão (Comissão de Anistia), José Serra (Governador de São Paulo) e Paulo Vannuchi (Secretaria Especial de Direitos Humanos – SDH) combinados com a intensa atuação dos grupos das mobilizações sociais durante as décadas 1990 e 2000 e o trabalho de pesquisadores que culminou na elaboração e implementação do projeto museológico e inauguração do Memorial da Resistência em 2009.

A ocupação de posições-chave por pessoas mobilizadas à causa é um f(ator) acelerador do processo. No Rio de Janeiro, foi possível observar a aceleração, como ocorreu quando Jessie Jane Vieira assumiu a direção do APERJ em 1999, bem como a total desaceleração e desmobilização do ator com a sua saída em 2002. As

mudanças de Governo do Estado também demonstraram de forma clara esse impacto, como por exemplo, a saída de Anthony Garotinho em 2001 após a cessão do prédio ao APERJ e a entrada de Benedita da Silva que “policializou” novamente o prédio. O compromisso assumido publicamente por Sérgio Cabral em 2013 e não executado por nenhuma das gestões posteriores também é um exemplo de como atores em momentos de tomada de decisão poderiam ter modificado totalmente a trajetória do processo de transformação do DOPS/RJ. A luta das mobilizações sociais continua até os dias de hoje, e especificamente no Rio de Janeiro, se depara com a Polícia Civil, cujo canal para diálogo não parece estar aberto. Trazendo uma fala de Jessie Jane extraída do vídeo do Conhecendo lugares de memória do canal do Youtube do Núcleo Memória, “a briga pelo prédio do DOPS tem para o Rio de Janeiro uma simbologia tão importante, tão fundamental, porque é a 1ª vez que se tem possibilidade de sensibilizar essa sociedade que ainda vota em projetos que tem a ver com a polícia, com uma determinada perspectiva de perseguição à cidadania” (Jessie Jane, DOPS/RJ, 2020). A violência da Polícia Civil no Rio de Janeiro e o fato do Estado ser o berço de um movimento de extrema-direita averso a qualquer pauta relacionada aos direitos humanos que chegou ao nível mais alto do Poder Executivo, pode ajudar a explicar o porquê do conjunto dos movimentos sociais, mesmo atuantes e combativos, não conseguir produzir uma vitória consistente nesse campo. A transformação do antigo prédio do DOPS/RJ seria um marco de retorno civilizatório à pauta de direitos humanos, de cidadania, de busca pela memória, verdade e justiça com a luta pela ruptura das práticas de violência perpetuadas e naturalizadas desde a ditadura civil-militar.

5 Conclusões

“A estrada para Auschwitz foi construída com ódio, mas pavimentada pela indiferença” (Ian Kershaw)

O presente estudo teve como objetivo compreender, à luz da ANTi-History, os processos de constituição de lugares de memória de resistência a partir da transformação de dois espaços físicos usados pela polícia política para tortura, violência e violação dos direitos humanos durante a ditadura: os prédios do DEOPS/SP e DOPS/RJ. Ao investigar o “*como*” relacionado à trajetória de cada imóvel e da rede inter-organizacional constituída ao analisar os dois processos em conjunto, foi possível trazer à tona em toda sua complexidade as disputas, negociações e movimentações, antes subjacentes, tornando transparentes as relações sociopolíticas dos diversos atores envolvidos.

A teórico-metodologia ANTi-History, por seu caráter relacional e crítico-emancipatório exige comprometimento e uma postura vigilante e reflexiva do pesquisador que deve ouvir e manter protagonista a voz dos atores em campo. Ao identificar os atores envolvidos, sem privilégio dos atores humanos sobre os não-humanos, observa-se as conexões estabelecidas, que “tornam transparentes os laços com as comunidades das quais elas se originaram” e geram “um forte envolvimento político com o mundo real” (Durepos e Mills, 2017, p.59). A ordenação dos traços encontrados a partir das movimentações dos atores, torna a narrativa proposta *posicionada*, *localizada* e dissonante da hegemonia positivista e das histórias universais. Dessa forma, as narrativas propostas para os processos aqui estudados foram construídas a partir da apreciação mental e interpretação que eu, como pesquisadora, elaborei ao investigar os fenômenos. A produção do conhecimento é *subjetiva* e não pode ser estudada isolada do contexto social do passado nem do presente.

Durante a investigação dos processos dos espaços de violência da ditadura, foram identificados *Turning Points* e períodos de intensas negociações e disputas, as ZIDs, por vezes com significativos avanços nas pautas defendidas pelos grupos

de ativistas mobilizados pela causa de transformação dos espaços em lugares de memória de resistência. Em outras vezes, com um retrocesso visível na pauta de transformação e avanço da narrativa de apagamento. A performatividade do contexto, decomposto nos aspectos-chave de Lubinski (2018), foi investigada, sendo possível observar como as movimentações dos atores foi determinante para definição de períodos mais ou menos sensibilizados às pautas da justiça de transição, além de ser capaz de influenciar a disseminação da narrativa de resgate das memórias subterrâneas, ampliando (ou restringindo) o debate na arena pública. Os atores são parte constituinte do contexto, surgem a partir deste contexto, dentro da ontologia construtivista social, ao mesmo tempo em que suas negociações e (des)mobilizações são influenciadas (e influenciam) este mesmo impermanente e dinâmico contexto.

A investigação dos processos de transformação dos espaços de violência do DEOPS/SP e do DOPS/RJ, cuja ordenação dos vestígios encontrados me permitiu elaborar as narrativas históricas aqui apresentadas, evidenciou a característica dinâmica e contingente de um *sociopast* formado por atores-rede, conforme premissas da ANTi-History. Além disso, é importante ressaltar que as narrativas históricas propostas resultaram de uma construção ativa, baseada em diversas decisões que tomei ao longo da trajetória de pesquisa sobre quais traços seriam seguidos, sua ordenação e a proposta de sentido que apresentei de forma situada, temporal, espacial e ideológica. Não há uma neutralidade “descritiva” de uma história concreta e imutável a ser descoberta, distante da pesquisadora que a observa de forma objetiva. As narrativas são “montadas” (“*assembled*”) incluindo a própria pesquisadora e os traços identificados a partir das movimentações e negociações políticas entre atores e não se pretendem únicas.

Dosse (2012, p.13) declara que “a história não é um jogo de espelhos, é um jogo de lacunas em um entre-dois não estabilizado”. Era esperado, de acordo com meu posicionamento epistemológico e ontológico já apresentado anteriormente, que o conceito de passado e história do *mainstream* realista e positivista não encontraria espaço ou aderência na presente pesquisa. Sendo assim, nunca houve a pretensão de relatar os fenômenos estudados tal qual ocorreram, descobrindo a verdadeira e única história a ser contada de “forma concreta e tangível”, “imutável e terminada” (Myrick, Mills e Mills, 2013; Durepos e Mills, 2012, p.59; Durepos e Mills, 2011, p.711; Durepos, 2009). O que apresentei foram versões possíveis,

narrativas históricas verossímeis sobre os processos de transformação dos dois espaços. Nesse sentido, a perenidade de uma história hermeticamente fechada é inexistente.

A transformação de locais onde ocorreram torturas tem um peso simbólico muito significativo para os sobreviventes e familiares no processo de justiça e reparação. Não é qualquer edifício, mas aqueles que atuam como documentos e que atestam a veracidade dos testemunhos dos sobreviventes (Neves, 2021), como visto durante os relatos nas visitas da CEV-Rio ao DOPS/RJ ou durante a elaboração do Projeto Museológico do MRSP quando os degraus da escada do andar falso que levava à sala de tortura foram apontados pelos sobreviventes. A despeito dos silenciamentos impostos, toda sociedade requer um senso de continuidade com o passado, principalmente após períodos traumáticos de governos ditatoriais. Faz-se necessário um *link* identitário marcado pelo senso de coletividade, onde o dever de memória, que nos obriga a lembrar a violência e as injustiças cometidas no passado, não se desvincula de um dever de justiça (Meyer, 2013). Considerando que “tanto a memória quanto o esquecimento podem ser instrumentos de dominação” (Pinto, 2010, p.133), compartilhar as memórias daqueles que foram silenciados durante a ditadura civil-militar brasileira é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma visão crítica e cidadã em nossa sociedade.

Ian Kershaw, autor da frase no início da seção, é um dos mais respeitados biógrafos de Hitler e na frase ele ressalta que a atitude de muitas pessoas comuns ao fechar os olhos para os crimes e violências cometidos pelos nazistas possibilitou que a dinâmica do ódio da minoria obtivesse sucesso justamente porque a maioria ficou indiferente. Não é minha intenção traçar paralelos e comparações de forma leviana entre o Holocausto e a ditadura civil-militar brasileira, mas sim reforçar o impacto nefasto que a indiferença pode causar. E a indiferença pode ser causada pela falta de conhecimento, pela falta de acesso à informação ou pelo apagamento e silenciamento daquelas memórias que os atores que estão no poder não querem que sejam lembradas. Circunscrever as memórias dos resistentes e tentar silenciar as narrativas que contam sobre as violências do passado impedem que gerações futuras sejam orientadas sobre a importância dos direitos humanos em uma cultura de cidadania.

Ao não reconhecer os crimes cometidos no passado e banalizar a violência e as práticas de tortura com a falta de responsabilização e punição dos agentes de

Estado que as perpetraram, nega-se o direito à memória dos que ali sofreram. Ao não exercitar o dever de memória “a sociedade repetirá obsessivamente o uso arbitrário da violência, uma vez que não será reconhecida como tal” (Genro e Abrão, 2010, p.22). Os lugares de memória servem a esse propósito orientacionista de dever de memória, haja vista que “o ato de lembrar submete o passado a uma consciência reflexiva” (Misztal, 2003, p.10). A construção da memória nacional sobre uma base comum e inclusiva confronta a cultura do esquecimento e revisionismo que ameaça a democracia ao soterrar as memórias dos resistentes.

Dessa forma, os lugares de memória de resistência tornam-se elementos de referência, “âncoras” (Allen e Brown, 2016, p.12) ou “sociotransmissores” (Ferreira e Serres, 2018, p.96) que combatem o silenciamento e desenvolvem uma cultura de cidadania. São medidas concretas, instrumentos de suporte de memória que ao se tornarem “visíveis” sob a forma de organizações, como centros de memória ou memoriais, reivindicam o reconhecimento dos acontecimentos do passado e das vivências dos sobreviventes, criando referências para as gerações futuras com a necessária autocrítica com os erros do passado. No entanto, ainda que a relevância do tema seja reconhecida, é inegável a percepção da deterioração dos pilares da justiça de transição que permeiam e fundamentam uma cultura de cidadania e direitos humanos. O desrespeito com os coletivos e grupos de mobilizações sociais, o cerceamento da participação da sociedade civil e o desmonte de políticas públicas relacionadas à memória e a busca pela verdade⁷⁸ se intensificaram após 2018, mas indícios já eram observados em 2014, quando da divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

O fio de Ariadne (Latour, 2013 [2016]) que constrói a trama do social deve ser desembaraçado para que entendamos os processos de transformação dos lugares de memória de forma profunda e contextualizada. Ressaltar e tornar transparentes as relações sociopolíticas e de poder subjacentes à constituição de organizações

⁷⁸ Alguns exemplos: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/02/governo-bolsonaro-reprova-projeto-do-instituto-vladimir-herzog-na-rouanet.shtml>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/28/comissao-de-anistia-nega-pedido-de-dilma-por-indenizacao-de-r-107-mil-mensais.ghtml>

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/perseguidos-politicos-comissao-de-anistia-reve-indenizacoes-questionaveis/?ref=link-interno-materia> (Acesso em 03 de Maio de 2022).

como os lugares de memória, considerando o processo contínuo de (re)configuração e ressignificação do espaço, corrobora a importância de se investigar intencionalidades associadas ao que foi “resgatado” e das interpretações do passado de acordo com agendas e interesses de determinados atores.

Por fim, mas não menos importante, o estudo dos processos de transformação dos espaços de violação dos direitos humanos e tortura da ditadura em lugares de memória da resistência é fundamental por servir de alerta contra ameaças autoritárias e de como organismos repressivos podem ser usados contra o povo - no passado e continuamente até o presente - com o legado de impunidade e falta de responsabilização que banaliza a violência. Também é relevante por promover uma reflexão sobre a dignidade humana e o princípio de que a construção de uma comunidade política democrática passa pela luta coletiva dos direitos humanos e que a verdade e a transparência são fundamentais para a reconstrução e recuperação do tecido social. Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

ABRÃO, P. A Lei de Anistia no Brasil: As alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo**, v.24, n.1, p.119-138, jan./jun. 2011.

ABRÃO, P.; CARLET, F.; FRANTZ, D.; FERREIRA, K. M. M.; OLIVEIRA, V. D. F; GRAMA, T. T. Educação e Anistia Política: ideias e práticas emancipatórias para a construção da memória, da reparação e da verdade no Brasil. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, p.60-87, 2010.

ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, p.26-59, 2010.

ABRÃO, P. **Justiça de transição no Brasil: O papel da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça**. In: Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Brasília. Ministério da Justiça, n.1, p.12-21, jan/jun 2009.

ALCADIPANI, R.; HASSARD, J. Actor-Network Theory, Organizations and Critique: towards a politics of organizing. **Organization**, v.17, n.4, p.419-435, 2010.

ALCADIPANI, R.; TURETA. C. Teoria Ator-Rede e Estudos Críticos em Administração: possibilidades de um diálogo. **Cadernos EBAPE.BR**, v.7, n.3, p.405-418, set./2009a.

ALCADIPANI, R.; TURETA. C. Teoria Ator-Rede e Análise Organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Organizações e Sociedade**, v.16, n.51, p.647-664, out./dez. 2009b.

ALERJ – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Ata da Audiência Pública realizada em 19/08/2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/78241917/doerj-poder-legislativo-14-10-2014-pg-3>. Acesso em: 29 jan. 2022. (2014a)

ALERJ – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Ata da Audiência Pública realizada em 19/08/2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/78241917/doerj-poder-legislativo-14-10-2014-pg-4>. Acesso em: 29 jan. 2022. (2014b)

ALERJ – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Ata da Audiência Pública realizada em 19/08/2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/78241917/doerj-poder-legislativo-14-10-2014-pg-5>. Acesso em: 29 jan. 2022. (2014c)

ALMEIDA, P. C. **Lugar de Memória da Resistência: verdade e negociação no processo de tombamento do prédio do DEOPS/SP**. In: THIESEN, I. (Org.) Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, p.269-288, 2014.

ALLEN, M.; BROWN, S.D. Memorial meshwork: the making of the commemorative space of the Hyde Park 7/7 Memorial. **Organization**, v.23, n.1, p.10-28, 2015.

ALZER, L.A. **Flagrantes do Porão**. O Globo, Rio de Janeiro, 19 nov. 1993. Segundo Caderno, p.6.

ANTUNES, L. **A arquitetura do Rio em ruínas**. O Globo, Rio de Janeiro, 09 jun. 2000, Caderno Rio.

APERJ – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Histórico. Site oficial do APERJ. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/historico.php>. Acesso em: 13 jun. 2022.

APERJ – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Anual de Atividades de 2003, 2003**. Disponível em: http://www.aperj.rj.gov.br/uploads/arquivos_portalaperj/arquivos/relatorio/relatorio_anual_atividades_2003.pdf. Acesso em 18 jun. 2022.

APERJ – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Anual de Atividades de 2002, 2002**. Disponível em: http://www.aperj.rj.gov.br/uploads/arquivos_portalaperj/arquivos/relatorio/relatorio_anual_atividades_2002.pdf. Acesso em 18 jun. 2022.

APERJ – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **História Administrativa do Departamento de Ordem Pública e Social do estado da Guanabara (1960-1975)**. Rio de Janeiro: RJ, 2001.

APERJ – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **DOPS: A lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Aperj, 1993.

APERJ – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Os arquivos das polícias políticas**. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 1994.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Projeto B. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Projeto A. Volume Único, 1985. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. **Memórias Reveladas. Instituto Vladimir Herzog lamenta esvaziamento da Comissão de Anistia** (04/julho/2018). Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/591-instituto-vladimir-herzog-lamenta-esvaziamento-da-comissao-de-anistia>. Acesso em: 02 nov. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura** [livro eletrônico] / Inez Terezinha Stampa e Rodrigo de Sá Netto (orgs.). - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. 323 p.: il.

BARRETO, R.O.; CARRIERI, A.P.; ROMAGNOLI, R.C. O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, v.18, n.1, jan./mar.2020.

BARROS, A. Empresas e Direitos Humanos: premissas, tensões e possibilidades. **Revista OeS - Salvador**, v.25, n.84, p.87-99, jan. /mar.2018.

BARROS, A., CARNEIRO, A.T e WANDERLEY, S. Organizational Archives and Historical Narratives: Practicing Reflexivity in (Re)Constructing the Past from Memories and Silences. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v.14, n.3, p.280-294, 2019.

BARROS, A. Archives and the “Archive”: dialogue and an agenda of research in organization studies. **Organizações e Sociedade**, v.23, n.79, p.609-623, 2016.

BARROS, A.; CARRIERI, A.P. O cotidiano e a História: construindo novos olhares na Administração. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v.55, n.2, p.151-161, mar./abr. 2015.

BAUER, C.S. A Mobilização do relatório Brasil: Nunca Mais nas sugestões encaminhadas pela população à Assembleia Nacional Constituinte. **Varia História**, v.38, n.76, p.227-259, jan./abr.2022.

BERTA, R. **Antigo Dops abrigará museu sobre crimes da ditadura**. O Globo, Rio de Janeiro, 09 mai. 2013. Rio, p.19.

BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. **Management e Organizational History**, v.1, n.1, p.5-30, 2006.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília – DF: Governo Federal, v.1, v.2, v.3, 2014.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III)** – Brasília: SEDH/PR, 2009. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2021.

BRUNO, M. C. O.; CARNEIRO, M.L.T.; AIDAR, G. Projeto Museológico de Ocupação. In: ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009. p.39-49.

CALLON, M. Some Elements of a Sociology of Translation: domestication of the Scallops and the Fishermen of St. Briec Bay. In: BIAGIOLI, M. (Ed.). **The Science Studies Reader**. London: Routledge. p.67-83, 1999.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the Big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. V. (Eds.). **Advances in Social Theory and Methodology: Toward an integration of micro and macro sociologies**. Londres: Routledge e Kegan Paul, p.277-303, 1981.

CANABARRO, I. Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção. **Revista Sequencia**, n.69, julho/dezembro, 2014.

CANABARRO, I. A Comissão Nacional da Verdade no Brasil e a memória social dos atores sociais que sofreram com a violação dos direitos humanos. **Revista Direitos Culturais**, v.8, n.16, 2013.

CASTRO, M.W. **O Arquivo ameaçado**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. Opinião. 09 mar. 1999, p.11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_11&pasta=ano%20199&pesq=%22o%20arquivo%20amea%C3%A7ado%22&pagfis=271053. Acesso em: 13 mai. 2022.

CLARK, P.; ROWLINSON, M. The Treatment of History in Organization Studies: Toward an ‘Historic Turn’? **Business History**, v.46, n.3, p.331-352, jul.2004.

COIMBRA, M. N. O Dever de Não Esquecer Como Dever de Preservar o Legado Histórico. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, p.88-103, 2010.

COIMBRA, C. Tortura: Nunca Mais. Entrevista de Cecília Coimbra. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, p.1-17, 1996.

COLETIVO RJ MVJ – Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça. Manifesto de Lançamento. Disponível em: <https://coletivorj.blogspot.com/2011/09/manifesto-de-lancamento-do-coletivo-rj.html>. Acesso em: 29 jan. 2022.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO (CEV-Rio). Relatório Final. Rio de Janeiro: RJ, Dezembro de 2015.

CONTE, G. A Topography of Memory: reconstructing the architectures of terror in the Argentine dictatorship. **Memory Studies**, v.8, n.1, p.86-104, 2014.

COSTA, C. **Memória de tempos difíceis**. O Globo, Rio de Janeiro, 02 out. 2014, Rio, p.22.

COSTA, A.S.M.; BARROS, D.F.; MARTINS, P.E.M. Perspectiva Histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v.50, n.3, p.288-299, jul./set. 2010.

COSTA, A.S.M.; SARAIVA, L.A.S. Memória e formalização social do passado nas organizações. **RAP – Revista de Administração Pública**, v.45, n.6, p.1761-1780, nov./dez. 2011.

COSTA, A.S.M.; SILVA, M.A.C. A pesquisa histórica em Administração: uma proposta para práticas de pesquisa. **RAEP – Revista de Administração: Ensino e pesquisa**, v.20, n.1, p.90-121, 2019.

COSTA, A.S.M.; SILVA, M.A.C. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. **O&S**, v.25, n.84, p.15-29, jan./mar. 2018.

COSTA, A.S.M.; SILVA, M.A.C. Novas fontes, novas versões: contribuições do acervo da Comissão Nacional da Verdade. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v.21, n.2, p.163-183, mar./abr. 2017.

COSTA, A.S.M.; SILVA, M.A.C. A Pesquisa Histórica em Administração. Anais do **XLI Encontro da ANPAD**. São Paulo, out./2017.

CPDOC | FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Acervo biográfico VANNUCHI, Paulo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vannuchi-paulo>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CRAWFORD, B.; CORAIOLA, D.M.; DACIN, M.T. Painful memories as mnemonic resources: Grand Canyon Dories and the protection of place. **Strategic Organization**. Special Issue: Temporal Work – The Strategic Organization of Time. p.1-29, 2020.

CZARNIAWSKA, B. Emerging Institutions: pyramids or anthills? **Organization Studies**, v.30, n.4, p.423-441, 2009.

CZARNIAWSKA, B. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v.3, n.1, p.4-20, 2008.

DELGADO, L.A.N. e FERREIRA, M.M. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v.2, n.4, p. 19-34, 2013.

DECKER, S.; HASSARD, J.; ROWLINSON, M. Rethinking history and memory in organization studies: The case for historiographical reflexivity. **Human Relations**, p. 1-33, 2020. <https://doi.org/10.1177%2F0018726720927443>

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Sede do Dops no Rio se tornará centro de memória.** Notícia de 12/11/1999. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/182360/sede-do-dops-no-rio-se-tornara-centro-de-memoria>. Acesso em 14 jun. 2022.

DOSSE, F. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v.4, n. 1, p.5-22, 2012.

DIAS, R.B. A Comissão Nacional da Verdade, a disputa da memória sobre o período da ditadura e o tempo presente. **Revista Patrimônio e Memória**, v.9, n.1, p.71-95, janeiro-junho, 2013.

DOLFF-BONEKÄMPER, G. Sites of Hurtful Memory. The Getty Conservation Institute. Disponível em: https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/17_2/feature.html. Acesso em: 01 nov. 2021.

DOPS/RJ | Conhecendo lugares de memória. [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (2:01:34) Publicado pelo canal Núcleo Memória em 05 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=94X1fAzrxpE&t=1296s>. Acesso em: 01 out. 2021.

DRAPER, S. Against depolitization: prison-museums, escape memories, and the place of rights. **Memory Studies**, v.8, n.1, p.62-74, 2014.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do Organizar (Organizing) para os Estudos Organizacionais. **OeS - Organizações e Sociedade**, v.23, n.76, p.57-72, jan./mar. 2016.

DUREPOS, G., SHAFFNER, E., e TAYLOR, S. Developing Critical Organizational History: Context, Practice, and Implications. **Organization**, p.1-19, 2019.

DUREPOS, G., MILLS, A. ANTi-History, Relationalism and the Historic Turn in Management and Organization Studies. **Management and Organization Studies**, v.12, n.1, p.53-67, 2017.

DUREPOS, G. In praise of fragmentation in historical organization studies. **Workplace Review**. April Issue, p.4-17, 2017.

DUREPOS, G., MCKINLAY, A. e TAYLOR, S. Narrating histories of women at work: in and out of the archive. **Business History**, v.59, n.8, p.1261-1279, 2017.

DUREPOS, G., MILLS, A., e WEATHERBEE, T. Theorizing the past: realism, relativism, relationalism e the reassembly of Weber. **Management e Organizational History**, v.7, n.3, p.267-281, 2012.

DUREPOS, G., e MILLS, A. **ANTi-History: Theorizing the Past, History, and Historiography in Management and Organization Studies**. Charlotte, NC: IAP – Information Age Publishing Inc., 2012.

DUREPOS, G., e MILLS, A. Actor network theory, ANTi-History, and critical organizational historiography. **Organization**, v.19, n.6, p.703-721, 2011.

DUREPOS, G. **ANTi-History: Toward an Historiographical Approach to (Re)assembling Knowledge of the Past**. Tese de Doutorado em Filosofia. Halifax, Nova Scotia. Saint Mary's University. 2009.

FALCÃO, A.R. Apresentação de proposta para implementação de espaço de memória no prédio da antiga Polícia Central do Rio de Janeiro. Projeto de Cooperação Técnica: Cooperação para o Intercâmbio Internacional, Desenvolvimento e Ampliação das Políticas de Justiça Transicional do Brasil. PRODOC BRA/08/021, out./2016.

FECHER, V. **A história é de todos nós: narrativas sobre a formação do Memorial da Resistência**. Brasília, 2015. 211p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília. 2015.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing Practice and Practicing Theory. **Organization Science**, v.22, n.5, p.1240-1253, set. /out. 2011.

FELDMAN, R. S.; FELDMAN, S. P. What Links the Chain: an essay on organizational remembering as practice. **Organization**, v.13, n.6, p.861-887, 2006.

FELIPINI NEVES, K.R. A potencialidade dos lugares da memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo. **Dissertação de Mestrado em Museologia**. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. 2011.

FERNANDES, L. “‘Não vamos compartilhar esse prédio com a polícia’, diz presidente da CEV-Rio sobre Dops”. O Globo, Rio de Janeiro, 04 nov. 2013, Política – Comissão da Verdade. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/nao-vamos-compartilhar-esse-predio-com-policia-diz-presidente-da-cev-rio-sobre-dops-10676807>. Acesso em: 04 jul. 2022.

FERRAZ, J.D.F e CAMPOS, L.P. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.55, n.11. p.179-208, 2018.

FERREIRA, F.C.N. e PRADAL, F.F. **Rua da Relação, nº. 40 – memórias em ruínas**. In: Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios (Orgs. João Domingos e Mário Ferreira de Pragmácio Telles). 1ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Editora Letra Capital, p.179-205, 2019.

FERREIRA, M.M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v.10, n.23, p.80-108, jan./mar. 2018.

FERREIRA, M.L.M.; SERRES, J.C.P. **Museus e narrativas do sofrimento. Reflexões sobre os limites do dizível.** In: História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações (Orgs. Letícia Bauer e Viviane Trindade Borges). São Paulo (SP): Editora Letra e Voz, p.91-112, 2018.

FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n.3, p.111-124, 2000.

FICO, C. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: O caso brasileiro.** Varia História, v.28, n.47, p.43-59, 2012.

FICO, C. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado ‘perdão aos torturadores’. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição.** Brasília: Ministério da Justiça, n.4, p.318-333, jul./dez. 2010.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n.47, p.29-60, 2004.

FÓRUM DE EX-PRESOS POLÍTICOS (FÓRUM PERMANENTE DE EX-PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO). O Que É O Fórum?. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <<https://forumexpresospoliticosspp.wordpress.com/o-que-e-o-forum/>> Acesso em: 07 jul. 2017a.

__. Qualificação dos Eleitos para a 1ª Diretoria Colegiada, Diretores Executivos e Conselho Fiscal do Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <https://forumexpresospoliticosspp.files.wordpress.com/2013/08/composic3a7c3a3o_1c2aadiretoria_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017b.

__. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária de 23 de outubro de 2001. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <https://forumexpresospoliticosspp.files.wordpress.com/2013/08/documentos_fundac3a7c3a3o_forum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017c.

__. Manifesto. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <https://forumexpresospoliticosspp.files.wordpress.com/2013/08/manifesto_do_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017d.

__. Agenda do Fórum. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <<https://forumexpresospoliticosspp.wordpress.com/agenda-do-forum/>> Acesso em: 07 jul. 2017e.

__. Reformulação do Estatuto do Fórum. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em:

<https://forumexpresospoliticosp.files.wordpress.com/2013/08/reformuac3a7c3a3o_estatuto_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017f.

__. Nova Diretoria do Fórum. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <https://forumexpresospoliticosp.files.wordpress.com/2013/08/nova_diretoria_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017g.

GANDRA, A. **Secretaria do Rio apresenta projeto para transformar prédio do Dops em museu**. Agência Brasil. Publicado em 12/12/2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-12/secretaria-do-rio-apresenta-projeto-para-transformar>. Acesso em: 09 jul. 2022.

GENRO, T.; ABRÃO, P. Memória Histórica, Justiça de Transição e Democracia Sem Fim. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, p.16-24, 2010.

GERBASE, F. **Memória encarcerada**. O Globo, Rio de Janeiro, 16 dez. 2012, Rio, p.12.

GOMES, A. C. **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, p.23-39, 2013.

Grupo Tortura Nunca Mais – GTNM/RJ. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/> Acesso em: 22 mar.2022.

GTNM/RJ – 35 Anos - Nilo Batista. [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (01:34). Publicado pelo canal Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HpjyGqV1atE>. Acesso em: 29 mai. 2022.

Grupo Tortura Nunca Mais – GTNM/RJ. Livro sobre **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: Depoimentos e debates**. (Org.) Branca Eloysa. Rio de Janeiro: Editora Vozes: 1987.

GUMIERI, J.C. O Memorial da Resistência de São Paulo: reparação simbólica e ações preservacionistas. **Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.54, jun. 2012, p.1-11.

HASSARD, J.; ALCADIPANI, R. Actor-Network Theory. In: MILLS, A. J.; DUREPOS, G. A. T; WIEBE, E. (Eds.). **Encyclopaedia of Case Study Research**, v.1. Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., p.7-12, 2010.

HASSARD, J.; LAW, J.; LEE, N. Preface: Actor-Network Theory. **Organization**, v.6, n.3, p.387-390, 1999.

HITE, K. Empathic Unsettlement and the Outsider Within Argentine Spaces of Memory. **Memory Studies**, v.8, n.1, p.38-48, 2015.

HOLLANDA, C.B.; PERLATTO, F. Entre a reconciliação e a justiça: a Lei da Anistia diante das Comissões da Verdade. In: ARAUJO, M.P.; PINTO, A.C. (Orgs.) **Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos**. Rio de Janeiro: Autografia, p.16-40, 2017.

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Tombamento do Antigo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social (07/05/1987). Disponível em http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/270 Acesso em 13 maio 2022.

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Processo de tombamento do DOPS – Nº E-18/300.071/87 (1987b).

JENKINS, K. **On ‘What is History?’: From Carr and Elton to Rorty and White**. London and New York: Routledge, p.134-179, 2018.

KANSTEINER, W. Finding meaning in memory: a methodological critique of collective memory studies. **History and Theory**, v.41, n.2, p.179-197, 2002.

KEULEN, S.; KROEZE, R. Understanding management gurus and historical narratives: The benefits of a historic turn in management and organization studies. **Management e Organizational History**, v.7, n.2, p.171-189, 2012.

KIESER, A. Why Organization Theory needs historical analysis – and how this should be performed. **Organization Science**, v.5, n.4, p.608-620, nov.1994.

KLEP, K. Tracing Collective Memory: Chilean truth commissions and memorial sites. **Memory Studies**, v.5, n.3, p.259-269, 2012.

KUSHNIR, B. Nas teias da lei: limites e interditos no acesso à informação. **Maços na gaveta: reflexões sobre Mídia**. Niterói/RJ: EdUFF, 2009.

LAGROU, P. A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945 - Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar. Rio de Janeiro: **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, Ano 4, n.15, Rio, 2009.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2013 [2016].

LATOUR, B. “What’s the story?” Organizing as a mode of existence. In: PASSOTH, J.; PEUKER, B.; SCHILLMEIER, M. (Eds.) **Agency Without Actors? New Approaches to Collective Action**. Londres: Routledge, p.1-12, 2011.

LATOUR, B. Third Source of Uncertainty: Objects too have agency. In: __. **Reassembling the Social: an introduction to actor-network theory**. Oxford: Oxford University Press, p.63-86, 2005.

LATOUR, B. Why Has Critique Run Out of Steam? From matters of fact to matters of concern. **Critical Inquiry**, v.30, n.2, p.225-248, 2004.

LATOUR, B. On Recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.) **The Editorial Board of The Sociological Review**. New Jersey: Blackwell Publishers, p.15-25, 1999.

LATOUR, B. On Actor-Network Theory: A few clarifications plus more than a few complications. **Soziale Welt**, v.47, p.369-381, 1996.

LATOUR, B. **Technology is Society Made Durable**. The Sociological Review, v.38, n.1, p.103-131, mai. 1990.

LATOUR, B. Give Me a Laboratory and I Will Raise the World. In: KNORR-CETINA, K. D.; MULKAY, M. (Eds.) **Science Observed: perspectives on the social study of science**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1983. p.141-169.

LAW, J. Actor-Network Theory and Material Semiotics. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University, 2007. Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law2007ANTandMaterialSemiotics.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

__. Traduction/trahison : notes on ANT. **Centre for Science Studies**. Lancaster : Lancaster University, 1999a. Disponível em : <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Traduction-Trahison.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

__. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.) **The Editorial Board of The Sociological Review**. New Jersey: Blackwell Publishers, 1999b. p. 1-14.

__. Topology and the Naming of Complexity. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University, 1997a. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Topology-and-Complexity.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

__. Heterogeneities. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University, 1997b. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Heterogeneities.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

__. The Manager and His Powers. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University, 1997c. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Manager-and-his-Powers.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

__. Notes On the Theory of the Actor Network: ordering, strategy and heterogeneity. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University, 1992. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>> Acesso em: 27 dez. 2016.

LEE, N.; HASSARD, J. Organization Unbound: Actor-Network Theory, research strategy and institutional flexibility. **Organization**, v.6, n.3, p.391-404, 1999.

LIMA, L. **Dops: cem anos de um símbolo da história política**. O Globo, Rio de Janeiro, 26 set. 2010. Rio, p.29.

LUBINSKI, C. From 'History as Told' to 'History as Experienced': Contextualizing the Uses of the Past. **Organization Studies**, v.39, n.12, p.1785-1809, 2018.

LUNA, C.P. Employability Initiatives and Organizations: An ANTi-History about Transgender People Inclusion in Brazilian Labor Market. Tese de doutorado, UNIGRANRIO, 2022.

MACLEAN, M., HARVEY, C., CLEGG, S. 'Conceptualizing Historical Organization Studies', **Academy of Management Review**, v.41, n.4, p.609-632, 2016.

MAGALHAES, M. D. B. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v.17, n.34, p. 203-220, 1997.

MCLAREN, P. e DUREPOS, G. 'A Call to Practice Context in Management and Organization Studies'. **Journal of Management Inquiry**, v.30, n.1, p.74-84, 2021.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Justiça de Transição no Brasil. **Memórias da Ditadura**, s.d. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/justica-de-transicao/> > Acesso em 23 maio 2021.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO [MRSP]. Disponível em <http://memorialdaresistencia.org.br> Acesso em 06 fevereiro 2022.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO [MRSP]. Memorial da Resistência, 10 anos: presente! / Memorial da Resistência de São Paulo (org.) -- São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.

MEYER, E.P.N. A justiça de transição no Brasil sob os auspícios do Direito Internacional dos Direitos Humanos: a mudança de paradigma na responsabilização de agentes públicos por violações de direitos humanos. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, n.10, p.74-113, jul./dez. 2013.

MILLS, A.J.; SUDDABY, R.; FOSTER, W.M.; DUREPOS, G. Re-visiting the historic turn 10 years later: current debates in management and organizational history – an introduction. **Management e Organizational History**, v.11, n.2, p.67-76, 2016.

MILLS, A. J.; DUREPOS, G. **ANTi-History**. In: MILLS, A. J.; DUREPOS, G. A. T; WIEBE, E. (Eds.). **Encyclopaedia of Case Study Research**, v.1, Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., p.26-29, 2010.

MILLS, A., WEATHERBEE, T., e DUREPOS, G. Resembling Weber: the-past-as-history in management and organization studies. **Organization**, v.21, n.2, p.225-243, 2014.

MYRICK, K.; MILLS, J. H; MILLS, A. J. History-Making, and the Academy of Management: an ANTi-History perspective. **Management e Organizational History**, v.8, n.4, p.345-370, 2013.

MISZTAL, B. **Theories of Social Remembering**. United Kingdom: McGraw-Hill Education, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2021.

MUNSLOW, A. **Deconstructing History**. 2nd edition. London and New York: Routledge Taylor e Francis Group, 2006.

MUNSLOW, A. **The future of History**. UK: Palgrave and MacMillan, 2010.

MUSEU DA POLÍCIA. Site da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). Disponível em: <http://www.policiacivil.rj.gov.br/museu/museo1.htm> e http://www.policiacivil.rj.gov.br/museu/palacio_da%20policia.htm, Acesso em 18 abr. 2022.

MUSEU DA POLÍCIA. Site da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). Disponível em: <http://www.policiacivilrj.net.br/museu.php>. Acesso em 10 jul.2022. MUSEU DA POLÍCIA – Documentário. [S.l.: s.n.], 2018. 1 vídeo (06:54). Publicado pelo canal AAMPOL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pEePiOi28e8>. Acesso em: 13 mai. 2022.

NEVES D. R. [LEAL]. O Desafio da Preservação da Memória da Ditadura: o patrimônio histórico em questão. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

NEVES D. R. [LEAL]. **Lugares de memória como documentos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eFUywtRKizQ>, Acesso em 30 jun. 2021.

NEVES, M.S. **Pierre Nora (1931-) (Cap. 10)**. In: Os historiadores: clássicos da história, vol. 3: de Ricoeur a Chartier (Org. Maurício Parada). Rio de Janeiro (RJ): Editoras Vozes e PUC-Rio, 2014.

NISSLEY, N.; CASEY, A. The politics of the exhibition: viewing corporate museums through the paradigmatic lens of organizational memory. **British Journal of Management**, v.13, p.S35-S45, 2002.

NORA, P. Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*. **Representations**, n.26, p.7-24, 1989.

NÚCLEO DE MEMÓRIA (Canal do YouTube). Conhecendo Lugares de Memória | DOPS/RJ (05/11/2020). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=94X1fAzrxpE&t=258s>. Acesso em 02 set. 2021.

OCUPA DOPS. **Manifesto ex-Dops/RJ: Ocupar a Memória para não Esquecer a Nossa História**. Publicado em 18 fev. 2014. Disponível em: <https://ocupa-dops.blogspot.com/2014/02/>. Acesso em: 29 jan. 2022. (2014a).

OCUPA DOPS. **Campanha pela transformação do prédio do antigo Dops/RJ em espaço de memória da resistência e das lutas sociais**. Publicado em 31 mar. 2014. Disponível em: <https://ocupa-dops.blogspot.com/2014/03/>. Acesso em: 29 jan. 2022. (2014b).

OCUPA DOPS. **Ocupar a Memória para não Esquecer a Nossa História – Relançamento do Manifesto**. Publicado em 27 jun. 2014. Disponível em: <https://ocupa-dops.blogspot.com/2014/06/>. Acesso em: 29 jan. 2022. (2014c)

OEA. **Corte Interamericana de Direitos Humanos: Caso Gomes Lund (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Voto do juiz Roberto de Figueiredo Caldas, proferido em 24 de novembro de 2010. Disponível em: <https://summa.cejil.org/api/files/1502232044468qcph5pma5u71nhuqxmfmq4obt9.pdf>. Acesso em 23 mar. 2022.

O GLOBO. **‘Garimpo’ nos arquivos do Dops**. O Globo, Rio de Janeiro, 24 out. 1993. Jornais de Bairro, p.8.

O GLOBO. **Médicos acusados de conivência com tortura**. O Globo, Rio de Janeiro, 28 mar. 1991. Grande Rio, p.11.

O GLOBO. **Sede do antigo Dops abrigará arquivo**. O Globo, Rio de Janeiro, 08 abr. 2001. O País, p.5.

O GLOBO. **Policiais protestam contra cessão de prédio**. O Globo, Rio de Janeiro, 18 abr. 2001b, p.20.

OLICK, J. K. Collective Memory: the two cultures. **Sociological Theory**, v.17, n.3, p.333-348, 1999.

OLICK, J. K.; ROBBINS, J. Social Memory Studies: from “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices. **Annual Review of Sociology**, v.24, p.105-140, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). O Estado de Direito e a Justiça de Transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça**, n.1, p.319-351, jan./jun. 2009.

PADRÓS, E.S. História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, v.1, n.1, p.30-45, 2009.

PECI, A.; ALCADIPANI, R. Demarcação Científica: uma reflexão crítica. **Organizações e Sociedade**, v.13, n.36, p.145-161, 2006.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Nos arquivos da polícia política: reflexões sobre uma experiência de pesquisa no Dops do Rio de Janeiro. **Revista Acervo**, v. 27, n.1, p.254-267, 2013.

PINTO, S. R. Direito à Memória e à Verdade: comissões de verdade na América Latina. **Revista Debates**, v.4, n.1, p.128-143, jan./jun. 2010.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas e direitos humanos. **Revista USP**, n.69, p.36-43, março/maio 2006.

POLITI, M. Entrevista de Maurice Politi concedida às pesquisadoras Alessandra de Sá Mello da Costa e Renata Guimarães Quelha de Sá em 2 de outubro de 2017.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos, Rio de Janeiro**, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos, Rio de Janeiro**, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PRADAL, F.P. A “justiça de transição” no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-Rio, 2017.

PROST, A. Os Tempos da História. In: __. **Doze Lições Sobre a História**. Coleção História e Historiografia. São Paulo: Editora Autêntica. p.95-114, 2010.

PROST, A. Como a História Faz o Historiador? **Revista Anos 90**, n.14, p.7-22, dez. 2000.

QUELHA-DE-SÁ, R. **Em busca de transparência: Uma análise das movimentações sociopolíticas dos múltiplos atores envolvidos no processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) à luz da abordagem ANTi-History**. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-Rio, 2018.

QUELHA-DE-SÁ, R.G.; COSTA, A.S.M. In search of transparency: ANTi-History, memorials and resistance. **Journal of Management History**, v.25, n.4, p.493-515, 2019.

QUINALHA, R.H. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. **Revista Jurídica da Presidência**, v.15, n.105, p.181-204, fev./mai.2013.

RIGNEY, A. Divided Pasts: A premature memorial and the dynamics of collective remembrance. **Memory Studies**, v.1, n.1, p.89-97, 2008.

RODEGHERO, C.S. A anistia de 1979 e as heranças da ditadura. In: Ferreira, J.; Delgado, L.A.N. (org.). **O Brasil Republicano Vol.4. O tempo do Regime Autoritário: Ditadura militar e redemocratização. 4ª república (1964 a 1985).** 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

RODEGHERO, C.S. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: Reis, D.A; Ridenti, M; Motta, R.P.S. (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, V.A.C. **Documentos (in)visíveis: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil.** Aracaju: Editora Edise, 2017.

RODRIGUES, V.A.C. Lenta, gradual e segura? A Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso a informações na construção da Justiça de Transição no Brasil. **Revista Acervo**, v.27, n.1, p.183-208, jan./jun. 2014.

RODRIGUES, G. M. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, v.24, n.1, p.257-286, jan./jun. 2011.

ROEDIGER, H.L.; WERTSCH, J.V. Creating a new discipline of memory studies, **Memory Studies**, v.1, n.1, p.9-22, 2008.

ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, v.9, n.17, p.85-91, 1996.

ROWLINSON, M.; HASSARD; J. DECKER, S. Research strategies for organizational history: a dialogue between historical theory and organizational theory. **Academy of Management Review**, v.39, n.3, p.250-274, 2014.

ROWLINSON, M.; BOOTH, C.; CLARK, P.; DELAHAYE, A.; PROCTER, S. Social Remembering and Organizational Memory. **Organization Studies**, v.31, n.1, p.69-87, 2010.

ROWLINSON, M. Revisiting the historic turn: a personal reflection. **Management e Organizational History**, v.1, n.1, p.71-80, 2006.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. **A Leitura Crítica do Documento.** In: _____. História e Documento e Metodologia de Pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010a.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. **O Trabalho Com o Documento.** In: _____. História e Documento e Metodologia de Pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b.

SANTOS, J.M.C.T. A atualidade da História do Tempo Presente. **Revista Historiar**, v.1, n.1, 2009.

SÃO PAULO. **Decreto n.º 13.426, de 25 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a divulgação da relação de bens tombados entre 1968 e 2002, no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SÃO PAULO. Decreto nº 46.507, de 21 de janeiro de 2002. Cria, na Secretaria da Cultura, o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 22 jan. 2002a, p.2.

SÃO PAULO. Decreto nº 46.508 de 21 de janeiro de 2002. Cria, na Secretaria da Cultura, o Memorial do Cárcere. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 22 jan. 2002b, p.2.

SÃO PAULO. Decreto nº 46.900 de 05 de julho de 2002. Cria, na Secretaria da Cultura, o Memorial da Liberdade (antigo DOPS). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 06 jul. 2002c, p.2.

SÃO PAULO. Lei nº 10.726, de 8 de janeiro de 2001. Dispõe sobre indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 10 jan. 2001, p.2. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10726-08.01.2001.html>> Acesso em: 10 dez. 2017.

Infopatrimônio: São Paulo – Prédio do Antigo DOPS, s.d. Disponível em: <<http://www.infopatrimonio.org/?p=84#!/map=38329&loc=-23.53479597150884,-46.638835072517395,17>> Acesso em: 27 nov. 2017.

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, s.d. Disponível em <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/edificio-do-antigo-dops-atual-estacao-pinacoteca/>> Acesso em: 27 nov. 2017.

Secretaria de Cultura: Resoluções do Condephaat, s.d. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/cit/index.php?p=1157> Acesso em: 27 nov. 2017.

Secretaria da Cultura. Histórico. Memorial da Resistência de São Paulo, s.d. Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=19&c=86&s=0>> Acesso em: 15 nov. 2017.

Resolução SC 28/99, de 08 de julho de 1999. Dispõe sobre o tombamento do edifício do antigo DOPS. **Diário Oficial**, São Paulo, SP, 09 jul. 1999a, Seção I, p.24.

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. **Processo SC 24.506/86 de 20 março de 1986.** Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/27f4b_PROC.%20SC%20N%2024.506%20-%20Bairro%20de%20Campos%20Eliseos.pdf> Acesso em: 30 nov. 2017.

SCHMIDT, B. B. Cicatriz Aberta ou Página Virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Revista Anos** 90, v.14, n.26, p.127-156, dez. 2007.

SILVA, M.A.C; COSTA, A.S.M. Contribuições da História do Tempo Presente Para os Estudos Organizacionais. Trabalho apresentado no **V CBEO – Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, 2018.

SILVA, F.C.T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: Ferreira, J.; Delgado, L.A.N. (org.). **O Brasil republicano. v.4: O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOARES, R. **Um policial virou réu por tortura a cada 10 dias nos últimos cinco anos no Brasil**. Jornal Extra. Rio de Janeiro. Publicado em 26/06/2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/um-policial-virou-reu-por-tortura-cada-10-dias-nos-ultimos-cinco-anos-no-brasil-25533106.html>. Acesso em: 26 jun. 2022.

STAL, B. **Nilo pede tombamento do prédio do DOPS**. Jornal do Brasil. Caderno Cidade, 11/03/1987, 1987.

STAL, B. e CUNHA, A.R. **Choro e denúncia marcam tombamento de prédio do Dops**. Jornal do Brasil, Caderno Cidade, 14/03/1987, p.5, 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=choro%20e%20den%c3%bancia%20marcam%20o%20tombamento%20do%20pr%c3%a9dio%20do%20DOPS&pagfis=194252. Acesso em: 05 jun. 2022.

STAMPA, I; RODRIGUES, V. Memória e verdade na justiça de transição brasileira. In: Muller, Angélica; Stampa, Inez e Santana, Marco Aurélio (org.). **Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

TELES, E. e QUINALHA, R. O alcance e os limites do discurso da “Justiça de Transição” no Brasil. In.: Teles, Edson; Quinalha, Renan (org.). **Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

THOMÉ, C. **Universidade faz acordo para restaurar sede do Dops do Rio**. Estado de São Paulo. 13 nov. 1999.

TODOROV, T. La memoria amenazada. **Los abusos de la memoria**, p.11-60, 2000.

TONELLI, D. F. Origens e Afiliações Epistemológicas da Teoria Ator-Rede: implicações para a análise organizacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v.14, n.2, p.377-390, abr./jun. 2016.

TURETA, C.; AMÉRICO, B. e CLEGG, S. Controvérsias como método para ANTi-História. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, v.61, n.1, p.1-13, jan-fev. 2021.

VIEIRA, J.J. Entrevista de Jessie Jane Vieira de Souza concedida à pesquisadora Fernanda Ferreira Pradal em 1 de dezembro de 2016.

VIEIRA, J.J. Entrevista de Jessie Jane Vieira de Souza concedida à pesquisadora Renata Guimarães Quelha de Sá em 11 de fevereiro de 2022.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational Memory. **Academy of Management Review**, v.16, n.1, p.57-91, 1991.

WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. **Management e Organizational History**, v.14, n.1, p.79-97, 2019.

WEATHERBEE, T.G.; DUREPOS, G.; MILLS, A., MILLS, J.H. Theorizing the Past: Critical engagements. **Management e Organizational History**, v.7, n.3, p.193-202, 2012.

SAYAD, J. O Memorial da Resistência de São Paulo: uma conquista da luta pelos direitos humanos. In: ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, p.15-16.

ÜSDIKEN, B.; KIESER, M.N. Introduction: History in Organisation Studies. **Business History**, v.46, n.3, p.321-330, jul.2004.

YATES J. Understanding Historical Methods in Organization Studies. In: Bucheli Marcelo e Wadhvani R. Daniel (eds). **Organizations in Time: History, Theory, Methods**, Oxford, Oxford University Press, p.265-28, 2014.

ZALD, M.N. Organization Studies as a Scientific and Humanistic Enterprise: Toward a Reconceptualization of the Foundations of the Field. **Organization Science**, v.4, n.4, p. 513-528, nov.1993.

ZOCATELLI, R. **Arquivos do Dops chegam a Niterói**. O Fluminense, Rio de Janeiro, 03 e 04 mai. 1992. p.6.

Acervos

Acervos dos Movimentos Sociais

GTNM/RJ

OCUPA DOPS

COLETIVO RJ MVJ

Acervo INEPAC – Movimentos Sociais – Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural. Processo de tombamento no E-18/300.071/87.

Periódicos

Correio Braziliense
Diário do Grande ABC
El País
Folha de São Paulo
Jornal do Brasil
Nexo Jornal
O Estado de São Paulo
O Fluminense
O Globo
Portal Uol – Reuters

7 Anexos

Anexo 1

Minuta do historiador Helio Silva anexado ao processo de tombamento E-18/300.071/87



DECRETO Nº DE DE DE 1987

DETERMINA TOMBAMENTO DO PRÉDIO QUE MENCIONA, PARA FINS DE PRESERVAR O INTERESSE HISTÓRICO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando a justificativa da lavra do eminente historiador HELIO SILVA, vazada nos termos seguintes:

"A História de uma cidade pode ser a história da sua polícia. Não que o incidente policial, a repressão, a prisão, a perturbação da ordem sejam os fatos mais importantes, as características identificadoras de uma metrópole. Ao contrário, a disciplinação da turbulência da urbe pode estabelecer o ritmo da população e expressar, com fidelidade, a vida do seu povo. Londres é conhecida pela figura inconfundível do seu policemen, seu capacete, sem outra arma que o cassetete, circulando, respeitado, pelas ruas...

A crônica pitoresca da cidade do Rio de Janeiro não dispensa o toque do Vidigal, o chefe de polícia que decretava: "depois das dez horas da noite no verão e das nove no inverno, ninguém seria isento de ser apalpado e corrido pelas patrulhas da polícia, em ronda nos seus competentes distritos". Era o tempo dos capoeiras que levaram outro chefe de polícia a descer às ruas, com seus homens, para enfrentar os malandros malabaristas com a mesma técnica que se tornou um jogo nacional.

Por isso mesmo na crônica da cidade, de sua polícia há marcos balisando o seu desempenho. Um deles é a transformação que se opera na Presidência Nilo Peçanha, quando um advogado de nome, que acabaria sua carreira



DECRETO Nº DE DE DE 1987

como ministro do Supremo Tribunal Federal - Carolino Leone Ramos - leva para a instituição sua cultura, sua experiência criando uma nova polícia, em suas instalações e normas de trabalho.

Policiais e policiados não mais se antagonizam, porque se completam no respeito mútuo, no sentimento do cumprimento de um dever para a coletividade. É quando surge o guarda cívico e a corporação passa a ocupar o novo Palácio da Polícia Federal, inaugurado em outubro de 1910, no local que ainda ocupa, no cruzamento das ruas da Relação e dos Inválidos. O novo edifício, conforme o plano esboçado pelo departamento de Engenharia do Ministério da Justiça, destinou-se às instalações da Chefatura de Polícia, Delegacias Auxiliares, Secretaria, Gabinete de Identificação e de Estatística, Serviço Médico Legal, com as seções especiais de laboratório e de necrópsia, Corpo de Segurança, Inspetoria de Veículos, Depósitos de Presos, Guarda Civil e um albergue noturno.

Considerado, à época, imponente e luxuoso assim se conserva, apesar das transformações do casario, que o cerca e do aumento do tráfego que demanda à Av. C. e com a Catedral, a Eletrobrás, a Petrobrás e os outros gigantes de granito, ferro e vidro que se alteraram.

Sua história não se limita à galeria dos ex-chefes de Polícia que foram, nomes famosos: Leone Ramos, Aureliano Leal, Felinto Müller, Pereira Lira...

Nos acertos e desacertos da polícia a sua crônica registra o suicídio de Conrado Niemeyer, no quadriênio Bernardes e tantas outras prisões de homens que contestavam o regime ou eram, simplesmente, vítimas da intole



03 -
11

DECRETO Nº DE DE DE 1987

intolerância e da estupidez repressivas. Houve época em que poucos democratas não conheceram a vicissitude do confinamento, mais ou menos prolongado, em suas dependências. Eu, mesmo, aí estive detido, em um episódio tragicômico, quando promovia um debate sobre o teatro de Brecht...

Pois é esse Palácio, ainda belo e majestoso, testemunho de pedra e cal da História do Rio de Janeiro que é preciso preservar, no seu tombamento, para que não desapareça, desfigurando a cidade. Sua história não é apenas uma trama policial e sim o desenrolar da nossa vida e, sobretudo, da conquista da liberdade que sempre vence a repressão".

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica tombado o prédio da rua da Relação nº 40, na confluência com a rua dos Inválidos, denominada do "Polícia Central", para preservação do interesse histórico.

Art. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de de 1987

LEONEL BRIZOLA

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL
PROTOCOLO 49187

entrada ☒ saída ☐ em 11 / 03 / 1987

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º E-09 0023/201-87
Data 10 / 3 / 87 fls. 08
Rubrica

Apensei, nesta data, este processo ao de nº
E-18/300 071/87, de 11 de março de 1987

em 11/3/87

GUSTAVO ROCHA - PEIXOTO
Assistente DAS - 6
Mat. 180.492-1

Anexo 2

Carta do Prof. Jerônimo de Paula da Silva sobre a cessão do prédio ao APERJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E TEORIA

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2001

De: Prof. Jerônimo de Paula da Silva
Chefe do Departamento de História e Teoria – FAU/UFRJ

Para: Dr. Alvaro Lins dos Santos
MD Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Em atendimento à solicitação de V.S., viemos, pelo presente, externar a opinião do Departamento de História e Teoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ sobre o projeto de recuperação do prédio que abrigou a antiga Repartição Central de Polícia, cujo programa de necessidades mínimas e estudos preliminares foram por nós elaborados em cumprimento ao Termo de Cooperação Técnico-Cultural, assinado em 12 de novembro de 1999.

Conforme farta documentação existente no Processo E-09/08528/0010-99 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, fica bem claro que o prédio em questão representa um dos mais belos exemplos da linguagem eclética da Arquitetura do Rio de Janeiro, projetado e construído no início do século XX e inaugurado em 05 de novembro de 1910, com a finalidade de aprimorar a operacionalização social da Justiça e da Polícia na, então, Capital Federal. Não bastasse a sua imponência volumétrica através do vocabulário arquitetônico do mais puro gosto eclético francês, recebeu a assinatura de paternidade de um dos mais destacados arquitetos deste início de século, Heitor de Mello, que a partir da criação de um projeto com a imagem sofisticada de **belle époque** da sociedade carioca, engajou-se na atitude política do então governo da Capital Federal, no sentido de modernizar, embelezar e sanear a cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, conforme mencionamos em nossa fala por ocasião da assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Cultural, “o edifício em questão, construído sob o governo republicano (e democrático) de Afonso Pena, sucessor de Rodrigues Alves, grande reformulador da Justiça do Distrito Federal no período de 1902 a 1906 a partir do Decreto assinado em 01/10/1908, vem ter sua

integridade histórica e social estigmatizada pelos atos de exceção e perseguição política à época da Ditadura Militar implantada na década de sessenta”.

Por tal motivo, acreditamos que tão importante exemplar da Arquitetura Eclética do Rio de Janeiro, deveria ter sua integridade sócio-político-cultural resgatada aos olhos do cidadão da contemporaneidade, uma vez que a Arte e a Arquitetura não se configuram como veículos estigmatizadores da sociedade. A Idade Média presenciou um período da Arquitetura dos mais importantes para o desenvolvimento da técnica construtiva: o Românico e o Gótico. No entanto, as Abadias Medievais abrigavam hediondas salas de tortura, instrumentos maiores e únicos do Tribunal do Santo Ofício, para opressão social, política e religiosa do indivíduo! Tudo em nome de Deus! Nem por isto os maiores exemplos desta linguagem arquitetônica foram condenados ao desprezo e abominados pelo seu mau uso! A própria Igreja, enquanto instituição, tratou de resgatar a beleza formal e simbólica de uma linguagem artística que tinha por objetivo maior unir a Terra ao Céu, através das grandes Catedrais Góticas, eternas na sua beleza e expressivas no seu simbolismo.

Dai acreditarmos que caberia à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sua **legítima e tradicional proprietária**, a obrigação de recolocar o prédio da Rua da Relação na sua dimensão correta no que diz respeito à Política e à Cultura da sociedade fluminense.

Para tanto, propusemos o projeto de Restauração e Revitalização do antigo prédio da Repartição Central de Polícia, rebatizando-o com o nome de Palácio da Polícia, abrigando um novo programa de necessidades mínimas condizente com o perfil moderno da Nova Polícia do Estado do Rio de Janeiro.

O programa apresentado e aprovado à época do desenvolvimento dos trabalhos iniciais, prevê alguns espaços que não podem, sob hipótese alguma, serem locados no bojo do prédio, pela natureza de acervo, equipamentos e utilização, tal como o Arquivo Geral. As instalações destinadas a um Arquivo necessitam, basicamente, de: área suficiente e condições de expansão; resistência estrutural a cargas expressivas; e condições de termo-estabilidade, aeração e climatização. Somos de opinião que o prédio em questão não apresenta condições que satisfaçam tais prerrogativas. Trata-se de um edifício de quase cem anos de construção, com uma estrutura de alvenarias autoportantes que foram executadas para atender a uma outra atividade diferente de depósito de acervo arquivístico. Além do mais, os espaços de grandes dimensões que um Arquivo necessita não poderão ser criados no prédio, uma vez que, como objeto tombado pelo Patrimônio Cultural do Estado (INEPAC) não poderá ter suas alvenarias demolidas e alteradas, descaracterizando sua origem. São recomendações internacionais relativas aos monumentos históricos

e artísticos constantes das Cartas Patrimoniais como, por exemplo, a Carta de Veneza. Não bastasse isto, as instalações especiais necessárias a um Arquivo Geral, viriam ferir a integridade estético-histórica do edifício. Por tais motivos sugerimos que o Arquivo Geral do Palácio da Polícia fosse construído em um prédio separado, a ser projetado especificamente para tal uso.

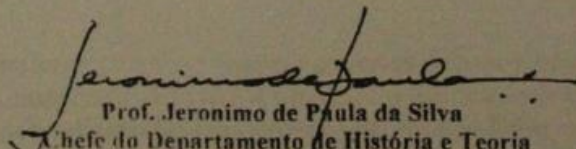
Da mesma forma, a Biblioteca prevista no programa proposto, também não poderia estar no corpo do prédio, admitindo-se, quando muito, uma parte instalada no pavimento térreo.

Face o exposto acima, pasmou-nos a pretensão do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em ocupar o prédio em questão, uma vez que em nada atende às necessidades de suas tão complexas instalações de uso: não apresenta, no seu corpo, possibilidade de expansão dos espaços sem a descaracterização da origem, uma vez que a área destinada a depósito deve ter, no mínimo, 60% da área construída, conforme as normas vigentes para implantação de um Arquivo de grande porte; não apresenta estabilidade estrutural suficiente para suportar uma sobrecarga de utilização tão elevada como a pretendida pelo Arquivo Público; não apresenta condições para um projeto de conforto ambiental necessário ao uso proposto. Convém lembrar que, além das Recomendações Internacionais para Preservação e Revitalização de um prédio tombado, devem ser, também, respeitadas as normas técnicas de implantação de um Arquivo Público. No caso, as duas posturas são conflitantes.

No mais, para reforçar que o atual Governo do Estado do Rio de Janeiro é um **Governo de Paz**, acreditamos que a Polícia Civil deve oferecer à sociedade fluminense um novo Palácio da Polícia, verdadeiro espelho de seu novo perfil institucional, resgatando a integridade do edifício em questão e banindo definitivamente um passado negro e opressivo da nossa história sem, entretanto, esquecê-lo a fim de que as atrocidades ali encenadas jamais voltem ao nosso presente democrático.

Acreditando ter atendido ao solicitado por V.S., aproveitamos o ensejo para renovar os protestos da mais alta estima e consideração.

Cordialmente,


Prof. Jeronimo de Paula da Silva
Chefe do Departamento de História e Teoria
FAU/UFRJ